Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da

EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ n.º 07.689.002/0001-89
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. ° 2170, São José dos Campos – SP
Código ISIN BREMBRACNOR4

72.903.806 Ações Ordinárias
Valor da Distribuição: R$ 1.556.496.258,10

Preço por Ação: R$ 21,35

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (a "PREVI"), a Fundação SISTEL de Seguridade Social (a "SISTEL"), a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (a "BNDESPAR"), a Dassault Aviation S.A. (a "Dassault Aviation") e a European Aeronautic Defence and Space Company EADS France (a "EADS" e, em conjunto com a PREVI, a SISTEL, a Dassault Aviation e a EADS, os "Acionistas Vendedores") estão realizando uma oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (as "Ações" e a "Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada simultaneamente no Brasil e no exterior.

Do total das Ações objeto da Oferta Global, inicialmente (i) 10.935.570 Ações serão colocadas no Brasil, por intermédio do Banco J.P. Morgan S.A. (o "Coordenador Líder"), do Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. (a "Merrill Lynch" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta Brasileira") e de determinadas instituições financeiras lideradas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") n. º 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, e no exterior, mediante esforços de venda de Ações, a serem realizados pelos JPMorgan Securities Inc. (o "JPMorgan Securities") e da Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated (a "Merrill Lynch Incorporated" e, em conjunto com o JPMorgan Securities, os "Coordenadores da Oferta Internacional") e por determinadas instituições financeiras por eles contratadas, em operação registrada de acordo com o disposto no *United States Securities Act of 1933* ("Oferta Brasileira"), e (ii) 61.968.236 Ações serão colocadas, sob a forma de *American Depositary Shares* (as "ADSs"), no exterior, por intermédio dos Coordenadores da Oferta Internacional e por determinadas instituições financeiras por eles contratadas ("Oferta Internacional", em conjunto, com a Oferta Brasileira, a "Oferta Global"). Cada ADS representa 4 (quatro) ações ordinárias da Companhia. As Ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (a "BOVESPA") sob o código "EMBR3" e na *New York Stock Exchange* (a "NYSE"), na forma de ADSs, sob o código "ERJ".

A Oferta Global foi autorizada pela Diretoria Executiva da PREVI em reunião realizada em 19 de dezembro de 2006, pelo Conselho Deliberativo da SISTEL em reunião realizada em 15 de dezembro de 2006, pela Diretoria da BNDESPAR em reunião realizada em 11 de janeiro de 2007, e pelos diretores administrativos da Dassault Aviation e da EADS

O preço de venda das Ações foi fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento (o "Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido no Brasil pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, e no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional. A cotação de fechamento da Ação na BOVESPA em 6 de fevereiro de 2007 foi de R$21,65.

	Preço	Comissões	Recursos Líquidos
Por Ação	R$ 21,35	R$ 0,41	R$ 20,94
Por ADS	US$ 41,00	US$ 0,79	US$ 40,21

Os Acionistas Vendedores concederão: (a) à Merrill Lynch, uma opção a ser exercida, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Merrill Lynch, mediante consulta ao Coordenador Líder, para a distribuição de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (a "Opção de Ações Suplementares"), deduzidas as Ações sob forma de ADSs que forem objeto de exercício da Opção de ADSs Suplementares; e (b) à Merrill Lynch Incorporated, uma opção a ser exercida, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Merrill Lynch Incorporated, mediante consulta ao JPMorgan Securities, para a distribuição de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações forem objeto de exercício da Opção de Ações Suplementares (a "Opção de ADSs Suplementares", e em conjunto com a Opção de Ações Suplementares, as "Opções"). A Opção de Ações Suplementares e a Opção de ADSs Suplementares serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global, e poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados a partir da assinatura do Contrato de Distribuição e do *Underwriting Agreement*, inclusive , nas mesmas condições e preços das Ações e ADSs inicialmente ofertadas.

Registro da presente distribuição pública secundária na CVM: CVM/SRE/SEC/2007/004, em 7 de fevereiro de 2007. **"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as ações a serem distribuídas."**

"Os administradores da Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira declaram que, até onde têm conhecimento, as informações contidas neste documento correspondem à realidade e não omitem nada capaz de afetar a importância de tais informações."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. **Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", a partir da página 45 para ciência e discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.**

ANBID

"A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as dsposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4890254, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informações contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa."

Coordenadores da Oferta Brasileira

JPMorgan
Coordenador Líder

Merrill Lynch

Coordenadores Contratados

BB INVESTIMENTOS

UBS Pactual

A data deste Prospecto Definitivo é 6 de fevereiro de 2007

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- Definições 5
- Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras 12
- Apresentação das Informações Financeiras 13
- Sumário do Prospecto 14
  - Visão Geral da Empresa 14
  - Reorganização Societária 14
  - Pontos Fortes 15
  - Estratégia de Negócios 16
  - Sede da Companhia 17
- Estrutura da Oferta 18
- Termos e Condições da Oferta Global 22
- Identificação da Companhia, Acionistas Vendedores, Administradores, Consultores e Auditores 39
- Resumo das Demonstrações Financeiras 42
- Fatores de Risco 46
- Destinação dos Recursos 56

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização 59
- Informações sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 60
  - Cotação dos Valores Mobiliários da Companhia na BOVESPA e na NYSE 60
- Informações Financeiras Selecionadas 63
- Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações 70
- Atividades da Companhia 102
- Administração 131
- Principais Acionistas e Acionistas Vendedores 139
- Operações com Partes Relacionadas 141
- Descrição do Capital Social 142
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 158
- Dividendos e Política de Dividendos 166

3. ANEXOS

- Estatuto Social 173
- Informações Anuais (IAN) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (apenas informações não constantes das demais seções deste Prospecto) 214
- Atas das Deliberações Societárias dos Acionistas Vendedores 238
- Declarações do Coordenador Líder, dos Acionistas Vendedores e da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 250

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e respectivos pareceres dos auditores independentes 271
- Informações Trimestrais da Companhia consolidadas relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 e respectivos relatórios de revisão especial dos auditores independentes 548

[página intencionalmente deixada em branco]

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras
- Apresentação das Informações Financeiras
- Sumário do Prospecto
  - Visão Geral da Empresa
  - Reorganização Societária
  - Estratégia de Negócios
  - Sede da Companhia
- Estrutura da Oferta Global
- Termos e Condições da Oferta Global
- Identificação da Companhia, Acionista Vendedor, Administradores, Consultores e Auditores
- Resumo das Demonstrações Financeiras
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos

[página intencionalmente deixada em branco]

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto.

Acionista Adquirente	Qualquer pessoa incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior.
Acionistas Vendedores	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a Fundação SISTEL de Seguridade Social, a BNDES Participações S.A – BNDESPAR, a Dassault Aviation S.A. e a European Aeronautic Defence and Space Company EADS France.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores.
Ações Suplementares	Lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas na Oferta Global, deduzidas as Ações sob a forma de ADSs que forem objeto de exercício da Opção de ADSs Suplementares, a ser distribuído nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, caso seja exercida a Opção de Ações Suplementares.
Ação Ordinária de Classe Especial	Única ação pertencente a uma classe especial de ação ordinária, detida pela União, que confere a esta poder de veto em determinadas matérias.
ADS	*American Depositary Shares*, cada uma representando 4 ações ordinárias de emissão da Companhia, negociadas nos Estados Unidos da América na NYSE.
ADSs Suplementares	Lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas na Oferta Global, deduzidas as Ações que forem objeto de exercício da Opção de Ações Suplementares, a ser distribuído nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, caso seja exercida a Opção de ADSs Suplementares.
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Assento-quilômetro oferecido (*available seat kilometers* ou ASK)	Soma dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de assentos disponíveis em cada etapa de vôo pela distância da etapa.
Antiga Embraer	A antecessora da Companhia, denominada Embraer – Empresa Aeronáutica Brasileira S.A., registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.° 60.208.493/0001-81, que foi incorporada à Companhia em 1° de abril de 2006. A Companhia sucedeu à Antiga Embraer em todas as suas operações e todos os seus direitos e obrigações em razão da incorporação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2006.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Embraer a ser publicado na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Embraer a ser publicado na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes ou Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado publicado em 23 de janeiro de 2007 (sem o logotipo das Corretoras Consorciadas) e republicado em 30 de janeiro de 2007 (com o logotipo das Corretoras Consorciadas), na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Backlog	Carteira de pedidos firmes de aeronaves.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES .
BNDESPAR	BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
Bozano	Grupo Bozano, que inclui a Cia. Bozano e a Bozano Holdings Ltd.
Câmara de Arbitragem	Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BOVESPA.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem constante do Estatuto Social da Companhia, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Companhia	Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., anteriormente denominada Rio Han Participações S.A. e sucessora da Antiga Embraer, que foi incorporada à Companhia em 1º de abril de 2006. A Companhia sucedeu à Antiga Embraer em todos os seus direitos e obrigações em razão da incorporação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2006.
Conselheiro Independente	Conforme o Regulamento do Novo Mercado, um Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição). Quando, em resultado do cálculo do número de Conselheiros Independentes, obter-se um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5. Serão ainda considerados “Conselheiros

	Independentes" aqueles eleitos mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º ou no artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações, os quais contemplam quoruns e formas para eleição de membros do conselho pelos acionistas minoritários.
Conselho de Administração de Transição	O Conselho de Administração da Companhia nomeado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2006, com mandato de 3 anos até a Assembléia Geral Ordinária que se realizará em 2009 para deliberação sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2008.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. firmado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a CBLC.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado em 31 de março de 2006, entre, de um lado, a BOVESPA e, de outro lado, a Companhia e os administradores da Companhia contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado.
Coordenadores Contratados	BB Banco de Investimento S.A. e Banco UBS Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Banco J.P. Morgan S.A e Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Coordenadores da Oferta Internacional	JPMorgan Securities Inc. e Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated.
Coordenador Líder	Banco J.P. Morgan S.A.
Corretoras Consorciadas	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, membros da BOVESPA, que farão parte exclusivamente da colocação das Ações na Oferta de Varejo.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DAC	Departamento de Aviação Civil.
Dassault Aviation	Dassault Aviation S.A.
Deliberação CVM 489	Deliberação da CVM n.º 489 de 3 de outubro de 2005 e alterações posteriores.
Dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.
EADS	European Aeronautic Defence and Space Company EADS France.
EASA	*European Aviation Safety Agency*.
EBITDA	Lucro antes da dedução de despesas financeiras líquidas, Imposto de Renda e Contribuição Social (créditos), depreciação e amortização.
Edital de Privatização	Edital de Privatização da Companhia.
Embraer Overseas	Embraer Overseas Limited, subsidiária integral da Companhia, sediada nas Ilhas Cayman.
EPE	Entidade de Propósito Específico na qual a Companhia não tem participação societária e que pode ser usada para o financiamento de venda de aeronaves.
Estatuto Social	Estatuto Social da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
FAA	*Federal Aviation Administration*, entidade responsável pela regulação do setor aéreo nos Estados Unidos.
FAB	Força Aérea Brasileira.
Gamesa	Grupo Auxiliar Metalúrgico S.A., empresa espanhola de propriedade da Iberdrola S.A.

Grupo de Acionistas	Dois ou mais acionistas da Companhia: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não.
Grupo Europeu	Grupo Europeu Aeroespacial e de Defesa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	*International Financial Reporting Standard*, padrão internacional de apresentação de demonstrações financeiras, adotado em substituição do antigo *International Accounting Standards – IAS*.
IGP-M	Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas.
Instrução CVM 325	Instrução da CVM n.º 325 de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400 de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.
Instrução CVM 408	Instrução da CVM n.º 408 de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores.
Investidores Institucionais	Pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo, conforme estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as regras da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Investidores Não-Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, , bem como clubes de investimento, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que decidirem participar da Oferta de Varejo, observado o Valor Mínimo e o Valor Máximo de investimento por Investidor Não-Institucional.
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Itaú	Banco Itaú S.A.
JAA	*Joint Aviation Authority of Europe.*
JIBOR	Taxa de juros oferecida no mercado interbancário japonês para depósitos em ienes japoneses.
JPMorgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.
LIBOR	Taxa de juros oferecida no mercado interbancário de Londres sendo a taxa aplicável para o mercado interbancário internacional de curto prazo.

Merrill Lynch	Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
NYSE	*New York Stock Exchange*
OECD	*Organization for Economic Cooperation and Development*.
Oferta Brasileira	Distribuição pública secundária de Ações no Brasil, por intermédio dos Coordenadores da Oferta Brasileira e demais instituições financeiras lideradas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, e no exterior, mediante esforços de colocação, pelos Coordenadores da Oferta Internacional e por determinadas instituições financeiras por eles contratadas.
Oferta de Varejo	A distribuição pública secundária no Brasil de, no mínimo, 10% das Ações objeto da Oferta Brasileira, sem levar em consideração as Ações Suplementares, e no máximo de 15% das Ações objeto da Oferta Brasileira, sem levar em consideração as Ações Suplementares, destinadas prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que fizeram reservas no âmbito da Oferta de Varejo, irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto no Pedido de Reserva. Os montantes mínimos e máximos serão verificados antes de qualquer eventual realocação entre as Ações objeto da Oferta Brasileira e as Ações sob a forma de ADS objeto da Oferta Internacional, sendo que será assegurado que 10% da Oferta Global será alocado para investidores não-institucionais no Brasil ou no exterior, caso haja demanda.
Oferta Global	A presente distribuição pública secundária das Ações, realizada no Brasil e no exterior, neste último caso na forma de ADSs.
Oferta Institucional	A distribuição pública secundária de Ações, direcionada a Investidores Institucionais. Não foram admitidas para esses investidores reservas antecipadas e não houve valores mínimos ou máximos de investimento.
Oferta Internacional	Distribuição pública secundária de Ações, sob a forma de ADSs, no exterior, por intermédio dos Coordenadores da Oferta Internacional e de instituições financeiras coordenadas pelos Coordenadores da Oferta Internacional.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser concedida pelos Acionistas Vendedores à Merrill Lynch, que poderá ser exercida, total ou parcialmente, a seu exclusivo critério, mediante consulta ao Coordenador Líder, para a distribuição de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações sob forma de ADSs que forem objeto de exercício da Opção de ADSs Suplementares.
Opção de ADSs Suplementares	Opção a ser concedida pelos Acionistas Vendedores à Merrill Lynch Incorporated, que poderá ser exercida, total ou parcialmente, a seu exclusivo critério, mediante consulta ao JPMorgan Securities, para a distribuição de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações que forem objeto de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Opções	A Opção de Ações Suplementares em conjunto com a Opção de ADSs Suplementares.
Parecer da AGU	Parecer da Advocacia Geral da União
Parceiros de Compartilhamento de Risco	Parceiros estratégicos para compartilhar os riscos relacionados ao desenvolvimento e fabricação dos sistemas e componentes de aeronaves comerciais e jatos executivos. Esses parceiros contribuem com seus próprios recursos para a pesquisa e desenvolvimento e financiam parte dos custos de desenvolvimento de aeronaves por meio de contribuições em dinheiro ou em materiais.

Pedido de Reservas	Formulário específico para a realização de reservas de Ações pelos Investidores Não-Institucionais.
Período de Reserva	Período compreendido entre 30 de janeiro de 2007, inclusive, e 5 de fevereiro de 2007, inclusive, para que os Investidores Não-Institucionais interessados realizassem seus respectivos Pedidos de Reserva no contexto da Oferta de Varejo.
Pessoas Vinculadas	Investidores Não-Institucionais que sejam: (a) administradores ou controladores da Companhia; (b) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Global; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta Global, e (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer das pessoas identificadas nos itens (a), (b) e (c) acima.
PIB	Produto Interno Bruto brasileiro.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.	Princípios e práticas contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas da CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON.
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional em consonância com o artigo 44 da Instrução CVM 400.
ProEx	Programa de Financiamento às Exportações do Governo Federal Brasileiro.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Real, reais ou R$	Moeda corrente no Brasil.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores e dos controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado.
Reorganização Societária	A incorporação da Antiga Embraer pela Companhia em 1° de abril de 2006, em conjunto com a adesão da Companhia ao Novo Mercado e a alteração do Estatuto Social da Companhia.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n.º 2.689 de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores.
Passageiro-quilômetro transportado (*revenue passenger kilometers* ou RPK)	Soma dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes em uma etapa de vôo pela distância da etapa.
Scope Clause	Cláusulas de restrição nos contratos dos pilotos das companhias aéreas, que podem limitar a procura por jatos regionais e de média capacidade no mercado americano, devido à limitação da quantidade e/ou ao tamanho dos jatos regionais e de média capacidade que determinada empresa pode operar.

SEC	*Securities Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editado pela SEC, e posteriores alterações.
SISTEL	Fundação SISTEL de Seguridade Social - Sistel.
Trade-in	Opção de permuta pela qual o cliente tem o direito de entregar uma aeronave existente como parte do pagamento na compra de uma nova aeronave de um modelo mais atualizado ou novo.
Underwriting Agreement	*International Underwriting Agreement* firmado no contexto da Oferta Internacional entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Internacional.
US GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
Valor Econômico	Valor da Companhia e das Ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.
Valor Máximo	O valor máximo de investimento na Oferta de Varejo de R$ 300 mil por investidor.
Valor Mínimo	O valor mínimo de investimento na Oferta de Varejo de R$ 3 mil por investidor.

Este Prospecto inclui afirmações sobre nossa posição competitiva e participação no mercado de fabricação de aeronaves para aviação civil e de defesa no Brasil e na América do Sul, e sobre a dimensão destes mercados. Estas afirmações foram feitas com base em estatísticas e outras informações obtidas junto a diversas fontes, inclusive, terceiros, órgãos reguladores ou por publicações gerais do setor que acreditamos serem confiáveis. Embora não tenhamos razão para acreditar que quaisquer destas informações sejam incorretas em qualquer aspecto relevante, não verificamos de forma independente os dados relativos à posição competitiva, à participação de mercado e à dimensão dos mercados, fornecidos por terceiros, órgãos reguladores ou por publicações gerais do setor. Todos os dados do setor e do mercado contidos neste Prospecto são baseados nos últimos dados publicamente disponíveis nesta data.

Determinados dados incluídos neste Prospecto foram arredondados. Desta forma, dados descritos como totais em determinadas tabelas podem não ser correspondentes à soma aritmética dos dados que os precedem.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nas Seções "Fatores de Risco", "Sumário do Prospecto", "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações" e "Atividades da Companhia". As estimativas e declarações sobre o futuro foram baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderiam afetar nossos negócios. Muitos fatores importantes, além daqueles já discutidos em outras seções do Prospecto, poderiam fazer com que nossos resultados difiram substancialmente daqueles previstos em nossas considerações sobre estimativas e declarações futuras, incluindo, entre outros:

- a conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e nos principais mercados internacionais de nossa atuação;
- as expectativas e estimativas dos administradores quanto ao nosso futuro desempenho financeiro, planos financeiros e efeitos da concorrência;
- nossos níveis de endividamento e outras obrigações de pagamento;
- nossos planos de investimentos;
- nosso desempenho futuro, planos de financiamento e programas, e os efeitos sobre a competição;
- o desenvolvimento e comercialização continuamente bem sucedidos da família de jatos EMBRAER 170/190, a família de jatos executivos (inclusive novos jatos executivos, o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000) e as aeronaves de defesa;
- as taxas de inflação e as alterações relevantes na taxa de câmbio frente ao real, tanto no que diz respeito à desvalorização como à valorização do real;
- a regulamentação existente, bem como a futura;
- impactos adversos sobre falências de companhias aéreas comerciais ou sobre receitas ou resultados operacionais;
- nossos planos de despesas;
- a continuação de tendências previstas em nosso segmento de atuação e suas previsões de curto e longo prazo para o mercado de aeronaves comerciais com capacidade para 30-120 passageiros e mercado de jatos executivos;
- alterações nos preços de mercado, preferências dos clientes e condições competitivas;
- variações cíclicas e sazonais em nossos resultados operacionais;
- nossa capacidade de desenvolver e entregar pontualmente os produtos;
- a disponibilidade de financiamento de venda para os clientes atuais e em potencial;
- defeitos ou problemas mecânicos em nossas aeronaves;
- nossa habilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento; e
- os fatores de risco apresentados na Seção "Fatores de Risco".

As palavras "acreditamos", "antecipamos", "continuamos", "entendemos", "esperamos", "estimamos", "podemos", "poderemos", "pretendemos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de novas informações, eventos futuros ou de qualquer outra forma. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações sobre o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão de inúmeros fatores. Nenhuma dessas estimativas é uma garantia de desempenho futuro e cada uma dessas estimativas envolve riscos e incertezas.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 incluídas neste Prospecto são baseadas na consolidação da Companhia com a Antiga Embraer como se a Companhia já tivesse sido constituída e a Reorganização Societária já tivesse sido concluída a partir de 1º de janeiro de 2003. Como conseqüência da Reorganização Societária, a Companhia incorporou a Antiga Embraer com efeitos a partir de 1º de abril de 2006 e sucedeu a todos os direitos e obrigações da Antiga Embraer.

As demonstrações financeiras consolidadas da Antiga Embraer relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 são incluídas neste Prospecto em razão da essência econômica da Companhia não ter sido alterada em seus principais aspectos.

Preparamos nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

As seguintes demonstrações financeiras estão incluídas neste Prospecto:

- Demonstrações Financeiras da Antiga Embraer consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 que foram auditadas pela Deloitte; e
- nossas Informações Trimestrais consolidadas relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, que foram objeto de revisão especial pela Deloitte.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 foram ajustadas em atendimento à Instrução CVM 408, que requereu a consolidação daquelas EPEs das quais detínhamos o controle ou partilhávamos de forma majoritária de seus riscos e recompensas, apesar de não determos participação societária em tais EPEs. Em virtude da consolidação de tais EPEs, as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 diferem das demonstrações financeiras publicadas por nós anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 408. Conforme permitido pela Instrução CVM 408, não ajustamos as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, que não refletem a consolidação de EPEs.

SUMÁRIO DO PROSPECTO

Este Sumário contém informações incluídas em outras seções deste Prospecto. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em Ações de nossa emissão. Antes de investir em Ações de nossa emissão, o investidor deverá ler atentamente todo este Prospecto, incluindo nossas demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, bem como as informações contidas nas Seções "Fatores de Risco" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional".

Visão Geral da Empresa

Com mais de 37 anos de experiência, somos um dos maiores fabricantes de aeronaves comerciais do mundo, com base em nossa receita líquida de vendas de aeronaves comerciais em 2005, e mantemos uma base de clientes em todas as regiões do mundo, operando em 65 países. Nosso objetivo é satisfazer nossos clientes com uma ampla linha de produtos para os mercados de aeronaves comerciais, aeronaves de defesa e jatos executivos. Nossas vendas de aeronaves comerciais representaram 66,3% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Desenvolvemos uma nova família de jatos executivos e lançamos o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000 nas categorias *very light*, *light* e *ultra-large*, respectivamente. Nossas vendas de jatos executivos representaram 13,8% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a FAB com base no número de aeronaves vendidas. Fornecemos, ainda, aeronaves para forças militares na Europa, Ásia e na América Latina. Nossas vendas de aeronaves de defesa e governo representaram 5,5% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Nossos serviços de suporte são um elemento-chave de nossa estratégia para satisfazer nossos clientes fortalecendo nossos relacionamentos de longo prazo. Outros negócios relacionados, incluindo serviços de suporte ao cliente, representaram 14,4% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Tivemos receita líquida de R$ 6.012,3 milhões nos primeiros noves meses de 2006 e de R$ 9.133,3 milhões em 2005. Em 30 de setembro de 2006, tínhamos uma carteira de pedidos firmes no valor de US$ 13,3 bilhões, incluindo 414 aeronaves comerciais.

Fazemos investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento relacionados a nossas aeronaves, seus componentes e nossos processos produtivos em geral. Em conseqüência, nossos custos com pesquisa e desenvolvimento foram de R$506,3 milhões, R$416,0 milhões, R$302,9 milhões e R$308,3 milhões em 2003, 2004, 2005 e no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2006, respectivamente. Nossa estimativa de custos com pesquisa e desenvolvimento em 2007 é de US$231,0 milhões.

Reorganização Societária

Em 31 de março de 2006, a incorporação da Antiga Embraer pela Companhia foi aprovada pelos seus respectivos acionistas. Tal incorporação, entre outros objetivos, visou criar as bases para a sustentação, crescimento e perpetuidade dos negócios e atividades da Embraer, uma vez que sua implantação nos assegurou o acesso adequado ao mercado de capitais e a ampliação de sua capacidade de financiamento e desenvolvimento de seus programas de expansão. Como conseqüência da Reorganização Societária:

- a Companhia incorporou a Antiga Embraer e a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações;
- a Companhia alterou sua razão social para a razão social da Antiga Embraer;
- todos os ativos e passivos (inclusive o capital social) da Antiga Embraer foram transferidos para a Companhia e todas as subsidiárias da Antiga Embraer se tornaram subsidiárias da Companhia, de forma que a Reorganização Societária não implicou em passivos adicionais;
- a Companhia assumiu todas as operações da Antiga Embraer;
- cada ação ordinária da Antiga Embraer foi substituída por uma ação ordinária da Companhia;
- cada ação preferencial da Antiga Embraer foi substituída por uma ação ordinária da Companhia;
- cada ADS da Antiga Embraer, que representava quatro ações preferenciais da Antiga Embraer, foi substituída por um ADS da Companhia, que representa quatro ações ordinárias da Companhia; e

- a ação ordinária de classe especial da Antiga Embraer detida pela União foi substituída pela Ação Ordinária de Classe Especial da Companhia.

Veja a seção "Descrição do Capital Social – Reorganização Societária" para uma descrição detalhada da Reorganização Societária.

Controle Difuso da Companhia

Em decorrência da Reorganização Societária, não temos um controlador ou grupo de controle claramente definido e nenhum acionista pode exercer em assembléia geral votos representativos de mais de 5% do total de votos em que se divide o capital social. Além disso, nosso Estatuto Social dispõe de mecanismos de proteção à dispersão acionária. Veja " Descrição do Capital Social - Mecanismo para Promover a Dispersão das Nossas Ações" e "Descrição do Capital Social - Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias".

A pulverização de nosso controle societário visou os seguintes objetivos principais:

- Ampliação da nossa capacidade de captação de recursos para suportar programas de expansão, decorrente do maior acesso ao mercado de capitais, antes limitado em decorrência da estrutura de nosso controle acionário e da proporção máxima permitida pela Lei das Sociedades por Ações entre ações ordinárias e ações preferenciais;
- Possibilidade de utilização das ações de nossa emissão como moeda de aquisição de ativos, o que poderá nos auxiliar em nossa expansão internacional.
- Potencial aumento de liquidez das ações; e
- Melhoria das práticas de governança corporativa e maior transparência dos atos de nossa Administração;

Nosso controle difuso pode representar determinados riscos para a Companhia e seus acionistas. Vide "Fatores de Risco – Riscos Relativos às Ações".

Nossos acionistas elegem 8 dos 11 membros de nosso Conselho de Administração que, por sua vez, elege nossa Diretoria. A partir de 2009, nosso Conselheiros terão um mandato unificado de dois anos. Nossos acionistas podem indicar candidatos ao Conselho de Administração e solicitar o procedimento de voto múltiplo para a eleição de nossos conselheiros, caso desejarem, na forma de nosso Estatuto Social. Acreditamos que os referidos mecanismos promovem o alinhamento entre os acionistas e administradores da Companhia.

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Líder entre fabricante de jatos comerciais com clientes em todo o mundo. Somos a empresa líder na fabricação de jatos de 30 a 120 passageiros e temos uma sólida base global de clientes. Já vendemos nossos jatos regionais e jatos comerciais de média capacidade para mais de 50 clientes nos cinco continentes do mundo. Nossos clientes incluem algumas das maiores e mais importantes companhias aéreas, empresas de transporte regionais e companhias aéreas de baixo custo.

Desenvolvimento de aeronaves; Eficiência operacional e de custos. Projetamos, desenvolvemos e fabricamos aeronaves para oferecer a nossos clientes custos de operação, manutenção e treinamento reduzidos como resultado da eficiência de nossos projetos e da comunalidade entre jatos da mesma família, que usam peças comuns. Essa comunalidade nos permite reduzir significativamente nossos custos de projeto, desenvolvimento e produção e repassar essas economias a nossos clientes no preço de venda de aeronaves e serviços. Essa comunalidade também reduz o tempo exigido para o desenvolvimento de nossas aeronaves.

Parceiros estratégicos para compartilhamento de riscos. Desenvolvemos relacionamentos estratégicos com parceiros-chave para compartilhar os riscos relacionados ao desenvolvimento e fabricação de aeronaves comerciais e jatos executivos. Esses parceiros estratégicos desenvolvem e fabricam uma parte significativa dos sistemas e componentes de nossas aeronaves e contribuem com seus próprios recursos para a pesquisa e

desenvolvimento desses sistemas e componentes, reduzindo assim nossos custos de desenvolvimento. Esses parceiros estratégicos também financiam parte de nossos custos de desenvolvimento por meio de contribuições em dinheiro ou em materiais. Acreditamos que esses relacionamentos estratégicos nos permitem reduzir nossos custos e riscos de desenvolvimento de aeronaves, melhorar nossa eficiência operacional, melhorar a qualidade de nossos produtos e reduzir o número de fornecedores, o que dá flexibilidade aos nossos processos produtivos.

Contratos com o governo brasileiro para o desenvolvimento de produtos de defesa. O governo brasileiro, historicamente, tem contratado e custeado nossa pesquisa e desenvolvimento de aeronaves de defesa. Tais contratos têm tido um papel importante no desenvolvimento de nossa capacitação em engenharia e processos industriais. Por exemplo, a tecnologia do programa AM-X desenvolvido para a FAB na década de 80 serviu de base para o desenvolvimento de nossa família de jatos ERJ 145 dez anos depois. Também vendemos produtos de defesa de qualidade já comprovada, que foram desenvolvidos para a FAB, para outras forças militares.

Flexibilidade da produção para atender às demandas do mercado. Acreditamos que a flexibilidade de nossos processos de produção e de nossa estrutura operacional, incluindo nossas parcerias estratégicas de compartilhamento de riscos, que foram concebidas para reduzir custos, nos permitem aumentar ou reduzir nossa produção de acordo com a demanda do mercado sem prejudicar de forma significativa nossas margens.

Mão-de-obra experiente e altamente qualificada. Nossos empregados são experientes e altamente qualificados. Mais de 20% de nossa força de trabalho é composta por engenheiros. Devido aos conhecimentos e habilidades diferenciadas dos nossos empregados, podemos desenvolver novos programas de forma eficiente e proporcionar a nossos clientes uma capacidade técnica diferenciada.

Estratégia de Negócios

Para que possamos manter o nosso crescimento e aumentar nossa lucratividade, pretendemos continuar a oferecer aeronaves e serviços confiáveis, de alta qualidade e com uma atraente relação custo-benefício. Os elementos principais de nossa estratégia são:

Continuar a promover nossas aeronaves comerciais. Estamos comprometidos a prosseguir com nossos esforços de comercialização de nossa família de jatos regionais ERJ 145 e de nossa a família de jatos de média capacidade EMBRAER 170/190.

Em 30 de setembro de 2006, tínhamos quase 900 jatos da família ERJ 145 em operação. Atualmente observamos uma maior demanda pela família de jatos ERJ 145 no mercado secundário devido à sua confiabilidade e à sua eficiência operacional e aos seus grandes benefícios operacionais. Acreditamos que as companhias aéreas podem continuar a se utilizar dessa família de jatos regionais e que nossos jatos regionais têm ajudado nossos clientes nos últimos dez anos a perseguir seus objetivos de rentabilidade.

Acreditamos que existe uma oportunidade de mercado significativa para a família de jatos EMBRAER 170/190 representada por companhias aéreas regionais que estejam expandindo suas frotas, aumentando sua penetração em mercados de alta densidade e incorporando rotas mais longas. Acreditamos que outra oportunidade de mercado para a família de jatos EMBRAER 170/190 são companhias aéreas, inclusive as de baixo custo, que estejam otimizando a composição de sua frota com a aquisição de aeronaves de menor capacidade, que são mais recomendadas para atender à demanda em rotas de menor densidade.

Somos líderes no segmento de aeronaves de 70 a 120 passageiros. Adicionalmente, acreditamos que nossas aeronaves comerciais nos trarão oportunidades significativas para aumentar nossa competitividade ao oferecermos aos nossos clientes uma linha completa de aeronaves de 30 a 120 passageiros.

Fortalecer nossa posição no mercado de jatos executivos. Acreditamos que o mercado de aviação executiva nos oferece oportunidades significativas de crescimento. Esperamos oferecer produtos em todas as categorias do mercado de jatos executivos, desde as categorias *very light* até a *ultra-large*. Desenvolvemos o Legacy 600, um jato do segmento *super mid-size* e estamos desenvolvendo jatos executivos nos segmentos *very light, light* e *ultra-large*, o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, respectivamente. Nós nos esforçamos para entender e responder às necessidades do mercado e dos clientes, melhorando continuamente nossos produtos e

serviços de suporte aos nossos jatos executivos. Nesse sentido, planejamos expandir mais ainda nosso suporte a clientes em todo o mundo, por meio da expansão de nossas próprias operações e também por meio de acordos com oficinas e centros de serviço autorizados.

Continuar a perseguir oportunidades no mercado de defesa e governo. Oferecemos atualmente produtos para transporte, treinamento, ataque leve, vigilância e reconhecimento. Como nossos produtos oferecem capacidades multi-missão a um preço competitivo e são projetados para operar em qualquer ambiente a um custo operacional baixo, acreditamos que nossos produtos atendem as necessidades de governos para combater ameaças que são uma preocupação mundial, tais como terrorismo, tráfico de drogas e contrabando de armas.

Enfoque contínuo no suporte e satisfação do cliente. Acreditamos que nosso foco em satisfação do cliente é fundamental para nosso sucesso e para nossa estratégia de negócios. Nossos serviços de suporte de alta qualidade são um elemento chave de nossa estratégia para satisfazer nossos clientes fortalecendo nossos relacionamentos de longo prazo. Na medida em que a frota de aeronaves de nossa fabricação continua a crescer, e nosso negócio de aviação executiva continua a expandir, trabalhamos para cumprir nosso compromisso de fornecer serviços de suporte pós-venda de alta qualidade, incluindo assistência técnica, treinamento de pilotos e de equipes de manutenção, e peças sobressalentes. Por exemplo, expandimos nosso centro de manutenção, reparos e recondicionamento (MRO) de aeronaves em Nashville, Tennessee, e adquirimos a OGMA, uma empresa de manutenção, reparos e recondicionamento de aeronaves em Portugal, que começamos a operar em março de 2005. Pretendemos continuar a concentrar esforços no suporte de alta qualidade a nossos clientes por meio da expansão de nossa presença no mundo inteiro, tanto por meio de operações próprias quanto por contratos com centros de serviço autorizados.

Buscar oportunidades de crescimento e aprimorar relacionamentos com outros líderes da indústria aeroespacial global. Pretendemos continuar analisando oportunidades de crescimento estratégico, que podem incluir *joint ventures* e aquisições, e outras operações estratégicas, e fortalecer nosso relacionamento atual com os mais importantes participantes da indústria aeroespacial. Por exemplo, recentemente lideramos um consórcio com a participação da EADS para aumentar a aquisição da OGMA.

Sede da Companhia

Nossa sede fica na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2170, CEP 12227-901, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil. Nosso número de telefone é (55-12) 3927-1216. Mantemos um site na Internet - www.embraer.com.br. As informações contidas em nosso site na Internet não fazem parte deste Prospecto.

ESTRUTURA DA OFERTA

Companhia	Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Acionistas Vendedores	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a Fundação SISTEL de Seguridade Social, a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a Dassault Aviation S.A. e a European Aeronautic Defence and Space Company EADS France.
Coordenador Líder	Banco J.P. Morgan S.A.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Banco J.P. Morgan S.A. e Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Coordenadores da Oferta Internacional	JPMorgan Securities e Merrill Lynch Incorporated.
Ações.....	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores.
Oferta Global	A oferta global de 72.903.806 Ações, a qual consiste na Oferta Brasileira e na Oferta Internacional, a serem realizadas simultaneamente, ao Preço por Ação de R$21,35 e ao preço por ADS de US$41,00, em montante total de R$1.556.496.258,10.
Oferta Internacional.....	Distribuição pública secundária de Ações sob a forma de ADSs, objeto de distribuição pelos Coordenadores da Oferta Internacional e determinadas instituições por eles contratadas nos Estados Unidos da América e em outros países excluindo o Brasil.
Oferta Brasileira	Distribuição pública secundária de Ações no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira e no exterior, mediante esforços de colocação, pelos Coordenadores da Oferta Internacional e determinadas instituições por eles contratadas.
Opção de Ações Suplementares e Opção de ADSs Suplementares	Os Acionistas Vendedores concederam: (a) à Merrill Lynch uma opção, a ser exercida, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Merrill Lynch, mediante consulta ao Coordenador Líder, para a distribuição de um lote suplementar equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações sob forma de ADSs que forem objeto de exercício da Opção de ADSs Suplementares; e (b) à Merrill Lynch Incorporated, uma opção, a ser exercida, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Merrill Lynch Incorporated, mediante consulta ao JPMorgan Securities, para a distribuição de um lote suplementar equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações que forem objeto de exercício da Opção de Ações Suplementares. A Opção de Ações Suplementares e a Opção de ADSs Suplementares serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global, e poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e do *Underwriting Agreement,* inclusive, nas mesmas condições e preços das Ações e ADSs inicialmente ofertadas.

Realocação de Ações	O número de Ações distribuído na Oferta Global está sujeito à realocação entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional.
American Depositary Shares - ADSs	Cada ADS corresponde a 4 ações ordinárias de emissão da Companhia. As ações subjacentes aos ADSs são custodiadas pelo Banco Itaú S.A.
Público Alvo	As Instituições Participantes da Oferta Brasileira realizarão a distribuição pública das Ações da Oferta Brasileira, nos termos da Instrução CVM 400, e conforme previsto no Contrato de Distribuição, por meio de duas ofertas distintas, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional. Veja "Termos e Condições da Oferta – Público Alvo da Oferta Brasileira".
Instituição Financeira Depositária das Ações	Banco Itaú S.A.
Instituição Financeira Depositária dos ADSs	JPMorganChase Bank, N.A.
Instituição Financeira Custodiante das Ações Subjacentes aos ADSs	Banco Itaú S.A.
Restrição à Negociação (*Lock-up*)	Salvo determinadas exceções e salvo com o consentimento prévio dos Coordenadores da Oferta Internacional, a Companhia, os membros do Conselho de Administração e os Diretores da Companhia, bem como os Acionistas Vendedores concordaram que não irão emitir ou transferir, ou de qualquer outra forma alienar, pelo período de 90 dias contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, qualquer Ação ou qualquer opção de compra de Ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em Ações, ou que representem um direito de receber Ações. Veja "Termos e Condições da Oferta".
Direitos de Voto	As Ações conferem direito a voto, sujeito a determinadas limitações, nas deliberações da Assembléia Geral de acionistas. Veja "Descrição do Capital Social".
Fatores de Risco	Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, veja "Fatores de Risco" a partir da página 45, além de outras informações incluídas no presente Prospecto.
Destinação dos Recursos	A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da venda das Ações, conforme indicado na seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto.
Direito de Venda Conjunta (*tag-along*)	Em hipótese de alienação de nosso controle, os titulares das Ações têm o direito de incluir tais Ações na oferta pública de aquisição de ações, a 100% (cem por cento) do preço pago por cada ação do bloco de controle.
Direito a Dividendos	O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, a menos que o Conselho de Administração determine que o pagamento de tal valor mínimo não seja aconselhável em virtude das condições financeiras da Companhia. Veja "Dividendos e Política de Dividendos".

Mercado para as Ações.....	As Ações estão admitidas para negociação na BOVESPA sob o código "EMBR3". As ADSs estão admitidas para negociação na NYSE, sob o código "ERJ".
Mecanismos de Dispersão	O Estatuto Social da Companhia contém disposições que tem o efeito de dificultar a concentração das ações nas mãos de um investidor ou grupo pequeno de investidores. Essas disposições exigem que qualquer acionista que se torne titular de ações da Companhia em quantidade igual ou superior a 35% do capital social total, após a autorização da União em relação a tal aquisição, realize uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações da Companhia nos termos da regulamentação da CVM. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê que nenhum acionista ou Grupo de Acionistas poderá exercer votos representando mais de 5% da quantidade de ações do capital social total. Além disso, a participação votante de estrangeiros titulares de ações ordinárias foi limitada a 40% das nossas ações ordinárias. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, qualquer alteração ou supressão dos dispositivos de dispersão acionária e de limitação de voto acima descritos somente poderá ser implementada se primeiramente aprovada pelo Conselho de Administração, pela União (a qual poderá exercer o poder de veto ou se manifestar favoravelmente à proposta de alteração ou supressão, dentro do prazo de 30 dias do recebimento da notificação de que tal proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração) e pela Assembléia Geral. Na hipótese de a União não se manifestar no referido prazo, ela poderá exercer o poder de veto na Assembléia Geral em que a matéria for apreciada. Na Assembléia Geral que deliberar sobre a proposta de alteração ou supressão, os mecanismos de limitação de voto serão aplicáveis.
Eleição dos membros do Conselho de Administração	A eleição dos membros do nosso Conselho de Administração será realizada de acordo com o sistema de votação por chapas, sendo vedada a votação individual em candidatos. Por proposta do Conselho de Administração, será sempre indicada à reeleição uma chapa composta pelos membros e suplentes do Conselho em exercício. Qualquer outro acionista, ou conjunto de acionistas, poderá propor outra chapa para o Conselho de Administração. A mesma pessoa poderá integrar uma ou mais chapas diferentes, inclusive a composta pelos membros do Conselho em exercício. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, e os votos serão computados com observância das limitações descritas em "Descrição do Capital Social - Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias" e "Descrição do Capital Social - Limitação dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros". Como alternativa, a eleição dos membros do Conselho de Administração poderá ser realizada por meio de um processo de voto múltiplo, o qual dependerá de solicitação dos acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital social, apresentada até 48 horas antes da data para a qual estiver

	convocada a Assembléia Geral. Pelo processo de voto múltiplo, atribui-se a cada ação tantos votos quanto sejam os membros do Conselho a serem eleitos (sujeito às limitações descritas em "Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias" e "Limitação dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros"). Cada acionista terá o direito de cumular seus votos em um só candidato e respectivo suplente ou distribuí-los entre vários. Todo cargo que não seja preenchido, devido a um empate na votação, será objeto de uma nova votação, realizada pelo mesmo processo. De acordo com nosso Estatuto Social, nossos acionistas somente elegerão um membro do Conselho de Administração e seu suplente em votação em separado, na forma do art. 141, §4º da Lei das Sociedades por Ações, caso venhamos a ter um acionista controlador. Para mais informações veja "Descrição do Capital Social – Eleição do Conselho de Administração".
Eleição dos membros do Conselho Fiscal	De acordo com nosso Estatuto Social, na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis, as regras descritas em "Descrição do Capital Social – Eleição do Conselho de Administração" para eleição de membros do Conselho de Administração em conformidade com o sistema de votação por chapas. Caso venhamos a estar sob controle de acionista controlador ou sociedade controladora, na definição da lei, os acionistas minoritários terão direito, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações, de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Entendemos que o mecanismo de eleição em separado acima descrito não é aplicável enquanto estivermos sujeitos a um controle difuso. Para mais informações veja "Descrição do Capital Social – Eleição do Conselho Fiscal".
Declaração de Inadequação	O investimento nas Ações não é inadequado a nenhum grupo ou categoria de investidores. No entanto, o investimento nas Ações não é adequado para investidores avessos aos riscos inerentes a investimentos em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto para uma descrição dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição e/ou aquisição das Ações.

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA GLOBAL

Composição Atual do Capital Social

A composição de nosso capital social em 19 de janeiro de 2007 é a seguinte:

	Subscrito/Integralizado[1]	
Espécie e classe das ações	**Quantidade**	**Valor (R$) [2]**
Ordinárias	739.903.914	4.782.845.563,72
Total	739.903.914	4.782.845.563,72

1. Todas as ações emitidas foram integralizadas.
2. Nossas ações ordinárias não tem valor nominal.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas por nossos acionistas detentores de 5% ou mais de nossas ações, e por nossos Conselheiros e Diretores em conjunto, inclusive as 2.225.046 ações objeto das opções com prazo de exercício até 30 de maio de 2008, em 19 de janeiro de 2007:

	Ações Ordinárias			
	Antes da Oferta Global		**Após a Oferta Global[2]**	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Grupo Bozano	79.326.709	10,7	79.326.709	10,7
PREVI	121.274.001	16,3	105.455.653	14,2
SISTEL	54.237.297	7,3	26.737.297	3,6
BNDESPAR	46.712.579	6,3	38.625.622	5,2
Conselheiros e Diretores [1]	3.903.386	0,5	3.903.386	0,5
Mercado	436.674.988	58,8	488.080.293	65,8
Total [3]	742.128.960	100,0	742.128.960	100,0

1. Inclui as ações transferidas aos membros do Conselho de Administração para fins de elegibilidade e as 859.470 ações objeto das opções com prazo de exercício até 30 de maio de 2008.
2. Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e da Opção de ADSs Suplementares.
3. Inclui 2.225.046 ações objeto de opções exercíveis até 30 de maio de 2008.

Características e Prazos

Descrição da Oferta Global

A Oferta Global compreenderá, simultaneamente: (a) a Oferta Brasileira, ou seja, a distribuição pública de 10.935.570 Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, a ser realizada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com a participação dos Coordenadores Contratados e das Corretoras Consorciadas (as Corretoras Consorciadas em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira e com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta Brasileira") e no exterior, mediante esforços de venda de Ações, a serem realizados pelos Coordenadores da Oferta Internacional e por determinadas instituições financeiras por eles contratadas, em operação registrada de acordo com o disposto no *Securities Act*, e observada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimentos regulamentados pela legislação brasileira, pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM. Para participar da Oferta Brasileira, os investidores estrangeiros, junto aos quais serão conduzidos esforços de venda no exterior, deverão ter seus investimentos registrados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e estarem registrados na CVM, nos termos da Instrução CVM 325 e da Resolução CMN 2.689. As Ações objeto da Oferta Brasileira serão obrigatoriamente liquidadas e pagas em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, §4º, da Lei 6.385, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e (b) a Oferta Internacional, ou seja, a distribuição pública de 61.968.236 Ações no exterior, sob a forma de ADSs, por intermédio dos Coordenadores da Oferta Internacional e de determinadas instituições financeiras coordenadas pelos Coordenadores da Oferta Internacional, em operação registrada em conformidade com o disposto no *Securities Act*.

O número de Ações objeto da Oferta Brasileira poderá ser acrescido de até 10.935.570 Ações, conforme a Opção de Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores à Merrill Lynch.

As Ações Suplementares serão equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações sob forma de ADSs que forem objeto de exercício da Opção de ADSs Suplementares, e serão destinadas exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que vier a ser

constatado no decorrer da Oferta Global. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Merrill Lynch, mediante consulta ao Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.

O número de ADSs objeto da Oferta Internacional poderá ser acrescido de até 10.935.570 Ações, conforme a Opção de ADSs Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores à Merrill Lynch Incorporated. Cada ADS representa 4 (quatro) ações ordinárias de nossa emissão.

As ADSs Suplementares serão equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, deduzidas as Ações que forem objeto de exercício da Opção de Ações Suplementares, e serão destindas exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global. A Opção de ADSs Suplementares poderá ser exercida, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Merrill Lynch Incorporated, mediante consulta ao JPMorgan Securities, no prazo de até 30 dias contados a partir da data de assinatura do *Underwriting Agreement*, inclusive, nas mesmas condições e preço das ADSs inicialmente ofertadas.

Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários

O quadro abaixo indica a quantidade de Ações a serem ofertadas, o Preço por Ação, o valor total de recursos advindos da Oferta Global e os recursos líquidos a serem auferidos pelos Acionistas Vendedores, na hipótese de não haver exercício da Opção de Ações Suplementares e da Opção de ADSs Suplementares:

Espécie e classe	**Quantidade**	**Preço por Ação (R$)**	**Montante [1] (R$)**	**Recursos líquidos [2] (R$)**
Oferta Brasileira	10.935.570	21,35	233.474.419,50	228.982.955,35
Oferta Internacional	61.968.236	21,35	1.323.021.838,60	1.297.570.205,98
Total	72.903.806	21,35	1.556.496.258,10	1.526.553.161,33

(1) Sem dedução das comissões e despesas incorridas na Oferta Global.
(2) Levando em consideração comissões totais de 1,924%.

O quadro abaixo indica a quantidade de Ações a serem ofertadas, o Preço por Ação, o valor total de recursos advindos da Oferta Global e os recursos líquidos a serem auferidos pelos Acionistas Vendedores, na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares e da Opção de ADSs Suplementares:

Espécie e classe	**Quantidade**	**Preço por Ação (R$)**	**Montante [1] (R$)**	**Recursos líquidos [2] (R$)**
Oferta Brasileira	12.575.904	21,35	268.495.550,40	263.330.367,25
Oferta Internacional	71.263.472	21,35	1.521.475.127,20	1.492.205.749,44
Total	83.839.376	21,35	1.789.970.677,60	1.755.536.116,69

(1) Sem dedução das comissões e despesas incorridas na Oferta Global.
(2) Levando em consideração comissões totais de 1,924%.

Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado após a efetivação dos Pedidos de Reserva e a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro (i) a cotação das Ações na BOVESPA e das ADSs na NYSE, e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta Brasileira não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de fixação do Preço por Ação. O Preço por Ação foi calculado inicialmente em Dólares e convertido em Reais com base na taxa de câmbio publicada pelo BACEN, na data de celebração do Contrato de Distribuição.

Custos de Distribuição

Os custos de distribuição da Oferta Global serão arcados pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e pelos Coordenadores da Oferta Internacional. A Companhia arcará com determinados custos relacionados a suas viagens, seus auditores e seus consultores.

Abaixo segue descrição dos custos da Oferta Global, calculados com base no Preço por Ação, sem levar em consideração o exercício das Opções:

Comissões e Despesas	**Valor (R$)**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta Global**
Comissão de Coordenação	4.436.014,34	0,285%
Comissão de Colocação	13.308.043,01	0,855%
Prêmio de Garantia Firme	4.436.014.34	0,285%
Comissão de Sucesso	7.763.025,09	0,499%
Total Comissões	29.943.096,77	1,924%
Despesa de Registro da Oferta Brasileira	82.870,00	0,005%
Despesas de Registro e Listagem da Oferta Internacional	292.559,90	0,019%
Despesas com Advogados[(1)]	3.092.364,00	0,203%
Despesas com Consultores	458.326,00	0,030%
Despesas com Publicidade	892.657,66	0,058%
Total de Despesas	4.818.777,56	0,316%
Total	34.761.874,33	2,277%

(1) Despesas estimadas com advogados dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos da América. Valores em dólares norte-americanos foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio de 6 de fevereiro de 2007 de R$2,0833 por US$1,00, que foi a PTAX de venda publicada pelo BACEN nessa data.

Aprovações Societárias

A Oferta Global foi autorizada pela Diretoria Executiva da PREVI, em reunião realizada em 19 de dezembro de 2006, pelo Conselho Deliberativo da SISTEL, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2006, e pela Diretoria da BNDESPAR, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2007, e pelos diretores administrativos da Dassault Aviation e da EADS.

Público Alvo da Oferta Brasileira

As Ações serão ofertadas:

- a Investidores Institucionais que, para fins da Oferta Brasileira, são as pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo, conforme estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as regras da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325;

- a Investidores Não-Institucionais que, para fins da Oferta Brasileira, são as pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, bem como clubes de investimento, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que decidirem participar da Oferta de Varejo, observado o Valor Mínimo e o Valor Máximo de investimento por Investidor Não-Institucional.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira, com a expressa anuência dos Acionistas Vendedores, elaboraram um plano de distribuição das Ações objeto da Oferta Global, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, o qual levou em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta Brasileira deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e eqüitativo aos investidores.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira recomendaram fortemente que os investidores interessados na efetivação de reserva no decorrer do Período de Reserva lessem, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no texto do instrumento específico de Pedido de Reserva, especialmente no que diz respeito aos procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta Brasileira, bem como as informações constantes deste Prospecto e dos termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que diz respeito à confirmação e desistência do Pedido de Reserva.

Cronograma da Oferta Brasileira

Encontra-se abaixo um cronograma indicativo das etapas da Oferta Brasileira, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Evento	Data Efetiva ou Prevista [(1)]
1	Publicação do Aviso ao Mercado sem a indicação dos logos das Corretoras Consorciadas	23 de janeiro de 2007
	Disponibilização do Prospecto Preliminar	23 de janeiro de 2007
	Início do *Roadshow*	23 de janeiro de 2007
	Início de Procedimento de *Bookbuilding*	23 de janeiro de 2007
2	Publicação do Aviso ao Mercado com indicação dos logos das Corretoras Consorciadas	30 de janeiro de 2007
	Início do Período de Reserva	30 de janeiro de 2007
3	Encerramento do Período de Reserva	5 de fevereiro de 2007
4	Encerramento do *Roadshow*	6 de fevereiro de 2007
	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*	6 de fevereiro de 2007
	Fixação do Preço por Ação	6 de fevereiro de 2007
	Assinatura do Contrato de Distribuição e do *Underwriting Agreement*	6 de fevereiro de 2007
	Início do Prazo para o Exercício da Opção de Ações Suplementares e da Opção de ADSs Suplementares	6 de fevereiro de 2007
5	Publicação do Comunicado ao Mercado divulgando o Preço por Ação	7 de fevereiro de 2007
	Registro da Oferta Global[(2)]	7 de fevereiro de 2007
	Publicação do Anúncio de Início no *site* da Companhia (após a concessão do registro da Oferta Global pela CVM)	7 de fevereiro de 2007
	Disponibilização do Prospecto Definitivo (após a concessão do registro da Oferta Global pela CVM)	7 de fevereiro de 2007
6	Publicação do Anúncio de Início no jornal Valor Econômico	8 de fevereiro de 2007
	Início da negociação das Ações objeto da Oferta Brasileira na BOVESPA	8 de fevereiro de 2007
7	Data de Liquidação da Oferta Global	12 de fevereiro de 2007
8	Fim do Prazo para o Exercício da Opção de Ações Suplementares e da Opção de ADSs Suplementares	7 de março de 2007
9	Data máxima para publicação do Anúncio de Encerramento	13 de março de 2007

(1) Todas as datas até 6 de fevereiro são efetivas e as demais datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.
(2) A concessão do registro da Oferta Global pela CVM está sujeita à aprovação do Contrato de Distribuição e dos demais documentos relativos à Oferta Global.

Procedimentos da Oferta Brasileira

Após a concessão do competente registro pela CVM, a distribuição pública das Ações da Oferta Brasileira será efetuada, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, sob regime de garantia firme de liquidação, não-solidária, em mercado de balcão não-organizado, nos termos previstos no artigo 21 da Instrução CVM 400, observado o disposto abaixo.

Conforme o Aviso ao Mercado publicado na data de disponibilização do Prospecto Preliminar, foi concedido aos Investidores Não-Institucionais o Período de Reserva para a realização de Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não-Institucionais realizaram os seus Pedidos de Reserva junto aos Coordenadores Contratados ou a qualquer das Corretoras Consorciadas, credenciadas junto à CBLC para participar da Oferta Brasileira. Os Investidores Não-Institucionais interessados na efetivação de reservas para aquisição de Ações efetivaram seus Pedidos de Reserva, e foram instruídos a ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que diz respeito à confirmação e desistência dos Pedidos de Reserva.

Cada Investidor Não-Institucional pôde efetuar Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Participante da Oferta Brasileira. As Instituições Participantes da Oferta Brasileira somente atenderão aos Pedidos de

Reserva feitos por investidores titulares de conta corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

Oferta de Varejo

O montante mínimo de 10% das Ações objeto da Oferta Brasileira, sem considerar as Ações Suplementares, e máximo de 15% das Ações objeto da Oferta Brasileira, sem considerar as Ações Suplementares ("Ações Objeto da Oferta de Varejo"), será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não-Institucionais. O montante mínimo de 10% das Ações objeto da Oferta Internacional, sem considerar as ADSs Suplementares será destinado prioritariamente à colocação pública junto a pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior. Os montantes mínimos e máximos serão verificados antes de qualquer eventual realocação entre as Ações objeto da Oferta Brasileira e as Ações sob a forma de ADS objeto da Oferta Internacional, sendo que será assegurado que 10% da Oferta Global será alocado para investidores não-institucionais no Brasil ou no exterior, caso haja demanda.

Os Pedidos de Reserva foram efetuados por Investidores Não-Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto no item (g) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, mediante seu preenchimento junto a qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira que foram indicadas no Aviso ao Mercado, por oportunidade de sua republicação em 30 de janeiro de 2007, de acordo com as seguintes condições:

(a) Os Investidores Não-Institucionais interessados realizaram reservas de Ações mediante o preenchimento de Pedidos de Reserva, sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 ("Valor Mínimo") e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 ("Valor Máximo") por Investidor Não-Institucional. Cada um dos Investidores Não-Institucionais pôde efetuar Pedidos de Reserva junto a apenas uma Instituição Participante da Oferta Brasileira. Os Investidores Não-Institucionais puderam estipular no Pedido de Reserva um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400;

(b) Os Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais que tenham estipulado, como condição de eficácia, um preço máximo por Ação inferior ao Preço por Ação serão cancelados pela Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(c) A quantidade de Ações objeto da Oferta Brasileira adquirida e o respectivo valor de investimento serão informados a cada um dos Investidores Não-Institucionais até às 16:00 horas do dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Participante da Oferta Brasileira que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do respectivo Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto no item (f) abaixo;

(d) Na Data de Liquidação (conforme abaixo definido), cada um dos Investidores Não-Institucionais deverá efetuar o pagamento do valor informado conforme disposto no item (c) acima junto à Instituição Participante da Oferta Brasileira que houver recebido os respectivos Pedidos de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas, e cada uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira entregará a cada um dos Investidores Não-Institucionais que com ela tiver efetuado Pedido de Reserva e que tiver efetuado o referido pagamento, a quantidade de Ações objeto da Oferta Brasileira correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de rateio, conforme o previsto no item (f) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(e) Caso a quantidade de Ações correspondente à totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior ao montante de Ações Objeto da Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, e eventuais sobras de Ações objeto da Oferta Brasileira ofertadas a

Investidores Não-Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos abaixo;

(f) Caso a quantidade de Ações correspondente à totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja superior ao montante de Ações Objeto da Oferta de Varejo, será realizado o rateio entre todos os Investidores Não-Institucionais, sendo que (i) até o limite de R$5.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações Objeto da Oferta de Varejo entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações Objeto da Oferta de Varejo; e (ii) uma vez atendido o critério descrito no item (i) acima, as Ações Objeto da Oferta de Varejo remanescentes serão rateados proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações. A critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, a quantidade de Ações destinada à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, observado o limite máximo de 15% da totalidade das Ações objeto da Oferta Brasileira, sem considerar as Ações Suplementares, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito anteriormente;

(g) Exclusivamente nas hipóteses de modificação da Oferta Global, ou ainda de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional ou a sua decisão de investimento, poderá o referido Investidor Não-Institucional desistir do seu respectivo Pedido de Reserva sem qualquer ônus. Na hipótese de modificação da Oferta Global, os Investidores Não-Institucionais que já tiverem aderido à Oferta Brasileira deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação. Caso o Investidor Não-Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva. Na hipótese de divergência entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, o Investidor Não-Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do seu respectivo Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta Brasileira junto a qual tiver efetuado seu Pedido de Reserva, até às 15:00 horas do 5° (quinto) dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. Valores eventualmente depositados ou pagos por cada Investidor Não-Institucional serão devolvidos a ele, sem juros ou correção monetária, e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF no prazo de 3 (três) dias úteis após o cancelamento do Pedido de Reserva;

(h) Na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Global, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira comunicará o cancelamento da Oferta Global, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não-Institucionais que tiverem efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta Brasileira. Valores eventualmente depositados por cada Investidor Não-Institucional serão devolvidos a ele, sem juros ou correção monetária, e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF no prazo de 3 (três) dias úteis após o cancelamento do Pedido de Reserva; e

(i) Na hipótese de haver descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta Brasileira deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta Brasileira, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. A Instituição Participante da Oferta Brasileira a que se refere este item (i) deverá informar imediatamente os Investidores Não-Institucionais que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento.

No contexto da Oferta de Varejo, qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidor Não-Institucional que se declarar (i) controlador ou administrador da Companhia, (ii) controlador ou administrador das Instituições Participantes da Oferta Global, (iii) outra pessoa vinculada à Oferta Global, ou (iv) cônjuges ou

companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) acima ("Pessoas Vinculadas") será cancelado pela Instituição Participante da Oferta Brasileira que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas no contexto da Oferta Global, não computadas as Ações Suplementares, as ADSs Suplementares, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a aquisição de Ações objeto da Oferta Brasileira mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

Oferta Institucional

As Ações não destinadas à Oferta de Varejo, bem como as eventuais sobras das Ações da Oferta de Varejo serão destinadas à distribuição pública junto a Investidores Institucionais, sendo que não foram admitidas para estes Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo Valor Mínimo ou Valor Máximo de investimento.

Caso o número de Ações da Oferta Institucional objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações da Oferta Brasileira remanescentes, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério do Coordenador Líder, melhor atendam o objetivo da Oferta Global de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, levando-se em conta, ainda, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com o plano de distribuição desenvolvido pelos Coordenadores da Oferta Brasileira em conjunto com os Acionistas Vendedores.

No contexto da Oferta Institucional, qualquer Investidor Institucional que seja Pessoa Vinculada e que, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, houver realizado ordens no contexto da Oferta Institucional, terá sua ordem desconsiderada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas no contexto da Oferta Global, não computadas as Ações Suplementares, as ADSs Suplementares, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição de Ações da Oferta Brasileira mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato de aquisição.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta Global será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

O prazo para a distribuição das Ações da Oferta Global é de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início ou até a publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("Prazo de Distribuição"). A liquidação financeira das Ações da Oferta Brasileira está prevista para ocorrer no dia 12 de fevereiro de 2007 ("Data de Liquidação").

Caso as Ações objeto da Oferta Brasileira não tenham sido totalmente distribuídas até a Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira realizarão a aquisição, ao final de tal prazo, do eventual saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme por eles prestada e o número de Ações efetivamente liquidadas, observado o limite de garantia firme de liquidação prestada individualmente por cada Coordenador da Oferta Brasileira, pelo Preço por Ação acima mencionado. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta Brasileira durante o Prazo de Distribuição, ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, se esta ocorrer primeiro, o preço de revenda será o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, até o limite máximo do Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.

O término da Oferta Global e seu resultado serão anunciados mediante a publicação de Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição foi celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a CBLC, na qualidade de interveniente anuente. De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Brasileira concordaram em distribuir, inicialmente, em regime de garantia firme de liquidação, não solidária, a quantidade de Ações indicadas na tabela abaixo:

	Número de Ações
Coordenador Líder	5.467.785
Merrill Lynch	5.467.785
Total	10.935.570

O Contrato de Distribuição contempla os demais termos e condições da Oferta Brasileira descritos nesta seção.

Também foi celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Internacional, o *Underwriting Agreement*, segundo o qual os Coordenadores da Oferta Internacional prestarão garantia firme, não solidária, de aquisição de 61.968.236 Ações, sob a forma de ADSs. Segue abaixo a quantidade inicial de Ações, sob a forma de ADSs, que cada um dos Coordenadores da Oferta Internacional se comprometeu a distribuir:

	Número de Ações
JP Morgan Securities	30.984.118
Merrill Lynch Incorporated	30.984.118
Total	61.968.236

O Contrato de Distribuição e o *Underwriting Agreement* estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional de efetuar o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a entrega de pareceres por seus consultores legais.

De acordo com o Contrato de Distribuição e o *Underwriting Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores obrigaram-se a indenizar os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências, inclusive contingências resultantes da aplicação da Lei das Sociedades por Ações, da Lei 6.385, de 7 de setembro de 1976 e do *Securities Act*. As Ações serão distribuídas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira pelo Preço por Ação a ser indicado na capa do Prospecto Definitivo.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional celebraram o *Intersyndicate Agreement*, dispondo sobre a coordenação de suas atividades. De acordo com os termos do *Intersyndicate Agreement*, os Coordenadores da Oferta Internacional e os Coordenadores da Oferta Brasileira poderão comprar ou vender Ações Objeto da Oferta Global entre si ou realocar as Ações Objeto da Oferta Global entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional.

A realização e a liquidação da Oferta Brasileira são condicionadas à realização e à liquidação da Oferta Internacional e vice-versa. Portanto, caso as condições para a realização da Oferta Internacional não sejam cumpridas, a Oferta Brasileira não será realizada e liquidada, e vice-versa.

Informações Detalhadas sobre a Garantia Firme

A garantia firme consiste na obrigação de aquisição das Ações pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelo Preço por Ação constante deste Prospecto Definitivo, até os percentuais relativos a cada Coordenador da Oferta Brasileira, indicados neste Prospecto. Tal garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Oferta Global, assinado o Contrato de Distribuição e divulgado este Prospecto Definitivo. Caso as Ações da Oferta Brasileira não sejam totalmente liquidadas na Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira adquirirão, respeitados os limites das respectivas garantias firmes de liquidação individual e não solidária, pelo Preço por Ação, a totalidade do

saldo resultante da diferença entre o número de Ações Objeto da Oferta Brasileira objeto de garantia firme de liquidação por eles prestada e o número de Ações Objeto da Oferta Brasileira efetivamente liquidadas pelos investidores que as adquiriram. colocadas junto a investidores pelo Preço por Ação constante deste Prospecto Definitivo. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações Objeto da Oferta Brasileira junto ao público pelos Coordenadores da Oferta Brasileira durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda será o preço de mercado de tais Ações, até o limite máximo do Preço por Ação, ressalvada a atividade de estabilização realizada nos termos do Contrato de Estabilização.

Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)

Salvo determinadas exceções e salvo com o consentimento prévio dos Coordenadores da Oferta Internacional, a Companhia, os membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, bem como os Acionistas Vendedores (em conjunto, "Sujeitos às Restrições de Transferência") concordaram que não irão, pelo período de 90 dias contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ("Período Restrito"), inclusive, observadas determinadas exceções resumidas abaixo, direta ou indiretamente (i) oferecer, empenhar, anunciar a intenção de vender, vender ou contratar a venda, vender qualquer opção ou contrato para a aquisição, adquirir qualquer opção ou contrato para a aquisição de, conceder qualquer opção, direito ou bônus de subscrição para a aquisição de ou que de qualquer outra forma resultem na transferência de ações de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, ou de qualquer outro valor mobiliário conversível ou permutável em ação ou ADSs; (ii) celebrar qualquer instrumento de *swap* ou outros acordos que transfirem a outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer dos direitos patrimoniais relativos a ações ou ADSs da Companhia, independentemente de as operações descritas nos itens (i) e (ii) serem efetivamente liquidadas mediante a entrega de ações de emissão da Companhia, ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia, em dinheiro, ou de qualquer outra forma; e (iii) solicitar que a Companhia requeira, ou exercer qualquer direito relativamente ao, arquivamento um pedido de registro relativo às ações da Companhia, inclusive sob a forma de ADS, ou outro valor mobiliário conversível ou permutável em ação, que não as Ações objeto da Oferta Global;

Adicionalmente, as restrições acima descritas permanecerão em vigor até o término do período de 18 dias contado a partir da divulgação do demonstrativo de resultados ou da ocorrência de um evento material relacionado à Companhia, nas seguintes situações:

- se, nos 17 últimos dias do Período Restrito, a Companhia divulgar um demonstrativo de resultados ou ocorrer algum evento material relacionado à Companhia; ou

- se, antes do término do Período Restrito, a Companhia anunciar que ela divulgará demonstrações de resultado nos 16 dias subseqüentes ao término do Período Restrito.

Não obstante, as restrições acima não serão aplicáveis à Companhia nas seguintes situações:

- emissão pela Companhia de opções de compra de Ações no contexto do plano de opção de compra de Ações existente da Companhia para administradores e empregados da mesma, desde que os Coordenadores da Oferta Internacional tenham sido notificados por escrito a respeito da existência das opções anteriormente à data de assinatura do contrato de *lock-up*; e

- emissão pela Companhia de Ações quando do exercício das opções de compra de ações no contexto do plano de opção de compra de ações da Companhia, ou exercício de alguma outra opção ou direito de conversão, desde que os Coordenadores da Oferta Internacional tenham sido notificados por escrito a respeito da existência de tais opções e direitos anteriormente à data de assinatura do contrato de *lock-up*.

Não obstante, as restrições acima não serão aplicáveis aos Acionistas Vendedores nas seguintes situações:

- transferência a título gratuito, de boa fé, desde que antes da respectiva transferência o beneficiário concorde, por escrito, com os termos e condições do Período Restrito;

- transferência para a administração de um agente fiduciário, em benefício direto ou indireto do Acionista Vendedor e/ou, se aplicável, para a família de tal Acionista Vendedor;

- transferência para qualquer das afiliadas dos Acionistas Vendedores, desde que antes da respectiva transferência o comprador concorde, por escrito, com os termos e condições do Período Restrito; e

- transferência das Ações para fins de estabilização do Preço por Ação, em conformidade com o Contrato de Estabilização.

Estabilização do Preço de Ações

A Merrill Lynch, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, poderá realizar atividades de estabilização de preço das Ações, a partir do dia seguinte da assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Contrato de Estabilização"), inclusive, e pelo prazo de 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi aprovado pela CVM e pela BOVESPA.

Não existe obrigação por parte da Merrill Lynch ou da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento.

Direitos, Vantagens e Restrições de Ações

As Ações garantem aos seus titulares os direitos decorrentes do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Novo Mercado, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembléias gerais da Companhia, sendo que a cada Ação corresponderá um voto, sujeito a limitações específicas, conforme descritas em "Descrição do Capital Social - Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias" e "Descrição do Capital Social - Limitações dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros";

- direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- direito de alienação de suas Ações, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* com 100% do preço);

- exceto nas hipóteses descritas no Estatuto Social da Companhia, direito de ser incluído em uma oferta pública de aquisição das Ações a ser realizada por qualquer acionista ou grupo de acionistas que adquirir participação igual ou superior a 35% do capital social da Companhia, inclusive usufruto e fideicomisso que representem mais de 35% do capital social da Companhia, observados determinados parâmetros mínimos para a determinação do preço de aquisição (vide "Descrição do Capital Social - Mecanismo para Promover a Dispersão das Nossas Ações", para maiores detalhes sobre os critérios para fixação do preço mínimo de aquisição);

- nos termos do Estatuto Social da Companhia, qualquer alteração ou supressão dos dispositivos de dispersão acionária e de limitação de voto acima descritos somente poderão ser implementadas se primeiramente aprovadas pelo Conselho de Administração, pela União (a qual poderá exercer o poder de veto ou se manifestar favoravelmente à alteração ou supressão, dentro do prazo de 30 dias) e pela Assembléia Geral. Na hipótese de a União não se manifestar no referido prazo, ela poderá exercer o poder de veto na Assembléia Geral em que a matéria for apreciada;

- em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou de cancelamento de listagem da Companhia no Novo Mercado, direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição a ser efetivada pelo acionista controlador (se não houver controle difuso, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia), ou, em havendo controle difuso (i) em caso de cancelamento do registro de companhia aberta, pela própria Companhia; (ii) em caso de cancelamento da listagem da Companhia no Novo Mercado (x) em razão do registro para negociação fora do Novo Mercado ou de reorganização societária, pelos acionistas que votarem favoravelmente ao cancelamento; ou (y) em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique em descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, ou pela Companhia, caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração. A oferta pública para aquisição das ações deverá ser realizada, no mínimo, pelo valor econômico das ações apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia; e

- direito integral aos dividendos e demais direitos pertinentes às Ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data da Liquidação.

Admissão à Negociação de Ações Ordinárias

Nossas ações ordinárias são admitidas à negociação na BOVESPA sob o código "EMBR3" e na NYSE, na forma de ADSs, sob o código "ERJ".

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

O Acionistas Vendedores podem requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta Global caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Global existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos por eles assumidos. Adicionalmente, os Acionistas Vendedores podem modificar, a qualquer tempo, a Oferta Global a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta Global seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Global poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta Global for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão consideradas ineficazes.

A revogação da Oferta Global ou qualquer modificação na Oferta Global será imediatamente divulgada por meio do jornal Valor Econômico, veículo também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (o "Anúncio de Retificação"). Após a publicação do Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Brasileira serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese a revogação torna ineficazes a Oferta Global e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sem reembolso e com dedução, se for o caso, do valor relativo à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF").

Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira

Coordenador Líder e Companhia

A Companhia e suas coligadas e/ou controladas mantêm relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Coordenador Líder e outras sociedades do conglomerado do qual fazem parte, realizam ou podem vir a realizar operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Coordenador Líder e Previ

A Previ mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Coordenador Líder e outras sociedades do conglomerado do qual fazem parte, realiza ou pode vir a realizar operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Coordenador Líder e Sistel

Exceção feita à Oferta Global, a Sistel não mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Coordenador Líder e outras sociedades do conglomerado do qual fazem parte, não realiza, mas pode vir a realizar, operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Coordenador Líder e BNDESPAR

A BNDESPAR mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Coordenador Líder e outras sociedades do conglomerado do qual fazem parte, realiza ou pode vir a realizar operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Coordenador Líder e Dassault Aviation

Exceção feita à Oferta Global, a Dassault Aviation e suas controladas, diretas e indiretas, não mantêm relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Coordenador Líder e outras sociedades do conglomerado do qual fazem parte, não realizam, mas podem vir a realizar, operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Coordenador Líder e EADS

A EADS e suas controladas, diretas e indiretas, mantêm relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Coordenador Líder e outras sociedades do conglomerado do qual fazem parte, realizam ou podem vir a realizar operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Merrill Lynch e Companhia

Exceção feita à Oferta Global, a Merrill Lynch não mantém relações comerciais relevantes com a Companhia porém, no futuro, a Merrill Lynch poderá ser contratada para assessorar a Companhia, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Merrill Lynch e Previ

Exceção feita à Oferta Global, a Merrill Lynch não mantém relações comerciais relevantes com a Previ porém, no futuro, a Merrill Lynch poderá ser contratada para assessorar a Previ, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Merrill Lynch e Sistel

Exceção feita à Oferta Global, a Merrill Lynch não mantém relações comerciais relevantes com a Sistel porém, no futuro, a Merrill Lynch poderá ser contratada para assessorar a Sistel, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Merrill Lynch e BNDESPAR

Exceção feita à Oferta Global, a Merrill Lynch não mantém relações comerciais relevantes com a BNDESPAR porém, no futuro, a Merrill Lynch poderá ser contratada para assessorar a BNDESPAR, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Merrill Lynch e Dassault Aviation

Exceção feita à Oferta Global, a Merrill Lynch não mantém relações comerciais relevantes com a Dassault Aviation, porém, no futuro, a Merrill Lynch poderá ser contratada para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Merrill Lynch e EADS

Exceção feita à Oferta Global, a Merrill Lynch não mantém relações comerciais relevantes com a EADS, porém, no futuro, a Merrill Lynch poderá ser contratada para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores Contratados

Banco do Brasil e Embraer

A Embraer mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Banco do Brasil e outras sociedades do conglomerado do qual faz parte, tais como financiamentos ao comércio exterior, linhas de crédito diversas com subsidiárias no exterior, repasses do BNDES, serviços de "cash managment", captações no país e no exterior, serviços de câmbio e comércio exterior, serviços de custódia qualificada, seguros, previdência fechada, cartão de crédito, gestão de recursos, além da participação acionária do BB BI.

Banco do Brasil e PREVI

A Previ mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Banco do Brasil e outras sociedades do conglomerado do qual faz parte, tais como serviços de banco de investimento, assessoria e consultoria financeira, de acordo com as práticas de mercado. O BB poderá prestar, no futuro, outros serviços e/ou assessorias a Sistel de acordo com as práticas de mercado.

Banco do Brasil e Sistel

A Sistel mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Banco do Brasil e outras sociedades do conglomerado do qual faz parte, tais como serviços de "cash managment" e gestão de recursos. O BB poderá prestar, no futuro, outros serviços e/ou assessorias a Sistel de acordo com as práticas de mercado.

Banco do Brasil e BNDESPAR

O BNDESPAR mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com o Banco do Brasil e outras sociedades do conglomerado do qual faz parte, tais como serviços de banco de investimento, assessoria e consultoria financeira, de acordo com as práticas de mercado. O BB poderá prestar, no futuro, outros serviços e/ou assessorias a Sistel de acordo com as práticas de mercado.

Banco do Brasil e Dassault Aviation

Exceção feita à Oferta Global, a Dassault Aviation não mantém relações comerciais relevantes com o Banco do Brasil, porém, no futuro, o Banco do Brasil poderá ser contratado para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Banco do Brasil e EADS

Exceção feita à Oferta Global, a EADS não mantém relações comerciais relevantes com o Banco do Brasil, porém, no futuro, o Banco do Brasil poderá ser contratado para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual e Embraer

Além do relacionamento referente à Oferta Global, a Companhia manteve e mantém relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Banco UBS Pactual S.A. ou com sociedades de seu conglomerado econômico. A Companhia pode, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual e PREVI

Além do relacionamento referente à Oferta Global, a Previ manteve e mantém relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Banco UBS Pactual S.A. ou com sociedades de seu conglomerado econômico. Atualmente, a PREVI possui investimentos sob a administração de uma subsidiária responsável pela administração de recursos de terceiros do Banco UBS Pactual S.A. A Previ pode, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual e Sistel

Além do relacionamento referente à Oferta Global, a Sistel manteve e mantém relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Banco UBS Pactual S.A. ou com sociedades de seu conglomerado econômico. A Sistel pode, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual e BNDESPAR

Além do relacionamento referente à Oferta Global, a BNDESPAR manteve e mantém relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Banco UBS Pactual S.A. ou com sociedades de seu conglomerado econômico. Atualmente, a BNDESPAR possui investimentos sob a administração de uma subsidiária responsável pela administração de recursos de terceiros do Banco UBS Pactual S.A. A BNDESPAR pode, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual e Dassault Aviation

Além do relacionamento referente à Oferta Global, a Dassault Aviation manteve e mantém relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Banco UBS Pactual S.A. ou com

sociedades de seu conglomerado econômico. A Dassault Aviation pode, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual e EADS

Além do relacionamento referente à Oferta Global, a EADS manteve e mantém relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Banco UBS Pactual S.A. ou com sociedades de seu conglomerado econômico. A EADS pode, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Instituição Financeira Depositária das Ações

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de custódia, escrituração e transferência das Ações é o Banco Itaú S.A.

Instituição Financeira Depositária dos ADSs

A instituição financeira depositária dos ADSs é JPMorganChase Bank, N.A.

Instituição Financeira Custodiante das Ações Subjacentes aos ADSs

A instituição financeira custodiante das Ações subjacentes aos ADSs é o Banco Itaú S.A.

Informações Adicionais

Possuímos o registro de companhia aberta junto à CVM sob o número 02008-7.

Os Acionistas Vendedores declaram que não possuem qualquer informação relevante sobre a Companhia que não seja de conhecimento público ou que nâo esteja divulgada neste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta Brasileira, a consulta a este Prospecto nos endereços das Instituições Participantes da Oferta Brasileira mencionadas abaixo. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta Global e, mais especificamente, da Oferta Brasileira, e dos riscos a elas inerentes.

Cópias do Contrato de Distribuição, do Contrato de Estabilização e demais documentos da Oferta Global, bem como quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e sobre a Oferta Global poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta Brasileira, nos endereços abaixo indicados.

Para a obtenção de maiores informações sobre a Oferta de Varejo e sobre a Oferta Institucional, bem como outras informações e esclarecimentos a respeito da Oferta Global, os investidores interessados deverão contatar as Instituições Participantes da Oferta Brasileira.

Coordenadores da Oferta Brasileira

Coordenador Líder

Banco J.P. Morgan S.A.
Sr. Ricardo Stern
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.729, 13° andar
São Paulo – SP
(0xx11) 3048-3700
www.jpmorgan.com/brasil/prospecto/embraer

Merrill Lynch

Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Sr. Richard Rainer
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 18° andar
São Paulo – SP
(0xx11) 2188-4700
www.merrilllynch-brasil.com.br

Coordenadores Contratados

Banco do Brasil

BB Banco de Investimento S.A.
Sr. Alexandre Wanzeller Casali
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
Rio de Janeiro - RJ (0xx 21) 3808-2742
www.bb.com.br

UBS Pactual

Banco UBS Pactual S.A.
Sr. Evandro Pereira
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar
São Paulo - SP
Tel.: (0xx11) 3046-2000
www.ubs.com/ubspactual

Corretoras Consorciadas

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente publicado em 23 de janeiro de 2007 sem a indicação das Corretoras Consorciadas e foi republicado, no dia 30 de janeiro de 2007, incluindo os logotipos das Corretoras Consorciadas. A partir dessa data puderam ser obtidas informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas no *site* da Internet da CBLC (www.cblc.com.br).

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante a distribuição; (ii) o Prospecto Preliminar continha, na data de sua disponibilização, e este Prospecto Definitivo contém, nesta data, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (iii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Considerando que (a) os Acionistas Vendedores não são acionistas controladores da Companhia; (b) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguiu até a divulgação deste Prospecto Definitivo; (c) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global; (d) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas à Companhia; e (e) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global, os Acionistas Vendedores, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declaram que tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações fornecidas ao mercado pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integraram o Prospecto Preliminar e que integram este Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global. Os Acionistas Vendedores declaram ainda que (i) o Prospecto Preliminar continha, na data de sua disponibilização, e este Prospecto Definitivo contém, nesta data, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400.

Considerando que (a) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguiu até a divulgação deste Prospecto Definitivo; (c) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global; (d) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global, o Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (i) as informações fornecidas ao mercado pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integraram o Prospecto Preliminar e que integram o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global. O Coordenador Líder declara ainda que (i) o Prospecto Preliminar continha, na data de sua disponibilização, e o Prospecto Definitivo contém, nesta data, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, ACIONISTAS VENDEDORES, ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Identificação da Companhia	Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.689.002/0001-89, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.300.325.761.
Sede da Companhia	A sede da Companhia está localizada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.170.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia está localizada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.170. O responsável por esta Diretoria é o Sr. Antonio Luiz Pizarro Manso. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é (0xx12) 3927-1216, o fac-símile é (0xx12) 3922-6070 e o endereço eletrônico é investor.relations@embraer.com.br.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com endereço na Rua Alexandre Dumas, n° 1.981, Estado de São Paulo. O telefone dos Auditores Independentes é (0xx11) 5186-1229, o fac-símile é (0xx11) 5186-6000. O representante dos auditores independentes para fins da Oferta Global é o Sr. José Domingos de Prado.
Acionistas Vendedores	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a Fundação SISTEL de Seguridade Social, a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a Dassault Aviation S.A. e a European Aeronautic Defence and Space Company EADS France.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	A Companhia tem suas Ações negociadas sob o código "EMBR3" na BOVESPA e sob o código "ERJ" na NYSE, observando-se que a Companhia integra o Novo Mercado da BOVESPA. Para maiores informações sobre os valores mobiliários emitidos, veja a Seção "Informações sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos".
Jornais nos quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Vale Paraibano em São José dos Campos e no jornal Gazeta Mercantil.
Site na Internet	www.embraer.com.br. As informações contidas no *site* da Companhia na Internet não fazem parte deste Prospecto.

Coordenador Líder	Banco J.P. Morgan S.A, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.729, 13° andar, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3048-3700. O representante dessa instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Ricardo Stern.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Banco J.P. Morgan S.A, com seu endereço acima descrito, e Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 18° andar, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 2188-4700. O representante dessa instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Richard Rainer.
Consultores Legais da Companhia	O consultor legal da Companhia para Direito Brasileiro é o Dr. Flávio Rímoli, com endereço na sede da Companhia. O telefone é (0xx12) 3927-1216. Os consultores legais da Companhia para direito norte-americano são os advogados do escritório Shearman & Sterling LLP, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3702-2200. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Richard Aldrich.
Consultores Legais dos Acionistas Vendedores ...	O consultor legal da Previ para direito brasileiro é o Sr. Mattheus Corredato Rossi. O telefone é (0xx21) 3870-1102. O consultor legal da Sistel para direito brasileiro é o Sr. Tarcisio Luiz Fontenele. O telefone é (0xx61) 3317-7245. O consultor legal da BNDESPAR para direito brasileiro é a Sra. Mariane Sardenberg Sussekind. O telefone é (0xx21) 2172-6972 Os consultores legais da Dassault Aviation e da EADS para direito brasileiro são os advogados do escritório Pinheiro Neto Advogados, com endereço na Rua Hungria, 1.100, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3247-8400. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Antônio Mendes. Os consultores legais da Previ, Sistel e BNDESPAR para direito norte-americano são os advogados do escritório Shearman & Sterling LLP, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3702-2200. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Richard Aldrich. Os consultores legais da Dassault Aviation e EADS para direito norte-americano são os advogados do Hogan & Hartson LLP, com endereço em 875 Third Avenue New York, NY 10022, Estados Unidos da América. O telefone é 1.212.918.3000. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Jeffrey W. Rubin. Os consultores legais da Dassault Aviation e EADS para direito francês são os advogados do escritório Hogan & Hartson MNP, com endereço em 69, avenue Franklin Roosevelt 75008 Paris, França. O telefone é 33.1.55.73.23.00. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Jean-Marc Franceschi.

Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta

Brasileira.....	Os consultores legais dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional para direito brasileiro são os advogados do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, com endereço na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3147-7600. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. Sergio Spinelli Silva Jr. Os consultores legais dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Corodenadores da Oferta Internacional para direito norte-americano são os advogados do escritório Simpson Thacher & Bartlett LLP, com endereço à 2550 Hanover Street Palo Alto, California, EUA. O telefone é (00xx1650) 251-5000. O representante desta instituição para os fins da Oferta Global é o Sr. William B. Brentani.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas e demais informações financeiras e contábeis incluídas neste Prospecto. Veja a Seção "Informações Financeiras Selecionadas".

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossas informações financeiras consolidadas e outras informações nas datas e para cada período indicado. As informações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram auditadas pela Deloitte. As informações trimestrais mencionadas abaixo para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram objeto de revisão especial pela Deloitte.

As informações financeiras relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 incluídas neste Prospecto são baseadas na consolidação da Companhia com a Antiga Embraer como se a Companhia já tivesse sido constituída e a Reorganização Societária já tivesse sido concluída a partir de 1º de janeiro de 2003. Como conseqüência da Reorganização Societária, a Companhia incorporou a Antiga Embraer com efeitos a partir de 1º de abril de 2006 e sucedeu a todos os direitos e obrigações da Antiga Embraer.

As demonstrações financeiras consolidadas da Antiga Embraer relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 são incluídas neste Prospecto em razão da essência econômica da Companhia não ter sido alterada em seus principais aspectos.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 foram ajustadas em atendimento à Instrução CVM 408, que requereu a consolidação daquelas EPEs das quais detínhamos o controle ou partilhávamos de forma majoritária de seus riscos e recompensas, apesar de não determos participação societária em tais EPEs. Em virtude da consolidação de tais EPEs, as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 diferem das demonstrações financeiras publicadas por nós anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 408. Em conformidade com a Instrução CVM 408, não ajustamos as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, que não refletem a consolidação de EPEs.

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	(em milhões de reais)				
Demonstração de Resultado:	**2006**	**2005**	**2005**	**2004**	**2003**
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.011,3	6.407,9	9.140,5	10.252,6	6.599,1
Deduções da receita bruta	1,0	(2,2)	(7,2)	(21,5)	(28,5)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	6.012,3	6.405,6	9.133,3	10.231,1	6.570,6
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(4.509,7)	(4.849,2)	(6.966,8)	(6.822,8)	(4.219,8)
Resultado bruto	1.502,6	1.556,5	2.166,5	3.408,3	2.350,8
Receitas (despesas) operacionais	(1.151,7)	(1.181,1)	(1.712,4)	(2.358,1)	(1.661,7)
Com vendas	(651,6)	(403,4)	(617,4)	(992,7)	(596,9)
Gerais e administrativas	(331,8)	(332,8)	(483,2)	(389,2)	(337,3)
Financeiras	(63,3)	(260,0)	(333,1)	(664,0)	(553,5)
Receitas financeiras	(187,6)	(769,7)	(95,4)	(137,8)	(820,2)
Despesas financeiras	124,3	509,7	(237,7)	(526,2)	266,7
Outras receitas operacionais	47,7	48,7	65,1	97,5	77,9
Outras despesas operacionais	(153,8)	(226,7)	(336,8)	(409,7)	(251,9)
Resultado da equivalência patrimonial	1,1	(6,9)	(7,0)	0,0	0,0
Resultado operacional	350,9	375,4	454,1	1.050,2	689,1

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em milhões de reais)				
Demonstração de Resultado:	**2006**	**2005**	**2005**	**2004**	**2003**
Resultado não operacional	7,5	(1,8)	13,8	(0,0)	(46,1)
Receitas	8,7	5,7	10,1	1,8	13,1
Despesas	(1,2)	(7,5)	3,7	(1,8)	(59,2)
Resultado antes da tributação e participações	358,4	373,6	467,9	1.050,2	643,0
Provisão para IR e Contribuição Social	(146,2)	(194,2)	(179,7)	(345,8)	(249,8)
Reversão dos juros sobre capital próprio	206,8	331,8	444,7	585,2	196,1
Participações minoritárias	(12,8)	(7,5)	(23,9)	(8,6)	(1,7)
Lucro (prejuízo) do período	406,2	503,7	709,0	1.280,9	587,6

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em milhões de reais)				
Outras Informações Financeiras:	**2006**	**2005**	**2005**	**2004**	**2003**
EBITDA[1]	646,2	831,9	1.047,4	1.927,2	1.401,5
EBITDA Ajustado[1]	657,9	846,3	1.078,3	1.953,8	1.403,3
Margem de EBITDA Ajustado [2]	10,9%	13,2%	11,8%	18,9%	19,1%
Caixa gerado por (usado em) atividades operacionais	1.036,7	527,7	1.569,4	371,5	1.244,9
Caixa gerado por (usado em) atividades de investimento	(763,2)	(1.846,6)	(426,6)	(686,0)	(971,7)
Caixa gerado por (usado em) atividades de financiamento	(335,5)	264,3	(169,0)	146,2	1.064,6

[1] O EBITDA, de acordo com o Ofício Circular CVM nº. 1/2005 representa o lucro líquido adicionado de receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e receitas (despesas) não operacionais. O EBITDA Ajustado representa o EBITDA adicionado do participação minoritária e equivalência patrimonial. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são apresentados como informações suplementares por serem, no entendimento de nossa administração, indicadores financeiros úteis para indicar o desempenho operacional de uma companhia. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado não devem ser analisados isoladamente ou em substituição ao lucro operacional e ao lucro líquido, determinados conforme as Práticas Contábeis Brasileiras. Os investidores também devem notar que a demonstração de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável com indicadores similares usados por outras empresas. A tabela a seguir representa o cálculo efetuado para determinar o EBITDA e o EBITDA Ajustado nos períodos especificados.

[2] A margem de EBITDA Ajustado representa o EBITDA Ajustado como porcentagem da receita líquida para o mesmo período.

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em milhões de reais)				
	2006	**2005**	**2005**	**2004**	**2003**
Cálculo do EBITDA:					
Lucro (prejuízo) líquido	406,2	503,7	708,9	1.280,9	587,7
Reversão de juros sobre o capital próprio	(206,8)	(331,8)	(444,7)	(585,2)	(196,1)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	63,3	260,0	333,1	664,0	553,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	146,2	194,2	179,7	345,9	249,8
Depreciação e amortização	244,8	204,0	284,2	221,6	160,5
Receitas (despesas) não operacionais	(7,5)	1,8	(13,8)	--	46,1
EBITDA	646,2	831,9	1.047,4	1.927,2	1.401,5
Participação Minoritária	12,8	7,5	23,9	8,6	1,7
Equivalência Patrimonial	(1,1)	6,9	7,0	--	
EBITDA Ajustado	657,9	846,3	1.078,3	1.953,8	1.403,3

Balanço patrimonial consolidado	**Em 30 de setembro de 2006**	**Em 31 de dezembro de 2005**	**Em 31 de dezembro de 2004**	**Em 31 de dezembro de 2003**
Ativo				
Ativo total	17.126,4	16.983,2	16.708,4	12.831,0
Ativo circulante	11.538,3	11.239,6	10.556,3	9.336,5
Disponibilidades	4.401,3	4.464,0	3.490,2	3.658,6
Créditos	878,1	1.388,2	1.520,1	934,5
Prov. Para créditos de Liquid. Duvidosa	(88,8)	(110,8)	(62,4)	(70,1)
Clientes	941,2	1.154,6	1.550,3	1.004,6

Balanço patrimonial consolidado	Em 30 de setembro de 2006	Em 31 de dezembro de 2005	Em 31 de dezembro de 2004	Em 31 de dezembro de 2003
Financiamento a clientes	25,7	344,4	32,2	0,0
Estoques	4.342,4	3.888,2	4.017,3	3.303,4
Outros	1.916,5	1.499,2	1.528,7	1.440,0
Impostos a recuperar	170,5	104,8	87,2	80,3
Despesas pagas antecipadamente	109,0	79,4	81,9	79,2
Outros créditos	311,1	231,5	154,0	187,9
IR e Contribuição Social diferidos	274,4	284,1	277,2	333,4
Depósitos em garantia	681,6	630,9	616,9	746,7
Títulos e valores mobiliários	179,7	15,3	124,1	12,5
Contas a receber vinculadas	190,2	153,2	187,4	0,0
Ativo realizável a longo prazo	3.084,6	3.377,3	3.825,4	1.123,7
Créditos diversos	363,3	342	605,6	35,6
Clientes	10,5	12,4	351,7	35,6
Financiamentos a clientes	352,8	329,6	253,9	0,0
Outros	2.721,3	3.035,3	3.219,8	1.088,1
Depósitos em garantia	622,3	639,5	673,3	621,9
IR e Contribuição Social diferidos	344,1	319,3	293,0	182,2
Impostos a recuperar	3,8	2,9	4,9	4,5
Despesas pagas antecipadamente	4,2	8,8	16,0	86,5
Estoques	67,6	79,1	52,2	42,7
Outros créditos	19,8	66,2	63,5	57,8
Títulos e valores mobiliários	70,3	73,2	74,5	92,5
Contas a receber vinculadas	1.589,2	1.846,3	2.042,4	0,0
Ativo permanente	2.503,5	2.366,3	2.326,7	2.370,8
Investimentos	2,5	0,4	53,9	13,9
Participações em coligadas	2,5	0,4	53,9	13,9
Imobilizado	1.304,6	1.184,4	1.094,8	1.177,6
Diferido	1.196,4	1.181,5	1.178,0	1.179,3
Passivo				
Passivo total	17.126,4	16.983,2	16.708,4	12.831,1
Passivo circulante	7.315,5	6.209,8	6.166,3	6.093,6
Empréstimos e financiamentos	1.654,9	1.112,7	1.362,5	1.493,9
Fornecedores	1.759,4	1.704,8	1.477,2	1.167,5
Impostos, taxas e contribuições	297,9	351,9	347,4	67,5
Dividendos a pagar	35,6	0,0	0,0	0,0
Provisões	776,0	811,3	706,7	898,5
Outros	2.791,7	2.229,1	2.272,5	2.466,2
Adiantamentos de clientes	1.450,1	1.137,6	996,9	1.350,9
Contas a pagar	198,4	155,2	130,0	95,1
Contribuições de parceiros	13,2	10,4	9,6	4,9
Juros sobre capital próprio	82,2	100,2	147,9	106,5
Contingências	32,1	22,1	15,6	872,3
IR e Contribuição Social diferidos	145,7	51,8	39,7	36,5
Dívidas com e sem direito de regresso	870,0	751,8	932,8	0,0
Passivo exigível a longo prazo	4.729,1	5.861,0	6.036,8	2.969,7
Empréstimos e financiamentos	1.824,3	2.524,1	2.191,1	1.522,5
Provisões	15,0	-	-	-
Outros	2.889,8	3.336,9	3.845,7	1.447,2
Impostos, taxas e contribuições	883,5	1.202,5	1.020,0	41,4
Contribuições de parceiros	249,0	229,0	371,7	678,9
Adiantamentos de clientes	329,0	227,1	275,0	319,4
Contingências	59,6	78,4	42,4	76,4
IR e Contribuição Social diferidos	389,2	361,0	359,3	282,3
Contas a pagar	48,3	65,1	31,3	48,8
Fornecedores	0,0	7,9	9,2	0,0
Dívidas com e sem direito de regresso	931,2	1.165,9	1.736,8	0,0
Resultados de exercícios futuros	44,0	49,3	0,0	0,0
Participações minoritárias	137,1	127,2	62,6	36,0
Patrimônio líquido	4.900,7	4.735,9	4.442,7	3.731,8
Capital social realizado	4.772,7	3.592,8	3.144,4	2.320,1
Reservas de capital	0,0	142,2	139,3	133,6
Reservas de lucro	51,1	1.000,9	1.159,0	1.278,1
Legal	0,0	310,2	274,4	210,5
Estatutária	0,0	690,7	884,6	1.067,6
Outras reservas de lucro	51,1	0,0	0,0	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados	76,9	0,0	0,0	0,0

	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de
	2005	2004	2003	2002	2001	2006
Outras informações:						
Aeronaves entregues durante o período[1]:						
Aviação Comercial						
EMB 120 Brasília	—	—	—	—	2	—
ERJ 145	46	87(5)	57	82	104	10
ERJ 135	2	1(1)	14	3	27	—
ERJ 140	—	—	16	36	22	—
EMBRAER 170	46(1)	46	—	—	—	26(2)
EMBRAER 175	14	—	—	—	—	8
EMBRAER 190	12	—	—	—	—	28
EMBRAER 195	—	—	—	—	—	1
Defesa e Governo						
Legacy	6	—	—	1	—	—
EMB 135	—	—	—	—	2	—
EMB 145	1	1	1	1	1	—
EMB 145 AEW&C/RS/MP	1	6	3	5	—	—
EMB 312 Tucano / AL-X	24	7	—	—	—	9
EMBRAER 170	—	—	—	—	—	2
EMBRAER 190	—	—	—	—	—	1
Jato corporativo						
Legacy 600	14	13	11(2)	8	—	17
EMB 135	—	—	2	—	5	—
Mercado de aviação em geral						
Aeronaves turboélice	31	70	46	25	11	6
Total de entregas	197	231	150	161	174	108

(1) Entregas colocadas entre parênteses são aeronaves entregues mediante arrendamento operacional.

	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de
	2005	2004	2003	2002	2001	2006
Outras informações:						
Aeronaves em *backlog* no final do período[1]:						
Aviação Comercial						
EMB 120 Brasília	—	—	—	—	—	—
ERJ 145	10	66	144	109	159	55
ERJ 135	15	17	17	31	53	—
ERJ 140	20	20	20	116	152	—
EMBRAER 170[2]	104	112	120	88	82	31
EMBRAER 175	8	15	—	—	—	30
EMBRAER 190	178	155	110	—	—	257
EMBRAER 195	29	15	15	30	30	40
Defesa e Governo						
EMB 120 Brasília	—	—	—	—	—	1
EMB 145 AEW&C/RS/MP	—	1	7	10	15	—
EMB 312 Tucano/EMB 314 Super Tucano	93	69	76	86	86	86
EMB 145	—	—	1	—	1	1
EMB 135	—	—	—	—	1	—
Legacy 600	—	5	5	—	—	1
EMBRAER 170/ EMBRAER 190	3	—	—	—	—	1
Aviação Corporativa						
Legacy 600	15	4	27	58	66	20
Mercado de aviação em geral						
Aeronaves turboélice	6	25	11	—	—	—
Total de *backlog* (nº de aeronaves)	481	504	553	528	645	523
Total de *backlog* (em milhões)	US$10,383	US$ 10,597	US$ 10,591	US$ 9,034	US$ 10,693	US$ 13,311

(1) Desde 30 de setembro de 2006 recebemos 67 pedidos em carteira firme adicionais para a nossa família de jatos EMBRAER 170/190.

(2) Em 30 de setembro de 2006, três dos pedidos firmes de compra de aeronaves EMBRAER 170 estavam vinculados ao exercício de direitos de *trade-in* de clientes e seriam pagos em parte com a entrega de três aeronaves EMBRAER 145.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Ações pode envolver riscos significativos. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento. Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos ou outros fatores. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento.

Riscos Relacionados à Companhia e ao Setor de Aviação Civil

Uma desaceleração no segmento de linhas aéreas comerciais poderá reduzir nossas vendas e receitas, e, conseqüentemente, nossa lucratividade em um determinado exercício.

Esperamos que uma parcela substancial de nossas vendas em um futuro próximo seja baseada na comercialização de aeronaves comerciais, especialmente a família de jatos regionais ERJ 145 e da família de jatos EMBRAER 170/190. Historicamente, o mercado de aeronaves comerciais tem apresentado um comportamento cíclico, devido a uma série de fatores externos e internos à atividade de viagens aéreas, somada a condições gerais da economia.

A indústria de aviação comercial vem suportando impactos negativos desde 2001. As economias norte-americana e mundial sofreram uma queda, caracterizada pelo declínio acelerado das bolsas de valores, da produtividade e aumento do desemprego. Somam-se a tal fato, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que tiveram influência direta, imediata e adversa nas atividades relacionadas ao transporte aéreo, gerando, conseqüentemente, um alto nível de incerteza financeira na indústria mundial de aviação comercial.

Além disso, as viagens aéreas diminuíram significativamente em 2003, como resultado do início da ação de defesa dos Estados Unidos da América e de outros países no Iraque e da incidência de casos da Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS) na Ásia e no Canadá. Como conseqüência desses eventos, muitas empresas aéreas, incluindo nossos maiores clientes, reduziram seus vôos e anunciaram demissões em grande escala. Diversas empresas aéreas entraram com pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou falência. Em virtude do cenário ora descrito, entre os anos de 2001 e 2004, concordamos em alterar alguns cronogramas de entrega para acompanhar as mudanças nos negócios de nossos clientes, reduzindo, por exemplo, as entregas de aeronaves comerciais, jatos executivos e aeronaves de transporte de autoridades governamentais. Em 2004, 15 entregas programadas não aconteceram (ao invés de entregarmos 160 aeronaves, entregamos 145) depois que a US Airways entrou em processo de recuperação judicial em setembro do mesmo ano. Em 2003 e 2004, tivemos de rever nossa exposição a riscos relacionados a avaliações de aeronaves e crédito de clientes que vinham resultando em encargos equivalentes a R$ 117,3 milhões e R$ 42,5 milhões, respectivamente.

Embora as economias americana e mundial tenham demonstrado alguns sinais de recuperação em 2004, muitas empresas aéreas continuam a enfrentar o aumento da concorrência, bem como apresentam crescentes gastos com seguros, combustível e segurança em geral, além da redução do crédito e problemas de liquidez e falência. Mais um declínio na economia, a exemplo dos que ocorreram em 2001 e 2003, poderia resultar em uma ainda mais grave redução no mercado de aeronaves comerciais e no volume de pedidos de compra que normalmente recebemos.

Não é possível fazer previsões quanto às dimensões ou a duração do impacto dos acontecimentos acima referidos sobre a indústria como um todo, e sobre nossos negócios especificamente. Considerando que a comercialização de aeronaves comerciais representa a maior parcela de nossa receita líquida, a venda dos demais produtos não teria como compensar a redução nas vendas das aeronaves comerciais. Futuros atrasos ou reduções da quantidade de aeronaves comerciais entregues em determinado exercício provavelmente diminuiriam nossas vendas e receitas, e conseqüentemente, nossa lucratividade naquele determinado exercício.

Possuímos um número limitado de clientes e fornecedores estratégicos cuja perda pode reduzir nossas vendas e nossa participação de mercado

Aeronaves Comerciais. Em 30 de setembro de 2006, 90,9% da carteira de pedidos firmes de aeronaves da família de jatos regionais ERJ 145 haviam sido feitos pelo Grupo HNA, quarta maior empresa aérea da China. Além disso, na mesma data, 52,2% dos pedidos firmes em carteira por jatos da família EMBRAER 170/190 pertenciam à JetBlue Airways, US Airways e Grupo HNA. A US Airways entrou com pedido de falência em setembro de 2004, e em setembro de 2005, concluiu uma fusão com a America West Airlines. Devido a tal fato, a US Airways converteu 57 pedidos firmes de aeronaves EMBRAER 170 em 25 pedidos firmes de aeronaves EMBRAER 190 e 32 pedidos firmes adicionais de aeronaves EMBRAER 190, sujeitas à reconfirmação pela US Airways. Dependemos de um pequeno número de clientes, e a perda de qualquer um desses clientes poderá reduzir nossas receitas, nossa respectiva participação no mercado e nossa lucratividade.

O segmento de linhas comerciais está passando por um processo crescente de consolidação e formação de alianças, por meio de fusões e aquisições, além de acordos de compartilhamento de rotas. Embora se espere que essas consolidações e alianças resultem na criação de empresas aéreas mais estáveis e competitivas, isso também pode resultar na redução do número de clientes e, possivelmente, do número de compras de nossas aeronaves devido a programas de redução de custos ou outros fatores.

Aeronaves de defesa. A FAB é nosso maior cliente com relação às aeronaves de defesa. As vendas ao governo brasileiro contabilizaram 54,3% das receitas de nossos produtos de defesa durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005. A redução dos gastos com defesa pelo governo brasileiro devido a restrições gerais orçamentárias ou demais fatores alheios ao nosso controle poderão reduzir nossas vendas ao governo, bem como o aporte de fundos para pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa. Não é possível assegurar que o governo brasileiro continuará a adquirir nossas aeronaves ou nossos serviços no futuro.

Jatos executivos. Os clientes do mercado de aviação corporativa são geralmente empresas de controle fracionário, de fretamento e de táxi aéreo, bem como indivíduos e grupos empresariais. Indivíduos e grandes grupos empresariais normalmente fazem um pedido por um único jato executivo, ao passo que empresas de controle fracionário, de fretamento e de táxi aéreo tendem a operar frotas e fazer pedidos de um grande número de aeronaves. Em 30 de setembro de 2006, as empresas JetBird e Magnum Jet representavam 31,4% de nossos pedidos firmes em carteira para jatos Phenom 100 e Phenom 300.

Parceiros e Fornecedores estratégicos. A produção de nossas aeronaves é feita com a estreita colaboração dos Parceiros de Compartilhamento de Risco, responsáveis pelo desenvolvimento e fabricação de partes importantes das aeronaves, incluindo motores, componentes hidráulicos, sistemas eletrônicos de aviação, asas, interiores e partes da fuselagem e da cauda. Uma vez selecionados tais parceiros estratégicos, e iniciado o desenvolvimento de programas e montagem das aeronaves, torna-se difícil a substituição destes parceiros. Em alguns casos, a aeronave é projetada especificamente para receber um determinado componente, como por exemplo, os motores, os quais não poderão ser substituídos por produtos de outros fabricantes sem que ocorram atrasos e despesas substanciais. A dependência nos Parceiros de Compartilhamento de Risco nos torna suscetíveis aos riscos do desempenho, qualidade dos produtos e situação financeira de tais parceiros.

Não é possível garantir que não sofreremos demoras significativas na obtenção futura de equipamentos estratégicos para nosso processo de fabricação. Um grande número de equipamentos utilizados na indústria aeronáutica está sujeito a leis nacionais de restrição a exportações e, como conseqüência, as entregas de equipamentos dependem de nossos fornecedores terem obtido as licenças de exportação necessárias. Fomos informados recentemente que um de nossos fornecedores poderá ter atrasos na entrega de equipamentos para um de nossos produtos de aviação de defesa em razão de exigências impostas por leis de restrição a exportações. Estamos monitorando a situação de perto. Embora estejamos trabalhando em sintonia e monitorando o processo produtivo de nossos mencionados parceiros e fornecedores estratégicos, caso qualquer mudança repentina e não planejada de parceiros ou fornecedores seja necessária, a capacidade de entrega, em tempo hábil, de novas aeronaves aos nossos clientes ficará prejudicada, afetando adversamente nossa receita e nossos negócios.

As vendas de nossas aeronaves estão sujeitas a cancelamentos que podem reduzir nosso fluxo de caixa.

Uma parcela de nossos pedidos firmes de aeronaves está sujeita a importantes contingências, tanto antes como após a entrega. Antes da entrega, alguns de nossos contratos de venda podem ser rescindidos, ou parte ou a totalidade de um pedido firme em particular pode ser cancelada por diversos motivos, dentre os quais se incluem:

- atrasos prolongados na entrega de aeronaves, ou a não obtenção da certificação da aeronave, ou o não cumprimento de etapas de desenvolvimento, e demais exigências;
- insucesso na obtenção de financiamento pelo cliente no prazo necessário, até a data de entrega programada de qualquer aeronave, hipótese na qual o cliente poderá cancelar o pedido daquela aeronave em particular ou rescindir o contrato referente às aeronaves não entregues; ou
- insuficiência do ritmo de produção.

Nossos clientes também poderão reprogramar as entregas, especialmente durante uma desaceleração na economia. Quantidade expressiva de cancelamentos ou prorrogações dos cronogramas de entrega poderá provocar queda de nossas vendas e receitas em determinado ano, fato que, por sua vez, reduziria nosso fluxo de caixa neste período**.**

Nossas receitas oriundas da compra e venda de aeronaves estão sujeitas a opções de trade-in e garantias de valor residual que podem reduzir nosso fluxo de caixa ou nos obrigar a fazer significativos desembolsos de caixa no futuro.

Na assinatura de um contrato de compra de uma nova aeronave, podemos oferecer opções de permuta (*trade-in*) para nossos clientes. Essas opções dão ao cliente o direito de entregar, como parte do pagamento, uma aeronave existente na compra de uma nova aeronave de um modelo mais atualizado. Em 2005, aceitamos três aeronaves em *trade-in* e em 30 de setembro de 2006, três jatos comerciais estavam cobertos por opções de *trade-in*, sendo que outras aeronaves poderão se tornar objetos de *trade-in* por ocasião da entrega. O preço atribuído à aeronave objeto da opção de *trade-in* é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. Podemos ser obrigados a aceitar uma aeronave, em *trade-in*, a preços acima do preço de mercado da aeronave, o que resultaria em uma perda financeira na revenda da aeronave.

Como parte das negociações de venda de nossas aeronaves e outros produtos, podemos garantir as obrigações de nossos clientes em seus contratos de financiamento da compra de nossos produtos. Nossas garantias financeiras podem ser acionadas se nossos clientes não cumprirem sua obrigação de pagar suas dívidas perante os financiadores nas datas de vencimento definidas nos respectivos contratos de financiamento.

Nossas garantias de valores residuais tipicamente garantem a um terceiro que, no 15° ano após a entrega da aeronaves, uma determinada aeronave terá um valor específico até o vencimento de um contrato de financiamento. A maioria de nossas garantias de valor residual está sujeita a um limite máximo e, portanto, em média, nossa exposição sob garantias de valor residual está limitada a 21% do preço de venda original. A garantia tem prazo de dez a quinze anos após a data de entrega da aeronave. Caso o valor de nossa aeronave se reduza abaixo do valor residual garantido, nós seremos obrigados a pagar a diferença entre o valor justo de mercado da aeronave e o valor residual garantido.

Na hipótese em que todos nossos clientes deixassem de cumprir suas obrigações cobertas por nossas garantias financeiras e que tivéssemos que pagar o valor integral de todas as nossas garantias de valor residual, sem que recuperássemos qualquer parte deste desembolso mediante a venda das aeronaves vinculadas a cada garantia, nossa exposição máxima sob nossas garantias financeiras e de valor residual (menos provisões e obrigações) seria de R$ 4.762,7 milhões em 30 de setembro de 2006.

Em 30 de setembro de 2006, tínhamos R$ 584,9 milhões depositados em contas-caução em garantia de nossas obrigações sob nossas garantias financeiras e garantias de valores residuais de determinadas aeronaves vendidas. Se o garantidor da dívida (uma terceira empresa não relacionada a nós) for obrigado a pagar aos beneficiários das garantias financeiras ou de valor residual, o garantidor terá o direito de sacar o valor

desembolsado das contas-caução. Com base nas nossas estimativas mais recentes, acreditamos que os recursos obtidos com a venda ou o arrendamento das aeronaves cobertas por nossas garantias financeiras e de valor residual e por nossos depósitos em contas-caução (com base no valor de revenda em 30 de setembro de 2006) e de outras receitas relacionadas, tais como saques de valores em depósitos, seriam de R$ 4.974,2 milhões.

Caso sejamos obrigados a fazer pagamentos expressivos sob nossas garantias financeiras e de valor residual, não podemos assegurar que o valor futuro da respectiva aeronave não será significativamente menor que o valor garantido ou que o valor de recomercialização de aeronaves cujo financiamento não foi honrado.

Reavaliamos continuamente nossa exposição sob nossas garantias e opções de *trade-in* com base em diversos fatores, incluindo o valor de mercado futuro estimado da aeronave determinado por avaliações de terceiros, as informações sobre o mercado obtidas da venda ou arrendamento de aeronaves semelhantes no mercado secundário e a classificação do risco de crédito de nossos clientes.

A redução dos financiamentos disponibilizados pelo governo brasileiro aos nossos clientes, ou o aumento dos financiamentos disponibilizados por outros governos em benefício de nossos concorrentes, poderá afetar negativamente o custo competitivo de nossas aeronaves.

Na aquisição de nossas aeronaves, nossos clientes têm se beneficiado historicamente de incentivos proporcionados por programas de exportação patrocinados pelo governo brasileiro. O mais importante destes programas para nossos negócios é o ProEx.

Devido a controvérsias anteriores entre os governos canadense e brasileiro na OMC, com relação à concessão de subsídios de exportação relacionados à venda de aeronaves, o governo brasileiro aditou o programa ProEx para que quaisquer pagamentos sob tal programa não reduzissem a taxa de juros a um percentual menor do que o permitido pela OMC. O governo canadense, por sua vez, também fez alterações em seus acordos de financiamento para vendas de aeronaves pela Bombardier, Inc., uma fabricante de aeronaves canadense.

Embora o ProEx esteja atualmente em conformidade com as regras da OMC, outros programas de financiamento às exportações disponíveis para nossos clientes poderão sofrer contestações futuras. Caso não esteja disponível no futuro o programa ProEx ou outro semelhante, ou no caso de suas condições serem especialmente limitadas, poderão aumentar os custos de financiamento dos clientes, e nossa competitividade em termos de custo no mercado de jatos regionais poderá ser afetada de modo negativo.

O governo brasileiro foi recentemente convidado para participar das negociações da OECD sobre o setor de aviação e sobre o estabelecimento de regras para créditos de exportação. Caso um acordo seja alcançado, as regras irão definir os termos e as condições para programas oficiais na área de exportação, incluindo financiamento de vendas e garantias financeiras. Como estas negociações entre os países da OECD e o Brasil ainda estão em andamento, não temos garantias de que será efetivamente selado um acordo.

Quaisquer subsídios futuros em favor da Bombardier, Inc. ou de outros grandes concorrentes nossos poderá afetar nossa competitividade em termos de custo, e conseqüentemente causar a queda de nossas vendas e receitas.

As restrições orçamentárias do governo brasileiro poderão reduzir recursos disponíveis aos nossos clientes se atingirem os programas de financiamento patrocinados pelo governo.

Além do ProEx, contamos com o programa BNDES-exim, outro programa de financiamento do governo para nossos clientes. Este programa concede financiamentos diretos para a exportação brasileira de bens e serviços. O programa BNDES-exim financiou, de 1996 a 2005, cerca de 38% das nossas receitas de exportação. Na qualidade de programas patrocinados pelo governo, o ProEx e o BNDES-exim dependem de recursos alocados no orçamento nacional brasileiro. Logo, os recursos disponíveis para nossos clientes sob estes programas podem ser afetados pelas flutuações da moeda e demais evoluções políticas e econômicas do Brasil e dos mercados internacionais de capitais. Para maiores detalhes, veja Seção "Riscos Relativos ao Brasil." Por exemplo, um declínio nos valores disponíveis para o programa ProEx em 2001 obrigou-nos a

negociar outros financiamentos para os clientes atingidos. Além disso, os programas de financiamentos oficiais, tais como o BNDES-exim, podem ser objetos de contestação. Não é possível garantir que o governo brasileiro continuará a apoiar e/ou proporcionar recursos para tais programas, ou que os recursos para estes ou programas semelhantes estarão disponíveis para nossos clientes. A perda ou redução relevante de recursos disponíveis sob tais programas, sem um substituto adequado, poderá resultar ou na diminuição de nossas vendas ou na compensação das despesas financeiras complementares de nossos clientes, o que resultaria em uma menor rentabilidade de nossos negócios.

Podemos nos deparar com uma variedade de desafios em decorrência do desenvolvimento de novos produtos e de uma possível busca de oportunidades para o nosso crescimento estratégico.

À medida que continuamos a desenvolver novos produtos, poderemos precisar realocar recursos existentes e obter novos fornecedores e parceiros estratégicos de compartilhamento de risco. De tempos em tempos, existe uma acirrada concorrência na indústria aeronáutica em busca de profissionais capacitados e, particularmente, de engenheiros. Caso tal concorrência verifique-se novamente, a Companhia pode não ser capaz de recrutar a quantidade necessária de profissionais para continuar desenvolvendo normalmente seus negócios. A falha em atrair ou reter pessoal capacitado, poderá ou impedir ou atrasar nossos futuros esforços de desenvolvimento e provocar atrasos na produção e nas entregas das aeronaves e, conseqüentemente, em nossas receitas.

Poderemos buscar oportunidades estratégicas de crescimento, inclusive por meio de *joint ventures*, aquisições ou outros tipos de operações, para ampliar nossos negócios ou aperfeiçoar nossos produtos e tecnologia. Para tanto, poderemos nos deparar com uma série de desafios, incluindo dificuldades de identificar os candidatos adequados, de assimilar novas operações e pessoal, e de manter padrões e controles internos, bem como o desvio do foco de nossa Diretoria dos negócios existentes para a implementação de tais desafios. Não podemos, portanto, garantir que seremos capazes de superá-los ou que nossos negócios não sofrerão impactos adversos nesta tentativa.

Poderemos ter que reembolsar aos nossos parceiros as contribuições em dinheiro feitas por estes para o desenvolvimento dos jatos EMBRAER 170/190, Phenom 100 e Phenom 300, caso não consigamos a certificação para estas aeronaves.

Possuímos acordos com fornecedores sob os quais contribuições em dinheiro no valor total de R$ 757,7 milhões foram feitas por nossos Parceiros de Compartilhamento de Risco em de 31 de dezembro de 2005, para o desenvolvimento dos jatos ora citados. Esperamos receber mais R$ 165,2 milhões no futuro para o desenvolvimento dos jatos EMBRAER 170/190, do Phenom 100 e Phenom 300. Conforme previsto em tais acordos de risco, não estamos sujeitos a reembolsar contribuições em dinheiro a nossos parceiros na medida em que certos marcos de desenvolvimento são alcançados. Em 30 de setembro de 2006, R$ 531,1 milhões dessas contribuições em dinheiro tinham se tornado não-reembolsáveis. Se o desenvolvimento e a produção de qualquer uma das aeronaves restantes dos jatos EMBRAER 170/190, ou da família Phenom forem cancelados por falta de certificação ou outro motivo, poderemos ser obrigados a devolver R$ 226,6 milhões. As certificações dos jatos da família EMBRAER 170/190 foram concluídas em setembro de 2006 e esperamos que a conclusão da certificação dos jatos Phenom 100 e Phenom 300 ocorra em 2008 e 2009, respectivamente.

Caso necessitemos de financiamentos adicionais e, por qualquer razão, estes não sejam obtidos, não seremos capazes de continuar a desenvolver e comercializar as aeronaves restantes da família de jatos EMBRAER 170/190, ou Phenom 100 e Phenom 300.

Estamos sujeitos a intensa concorrência internacional o que pode provocar efeitos negativos em nossa participação de mercado.

A indústria mundial de fabricação de jatos comerciais é altamente competitiva. Somos um dos principais fabricantes mundiais de aeronaves comerciais, juntamente com The Boeing Company, Airbus Industrie e Bombardier Inc., todas grandes empresas internacionais. Estas e nossas demais concorrentes podem possuir maiores recursos, incluindo financeiros e de marketing. Embora tenhamos alcançado uma parcela expressiva do mercado de jatos comerciais, não podemos assegurar que seremos capazes de manter esta participação no

mercado. Tal capacidade e a de permanecer competitiva a longo prazo no mercado de aviação comercial exige aperfeiçoamentos constantes de tecnologia e desempenho de nossos produtos. Nosso principal concorrente nos mercados de jatos regionais e de média capacidade é a Bombardier Inc., empresa canadense com capacidade técnica, recursos financeiros e de marketing, e que se beneficia de programas do governo canadense para a exportação de suas aeronaves. Além disso, outros fabricantes internacionais como The Boeing Company e Airbus Industrie, produzem ou estão desenvolvendo aeronaves no segmento de 120 assentos no qual nossos jatos EMBRAER 195 competem, acarretando um aumento da concorrência nesse segmento. Alguns dos nossos concorrentes poderão chegar primeiramente a este mercado, o que lhes proporcionará uma base prévia de clientes, tornando mais difícil o aumento de nossa participação. Por exemplo, em 2001, a Bombardier, Inc. iniciou a entrega de seu jato regional de 70 assentos, antes das primeiras entregas do EMBRAER 170.

Na qualidade de novo entrante no mercado de jatos executivos, enfrentamos também notável concorrência de empresas com históricos operacionais mais extensos e de reconhecida reputação no setor. Não podemos assegurar que no futuro concorreremos com sucesso nos atuais mercados em que participamos.

Estamos sujeitos a efetuar desembolsos financeiros expressivos em decorrência de resultados desfavoráveis em diversas disputas judiciais fiscais pendentes.

Contestamos a constitucionalidade da natureza e das alterações nas alíquotas e no aumento da base de cálculo de alguns impostos e contribuições sociais. Os juros sobre o valor total destes impostos e contribuições sociais não pagos incidem mensalmente com base na Selic, a taxa básica do BACEN, os quais foram provisionados na conta de resultado de juros (despesas), item líquido de nossas demonstrações de resultado. Em 30 de setembro de 2006, possuíamos medidas liminares para não pagar certos impostos, no valor total, inclusive juros, de R$ 1.054,3 milhões, que estão qualificados como passivos (impostos e contribuições sociais) no balanço. Estamos ainda aguardando uma decisão final com relação a este processo. Não há certeza quanto ao nosso êxito neste processo ou que não teremos de desembolsar valores substanciais no futuro, inclusive juros, ao governo brasileiro, como pagamentos por esses passivos.

Riscos Relativos à Indústria de Aeronaves Comerciais

Existem restrições impostas pela cláusula de limitação (Scope Clause) nos contratos dos pilotos das companhias aéreas que podem limitar a procura por jatos regionais e de média capacidade no mercado americano.

Um fator limitador fundamental da procura por jatos regionais e de média capacidade é a existência das *Scope Clauses* constantes dos contratos com os pilotos das diversas linhas aéreas. As citadas cláusulas compõem-se de restrições negociadas pelos sindicatos relativas à quantidade e/ou ao tamanho dos jatos regionais e de média capacidade que determinada empresa pode operar. As restrições em vigor das *Scope Clauses*, mais comuns nos Estados Unidos da América, limitam o número de assentos, o peso da aeronave e o número de jatos comerciais de 50 a 70 assentos na frota de uma linha aérea. Em conseqüência, as oportunidades de crescimento para nós a curto prazo no mercado de jatos regionais dos Estados Unidos da América podem ser limitadas, nas classes de aeronaves de 40 a 59 e 60 a 80 passageiros. Se as *Scope Clauses* continuarem, ou se tornarem mais rigorosas, alguns dos nossos clientes que possuem essas opções de compra para jatos regionais e de média capacidade seriam forçados a não exercer estas opções. Não há como garantir que as atuais restrições serão reduzidas ou expandidas. As *Scope Clauses* poderão, inclusive, passar a cobrir jatos comerciais de maior porte. Além disso, embora as *Scope Clauses* sejam menos comuns fora dos Estados Unidos da América, não é possível antever se elas se tornarão mais comuns ou restritivas, ou que outra forma de restrição surgirá na Europa ou em outros mercados.

Estamos sujeitos a rigorosas exigências e regulamentação para certificação de nossas aeronaves, que podem impedir ou atrasar a obtenção pontual de tal certificação.

Nossos produtos estão sujeitos às regulamentações no Brasil e nas jurisdições de nossos clientes. As autoridades aeronáuticas do Brasil e dos demais países de origem dos clientes, inclusive a FAA, a JAA, e a EASA, precisam certificar as aeronaves fabricadas por nós antes de iniciarmos suas primeiras entregas. Não

há como assegurar que tal certificação será conseguida em tempo hábil, ou se, ao menos, ela será conseguida. Ao não se obter a certificação necessária, a autoridade aeronáutica responsável proibiria a utilização das referidas aeronaves em sua jurisdição até sua devida certificação. Naturalmente, o cumprimento das exigências das certificação consome tempo e dinheiro.

As mudanças nos regulamentos governamentais e nos procedimentos de certificação poderão também atrasar o início de produção, bem como a entrada no mercado de um novo produto. Não há como fazer previsões de como a legislação futura ou as mudanças na interpretação ou aplicação da legislação atual afetarão a nós ou a nossos negócios. Maiores gastos poderão ser exigidos no cumprimento desta legislação ou na resposta a suas alterações, o que prejudicaria nossos negócios e lucratividade.

Qualquer evento catastrófico envolvendo nossas aeronaves pode afetar nossa reputação e nossas vendas futuras, assim como o preço de mercado de nossas Ações e ADSs.

Acreditamos que a reputação e o histórico de segurança de nossas aeronaves são pontos importantes para a comercialização de nossos produtos. Desenvolvemos nossas aeronaves com sistemas de backup para suas principais funções, com margens de segurança adequadas para seus componentes estruturais. Entretanto, a operação segura de tais aeronaves depende em grande parte de uma série de fatores fora de nosso controle, incluindo manutenção e reparos corretos pelos clientes, e a perícia dos pilotos. A ocorrência de um ou mais acidentes com nossas aeronaves pode ter repercussões negativas sobre sua reputação e vendas futuras, bem como sobre o preço de mercado de nossas Ações.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

A situação política e econômica do Brasil tem um impacto direto sobre nossos negócios e sobre a cotação de nossas Ações.

O governo brasileiro intervém com freqüência na economia brasileira, e algumas vezes implementa mudanças drásticas em políticas e regulamentos. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e definir outras políticas e regulamentos envolve, freqüentemente, aumentos das taxas de juros, mudanças nas regras de tributação, controles de preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites de importação, entre outras medidas. Nossos negócios, nossa situação financeira, os resultados de nossas operações e a cotação das nossas Ações podem ser afetados de forma adversa por mudanças nas políticas ou nos regulamentos nas esferas federal, estadual ou municipal, envolvendo ou influenciando fatores como:

- taxas de juros;
- controles de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior (tais como os controles impostos em 1989 e no início da década de 90);
- flutuações da moeda;
- inflação;
- liquidez dos mercados de capitais e de financiamentos;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou com repercussão no Brasil.

A incerteza em relação a possíveis mudanças em políticas ou regulamentos que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para a maior volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Em outubro de 2006 foram realizadas eleições para presidente e governadores de estado no Brasil. A despeito da reeleição do atual Presidente, não podemos prever se haverá mudanças nas políticas adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas terão impacto na economia brasileira ou em nossos negócios.

Historicamente, o cenário político influencia o desempenho da economia brasileira. No passado, crises e escândalos políticos abalaram a confiança dos investidores e do público em geral e afetaram adversamente o desenvolvimento da economia e o preço de mercado das ações de companhias brasileiras.

Essas e outras ocorrências futuras na economia brasileira e nas políticas do governo podem nos afetar de forma adversa, e nossos negócios e os resultados de nossas operações podem afetar de forma adversa a cotação de nossas Ações.

A inflação e as medidas do governo para combatê-la poderão contribuir de modo significativo para a incerteza econômica no Brasil e para a maior volatilidade do mercado de capitais brasileiro, e, por conseguinte, afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.

O Brasil enfrentou taxas de inflação extremamente altas no passado. Mais recentemente, a taxa anual de inflação no Brasil foi de 25,3% em 2002, 8,7 % em 2003, 12,4 em 2004 e 1,2% em 2005 e 2,3% nos nove primeiros meses de 2006 conforme calculado pelo IGP-M. A inflação e algumas ações do governo para combatê-la tiveram, no passado, efeitos significativamente adversos sobre a economia brasileira. As ações para combater a inflação, associadas à especulação sobre possíveis ações futuras do governo, têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e para uma maior volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Ações futuras do governo, incluindo reduções da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real podem gerar aumentos da inflação. Caso o Brasil venha a ter novamente uma inflação elevada no futuro, nossas despesas operacionais e custos com financiamento poderão aumentar, nossas margens operacionais e líquidas poderão diminuir e, se houver perda de confiança dos investidores, o preço das nossas Ações poderá diminuir.

A instabilidade das taxas de câmbio pode afetar de forma adversa nossa situação financeira, os resultados de nossas operações e o preço de mercado de nossas Ações.

Embora a maior parte de nossa receita líquida e endividamento seja expressa em dólares norte-americanos, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar, e a taxa de desvalorização do real em relação à taxa vigente de inflação poderão ter efeitos adversos para nós.

Em decorrência das pressões inflacionárias, entre outros fatores, o real tem sofrido desvalorizações periódicas durante as últimas quatro décadas. O governo brasileiro implementou diversos planos econômicos nesse período e utilizou uma série de políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais os ajustes tiveram freqüência diária e mensal, sistemas de taxas flutuantes, controles cambiais e mercados de câmbio duplos. Embora a longo prazo a desvalorização da moeda brasileira tenha sido associada à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização a curto prazo tem resultado em flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas.

O real se desvalorizou em relação ao dólar em 9,3% em 2000 e 18,7% em 2001. Em 2002, o real se desvalorizou 52,3% em relação ao dólar, devido, em parte, às incertezas quanto às eleições no Brasil e à desaceleração econômica global. Embora o real tenha se valorizado em 18,2%, 8,1%, 11,8% e 8,7% frente ao dólar em 2003, 2004 e 2005 e 2006, respectivamente, não é possível garantir que o real não se desvalorizará novamente em relação ao dólar.

Historicamente, as desvalorizações do real em relação ao dólar também criaram pressões inflacionárias adicionais no Brasil pelo aumento dos preços dos produtos importados, exigindo medidas recessivas do governo para controlar a demanda agregada. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar poderá levar a uma deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos, bem como estancar o crescimento baseado nas exportações. As desvalorizações também reduzem o acesso aos mercados financeiros internacionais e podem exigir a intervenção do governo, inclusive por meio de políticas governamentais recessivas. As desvalorizações do real frente ao dólar podem também reduzir o valor de mercado das nossas Ações.

Eventos e percepções de risco em outros países, principalmente nos países emergentes, podem afetar de forma adversa a cotação dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo nossas Ações.

A cotação dos valores mobiliários de companhia brasileiras é afetada em diferentes níveis pela situação econômica e de mercado de outros países, inclusive da América Latina e países emergentes. Embora a

situação econômica desses países possa ser substancialmente diferente da situação econômica do Brasil, a reação dos investidores frente a eventos nesses outros países pode ter um efeito adverso sobre a cotação dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os nossos. Isso pode afetar de forma adversa a cotação de nossas Ações, e também pode dificultar ou impedir nosso acesso aos mercados de capitais e o financiamento de nossas operações no futuro.

Riscos relativos às Ações

A União tem o poder de vetar transações que podem ser do interesse de titulares de Ações da Companhia.

A União detém uma Ação Ordinária de Classe Especial que possui poder de veto sobre, entre outras matérias, eventual mudança em nosso controle acionário, objeto social e criação e alteração de programas de defesa (participe a União, ou não de tais programas). Não podemos afirmar se a União vetará quaisquer transações de interesse dos titulares de nossas Ações.

Nosso Estatuto Social contém disposições que podem dissuadir a aquisição da Companhia e dificultar ou atrasar operações que possam ser do interesse dos investidores.

Nosso Estatuto Social contém disposição que tem o efeito de evitar a concentração de nossas ações em um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. Uma dessas disposições exige que qualquer Acionista Adquirente que venha a ser titular de direitos relativos a 35% ou mais do total de ações de emissão da Companhia, realize (i) uma oferta de pública de aquisição da totalidade de nossas ações, pelo preço estabelecido em nosso Estatuto Social, ou (ii) realize uma oferta pública para alienar todas as ações de sua titularidade que ultrapassem o limite de 35%. A escolha do procedimento a ser adotado pelo Acionista Adquirente será feita pela União, na qualidade de detentora da Ação Ordinária de Classe Especial. Tal mecanismo expresso em nosso Estatuto Social tem o efeito de dificultar ou impedir tentativas de aquisição de nossa Companhia, e pode desencorajar, atrasar ou impedir a fusão ou aquisição de nossa Companhia, incluindo operações nas quais o investidor poderia receber prêmio sobre o preço de negociação de suas ações. Tais mecanismos somente podem ser alterados ou suprimidos com a aprovação de nosso Conselho de Administração e de nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária convocada para tal fim, e com o consentimento da União, agindo na qualidade de detentora da Ação Ordinária de Classe Especial.

A ausência de um acionista controlador ou grupo de controle definido pode tornar a administração da Companhia suscetível a disputas entre acionistas ou outros imprevistos.

A ausência de um acionista controlador, ou grupo de controle definido poderá criar dificuldades para nossos acionistas em aprovar certas operações, especialmente pelo fato de que o quorum mínimo requerido por lei para aprovação de certas questões poderá não ser alcançado. Por não possuirmos um acionista controlador, ou um grupo de controle definido, nós e nossos acionistas minoritários não usufruímos das mesmas proteções previstas na Lei das Sociedades por Ações contra medidas abusivas tomadas por outros acionistas e, conseqüentemente, não seremos indenizados por quaisquer prejuízos incorridos. Quaisquer mudanças repentinas e inesperadas na nossa administração, mudanças em nossas políticas societárias ou direção estratégica, tentativas de incorporação ou quaisquer outras disputas entre os acionistas com relação a seus respectivos direitos podem afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Nosso Estatuto Social contém certas disposições que restringem os direitos de voto de certos acionistas, inclusive acionistas não brasileiros.

Nosso Estatuto Social restringe o direito de um acionista ou grupo de acionistas, de exercer seus direitos de voto com relação a mais de 5% das ações em circulação de nosso capital social em qualquer Assembléia Geral. Nosso Estatuto Social também restringe o direito de acionistas não residentes no Brasil de exercer seus direitos de voto com relação a mais de 2/3 dos direitos de voto que podem ser exercidos pelos acionistas brasileiros em qualquer Assembléia Geral. Tais restrições efetivamente limitarão a capacidade de acionistas

não residentes de exercer controle sobre a Companhia. Veja a Seção "Limitação dos direitos a voto de acionistas estrangeiros".

A volatilidade e a falta de liquidez relativas dos mercados de valores mobiliários no Brasil poderão limitar de modo significativo a capacidade dos investidores de vender as Ações a um preço e no momento desejado pelo investidor.

O investimento em ações de companhias localizadas em países emergentes, incluindo o Brasil, envolve maior risco do que o investimento em ações de empresas localizadas em países mais desenvolvidos, sendo que tais investimentos são, geralmente, considerados de natureza especulativa. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil do que os principais mercados acionários dos Estados Unidos da América e de outras economias desenvolvidas. Por exemplo, em 30 de setembro de 2006, valores mobiliários representando uma capitalização bursátil agregada de aproximadamente R$ 1,27 trilhão foram listados na BOVESPA, com um volume de negociação diário médio de R$ 2,3 bilhões em tal data. Além disso, as ações que ocupavam os primeiros 10 lugares em termos de volume de negociação representavam aproximadamente 51,3% de todas as ações negociadas na BOVESPA em 2005. Em contraste, os valores mobiliários negociados na NYSE apresentavam uma capitalização bursátil agregada de US$ 21,2 trilhões em 2005 e um volume de negociação diário médio de aproximadamente US$1,3 trilhão em setembro de 2006. Tais características de mercado poderão limitar substancialmente a capacidade de alienação das Ações a um preço e no momento desejado pelo investidor, sendo que tal fato poderá afetar negativamente o seu preço de negociação. O preço de venda das Ações será estabelecido mediante negociações entre nós e os representantes dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, sendo que este preço pode não ser, necessariamente, igual aos preços nas negociações após a Oferta Global. O preço de negociação das Ações poderá, ainda, flutuar de maneira significativa por muitas razões, inclusive em resposta aos fatores de risco discutidos neste Prospecto, ou por outros motivos não relacionados ao nosso desempenho. Finalmente, no contexto da Oferta Brasileira, Merrill Lynch poderá realizar atividades de estabilização de preços das Ações. Tais atividades poderão ou não ser realizadas, e se realizadas, poderão ser interrompidas a qualquer momento, o que pode ter efeito adverso no preço das Ações, limitando a capacidade dos investidores de vender as Ações ou ADSs a um preço e no momento desejado pelo investidores.

A venda de um número substancial de ações de nossa emissão, ou a percepção do mercado de que tal fato possa vir a ocorrer, pode reduzir o preço de negociação das Ações; o investidor pode não conseguir vender suas Ações pelo preço pago pelas mesmas.

A venda de um número substancial de Ações, ou a expectativa de que isso possa acontecer, poderá reduzir o preço de negociação das Ações. Devido à assinatura de contratos de restrição à negociação de Ações (*lock-up*), a Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores, concordaram, sujeito a algumas exceções, que não irão, sem o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta Internacional, pelo prazo de 90 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, direta ou indiretamente, (i) oferecer, empenhar, anunciar a intenção de vender, vender ou contratar a venda, vender qualquer opção ou contrato para a aquisição, adquirir qualquer opção ou contrato para a aquisição de, conceder qualquer opção, direito ou bônus de subscrição para a aquisição de ou que de qualquer outra forma resultem na transferência de ações de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, ou de qualquer outro valor mobiliário conversível em ação ou ADSs; e (ii) celebrar qualquer instrumento de swap ou outros acordos que transfirem a outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer dos direitos patrimoniais relativos a ações ou ADSs da Companhia. Expirado o prazo contratual, as ações que pertencem a eles, sujeitas à legislação aplicável, poderão ser vendidas e a Companhia poderá emitir novas Ações. Caso haja a emissão de Ações pela Companhia ou a venda de Ações por acionistas existentes, o preço de mercado das Ações poderá cair significativamente. Como resultado, os titulares das Ações podem não ser capazes de vender seus valores mobiliários pelo preço que pagaram por eles ou por um preço maior.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Não receberemos quaisquer recursos provenientes da venda das Ações. Por se tratar de uma oferta secundária, todos os recursos obtidos com a venda das Ações serão recebidos pelos Acionistas Vendedores.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização
- Informações sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
  Cotação dos Valores Mobiliários na BOVESPA e na NYSE
- Informações Financeiras Selecionadas
- Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações
- Atividades da Companhia
- Administração
- Principais Acionistas e Acionistas Vendedores
- Operações com Partes Relacionadas
- Descrição do Capital Social
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa
- Dividendos e Política de Dividendos

[página intencionalmente deixada em branco]

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir descreve nossas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, endividamento de curto e longo prazo e capitalização total (definida como endividamento de curto e longo prazo mais patrimônio líquido) em 30 de setembro de 2006, em base histórica real.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações" e as nossas demonstrações financeiras consolidadas e suas respectivas notas explicativas, constantes deste Prospecto.

	Em 30 de setembro de 2006 (em milhões de reais)
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	4.401,30
Financiamentos de Curto Prazo	1.654,9
Financiamentos de Longo Prazo	1.824,3
Endividamento Total	3.479,2
Total do patrimônio líquido	4.900,7
Capitalização Total	8.379,9

INFORMAÇÕES SOBRE OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Cotação dos Valores Mobiliários na BOVESPA e na NYSE

Nossas ações ordinárias são negociadas na BOVESPA desde junho de 2006 e as ações ordinárias da Antiga Embraer eram negociadas na BOVESPA desde agosto de 1989, ambas sob o código "EMBR3", e na NYSE, desde julho de 2000, na forma de ADSs, sob o código "ERJ". Desde 31 de março de 2006, cada ADS corresponde a 4 (quatro) ações ordinárias. A Antiga Embraer tinha ações ordinárias e preferenciais negociadas na BOVESPA.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços médios, máximos e mínimos de cotação das ações ordinárias e ADSs da Antiga Embraer até 2 de junho de 2006 e das nossas Ações e ADSs a partir de 5 de junho de 2006.

	BOVESPA			**NYSE**			**NYSE**		
	Reais por Ação Ordinária			**Dólares por ADS[1]**			**Reais por ADS**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
2002	8,67	10,74	12,43	11.56	16.61	21.16	37,56	47,42	55,05
2003	6,30	10,09	17,64	8.35	17.39	32.74	29,94	52,40	94,82
2004	11,59	14,56	18,55	21.63	26.61	34.00	65,34	77,69	97,09
2005									
Primeiro Trimestre	13,73	15,07	17,06	28.50	30.68	33.48	76,89	81,80	88,69
Segundo Trimestre	12,96	14,08	15,36	27.64	29.82	32.68	69,02	73,98	80,68
Terceiro Trimestre	13,72	14,74	16,09	30.54	33.75	38.06	71,77	79,05	85,39
Quarto Trimestre	14,53	15,90	18,04	35.33	37.73	40.77	78,52	84,86	92,98
2006									
Primeiro Trimestre	17,10	20,25	22,49	36.18	38.82	40.67	78,24	85,14	93,84
Segundo Trimestre	18,05	19,04	20,17	31.41	35.19	38.33	72,80	76,78	80,78
Terceiro Trimestre	17,88	19,77	22,26	33.14	36.47	41.30	72,17	79,17	89,08
Quarto Trimestre	21,22	22,38	23,40	39.42	41.63	43.31	85,06	89,55	92,87
Últimos Seis Meses									
Julho de 2006	17,88	18,98	19,85	33,14	34,80	36,38	73,27	76,20	79,36
Agosto de 2006	18,02	18,83	20,56	33,27	34,86	38,16	72,17	75,14	81,46
Setembro de 2006	20,76	21,67	22,26	39,03	39,98	41,30	83,51	86,78	89,08
Outubro de 2006	21,22	22,29	23,02	39,42	41,61	43,31	85,06	89,37	92,59
Novembro de 2006	21,63	22,48	22,98	40,32	41,65	42,69	86,40	89,83	92,20
Dezembro de 2006	21,55	22,38	23,40	40,27	41,64	43,27	86,31	89,46	92,87
Janeiro de 2007	20,86	21,48	22,08	39,01	40,21	41,43	83,83	85,97	88,48
Fevereiro de 2007 (até dia 6)	21,42	21,55	21,65	41,04	41,21	41,59	85,90	86,37	86,73

Podem surgir diferenças nas cotações de nossas Ações e ADSs que criem oportunidades para arbitragem entre o mercado brasileiro e norte-americano. A arbitragem é limitada, em parte, pelos custos de conversão de ações em ADSs e vice-versa.

Eventos Recentes

Em outubro de 2006, nossa subsidiária Embraer Overseas Limited emitiu bônus garantidos com vencimento em 2017 no valor principal de US$ 400 milhões e um cupom de 6,375% ao ano por meio de uma oferta no exterior. Os bônus são garantidos pela Embraer.

Negociação na BOVESPA

A BOVESPA é uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h durante o período de

horário de verão no Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil, por um sistema *online* denominado "*after market*", conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela Internet. As negociações no "*after market*" estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet.

Quando acionistas negociam ações na BOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à CBLC na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da CBLC.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BOVESPA adotou um sistema "*circuit breaker*" de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

A BOVESPA apresenta liquidez significativamente menor que a NYSE e outras das principais bolsas de valores do mundo. Em 30 de junho de 2006, a capitalização bursátil total das 340 empresas listadas na BOVESPA era equivalente a aproximadamente R$ 1,285 trilhão e as 10 maiores empresas listadas na BOVESPA representaram aproximadamente 51,5% da capitalização bursátil total de todas as empresas listadas. Por outro lado, em 30 de junho de 2006 a capitalização bursátil total das 2.613 empresas listadas na NYSE era de aproximadamente US$ 20,336 trilhões e as 10 maiores empresas listadas na NYSE representaram aproximadamente 11,7% da capitalização bursátil total de todas as empresas listada

Por outro lado, em dezembro de 2005 a capitalização bursátil total das quase 2.800 empresas listadas na NYSE era de aproximadamente US$ 21,2 trilhões e as 10 maiores empresas listadas na NYSE representaram aproximadamente 11,1% da capitalização bursátil total de todas as empresas listadas. O volume médio diário de negociação na BOVESPA e na NYSE em setembro de 2006 foi de aproximadamente R$ 2,3 bilhões e US$ 1,3 trilhões, respectivamente. Embora quaisquer das ações em circulação de uma empresa listada possam ser negociadas na BOVESPA, na maioria dos casos menos da metade das ações listadas estão efetivamente disponíveis para negociação pelo público, sendo o restante detido por pequenos grupos de controladores, por intermédio de entidades governamentais ou por um único acionista principal.

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado

Em 2000, a BOVESPA introduziu três segmentos especiais para listagem, conhecidos como Nível 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações, em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Para tornar-se uma companhia listada no Novo Mercado, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve: (a) assegurar que suas ações, representando 25% do seu capital total, estejam em circulação no mercado; (b) adotar, sempre que fizer uma oferta pública, procedimentos que favoreçam a dispersão acionária; (c) cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações, inclusive demonstrações de fluxo de caixa; (d) disponibilizar aos acionistas um calendário anual anunciando a programação de eventos societários, incluindo informações sobre a companhia, o evento, a data e a hora em que ele se realizará, e encaminhar quaisquer mudanças na programação prontamente à BOVESPA e publicá-las; (e) conceder a todos os acionistas o direito de venda conjunta (*tag-along*) com relação a uma transferência do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco controlador; (f) não emitir ações preferenciais, bem como não possuir este tipo de ação em circulação, salvo com relação aos casos de privatização e a existência da Ação Ordinária de Classe Especial em favor da ente desestatizante; (g) a limitar a dois anos o mandato de todos os membros do Conselho de Administração,

composto de, no mínimo, 5 (cinco) membros, dos quais pelo menos 20% serão independentes; (h) se a companhia optar por cancelar o registro de companhia aberta e/ou sair do Novo Mercado, seu acionista controlador ou a companhia, conforme o caso, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações, sendo o preço mínimo a ser oferecido pelas ações o valor econômico determinado por laudo de avaliação; (i) observar quaisquer normas complementares a serem eventualmente editadas pela BOVESPA visando a disciplinar a oferta pública de aquisição de ações exigível na hipótese de rescisão do Contrato de Listagem por inexecução, no caso de controle difuso (definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado como poder de controle exercido por acionista detentor de menos de 50% do capital votante e por grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob o controle comum e nem atue representando um interesse comum); (j) divulgar: (i) informações trimestrais traduzidas para o inglês ou demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas preparadas em conformidade com o US GAAP ou os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), conforme estabelecido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado; e (ii) demonstrações financeiras ou consolidadas anuais, inclusive demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, preparadas em conformidade com normas contábeis internacionais, tais como o US GAAP ou os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), em dólares norte-americanos ou reais, acompanhadas do relatório da administração, notas explicativas que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e proposta de destinação do resultado e parecer dos auditores independentes ou a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de notas explicativas adicionais que demonstrem a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais IFRS ou US GAAP, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; (k) resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal relacionada ou oriunda, em especial, de aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e das relações envolvendo acionistas controladores, os administradores e os membros do conselho fiscal da Companhia por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem da BOVESPA.

Em 31 de março de 2006, celebramos um Contrato de Adoção do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado com a BOVESPA, e nos tornamos uma companhia listada no Novo Mercado.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossas informações financeiras consolidadas e outras informações nas datas e para cada período indicado. As informações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram auditadas pela Deloitte. As informações trimestrais mencionadas abaixo para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram objeto de revisão especial pela Deloitte.

As informações financeiras relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 incluídas neste Prospecto são baseadas na consolidação da Companhia com a Antiga Embraer como se a Companhia já tivesse sido constituída e a Reorganização Societária já tivesse sido concluída a partir de 1º de janeiro de 2003. Como conseqüência da Reorganização Societária, a Companhia incorporou a Antiga Embraer com efeitos a partir de 1º de abril de 2006 e sucedeu a todos os direitos e obrigações da Antiga Embraer.

As demonstrações financeiras consolidadas da Antiga Embraer relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 são incluídas neste Prospecto em razão da essência econômica da Companhia não ter sido alterada em seus principais aspectos.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 foram ajustadas em atendimento à Instrução CVM 408, que requereu a consolidação daquelas EPEs das quais detínhamos o controle ou partilhávamos de forma majoritária de seus riscos e recompensas, apesar de não determos participação societária em tais EPEs. Em virtude da consolidação de tais EPEs, nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 diferem das demonstrações financeiras publicadas por nós anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 408.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de reais)							
Demonstração de Resultados:	**2005**	**AV%**	**2004**	**AV%**	**2003**	**AV%**	**2005 / 2004(%)**	**2004 / 2003(%)**
Receita bruta de vendas e/ou serviços	9.140,5	100,1	10.252,6	100,2	6.599,1	100,4	(10,8)	55,4
Deduções da receita bruta	(7,2)	(0,1)	(21,5)	(0,2)	(28,5)	(0,4)	(66,5)	(24,6)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	9.133,3	100,0	10.231,1	100,0	6.570,6	100,0	(10,7)	55,7
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(6.966,8)	(76,3)	(6.822,8)	(66,7)	(4.219,8)	(64,2)	2,1	61,7
Resultado bruto	2.166,5	23,7	3.408,3	33,3	2.350,8	35,8	(36,4)	45,0
Receitas (despesas) operacionais	(1.712,4)	(18,7)	(2.358,1)	(23,0)	(1.661,7)	(25,3)	(27,4)	41,9
Com vendas	(617,4)	(6,9)	(992,7)	(9,7)	(596,9)	(9,1)	(37,8)	66,3
Gerais e administrativas	(483,2)	(5,3)	(389,2)	(3,8)	(337,3)	(5,1)	24,2	15,4
Financeiras	(333,1)	(3,6)	(664,0)	(6,5)	(553,5)	(8,4)	(49,8)	20,0
Receitas financeiras	(95,4)	(1,0)	(137,8)	(1,3)	(820,2)	(12,5)	(30,8)	(83,2)
Despesas financeiras	(237,7)	(2,6)	(526,2)	(5,2)	266,7	4,1	(54,8)	(297,3)
Outras receitas operacionais	65,1	0,7	97,5	1,0	77,9	1,2	(33,2)	25,1
Outras despesas operacionais	(336,8)	(3,7)	(409,7)	(4,0)	(251,9)	(3,8)	(17,8)	62,6
Resultado da equivalência	(7,0)	(0,1)	0,0	0,0	0,0	0,0	(100,0)	(0,0)
Resultado operacional	454,1	5,0	1.050,2	10,3	689,1	10,5	(56,8)	52,4
Resultado não operacional	13,8	0,2	(0,0)	(0,0)	(46,1)	(0,7)	(100,0)	(100,0)
Receitas	10,1	0,1	1,8	0,0	13,1	0,2	461,1	(86,3)
Despesas	3,7	0,0	(1,8)	(0,0)	(59,2)	(0,9)	(305,6)	(97,0)
Resultado antes da tributação e	467,9	5,2	1.050,2	10,3	643,0	9,8	(55,5)	63,3
Provisão para IR e Contribuição Social	(179,7)	(2,0)	(345,8)	(3,4)	(249,8)	(3,8)	(48,0)	38,4
IR Diferido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Participações e Contribuições Estatutárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Participações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuições	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de reais)							
Reversão dos juros sobre capital próprio	444,7	4,9	585,2	5,7	196,1	3,0	(24,0)	198,4
Participações minoritárias	(23,9)	(0,3)	(8,6)	(0,1)	(1,7)	(0,0)	177,9	405,9
Lucro (prejuízo) do período	709,0	7,8	1.280,9,	12,5	587,6	9,0	(44,7)	118,0

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de (em milhões de reais) *(não auditado)*				
Demonstração de Resultado:	**2006**	**AV%**	**2005**	**AV%**	**2006/2005(%)**
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.011,3	100,0	6.407,9	100,0	(6,2)
Deduções da receita bruta	1,0	0,0	(2,2)	(0,0)	(143,5)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	6.012,3	100,0	6.405,6	100,0	(6,1)
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(4.509,7)	(75,0)	(4.849,2)	(75,7)	(7,0)
Resultado bruto	1.502,6	25,0	1.556,5	24,3	(3,5)
Receitas (despesas) operacionais	(1.151,7)	(19,2)	(1.181,1)	(18,4)	(2,5)
Com vendas	(651,6)	(10,8)	(403,4)	(6,3)	61,5
Gerais e administrativas	(331,8)	(5,5)	(332,8)	(5,2)	(0,3)
Financeiras	(63,3)	(1,1)	(260,0)	(4,1)	(75,7)
Receitas financeiras	(187,6)	(3,1)	(769,7)	(12,0)	(75,6)
Despesas financeiras	124,3	2,1	509,7	8,0	(75,6)
Outras receitas operacionais	47,7	0,8	48,7	0,8	(2,1)
Outras despesas operacionais	(153,8)	(2,6)	(226,7)	(3,5)	(32,2)
Resultado da equivalência patrimonial	1,1	0,0	(6,9)	(0,1)	(115,9)
Resultado operacional	350,9	5,8	375,4	5,9	(6,5)
Resultado não operacional	7,5	0,1	(1,8)	(0,0)	(516,7)
Receitas	8,7	0,1	5,7	0,1	52,6
Despesas	(1,2)	(0,0)	(7,5)	(0,1)	(84,0)
Resultado antes da tributação e participações	358,4	6,0	373,6	5,8	(4,0)
Provisão para IR e Contribuição Social	(146,2)	(2,4)	(194,2)	(3,0)	(24,7)
Reversão dos juros sobre capital próprio	206,8	3,4	331,8	5,2	(37,7)
Participações minoritárias	(12,8)	(0,2)	(7,5)	(0,1)	70,7
Lucro (prejuízo) do período	406,2	6,8	503,7	7,9	(19,3)

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	**2005**	**2005**	**2004**	**2003**
Outras Informações Financeiras:			(em milhões de reais)		
EBITDA[1]	646,2	831,9	1.047,4	1.927,2	1.401,5
EBITDA Ajustado[1]	657,9	846,3	1.078,3	1.935,8	1.403,3
Margem de EBITDA Ajustado [2]	10,9%	13,2%	11,8%	18,9%	19,1%
Caixa gerado por (usado em) atividades operacionais	1.036,7	527,7	1.569,4	371,5	1.244,9
Caixa gerado por (usado em) atividades de investimento	(763,2)	(1.846,6)	(426,6)	(686,0)	(971,7)
Caixa gerado por (usado em) atividades de financiamento	(335,5)	264,3	(169,0)	146,2	1.064,6

1. O EBITDA, de acordo com o Ofício Circular CVM nº. 1/2005 representa o lucro líquido adicionado de receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e receitas (despesas) não operacionais. O EBITDA Ajustado representa o EBITDA adicionado do participação minoritária. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são apresentados como informações suplementares por serem, no entendimento de nossa administração, indicadores financeiros úteis para indicar o desempenho operacional de uma companhia. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado não devem ser analisados isoladamente ou em substituição ao lucro operacional e ao lucro líquido, determinados conforme as Práticas Contábeis Brasileiras. Os investidores também devem notar que a demonstração de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável com indicadores similares usados por outras empresas. A tabela a seguir representa o cálculo efetuado para determinar o EBITDA e o EBITDA Ajustado nos períodos especificados.
2. A margem de EBITDA Ajustado representa o EBITDA Ajustado como porcentagem da receita líquida para o mesmo período.

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2005	2004	2003
			(em milhões de reais)		
Cálculo do EBITDA:					
Lucro (prejuízo) líquido	406,2	503,7	708,9	1.280,9	587,7
Reversão de juros sobre o capital próprio	(206,8)	(331,8)	(444,7)	(585,2)	(196,1)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	63,3	260,0	333,1	664,0	553,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	146,2	194,2	179,7	345,9	249,8
Depreciação e amortização	244,8	204,0	284,2	221,6	160,5
Receitas (despesas) não operacionais	(7,5)	1,8	(13,8)	--	46,1
EBITDA	646,2	831,9	1.047,4	1.927,2	1.401,5
Participação Minoritária	12,8	7,5	23,9	8,6	1,7
Equivalência Patrimonial	(1,1)	6,9	7,0	--	--
EBITDA Ajustado	657,9	846,3	1.078,3	1.935,8	1.403,3

	Em 31 de dezembro de (em milhões de reais)							
Balanço patrimonial consolidado	**2005**	**AV%**	**2004**	**AV%**	**2003**	**AV%**	**2004/ 2005%**	**2003 / 2004%**
Ativo								
Ativo total	16.983,2	100,0	16.708,4	100,0	12.831,0	100,0	1,6	30,2
Ativo circulante	11.239,6	66,2	10.556,3	63,2	9.336,5	72,8	6,5	13,0
Disponibilidades	4.464,0	26,3	3.490,2	20,9	3.658,6	28,5	27,9	(4,6)
Créditos	1.388,2	8,2	1.520,1	9,1	934,5	7,3	(8,7)	62,7
Prov. Para créditos de Liquid. Duvidosa	(110,8)	(0,6)	(62,4)	(0,4)	(70,1)	0,0	77,6	100,0
Clientes	1.154,6	6,8	1.550,3	9,3	1.004,6	7,3	(25,5)	65,9
Financiamento a clientes	344,4	2,0	32,2	0,2	0,0	0,0	969,6	100,0
Estoques	3.888,2	22,9	4.017,3	24,0	3.303,4	25,7	(3,2)	21,6
Outros	1.499,2	8,8	1.528,7	9,1	1.440,0	11,2	(1,9)	6,2
Impostos a recuperar	104,8	0,6	87,2	0,5	80,3	0,6	20,2	8,6
Despesas pagas antecipadamente	79,4	0,5	81,9	0,5	79,2	0,6	(3,1)	3,4
Outros créditos	231,5	1,4	154,0	0,9	187,9	1,5	50,2	(18,0)
IR e Contribuição Social diferidos	284,1	1,7	277,2	1,7	333,4	2,6	2,5	(16,9)
Depósitos em garantia	630,9	3,7	616,9	3,7	746,7	5,8	2,3	(17,4)
Títulos e valores mobiliários	15,3	0,1	124,1	0,7	12,5	0,1	(87,7)	892,8
Contas a receber vinculadas	153,2	0,9	187,4	1,1	0,0	0,0	(18,2)	100,0
Ativo realizável a longo prazo	3.377,3	19,9	3.825,4	22,9	1.123,7	8,8	(11,7)	240,4
Créditos diversos	342,0	2,0	605,6	3,6	35,6	0,3	(43,5)	1.601,1
Clientes	12,4	0,1	351,7	2,1	35,6	0,3	(96,5)	887,9
Financiamentos a clientes	329,6	1,9	253,9	1,5	0,0	0,0	29,8	100,0
Outros	3.035,3	17,8	3.219,8	19,3	1.088,1	8,5	(5,7)	195,9
Depósitos em garantia	639,5	3,7	673,3	4,0	621,9	4,8	(5,0)	8,3
IR e Contribuição Social diferidos	319,3	1,9	293,0	1,8	182,2	1,4	9,0	60,8
Impostos a recuperar	2,9	0,0	4,9	0,0	4,5	0,0	(40,8)	8,9
Despesas pagas antecipadamente	8,8	0,1	16,0	0,1	86,5	0,7	(45,6)	(81,5)
Estoques	79,1	0,4	52,2	0,3	42,7	0,3	51,9	22,2
Outros créditos	66,2	0,4	63,5	0,4	57,8	0,5	4,3	9,9
Títulos e valores mobiliários	73,2	0,4	74,5	0,4	92,5	0,7	(1,7)	(19,5)
Contas a receber vinculadas	1.846,3	10,9	2.042,4	12,2	0,0	0,0	(9,6)	100,0
Ativo permanente	2.366,3	13,9	2.326,7	13,9	2.370,8	18,5	1,7	(1,9)
Investimentos	0,4	0,0	53,9	0,3	13,9	0,1	(99,3)	287,8
Participações em coligadas	0,4	0,0	53,9	0,3	13,9	0,1	(99,3)	287,8
Imobilizado	1.184,4	7,0	1.094,8	6,6	1.177,6	9,2	8,2	(7,0)
Diferido	1.181,5	7,0	1.178,0	7,1	1.179,3	9,2	0,3	(0,1)

Em 31 de dezembro de
(em milhões de reais)

Balanço patrimonial consolidado	2005	AV%	2004	AV%	2003	AV%	2004/ 2005%	2003 / 2004%
Passivo								
Passivo total	16.983,2	100,0	16.708,4	100,0	12.831,0	100,0	1,6	30,2
Passivo circulante	6.209,8	36,6	6.166,3	36,9	6.093,6	47,5	0,7	1,2
Empréstimos e financiamentos	1.112,7	6,6	1.362,5	8,2	1.493,9	11,6	(18,3)	(8,8)
Fornecedores	1.704,8	10,0	1.477,2	8,8	1.167,5	9,1	15,4	26,5
Impostos, taxas e contribuições	351,9	2,1	347,4	2,1	67,5	0,5	1,3	414,7
Provisões	811,3	4,8	706,7	4,2	898,5	7,0	14,8	(21,3)
Outros	2.229,1	13,1	2.272,5	13,6	2.466,2	19,2	(1,9)	(7,9)
Adiantamentos de clientes	1.137,6	6,7	996,9	6,0	1.350,9	10,5	14,1	(26,2)
Contas a pagar	155,2	0,9	130,0	0,8	95,1	0,7	19,3	36,7
Contribuições de parceiros	10,3	0,1	9,6	0,1	4,9	0,0	7,3	95,9
Juros sobre capital próprio	100,2	0,6	147,9	0,9	106,5	0,8	(32,3)	38,9
Contingências	22,1	0,1	15,6	0,1	872,3	6,8	41,7	(98,2)
IR e Contribuição Social diferidos	51,9	0,3	39,7	0,2	36,5	0,3	30,3	8,8
Dívidas com e sem direito de regresso	751,8	4,4	932,8	5,6	0,0	0,0	(19,4)	100,0
Passivo exigível a longo prazo	5.861,0	34,5	6.036,8	36,1	2.969,7	23,1	(2,9)	103,3
Empréstimos e financiamentos	2.524,1	14,9	2.191,1	13,1	1.522,5	11,9	15,2	43,9
Provisões	15,0	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.336,9	19,6	3.845,7	23,0	1.447,2	11,3	(13,2)	165,7
Impostos, taxas e contribuições	1.202,5	7,1	1.020,0	6,1	41,4	0,3	17,9	2.363,8
Contribuições de parceiros	229,0	1,3	371,7	2,2	678,9	5,3	(38,4)	(45,2)
Adiantamentos de clientes	227,1	1,3	275,0	1,6	319,4	2,5	(17,4)	(13,9)
Contingências	78,4	0,5	42,4	0,3	76,4	0,6	84,9	4,5
IR e Contribuição Social diferidos	361,0	2,1	359,3	2,2	282,3	2,2	0,5	27,3
Contas a pagar	65,1	0,4	31,3	0,2	48,8	0,4	108,0	(35,9)
Fornecedores	7,9	0,0	9,2	0,1	0,0	0,0	(14,1)	100,0
Dívidas com e sem direito de regresso	1.165,9	6,9	1.736,8	10,4	0,0	0,0	(32,9)	100,0
Resultados de exercícios futuros	49,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Participações minoritárias	127,2	0,7	62,6	0,4	36,0	0,3	103,2	73,9
Patrimônio líquido	4.735,9	27,9	4.442,7	26,6	3.731,8	29,1	6,6	19,0
Capital social realizado	3.592,8	21,2	3.144,4	18,8	2.320,1	18,1	14,3	35,5
Reservas de capital	142,2	0,8	139,3	0,8	133,6	1,0	2,1	4,3
Reservas de lucro	1.000,9	5,9	1.159,0	6,9	1.278,1	10,0	(13,6)	(9,3)
Legal	310,2	1,8	274,4	1,6	210,5	1,6	13,0	30,4
Estatutária	690,7	4,1	884,6	5,3	1.067,6	8,3	(21,9)	(17,1)
Outras reservas de lucro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Balanço patrimonial consolidado	Em 30 de setembro de 2006	AV%	Em 31 de dezembro de 2005	AV%	30.9.2006/ 31.12.2005 (%)
Ativo					
Ativo total	17.126,4	100,0	16.983,2	100,0	0,8
Ativo circulante	11.538,3	67,4	11.239,6	66,2	2,7
Disponibilidades	4.401,3	25,7	4.464,0	26,3	(1,4)
Créditos	878,1	5,1	1.388,2	8,2	(36,7)
Prov. Para créditos de Liquid. Duvidosa	(88,8)	(0,5)	(110,8)	(0,7)	19,9
Clientes	941,2	5,5	1.154,6	6,8	(18,5)
Financiamento a clientes	25,7	0,2	344,4	2,0	(92,5)
Estoques	4.342,4	25,4	3.888,2	22,9	11,7
Outros	1.916,5	11,2	1.499,2	8,8	27,8
Impostos a recuperar	170,5	1,0	104,8	0,6	62,7
Despesas pagas antecipadamente	109,0	0,6	79,4	0,5	37,3
Outros créditos	311,1	1,8	231,5	1,4	34,4
IR e Contribuição Social diferidos	274,4	1,6	284,1	1,7	(3,4)

Balanço patrimonial consolidado	Em 30 de setembro de 2006	AV%	Em 31 de dezembro de 2005	AV%	30.9.2006/ 31.12.2005 (%)
Depósitos em garantia	681,6	4,0	630,9	3,7	8,0
Títulos e valores mobiliários	179,7	1,0	15,3	0,1	1.074,5
Contas a receber vinculadas	190,2	1,1	153,2	0,9	24,2
Ativo realizável a longo prazo	3.084,6	18,0	3.377,3	19,9	(8,7)
Créditos diversos	363,3	2,1	342,0	2,0	6,2
Clientes	10,5	0,1	12,4	0,1	(15,3)
Financiamentos a clientes	352,8	2,1	329,6	1,9	7,0
Outros	2.721,3	15,9	3.035,3	17,9	(10,3)
Depósitos em garantia	622,3	3,6	639,5	3,8	(2,7)
IR e Contribuição Social diferidos	344,1	2,0	319,3	1,9	7,8
Impostos a recuperar	3,8	0,0	2,9	0,0	31,0
Despesas pagas antecipadamente	4,2	0,0	8,8	0,1	(52,3)
Estoques	67,6	0,4	79,1	0,5	(14,5)
Outros créditos	19,8	0,1	66,2	0,4	(70,1)
Títulos e valores mobiliários	70,3	0,4	73,2	0,4	(4,0)
Contas a receber vinculadas	1.589,2	9,3	1.846,3	10,9	(13,9)
Ativo permanente	2.503,5	14,6	2.366,3	13,9	5,8
Investimentos	2,5	0,0	0,4	0,0	525,0
Participações em coligadas	0,0	0,0	0,4	0,0	(100,0)
Outros investimentos	2,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Imobilizado	1.304,6	7,6	1.184,4	7,0	10,1
Diferido	1.196,4	7,0	1.181,5	7,0	1,3
Passivo					
Passivo total	17.126,4	100,0	16.983,2	100,0	0,8
Passivo circulante	7.315,5	42,7	6.209,8	36,6	17,8
Empréstimos e financiamentos	1.654,9	9,7	1.112,7	6,6	48,7
Fornecedores	1.759,4	10,3	1.704,8	10,0	3,2
Impostos, taxas e contribuições	297,9	1,7	351,9	2,1	(15,3)
Dividendos a pagar	35,6	0,2	0,0	0,0	100,0
Provisões	776,0	4,5	811,3	4,8	(4,4)
Outros	2.791,7	16,3	2.229,1	13,1	25,2
Adiantamentos de clientes	1.450,1	8,5	1.137,6	6,7	27,5
Contas a pagar	198,4	1,2	155,2	0,9	27,9
Contribuições de parceiros	13,2	0,1	10,4	0,1	26,9
Juros sobre capital próprio	82,2	0,5	100,2	0,6	(18,0)
Contingências	32,1	0,2	22,1	0,1	45,2
IR e Contribuição Social diferidos	145,7	0,9	51,8	0,3	181,1
Dívidas com e sem direito de regresso	870,0	5,1	751,8	4,4	15,7
Passivo exigível a longo prazo	4.729,1	27,6	5.861,0	34,5	(19,3)
Empréstimos e financiamentos	1.824,3	10,7	2.524,1	14,9	(27,7)
Provisões	15,0	0,1	0,0	0,0	100,0
Outros	2.889,8	16,9	3.336,9	19,6	(13,4)
Impostos, taxas e contribuições	883,5	5,2	1.202,5	7,1	(26,5)
Contribuições de parceiros	249,0	1,4	229,0	1,3	8,7
Adiantamentos de clientes	329,00	1,9	227,1	1,3	44,9
Contingências	59,6	0,3	78,4	0,5	(23,9)
IR e Contribuição Social diferidos	389,2	2,3	361,0	2,1	7,8
Contas a pagar	48,3	0,3	65,1	0,5	(25,8)
Fornecedores	0,0	0,0	7,9	0,0	(100,0)
Dívidas com e sem direito de regresso	931,2	5,4	1.165,9	6,9	(20,1)
Resultados de exercícios futuros	44,0	0,3	49,3	0,3	(10,8)
Participações minoritárias	137,1	0,8	127,2	0,7	7,8
Patrimônio líquido	4.900,7	28,6	4.735,9	27,9	3,5
Capital social realizado	4.772,7	27,9	3.592,8	21,2	32,8
Reserva de Capital	0,0	0,0	142,2	0,8	(100,0)
Reservas de lucro	51,1	0,3	1.000,9	5,9	(94,9)

Balanço patrimonial consolidado	Em 30 de setembro de 2006	AV%	Em 31 de dezembro de 2005	AV%	30.9.2006/ 31.12.2005 (%)
Legal	0,0	0,0	310,2	1,8	(100,0)
Estatutária	0,0	0,0	690,7	4,1	(100,0)
Outras reservas de lucro	51,1	0,3	0,0	0,0	100,0
Lucros (prejuízos) acumulados	76,9	0,4	0,0	0,0	100,0

	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Outras informações:						
Aeronaves entregues durante o período (1):						
Aviação Comercial						
EMB 120 Brasília	2	—	—	—	—	—
ERJ 145	104	82	57	87(5)	46	10
ERJ 135	27	3	14	1(1)	2	—
ERJ 140	22	36	16	—	—	—
EMBRAER 170	—	—	—	46	46(1)	26(2)
EMBRAER 175	—	—	—	—	14	8
EMBRAER 190	—	—	—	—	12	28
EMBRAER 195	—	—	—	—	—	1
Defesa e Governo						
Legacy	—	1	—	—	6	—
EMB 135	2	—	—	—	—	—
EMB 145	1	1	1	1	1	—
EMB 145 AEW&C/RS/MP	—	5	3	6	1	—
EMB 312 Tucano / AL-X	—	—	—	7	24	9
EMBRAER 170	—	—	—	—	—	2
EMBRAER 190	—	—	—	—	—	1
Jato corporativo						
Legacy 600	—	8	11(2)	13	14	17
EMB 135	5	—	2	—	—	—
Mercado de aviação em geral						
Aeronaves turboélice	11	25	46	70	31	6
Total de entregas	174	161	150	231	197	108

(1) Entregas colocadas entre parênteses são aeronaves entregas mediante arrendamento operacional.

	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Outras informações:						
Aeronaves em *backlog* no final do período (1):						
Aviação Comercial						
ERJ 145	159	109	144	66	10	55
ERJ 135	53	31	17	17	15	—
ERJ 140	152	116	20	20	20	—
EMBRAER 170[(2)]	82	88	120	112	104	32
EMBRAER 175	—	—	—	15	8	30
EMBRAER 190	—	—	110	155	178	257
EMBRAER 195	30	30	15	15	29	40
Defesa e Governo						
EMB 120 Brasília	—	—	—	—	—	1
EMB 145 AEW&C/RS/MP	15	10	7	1	—	—
EMB 312 Tucano/EMB 314 Super Tucano	86	86	76	69	93	86
EMB 145	1	—	1	—	—	1
EMB 135	1	—	—	—	—	—
Legacy 600	—	—	5	5	—	1
EMBRAER 170/ EMBRAER 190	—	—	—	—	3	1
Aviação Corporativa						
Legacy 600	66	58	27	4	15	20
Mercado de aviação em geral						
Aeronaves turboélice	—	—	11	25	6	—
Total de *backlog* (nº de aeronaves)	645	528	553	504	481	524
Total de *backlog* (em milhões)	US$ 10,693	US$9,034	US$10,591	US$10,597	US$10,383	US$ 13,311

(1) Desde 30 de setembro de 2006 recebemos 67 pedidos em carteira firme adicionais para a nossa família de jatos EMBRAER 170/190.

(2) Em 30 de setembro de 2006, três dos pedidos firmes de compra de aeronaves EMBRAER 170 estavam vinculados ao exercício de direitos de *trade-in* de clientes e seriam pagos em parte com a entrega de três aeronaves EMBRAER 145.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

O investidor deve ler esta seção em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas e demais informações financeiras e contábeis incluídas neste Prospecto. Veja a Seção "Informações Financeiras Selecionadas". Essa seção contém afirmações com relação ao futuro que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados efetivos podem ser substancialmente diferentes dos resultados discutidos nas afirmações com relação ao futuro por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, aos fatores indicados na seção "Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras", na seção "Fatores de Risco" e no restante deste Prospecto.

Introdução

Esta análise deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas explicativas correspondentes, e outras informações financeiras incluídas em outras partes deste Prospecto.

As demonstrações financeiras da Antiga Embraer relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram auditadas pela Deloitte e nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram objeto de revisão especial pela Deloitte. Todas as informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 incluídas neste Prospecto são baseadas na consolidação da Companhia com a Antiga Embraer como se a Companhia já tivesse sido constituída e a Reorganização Societária já tivesse sido concluída a partir de 1º de janeiro de 2003. Como conseqüência da Reorganização Societária, a Companhia incorporou a Antiga Embraer com efeitos a partir de 1º de abril de 2006 e sucedeu a todos os direitos e obrigações da Antiga Embraer.

As demonstrações financeiras consolidadas da Antiga Embraer relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 são incluídas neste Prospecto em razão da Companhia ter sucedido à Antiga Embraer em todos os seus direitos e obrigações.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 foram ajustadas em atendimento à Instrução CVM 408, que requereu a consolidação daquelas EPEs das quais detínhamos o controle ou partilhávamos de forma majoritária de seus riscos e recompensas, apesar de não determos participação societária em tais EPEs. Em virtude da consolidação de tais EPEs, as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 diferem das demonstrações financeiras publicadas por nós anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 408. Em conformidade com a Instrução CVM 408, não ajustamos as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, que não refletem a consolidação de EPEs.

Visão Geral da Empresa

Somos um dos maiores fabricantes de aeronaves comerciais do mundo, com base em nossa receita líquida de vendas de aeronaves comerciais em 2005, e temos clientes em todas as regiões do mundo. Nosso objetivo é satisfazer nossos clientes com uma linha variada de produtos para os mercados de aeronaves comerciais, aeronaves de defesa e jatos executivos. Nossas vendas de aeronaves comerciais representaram 66,3% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Desenvolvemos uma nova família de jatos executivos, baseada em uma de nossas plataformas de jatos regionais, e lançamos jatos executivos nas categorias *very light*, *light* e *ultra-large*, o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, respectivamente. Nossas vendas de jatos executivos representaram 13,8% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa

para a Força Aérea Brasileira com base no número de aeronaves vendidas, fornecendo aeronaves, também, para forças militares na Europa e na América Latina. Nossas vendas de aeronaves de defesa e governo representaram 5,5% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Nossos serviços de suporte aos clientes de alta qualidade são um elemento chave de nossa estratégia para mantermos satisfeitos nossos clientes e para fortalecermos nossos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes. Outros negócios relacionados, incluindo serviços de suporte ao cliente, representaram 14,4% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Tivemos receita líquida de R$ 6.012,3 milhões nos primeiros noves meses de 2006 e de R$ 6.405,6 milhões em 2005. Em 30 de setembro de 2006, tínhamos uma carteira de pedidos firmes no valor de US$ 13,3 bilhões, incluindo 414 aeronaves comerciais.

Dados Operacionais

A tabela abaixo apresenta dados estatísticos relativos a aeronaves entregues e carteiras de pedidos para nossas aeronaves no final dos períodos indicados. A carteira de pedidos consiste em todos os pedidos firmes e ainda não entregues. Um pedido firme é um compromisso contratual de compra de um cliente, normalmente acompanhado de um sinal, para o qual reservamos um lugar em uma das nossas linhas de produção. Consulte "Informações sobre Tendências" para obter determinadas informações sobre pedidos firmes e opções.

	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Outras informações:						
Aeronaves entregues durante o período [1]:						
Aviação Comercial						
EMB 120 Brasília	2	—	—	—	—	—
ERJ 145	104	82	57	87(5)	46	10
ERJ 135	27	3	14	1(1)	2	—
ERJ 140	22	36	16	—	—	—
EMBRAER 170	—	—	—	46	46(1)	26(2)
EMBRAER 175	—	—	—	—	14	8
EMBRAER 190	—	—	—	—	12	28
EMBRAER 195	—	—	—	—	—	1
Defesa e Governo						
Legacy	—	1	—	—	6	—
EMB 135	2	—	—	—	—	—
EMB 145	1	1	1	1	1	—
EMB 145 AEW&C/RS/MP	—	5	3	6	1	—
EMB 312 Tucano / AL-X	—	—	—	7	24	9
EMBRAER 170	—	—	—	—	—	2
EMBRAER 190	—	—	—	—	—	1
Aviação Corporativa						
Legacy 600	—	8	11(2)	13	14	17
EMB 135	5	—	2	—	—	—
Mercado de aviação em geral						
Aeronaves turboélice	11	25	46	70	31	6
Total de entregas	174	161	150	231	197	108
Total de *backlog ao final do período* (em milhões)	US$10,693	US$ 9,034	US$ 10,591	US$ 10,597	US$ 10,383	US$ 13,311

(1) Entregas colocadas entre parênteses são aeronaves entregas mediante arrendamento operacional.

Receita Líquida das Vendas

Nossas receitas são principalmente geradas pela venda de aeronaves comerciais. Também geramos receitas com a venda de aeronaves de defesa e jatos executivos Legacy 600. Geramos ainda receitas com outros negócios correlatos, que incluem suporte pós-venda (incluindo a venda de peças sobressalentes, manutenção e reparo, treinamento e outros serviços de suporte ao produto), arrendamento operacional e fornecimento exclusivo de peças estruturais e sistemas mecânicos e hidráulicos para outros fabricantes de aeronaves.

Contabilizamos a receita da venda de nossas aeronaves comerciais e jatos executivos quando entregamos a aeronave ao cliente. Normalmente, é feito um depósito no momento da assinatura do contrato de compra e venda de nossas aeronaves comerciais e executivas, além de posteriores pagamentos progressivos no valor de 5,0% do preço de venda das aeronaves que vencem a 18 meses, 12 meses e seis meses antes da data de entrega programada. Para a família de jatos EMBRAER 170/190, recebemos um pagamento adicional de

5,0% do preço de venda 24 meses antes da data de entrega programada. O restante do preço de venda é pago normalmente no ato da entrega da aeronave. Pagamentos antecipados à data de entrega são contabilizados em nosso balanço como adiantamentos de clientes dentre as contas do passivo e são contabilizadas como receita líquida quando a aeronave é entregue. Não enfrentamos inadimplência significativa de clientes com relação ao preço de venda, em parte por recebermos o preço de venda normalmente no ato de entrega da aeronave.

Os contratos de compra e venda com nossos clientes geralmente incluem ajustes do preço de compra da aeronave baseados em fórmulas de reajuste que refletem, em parte, a inflação nos Estados Unidos da América. Os depósitos, pagamentos parciais e pagamentos de opções de compra geralmente não são reembolsáveis. Quando um cliente decide converter uma opção de compra, este pedido passa a ser considerado como um pedido firme, e começamos a receber pagamentos subseqüentes e reconhecer receitas no ato da entrega conforme descrito acima.

A receita da venda de aeronaves de defesa, incluindo a pesquisa e o desenvolvimento para programas específicos, é contabilizada segundo o método de custo incorrido, pelo qual o reconhecimento da receita é feito pelo andamento do programa. Alguns contratos contêm certas disposições para a reavaliação do preço com base em condições econômicas futuras. Nossos clientes de defesa e governo continuam a nos fazer adiantamentos, que são convertidos em receitas à medida que são concluídas as etapas predeterminadas do projeto, como concepção, desenvolvimento e projeto, bem como engenharia, integração de sistemas e customização. Essas parcelas geralmente não são reembolsáveis.

Custo dos Produtos Vendidos

Nossos custos de produtos e serviços consistem principalmente em:

- *Materiais.* Esses custos são expressos primariamente em dólares norte-americanos, convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data da entrada do material no estoque. Quase todos os nossos custos de materiais são cobertos por contratos de longo prazo com nossos fornecedores. Os preços nesses contratos geralmente são corrigidos com base em uma fórmula de reajuste que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos da América.
- *Mão-de-obra.* Esses custos normalmente são denominados em reais.
- *Depreciação.* Fazemos a depreciação dos bens do ativo imobilizado durante sua respectiva vida útil, que pode variar de 5 até 48 anos, em uma base linear. Em média, os bens do nosso ativo imobilizado são depreciados em 16 anos.
- *Amortização do ativo diferido.* A amortização do diferido é efetuada a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na quantidade de aeronaves que se estima vender, segundo cada projeto. No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

Situação Econômica no Brasil

Os acontecimentos que afetam negativamente o setor de aviação comercial e os subseqüentes efeitos negativos na economia norte-americana tiveram impacto adverso sobre as economias e os mercados de capitais globais e brasileiros, o que resultou em:

- maior volatilidade no preço de ações nas bolsas de valores;
- redução significativa das estimativas de ganhos das empresas;
- perdas substanciais em setores importantes, incluindo o transporte aéreo e o setor de seguros; e
- desgaste significativo da confiança do cliente.

Somos afetados pelos acontecimentos nas economias norte-americana, brasileira e mundial que possam afetar a demanda por nossos produtos, nossos custos de captação de recursos e a situação financeira de nossos clientes.

A economia brasileira entrou em um período de turbulência a partir da segunda metade de 2002, com o temor dos investidores de que ocorreriam alterações na política econômica em virtude da eleição de um novo

presidente. O real variou significativamente em relação ao dólar, desvalorizando-se em 52,3% durante o ano e fechando a R$ 3,5333 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2002. A inflação anual, conforme medida pelo IGP-M, foi de 25,3% e o PIB cresceu a uma taxa real de 1,9%.

Desde as eleições presidenciais ocorridas em 2002, a economia brasileira tem apresentado maior estabilidade. A nova administração federal manteve a consistência na política econômica, priorizando a responsabilidade fiscal. As eleições presidenciais ocorridas em 2006 não geraram turbulência significativa pra a economia brasileira.

Em 2003, o PIB brasileiro cresceu 0,5%, totalizando R$ 1.556,2 bilhões, e o país atingiu um superávit da balança comercial de US$ 24,8 bilhões. A inflação em 2003, medida pelo IGP-M, foi de 8,7%. O real se valorizou em 18,2% em relação ao dólar norte-americano para R$ 2,8892 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2003. As taxas de juros continuaram a ser mantidas em patamares altos, e a taxa média do CDI foi de 16,3% em 2003.

Em 2004, o PIB brasileiro cresceu 5,2%, totalizando R$ 1.766,6 bilhões, e o país atingiu um superávit da balança comercial de US$ 33,7 bilhões. A inflação em 2004, medida pelo IGP-M, foi de 12,4%. O real se valorizou em 8,1% em relação ao dólar norte-americano para R$ 2,6544 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2004. As taxas de juros continuaram a ser mantidas em patamares altos, e a taxa médio do CDI foi de 17,8% em 2004.

Em 2005, o PIB brasileiro cresceu 3,1%, totalizando R$ 1.937,6 bilhões, e o país atingiu um superávit recorde da balança comercial, de US$ 44,98 bilhões. A inflação em 2005, medida pelo IGP-M, foi de 1,2%. O real se valorizou em 11,8% em relação ao dólar norte-americano para R$ 2,3407 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2005. As taxas de juros continuaram a ser mantidas em patamares altos, e a taxa médio do CDI foi de 19,0% em 2005.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, o PIB brasileiro cresceu 2,5%, totalizando R$ 1.036,98 bilhões, e o país atingiu um superávit na balança comercial de US$ 34,0 bilhões. A inflação no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, medida pelo IGP-M, foi de 2,26%. O real se valorizou em 7,1% em relação ao dólar norte-americano para R$ 2,1734 por US$ 1,00 em 30 de setembro de 2006. As taxas de juros médias diminuíram em relação a 2005, com o CDI médio ficando em 15,8% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

A tabela a seguir mostra dados relativos à inflação, ao crescimento real do PIB, à taxa de câmbio do dólar e aos juros para os períodos indicados abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de**	
	2005	**2004**	**2003**	**2006**	**2005**
Crescimento real do PIB	2,3%	4,9%	0,5%	2,5%	2,6%
Inflação (IGP-M) [1]	1,2%	12,4%	8,7%	2,3%	0,2%
Inflação (IPCA) [2]	5,7%	7,6%	9,3%	2,0%	4,0%
Taxa CDI [3]	19,0%	16,2%	23,3%	15,8%	19,2%
Taxa Libor [4]	4,5%	2,4%	1,1%	5,4%	4,1%
Desvalorização (valorização) do real em relação ao dólar	(11,8) %	(8,1)%	(18,2)%	(7,1)%	(16,3)%
Taxa de câmbio no final do exercício - US$ 1,00	R$2,3407	R$2,6544	R$2,8892	R$2,1742	R$2,2222
Taxa de câmbio média[5] – US$ 1,00	R$2,4125	R$2,9171	R$3,0600	R$2,1850	R$2,4930

Fontes: FGV, BACEN e Bloomberg.

1. IGP-M é um índice de inflação medido e publicado pela Fundação Getúlio Vargas.
2. IPCA é um índice de inflação medido e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
3. A taxa CDI corresponde à média das taxas de juros *overnight* do mercado interbancário no Brasil (acumulada para o final do período mensal, anualizada).
4. Taxa LIBOR trimestral para depósitos em dólares referente ao último dia do período.
5. Representa a média das taxas de câmbio do último dia de cada mês do período.

Efeitos da Inflação e Flutuações Cambiais

Até a adoção do Plano Real em julho de 1994, o Brasil vivenciou, durante anos, taxas de inflação altíssimas e geralmente imprevisíveis e uma constante desvalorização da moeda em relação ao dólar norte-americano. A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os índices mais recentes da inflação brasileira, medida pelo IGP-M e publicada anualmente pela FGV, e a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, calculada pela comparação das taxas de câmbio diárias publicadas pelo BACEN no último dia de cada ano:

	2001	2002	2003	2004	2005	30 de setembro de 2006
IGP-M	10,4%	25,3%	8,7%	12,4%	1,2%	2,3%
Desvalorização (valorização) (R$ x US$)	18,7%	52,3%	(18,2)%	(8,1)%	(11,8)%	(7,1)%

A inflação e as variações da taxa de câmbio têm tido, e podem continuar a ter, efeitos significativos sobre nossa situação financeira e sobre os resultados de nossas operações. A inflação e as variações da taxa de câmbio afetam nossos ativos e passivos financeiros denominados em reais.

Condições Atuais e Tendências Futuras do Setor de Aviação Comercial e Corporativa

Aviação Comercial

O ICAO (*International Civil Aviation Organization)* projeta um crescimento da demanda por transporte aéreo regular de passageiros, medida em RPK, de 5,7% ao ano para os próximos dois anos, em linha com a tendência de crescimento da demanda do transporte aéreo nos últimos anos. Estimamos que a demanda mundial de transporte aéreo regular de passageiros crescerá ao longo dos próximos 20 anos em média em 4,9% ao ano. Nossa estimativa assume que o crescimento da demanda por transporte aéreo será suportado pelo crescimento médio de 3% ao ano da economia mundial e será estimulado pela contínua redução das tarifas médias.

Acreditamos que a demanda por transporte aéreo regular de passageiros está crescendo em todas as regiões do mundo como resultado do desenvolvimento econômico, globalização, comércio internacional, liberalização, queda no preço das tarifas e melhoras nos serviços de transporte. Acreditamos que o transporte aéreo na China terá a maior taxa de crescimento anual de RPKs para os próximos 20 anos, atingindo 7,0% ao ano, devido ao forte crescimento econômico projetado. Estimamos que as regiões da Ásia Pacífico, Oriente Médio e América Latina também terão um crescimento de RPKs superior à média mundial, registrando taxas médias anuais entre 5,5% e 6,5% ao ano, como resultado de uma maior liberalização e da expansão das empresas aéreas de baixo custo. Acreditamos que mercados maduros, como Estados Unidos e Europa, terão um crescimento de RPKs em torno de 4,0% ao ano e terão uma redução na sua participação conjunta no tráfego mundial de 61,0% em 2006 para 53,0% em 2026.

Acreditamos que estão ocorrendo mudanças fundamentais na estrutura de receitas da indústria do transporte aéreo e uma dramática alteração nos hábitos de compra dos passageiros e que estas mudanças decorrem da expansão das empresas aéreas de baixo custo e disponibilidade em tempo real de informações sobre tarifas na Internet. Entendemos que cada vez mais as empresas aéreas necessitam melhorar a sua eficiência e reduzir seus custos para compensar os altos preços do combustível e sobreviver em um ambiente intensamente competitivo.

Acreditamos que ganhos de produtividade com as aeronaves e o melhor gerenciamento da capacidade estão ajudando as empresas aéreas a alcançarem taxas de ocupação mais elevadas e a se tornarem rentáveis em algumas regiões.

Estimamos uma demanda global por 7.500 jatos novos com capacidade de 30 a 120 assentos para entrega nos próximos 20 anos. Também estimamos que 2.800 aeronaves novas serão destinadas para substituir aeronaves antigas em operação e que as 4.700 aeronaves restantes serão destinadas para suprir o crescimento da indústria. Projetamos que 3.050 jatos serão entregues entre 2007 e 2016, e 4.450 serão entregues entre 2017 e

2026. O valor total esperado para este mercado é de US$ 220,0 bilhões. Prevemos que a maior parte das 5.150 aeronaves serão absorvidas por empresas da América do Norte (principalmente Estados Unidos) e Europa, representando aproximadamente 70,0% da demanda global estimada nos próximos vinte anos.

Acreditamos que a categoria de 30 a 60 assentos atingiu seu ciclo de maturidade, mas que continuará desempenhando um papel importante no mercado da aviação norte-americano e europeu e será importante para desenvolver novos mercados, como China, México e Rússia, que necessitam de um sistema de aviação regional. Estimamos que a frota neste segmento sofrerá uma redução de 2.020 unidades em 2006 para 1.860 unidades em 2026.

Acreditamos que a categoria de 61 a 90 assentos servirá para suprir o crescimento natural das companhias aéreas regionais nas rotas de maior demanda operadas pelos jatos de 50 assentos com o objetivo de aumentar as receitas e a participação de mercado. Este segmento também servirá para substituir aeronaves antigas e para melhor adequar a capacidade da aeronave à demanda de cada mercado.

Acreditamos que a categoria de 91 a 120 assentos terá um aumento de demanda em função da substituição de aeronaves antigas, da otimização do tamanho das aeronaves das companhias tradicionais, para melhor adequá-las à demanda de cada mercado, e da expansão das companhias aéreas de baixo custo para mercados de média densidade de passageiros.

Acreditamos que as aeronaves com maior capacidade, especialmente no segmento de 61 a 120 assentos, terão maior crescimento, passando de 2.430 aeronaves em 2006 para 7.290 em 2026, o que representa aproximadamente 80,0% da frota projetada para o segmento de 30 a 120 assentos no ano de 2026.

Aviação Corporativa

Projetamos que o mercado de aviação corporativa terá um volume recorde de entregas em 2006, atingindo 850 jatos executivos, o que representará um crescimento de aproximadamente 16,0% em relação às entregas em 2005.

A despeito da desaceleração prevista na economia norte-americanae a conseqüente desaceleração na demanda por jatos executivos novos nos próximos anos, esperamos que as condições de mercado cotinuarão favoráveis para as entregas previstas no curto e médio prazos. Alguns dos fatores que, em nossa avaliação, suportarão o ritmo de entregas nos próximos anos são o crescimento dos pedidos firmes em carteira (*backlog*) da indústria, o vigor do mercado de aeronaves usadas, a demanda crescente por jatos da categoria *very light* e o início da operação das empresas de táxi aéreo por assento. A degradação crescente dos serviços de primeira classe e executiva do transporte aéreo regular, resultante do medo do terrorismo e do aumento das restrições de segurança nos principais aeroportos do mundo também sustentam um cenário de desaceleração suave da demanda por jatos executivos e alimentam a tendência de crescimento do mercado de jatos executivos.

Acreditamos que o modelo de negócios do taxi aéreo, com vendas de assentos isolados, será posto à prova já em 2007. A atração do serviço a ser prestado por este novo segmento de mercado será uma alternativa nova de transporte aéreo, a preços sustentáveis, para os clientes que queiram fazer uma viagem de ponto-a-ponto na faixa de até 500 milhas náuticas usando a tecnologia dos jatos very light. Se o modelo de negócios do táxi aéreo por assento for bem-sucedido, ele poderá gerar demanda por centenas de jatos very light e pode alterar a dinâmica competitiva da aviação executiva e até da aviação comercial.

Acreditamos que a maioria dos clientes potenciais para o mercado de taxi aéreo por assento serão aqueles viajantes que não estão satisfeitos com as condições atuais do mercado de aviação comercial. O número reduzido de destinos, os atrasos de vôos comerciais, os procedimentos de segurança restritivos e a redução dos serviços de primeira classe e classe executiva são fatores que acreditamos contribuirão para o mercado de táxi aéreo por assento.

Os investimentos da indústria devem ser concentrados, na nossa expectativa, na introdução de novos produtos e melhorias nos produtos existentes. Como conseqüência, os fabricantes estão também aumentando suas

equipes de vendas e de suporte ao cliente em regiões de crescimento acelerado, tais como a Ásia, o Leste Europeu e o Oriente Médio.

A partir de 2005, aumentou a demanda por jatos executivos em novos mercados não-tradicionais internacionais, ou seja, fora dos Estados Unidos. A demanda em países do Oriente Médio, Rússia e Ásia tem sido, em nossa avaliação, impulsionada pelo crescimento econômico e pela depreciação do dólar.

Estimamos uma demanda mundial por 11.115 jatos executivos nos próximos dez anos. O valor total esperado para este mercado é de US$ 169,0 bilhões. O mercado de táxi aéreo pode representar uma demanda adicional de 2.500 a 3.000 aeronaves da categoria.

De acordo com nossas previsões, a taxa de crescimento das receitas de aviação executiva deve atingir 2,2% ao ano nos próximos dez anos para atingir um total de US$169 bilhões. Entregas devem crescer 3,7% ao ano no mesmo período, atingindo um total de 11.115 aeronaves.

Nossos produtos para os segmentos de jatos *very light* e *light*, o Phenom 100 e o Phenom 300, foram lançados em maio de 2005. Em maio de 2006, baseado na plataforma do EMBRAER 190, apresentamos o jato executivo Lineage 1000, na categoria *ultra-large*.

Estamos investindo na expansão dos serviços de suporte ao cliente de nossos jatos executivos, inclusive mediante a construção de quatro novos centros de serviços próprios e o crescimento da rede de centros autorizados. Até 2008, 45 centros de serviços apoiarão nossa frota de jatos executivos. Anunciamos uma *joint-venture* com a empresa canadense CAE Inc. para o treinamento de clientes dos jatos Phenom. Também investimos para aperfeiçoar nossa gestão de peças de reposição e serviços de logística e nossos programas próprios de manutenção.

Acreditamos que nosso comprometimento com o mercado de aviação corporativa produziu resultados significativos em 2006. Em 30 de setembro de 2006 possuíamos, aproximadamente, US$ 1,8 bilhão em pedidos firmes de jatos executivos em carteira. O número de pedidos firmes para os recém-lançados jatos Phenom 100 e Phenom 300 ultrapassavam 310 unidades.

Em 30 de setembro de 2006, mais de 80 jatos executivos Legacy 600 operam em 18 países. Estimamos entregar de 25 a 30 jatos Legacy 600 por ano em 2007 e em 2008, representando um aumento significativo em relação às 20 unidades entregues em 2005 e às 13 em 2004.

Em meados de 2008, pretendemos começar as entregas do jato Phenom 100, estimamos entregas de 15 a 20 unidades no segundo semestre. Em 2009, após o início das entregas do Phenom 300 no segundo semestre, nossa capacidade de produção total de jatos Phenom será de 120 a 150 aeronaves ao ano.

Pretendemos ainda entregar até dois jatos Lineage 1000 no segundo semestre de 2008, primeiro ano de produção da aeronave. Em 2009, pretendemos entregar de três a quatro jatos Lineage 1000.

Práticas Contábeis e Estimativas Críticas

A preparação de nossas demonstrações financeiras consolidadas conforme a Lei das Sociedades por Ações e as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que nossa administração adote políticas contábeis e faça estimativas e julgamentos para determinar os valores registrados em nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Buscamos manter um procedimento de revisão das nossas políticas contábeis e de avaliação da adequação das estimativas necessárias para a preparação de nossas demonstrações financeiras. Acreditamos que nossas estimativas e julgamentos são razoáveis, entretanto os resultados efetivos e o tempo de reconhecimento de tais montantes podem diferir das nossas estimativas. Adicionalmente, estimativas normalmente necessitam de constantes ajustes baseados em novas circunstâncias e o recebimento de informações atualizadas ou mais precisas.

As práticas contábeis e estimativas críticas são definidas como aquelas que refletem julgamentos e incertezas relevantes e podem resultar em conclusões consideravelmente diferentes, sob diferentes premissas e

condições. As nossas práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 3 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise individual dos recebíveis em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes, com base na expectativa de realização.

Provisão para Perdas em Estoques

Os estoques, incluindo as peças de reposição, estão contabilizados ao custo médio de compra ou produção, ou ao custo de mercado, entre esses o menor. Estoques de produtos em elaboração e acabados, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas. Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base nas estimativas de nossa administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas no projeto.

Receita de Vendas no Segmento de Defesa e Governo

Geralmente contabilizamos as receitas das vendas de nossas aeronaves comerciais, executivas e peças de reposição à medida que as entregamos. No segmento de defesa e governo, trabalhamos sob contratos de execução de longo prazo para o governo brasileiro e outros governos, e contabilizamos as receitas de acordo com o método do custo incorrido, pelo qual reconhecemos receitas de acordo com o andamento do programa. As receitas contabilizadas por esse método são baseadas nos custos reais incorridos e em uma estimativa dos custos totais remanescentes a serem incorridos até a conclusão do contrato. Alguns contratos contêm certas disposições para o reajuste de preço com base em índices preestabelecidos e reconhecidos por competência. Eventuais perdas em contratos de venda no segmento de defesa e governo são provisionadas quando identificadas, com base na estimativa gerencial de tais perdas.

Garantias de Produtos

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados por nós e/ou nossos parceiros de compartilhamento de risco. Nós contabilizamos as despesas com garantias como um componente das despesas comerciais, no momento da venda, com base nos montantes estimados dos custos de garantia a serem incorridos, e esses montantes são normalmente um percentual do preço de venda da aeronave. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação, e cobertura da garantia disponível nos fornecedores correspondentes. O período de garantia varia de dois anos para peças sobressalentes a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave vendida.

Em alguns casos, somos obrigados a realizar modificações no produto devido à exigência das autoridades de certificação aeronáutica. Os custos previstos para tais modificações são provisionados no momento em que os novos requisitos são exigidos.

Em algumas situações, podemos ser obrigados a fazer modificações nos produtos após a entrega devido à introdução de melhorias ou ao desempenho das aeronaves. Os custos relacionados a tais modificações são registrados quando conhecidos.

Garantias e Opções de Trade-in

Fornecemos incentivos para vendas na forma de garantias financeiras, garantias de valor residual e de opções de permuta relacionados às nossas aeronaves. Revisamos o valor dessas obrigações com base no valor justo futuro projetado da aeronave e, no caso de garantias financeiras, com base na solvência do cliente cuja compra foi financiada. As provisões e perdas são contabilizadas quando e se os pagamentos se tornam

prováveis e podem ser razoavelmente estimados. O valor justo futuro é estimado por meio de avaliações das aeronaves feitas por terceiros, incluindo informações obtidas na venda ou no leasing de aeronaves similares no mercado. A solvência dos clientes para os quais fornecemos garantias é avaliada pela análise de vários fatores, incluindo avaliação de crédito por terceiros e custos estimados de financiamento do cliente.

Informações sobre Carteira de pedidos

A tabela a seguir resume nossa carteira de pedidos para o segmento de aeronaves comerciais em 30 de setembro de 2006 (incluindo os pedidos para o segmento de defesa e governo, feitos pelas companhias aéreas estatais, tais como Satena e Tame e aeronaves especialmente configuradas para o transporte de autoridades). A carteira total de pedidos firmes da Embraer nessa data, incluindo os jatos executivos e as aeronaves do segmento de defesa e governo, era de US$ 13,3 bilhões.

Aviação Comercial	Pedidos Firmes	Opções	Entregas	Pedido firme Carteira de pedidos
EMB 120 Brasília	352	—	352	—
ERJ 135	108	1	108	—
ERJ 140	74	—	74	—
ERJ 145	732	132	677	55
EMBRAER 170	152	133	120	32
EMBRAER 175	52	—	22	30
EMBRAER 190	298	248	41	257
EMBRAER 195	41	40	1	40

As tabelas a seguir mostram nossa carteira de pedidos para aeronaves comerciais em 30 de setembro de 2006, por tipo de aeronave, cliente e país.

ERJ 135:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
American Eagle (EUA)	40	40	—
British Midland (Reino Unido)	3	3	—
City Airline AB (Suécia)	2	2	—
ExpressJet (EUA)	30	30	—
Flandair (França)	3	3	—
Jet Magic (Irlanda)	1	1	—
Luxair (Luxemburgo)	2	2	—
Pan Européenne (França)	1	1	—
Proteus (França)	3	3	—
Regional Airlines (França)	3	3	—
Republic Airways (EUA)	15	15	—
South Africa Airlink (África do Sul)	5	5	—
TOTAL	**108**	**108**	—

ERJ 140:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
American Eagle (EUA)	59	59	—
Republic Airways (EUA)	15	15	—
TOTAL	**74**	**74**	—

ERJ 145:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
Aerolitoral (México)	5	5	—
Air Caraibes (Guadalupe)	2	2	—
Alitalia (Itália)	14	14	—
American Eagle (EUA)	118	118	—
Axon (Grécia)	3	3	—
British Midland (Reino Unido)	9	9	—
British Regional Airlines (Reino Unido)	23	23	—
Brymon (Reino Unido)	7	7	—
China Southern (China)	6	6	—
China Eastern Jiangsu (China)	5	5	—
China Eastern Wuhan (China)	5	—	5
Cirrus (Alemanha)	1	1	—
ExpressJet (EUA)	245	245	—
ERA (Espanha)	2	2	—
Flandre Air (França)	5	5	—
GECAS (PB Air - Tailândia)	2	2	—
Hainan (China)	50	—	50
KLM EXEL (Holanda)	2	2	—
Lot Polish (Polônia)	14	14	—
Luxair (Luxemburgo)	9	9	—
Mesa (EUA)	36	36	—
Portugalia (Portugal)	8	8	—
Proteus (França)	8	8	—
Regional (França)	15	15	—
Republic Airways (EUA)	60	60	—
Rheintalflug (Áustria)	3	3	—
Rio Sul (Brasil)	16	16	—
Satena (Colômbia)	3	3	—
Sichuan (China)	5	5	—
Skyways (Suécia)	4	4	—
Swiss (Suíça)	25	25	—
Transtates (EUA)	22	22	—
TOTAL	**732**	**677**	**55**

EMBRAER 170:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
Alitalia (Itália)	6	6	—
Cirrus (Alemanha)	2	2	—
Egypt Air (Egito)	6	—	6
Finnair (Finlândia)	10	9	1
Gecas (EUA)	8	8	—
Lot Polish (Polônia)	6	6	—
Paramount (Índia)	2	2	—
Republic Airline (EUA)	48	47	1
Saudi Arabian Airlines (Arábia Saudita)	15	10	5
Swiss (Suiça)	15	—	15
South African Airlink (África do Sul)	2	—	2
Satena (Colombia)	1	—	1
TAME (Equador)	2	2	—
Cliente Não Divulgado	1	—	1
US Airways (EUA)	28	28	—
TOTAL	**152**	**120**	**32**

EMBRAER 175:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
Air Canada (Canadá)	15	15	—
Lot Polish (Polônia)	4	4	—
Gecas (EUA)	3	3	—
Republic Airlines (EUA)	30	—	30
TOTAL	**52**	**22**	**30**

EMBRAER 190:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
Air Canada (Canadá)	45	15	30
AeroRepublica (Colômbia)	5	—	5
Copa (Panamá)	15	4	11
Finnair (Finlândia)	6	—	6
Gecas (EUA)	12	—	12
Hainan (China)	50	—	50
Jet Blue (EUA)	101	21	80
Regional (França)	6	—	6
US Airways (EUA)	57	—	57
TAME (Equador)	1	1	—
TOTAL	**298**	**41**	**257**

EMBRAER 195:

Cliente	Pedidos firmes	Entregues	Carteira de pedidos firmes
Gecas (EUA)	8	—	8
Flybe (Reino Unido)	14	1	13
Royal Jordanian (Jordânia)	4	—	4
Swiss (Suiça)	15	—	15
TOTAL	**41**	1	**40**

Eventos Recentes

Alterações nas Projeções de Entregas

Em antecipação ao aumento de produção esperado das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195, em junho de 2006, assinamos um contrato com a Kawasaki Heavy Industries Ltd., ou KHI, relativa à transferência para nós pelas KHI e Kawasaki Aeronáutica do Brasil Ltda., ou KAB, dos ativos necessários para a produção de partes metálicas para as asas das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195. Devido a isso, assumimos a montagem das asas das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195. A KHI continuará a produzir as superfícies de controle de asa e as principais portas de trens de pouso dessas aeronaves. A produção das peças para as aeronaves EMBRAER 170 e EMBRAER 175 não foi afetada pelo contrato.

Em 2006, sofremos atrasos na linha de produção das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195 relacionados a atrasos na montagem da asa e outros atrasos na cadeia de suprimentos. Como resultado, em 5 de outubro de 2006 anunciamos uma revisão de nossas projeções de entregas para 2006, reduzindo-as de 145 para 135, e para 2007, aumentando-as de 150 para 160 para compensar os atrasos em 2006.

Em 15 de janeiro de 2007, anunciamos uma revisão de nossas projeções de entregas de aeronaves para 2007, aumentando para 170 aeronaves o número a serem entregues em 2007. Tal aumento reflete a entrega de cinco aeronaves que estavam programadas para ocorrer em 2006, mas foram entregues em janeiro de 2007.

Acidente Aéreo

Em 29 de setembro de 2006, um jato Legacy 600, de propriedade e operado por um cliente, se envolveu em uma colisão área com uma aeronave Boeing 737 – 800 operada por uma companhia aérea brasileira. O jato Legacy 600 foi danificado mas aterrisou com segurança. A aeronave Boeing 737-800 caiu e as 154 pessoas a bordo faleceram. A causa do acidente está sendo investigada e estamos cooperando com a investigação.

Nossos Pedidos Firmes

Em outubro de 2006, anunciamos a assinatura de um acordo estabelecendo uma *joint venture* de âmbito global com a CAE Inc, que oferecerá um treinamento abrangente para pilotos e equipes de solo para os nossos clientes que possuem aeronaves Phenom 100 e Phenom 300. O programa inicial de treinamento será oferecido na unidade SimuFlite da CAE localizada em Dallas, Texas, começando com a entrada em serviço do Phenom 100 em meados de 2008. Os planos para a *joint venture* incluem a expansão para a Europa Ocidental e leste dos Estados Unidos. Nos termos do acordo, a *joint venture* oferecerá treinamento inicial e recorrente para pilotos, técnicos de manutenção e equipes de apoio a operações.

Em 5 de outubro de 2006, anunciamos a venda de 36 aeronaves EMBRAER 175 para Northwest Airlines, com sede nos Estados Unidos da América, com a opção de aquisição de outras 36 aeronaves EMBRAER 175 e o direito de compra de até 100 aeronaves do mesmo modelo. Acreditamos que as aeronaves serão utilizadas pela subsidiária regional da Northwest Airlines, Compass Airlines, e voarão sob a marca Northwest Airlink. As entregas de tais aeronaves estão programadas para o começo do segundo trimestre de 2007. A venda para a Northwest Airlines está sujeita à aprovação pelo tribunal de falências de Nova York.

Em 2 de novembro de 2006, anunciamos que a empresa australiana, Virgin Blue Airlines Pty Ltd., encomendou 14 E-Jets com o intuito de permitir a sua expansão nos mercados regional e doméstico das ilhas do Pacífico Sul. A transação inclui três aeronaves EMBRAER 170 e 11 aeronaves EMBRAER 190, além de uma opção para seis aeronaves adicionais do mesmo tipo.

Além disso, em 29 de novembro de 2006, a Finnair Aircraft Finance Limited confirmou o exercício de quatro opções relacionadas com o pedido inicial de julho de 2004, convertendo tais opções em pedidos firmes de quatro aeronaves EMBRAER 190.

Em 18 de dezembro de 2006, assinamos um contrato com a Air Caraïbes para a venda de uma aeronave EMBRAER 190. A entrega de tal aeronave está programada para o final de de 2007, e a transação inclui, também, uma opção para a aquisição de outra aeronave do mesmo modelo.

Em 15 de janeiro de 2007, anunciamos um total de pedidos firmes em *backlog* equivalente a US$14.8 bilhões em 31 de dezembro de 2006, representando um aumento de 11,3% em comparação com o total de pedidos firmes em *backlog* em 30 de setembro de 2006, equivalente a US$13.3 bilhões. Nós recebemos 64 pedidos firmes para o segmento de aviação comercial durante o último trimestre de 2006.

Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 comparado com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005

A tabela a seguir apresenta dados da demonstração de resultados por segmento de negócio, referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 e 2006.

Receita operacional	**Período de nove meses encerrado em 30 de setembro**			
	2005	**AV%**	**2006**	**AV%**
	(em milhões de reais)			
Receita líquida das vendas:				
Aviação Comercial	R$ 4.731,4	73,9	R$ 3.984,3	66,3
Defesa e Governo	713,9	11,1	331,2	5,5
Aviação Corporativa	376,9	5,9	829,5	13,8
Outros negócios relacionados	583,4	9,1	867,3	14,4
	6.405,6	100,0	6.012,3	100,0
Custos de produtos vendidos:				
Aviação Comercial	(3.490,1)	72,0	(2.974,5)	65,9
Defesa e Governo	(611,0)	12,6	(274,7)	6,1
Aviação Corporativa	(319,6)	6,6	(594,4)	13,2
Outros negócios relacionados	(428,5)	8,8	(666,1)	14,8
	(4.849,2)	100,0	(4.509,7)	100,0
Lucro bruto:				
Aviação Comercial	1.241,3	79,7	1.009,8	67,2
Defesa e Governo	102,9	6,6	56,5	3,8
Aviação Corporativa	57,3	3,7	235,1	15,6
Outros negócios relacionados	154,9	10,0	201,2	13,4
	1.556,4	100,0	1.502,6	100,0
Margem bruta:				
Aviação Comercial	26,2%		25,3%	
Defesa e Governo	14,4%		17,1%	
Aviação Corporativa	15,2%		28,3%	
Outros negócios relacionados	26,6%		23,2%	
Total	24,3%		25,0%	

Receita Líquida de Vendas. A receita líquida de vendas diminuiu 6,1%, de R$ 6.405,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 6.012,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. A receita líquida de vendas no segmento da aviação comercial diminuiu 15,8%, de R$ 4.731,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 3.984,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. A receita líquida de vendas no segmento da aviação executiva aumentou 120,0%, de R$ 376,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 829,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de

setembro de 2006. A receita de vendas no segmento de defesa e governo diminuiu 53,6%, de R$ 713,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 331,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. A receita líquida de vendas dos serviços a clientes e de outros negócios relacionados aumentou 48,6%, de R$ 583,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 867,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

A diminuição da receita líquida de vendas da aviação comercial se deve principalmente ao menor número de aeronaves entregues, devido às dificuldades verificadas no aumento da cadência de produção das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195, especialmente em relação à montagem da asa e aos atrasos na cadeia de suprimentos. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 entregamos 93 aeronaves, enquanto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 entregamos 101 aeronaves. O aumento da receita líquida de vendas da aviação executiva resultou da entrega de 17 jatos executivos Legacy 600 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, comparado com oito aeronaves entregues do mesmo modelo no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005. A diminuição da receita líquida de vendas do segmento de defesa e governo se deve à redução na cadência do programa ALX, e ao menor número de aeronaves entregues para empresas estatais e para o transporte de autoridades, pois no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 entregamos três aeronaves nessas condições comparado com cinco aeronaves entregues em igual período de 2005. O aumento da receita líquida de vendas dos serviços a clientes e de outros negócios relacionados se deve, em grande parte, a um aumento de receitas resultantes do fornecimento de peças sobressalentes e serviços e à recolocação de aeronaves usadas no mercado.

Custo dos produtos vendidos. O custo dos produtos vendidos diminuiu 7,0%, de R$ 4.849,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 4.509,7 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, devido ao menor número de aeronaves entregues durante o período e aos efeitos da relativa estabilização da taxa de câmbio nos nove primeiros meses de 2006, que fez com que o preço de formação dos nossos estoques fosse determinado por taxas de câmbio substancialmente iguais às taxas de câmbio que determinaram o preço de faturamento das nossas aeronaves. Grande parte do nosso custo dos produtos vendidos refere-se a componentes e materiais denominados em dólares. O custo dos produtos vendidos como percentual da receita líquida de vendas se manteve estável em 75% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, em comparação aos 75,7% no mesmo período de 2005.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto diminuiu 3,5%, de R$ 1.556,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 1.502,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, devido principalmente ao menor número de entregas de aeronaves registrado no período. Apesar da diminuição de nosso lucro bruto, nossa margem bruta aumentou para 25,0% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 comparado com 24,3% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005, em razão principalmente da apreciação cambial, que foi menor em 2006 em comparação com 2005.

Despesas operacionais. As despesas operacionais excluindo as receitas (despesas financeiras líquidas) aumentaram 18,2%, de R$ 921,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 1.088,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

As despesas comerciais aumentaram de R$ 403,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 651,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, devido à implantação de uma força de vendas especializada para a área de Aviação Executiva, à estratégia de marketing para promover os novos jatos executivos Phenom 100 e Phenom 300 e aos esforços para suportar o início da operação comercial do modelo EMBRAER 190. Adicionalmente, o aumento nas despesas comerciais também foi resultado da reversão em 2005 de provisões para perdas de crédito registradas em períodos anteriores no valor de R$95,0 milhões.

As despesas gerais e administrativas mantiveram-se praticamente estáveis, diminuindo de R$ 332,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 331,8 milhões no período de nove

meses encerrado em 30 de setembro de 2006, devido ao estrito controle da empresa sobre gastos a despeito dos efeitos dos ajustes salariais dos empregados, resultantes de negociações de acordo coletivo, de aproximadamente 8,0% em 2005.

Outras despesas operacionais diminuíram 52,3%, de R$ 93,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 44,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, devido à reversão de valores relativos a pleitos tributários encerrados no período.

Como resultado dos fatores mencionados, as despesas operacionais excluindo as receitas (despesas) financeiras líquidas como percentual da receita líquida de vendas aumentaram de 14,4% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para 18,1% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Receitas (despesas) financeiras líquidas. As receitas (despesas) financeiras líquidas passaram de uma despesa líquida de R$ 260,0 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para uma despesa líquida de R$ 63,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, devido principalmente ao aumento das receitas financeiras, resultante da maior disponibilidade de caixa líquido (entendido como caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários líquidos de empréstimos e financiamentos) e à reversão de valores relativos a pleitos tributários encerrados no período, compensado parcialmente pela maior despesa com variações monetárias e cambiais líquidas, resultante do efeito da depreciação do dólar sobre nossas contas a receber e sobre nossos outros ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. As receitas (despesas) financeiras líquidas como percentuais da receita líquida de vendas passaram de 4,1% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para 1,1% no mesmo período de 2006, uma diminuição de 3,0 pontos percentuais.

Nossas despesas financeiras incluem distribuições de juros sobre capital próprio no valor de R$ 331,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 e R$ 206,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Imposto de Renda e Contribuição Social. A despesa com imposto de renda e contribuição social no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 foi R$ 146,2 milhões comparado com R$ 194,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005, devido ao lucro antes dos impostos em 2006 incluir um menor componente de perdas de variação cambial sobre investimentos no exterior, que não são dedutíveis em comparação com 2005, e à diminuição do lucro antes dos impostos apurados no período. O imposto de renda como percentual da receita líquida de vendas passou de 3,0% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para 2,4% no mesmo período de 2006, uma diminuição de 0,6 ponto percentual.

A alíquota efetiva de imposto de renda (incluindo a distribuição de juros sobre capital próprio aos nossos acionistas) aumentou de 40,8% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para 52% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Lucro líquido. Como resultado dos fatores acima mencionados, o lucro líquido diminuiu 19,4%, passando de R$ 503,7 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 406,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 a margem líquida foi 6,8% comparado com 7,9% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais entre 31 de dezembro de 2005 e 30 de setembro de 2006

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou em 2,7% de R$ 11.239,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 11.538,3 milhões em 30 de setembro de 2006 em razão dos fatores explicados abaixo. O ativo circulante em 30 de setembro de 2006 representou 67,4% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 66,2% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 1,2 ponto percentual.

Disponibilidades. As disponibilidades e investimentos de curto prazo permaneceram estáveis, passando de R$ 4.464,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 4.401,3 milhões em 30 de setembro de 2006, representando 25,7% e 26,3% do valor total do ativo, respectivamente..

Contas a receber. As contas a receber (incluindo clientes, financiamentos a clientes e contas a receber vinculadas) no ativo circulante diminuíram em 30,7% de R$ 1.541,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.068,3 milhões em 30 de setembro de 2006, devido ao recebimento de valores devidos por clientes em razão da finalização das estruturas de financiamento junto a terceiros. As contas a receber classificadas no ativo circulante em 30 de setembro de 2006 representaram 6,2% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 9,1% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 4,0 pontos percentuais.

Estoques. Os estoques aumentaram em 11,7%, de R$ 3.888,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 4.342,4 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão do processo de aumento da cadência de produção e dos atrasos sofridos na cadeia de suprimentos. Os estoques em 30 de setembro de 2006 representaram 25,4% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 22,9% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 2,5 pontos percentuais.

Ativo realizável a longo prazo

O ativo realizável a longo prazo diminuiu em 8,7%, de R$ 3.377,3 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 3.084,6 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão principalmente da diminuição nas contas a receber vinculadas classificadas no ativo realizável a longo prazo. O ativo realizável a longo prazo em 30 de setembro de 2006 representou 18,0% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 19,9% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 1,9 ponto percentual.

Contas a receber. As contas a receber (incluindo clientes, financiamentos a clientes e contas a receber vinculadas) classificadas no ativo realizável a longo prazo diminuíram em 10,8%, de R$ 2.188,3 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.952,5 milhões em 30 de setembro de 2006 devido ao recebimento de valores decorrentes da finalização das estruturas de financiamento junto a terceiros. As contas a receber classificadas no ativo não-circulante em 30 de setembro de 2006 representaram 11,4% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 12,9% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 10,8 pontos percentuais.

Ativo permanente

Imobilizado. O imobilizado aumentou em 10,1%, de R$ 1.184,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.304,6 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão dos investimentos feitos para suportar o aumento na cadência de produção das aeronaves EMBRAER 170 e EMBRAER 190. O imobilizado em 30 de setembro de 2006 representou 7,6% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 7,0% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 0,6 ponto percentual.

Diferido. O diferido permaneceu estável, passando de R$ 1.181,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.196,4 milhões em 30 de setembro de 2006. O diferido representou 7,0% do valor total do ativo tanto em 30 de setembro de 2006 como em 31 de dezembro de 2005.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou em 17,8%, de R$ 6.209,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 7.315,5 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão dos fatores explicados abaixo. O passivo circulante em 30 de setembro de 2006 representou 42,7% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 36,6% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 6,1 pontos percentuais.

Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo circulante aumentaram em 48,7%, de R$ 1.112,7 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.654,9 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão da maior captação de recursos para suportar o aumento dos estoques e da

transferência de determinados empréstimos e financiamentos que estavam classificados no passivo exigível a longo prazo. Os empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2006 representaram 9,7% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 6,6% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 3,1 pontos percentuais.

Fornecedores. As contas a pagar para fornecedores permaneceram estáveis, passando de R$ 1.704,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.759,4 milhões em 30 de setembro de 2006. As contas a pagar para fornecedores em 30 de setembro de 2006 representaram 10,3% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 10,0% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 0,3 ponto percentual.

Adiantamentos de clientes. Os adiantamentos de clientes aumentaram em 27,5%, de R$ 1.137,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.450,1 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão do aumento da carteira de pedidos e do aumento na cadência de entregas. Os adiantamentos de clientes em 30 de setembro de 2006 representaram 8,5% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 6,7% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 1,8 ponto percentual.

Juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio diminuíram em 18,0%, de R$ 100,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 82,2 milhões em 30 de setembro de 2006. Os juros sobre o capital próprio em 30 de setembro de 2006 representaram 0,5% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 0,6% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 0,1 ponto percentual.

Passivo exigível a longo prazo

O passivo exigível a longo prazo diminuiu em 19,3%, de R$ 5.861,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 4.729,1 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão dos fatores explicados abaixo. O passivo exigível a longo prazo em 30 de setembro de 2006 representou 27,6% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 34,5% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 6,9 pontos percentuais.

Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo exigível a longo prazo diminuíram em 27,7%, de R$ 2.524,1 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 1.824,3 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão da transferência para o passivo exigível a curto prazo de determinados empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo exigível a longo prazo em 30 de setembro de 2006 representaram 10,7% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 14,9% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 4,2 pontos percentuais.

Dívidas com e sem direito de regresso. As dívidas com e sem direito de regresso classificadas no passivo exigível a longo prazo diminuíram em 20,1%, de R$ 1.165,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 931,2 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão da venda de recebíveis de aeronaves. As dívidas com e sem direito de regresso classificadas no passivo exigível a longo prazo em 30 de setembro de 2006 representaram 5,4% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 6,9% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 1,5 ponto percentual.

Impostos, taxas e contribuições. Os impostos, taxas e contribuições classificados no passivo exigível a longo prazo diminuíram em 26,5%, de R$ 1.202, 5 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 883,5 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão do encerramento de pleitos tributários, que resultou no pagamento e reversão parcial de obrigações tributárias constituídas em exercícios anteriores, e também em razão da antecipação do pagamento de tributos parcelados. Os impostos e encargos sociais a recolher classificados no passivo exigível a longo prazo em 30 de setembro de 2006 representaram 5,2% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 7,1% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 1,9 ponto percentual.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou em 3,5%, de R$ 4.735,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 4.900,7 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão dos fatores explicados abaixo. O patrimônio líquido em 30 de

setembro de 2006 representou 28,6% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 27,9% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 0,7 ponto percentual.

Capital Social realizado. O capital social realizado aumentou 32,8%, de R$ 3.592,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 4.772,7 milhões em 30 de setembro de 2006, principalmente em razão dos efeitos da Reorganização Societária, que resultou na incorporação ao capital social realizado da Companhia das reservas de capital e de lucro da Antiga Embraer. O capital social realizado em 30 de setembro de 2006 representou 27,9% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 21,2% em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 6,7 pontos percentuais.

Reservas de Capital. As reservas de capital passaram de R$ 142,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para zero em 30 de setembro de 2006, em razão da incorporação destas ao capital social realizado no contexto da Reorganização Societária.

Reservas de lucros. As reservas de lucros diminuíram em 94,9%, de R$ 1.000,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$ 51,1 milhões em 30 de setembro de 2006, em razão da incorporação das reservas de lucro ao capital social realizado no contexto da Reorganização Societária, parcialmente compensada pela constituição de reservas com base nos resultados do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. As reservas de lucro representaram 0,3% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 5,9% em 31 de dezembro de 2005, representando uma diminuição de 5,6 pontos percentuais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004

Resultados de Operações por Segmento de Negócio

A tabela a seguir apresenta dados da demonstração de resultados por segmento de negócio, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

Receita operacional	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro**				
	2004	**2004 %**	**2005**	**2005 %**	**2004/2005 (%)**
	(em milhões de reais)				
Receita líquida das vendas:					
Aviação Comercial	7.790,3	76,1	6.527,8	71,5	(16,2)
Defesa e Governo	1.056,0	10,3	989,7	10,8	(6,3)
Aviação Corporativa	702,4	6,9	655,7	7,2	(6,6)
Outros negócios relacionados	682,5	6,7	960,0	10,5	40,7
	10.231,1	100	9.133,2	100	(10,7)
Custos de mercadorias e serviços:					
Aviação Comercial	(4.936,2)	72,3	(4.928,8)	70,7	(0,1)
Defesa e Governo	(828,1)	12,1	(797,9)	11,5	(3,6)
Aviação Corporativa	(575,6)	8,4	(542,2)	7,8	(5,1)
Outros negócios relacionados	(483,0)	7,1	(697,9)	10,0	44.5
	(6.822,9)	100	(6.966,8)	100	2,1
Lucro bruto:					
Aviação Comercial	2.854,1	83,7	1.599,1	73,8	(44,0)
Defesa e Governo	227,9	6,7	191,8	8,9	(15,5)
Aviação Corporativa	126,8	3,7	113,5	5,2	(10,5)
Outros negócios relacionados	199,5	5,9	262,1	12,1	31,4
	3.408,3	100	2.166,5	100	(36,4)
Margem bruta:					
Aviação Comercial	36,6%		24,5%		
Defesa e Governo	21,6%		19,4%		
Aviação Corporativa	18,1%		17,3%		
Outros negócios relacionados	29,2%		27,3%		
Total	33,3%		23,7%		

Receita Líquida de Vendas. A receita líquida de vendas diminuiu 10,7%, de R$ 10.231,1 milhões em 2004 para R$ 9.133,3 milhões em 2005. A receita líquida de vendas no segmento da aviação comercial diminuiu 16,2%, de R$ 7.790,3 milhões em 2004 para R$ 6.527,9 milhões em 2005. A receita líquida de vendas no

segmento da aviação executiva diminuiu 6,6%, de R$ 702,3 milhões em 2004 para R$ 655,8 milhões em 2005. A receita de vendas no segmento de defesa e governo diminuiu 6,3%, de R$ 1.056,0 milhões em 2004 para R$ 989,7 milhões em 2005. A receita líquida de vendas de serviços a clientes e de outros negócios relacionados aumentou 40,7%, de R$ 682,5 milhões em 2004 para R$ 960,0 milhões em 2005.

A diminuição da receita líquida de vendas da aviação comercial se deve principalmente ao menor número de aeronaves entregues, já que em 2004 entregamos 128 aeronaves para esse segmento e em 2005 entregamos 119 unidades, e aos efeitos da apreciação de 16,8% da cotação média do real frente à cotação média do dólar na comparação entre 2004 e 2005. A diminuição da receita líquida de vendas da aviação corporativa resultou basicamente da variação cambial acima citada já que entregamos 13 jatos executivos Legacy 600 em 2004 e 14 em 2005. A diminuição da receita líquida de vendas do segmento de defesa e governo se deve à redução na cadência do programa ALX, do programa F-5 e do programa de aeronaves de patrulhamento. O aumento da receita líquida de vendas de serviços a clientes e de outros negócios relacionados se deve à aquisição da OGMA e a um aumento de outras receitas relacionadas ao fornecimento de peças sobressalentes e serviços.

Custo dos produtos vendidos. O custo dos produtos vendidos aumentou 2,1%, de R$ 6.822,9 milhões em 2004 para R$ 6.966,8 milhões em 2005, basicamente devido aos efeitos da curva de aprendizado associada ao lançamento de novos produtos, uma vez que em 2005 iniciamos as entregas das aeronaves EMBRAER 175 e EMBRAER 190, e aos efeitos da valorização do real em 2005, que fez com que o preço de formação dos nossos estoques fosse determinado por taxas de câmbio mais valorizadas em comparação com o preço de faturamento das nossas aeronaves. O custo dos produtos vendidos como percentual da receita líquida de vendas passou de 66,7% em 2004 para 76,3% em 2005, um aumento de 9,6 pontos percentuais.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto diminuiu 36,4%, de R$ 3.408,3 milhões em 2004 para R$ 2.166,5 milhões em 2005, devido ao menor número de entregas de aeronaves registrado no período e aos efeitos da apreciação do real frente ao dólar no período. Como resultado, nossa margem bruta diminuiu de 33,3% em 2004 para 23,7% em 2005, em razão principalmente do número menor de entregas, do efeito da curva de aprendizado da produção do EMBRAER 175 e EMBRAER 190 e do efeito da maior apreciação cambial.

Despesas operacionais. As despesas operacionais, excluindo as receitas (despesas) financeiras líquidas, diminuíram 18,6%, de R$ 1.694,1 milhões em 2004 para R$ 1.379,3 milhões em 2005.

As despesas comerciais diminuíram de R$ 992,7 milhões em 2004 para R$ 617,4 milhões em 2005, devido ao menor numero de aeronaves entregues e também à valorização da cotação média do real frente à cotação média do dólar, já que a maior parte dessas despesas são denominadas em dólar.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 24,2%, de R$ 389,2 milhões em 2004 para R$ 483,2 milhões em 2005, refletindo os gastos de implementação do sistema SAP 4.7 versão Aerospace e Defense, e os efeitos dos ajustes salariais dos empregados, resultantes de negociações de acordo coletivo, de aproximadamente 8,0% em 2005.

Outras despesas operacionais líquidas se mantiveram estáveis, totalizando R$ 136,7 milhões em 2004 e R$ 138,3 milhões em 2005.

Como resultado dos fatores mencionados, as despesas operacionais, excluindo as receitas (despesas) financeiras líquidas como percentual da receita líquida de vendas, diminuíram de 16,6% em 2004 para 15,1% em 2005.

Receitas (despesas) financeiras líquidas. As receitas (despesas) financeiras líquidas passaram de uma despesa líquida de R$ 664,0 milhões em 2004 para uma despesa líquida de R$ 333,1 milhões em 2005, principalmente devido a uma provisão não-recorrente registrada em 2004 relacionada a perda em valores mobiliários e maior apreciação do real, resultando em ganhos sobre adiantamentos de clientes e empréstimos e financiamentos, parcialmente compensada por perdas relacionadas a investimentos no exterior, e à redução do pagamento dos juros sobre o capital próprio. As receitas (despesas) financeiras líquidas como percentuais da receita líquida de vendas passaram de 6,5% em 2004 para 3,6% em 2005, uma redução de 2,9 pontos percentuais.

Nossas despesas financeiras líquidas incluem distribuições de juros sobre capital próprio no valor de R$ 585,2 milhões em 2004 e R$ 444,7 milhões em 2005.

Imposto de Renda e Contribuição Social. As despesas com imposto de renda e contribuição social diminuíram de R$ 345,8 milhões em 2004 para R$ 179,7 milhões em 2005, devido principalmente à diminuição do lucro antes dos impostos apurado no período. As despesas com imposto de renda como percentual da receita líquida de vendas passou de 3,4% em 2004 para 2,0% em 2005, uma diminuição de 1,4 pontos percentuais.

A alíquota efetiva de imposto de renda (incluindo a distribuição de juros sobre capital próprio para nossos acionistas) aumentou de 32,9% em 2004 para 38,4% em 2005.

Lucro líquido. Como resultado dos fatores acima mencionados, o lucro líquido diminuiu 44,6%, de R$ 1.280,9 milhões em 2004 para R$ 708,9 milhões em 2005, representando uma margem líquida de 12,5% em 2004 e 7,8% em 2005.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais entre 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2005

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou em 6,5%, de R$ 10.556,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 11.239,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão dos fatores explicados abaixo. O ativo circulante em 31 de dezembro de 2005 representou 66,2% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 63,2% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 3,0 pontos percentuais.

Disponibilidades. As disponibilidades aumentaram em 27,9%, de R$ 3.490,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 4.464,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão do caixa gerado nas atividades operacionais e dos recursos de financiamentos. As disponibilidades em 31 de dezembro de 2005 representaram 26,3% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 20,9% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 5,4 pontos percentuais.

Contas a receber. O contas a receber (incluindo clientes, financiamentos a clientes e contas a receber vinculadas) classificado no ativo circulante diminui em R$ 166,1 milhões de R$1.707,5 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.541,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, em função do recebimento de valores devidos por clientes em razão da finalização das estruturas de financiamento junto a terceiros, parcialmente compensado pela transferência de contas a receber que estavam classificadas no ativo realizável a longo prazo. As contas a receber classificadas no ativo circulante em 31 de dezembro de 2005 representaram 8,2% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 9,1% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 0,8 ponto percentual.

Estoques. Os estoques diminuíram em 3,2%, de R$ 4.017,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 3.888,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão do início da entrega das aeronaves EMBRAER 175 e EMBRAER 190. Os estoques em 31 de dezembro de 2005 representaram 22,9% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 24,0% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 1,1 ponto percentual.

Ativo realizável a longo prazo

O ativo realizável a longo prazo diminuiu em 11,7%, de R$ 3.825,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 3.377,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão principalmente da diminuição das contas a receber classificadas no ativo realizável a longo prazo. O ativo realizável a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 representou 19,9% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 22,9% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 3,0 pontos percentuais.

Contas a receber. O contas a receber classificado no ativo realizável a longo prazo diminuiu em 43,5%, de R$ 2.648,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 2.188,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão da transferência para o ativo circulante de determinadas contas a receber que estavam classificadas no

ativo realizável a longo prazo. O contas a receber classificado no ativo realizável a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 representou 12,9% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 15,8% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 2,9 pontos percentuais.

Ativo permanente

Imobilizado. O imobilizado aumentou em 8,2%, de R$ 1.094,8 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.184,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão dos investimentos feitos para suportar o início da produção das aeronaves EMBRAER 175 e EMBRAER 190. O imobilizado em 31 de dezembro de 2005 representou 7,0% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 6,6% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 0,4 ponto percentual.

Diferido. O diferido permaneceu estável, passando de R$ 1.178,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.181,5 milhões em 31 de dezembro de 2005. O diferido em 31 de dezembro de 2005 representou 7,0% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 7,1% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 0,1 ponto percentual.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou em 0,7%, de R$ 6.166,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 6.209,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão dos fatores explicados abaixo. O passivo circulante em 31 de dezembro de 2005 representou 36,6% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 36,9% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 0,3 ponto percentual.

Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo circulante diminuíram em 18,3%, de R$ 1.362,5 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.112,7 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão do alongamento do perfil de nosso endividamento. Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2005 representaram 6,6% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 8,2% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 1,6 ponto percentual.

Fornecedores. O contas a pagar a fornecedores aumentou em 15,4%, de R$ 1.477,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.704,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão do início da produção das aeronaves EMBRAER 175 e EMBRAER 190. O contas a pagar para fornecedores em 31 de dezembro de 2005 representou 10,0% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 8,8% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 1,2 ponto percentual.

Adiantamentos de clientes. Os adiantamentos de clientes aumentaram em 14,1%, de R$ 996,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.137,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão do aumento na cadência de entregas. Os adiantamentos de clientes em 31 de dezembro de 2005 representaram 6,7% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 6,0% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 0,7 ponto percentual.

Juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio diminuíram em 32,3%, de R$ 147,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 100,2 milhões em 31 de dezembro de 2005. Os dividendos e juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2005 representaram 0,6% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 0,9% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 0,3 ponto percentual.

Passivo exigível a longo prazo

O passivo exigível a longo prazo diminuiu em 2,9%, de R$ 6.036,8 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 5.861,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão dos fatores explicados abaixo. O passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 representou 34,5% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 36,1% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 1,6 ponto percentual.

Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo exigível a longo prazo aumentaram em 15,2%, de R$ 2.191,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 2.524,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão de novas captações e do alongamento do perfil de nosso endividamento. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 representaram 14,9% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 13,1% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 1,8 ponto percentual.

Dívidas com e sem direito de regresso. As dívidas com e sem direito de regresso classificadas no passivo exigível a longo prazo diminuíram em 32,9%, de R$ 1.736,8 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.165,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão da venda de recebíveis de aeronaves. As dívidas com e sem direito de regresso classificadas no passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 representaram 6,9% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 10,4% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 3,5 pontos percentuais.

Impostos, taxas e contribuições. Os impostos, taxas e contribuições classificados no passivo exigível a longo prazo aumentaram em 17,9%, de R$ 1.020,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.202,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão do acúmulo de obrigações sujeitas a disputas judiciais e dos encargos sobre tais obrigações. Os impostos, taxas e contribuições classificados no passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 representaram 7,1% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 6,1% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 1,0 ponto percentual.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou em 6,6%, de R$ 4.442,7 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 4.735,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão dos fatores explicados abaixo. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2005 representou 27,9% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 26,6% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 1,3 ponto percentual.

Capital social realizado. O capital social realizado aumentou 14,3%, de R$ 3.144,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 3.592,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, em razão da capitalização de reservas de lucros. O capital social realizado em 31 de dezembro de 2005 representou 21,2% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 18,8% em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 2,3 pontos percentuais.

Reservas de Capital. As reservas de capital aumentaram 2,2%, de R$ 139,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 142,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, principalmente em razão do aumento na reserva de incentivo fiscal. As reservas de capital representaram 0,8% do valor total do passivo tanto em 31 de dezembro de 2005 como em 31 de dezembro de 2004.

Reservas de lucros. As reservas de lucros diminuíram em 13,6%, de R$ 1.159,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 1.000,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 em razão da capitalização de reservas de lucro parcialmente compensada pela constituição de reservas com base nos resultados de 2005. As reservas de lucro representaram 5,9% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 6,9% em 31 de dezembro de 2004, representando uma diminuição de 1,0 pontos percentuais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003

A tabela a seguir apresenta dados da demonstração de resultados por segmento de negócio, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004.

Resumo de Dados Financeiros Acumulados por Negócio

Receita operacional	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro**				
	2003	**AV %**	**2004**	**AV %**	**2003/2004 (%)**
	(em milhões de reais)				
Receita líquida das vendas:					
Aviação Comercial	4.765,6	72,5	7.790,3	76,1	63,5
Defesa e Governo	746,1	11,4	1.056,0	10,3	41,5
Aviação Corporativa	525,3	8,0	702,4	6,9	33,7
Outros negócios relacionados	533,6	8,1	682,4	6,7	27,9
	6.570,6	100	10.231,1	100	55,7
Custos de mercadorias e serviços:					
Aviação Comercial	(2.963,2)	70,2	(4.936,2)	72,3	66,6
Defesa e Governo	(607,0)	14,4	(828,1)	12,1	36,4
Aviação Corporativa	(436,5)	10,3	(575,6)	8,4	31,9
Outros negócios relacionados	(213,1)	5,1	(482,9)	7,1	126,7
	(4.219,8)	100	(6.822,9)	100	61,7
Lucro bruto:					
Aviação Comercial	1.802,4	76,7	2.854,1	83,7	58,5
Defesa e Governo	139,1	5,9	227,9	6,7	63,8
Aviação Corporativa	88,8	3,8	126,8	3,7	42,8
Outros negócios relacionados	320,5	13,6	199,5	5,9	(37,8)
	2.350,8	100	3.408,3	100	45,0
Margem bruta:					
Aviação Comercial	37,8%		36,6%		
Defesa e Governo	18,6%		21,6%		
Aviação Corporativa	16,9%		18,1%		
Outros negócios relacionados	60,1%		29,2%		
Total	35,8%		33,3%		

Receita Líquida de Vendas. A receita líquida de vendas aumentou 55,7%, de R$ 6.570,6 milhões em 2003 para R$ 10.231,1 milhões em 2004. A receita líquida de vendas no segmento da aviação comercial aumentou 63,5%, de R$ 4.765,6 milhões em 2003 para R$ 7.790,3 milhões em 2004. A receita líquida de vendas no segmento da aviação executiva aumentou 33,7%, de R$ 525,3 milhões em 2003 para R$ 702,4 milhões em 2004. A receita de vendas no segmento de defesa e governo aumentou 41,5%, de R$ 746,1 milhões em 2003 para R$ 1.056,0 milhões em 2004. A receita líquida de vendas de serviços a clientes e de outros negócios relacionados aumentou 27,9%, de R$ 533,6 milhões em 2003 para R$ 682,4 milhões em 2004.

O aumento da receita líquida de vendas da aviação comercial se deve principalmente ao maior número de aeronaves entregues, bem como ao "mix" de produtos com maior valor agregado, já que as entregas do novo modelo EMBRAER 170 tiveram início nesse ano. Em 2004, entregamos 128 aeronaves no segmento da aviação comercial, enquanto em 2003, entregamos 87 aeronaves. O aumento da receita líquida de vendas da aviação executiva está basicamente atrelado à entrega de aeronaves com maior valor de faturamento, uma vez que a mesma quantidade foi entregue nos dois períodos. O aumento da receita líquida de vendas do segmento de defesa e governo se deve ao início da produção do modelo ALX e de avanços feitos no programa F-5 firmado com a Força Aérea Brasileira. O aumento da receita líquida de vendas dos serviços a clientes e de outros negócios relacionados se deve, em grande parte, a um aumento de receitas resultantes do fornecimento de peças sobressalentes e serviços acompanhando o crescimento da frota em serviço.

Custo dos produtos vendidos. O custo dos produtos vendidos aumentou 61,7%, de R$ 4.219,8 milhões em 2003 para R$ 6.822,8 milhões em 2004, devido ao maior número de aeronaves entregues durante o período e da apreciação do real em 2004, que fez com que o preço de formação dos nossos estoques fosse determinado por taxas de câmbio mais valorizadas em comparação com as taxas de câmbio que determinaram o preço do faturamento das nossas aeronaves à época das entregas. O custo dos produtos vendidos como percentuais da receita líquida de vendas aumentou de 64,2% em 2003 para 66,7% em 2004.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto aumentou 45%, de R$ 2.350,8 milhões em 2003 para R$ 3.408,3 milhões em 2004, devido principalmente ao maior número de entregas de aeronaves registrado no período. Nossa margem bruta diminuiu de 35,8% em 2003 para 33,1% em 2004 como resultado da curva de aprendizado relacionada ao início de produção da aeronave EMBRAER 170 e do efeito da volatilidade cambial.

Despesas operacionais. As despesas operacionais excluindo as receitas (despesas) financeiras líquidas, aumentaram 50,5%, de R$ 1.108,2 milhões em 2003 para R$ 1.694,1 milhões em 2004, seguindo o crescimento no número de aeronaves entregues no mesmo período.

As despesas comerciais aumentaram de R$ 596,9 milhões em 2003 para R$ 992,7 milhões em 2004, já que as mesmas possuem relação direta ao número de aeronaves entregues.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 14,7%, de R$ 337,3 milhões em 2003 para R$ 389,2 milhões em 2004, devido ao aumento do quadro de empregados da Empresa e ao ajuste salarial resultante de negociações de acordo coletivo de aproximadamente 9,0% em 2004.

Outras despesas operacionais se mantiveram estáveis entre os períodos, totalizando R$ 115,0 milhões em 2003 comparado com R$ 112,9 milhões em 2004.

Como resultado dos fatores mencionados, as despesas operacionais como percentual da receita líquida de vendas se mantiveram estáveis, passando de 16,9% em 2003 para 16,3% em 2004.

Receitas (despesas) financeiras líquidas. As receitas (despesas) financeiras líquidas passaram de uma despesa líquida de R$ 553,5 milhões em 2003 para uma despesa líquida de R$ 664,0 milhões em 2004, devido principalmente ao aumento do pagamento dos juros sobre capital próprio em 2004 e uma provisão não-recorrente registrada em 2004 relacionada a perdas em valores mobiliários, parcialmente compensado pela redução nas despesas líquidas de variações monetárias e cambiais, decorrentes da valorização do real sobre nossos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. As receitas (despesas) financeiras líquidas como percentuais da receita líquida de vendas passaram de 8,4% em 2003 para 6,5% em 2004, uma diminuição de 1,9 pontos percentuais.

Nossas despesas financeiras incluem distribuições de juros sobre capital próprio no valor de R$ 196,1 milhões em 2003 e R$ 585,2 milhões em 2004.

Imposto de Renda e Contribuição Social. As despesas de imposto de renda e contribuição social aumentaram de R$ 249,8 milhões em 2003 para R$ 345,8 milhões em 2004, devido ao aumento do lucro antes dos impostos apurado no período. O imposto de renda como percentual da receita líquida de vendas passou de 3,8% em 2003 para 3,3% em 2004, uma diminuição de 0,5 ponto percentual.

A alíquota efetiva de imposto de renda (incluindo a distribuição de juros sobre capital próprio para os nossos acionistas) diminuiu de 38,8% em 2003 para 32,9% em 2004.

Lucro líquido. Como resultado dos fatores acima mencionados, o lucro líquido aumentou 113,7%, de R$ 587,6 milhões em 2003 para R$ 1.280,9 milhões em 2004. A margem líquida aumentou de 8,9%, em 2003 para 12,3% em 2004.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2004

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou em 13,1%, de R$ 9.336,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 10.556,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão dos fatores explicados abaixo. O ativo circulante em 31 de dezembro de 2004 representou 63,2% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 72,8% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 9,6 pontos percentuais.

Disponibilidades. As disponibilidades diminuíram em 4,6%, de R$ 3.658,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 3.490,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão do aumento dos estoques e das contas a receber. As disponibilidades em 31 de dezembro de 2004 representaram 20,9% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 28,5% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 7,6 pontos percentuais.

Contas a receber. As contas a receber (incluindo clientes, financiamento a clientes e contas a receber vinculadas) classificadas no ativo circulante aumentaram em 82,7%, de R$ 934,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.707,5 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da reclassificação para o ativo circulante de determinadas contas a receber que estavam classificadas no ativo realizável a longo prazo, parcialmente compensada pelo recebimento de valores devidos por clientes em razão da finalização das estruturas de financiamento junto a terceiros. As contas a receber classificadas no ativo circulante em 31 de dezembro de 2004 representaram 10,2% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 7,3% em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 2,9 pontos percentuais.

Estoques. Os estoques aumentaram em 21,6%, de R$ 3.303,4 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 4.017,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da reprogramação de entregas de aeronaves em função do pedido de recuperação judicial de um cliente e de aeronaves pré-series usadas no processo de certificação. Os estoques em 31 de dezembro de 2004 representaram 24,0% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 25,7% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 1,7 ponto percentual.

Ativo realizável a longo prazo

O ativo realizável a longo prazo aumentou em 240,4%, de R$ 1.123,7 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 3.825,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão principalmente da consolidação de determinadas EPEs em conformidade com a Instrução CVM 408 a partir de 2004 e do aumento do contas a receber. O ativo realizável a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 representou 22,9% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 8,8% em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 14,1 pontos percentuais.

Contas a receber. As contas a receber (incluindo clientes, financiamentos a clientes e contas a receber vinculadas) classificadas no ativo realizável a longo prazo aumentaram de R$ 35,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 2.648,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão do início da consolidação de determinadas EPEs em conformidade com a Instrução CVM 408 e da reclassificação de contas a receber para o ativo realizável a longo prazo devido ao pedido de recuperação judicial de um cliente. As contas a receber classificadas no ativo realizável a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 representaram 15,8% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 0,3% em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 15,6 pontos percentuais.

Ativo permanente

Imobilizado. O imobilizado diminuiu em 7,0%, de R$ 1.177,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.094,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da depreciação normal do ano em excesso às adições. O imobilizado em 31 de dezembro de 2004 representou 6,6% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 9,2% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 2,6 pontos percentuais.

Diferido. O diferido permaneceu estável, passando de R$ 1.179,3 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.178,0 milhões em 31 de dezembro de 2004. O diferido em 31 de dezembro de 2004 representou 7,1% do valor total do ativo na mesma data, comparado com 9,2% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 2,1 pontos percentuais.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou em 1,2%, de R$ 6.093,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 6.166,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão dos fatores explicados abaixo. O passivo circulante em 31 de dezembro de 2004 representou 36,9 % do valor total do passivo na mesma data, comparado com 47,5% em 31 de dezembro de 2003, representando um diminuição de 10,6 pontos percentuais.

Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo circulante diminuíram em 8,8%, de R$ 1.493,9 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.362,5 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão do alongamento do perfil de nossa dívida. Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2004 representaram 8,2% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 11,6% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 3,4 pontos percentuais.

Fornecedores. O contas a pagar a fornecedores aumentou em 26,5%, de R$ 1.167,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.477,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão do alongamento dos prazos de pagamento oferecidos por fornecedores no contexto do desenvolvimento e início de produção das aeronaves EMBRAER 170. O contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2004 representou 8,8% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 9,1% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 0,3 ponto percentual.

Adiantamentos de clientes. Os adiantamentos de clientes diminuíram em 26,2%, de R$ 1.350,9 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 996,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da apreciação do real, dado que os adiantamentos são denominados em dólares, e pelo aumento na cadência de entregas. Os adiantamentos de clientes em 31 de dezembro de 2004 representaram 6,0% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 10,5% em 31 de dezembro de 2003, representando uma diminuição de 4,5 pontos percentuais.

Juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio aumentaram em 39,0%, de R$ 106,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 147,9 milhões em 31 de dezembro de 2004. Os dividendos e juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2004 representaram 0,9% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 0,8% em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 0,1 ponto percentual.

Passivo exigível a longo prazo

O passivo exigível a longo prazo aumentou em 103,3%, de R$ 2.969,7 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 6.036,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão dos fatores explicados abaixo. O passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 representou 36,1% do total do passivo na mesma data, comparado com 23,1% em 31 de dezembro de 2003, representando uma aumento de 13,0 pontos percentuais.

Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo exigível a longo prazo aumentaram em 43,9%, de R$ 1.522,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 2.191,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 em razão de novas captações e do alongamento do perfil de nossa dívida. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 representaram 13,1% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 11,9% em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 1,2 ponto percentual.

Dívidas com e sem direito de regresso. As dívidas com e sem direito de regresso classificadas no passivo exigível a longo prazo passaram de zero em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.736,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da consolidação de determinadas EPEs em conformidade com a Instrução CVM 408 a partir de 2004. As dívidas com e sem direito de regresso classificadas no passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 representaram 10,4% do valor total do passivo na mesma data.

Impostos, taxas e contribuições. Os impostos, taxas e contribuições classificados no passivo exigível a longo prazo aumentaram de R$ 41,4 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.020,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da reclassificação de tributos sujeitos a disputas judiciais, que eram classificados como provisão de contingência e passaram a ser tratados como impostos, taxas e contribuições, em conformidade com a Deliberação CVM 489. Os impostos, taxas e contribuições classificados no passivo exigível a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 representaram 6,1% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 0,3% em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 5,8 pontos percentuais.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou em 19,0%, de R$ 3.731,8 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 4.442,7 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão dos fatores explicados abaixo. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2004 representou 26,6% do valor total do passivo na mesma data, comparado com 29,1% em 31 de dezembro de 2003, representando um diminuição de 2,5 pontos percentuais.

Capital social realizado. O capital social realizado aumentou 35,5%, de R$ 2.320,1 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 3.144,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão da capitalização de reserva de lucros

Reservas de capital. As reservas de capital aumentaram 4,3%, de R$ 133,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 139,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, principalmente em razão do aumento na reserva de incentivo fiscal.

Reservas de lucros. As reservas de lucros diminuíram em 9,3%, de R$ 1.278,1 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.159,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, em razão do aumento da capitalização de reserva de lucros parcialmente compensada pela constituição de reservas com base nos resultados de 2004.

Liquidez e Recursos de Capital

Nossas necessidades de liquidez são resultantes principalmente de pesquisa e desenvolvimento, investimentos, pagamento de principal e de juros sobre a dívida, capital de giro e distribuições de lucro para os acionistas. Geralmente dependemos de recursos obtidos em atividades operacionais, empréstimos e financiamentos, contribuições em dinheiro de Parceiros de Compartilhamento de Riscos, adiantamentos de clientes e, em um nível menor, aumentos de capital decorrentes de exercícios de opções de compra para atender a essas necessidades. Acreditamos que essas fontes de recursos serão suficientes para financiar nossas futuras necessidades de liquidez, para continuar a desenvolver a família de jatos EMBRAER 170/190, desenvolver nossos novos jatos executivos Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, e para fazer outros dispêndios de capital planejados além de pagar dividendos. Entretanto, nossos clientes podem reprogramar as suas entregas, deixar de exercer o direito de opção ou cancelar pedidos firmes como resultado da recessão econômica e da volatilidade financeira no setor da aviação civil comercial. Além disso, as contribuições em dinheiro dos Parceiros de Compartilhamento de Risco são reembolsáveis em certas condições, e podemos necessitar de fontes alternativas de capital.

Capital de Giro Líquido e Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais

Tínhamos um capital de giro líquido (definido como ativo circulante líquido do passivo circulante) de R$ 4.222,8 milhões em 30 de setembro de 2006. Mantemos um capital de giro relativamente elevado, que é composto em grande parte por caixa.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 o caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$ 1.036,1 milhões, comparado com R$ 527,7 milhões gerados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005.

Caixa Líquido usado em Atividades de Investimento

Investimentos temporários em caixa e certas disponibilidades, consistindo em valores mobiliários mantidos por fundos de renda fixa privados com vencimento de mais de 90 dias, foram reclassificados em 2004, de fluxo de caixa baseado em atividades de investimento para fluxo de caixa baseado em atividades operacionais. Assim, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, nosso caixa líquido utilizado em atividades de investimento foi de R$ 763,2 milhões, em comparação aos R$ 1.846,6 milhões do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005. As adições ao imobilizado aumentaram de R$ 190,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 294,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 devido aos investimentos em melhorias nas nossas plantas e à adição de quatro aeronaves usadas na nossa carteira de ativos e duas aeronaves pré-série

utilizadas nos processos de certificação da família EMBRAER 170/190 colocadas em operação através da ECC Leasing. Investimentos na pesquisa e desenvolvimento dos novos produtos lançados pelo segmento de aviação executiva e também nas famílias de jatos já em operação elevaram as adições ao diferido de R$ 233,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para R$ 308,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Devido à reclassificação de investimentos acima citada, as aplicações em títulos e valores mobiliários totalizaram R$ 161,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 comparados a R$ 1.426,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005.

Investimentos

Esperamos que os investimentos no ativo imobilizado totalizem aproximadamente US$ 72,0 milhões em 2006 e US$ 194,0 milhões em 2007, divididos em US$ 104,0 milhões relativos ao aumento da cadência de produção da família de jatos EMBRAER 170/190, US$ 77,0 milhões direcionados a investimentos em produtividade na nossa planta e US$ 13,0 milhões programados para a ampliação da nossa rede de serviços aos clientes.

Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades Financeiras e Total da Dívida

Nosso caixa líquido gerado por (usado em) atividades financeiras passou de um caixa gerado de R$ 264,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005 para um caixa utilizado de R$ 335,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, distribuímos R$ 224,8 milhões como dividendos e juros sobre o capital próprio, em comparação aos R$ 392,4 milhões distribuídos no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005. Também pagamos no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, um valor total de R$ 1.616,3 milhões de nossa dívida em comparação ao pagamento de R$ 2.091,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005. Além disso, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, contratamos novos empréstimos no valor total de R$ 1.504,6 milhões, em comparação aos novos empréstimos contratados no valor de R$ 2.730,8 milhões durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005.

Em 30 de setembro de 2006, tínhamos uma dívida total de R$ 3.479,2 milhões nos acordos de financiamento descritos a seguir, onde 52,4% do total consistiam em dívidas de longo prazo e 47,6% consistiam em dívidas de curto prazo.

O total da dívida consiste em valores registrados como empréstimos e financiamentos em nosso balanço e exclui dívidas com e sem direito de regresso. Nos financiamentos estruturados, uma EPE compra a aeronave, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de leasing da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave através de uma EPE e uma parte do risco do crédito fica com esse terceiro, e nós oferecemos garantias financeiras e/ou garantias com valor residual em favor da instituição financeira.

O efeito da consolidação de nossas EPEs resultou em uma dívida sem e com direito de regresso em 30 de setembro de 2006, apresentada em nossos balanços de R$ 1.801,2 milhões, com contas a receber vinculadas no valor de R$ 1.779,4 milhões. R$ 1.117,2 milhões dessa dívida são sem direito de regresso e não temos qualquer obrigação real em relação a essa dívida como devedor ou avalista, além das obrigações potenciais sob garantias financeiras existentes para as aeronaves financiadas. Os R$ 684,0 milhões restantes da dívida têm direito de regresso em nosso favor, devido a contribuições de capital pendentes, e estão assegurados por uma garantia de depósito junto a uma instituição financeira. As dívidas sem e com direito de regresso estão vinculadas pelas contas a receber vinculadas e pelas aeronaves financiadas e, por conseguinte, não antecipamos uma saída de caixa líquido relativa à nossa dívida sem direito de regresso no futuro. Essas transações de financiamento não afetam materialmente nossa demonstração de resultados e o fluxo de caixa uma vez que as condições dessas transações de *leasing* e empréstimos são substancialmente as mesmas.

Pesquisa e Desenvolvimento

Incorremos em custos de pesquisa e desenvolvimento relativos às nossas aeronaves e aos seus componentes. Também incorremos em custos de pesquisa e desenvolvimento que não estão associados ao desenvolvimento de nenhuma aeronave específica. Esses custos incluem a implementação de iniciativas de garantia de qualidade, aumento da produtividade da linha de produção e estudos para determinar os últimos desenvolvimentos em tecnologia e padrões de qualidade.

Os gastos incorridos no desenvolvimento de cada aeronave, incluindo serviços de suporte, mão-de-obra produtiva, ferramental, material e mão-de-obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos são diferidos.

A amortização do diferido é efetuada a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na quantidade de aeronaves que se estima vender, segundo cada projeto. No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

Fazemos investimentos significativos no desenvolvimento de novos projetos. O total das despesas de pesquisa e desenvolvimento para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, incluindo as despesas relacionadas ao desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190 e o desenvolvimento de nossos novos jatos executivos Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, foram de R$ 308,3 milhões. Os custos de pesquisa e desenvolvimento como percentual da receita líquida de vendas foram de 5,1% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Em 2006, esperamos que os custos com pesquisa e desenvolvimento venham a totalizar aproximadamente US$ 200,0 milhões, incluindo os custos relacionados ao desenvolvimento de novos jatos executivos, nos quais prevemos gastar US$ 88,0 milhões nesse ano. Nossos custos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R$506,3 milhões, R$416,0 milhões, R$302,9 milhões e R$308,3 milhões em 2003, 2004, 2005 e no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2006, respectivamente. Não registramos os gastos de pesquisa e desenvolvimento de programas de defesa, pois eles são financiados pelo governo brasileiro e outros clientes desse segmento. A maioria de nossas despesas de pesquisa e desenvolvimento está associada a um programa específico, seja aviação comercial ou corporativa.

A nossa estimativa de custos com pesquisa e desenvolvimento para o ano de 2007, incluindo melhorias nas famílias ERJ 145 e EMBRAER 170/190, os recém lançados jatos executivos Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, e projetos futuros é de US$ 237,0 milhões.

Além disso, o governo brasileiro e outros governos financiam substancialmente todos os nossos custos de pesquisa e desenvolvimento de produtos da área de defesa e governo, conforme disposto em contratos de desenvolvimento de longo prazo.

Linhas de Crédito

Linhas de crédito de longo prazo

Nossas subsidiárias contraíram empréstimos junto ao BNDES, sendo que os valores em aberto com relação a tais empréstimos somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 17,0 milhões, dos quais R$ 7,4 milhões representam dívidas de curto prazo. Possuímos, também, empréstimos feitos junto à Financiadora de Estudos e Projeto - FINEP, sendo que os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 18,3 milhões. O vencimento dos empréstimos contraídos junto ao BNDES e a FINEP ocorrerá, respectivamente, em novembro e dezembro de 2011. As taxas de juros ajustadas para tais empréstimos varia dentro dos parâmetros da TJLP acrescidos de mais 3,0%, até os parâmetros da TJLP acrescidos de mais 5,0% ao ano. Para os empréstimos contraídos junto ao BNDES, nossa subsidiária ELEB também paga comissões equivalentes a 0,4% do preço do mecanismo de pouso de 450 aeronaves EMBRAER 170 e EMBRAER 175.

Possuíamos, adicionalmente, um financiamento em ienes japoneses equivalente a R$ 326,9 milhões junto à Agência de Tóquio do *The Chase Manhattan Bank*. Este valor foi usado para custear a aquisição de componentes de nossas aeronaves, e os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 68,9 milhões. Este financiamento venceu em dezembro de 2006 e estava indexado à JIBOR mais 1,1% ao ano.

Em setembro de 2002, celebramos um contrato de empréstimo no valor de R$ 217,2 milhões com a Mitsui & Co. Ltd., sendo que os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 130,7 milhões. O vencimento deste empréstimo ocorrerá em setembro de 2009, e os juros serão calculados de acordo com a LIBOR mais 2,15% ao ano. A garantia ao pagamento deste empréstimo foi prestada pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e determina que se deixarmos de manter um mínimo de 100 pedidos firmes em carteira durante o período do empréstimo, a Mitsui & Co. Ltd. poderá pedir o vencimento antecipado dos valores em aberto.

Contraímos, também, um financiamento junto ao Santander Central Hispano Benelux S.A. no valor de R$ 217,4 milhões, sendo que tal quantia foi totalmente utilizada para financiar as compras de asas e outros equipamentos fornecidos pela Gamesa. Os valores em aberto com relação a tal financiamento somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 91,3 milhões, com uma taxa de juros fixa de 4,49% ao ano e vencimento final em fevereiro de 2009.

Em julho de 2003, assinamos um contrato de crédito com a Sumitomo Mitsui Banking Corp. e outros credores para um empréstimo a prazo de R$ 434,8 milhões, a uma taxa de LIBOR mais 2,97% ao ano, com vencimento final em junho de 2010, para a compra de materiais para a fabricação da família de jatos EMBRAER 170/190. Tomamos emprestado o valor total dessa linha de crédito em julho de 2003, sendo que R$ 446,9 milhões permaneciam em aberto em 30 de setembro de 2006, incluindo o principal e os juros acumulados.

Em abril de 2004 assinamos um contrato de crédito com o Banco do Brasil S.A. para um financiamento de importação no valor de R$ 108,7 milhões, a uma taxa de juros fixa de 4,6% ao ano, com vencimento final em abril de 2007. Tomamos emprestado o valor total dessa linha de crédito, dos quais R$ 121,1 milhões permaneciam em aberto em 30 de setembro de 2006, incluindo o principal e juros acumulados. Além disso, em maio e outubro de 2005, firmamos mais dois contratos de crédito com o Banco do Brasil S.A. para linhas de crédito de financiamento à importação, no valor global de R$ 91,3 milhões, a uma taxa fixa de 7% ao ano e com vencimentos finais em abril e setembro de 2011, dos quais R$ 96,8 milhões continuavam em aberto em 30 de setembro de 2006, incluindo o principal e juros acumulados.

Em maio de 2004, celebramos com o ABN Amro Bank um contrato para o financiamento do nosso capital de giro e despesas de importação no valor de R$ 154,4 milhões, a uma taxa de juros fixa de 7,19% ao ano. O vencimento deste financiamento ocorrerá em maio de 2009. Os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 158,9 milhões, incluindo-se o principal e os juros acumulados.

Em março de 2005, celebramos com o Bladex – Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A. um contrato para o financiamento de despesas de importação no valor de R$ 110,9 milhões, com uma taxa de juros equivalente à LIBOR mais 1,88% ao ano. O vencimento deste financiamento ocorrerá em setembro de 2010. Os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 111,3 milhões, incluindo-se o principal e juros acumulados.

Em abril de 2005, celebramos com o Banco Votorantim S.A., um financiamento para despesas de exportação no valor de R$ 108,7 milhões, a uma taxa fixa de 7,81% ao ano. O vencimento deste financiamento ocorrerá em abril de 2010. Os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 112,6 milhões, incluindo-se o principal e juros acumulados.

Em junho de 2005, celebramos com a IFC um financiamento no valor de R$ 391,4 milhões, incluindo o financiamento A no valor de R$ 76,1 milhões, o financiamento B1 no valor de R$ 130,4 milhões e o financiamento B2 no valor de R$ 184,8 milhões. Os prazos desses empréstimos são de 12, 10 e 8 anos, respectivamente, e a taxa de juros ponderada é a LIBOR de seis meses mais 2,9% ao ano. O financiamento é garantido por uma combinação de hipotecas sobre a nossa principal instalação industrial no Brasil, três

aeronaves EMBRAER 170/190 pré-série e um contrato de penhor de conta bancária no valor equivalente a 12 meses de cobertura de juros. Além das obrigações e restrições usuais, incluindo, mas não se limitando às exigências de manter índices definidos de liquidez da dívida e de cobertura das despesas financeiras, o financiamento tem obrigações relacionadas ao cumprimento das diretrizes gerais ambientais e de saúde e segurança do IFC. Nos termos de tal contrato, temos a obrigação de pagar antecipadamente a dívida caso nossas receitas líquidas geradas pela venda e suporte de aeronaves de ataque superem a 12,5% do total de nossas receitas líquidas. Os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 403,6 milhões, incluindo-se o principal e juros acumulados.

Em junho de 2006, utilizamos o BNP Paribas Brasil S.A. como procurador para estruturar um financiamento sindicalizado garantido. O financiamento, no total de US$ 500,0 milhões, equivalentes a R$ 1.087,1 milhões convertidos pela taxa de câmbio do dia 30 de setembro de 2006, inclui (i) uma linha de crédito consorciada em múltiplas parcelas, no valor de US$ 250,0 milhões, composta de um financiamento para exportação e/ou uma linha de crédito para importação, a ser alocada a nosso critério, desde que o valor total não exceda os US$ 250,0 milhões. Tal linha de crédito estará disponível para múltiplos saques durante um período de três anos, sendo cada saque pago em uma única parcela, em dois anos contados da data do empréstimo. Esta parcela estará sujeita a uma taxa de compromisso de 25 pontos base sobre a parcela não-utilizada e, se desembolsada, renderá juros à taxa LIBOR de seis meses mais 40 e 45 pontos base, respectivamente, para desembolsos de financiamento de despesas de exportação ou importação, e (ii) uma linha de crédito rotativo consorciada de US$ 200,0 milhões, com prazo de disponibilidade de cinco anos. Desembolsos sob a linha de crédito rotativo serão pagos no prazo de um mês a cinco anos contados da data do empréstimo, conforme determinado por nós na data de desembolso. Essa parcela estará sujeita a uma taxa de compromisso de 30 pontos base ao ano e, se desembolsada, implicará juros à taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses mais 60 pontos base ao ano, conforme especificado por nós em cada aviso de saque. A linha de crédito está sujeita às avenças e restrições usuais, incluindo, mas não se limitando às que exijam que mantenhamos liquidez de dívida definida e índices de cobertura de despesas com juros e, caso o governo brasileiro imponha restrições sobre operações em moeda estrangeira, apenas desembolsos sob a parcela de financiamento de exportação estará disponível. Teremos que conceder garantia apenas para a parcela de financiamento de exportação, através de um penhor de primeiro grau de alguns de nossos valores a receber com exportação, conforme por nós determinado na data de desembolso.

Celebramos, ainda, diversos outros contratos de financiamento e empréstimo, sendo que os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 785,4 milhões, dos quais R$ 174,6 milhões foram alocados para nossas subsidiárias.

Cada um de nossos financiamentos de longo prazo prevê obrigações e restrições normais e costumeiras dentro da prática do mercado, incluindo-se as exigências de manter índices definidos de liquidez da dívida e de cobertura das despesas financeiras, com os quais nós cumprimos integralmente até 30 de setembro de 2006. Não esperamos que o cumprimento de tais obrigações e restrições deva ter efeitos significativos sobre nossos negócios. Consulte a Nota Explicativa 7 de nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas neste Prospecto, para obter maiores informações sobre os contratos de financiamento.

Linhas de crédito de curto prazo

Em dezembro de 2005, celebramos com o BNDES um financiamento de crédito pré-exportação, de curto prazo, para um valor de até R$ 434,8 milhões, sendo que os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 115,2 milhões.

Em junho de 2006, celebramos mais dois contratos de crédito com o BNDES para um financiamento de crédito pré-exportação, de curto prazo, no valor total de R$ 434,8 milhões, a um custo de TJLP mais 2,17% ao ano. O vencimento deste financiamento ocorrerá em setembro de 2007. Os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 281,3 milhões, incluindo-se o principal e juros acumulados.

Em agosto de 2006, celebramos com o BNDES mais dois contratos de crédito para um financiamento de crédito pré-exportação, de curto prazo, no total de R$ 434,8 milhões ao custo de TJLP mais 2,15% ao ano. O

vencimento deste financiamento ocorrerá em setembro de 2007. Os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 434,0 milhões, incluindo-se o principal e juros acumulados.

Celebramos, ainda, diversos outros contratos de empréstimos de curto prazo, sendo que os valores em aberto somavam, em 30 de setembro de 2006, um total equivalente a R$ 99,8 milhões, que foram alocados para nossas subsidiárias para financiar necessidades de capital de giro.

Aumentos de capital em razão do exercício de opções de compra de ações

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005, recebemos aportes no valor total de R$ 17,0 milhões e emitimos 2.421.870 ações preferenciais em razão do exercício de opções de compra de ações a um preço médio ponderado de exercício de R$ 7,02 por ação. Adicionalmente, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, recebemos aportes no valor total de R$ 1,0 milhão e emitimos 87.387 ações ordinárias em razão do exercício de opções de compra de ações a um preço médio ponderado de exercício de R$ 10,88 por ação.

Obrigações não registradas no balanço

No curso normal do negócio, assumimos determinadas obrigações que não são registradas no nosso balanço patrimonial por serem obrigações contingentes em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo garantias financeiras, garantias de valor residual e obrigações de permuta.

Garantias financeiras e de valor residual

Como parte das negociações de venda de nossas aeronaves e outros produtos, podemos garantir as obrigações de nossos clientes em contratos de financiamento da compra de nossos produtos. Nossas garantias financeiras podem ser acionadas se nossos clientes não cumprirem sua obrigação de pagar suas dívidas perante os financiadores nas respectivas datas de vencimento. Nossa política de concessão de garantias financeiras procura evitar a concentração de risco de crédito e requer uma análise e monitoramente do risco de crédito de cada cliente. Essas garantias servem para minimizar as perdas que seriam sofridas pelos financiadores em razão de eventual inadimplência de um cliente. As aeronaves cuja compra é financiada também garantem as obrigações do cliente. No entanto, o valor destas aeronaves pode diminuir em razão das condições de mercado e, nestes casos, os recursos obtidos com a venda das aeronaves podem não cobrir o valor integral de nossa garantia.

Usualmente o financiador nos contrata para reformarmos e comercializarmos as aeronaves recuperadas dos clientes inadimplentes. Em certos casos, recebemos uma comissão pela comercialização das aeronaves. Em geral, os credores só podem acionar a garantia financeira após terem recebido a aeronave para comercialização.

Nossas garantias de valores residuais garantem a um terceiro que uma determinada aeronave terá um valor mínimo em uma determinada data, normalmente vinculada ao vencimento de um contrato de financiamento. O valor garantido tipicamente varia de 18% a 25% do preço de venda. Em média, nossa exposição sob garantias de valor residual está limitada a 21,0% do preço de venda original. A garantia tem prazo de dez a quinze anos após a data de entrega da aeronave. Caso o valor de nossa aeronave se reduza abaixo do valor residual garantido, nós seremos obrigados a pagar a diferença entre o valor justo de mercado da aeronave e o valor residual garantido. Nossa exposição sob as garantias de valor residual é minimizada pelo fato de que, para se beneficiar da garantia, a parte garantida somente pode acioná-la se a aeronave for devolvida em condições específicas de estado do produto.

A tabela a seguir fornece dados quantitativos sobre as garantias que concedemos a terceiros em conexão com estruturas de financiamento não consolidadas em nossas Demonstrações Financeiras. As exposições máximas potenciais representam o maior valor que podemos ser obrigados a pagar, assumindo que todos nossos clientes deixassem de cumprir suas obrigações cobertas por nossas garantias financeiras e que tivéssemos que pagar o valor integral de todas as nossas garantias de valor residual, sem que recuperássemos qualquer parte deste desembolso mediante a venda das aeronaves vinculadas a cada garantia. Estes valores não refletem

necessariamente os resultados que esperamos para nossas garantias financeiras e de valor residual. Não temos tido despesas significativas em relação aos valores garantidos, exceto as relacionadas com financiamentos para a companhia aérea Rio Sul. As perdas apuradas em decorrência da inadimplência de clientes para os quais tenhamos estendido garantias financeiras foram de R$6,9 milhões, R$6,9 milhões e R$105,8 milhões nos exercícios de 2003, 2004 e 2005 respectivamente. Não tivemos perdas no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2006.

As receitas estimadas decorrentes das garantias de desempenho e dos ativos subjacentes representam os valores antecipados de ativos que podemos liquidar ou receber de outras partes para compensar nossos pagamentos sob garantia.

Descrição	Em 31 de dezembro de 2005	Em 30 de setembro de 2006
	(em milhões de reais)	
Exposição máxima sob as garantias financeiras	4.138,4	3.796,2
Exposição máxima sob as garantias de valor residual	2.055,7	2.011,7
Exposição mutuamente exclusiva (1)	(972,4)	(930,6)
Provisões e obrigações registradas	(126,4)	(114,6)
Exposição não registrada no balanço	5.095,3	4.762,7
Receitas estimadas de garantias de desempenho e ativos correspondentes	4.979,1	4.974,2

1. No caso de as duas garantias serem emitidas para o mesmo ativo correspondente, as garantias de valor residual só podem ser exercidas quando as garantias financeiras tiverem expirado sem terem sido acionadas, e por isso, os efeitos distintos não foram combinados para o cálculo da exposição máxima.

Em 30 de setembro de 2006, tínhamos R$ 584,9 milhões depositados em contas-caução em garantia de nossas obrigações perante terceiros relativas às garantias financeiras e garantias de valores residuais de determinadas aeronaves vendidas. Se o garantidor da dívida (uma terceira empresa não relacionada a nós) for obrigado a pagar aos beneficiários das garantias financeiras ou de valor residual, o garantidor terá o direito de sacar o valor depositado nas contas-caução. Com base nas nossas estimativas mais recentes, acreditamos que os recursos obtidos com a venda ou o arrendamento das aeronaves cobertas por nossas garantias financeiras e de valor residual e por nossos depósitos em contas-caução (com base no valor de revenda em 30 de setembro de 2006) e de outras receitas relacionadas, tais como saques de valores em depósitos, seriam de R$ 4.974,2 milhões. Os valores depositados nas contas-caução serão liberados no vencimento dos contratos de financiamento, o que deve ocorrer entre 2012 e 2019, se os compradores das aeronaves não deixarem de cumprir suas obrigações e se o valor justo de mercado das aeronaves for superior ao valor residual garantido.

Os juros recebidos sobre os recursos caucionados são igualmente depositados na conta-caução e são contabilizados como receita financeira. Para obter uma melhor taxa de juros sobre estes depósitos em garantia, em 30 de setembro de 2006, investimos parte dos R$ 584,9 milhões depositados em contas-caução em títulos estruturados com prazo de vencimento de quatorze anos, no valor total de R$ 287,9 milhões com o banco depositário, o que gerou juros no valor de R$ 12,4 milhões. Esses juros foram acrescidos ao principal e reconhecidos em nossas demonstrações de resultados consolidados. Esse aumento nos ganhos foi obtido por meio de uma operação de derivativo de crédito (CDS, do inglês *credit default swap*) que dá ao seu beneficiário o direito de resgatar antecipadamente os títulos estruturados em caso de sofrermos um evento de inadimplemento. No caso de um evento de inadimplemento, o beneficiário poderá resgatar os títulos estruturados pelo valor de mercado ou pelo valor nominal original do título, o que for maior, o que resultaria na nossa perda dos juros acumulados sobre o valor dos títulos estruturados. Eventos de inadimplemento incluem a inadimplência de obrigações e pagamentos devidos sob nossas garantias em valores superiores a limites especificados, eventos relacionados à reestruturação de nossas obrigações em valores superiores a limites especificados, e falência, recusa de pagamento, e/ou moratória das obrigações em valores superiores a limites especificados.

Opções de Permuta (Trade-in)

Na assinatura de um contrato de compra de uma nova aeronave, podemos oferecer opções de permuta (*trade-in*) para nossos clientes. Essas opções dão ao cliente o direito de entregar, como parte do pagamento, uma aeronave existente na compra de uma nova aeronave de um modelo mais atualizado. Em 30 de setembro de 2006, três jatos comerciais estavam cobertos por opções de *trade-in*, sendo que outras aeronaves poderão se tornar objetos de *trade-in* por ocasião da entrega. O preço atribuído à aeronave objeto da opção de *trade-in* é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. Podemos ser obrigados a aceitar uma aeronave, em *trade-in*, a preços acima do preço de mercado da aeronave, o que resultaria em uma perda financeira na revenda da aeronave. Monitoramos nossas opções de *trade-in* para nos anteciparmos a condições de mercado adversas. Com base em nossas estimativas atuais e em avaliações de terceiros, acreditamos que qualquer aeronave atualmente objeto de uma opção de *trade-in* poderia ser revendida sem ganhos ou perdas relevantes. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, não tivemos de aceitar qualquer aeronave como parte de pagamento.

Reavaliamos continuamente nossa exposição sob nossas garantias e opções de *trade-in* com base em diversos fatores, incluindo o valor de mercado futuro estimado da aeronave determinado por avaliações de terceiros, as informações sobre o mercado obtidas da venda ou arrendamento de aeronaves semelhantes no mercado secundário e a classificação do risco do crédito de nossos clientes.

Capacidade de Pagamento

Esperamos usar nossas disponibilidades de capital de giro e o caixa gerado por nossas operações e por nossas atividades financeiras para fazer os pagamentos exigidos por nossos compromissos financeiros e contratuais e realizar os desembolsos contemplados por nossos planos de investimento.

Obrigações Contratuais

A tabela a seguir apresenta os vencimentos por período de nossas principais obrigações contratuais e compromissos comerciais em 30 de setembro de 2006, em milhões de reais.

Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1 -3 anos	3 -5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos	3.479,2	1.654,9	1.291,3	533,0	0,0
Arrendamento operacional	25,7	4,9	6,9	1,3	12,6
Obrigações de compras	1.788,3	1.788,3	0,0	0,0	0,0
Outros passivos a longo prazo	2.904,8	0,0	1.377,8	700,9	826,1
Total	8.198,0	3.488,1	2.676,0	1.235,2	838,7

Na tabela acima, "empréstimos" inclui o valor do principal e uma estimativa dos juros a serem pagos. Para financiamentos com juros flutuantes, projetamos os juros com base em previsões de mercado. A tabela acima não reflete os compromissos contratuais relativos às opções de permuta e garantias financeiras e de valores residuais.

"Obrigações de compras" consistem em contas a pagar e obrigações sob seguros.

"Outros passivos a longo prazo" incluem dívidas com e sem regresso no valor total de R$ 931,2 milhões, relativas a obrigações das nossas EPEs em 30 de setembro de 2006. A tabela acima não inclui valores devidos sob nossos instrumentos derivativos.

Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado

Estamos expostos a vários riscos de mercado relacionados principalmente a potenciais perdas resultantes de variações adversas de taxas de juros e taxas de câmbio. Temos políticas e procedimentos para administrar os efeitos dos riscos de variações de taxas de juros e taxas de câmbio. Estes procedimentos incluem o monitoramento da nossa exposição a cada risco de mercado, incluindo uma análise baseada em projeções de fluxos de caixa futuros, o financiamento de ativos de renda variável com obrigações de custo variável, e a

limitação dos ativos de renda fixa que possam ser financiados com obrigações com juros flutuantes. Podemos usar derivativos para mitigar o efeito de variações de taxas de juros ou de taxas de câmbio.

Risco com Taxa de Juros

Nossa exposição a riscos relacionados a taxas de juros decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuem os rendimentos das aplicações financeiras. Temos pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para nos protegermos contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de setembro de 2006, os nossos empréstimos e financiamentos estavam indexados como segue:

	(milhares de reais)
Em moeda estrangeira:	
Juros fixos	259,7
Juros flutuantes [1]	2.341,1
	2.600,8
Em moeda nacional:	
Juros flutuantes [2]	878,4

[1] Os juros flutuantes são LIBOR para dólar norte-americano, JIBOR para iene japonês e EURIBOR para Euro.
[2] Os juros flutuantes são TJLP e CDI.

Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às nossas operações ativas, que são aplicações financeiras, mantemos um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método "value-at-risk" (VAR), que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade destas aplicações.

Risco com Taxa de Câmbio

Nossa exposição a riscos relacionados a taxas de câmbio decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Entretanto, tendo em vista que aproximadamente 97% do nosso faturamento no período foi em dólares norte-americanos e que tal fato não deverá se alterar nos próximos anos, consideramos que nosso faturamento atua como um "hedge" natural para nossas operações passivas também denominadas em moeda estrangeira.

A análise dos valores sujeitos a riscos cambiais é realizada com base no fluxo de caixa projetado, sendo os eventuais descasamentos nas taxas de câmbio trabalhados pontualmente e as captações denominadas em moeda estrangeira podendo ser objeto de operações derivativas, de acordo com a nossa estratégia.

O quadro a seguir demonstra a exposição consolidada, por moeda, em 30 de setembro, e considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, de fornecedores, das disponibilidades e dos clientes com e sem os efeitos das operações de derivativos.

	(em milhares de reias)	
	Sem efeito das operações de derivativos	Com efeito das operações de derivativos
Empréstimos e financiamentos:		
Real	878.427	929.230
Dólar norte-americano	2.470.235	2.488.358
Euro	61.571	61.571
Iene japonês	68.926	-
	3.479.159	3.479.159

	(em milhares de reias)	
	Sem efeito das operações de derivativos	Com efeito das operações de derivativos
Fornecedores:		
Real	110.214	110.214
Dólar norte-americano	1.512.438	1.512.438
Euro	73.558	73.558
Outras moedas	63.164	63.164
	1.759.374	1.759.374
Total (1)	5.238.533	5.238.533
Disponibilidades:		
Real	2.739.424	2.739.424
Dólar norte-americano	1.621.762	1.621.762
Euro	35.519	35.519
Outras moedas	4.628	4.628
	4.401.333	4.401.333
Clientes: [1]		
Real	112.345	112.345
Dólar norte-americano	709.845	709.845
Euro	128.538	128.538
Outras moedas	966	966
	951.694	951.694
Total (2)	5.353.027	5.353.027
Exposição líquida (1 - 2):		
Real	(1.863.128)	(1.812.325)
Dólar norte-americano	1.651.066	1.669.189
Iene japonês	68.926	-
Euro	(28.928)	(28.928)
Outras moedas	57.570	57.570

[1] Não considera o efeito da provisão para devedores duvidosos.

Derivativos

Contratamos instrumentos derivativos contratados para proteger as nossas operações contra os riscos de variação cambial e de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 30 de setembro de 2006, os mesmos consistem de "swaps" de moeda estrangeira e taxas de juros, conforme tabelas a seguir.

				(valores em milhares de Reais)		Ganho (perda)
Objeto amparado	**Modalidade**	**Moeda original**	**Moeda atual**	**Montante "hedge"**	**Taxa média pactuada**	**Valor contábil**
Financiamento de importação -	"Swap"	US$	R$	43.190	58,66% do CDI	(40.817)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (1)	1.205.317	7,40% a.a.	2.681
Financiamento de importação -	"Swap"	JPY	US$	72.925	3,77% a.a.	(6.264)
Operações com derivativos - NDF	-	-	-	-	-	4.239
Total						(40.161)

[1] Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

				(valores em milhares de Reais)		Ganho (perda)
Objeto amparado	**Modalidade**	**Moeda original**	**Moeda atual**	**Montante "hedge"**	**Taxa média pactuada**	**Valor contábil**
Financiamento de importação	"Swap"	US$	R$	56.784	58,85% do CDI	(45.611)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (1)	1.293.161	8,08% a.a.	1.596
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	US$	72.594	4,35% a.a.	(4.842)
Operações com derivativos - NDF	-	-	-	-	-	5.788
Total						(43.069)

(1) Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Visão Geral da Empresa

Com mais de 37 anos de experiência, somos um dos maiores fabricantes de aeronaves comerciais do mundo, com base em nossa receita líquida de vendas de aeronaves comerciais em 2005, e mantemos uma base de clientes em todas as regiões do mundo, operando em 65 países. Nosso objetivo é satisfazer nossos clientes com uma ampla linha de produtos para os mercados de aeronaves comerciais, aeronaves de defesa e jatos executivos. Nossas vendas de aeronaves comerciais representaram 66,3% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Desenvolvemos uma nova família de jatos executivos e lançamos o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000 nas categorias *very light*, *light* e *ultra-large*, , respectivamente. Nossas vendas de jatos executivos representaram 13,8% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a FAB com base no número de aeronaves vendidas. Fornecemos, ainda, aeronaves para forças militares na Europa, Ásia e na América Latina. Nossas vendas de aeronaves de defesa e governo representaram 5,5% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Nossos serviços de suporte são um elemento-chave de nossa estratégia para satisfazer nossos clientes fortalecendo nossos relacionamentos de longo prazo. Outros negócios relacionados, incluindo serviços de suporte ao cliente, representaram 14,4% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. Tivemos receita líquida de R$ 6.012,3 milhões nos primeiros noves meses de 2006 e de R$ 9.133,3 milhões em 2005. Em 30 de setembro de 2006, tínhamos uma carteira de pedidos firmes no valor de US$ 13,3 bilhões, incluindo 414 aeronaves comerciais.

Fazemos investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento relacionados a nossas aeronaves, seus componentes e nossos processos produtivos em geral. Em conseqüência, nossos custos com pesquisa e desenvolvimento foram de R$506,3 milhões, R$416,0 milhões, R$302,9 milhões e R$308,3 milhões em 2003, 2004, 2005 e no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2006. Nossa estimativa de custos com pesquisa e desenvolvimento em 2007 é de US$231,0 milhões.

Reorganização Societária

Em 31 de março de 2006, a incorporação da Antiga Embraer pela Companhia foi aprovada pelos seus respectivos acionistas. Tal incorporação, entre outras coisas, visou criar as bases para a sustentação, crescimento e perpetuidade dos nossos negócios e atividades, uma vez que sua implantação nos assegurou o acesso adequado ao mercado de capitais e a ampliação de sua capacidade de financiamento e desenvolvimento de seus programas de expansão. Como conseqüência da Reorganização Societária:

- a Companhia incorporou a Antiga Embraer e a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações;
- a Companhia alterou sua razão social para a razão social da Antiga Embraer;
- todos os ativos e passivos (inclusive o capital social) da Antiga Embraer foram transferidos para a Companhia e todas as subsidiárias da Antiga Embraer se tornaram subsidiárias da Companhia, de forma que a Reorganização Societária não implicou em passivos adicionais;
- a Companhia assumiu todas as operações da Antiga Embraer;
- cada ação ordinária da Antiga Embraer foi substituída por uma ação ordinária da Companhia;
- cada ação preferencial da Antiga Embraer foi substituída por uma ação ordinária da Companhia;
- cada ADS da Antiga Embraer, que representava quatro ações preferenciais da Antiga Embraer, foi substituída por um ADS da Companhia, que representa quatro ações ordinárias da Companhia; e
- a ação ordinária de classe especial da Antiga Embraer detida pela União foi substituída pela Ação Ordinária de Classe Especial da Companhia.

Veja a seção "Descrição do Capital Social – Reorganização Societária" para uma descrição detalhada da Reorganização Societária.

Controle Difuso da Companhia

Em decorrência da Reorganização Societária, não temos um controlador ou grupo de controle claramente definido e nenhum acionista pode exercer em assembléia geral votos representativos de mais de 5% do total de votos em que se divide o capital social. Além disso, nosso Estatuto Social dispõe de mecanismos de proteção à dispersão acionária. Veja " Descrição do Capital Social - Mecanismo para Promover a Dispersão das Nossas Ações" e "Descrição do Capital Social - Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias".

A pulverização de nosso controle societário visou os seguintes objetivos principais:

- Ampliação da nossa capacidade de captação de recursos para suportar programas de expansão, decorrente do maior acesso ao mercado de capitais, antes limitado em decorrência da estrutura de nosso controle acionário e da proporção máxima permitida pela Lei das Sociedades por Ações entre ações ordinárias e ações preferenciais;
- Possibilidade de utilização das ações de nossa emissão como moeda de aquisição de ativos, o que poderá nos auxiliar em nossa expansão internacional.
- Potencial aumento de liquidez das ações; e
- Melhoria das práticas de governança corporativa e maior transparência dos atos de nossa Administração;

Nosso controle difuso pode representar determinados riscos para a Companhia e seus acionistas. Vide "Fatores de Risco – Riscos Relativos às Ações".

Nossos acionistas elegem 8 dos 11 membros de nosso Conselho de Administração que, por sua vez, elege nossa Diretoria. A partir de 2009, nosso Conselheiros terão um mandato unificado de dois anos. Nossos acionistas podem indicar candidatos ao Conselho de Administração e solicitar o procedimento de voto múltiplo para a eleição de nossos conselheiros, caso desejarem, na forma de nosso Estatuto Social. Acreditamos que os referidos mecanismos promovem o alinhamento entre os acionistas e administradores da Companhia.

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Líder entre fabricante de jatos comerciais com clientes em todo o mundo. Somos uma empresa líder na fabricação de jatos de 30 a 120 passageiros e temos uma sólida base global de clientes. Já vendemos nossos jatos regionais e jatos comerciais de média capacidade para mais de 50 clientes nos cinco continentes do mundo. Nossos clientes incluem algumas das maiores e mais importantes companhias aéreas, empresas de transporte regionais e companhias aéreas de baixo custo.

Desenvolvimento de aeronaves; Eficiência operacional e de custos. Projetamos, desenvolvemos e fabricamos aeronaves para oferecer a nossos clientes custos de operação, manutenção e treinamento reduzidos como resultado da eficiência de nossos projetos e da comunalidade entre jatos da mesma família, que usam peças comuns. Essa comunalidade nos permite reduzir significativamente nossos custos de projeto, desenvolvimento e produção e repassar essas economias a nossos clientes no preço de venda. Essa comunalidade também reduz o tempo exigido para o desenvolvimento de nossas aeronaves.

Parceiros estratégicos para compartilhamento de riscos. Desenvolvemos relacionamentos estratégicos com parceiros-chave para compartilhar os riscos relacionados ao desenvolvimento e fabricação de aeronaves comerciais e jatos executivos. Esses parceiros estratégicos desenvolvem e fabricam uma parte significativa dos sistemas e componentes de nossas aeronaves e contribuem com seus próprios recursos para a pesquisa e desenvolvimento desses sistemas e componentes, reduzindo assim nossos custos de desenvolvimento. Esses

parceiros estratégicos também financiam parte de nossos custos de desenvolvimento por meio de contribuições em dinheiro ou em materiais. Acreditamos que esses relacionamentos estratégicos nos permitem reduzir nossos custos e riscos de desenvolvimento de aeronaves, melhorar nossa eficiência operacional, melhorar a qualidade de nossos produtos e reduzir o número de fornecedores, o que dá flexibilidade aos nossos processos produtivos.

Contratos com o governo brasileiro para o desenvolvimento de produtos de defesa. O governo brasileiro tem, historicamente, contratado e custeado nossa pesquisa e desenvolvimento de aeronaves de defesa. Tais programas exercem um papel importante no desenvolvimento de nossa capacitação em engenharia e processos industriais. Por exemplo, a tecnologia do programa AM-X desenvolvido para a FAB na década de 80 serviu de base para o desenvolvimento de nossa família de jatos ERJ 145 dez anos depois. Também vendemos produtos de defesa de qualidade já comprovada, que foram desenvolvidos para a FAB, para outras forças militares.

Flexibilidade da produção para atender às demandas do mercado. Acreditamos que a flexibilidade de nossos processos de produção e de nossa estrutura operacional, incluindo nossas parcerias estratégicas de compartilhamento de riscos, que foram concebidas para reduzir custos, nos permitem aumentar ou reduzir nossa produção de acordo com a demanda do mercado sem prejudicar de forma significativa nossas margens.

Mão-de-obra experiente e altamente qualificada. Nossos empregados são experientes e altamente qualificados. Mais de 20% de nossa força de trabalho é composta por engenheiros. Devido aos conhecimentos e habilidades diferenciadas dos nossos empregados, podemos desenvolver novos programas de forma eficiente e proporcionar a nossos clientes uma capacidade técnica diferenciada.

Estratégia de Negócios

Para que possamos continuar crescendo e aumentar nossa lucratividade, pretendemos continuar a oferecer aeronaves e serviços confiáveis, de alta qualidade e com uma atraente relação custo-benefício. Os elementos principais de nossa estratégia são:

Continuar a promover nossas aeronaves comerciais. Estamos comprometidos a prosseguir com nossos esforços de comercialização de nossa família de jatos regionais ERJ 145 e de nossa a família de jatos de média capacidade EMBRAER 170/190.

Em 30 de setembro de 2006, tínhamos quase 900 jatos da família ERJ 145 em operação. Atualmente observamos uma maior demanda pela família de jatos ERJ 145 no mercado secundário devido à sua confiabilidade e à sua eficiência operacional. Acreditamos que as companhias aéreas podem continuar a se utilizar dessa família de jatos regionais e que nossos jatos regionais têm ajudado nossos clientes nos últimos dez anos a perseguir seus objetivos de rentabilidade.

Acreditamos que existe uma oportunidade de mercado significativa para a família de jatos EMBRAER 170/190 representada por companhias aéreas regionais que estejam expandindo suas frotas, aumentando sua penetração em mercados de alta densidade e incorporando rotas mais longas. Acreditamos que outra oportunidade de mercado para a família de jatos EMBRAER 170/190 são companhias aéreas, inclusive as de baixo custo, que estejam otimizando a composição de sua frota com a aquisição de aeronaves de menor capacidade, que são mais recomendadas para atender à demanda em rotas de menor densidade.

Somos líderes no segmento de aeronaves com assentos para 70 a 120 passageiros. Adicionalmente, acreditamos que nossas aeronaves comerciais nos trarão oportunidades significativas para aumentar nossa competitividade ao oferecermos aos nossos clientes uma linha completa de aeronaves de 30 a 120 passageiros.

Fortalecer nossa posição no mercado de jatos executivos. Acreditamos que o mercado de aviação executiva nos oferece oportunidades significativas de crescimento. Esperamos oferecer produtos em todas as categorias do mercado de jatos executivos, desde as categorias *very light* até a *ultra-large*. Desenvolvemos o Legacy 600, um jato do segmento *super mid-size* e estamos desenvolvendo jatos executivos nos segmentos *very light, light* e *ultra-large*, o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, respectivamente. Nós nos esforçamos para

entender e responder às necessidades do mercado e dos clientes, melhorando continuamente nossos produtos e serviços de suporte aos nossos jatos executivos. Nesse sentido, planejamos expandir mais ainda nosso suporte a clientes em todo o mundo, por meio da expansão de nossas próprias operações e também por meio de acordos com oficinas e centros de serviço autorizados.

Continuar a perseguir oportunidades no mercado de defesa e governo. Oferecemos atualmente produtos para transporte, treinamento, ataque leve, vigilância e reconhecimento. Como nossos produtos oferecem capacidades multi-missão a um preço competitivo e são projetados para operar em qualquer ambiente a um custo operacional baixo, acreditamos que nossos produtos atendem as necessidades de governos para combater ameaças que são uma preocupação mundial, tais como terrorismo, tráfico de drogas e contrabando de armas.

Enfoque contínuo no suporte e satisfação do cliente. Acreditamos que nosso foco em satisfação do cliente é fundamental para nosso sucesso e para nossa estratégia de negócios. Nossos serviços de suporte de alta qualidade são um elemento chave de nossa estratégia para satisfazer nossos clientes fortalecendo nossos relacionamentos de longo prazo. À medida em que a frota de aeronaves de nossa fabricação continua a crescer e nosso negócio de aviação executiva continua a expandir, trabalhamos para cumprir nosso compromisso de fornecer serviços de suporte pós-venda de alta qualidade, incluindo assistência técnica, treinamento de pilotos e de equipes de manutenção, e peças sobressalentes. Por exemplo, expandimos nosso centro de manutenção, reparos e recondicionamento (MRO) de aeronaves em Nashville, Tennessee, e adquirimos a OGMA, uma empresa de manutenção, reparos e recondicionamento de aeronaves em Portugal, que começamos a operar em março de 2005. Pretendemos continuar a concentrar esforços no suporte de alta qualidade a nossos clientes por meio da expansão de nossa presença no mundo inteiro, tanto por meio de operações próprias quanto por contratos com centros de serviço autorizados.

Buscar oportunidades de crescimento e aprimorar relacionamentos com outros líderes da indústria aeroespacial global. Pretendemos continuar analisando oportunidades de crescimento estratégico, que podem incluir *joint-ventures* e aquisições, e outras operações estratégicas, e fortalecer nosso relacionamento atual com os mais importantes participantes da indústria aeroespacial. Por exemplo, recentemente lideramos um consórcio com a participação da European Aeronautic Defence and Space Company EADS N.V. que adquiriu a OGMA e aumentou nossa capacidade de serviço a clientes.

Linhas de Aeronaves para a Aviação Comercial

Projetamos, desenvolvemos e fabricamos uma ampla linha de aeronaves comerciais. O segmento de aeronaves comerciais representa nossa principal linha de negócio, correspondendo a 66,3% da receita líquida para o período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2006.

Produtos

Desenvolvemos o ERJ 145, um jato regional de dois motores turbofan com capacidade para 50 passageiros, cuja primeira entrega ocorreu em 1996, para atender à demanda crescente das empresas aéreas regionais por aeronaves movidas a jato de médio alcance. Lançamos, em julho de 1999, e após menos de dois anos de desenvolvimento, o ERJ 135, um jato regional para 37 passageiros baseado no ERJ 145. Também foi desenvolvido o ERJ 140, com capacidade para 40 passageiros, como parte da família de jatos regionais ERJ 145, que começou a ser entregue no segundo semestre de 2001. Acreditamos que a família de jatos regionais ERJ 145 forneça o nível de conforto, autonomia e velocidade de um jato a custos comparáveis ao de aeronaves a turboélice. Continuamos a desenvolver a plataforma para 70 a 108 passageiros, a família de jatos EMBRAER 170/190, para atender à demanda do mercado de aeronaves comerciais por jatos maiores, mais velozes e de maior alcance, e para diversificar ainda mais nossa presença no mercado de aeronaves a jato. Continuamos analisando a demanda por novas aeronaves no mercado de aviões a jato para determinar modificações potencialmente bem sucedidas nas aeronaves já em produção.

Família de jatos Regionais ERJ 145

O ERJ 145 é um jato regional de dois motores com capacidade para até 50 passageiros. O jato foi desenvolvido para atender à demanda crescente do setor de transporte aéreo por uma aeronave que oferecesse maior velocidade, conforto e capacidade do que um aparelho turboélice. O ERJ 145 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em novembro de 1996, pela FAA em dezembro de 1996, pela autoridade européia de aviação em maio de 1997, pela autoridade australiana de aviação em junho de 1998 e pela autoridade chinesa de aviação em dezembro de 2000. O ERJ 145 começou a ser entregue em dezembro de 1996.

O desenvolvimento da aeronave ERJ 145 foi parcialmente baseado na aeronave turboélice EMB 120 Brasília, e possui aproximadamente 30% de peças e componentes em comum com essa aeronave, incluindo a seção do nariz e da cabine. O ERJ 145 possui uma velocidade máxima de cruzeiro de Mach .78, ou 450 nós, e um alcance máximo de 1.060 milhas náuticas com capacidade máxima na versão Standard. O ERJ 145 é equipado com motores fabricados pela Rolls-Royce Allison. Esses motores foram projetados para operar por 10.000 horas de vôo entre manutenções de grande porte, e apresentam custos de combustível inferiores. Além disso, o ERJ 145 é equipado com instrumentos de vôo sofisticados, como instrumentos de indicação dos motores, sistemas de alerta à tripulação e sistema digitais de controle de vôo, produzidos pela Honeywell.

O ERJ 145 também está disponível em uma versão LR de longo alcance e, atendendo a solicitações de clientes, foi desenvolvida uma versão de super longo alcance, a versão XR da aeronave. O ERJ 145 LR possui um tanque de combustível maior, motores mais potentes e um alcance maior do que a versão Standard. O ERJ 145 LR, que for certificado pela autoridade brasileira de aviação, pela FAA e pela autoridade européia de aviação em 1998, e pela autoridade chinesa de aviação em novembro de 2000, utiliza motores que fornecem uma impulsão 15% maior, permitindo que a aeronave opere com capacidade máxima em rotas de até 1.550 milhas náuticas. O ERJ 145 XR possui um motor turbofan novo e atualizado, tanques de combustível de maior capacidade e winglets. O ERJ 145 XR, certificado pela autoridade brasileira de aviação em agosto de 2002 e pela FAA em outubro de 2002, oferece consumo de combustível reduzido, um alcance máximo de 2.000 milhas náuticas com capacidade máxima e recursos operacionais extras para altas temperaturas e altitudes. O ERJ 145 LR começou a ser entregue em fevereiro de 1998, e o ERJ 145 XR em outubro de 2002.

O ERJ 135 é um jato regional para 37 passageiros baseado no mesmo projeto do ERJ 145, e utiliza a mesma linha de fabricação. O ERJ 135 possui aproximadamente 96% de peças e componentes em comum com o ERJ 145, o que resulta em menor necessidade de peças sobressalentes e permite a utilização do mesmo equipamento de apoio em solo para clientes que utilizam as duas aeronaves. O ERJ 135 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em junho de 1999, pela FAA em julho de 1999 e pela autoridade européia de aviação em outubro de 1999. O ERJ 135 começou a ser entregue em julho de 1999.

O ERJ 135 possui uma velocidade máxima de cruzeiro de Mach ,78, ou 450 nós, e um alcance máximo de 1.330 milhas náuticas com capacidade máxima na versão standard. O ERJ 135 utiliza os mesmos motores, instrumentos de vôo sofisticados, sistemas digitais de controle de vôo e projeto estrutural do ERJ 145. A fuselagem do ERJ 135 possui 3,5 metros a menos do que o ERJ 145. O ERJ 135 também está disponível em uma versão LR de longo alcance, com um tanque de combustível maior, motores mais potentes e um alcance significativamente maior (1.700 milhas náuticas), com capacidade máxima, do que a versão standard. A versão LR recebeu a certificação ao mesmo tempo em que a versão standard, e começou a ser entregue em agosto de 1999.

O ERJ 140 foi desenvolvido para atender a solicitações dos clientes. O ERJ 140 é um jato regional para 44 passageiros baseado no mesmo projeto do ERJ 135, e é fabricado na mesma linha de produção do ERJ 145 e do ERJ 135. O ERJ 140 possui aproximadamente 96% de comunalidade com o ERJ 145 e o ERJ 135, oferecendo aos nossos clientes benefícios significativos em termos de manutenção e operações. O ERJ 140 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em junho de 2001 e pela FAA em julho de 2001. O ERJ 140 possui um alcance máximo de 1.230 milhas máximas na versão standard com capacidade máxima. O ERJ 140 está disponível em uma versão LR de longo alcance, com um tanque de combustível maior, motores mais potentes e um alcance máximo (1.630 milhas náuticas) significativamente maior do que a versão standard com capacidade máxima. O ERJ 140 começou a ser entregue em julho de 2001.

A família de jatos regionais ERJ 145 permite certificação de pilotos e procedimentos de manutenção padronizados.

Família de jatos EMBRAER 170/190

A família de jatos EMBRAER 170/190 oferece aos nossos clientes quatro opções de aeronaves de média capacidade. O EMBRAER 170 é um jato para 70 a 80 passageiros, e o EMBRAER 175 é um jato para 78 a 86 passageiros, enquanto a série EMBRAER 190 acomoda 98 a 106 passageiros e o EMBRAER 195 é um jato para 108 a 118 passageiros.

O EMBRAER 170 foi certificado pela autoridade aeronáutica brasileira, a FAA, a JAA, EASA e autoridade da Polônia em fevereiro de 2004, e as entregas do EMBRAER 170 começaram em março de 2004. O EMBRAER 175 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em dezembro de 2004 , pela EASA em janeiro de 2005, pela TCCA, a autoridade de certificação canadense, em julho 2005 e pelo FAA em julho de 2006. O EMBRAER 190 foi certificado pela autoridade aeronáutica brasileira em agosto de 2005, pela FAA e pela EASA em julho de 2006. Já, o EMBRAER 195 teve seu primeiro vôo em dezembro 2004, e foi certificado pela autoridade brasileira em junho de 2006 e pela EASA em julho de 2006.

Projetamos a família de jatos EMBRAER 170/190 para maximizar os benefícios de comunalidade. As aeronaves da família compartilham cerca de 89% dos mesmos componentes. O alto nível de comunalidade dessa nova família de jatos reduziu nossos custos e tempo de desenvolvimento. Podemos antever que essa comunalidade trará uma economia significativa para nossos clientes em termos de treinamento simplificado, peças menos dispendiosas e custos de manutenção e operacionais menores. Devido a diferenças de peso e tamanho, a família de jatos EMBRAER 170/190 não utiliza o mesmo projeto de asa. Essa família de jatos de média capacidade possui motores presos à parte inferior das asas – um projeto que visa aumentar a potência e a economia de combustível e minimizar os tempos de permanência e serviço em solo. Todos os modelos de aeronaves dessa família são equipados com motores fabricados pela General Electric e possuem sistemas eletrônicos de aviação de ponta fabricado pela Honeywell.

As principais características da família de jatos EMBRAER 170/190 são:

Desempenho. Todos os quatro aparelhos na família de jatos EMBRAER 170/190 têm uma velocidade de cruzeiro máxima de Mach .82. O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 têm alcances máximos de 1.700 e 1.600 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima, e também estarão disponíveis em versões LR de longo alcance, com alcances máximos de 2.000 e 1.800 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima. O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 têm alcances máximos de 1.700 e 1.500 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima, e estarão disponíveis em versões LR de longo alcance, com alcances máximos de 2.300 e 2.100 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima.

Serviço em solo. O projeto de motor sob a asa e a existência de quatro portas, duas na frente e duas atrás, facilitam o acesso e a eficiência dos serviços em solo.

Espaço na cabine e espaço para carga. A segurança e o conforto dos passageiros foram ampliados na família de jatos EMBRAER 170/190. O projeto "bolha-dupla" da aeronave permite uma cabine com quatro assentos adjacentes, um corredor mais largo, maior espaço e altura interior e um compartimento de bagagem maior do que os dos jatos de média capacidade existentes de nossos concorrentes, assim como dos jatos de média capacidade em desenvolvimento.

EMB 120 Brasília

O EMB 120 Brasília é uma aeronave pressurizada de dois motores turboélice montados nas asas que acomoda até 30 passageiros. O EMB 120 Brasília foi desenvolvido para atender à demanda da indústria de empresas aéreas comerciais por uma aeronave regional para 30 passageiros de alta velocidade e eficiente no consumo de combustível. O EMB 120 Brasília foi certificado pela FAA em maio de 1985, e pela autoridade brasileira de aviação em julho de 1985. Desde o seu lançamento em 1985 e até 31 de dezembro de 2005, foram entregues

352 EMB 120 Brasília para o mercado regional e cinco EMB 120 Brasília para o mercado de defesa. Fabricamos atualmente o EMB 120 Brasília apenas sob encomenda.

Clientes

Embora tenhamos concentrado nossos esforços nos mercados americano e europeu até agora, também temos clientes no Oriente Médio e na Ásia, incluindo a China. Conseguimos uma base de clientes diversificada, em nível mundial, para nossas aeronaves. Nossos principais clientes de aeronaves comerciais incluem algumas das maiores empresas aéreas regionais e de baixo custo do mundo. Nossos maiores clientes são atualmente a JetBlue Airways, US Airways, Air Canada e Republic Airlines. Já vendemos nossos jatos regionais e comerciais de média capacidade para mais de 50 clientes nos cinco continentes do mundo.

Geralmente vendemos nossas aeronaves comerciais sob contratos com nossos clientes, que estipulam preços fixos ajustados por uma fórmula de reajuste que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos. Esses contratos incluem, geralmente, uma opção para que nossos clientes adquiram aeronaves adicionais por um preço fixo, sujeito a ajustes pela mesma fórmula do produto. Além disso, nossos contratos prevêem peças sobressalentes e serviços após a venda, além de garantias do produto e peças sobressalentes. Outras provisões para desempenho de aeronaves específicas e requisitos de projeto são negociadas com nossos clientes. Alguns de nossos contratos incluem ainda provisões para cancelamento e opções de permuta e garantias financeiras e de valor residual.

Vendas e Marketing

Nossa estratégia de comercialização baseia-se na avaliação do mercado mundial de companhias aéreas comerciais e na avaliação das necessidades atuais e futuras de nossos clientes. Promovemos ativamente as nossas aeronaves para empresas aéreas e afiliadas regionais das principais empresas aéreas por meio dos escritórios regionais nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Nosso sucesso depende de forma significativa da nossa capacidade de entender as necessidades de nossos clientes, incluindo necessidades de serviço ao cliente e suporte a produtos, e de atender a essas necessidades de forma pontual e eficiente mantendo, ao mesmo tempo, a alta qualidade de nossos produtos. Nossos analistas de mercado e do setor de empresas aéreas enfocam as tendências de longo prazo do mercado, análise competitiva, planejamento de melhoria de produtos e análise de empresas aéreas. Em nossas atividades de marketing direto para nossos clientes, usamos fortemente a mídia e participamos de eventos aéreos ou outros de relação custo-benefício atraente que fortaleçam a nossa presença junto ao cliente e o reconhecimento da marca. Possuímos escritórios regionais de vendas em Le Bourget, na França, Fort Lauderdale, na Flórida, Estados Unidos, Pequim, na China e em Cingapura. Nossa família de jatos regionais ERJ 145 é vendida no mercado chinês exclusivamente pela nossa *joint venture* na China, que obteve 66 pedidos firmes de empresas aéreas chinesas desde o início de 2004 para aeronaves dessa família, 11 das quais foram entregues até 30 de setembro de 2006.

Produção, Novos Pedidos e Opções

Antes de iniciar a produção ou desenvolvimento de um novo projeto, obtemos cartas de intenção representando pedidos futuros para um número significativo de aeronaves. Normalmente iniciamos o processo recebendo pedidos e criando uma carteira de pedidos dois anos antes de começar a produzir um novo modelo de aeronave, com a finalidade de receber um número significativo de pedidos antes da entrega da primeira aeronave. Uma vez recebido um pedido, reservamos um lugar para esse pedido na linha de produção, assegurando manter uma produção suficiente para atender à demanda. Uma vez reservado um lugar na linha de produção, podemos fornecer aos clientes datas de entrega para seus pedidos.

Um pedido é incluído na carteira de pedidos após o cliente assumir a obrigação de comprar o produto, representada por um contrato assinado. Nossa carteira de pedidos exclui opções de compra e cartas de intenção para as quais não foram fechados contratos definitivos. Para a venda de aeronaves comerciais, normalmente é feito um depósito quando da assinatura de um contrato de compra, além de pagamentos iguais a 5% do preço de venda da aeronave 18 meses antes da data de entrega programada, outros 5% doze meses antes da entrega e mais 5% seis meses antes da entrega. Para a família de jatos EMBRAER 170/190, a empresa recebe um pagamento adicional de 5% do preço de venda 24 meses antes da entrega programada. O

montante restante do preço de venda é geralmente pago no ato de entrega da aeronave. Os depósitos e os pagamentos subseqüentes são, geralmente, não reembolsáveis caso os pedidos sejam cancelados.

Nossas opções de compra geralmente dão a nossos clientes o direito de adquirir uma aeronave no futuro em uma data de entrega definida e a um preço fixo e sujeito a provisões de reajuste de acordo com um contrato de compra. Quando um cliente decide converter uma opção de compra, este pedido passa a ser considerado como um pedido firme. Em alguns casos, concordamos em postergar a data de opção de compra e em reprogramar o cronograma de entrega para pedidos firmes. Algumas vezes permitimos que clientes convertessem pedidos firmes ou opções de compra para uma aeronave em pedidos firmes ou opções de compra para outra aeronave dentro da mesma família de aeronaves comerciais.

Concorrência

Enfrentamos concorrência dos principais fabricantes no mercado internacional de aeronaves. Cada categoria de produto que fabricamos enfrenta concorrência de natureza diferente e, normalmente, de empresas diferentes. Alguns de nossos concorrentes possuem mais recursos financeiros, de marketing e outros do que nós.

Categoria de 30 a 60 assentos.

Os principais concorrentes da família de jatos regionais ERJ 145 são:

- o ATR-42, uma aeronave turboélice, fabricado pela ATR G.I.E., um projeto conjunto da Alenia Aerospaziale da Itália e a EADS; e
- o DHC-8-200 e o DHC-8-300, aeronaves turboélices fabricados por De Havilland, Bombardier.

Em outubro de 2005, a Bombardier anunciou que pretendia parar de fabricar a aeronave CRJ-100/200/440. Além disso, em 2005, Avcraft Aviation LLC, que estava fabricando o Jato 328 depois que Fairchild Dornier apresentou um pedido de autofalência, anunciou seus planos de parar de fabricar o Jato 328.

Considerando o sucesso de nossa família de jatos regionais e as barreiras para entrada no mercado, causadas principalmente pelos altos custos de desenvolvimento de novos modelos e pelo extenso e longo ciclo de desenvolvimento de um novo jato, acreditamos estarmos bem posicionados para aumentar nossa participação de mercado para a família de jatos regionais ERJ 145.

Categorias de 61 a 90 e 91 a 120 assentos

Nós atualmente enfrentamos a concorrência mais acirrada nas categorias de aeronaves para 61 a 90 e 91 a 120 passageiros.

Atuais Fabricantes de Aeronaves Comerciais:

- DHC-8-400 da De Havilland, um turboélice para 72 passageiros, produzido pela Bombardier;
- O ATR72 da ATR, um turboélice para 72 passageiros;
- O CRJ-700 da Bombardier, um jato regional para 70 passageiros, entregue pela primeira vez em janeiro de 2001, e sua aeronave CRJ-900, com 85 assentos, cujas entregas começaram em janeiro de 2003;
- A Bombardier está estudando o lançamento de uma aeronave, derivada do CRJ 1700/900 como alternativa para a categoria 100 passageiros, esticando ao máximo suas atuais plataformas de aeronaves regionais;
- O A318 da Airbus, um jato com capacidade para um pouco mais de 100 passageiros, que foi certificado pela EASA em dezembro de 2005; e
- O 737-600 da Boeing, um jato com mais de 100 assentos.

Novos Fabricantes de Aeronaves Comerciais:

- O RRJ da Sukhoi, um jato regional para 65 a 75 e 95 passageiros, programado para entrar em serviço no final de 2008; e
- O ARJ21 da AVIC I, um jato regional para 90 a 110 passageiros, programado para entrar em serviço em 2009.

Os fatores chave de competitividade nos mercados dos quais participamos incluem características de projeto e tecnologia, custos operacionais das aeronaves, preço das aeronaves, incluindo custos de financiamento, serviço ao cliente e eficiência na fabricação. Acreditamos que seremos capazes de competir de forma favorável com base no desempenho das aeronaves, baixos custos de operação, experiência no desenvolvimento de produtos, base global de clientes, aceitação do mercado, projeto da cabine e preço das aeronaves.

Linha de Aeronaves de Defesa e para o Governo

Nós projetamos, desenvolvemos, integramos e fabricamos uma ampla linha de aeronaves de defesa e para o governo, principalmente para transporte, treinamento, ataque leve e aeronaves de vigilância. Somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a FAB em termos do número total de aeronaves na frota atual. Também vendemos aeronaves de defesa para forças militares de 16 países na Europa e América Latina, incluindo o Reino Unido, França, Grécia e México. Em 31 de dezembro de 2005, tínhamos vendido 529 aeronaves de defesa para o governo brasileiro, e 560 aeronaves de defesa para outras forças militares. Nosso segmento de defesa e governo representou 5,5% da receita líquida para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Produtos

Família Tucano; AL-X

O Tucano é uma aeronave com um motor turboélice usada para treinamento de pilotos e missões de reconhecimento armado. Embora não sejam mais fabricados, mais de 650 EMB 312 Tucanos estão em operação em 15 forças aéreas no mundo, incluindo as do Brasil, Reino Unido, França, Argentina, Egito, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela.

Também desenvolvemos o Super Tucano, que possui uma versão leve de ataque, o AL-X (Aeronave Leve de Ataque). O Super Tucano e o AL-X oferecem um motor duas vezes mais potente do que o motor padrão do Tucano, sistemas eletrônicos de aviação de caça padrão, assentos ejetáveis, sistema de geração de oxigênio a bordo e maior alcance e capacidade de carga externa. O AL-X foi desenvolvido sob contrato com a Força Aérea Brasileira, com financiamento de R$ 24,0 milhões da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para pesquisa e desenvolvimento, totalmente pago em 2005. O AL-X possui sistemas de navegação e ataque sofisticados, capacidade para operação noturna e para operar sob condições de tempo hostis. Recebemos pedidos firmes para aeronaves 99 AL-X da FAB. A primeira entrega do AL-X para a FAB foi realizada em dezembro de 2003, e foram entregues outras sete aeronaves em 2004, além de 24 entregues em 2005 e 7 unidades nos primeiros nove meses de 2006. Essas aeronaves deverão ser usadas para treinamento avançado de pilotos e para operações de defesa na região amazônica do Brasil associadas ao programa SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) do governo brasileiro. Em dezembro de 2005, recebemos pedidos firmes para 25 Super Tucanos do governo da Colômbia.

EMB 145 AEW&C; EMB 145 RS; EMB 145 MP

Configuramos as seguintes versões especiais do ERJ 145: com um sistema avançado de alerta antecipado e controle, chamada de EMB 145 AEW&C, com sensores remotos de solo chamada de EMB 145 RS, e uma versão com sensores remotos de mar chamada de EMB 145 MP. O sistema avançado de radar phased-array e missão do EMB 145 AEW&C, desenvolvido pela Ericsson, é capaz de realizar vigilância e fornecer controle de tráfego aéreo para apoiar as autoridades de aviação. O EMB 145 RS foi projetado para realizar operações

de vigilância no solo e proteção ambiental usando um radar avançado de abertura sintética, capaz de fornecer imagens diurnas e noturnas e em qualquer condição atmosférica de grandes áreas terrestres, utilizando sensores multiespectrais desenvolvidos por subcontratados nos Estados Unidos. O EMB 145 MP foi projetado para realizar missões de patrulhamento marítimo e de guerra anti-submarino, utilizando radares de vigilância marítima e terrestre, sensores eletroópticos e comunicações e outros equipamentos de vigilância desenvolvidos pela Ericsson e pela Thales™. Nós, a Ericsson e a Thales™ estamos promovendo essas aeronaves em conjunto em todo o mundo.

Em fevereiro de 2001, o governo mexicano fez um pedido de uma aeronave EMB 145 AEW&C e duas aeronaves EMB 145 MP, entregues em 2004. Em 31 de dezembro de 2003, o governo brasileiro tinha feito pedidos de oito aeronaves EMB 145 AEW&C/RS para realizar operações de vigilância e monitorar atividades em solo na região do Amazonas, e todas essas aeronaves foram entregues desde essa data. Em outubro de 1999 o governo da Grécia, representado pela Força Aérea Grega, fez um pedido de quatro aeronaves EMB 145 AEW&C a serem usadas no sistema de alerta antecipado e controle aeroespacial do governo da Grécia, tendo duas dessas aeronaves sido entregues em 2004 e duas em 2005.

AM-X; AMX-T

O AM-X é uma aeronave subsônica para ataque terrestre e apoio aéreo próximo desenvolvida sob um acordo internacional de cooperação com a Alenia Un Azienda S.p.A. e a Aermacchi Aeronautica Macchi S.p.A., com patrocínio dos governos brasileiro e italiano. Nos termos desse acordo, cada uma das partes é responsável por sistemas essenciais da aeronave. O AM-X é montado no Brasil e na Itália. Nós e nossos parceiros italianos fornecemos uns aos outros os diferentes componentes e principais sistemas da aeronave. Além disso, nós e nossos parceiros italianos temos a liberdade de vender a aeronave independentemente e receber 100% da receita das vendas. Atualmente existem aproximadamente 170 aeronaves AM-X em operação nas forças aéreas do Brasil e da Itália, dos quais 55 foram vendidos pela Embraer.

Desenvolvemos também, com a participação da Alenia e da Aermacchi, o AMX-T, uma versão mais sofisticada do AM-X, que atualmente é oferecido em todo o mundo. O programa AMX-T funciona sob os mesmos princípios do programa AM-X, exceto que o papel da Alenia é maior do que o da Aermacchi, que participa apenas como subcontratada. Em setembro de 1999, vencemos uma concorrência para um contrato de US$ 70 milhões para venda de aeronaves AMX-T para o governo da Venezuela. No entanto, nesta data, o contrato não tinha sido assinado.

Aeronaves de Transporte para o Governo

Estamos promovendo nossa linha de jatos executivos, com modificações para atender necessidades adicionais de segurança, para o governo brasileiro e outros governos. Nós celebramos um contrato com a Força Aérea Belga para dois EMB 135 e dois EMB 145 modificados para o transporte de autoridades governamentais. Dois EMB 135s e um EMB 145 foram entregues em 2001 e um EMB 145 foi entregue em 2002. Em 1999, fechamos um contrato com o governo da Grécia, por meio da Força Aérea Grega, para fornecer uma aeronave EMB 135 para atender a necessidades especiais de transporte e apoio, entregue em 2000, e um Legacy 600, entregue em 2002. Além disso, em 2003, a Satena Airline, uma companhia aérea estatal colombiana pediu dois EMB 145, que foram entregues em dezembro de 2003 e janeiro de 2004. Em junho de 2005, a Satena exerceu uma opção e levou a entrega de dois EMB 145 adicionais. Também fechamos um contrato com as autoridades da Nigéria para um Legacy 600, entregue na primeira metade de 2005 e com o governo da Índia para a venda de cinco aeronaves Legacy 600 em uma configuração especial, entregues na segunda metade de 2005.

Outros Projetos e Atividades

Em dezembro de 2000, fomos selecionados pelo governo brasileiro para realizar uma atualização estrutural e eletrônica dos caças F-5 da Força Aérea Brasileira. Como contratado principal, estamos integrando radar multi-modo, navegação avançada e sistemas de ataque e sistemas avançados de auto-proteção às aeronaves existentes segundo o programa "F-5BR". A primeira aeronave modificada foi apresentada à Força Aérea Brasileira em 2003.

Em março de 2002, formamos um consórcio com a Dassault Aviation, a Thales™ e Safran e apresentamos uma proposta para o desenvolvimento e fabricação de novos aviões de caças para a Força Aérea Brasileira. Em janeiro de 2005, o governo brasileiro cancelou o processo de licitação.

Em agosto de 2004, fomos selecionados como parte de uma equipe liderada pela Lockheed Martin para fornecer ao exército americano um sistema de vigilância para campo de batalha de última geração conhecido como *Aerial Common Sensor* (ACS - Sensor Comum Aéreo). De acordo com seleção original, fomos selecionados para fornecer a plataforma que se espera que fosse baseada no jato regional ERJ/EMB. Em 2005, foi tomada a decisão de não usar a plataforma ERJ/EMB 145 no programa de Sensor Comum Aéreo (ACS) do Exército dos EUA, devido à identificação de questões de sistema durante o desenvolvimento do programa, que indicavam a necessidade de uma plataforma maior. Em janeiro de 2006, o exército americano anunciou o cancelamento do programa ACS.

Concorrência

Nossas aeronaves de defesa enfrentam concorrência de vários fabricantes, muitos dos quais possuem mais recursos financeiros, de marketing e outros, do que nós. O Super Tucano e o AL-X concorrem com os Pilatus PC-9M e PC-21 e com o Raytheon T-6A T-6B. O EMB 145 AEW&C concorre com o Northrop-Grumman E-2C II Hawkeye 2000. Além disso, a Boeing está desenvolvendo a aeronave B737 AEW&C, com recursos avançados de alerta antecipado e sensores remotos, para as Forças Aéreas da Austrália e da Turquia. O AM-X/AMX-T concorre com o British Aerospace Hawk-100, com o Aermacchi MB-339FD e com o Aero Vodochody L-159.

Linha de Jatos Executivos

Desenvolvemos uma família de jatos executivos, Legacy 600, e estamos desenvolvendo outros jatos executivos nos segmentos *very light*, *light* e *ultra-large*, o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, respectivamente. Estamos vendendo nossos jatos executivos para empresas de propriedade fracionada, empresas de fretamento, táxi aéreo, para indivíduos e grandes grupos empresariais. Nosso segmento de aviação executiva representou 13,8% da receita líquida para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006, originária da entrega de 17 jatos Legacy 600.

O Legacy 600 foi projetado para oferecer aos clientes uma alternativa econômica para viagens aéreas em linhas comerciais. Oferecemos o Legacy 600 em duas versões: Executiva e *Corporate Shuttle*. A versão Executiva possui um interior altamente personalizado baseado nas exigências específicas de cada cliente. A versão *Corporate Shuttle* é parcialmente personalizada, e normalmente possui assentos padrão classe executiva e recursos de escritório a bordo. As duas versões possuem velocidade máxima de cruzeiro de Mach 0.8, ou 470 nós.

Desenvolvemos o Legacy 600 a partir de nossa experiência no desenvolvimento e fabricação de jatos regionais. Por exemplo, à exceção do interior da aeronave, do tanque de combustível, do sistema de controle e indicação e dos *winglets*, o Legacy 600 possui os mesmos componentes do ERJ 135, e pode ser fabricado na mesma linha de produção. Além disso, a versão *Corporate Shuttle* do Legacy 600 não necessitou de aprovação específica da FAA, da autoridade européia de aviação ou da autoridade brasileira de aviação. A versão Executiva do Legacy 600 foi certificada pela autoridade aeronáutica brasileira em dezembro de 2001, pela JAA em julho de 2002 e pela FAA em agosto de 2002.

Em maio de 2005, lançamos o Phenom 100 e o Phenom 300, jatos executivos nas categorias de jato *very light* e *light*. As despesas totais de pesquisa e desenvolvimento e gastos de capital relativas aos novos jatos deverão ser na ordem de US$235 milhões. Esperamos que esse programa seja financiado por parceiros de compartilhamento de risco, instituições financeiras e nossa própria geração de caixa. O Phenom 100 da Embraer tem capacidade para transportar de seis a oito pessoas e será operado com motor da Pratt & Whitney Canada, PW617F, e espera-se que a aeronave entre em serviço em meados de 2008. O Phenom 300 tem capacidade para transportar até nove pessoas e possui maior fuselagem e envergadura e maior alcance que o Phenom 100. Ele será movido pelo motor PW535E da Pratt & Whitney Canada, e espera-se que a aeronave

entre em serviço em meados de 2009. Pratt & Whitney Canada, Garmin e Eaton são nossos parceiros estratégicos de compartilhamento de risco nesse programa.

Em maio de 2006, lançamos o Lineage 1000, um jato executivo *ultra-large* baseado na plataforma de jatos executivos EMBRAER 190. O Lineage 1000 será configurado para transportar até 19 pessoas com um volume total de cabine 4.085 pés cúbicos (115,7 metros cúbicos), e será movido por motores GE CF34-10E7. Espera-se que o Lineage 1000 entre em serviço em meados de 2008. As despesas totais com pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao Lineage 1000 estão previstas em aproximadamente US$ 60,0 milhões.

Enfrentamos concorrência de empresas com histórico de operações mais longo e reputação estabelecida na indústria madura de jatos executivos. Muitos desses fabricantes possuem maiores recursos financeiros, de marketing e outros do que nós. Os concorrentes do Legacy 600 podem incluir aeronaves fabricadas pela Dassault Aviation, Bombardier Inc., General Dynamics e Raytheon. Os concorrentes do Phenom 100 e Phenom 300 nas categorias de jatos *very light* e *light* incluem a Cessna Aircraft Co., Raytheon e a Eclipse. Boeing e Airbus são os principais concorrentes do jato *ultra-large* Lineage 1000.

Incluímos um pedido em nossa carteira após termos recebido um compromisso firme, representado por um contrato assinado. Normalmente recebemos um depósito na época do pedido, pagamentos em prestações totalizando de 15% a 30% do preço da aeronave, e o pagamento integral do saldo devido na entrega. Geralmente recebemos entre US$ 10.000 e US$ 200.000 por cada opção de compra de um jato executivo.

Outros Negócios Correlatos

Fornecemos serviços de suporte pós-venda, e fabricamos e vendemos peças sobressalentes para as aeronaves que produzimos. As atividades nesse segmento incluem a venda de peças sobressalentes, manutenção e reparo, treinamento e outros serviços de suporte ao produto, além de receitas geradas por aeronaves arrendadas a clientes principalmente através de nossa subsidiária de arrendamento. Além disso, fornecemos partes estruturais e sistemas mecânicos e hidráulicos para a Sikorsky Corporation para a produção de helicópteros. Também fabricamos, de forma limitada e sob encomenda do cliente, aviões turboélice para a aviação em geral, como jatos executivos, leves e aviões agrícolas, também conhecidos como aeronaves leves. Nosso segmento de negócios correlatos representou 13,9% da receita líquida para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

Suporte Pós-venda ao Cliente; Segmento de Peças Sobressalentes

Também fornecemos serviços de suporte pós-venda e fabricamos e vendemos peças sobressalentes para as frotas de nossos clientes de companhias aéreas, corporativos e de defesa e governo. O suporte pós-venda ao cliente e o segmento de peças sobressalentes são classificados em diversas categorias:

- suporte no campo;
- suporte de materiais, incluindo venda e distribuição de peças sobressalentes;
- administração de garantias e reparos de produtos;
- suporte técnico, incluindo suporte de engenharia, engenharia de manutenção e publicações técnicas; e treinamento.

Esse segmento deverá crescer à medida que o número de aeronaves em operação aumentar. Nossos clientes exigem que os fabricantes de aeronaves e seus fornecedores mantenham estoques de peças sobressalentes e equipamentos de apoio em solo adequados para um período de 10 anos após a produção da última aeronave do mesmo tipo, ou até que existam menos de cinco aeronaves em operação no serviço de transporte aéreo comercial regular. Criamos, recentemente, um programa de pool que permite que os clientes troquem peças usadas por peças novas ou recondicionadas.

Subcontratação

Fornecemos serviços de subcontratação à Sikorsky Corporation para desenvolvimento e fabricação de trens de pouso, tanques e sistemas de combustível para o helicóptero S-92 Helibus. Também agimos como parceiro de compartilhamento de risco para a Sikorsky. Os contratos desta parceria expiram em 2015.

Aeronaves para Aviação em Geral

Fabricamos aeronaves turboélice para aviação em geral. Essas aeronaves incluem uma aeronave para seis passageiros produzida somente sob encomenda e usadas por empresas como aeronaves executivas e para empresas de táxi aéreo. Em 31 de dezembro de 2004, havíamos entregado um total de 2.326 dessas aeronaves. A última entrega desse tipo de aeronave ocorreu em 2000. Também desenvolvemos uma aeronave agrícola segundo as especificações do Ministério da Agricultura do Brasil. Essas aeronaves só são produzidas sob encomenda. Em 31 de dezembro de 2005, tínhamos entregado um total de 1.009 dessas aeronaves, incluindo 31 em 2005. Nos primeiros nove meses de 2006 entregamos seis aeronaves agrícolas.

Atividades de Arrendamento Operacional de Aeronaves

Em 2002 criamos uma subsidiária, a ECC Leasing Co. Ltd., ou ECC, responsável pelo gerenciamento e recomercialização de determinadas aeronaves, como aeronaves pré-série que não são vendidas após a conclusão do processo de certificação para o tipo de aeronave, aeronaves que podemos receber em caso de opção de permuta (*trade-in*) e aeronaves que possamos readquirir em função de nossas garantias financeiras. Em 30 de setembro de 2006, a ECC e duas outras subsidiárias possuíam uma carteira de 37 aeronaves, das quais 28 estavam sob arrendamento operacional.

Mercados

A tabela a seguir mostra nossa receita líquida por linha de negócio e região geográfica dos usuários finais das aeronaves para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2003	**2004**	**2005**
	(em milhões de reais)		
Aviação Comercial			
Américas (exceto Brasil)	4.564,0	6.617,6	5.429,4
Europa	201,6	924,9	617,6
Brasil	-	-	-
Outros	-	247,8	480,9
Total	4.765,6	7.790,3	6.527,9
Aviação Corporativa			
Américas (exceto Brasil)	419,1	580,3	373,6
Europa	106,2	-	230,7
Outros	-	122,1	51,5
Total	525,3	702,4	655,8
Defesa e Governo			
Américas (exceto Brasil)	342,3	270,9	82,9
Europa	161,6	62,9	19,8
Brasil	240,1	702,8	534,2
Outros	2,1	19,4	352,8
Total	746,1	1.056,0	989,7
Outros Negócios Correlatos			
Américas (exceto Brasil)	268,0	340,3	332,5
Europa	207,6	159,1	453,5
Brasil	55,4	142,9	172,3
Outros	2,6	40,1	1,7
Total	533,6	682,4	960,0

Joint Ventures

Fizemos uma *joint venture* com a Liebherr International AG para desenvolver e fabricar trens de pouso e equipamento hidráulico de alta precisão, e fornecer serviços correlatos à Embraer e a outros clientes no mundo. Para essa *joint venture*, formamos uma subsidiária, a ELEB, para a qual foram transferidas todas as nossas atividades de fabricação de materiais de pouso, empregados e alguns passivos relacionados a essas atividades. Em 22 de maio de 2000, a Liebherr International AG, agindo de forma coordenada com sua subsidiária, a Liebherr Aerospace Lindenberg GmbH, e por meio da afiliada brasileira, adquiriu 40% das

ações da ELEB. A Liebherr-Aerospace SAS é nossa parceira de risco, responsável pelo projeto, desenvolvimento e fabricação de conjuntos de trens de pouso para a família de jatos EMBRAER 170/190.

Além disso, em dezembro de 2002, criamos uma *joint venture* com a Harbin Aircraft Industry (Group) Co., Ltd. e a Hafai Aviation Industry Co., Ltd, subsidiárias da China Aviation Industry Corp, ou AVIC II, para a fabricação, vendas e suporte pós-venda da família de jatos regionais ERJ 145. Possuímos 51% do capital desta *joint venture*, a Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. A joint venture recebeu os direitos exclusivos de produção, venda e fornecimento de suporte para a família de jatos regionais ERJ 145 nos mercados da China, e contribuímos com US$ 12,4 milhões, equivalente a R$ 38,1 milhões, em dinheiro, ferramentas e estoques para a joint venture. Nossos parceiros na joint venture contribuíram com os direitos de uso da terra em Harbin, na China, e contribuíram com US$ 10,8 milhões, equivalente a R$ 33,2 milhões, em dinheiro e instalações para a joint venture. A apresentação no solo do primeiro ERJ 145, fabricado pela *joint venture* ocorreu em dezembro de 2003, e a *joint venture* celebrou seu primeiro contrato de vendas de seis aeronaves para a China Southern Airlines em fevereiro de 2004. Em 30 de setembro de 2006, Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. tinha contratos com 4 linhas aéreas chinesas para um total de 66 aeronaves ERJ 145, 11 das quais já haviam sido entregues até 30 de setembro de 2006.

Fornecedores e Componentes; Acordos de Parceria de Compartilhamento de Risco

Não fabricamos todas as peças e componentes usadas na produção de nossas aeronaves. Mais de 80% dos custos de produção da família de jatos regionais ERJ 145, da família EMBRAER 170/190 e dos jatos corporativos Legacy 600, consistem de materiais e equipamentos adquiridos de nossos parceiros estratégicos de compartilhamento de risco e outros importantes fornecedores. Os acordos de parceria de compartilhamento de riscos com fornecedores de componentes principais permitem nossa dedicação ao nosso negócio principal, que é o projeto e produção de aeronaves comerciais. Acordos de parceria de compartilhamento de risco são acordos pelos quais os fornecedores são responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos componentes principais de nossas aeronaves, como asas, cauda ou fuselagem. Dessa forma, nossos parceiros de compartilhamento de risco investem seus próprios recursos na pesquisa e desenvolvimento, e compartilham conosco os riscos e o sucesso de nossos produtos.

No nosso segmento de aeronaves comerciais e jatos executivos, nossos parceiros de compartilhamento de risco nos fornecem componentes essenciais para as nossas aeronaves, tais como motores, componentes hidráulicos, sistemas eletrônicos de aviação, asas, seções da fuselagem e partes da cauda. Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o desenvolvimento e a produção das aeronaves, é difícil substituir esses parceiros. Em alguns casos, nossas aeronaves são projetadas especificamente para acomodar um determinado componente, como os motores, que não podem ser substituídos por componentes de outro fabricante sem atrasos e despesas significativos. Essa dependência nos torna suscetíveis ao desempenho, qualidade e situação financeira desses parceiros de compartilhamento de risco.

Família de Jatos Regionais ERJ 145

Parceiros de Compartilhamento de Risco. Estabelecemos acordos de parceria de compartilhamento de risco com os quatro fornecedores a seguir para o desenvolvimento e a produção da família de jatos regionais ERJ 145:

- Grupo Auxiliar Metalúrgico S.A., ou Gamesa, uma empresa espanhola de propriedade da Iberdrola S.A., uma empresa européia de energia e o Banco Bilbao Vizcaya, uma grande instituição financeira da Espanha, fornecem as nacelas dos motores e as portas do trem de pouso principal.
- Sonaca S.A. – Société Nationale de Constructions Aerospatiales, uma empresa belga, fornece partes da fuselagem central e traseira, as portas de serviço, principais e do compartimento de bagagem e as torres dos motores;
- ENAER – Empresa Nacional de Aeronáutica, uma empresa chilena, fornece a aleta vertical, os estabilizadores horizontais e os elevadores; e
- C&D Aerospace, Inc., uma empresa americana, fornece os interiores da cabine e do compartimento de carga.

Nossos parceiros de compartilhamento de risco recebem, geralmente, o pagamento pelos componentes fornecidos dentro de um prazo de três a cinco meses após a entrega dos componentes à Embraer. O relacionamento de parceria com esses fornecedores resulta em custos menores de produção e maior qualidade do produto para a família de jatos regionais ERJ 145. Além disso, nossa linha de jatos executivos se beneficia também de acordos de compartilhamento de risco com a Gamesa, a Sonaca e a ENAER. O interior da versão Executiva do Legacy 600 é fornecido em parte pelo The Nordam Group, Inc. e Duncan Aviation, Inc.

Outros grandes fornecedores. Firmamos acordos com diversos fornecedores europeus, americanos, canadenses e brasileiros para o fornecimento de componentes chave para muitos de nossos produtos, incluindo a família de jatos regionais ERJ 145. Esses acordos de fornecimento incluem sistemas e componentes como motores, aviônicos, trens de pouso e sistemas de controle de vôo. Nossos fornecedores incluem, entre outras empresas, a Rolls-Royce Allison, Parker Hannifin Corp., BF Goodrich Co., United Technologies Corp. Nossos principais fornecedores são, entre outros, Rolls-Royce Allison, Parker Hannifin Corp., BF Goodrich Co., United Technologies Corp. - Hamilton Sundstrand Division, Honeywell, Rosemount Aerospace e Alcoa Inc.

Nossos fornecedores são selecionados com base, entre outros fatores, em desempenho técnico e qualidade de seus produtos, capacidade de produção, relacionamento anterior e situação financeira. Possuímos um relacionamento contínuo com a maioria de seus principais fornecedores desde o início da produção da aeronave Bandeirante em 1975. Foram criados acordos de compra com nossos principais fornecedores, que atendem às nossas necessidades para cinco a dez anos de produção. Não temos a obrigação de adquirir uma quantidade fixa de materiais sob qualquer um desses contratos de fornecedores. Nossos relacionamentos com fornecedores dependem de cooperação, desempenho e manutenção de preços competitivos.

Família de Jatos EMBRAER 170/190

Continuamos a desenvolver a família de jatos EMBRAER 170/190 em conjunto com parceiros de compartilhamento de risco que fornecem os principais sistemas para a aeronave. Os acordos com fornecedores para a família de jatos EMBRAER 170/190 são diferentes daqueles existentes para a família de jatos regionais ERJ 145 pois usamos um número menor de fornecedores. Na família de jatos EMBRAER 170/190, cada parceiro de compartilhamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e produção de sistemas da aeronave, como o trem de pouso, o sistema hidráulico e o sistema de controle de vôo, em vez de componentes individuais, e um número menor de componentes é fornecido por empresas que não serão parceiros de compartilhamento de risco. A adoção de responsabilidade por sistemas pelos parceiros de compartilhamento de risco reduz nosso desembolso de capital, que reduz nossos riscos de desenvolvimento e aumenta nossa eficiência operacional reduzindo o número de fornecedores por produto e cortando custos de produção. Isso também reduz o tempo de desenvolvimento e de produção. Os principais parceiros de compartilhamento de risco para a família de jatos EMBRAER 170/190 são os seguintes:

- a General Electric, que fornece os motores e desenhos turbofan CF34-8E/10E, desenvolve e fabrica as nacelas dos motores;
- a Honeywell, que fornece os sistemas eletrônicos de aviação;
- a Liebherr, que é responsável pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos conjuntos de trem de pouso;
- a Kawasaki, uma empresa japonesa, que desenvolve e fabrica o montante da asa da aeronave, a torre do motor, os conjuntos fixos de pouso e traseiros, abas, spoilers e as superfícies de controle de vôo das asas;
- a Hamilton Sundstrand, uma empresa americana e subsidiária integral pela United Technologies Corp., que desenvolve e produz o núcleo da cauda da aeronave, a unidade de energia auxiliar, os sistemas elétricos e o sistema de controle de ar;
- a Sonaca, que é responsável pelas aletas das asas da aeronave;
- a Gamesa, que é responsável pela fuselagem traseira e pelas superfícies verticais e horizontais da cauda;
- a Latecoere, uma empresa francesa, que fabrica duas das três seções da fuselagem;
- a C&D Aerospace que projeta, desenvolve e fabrica o interior da aeronave; e

- a Grimes Aerospace Company, uma empresa americana e subsidiária controlada integralmente pela AlliedSignal Inc., que desenvolve e fabrica a iluminação externa e da cabine de comando.

Além disso, alguns dos parceiros de compartilhamento de risco para a família de jatos EMBRAER 170/190 assumiram um papel mais amplo em outros aspectos do programa fornecendo financiamentos para as vendas e garantias residuais, em vez de apenas fornecer componentes para a aeronave.

Jatos Executivos

Os parceiros de compartilhamento de risco do Legacy 600 e Lineage 1000 são os mesmos que para as família de jatos ERJ 145 e EMBRAER 170/190, respectivamente. Os parceiros de compartilhamento de risco para os jatos Phenom 100 e Phenom 300 são Pratt & Whitney Canada, para fornecimento dos motores, Garmin, para fornecimento dos sistemas eletrônicos de aviação, e Eaton, para fornecimento de sistemas hidráulicos.

Contribuições em dinheiro para o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190 e Phenom 100 e Phenom 300

Temos acordos com nossos parceiros de risco de acordo com os quais eles contribuíram em dinheiro para nós em um valor total de R$ 757,7 milhões até 30 de setembro de 2006, e esperamos receber mais R$ 165,2 milhões no futuro para o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190 e do Phenom 100 e Phenom 300. Contribuições em dinheiro tornam-se não reembolsáveis quando certos marcos de desenvolvimento são alcançados. Em 30 de setembro de 2006, R$ 531,1 milhões dessas contribuições em dinheiro tinham se tornado não-reembolsáveis. Se o desenvolvimento e a produção de qualquer uma das aeronaves restantes da família de jatos EMBRAER 170/190 forem cancelados por não sermos capazes de obter certificação ou por outros motivos não relacionados ao mercado, poderemos ser obrigados a devolver R$ 226,6 milhões das contribuições totais em dinheiro. Concluímos a certificação da EMBRAER 195 em meados de 2006, e a certificação do Phenom 100 e Phenom 300 deverá ser concluída em 2008 e 2009, respectivamente. Normalmente não é necessário devolver essas contribuições como resultado de demanda insuficiente do mercado. Acreditamos que esses compromissos financeiros representam um forte endosso do projeto da nossa aeronave e da nossa capacidade de executar nosso plano de negócios.

Serviço ao Cliente e Suporte ao Produto

A satisfação do cliente e o serviço de suporte são críticos para nosso sucesso. Ao nos concentrarmos na satisfação do cliente, nosso objetivo é aumentar a lealdade dos clientes e, como conseqüência, aumentar as vendas. Continuaremos a trabalhar no desenvolvimento de relacionamentos mais próximos e de longo prazo com os clientes atendendo às suas exigências com relação às aeronaves, fornecendo suporte e peças sobressalentes após a venda e atendendo às necessidades de manutenção. No momento da compra, identificamos o nível adequado de suporte ao cliente, em nível regional ou nas instalações do cliente, e coordenamos os níveis de estoques regionais para atender às necessidades previstas de peças sobressalentes e de manutenção. Para manter e aumentar a velocidade de resposta, criamos cinco centros de suporte no mundo. Fornecemos assistência técnica, suporte e distribuição para os clientes no Brasil e na América Latina por meio de nossa instalação em São José dos Campos. Em março de 2002, estabelecemos um centro de distribuição das peças de reposição em Pequim, na China, em conjunto com a China Aviation Supplies Import and Export Corporation (CASC). Também é nossa intenção fornecer serviços de suporte por meio da *joint venture* na China para aeronaves vendidas por essa joint venture. Além disso, operamos uma instalação de manutenção, reparos e recondicionamento em Nashville, Tennessee, e uma instalação de manutenção, reparos e recondicionamento em Alverca, Portugal. Nessas instalações, fornecemos manutenção completa e serviços de reparos para nossas aeronaves comerciais e corporativas, melhorando o padrão de qualidade dos nossos serviços para os clientes dos Estados Unidos e da Europa.

Possuímos equipes nos Estados Unidos da América, Europa e Brasil dedicadas exclusivamente a melhorar o suporte ao cliente. Além disso, para cada um de nossos clientes chave, designamos gerentes sênior de relacionamento responsáveis por acompanhar o relacionamento com os clientes. Fornecemos suporte diretamente no campo com representantes técnicos no local em diversas instalações de nossos principais clientes. Esses representantes no local são designados para os principais clientes antes da primeira entrega de

aeronaves a esses clientes, e fornecem orientação quanto à manutenção e operação das aeronaves. Esses representantes também acompanham as necessidades de peças sobressalentes dos clientes e mantêm estoques para clientes.

Possuímos centros de suporte disponíveis 24 horas por dia nas instalações de São José dos Campos, Fort Lauderdale, Flórida e Le Bourget, na França. Ademais, treinamos pilotos, co-pilotos, comissários de bordo e mecânicos nestes locais. Operamos, ainda, simuladores de vôo avançados para a família de jatos regionais ERJ 145 e para o Legacy 600 nas instalações da Flórida, sob um acordo com a FlightSafety International, Inc., uma empresa especializada em simulação de vôo. Firmamos um acordo com a GE Capital Aviation Training Limited, ou GECAT, uma *joint venture* entre a General Electric Company e a Thales™, segundo o qual a GECAT fornece treinamento para a família de jatos EMBRAER 170/190 de forma não-exclusiva. Fornecemos, também serviços de campo e treinamento no local de trabalho para empregados de empresas aéreas. Também fornecemos publicações técnicas com informações atualizadas sobre suas aeronaves.

Acordos de Financiamento de Aeronaves

Normalmente, não fornecemos financiamentos de longo prazo diretamente para nossos clientes, porém prestamos assistência na obtenção de financiamento por meio de diferentes fontes como contratos de *leasing* e o programa BNDES-exim. Entretanto, temos, por vezes, fornecido financiamento temporário a taxas de mercado para clientes que concluíram ou estão em processo de negociação de outros acordos de financiamento e ainda não receberam fundos suficientes a tempo para a entrega.

O programa BNDES-exim, um programa patrocinado pelo governo brasileiro, fornece aos nossos clientes financiamento direto para exportação de mercadorias e serviços brasileiros. De 1996 a 2005, cerca de 38% do total das nossas vendas para exportação foram financiadas pelo programa BNDES-exim.

Além do programa BNDES-exim, buscamos auxiliar nossos clientes na obtenção de financiamento de aeronaves por outros meios, como contratos de *leasing*, principalmente por intermédio de empresas de *leasing*, arrendamentos alavancados ("*leveraged lease*") nos Estados Unidos, *leasing* fiscal no Reino Unido e na França. Tais contratos representaram aproximadamente 58% do montante total de nossas vendas para exportação entre o período de 1996 a 2005. Contratos de *leasing* por intermédio de empresas especializadas geralmente envolvem a compra das aeronaves por uma empresa de *leasing* nos termos de um contrato de compra de cliente e o *leasing* dessas aeronaves para o cliente. Em transações de *leasing* alavancadas, um investidor recebe de terceiros, que também pode ser o BNDES-exim, um empréstimo de uma parte do preço da aeronave, compra a aeronave e faz um *leasing* para o cliente.

Nossos clientes também se beneficiam do programa ProEx, um programa patrocinado pelo governo brasileiro para ajustes da taxa de juros. No programa ProEx, cujo objetivo é compensar o risco-país do Brasil, clientes estrangeiros que adquirem produtos selecionados fabricados no Brasil, como as nossas aeronaves, recebem os benefícios de descontos na taxa de juros. Um percentual substancial dos nossos clientes se beneficiam do programa ProEx.

Histórico

Somos uma empresa de capital aberto constituída sob as leis brasileiras, com prazo de duração indeterminado. Criada originalmente em 1969 pelo governo brasileiro, a Companhia foi privatizada em 1994. Nos termos da privatização, fomos transformados em empresa de capital aberto operando nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Como resultado da fusão da Antiga Embraer com Companhia, aprovada em 31 de março de 2006, a Companhia sucedeu a todos os direitos e obrigações da Antiga Embraer.

Evoluímos de uma empresa estatal criada para desenvolver e produzir aeronaves para a FAB para uma empresa de capital aberto que produz aeronaves para uso comercial, de jatos executivos e para fins de defesa e governamentais. Durante tal evolução, desenvolvemos e aperfeiçoamos nossa capacitação tecnológica e de engenharia por meio do desenvolvimento próprio de produtos para a Força Aérea Brasileira e por meio do desenvolvimento de produtos em conjunto com empresas estrangeiras para projetos específicos. Essa

capacitação obtida em projetos de defesa e governo foi aplicada no desenvolvimento das nossas linhas de aeronaves comerciais.

Nossa primeira aeronave regional foi o Bandeirante, uma aeronave não pressurizada para 19 passageiros com dois motores turboélice, inicialmente desenvolvida para atender às necessidades de transporte da Força Aérea Brasileira. Tal aeronave foi certificada em 1973. Após o Bandeirante, foi desenvolvido o EMB 120 Brasília, uma aeronave comercial de alto desempenho com motores turboélice e capacidade para até 30 passageiros projetada para atender às rotas mais longas e com tráfego maior de passageiros do crescente mercado de aeronaves para uso em vôos regionais, certificada em 1985. Com base no projeto do EMB 120 Brasília e na tecnologia de aviões a jato adquirida no desenvolvimento do AM-X, uma aeronave de defesa para a Força Aérea Brasileira, foi desenvolvida a família de jatos ERJ 145 para uso em vôos regionais, sendo este o primeiro jato para uso comercial. Tal família de produtos é composta por 3 aeronaves, com capacidade para 37, 44 e 50 passageiros. O primeiro membro desta linha, o ERJ 145, foi certificado em 1996. O desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, com capacidade para 70 a 118 passageiros, projetada para atender à tendência do mercado de aeronaves a jato maiores, de maior capacidade e maior alcance, ajudou no nosso desenvolvimento. O primeiro membro desta nova família, o EMBRAER 170, foi certificado em fevereiro de 2004 enquanto as demais aeronaves da família, EMBRAER 175, EMBRAER 190 e EMBRAER 195, foram certificados em dezembro de 2004, agosto de 2005 e julho de 2006, respectivamente. Além das aeronaves mencionadas, estamos comercializando o Legacy 600, uma família de jatos executivos de categoria *super-mid size*, baseados na plataforma ERJ 135, e as aeronaves recentemente lançadas, o Phenom 100, Phenom 300 e Lineage 1000, que são produtos das categorias de jatos *very light*, *light* e *ultra-large*, respectivamente. Para o mercado de defesa, oferecemos uma linha de aeronaves de inteligência, vigilância e reconhecimento, baseadas na plataforma regional de jatos ERJ 145.

Reorganização Societária

Em 31 de março de 2006, a incorporação da Antiga Embraer pela Companhia foi aprovada pelos seus respectivos acionistas. Tal incorporação, entre outras coisas, visou criar uma base de sustentabilidade, crescimento e continuidade para os negócios e atividades da Antiga Embraer, simplificando sua estrutura de capital e, assim, melhorando seu acesso aos mercados de capitais e aumentando os recursos financeiros para desenvolvimento de novos produtos e programas de expansão. Veja a Seção "Descrição do Capital Social – Reorganização Societária" para mais informações sobre a Reorganização Societária.

Aliança Estratégica e Oportunidades de Crescimento

Aliança Estratégica com o Grupo Europeu Aeroespacial e de Defesa

Em 5 de novembro de 1999, um grupo formado pela Aerospatiale Matra, atualmente conhecida como European Aeronautic, Defence and Space Company N.V., ou EADS, Dassault Aviation, Thomson-CSF, atualmente conhecida pelo nome Thales™ e a Société Nationale d'Étude et de Construction de Moteurs d'Aviation, ou Safran, às quais nos referimos coletivamente como o Grupo Europeu, adquiriram, como um grupo, 20% das Ações em circulação da Companhia, sendo a maioria dessas ações adquiridas dos antigos acionistas controladores.

Considerando que os membros do Grupo Europeu eram, na época, considerados pelos nossos antigos acionistas controladores como sócios estratégicos, foi-lhes concedido o direito de, como um grupo, nomear 2 membros do Conselho de Administração. No entanto, devido à rescisão do acordo de acionistas entre nossos antigos acionistas controladores, em razão da Reorganização Societária, o Grupo Europeu perdeu direito de nomear membros para o Conselho de Administração. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, o Grupo Europeu não é mais reconhecido como um grupo para fins de voto, nem considerado como nosso acionista estratégico. Em 30 de setembro de 2006, cada membro do Grupo Europeu detinha ações representantes de 2,1% do capital social, com exceção feita à Safran que detinha ações que representavam 1,1% do capital social e à Thales™ que vendeu, naquele mês, na BOVESPA a sua posição de ações que totalizava 2,1% de nosso capital social.

A aliança com o Grupo Europeu resultou no consórcio com a EADS para adquirir uma participação de 65% na OGMA, a integração dos sistemas de missão e equipamentos eletrônicos da Thales™ em algumas de aeronaves *EMB 145 AEW&C* , e também em transações comerciais para a compra pela Companhia de certos equipamentos e serviços no curso ordinário dos negócios.

É nossa intenção revisar oportunidades de crescimento estratégico, que podem incluir *joint ventures* e aquisições, e outras operações estratégicas, e fortalecer o relacionamento atual com os participantes da indústria aeroespacial, inclusive quaisquer dos membros do Grupo Europeu.

***Joint Ventures* e Aquisições**

Em 2000, firmamos uma *joint venture* com a *Liebherr International AG* para desenvolver e fabricar trens de pouso e equipamentos hidráulicos de alta precisão, além de fornecer os serviços correspondentes para nós e outros clientes em todo o mundo. Especificamente para esta *joint venture*, criamos uma nova subsidiária, a ELEB – Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.

Em março de 2002, adquirimos da *Reliance Aerotech Inc.*, os ativos operacionais da *Celsius Aerotech Inc.* em Nashville, Tennessee, para fornecer manutenção completa e serviços de reparos para nossas aeronaves comerciais e jatos executivos nos Estados Unidos da América.

Em dezembro de 2002, firmamos uma *joint venture* com a Harbin Aircraft Industry (Group) Co., Ltd. e a Hafai Aviation Industry Co., Ltd, subsidiárias da China Aviation Industry Corp. II, ou AVIC II, para possibilitar a montagem, venda e suporte pós-venda à família de jatos regionais ERJ 145 na China. Possuímos 51% de participação na empresa fruto desta *joint venture*, a Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd.

Em março de 2005, um consórcio formado por nós e pela EADS adquiriu 65% das ações da OGMA através de um recém-criada holding, a Airholding, SGPS, S.A. Na época, detínhamos 99% das ações da holding e a EADS detinha as ações restantes. Em março de 2006, a EADS exerceu sua opção de aumentar sua participação e atualmente detém 30% do capital da referida holding. A OGMA é um dos principais representantes do setor de aviação na Europa, oferecendo serviços que abrangem manutenção e reparos de aeronaves civis e militares, motores e peças, montagem de componentes estruturais e suporte de engenharia.

Direitos de Propriedade Intelectual

Nossos direitos de propriedade intelectual, que incluem projetos, invenções, segredos industriais, *know-how*, *softwares* e marcas registradas, são importantes para os nossos negócios. Atualmente, detemos marca registrada para o nosso nome comercial e símbolo. Com relação aos nomes de algumas das aeronaves, alguns estão registrados e os nomes das demais aeronaves estão em processo de registro em diversos países, incluindo Brasil, Estados Unidos, Canadá, Cingapura, Hong Kong, China, União Européia e Japão. Em 30 de setembro de 2006, possuíamos aproximadamente 47 marcas registradas. Nossas marcas registradas são, geralmente, renovadas no final do período de validade, que normalmente é de 10 anos a partir da data da inscrição para registro ou da concessão do registro, dependendo de cada país. Porém, a perda de qualquer uma das nossas marcas registradas não teria um impacto significativo sobre nossos negócios ou o resultado de nossas operações.

Desenvolvemos nossa propriedade intelectual em nossas atividades de pesquisa, desenvolvimento e processos produtivos. Nossos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos também nos dão acesso à tecnologia exigida em nossas atividades, conforme estabelecido contratualmente.

Procuramos proteger nossos direitos de propriedade intelectual resultantes de criações intelectuais provenientes de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e representadas sob a forma de invenções, desenho industrial, marcas ou programas de computação.

Recentemente, temos buscado o registro de determinadas patentes relacionadas aos nossos processos produtivos. Atualmente, não temos patentes registradas, apesar de termos pedidos de patentes de produtos em andamento nos órgãos competentes do Brasil, Estados Unidos da América e União Européia. Exigimos que

nossos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos respeitem os direitos de propriedade intelectual de terceiros. Acreditamos que temos os direitos de propriedade intelectual necessários para as nossas operações.

Custos de Pesquisa e Desenvolvimento e Gastos de Capital

Os custos de pesquisa e desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, foram de R$ 506,3 milhões em 2003, R$ 415,9 milhões em 2004 e R$ 302,9 milhões em 2005, sem as contribuições em caixa fornecidas pelos parceiros de compartilhamento de risco. A maioria das nossas despesas de pesquisa e desenvolvimento está associada com um programa específico, seja aviação comercial ou executiva. As despesas com pesquisa e desenvolvimento de programas de defesa não são registradas por nós, pois elas são financiadas pelo governo brasileiro e outros clientes do governo.

Em maio de 2005, anunciamos planos de expansão de nossa carteira de jatos executivos com as categorias *very light* e *light*, com os modelos Phenom 100 e Phenom 300, respectivamente. As despesas totais de pesquisa e desenvolvimento e gastos de capital relativas aos novos jatos deverão ser da ordem de US$235 milhões. Esperamos que esse programa seja financiado por parceiros de compartilhamento de risco, instituições financeiras e nossa própria geração de caixa, além de esperar que o Phenom 100 comece a operar em meados de 2008, e o Phenom 300 em meados de 2009.

Em maio de 2006, lançamos outro jato executivo, o Lineage 1000, na categoria *ultra-large*. O Lineage 1000 se baseará na plataforma da aeronave EMBRAER 190 e espera-se que ele comece a ser entregue em meados de 2008. Estima-se que as despesas globais com pesquisa e desenvolvimento, relacionadas ao Lineage 1000, sejam de aproximadamente US$ 60 milhões.

Em 2007, esperamos que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento venham a totalizar aproximadamente US$ 237,0 milhões, sem as contribuições dos parceiros de compartilhamento de risco, mas incluindo os custos relacionados ao desenvolvimento de novos jatos executivos, nos quais prevemos investir US$ 127,0 milhões. O aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento em 2007 estão relacionados principalmente ao desenvolvimento de novos jatos executivos.

Os investimentos em imóveis, instalações e equipamentos foram iguais a R$ 443,0 milhões em 2003, R$ 109,7 milhões em 2004 e R$ 237,5milhões em 2005. Esses investimentos representam a construção de instalações, melhorias nas instalações de fábricas e produção e modificações para a produção dos novos modelos de aeronaves. Em 2007 e 2008, acreditamos que os investimentos em imóveis, instalações, equipamentos e ampliação da nossa rede de serviços cheguem a um total de aproximadamente US$ 194 milhões e US$ 117 milhões, respectivamente, relacionados, principalmente, à construção de instalações, melhoria e expansão de instalações para o aumento da produção da família de jatos EMBRAER 170/190 e investimentos relacionados ao inicio da produção dos jatos Phenom 100 e Phenom 300.

Recursos Humanos

A tabela abaixo lista o número de empregados nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de		
	2003	2004	2005
Processo de Produção	**6.109**	**7.857**	**8.058**
Pesquisa e Desenvolvimento	**3.054**	**3.179**	**3.279**
Atendimento a clientes	**1.009**	**1.074**	**2.697**
Administrativo – Suporte à Produção	**996**	**879**	**1.045**
Administrativo – Corporativa	**1.773**	**1.669**	**1.874**
Total	12.941	14.658	16.953

Aproximadamente 85,0% desta mão-de-obra é empregada no Brasil. A maioria da equipe técnica é formada principais escolas de engenharia do Brasil, inclusive o Instituto Tecnológico Aeronáutico (ITA), em São José dos Campos. Uma pequena porcentagem dos empregados pertence a um dos dois sindicatos, o Sindicato dos Metalúrgicos ou o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. No geral, a sindicalização, como uma porcentagem do total da mão-de-obra, diminuiu significativamente nos últimos anos. Em 31 de dezembro de

2000, aproximadamente 74,0% dos empregados não eram sindicalizados, em comparação com 84,7% em 31 de dezembro de 2005. Acreditamos que são boas as relações com nossos empregados.

Apoiamos ativamente o treinamento e desenvolvimento profissional dos nossos empregados. Montamos um programa de treinamento em engenharia aeroespacial para engenheiros recém-formados em nossa unidade de São José dos Campos.

Imóveis, Instalações e Equipamentos

Possuímos sede e instalações próprias, localizadas em São José dos Campos. Partes significativas de nossas instalações em São José dos Campos estão sujeitas a hipotecas detidas pelo IFC – International Finance Corporation. Alugamos, possuímos ou temos o direito de uso dos seguintes imóveis:

Localização	Finalidade	Metragem quadrada aproximada	Próprio/ Alugado	Término do Arrendamento
São José dos Campos, SP, Brasil	**Sede, instalação de fabricação principal e centro de suporte**	**5.902.102**	**Próprio**	**—**
São José dos Campos, SP, Brasil (Eugênio de Mello)	**Instalação para fabricação**	**3.658.884**	**Próprio**	**—**
Botucatu, SP, Brasil	**Instalação para fabricação**	**222.000**	**Próprio**	**—**
Harbin, China	**Instalação para fabricação**	**258.067**	**Próprio(1)**	**—**
Gavião Peixoto, SP, Brasil	**Instalação para teste e fabricação**	**191.648.512**	**(2)**	**—**
São Paulo, SP, Brasil	**Escritórios de administração**	**5.245**	**Alugado**	**2007**
Ft. Lauderdale, Flórida, EUA	**Centro de suporte**	**91.500**	**Alugado**	**2020**
Nashville, Tennessee, EUA	**Manutenção de aeronaves e centro de suporte**	**316.128**	**Alugado**	**2018, 2028**
Alverca, Portugal (3)	**Manutenção de aeronaves e centro de suporte**	**417.000**	**Alugado**	**2035**
Le Bourget, França	**Centro de suporte**	**33.500**	**Alugado**	**2008**
Villepinte, França	**Escritórios de representação**	**70.202**	**Alugado**	**2014**
Pequim, China	**Escritórios de representação**	**3.444**	**Alugado**	**2007**
Cingapura	**Escritórios de representação**	**2.303**	**Alugado**	**2006**

(1) Propriedade de terreno segundo certificado de direito de uso da terra.
(2) Possuímos uma autorização temporária do Estado de São Paulo para usar o terreno e deve receber uma concessão para o uso desse terreno assim que as formalidades legais forem cumpridas. As instalações são de nossa propriedade.
(3) Adquirimos essa instalação em março de 2005 por meio da aquisição da OGMA.

Produção

Atualmente, a fabricação de uma aeronave consiste de três etapas principais: fabricação das partes básicas, montagem dos componentes principais e montagem final. As partes básicas são as chapas e placas de metal (produzidas a partir de moldes, estiramento ou diversos tratamentos químicos), peças produzidas por meio de máquinas computadorizadas e não computadorizadas e peças pré-fabricadas. As peças básicas são então unidas, ou casadas, entre si para produzir os principais componentes da aeronave, que são unidos para criar a estrutura básica da aeronave. Na etapa final da produção, os diversos sistemas operacionais da aeronave (como fiação e eletrônica) são instalados na estrutura e testados.

As instalações de produção para nossas aeronaves comerciais e de defesa e de jatos executivos estão localizadas em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil. O tempo de produção das aeronaves da família ERJ 145 foi reduzido de oito meses em 1996 para 3,1 meses em 2004. De 31 de dezembro de 1999 a 31 de dezembro de 2000, aumentamos nossa produção de 12 para 16 aeronaves da família ERJ 145 por mês. Em 31 de março de 2001 nossa taxa de produção era de 16 aeronaves por mês. Devido à redução da demanda do mercado após os ataques terroristas de 11 de setembro e à desaceleração da economia mundial, nossa produção foi reduzida para 11 aeronaves por mês e, nos primeiros nove meses de 2006 entregamos 10 aeronaves ERJ 145 e 17 Legacys 600 que são produzidos na mesma linha de montagem dos jatos da família ERJ 145. O tempo de produção de nossas aeronaves EMBRAER 170 foi reduzido de aproximadamente sete

meses no início da produção em março de 2004 para aproximadamente 4,1 meses no final de 2005. Temos a flexibilidade para aumentar a produção no futuro para atender a um aumento da demanda.

Para acomodar a produção da família de jatos regionais ERJ 145, EMBRAER 170/190 e jatos executivos, expandimos nossas atuais instalações e adquirimos novas instalações e daremos continuidade ao processo de coordenação com os parceiros de risco para acomodar quaisquer necessidades futuras de produção. Construímos uma nova instalação em Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, Brasil, para aumentar a capacidade de ensaios de vôo e fornecer uma linha de montagem final para nossas aeronaves de defesa e executivos. Em 30 de setembro havíamos investido R$ 133,4 milhões na construção dessa nova instalação. Essas instalações estão em operação desde novembro de 2002, e consistem em uma pista de pouso e decolagem e outros recursos para apoiar o desenvolvimento de nossa tecnologia de aeronaves supersônicas. Também estamos realizando os ensaios de vôo para a família de jatos EMBRAER 170/190 e possuímos uma fábrica de interiores de jatos executivos totalmente operacional em Gavião Peixoto. Em setembro de 2000 adquirimos uma nova instalação em São José dos Campos, São Paulo, Brasil, onde atualmente fabricamos pequenas peças e componentes para nossas aeronaves. Nossa *joint venture* na China construiu uma fábrica para a família de jatos ERJ 145 em Harbin, na China.

Regulamentos Governamentais e Certificação de Aeronaves

Estamos sujeitos a leis de diversos órgãos regulamentadores aeronáuticos, tanto no Brasil quanto no exterior. Esses órgãos regulam, principalmente, a certificação de aeronaves e de fabricantes de aeronaves. Além da certificação no Brasil, precisamos obter certificação em cada jurisdição na qual nossas aeronaves operam comercialmente. A autoridade competente para certificação de nossas aeronaves no Brasil é a Agência Nacional de Aviação Civil, ou ANAC, por meio do Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial, ou CGTA, atualmente sob a supervisão do Ministério da Defesa. A ANAC foi criada em 2005 e se tornou a principal autoridade reguladora, de supervisão e certificação de aeronaves, peças de aeronaves, fabricantes e operações, sucedendo ao Departamento de Aviação Civil, ou DAC. As autoridades de aviação em outros países incluem a FAA nos Estados Unidos da América, a recém-criada EASA para os países da União Européia, ou UE, e a JAA, a autoridade de aviação para outros países da Europa. Alguns países simplesmente validam e complementam a certificação original da autoridade brasileira de aviação, seguindo suas próprias regras. A autoridade brasileira de aviação criou um acordo bilateral de certificação com a FAA segundo o qual as exigências para certificação pelo FAA estão incluídas no processo de certificação da autoridade brasileira. Essa cooperação entre autoridades reguladoras resulta em um processo de certificação mais ágil.

O ERJ 145 recebeu certificação para operar nos Estados Unidos e no Brasil no último trimestre de 1996, na Europa, no segundo trimestre de 1997, na Austrália, em junho de 1998, e, para a versão LR, na China, em novembro de 2000. O ERJ 145 versão XR foi certificado pela autoridade aeronáutica de aviação em agosto de 2002, e pela FAA em outubro de 2002. O ERJ 135 foi certificado pela autoridade aeronáutica brasileira em junho de 1999, pela FAA em julho de 1999 e pela autoridade européia de aviação em outubro de 1999. O ERJ 140 foi certificado pela autoridade aeronáutica de aviação em junho de 2001 e pela FAA em julho de 2001. A versão Executiva do Legacy 600 foi certificada pela autoridade aeronáutica brasileira em dezembro de 2001, pela JAA em julho de 2002 e pela FAA em agosto de 2002. O EMBRAER 170 foi certificado pela autoridade aeronáutica brasileira, pela FAA, EASA, JAA e pela autoridade polonesa em fevereiro de 2004. O EMBRAER 175 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em dezembro de 2004 , pela EASA em janeiro de 2005,pela TCCA, a autoridade de certificação canadense, em julho 2005 e pelo FAA em julho de 2006. O EMBRAER 190 foi certificado pela autoridade aeronáutica brasileira em agosto de 2005 e pela FAA em setembro de 2005 e pela EASA em julho de 2006. Já o EMBRAER 195, que teve seu primeiro de vôo em dezembro 2004, foi certificado pela autoridade brasileira em junho de 2006 e pela EASA em julho de 2006.
Quando uma aeronave é certificada pelo CGTA e FAA, algumas autoridades de aviação, como as da Austrália e México, ratificam essa certificação. Outros países, como o Canadá, exigem o cumprimento de suas próprias exigências nacionais para certificação. Na Europa, desde setembro de 2003, a EASA passou a ser a autoridade regulatória dos países da UE, incluindo Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Espanha e Holanda. A maioria dos países fora da UE, como a Suíça, ainda operam sob as regras da JAA. A JAA não é uma autoridade certificadora, mas uma organização de consultoria que faz recomendações para as autoridades nacionais dos países fora da UE. Uma recomendação pela JAA é um requisito para certificação de uma aeronave pela maioria dessas autoridades de aviação. Antes da criação da EASA, 27 autoridades nacionais

eram membros da JAA. Como é uma organização nova, a EASA utiliza atualmente a estrutura técnica da JAA, e segue as recomendações da JAA para a emissão de certificados do tipo EASA para aeronaves.

A certificação de aeronaves é um processo contínuo. Qualquer modificação no projeto de qualquer uma de nossas aeronaves deve ser aprovada pela ANAC. Mudanças significativas podem exigir uma certificação separada por outras autoridades. Mudanças nas exigências para certificação de aeronaves não exigem nova certificação de uma aeronave já certificada, mas as autoridades podem impor melhorias significativas nos aspectos de segurança por meio de regras operacionais ou diretivas de adequação ao transporte aéreo.

Meio Ambiente

A maior parte das leis ambientais no Brasil são elaboradas pelos Estados, e não pela União ou Municípios sendo que as autoridades ambientais, na maioria dos Estados, concedem permissões para operação para instalações individuais, e não por meio de leis gerais. Possuímos todas as permissões exigidas para operar. Os termos dessas permissões para operação são revistos a cada ano, e estamos em conformidade com estas permissões. Além disso, aderimos internamente aos padrões ambientais internacionais ISO 14000. Em 2003, 2004 e 2005, investimos R$ 5,4 milhões, R$ 6,0 milhões e R$ 6,1 milhões, respectivamente, em questões relativas ao meio ambiente, relacionadas à construção de novas instalações e modificação das instalações existentes para atender às exigências ambientais e melhorias.

OGMA

Durante o processo de *due diligence* anterior à aquisição da OGMA, identificamos alguns processos industriais que não atendiam às normas ambientais e de segurança do trabalho. Como parte das negociações, concordamos com a EMPORDEF, o vendedor, que (i) investiríamos 1,9 milhão de euros – montante estimado pelas partes como necessário para colocar os processos industriais em conformidade com as normas ambientais e de segurança do trabalho em um período de três anos, (ii) o vendedor indenizaria a OGMA por quaisquer perdas oriundas de processos relacionados ao meio-ambiente durante esse mesmo período de três anos, (iii) a nossa responsabilidade perante quaisquer processos relacionados ao meio-ambiente de pré-aquisição seria limitada a 4,1 milhões de euros, e (iv) qualquer responsabilidade por outros processos relacionados ao meio-ambiente ou à segurança do trabalho anteriores à aquisição acima de 4,1 milhões de euros seria paga pelo vendedor.

Seguros

Todas as nossas instalações e equipamentos são seguradas para substituição em caso de perda. Também possuímos seguro para cobrir quaisquer danos potenciais à nossa frota de aeronaves, incluindo danos ocorridos durante vôos comerciais e de demonstração. Além disso, possuímos uma apólice de seguro de responsabilidade civil sobre produtos de aviação, que cobre danos causados pela fabricação, distribuição, venda e manutenção de nossa aeronaves e peças. Também possuímos seguro contra desastres naturais e interrupção das atividades, cobrindo danos a imóveis e lucros cessantes, conforme definido na apólice, e despesas adicionais, como as incorridas pela redução da produção e entrega de aeronaves devido a uma interrupção parcial ou total das nossas atividades devida a um acidente. Consideramos os montantes de cobertura de nossos seguros típicos de uma empresa do nosso porte e adequados para atender a todos os riscos previsíveis associados a nossas operações. Acreditamos que nossa cobertura de seguros é suficiente para cobrir os custos incorridos em razão de ações de responsabilidade civil relacionadas a acidentes com aeronaves de nossa fabricação.

Também mantemos seguros de responsabilidade de executivos e diretores no montante total de US$ 50 milhões. Esse seguro cobre nossos administradores em caso de responsabilidade por atos ilícitos, incluindo qualquer ato de omissão cometido ou tentado por qualquer diretor atuando em sua capacidade de diretor, ou qualquer processo contra um diretor derivado exclusivamente do exercício das suas funções.

Processos Judiciais e Procedimentos Administrativos

Atualmente, enfrentamos algumas reclamações trabalhistas, porém já foram celebrados acordos em diversas delas e estamos somente aguardando a decisão da justiça trabalhista com relação às demais. Não acreditamos que as obrigações relativas tais reclamações terão efeito adverso relevante em nossa condição financeira ou nos resultados operacionais.

Ademais, obtivemos sucesso em demandas judiciais relacionadas com a inconstitucionalidade das modificações nas alíquotas e majoração da base de cálculo para determinados tributos e encargos sociais, conseguindo diversos mandados de segurança ou outras medidas judiciais para evitar pagamentos ou recuperar pagamentos realizados anteriormente. Os juros sobre o valor total dos encargos sociais e tributos não pagos acumulam mensalmente, baseados na taxa SELIC, e provisionamos uma parte do item de receitas (despesas), líquidas em nossa demonstração de resultados. Em 30 de setembro de 2006, obtivemos medidas liminares nos permitindo o não pagamento de certos impostos, que, somados, incluindo-se os juros em decorrência deste não pagamento, atingem o valor de R$ 1.054,3 milhões. Tal valor foi incluído em nosso balanço como passivo (impostos e encargos sociais). Consulte para maiores esclarecimento "Fatores de Risco - Riscos Relacionados à Embraer", e a Nota explicativa 18 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Além disso, estamos envolvidos em outros processos judiciais, inclusive disputas fiscais, todas elas relacionadas a nossas atividades durante o curso normal dos negócios. Nossa administração não acredita que tais processos, se decididos de maneira desfavorável a nós, afetariam substancialmente ou prejudicialmente nosso negócio, condição financeira ou resultados operacionais.

ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, somos administrados por um Conselho de Administração composto por onze membros e uma Diretoria composta por no mínimo quatro e no máximo onze membros. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros de nosso Conselho de Administração devem ser Conselheiros Independentes.

Nosso Estatuto Social estipula que devemos manter um Conselho Fiscal permanente composto por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Um dos membros do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente não poderão ser acionistas e deverão ser independentes de nossa administração e ter reputação ilibibada e notório conhecimento em contabilidade, incluindo práticas contábeis norte-americanas.

Comprometemo-nos a atingir e manter altos padrões de governança corporativa. Como resultado de nossa listagem no Novo Mercado, celebramos um contrato com a BOVESPA para assegurar determinados direitos adicionais, tais como direitos de venda conjunta para os acionistas detentores de ações ordinárias, no montante de 100% do valor pago por cada ação ordinária integrante do bloco de controle. Conduzimos nossos negócios visando à transparência e ao tratamento igualitário a todos os nossos acionistas. Certas políticas internas foram implementadas com o objetivo de assegurar que todas as informações relevantes necessárias para que nossos acionistas possam tomar decisões de investimento conscientes, sejam disponibilizadas imediatamente ao público, por meio da divulgação de *press releases,* fatos relevantes e informações periódicas registradas na SEC e na CVM. Também mantemos em nosso *site* uma seção de relações com investidores devidamente atualizada e completa. Adotamos, ainda, políticas formais que restringem as negociações de nossas ações ordinárias por pessoas vinculadas à Companhia.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura deste documento. Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, assinado em 31 de março de 2006, os nossos novos administradores assumiram a obrigação de agir em conformidade com o referido contrato, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Igualmente, os membros do Conselho Fiscal deverão assinar um termo de anuência no qual assumem o compromisso de resolver, por meio da Câmara de Arbitragem, quaisquer disputas e/ou controvérsias decorrentes da aplicação do Regulamento do Novo Mercado, de disposições do Contrato de Participação no Novo Mercado, das disposições da Lei das Sociedades por Ações, das diretrizes expedidas pelas autoridades brasileiras e de outras normas aplicáveis ao mercado de capitais em geral, envolvendo a Companhia, os acionistas, os administradores e os membros do Conselho Fiscal. A posse nos respectivos cargos fica condicionada à assinatura deste documento.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração se reúne ordinariamente quatro vezes por ano e extraordinariamente, quando solicitado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros, sendo responsável, entre outras coisas, por estabelecer as políticas gerais de nossos negócios e por eleger e supervisionar os Diretores Executivos.

O Estatuto Social contempla um Conselho de Administração de Transição, que é o Conselho de Administração nomeado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2006 e que tem um mandato de três anos com término na Assembléia Geral Ordinária que se realizará em 2009 para aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Nosso Conselho de Administração de Transição é integrado por 11 membros, quais sejam: (i) o Sr. Maurício Novis Botelho, nosso atual Diretor Presidente e Presidente do Conselho; (ii) um membro indicado pela União, como titular da Ação Ordinária de Classe Especial; (iii) dois membros indicados pelos nossos empregados em votação em separado; e (iv) os demais membros indicados por nossos acionistas, dentre eles os Acionistas Vendedores.

A partir da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2009, nosso Conselho de Administração deverá ser nomeado por nossos acionistas para um mandato de dois anos, havendo apenas três membros permanentes no Conselho: (i) um a ser nomeado pela União; e (ii) dois a serem nomeados pelos nossos empregados. Os demais oito conselheiros serão eleitos de acordo com as regras do Estatuto Social.

A Lei das Sociedades por Ações exige que cada membro do Conselho de Administração possua pelo menos uma ação de nossa emissão. Não há idade para a aposentadoria compulsória de nossos conselheiros.

A seguir são apresentados os nomes, idades, cargos e uma breve biografia dos membros de nosso Conselho de Administração em 15 de junho de 2006.

Nome	Idade	Cargo	Ano da 1ª eleição
Maurício Novis Botelho	**64**	**Presidente do Conselho de Administração**	**2000**
Vitor Sarquis Hallack	**53**	**Conselheiro Independente**	**1995**
José Reinaldo Magalhães	**50**	**Conselheiro Independente**	**2006**
Wilson Carlos Duarte Delfino	**60**	**Conselheiro Independente**	**2004**
Neimar Dieguez Barreiro	**62**	**Conselheiro**	**2004**
Boris Tabacof	**78**	**Conselheiro Independente**	**2006**
Eduardo Salomão Neto	**43**	**Conselheiro Independente**	**2006**
Hermann Wever	**69**	**Conselheiro Independente**	**2006**
Samir Zraick	**65**	**Conselheiro Independente**	**2006**
Paulo Cesar de Souza Lucas	**47**	**Conselheiro**	**1999**
Claudemir Marques de Almeida	**54**	**Conselheiro**	**2004**

Maurício Novis Botelho. O Sr. Botelho é Diretor Presidente da Companhia desde 1995 e Presidente do Conselho de Administração. O Sr. Botelho foi Diretor da OTL - Odebrecht Automação & Telecomunicações Ltda., também conhecida como OTL e que, mais tarde, seria nomeada Stelar Telecom, de 1988 a 1995. Também foi Diretor Presidente da CMW Equipamentos S.A., ou CMW, uma empresa de automação industrial, de 1985 a 1995. Foi também Diretor Presidente da STL-Engenharia de Sistemas Ltda., ou STL, uma empresa de projetos de engenharia, de 1985 a 1995; foi sócio da Soluções Integradas PROLAN Ltda., ou PROLAN, uma empresa de redes empresariais, de 1994 a 1995; e Vice-Presidente Executivo da TENENGE - Técnica Nacional de Engenharia Ltda., ou TENENGE, uma empresa de construção civil, durante o ano de 1992. Durante o ano de 1995, o Sr. Botelho foi Diretor da Cia. Bozano. O endereço comercial do Sr. Botelho é o endereço de nossa sede.

Vitor Sarquis Hallack. O Sr. Hallack é presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa S.A. ("CCSA"), conglomerado brasileiro, e membro do Conselho de Administração de várias empresas da CCSA. É também Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 1995. Entre 1993 e 2006, ele foi Diretor Executivo do Grupo Bozano, empresa holding de investimentos sediada no Rio de Janeiro. O Sr. Hallack também foi CFO e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios na Companhia Vale do Rio Doce, empresa exploradora de recursos minerais e naturais por 17 anos até 1993. Durante esse período ele foi membro do Conselho de Administração de várias empresas do grupo. O Sr. Hallack é graduado em Direito pela UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, MG e possui MBA pela Pace University, Estados Unidos. O endereço comercial do Sr. Hallack é Rua Visconde de Ouro Preto, 5, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ.

José Reinaldo Magalhães. O Sr. Magalhães é o diretor de Investimentos da PREVI desde Janeiro de 2006. Foi gerente da filial de Nova York do Banco do Brasil de julho de 2004 a dezembro de 2005, e representante no escritório de Chicago de dezembro de 2002 a junho de 2004. De 1995 a 1998 foi gerente da divisão internacional do mesmo banco. Foi conselheiro e vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, de 1998 a 2002, e presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco de 2000 a 2002. O Sr. Magalhães representa a PREVI e seu endereço comercial localiza-se à Praia de Botafogo 501, 5º andar, 22250-040, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Wilson Carlos Duarte Delfino. O Sr. Delfino é desde janeiro de 2004 Presidente e Principal Executivo em exercício da SISTEL, servindo também como Diretor de Planejamento, Controladoria e Administrativo da SISTEL desde março de 2000. Anteriormente, de setembro de 1993 a setembro de 1994, foi Assistente do

Diretor responsável pela Coordenação do Comitê de Investimentos da SISTEL, e de outubro de 1994 a março de 2000 foi Gerente do Departamento de Análises de Investimentos da SISTEL. O Sr. Delfino é, também, membro do Conselho de Administração da Paranapanema S.A., empresa de mineração, desde abril de 1998. O Sr. Delfino é representante da SISTEL, e seu endereço comercial é SEP Sul, Quadra 702/902 – Conj. B, Bloco A, Ed. Gal. Alencastro, 2º andar, 70390-025 Brasília, DF, Brasil.

Neimar Deiguez Barreiro. O Sr. Barreiro é Major-Brigadeiro da FAB desde julho de 2001 e Secretário de Economia e Finanças da FAB desde agosto de 2001. O Sr. Barreiro é, também, representante da FAB na Comissão Interministerial de Acompanhamento do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O Sr. Barreiro serve na FAB desde 1963, e é representante da União. Seu endereço comercial é Esplanada dos Ministérios, Bloco M, 3º andar, Sala 05, 70045-900 Brasília, DF, Brasil.

Boris Tabacof. O Sr. Tabacof é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Holding desde 2004. De 2001 até 2004 foi presidente da Suzano e suas subsidiárias. Anteriormente, ocupava o cargo de Diretor da Bahia Sul Papel e Celulose e de Diretor do Grupo Financeiro Safra. Foi também Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, responsável pela implementação da reforma tributária no estado, além de presidente da Comissão de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e, atualmente, ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Economia do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. O seu endereço comercial é na Rua Angelina Maffei Vita 344, 9º andar, 01455-070, São Paulo, SP, Brasil.

Eduardo Salomão Neto. O Sr. Salomão é sócio do escritório de advocacia Levy & Salomão- Advogados. É também diretor jurídico do Museu de Arte Moderna de São Paulo desde 1992, e conselheiro da mesma instituição. O Sr. Salomão é mestre em Direito pela Universidade de Londres e doutor e livre-docente em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo. O endereço comercial do Sr. Salomão é Avenida Brigadeiro Faria Lima 2601, 12º andar, 01452-924 São Paulo, SP, Brasil.

Herman Wever. O Sr. Wever é, desde 2001, Presidente do Conselho Consultivo da Siemens VDO Automotive Ltda. De 1997 a 2001, o Sr. Wever foi presidente da Siemens Brasil. Foi também Diretor de Energia e Instalações na Siemens do Brasil de 1980 a 1996. Anteriormente, o Sr. Wever ocupou diversos cargos na General Electric, inclusive o de Diretor Industrial do Departamento de Lâmpadas e Iluminação, de 1968 até 1974, e de Vice-Presidente de Eletrodomésticos de 1974 até 1978. Seu endereço comercial é à Rua Desembargador Sylos Cintra, 90, 04646-150, São Paulo, SP, Brasil.

Samir Zraick. O Sr. Zraick foi Diretor Financeiro da Compania Vale do Rio Doce e Presidente de sua subsidiária americana no período de 1971 a 1986. Posteriormente integrou o Conselho de Administração da CVRD durante o ano 2000, e atuou como Consultor Sênior e membro do Comite Estratégico da CVRD de 2001 a 2004. Exerceu as funções de Diretor Financeiro e de Desenvolvimento da Caemi Mineração e Metalurgia S. A. no período de 1986 a 1998. Foi membro do Conselho de Administração e Chairman do Comite Comercial da Quebec Cartier Mining em Montreal, Província do Quebec, Canadá. De 1990 a 1999. Foi membro do Conselho de Administração da Canico Resources em Vancouver, British Columbia de julho de 2004 a março de 2006. Seu endereço comercial é 3 Lincoln Center, apt. 38H, New York, NY 10023, Estados Unidos.

Paulo Cesar de Souza Lucas. O Sr. Lucas participou de nossa Divisão de Planejamento Estratégico desde 1998 e foi o coordenador da implementação da estratégia de modernização e redução de custos da Embraer de 1990 a 1996. O Sr. Lucas trabalha conosco há mais de 16 anos e é um representante dos nossos empregados. O endereço comercial do Sr. Lucas é o endereço de nossa sede.

Claudemir Marques de Almeida. O Sr. Almeida é funcionário da Embraer desde 1987, e atualmente ocupa o cargo de Supervisor Aeronáutico I. Foi também membro do Conselho de Administração de janeiro de 1995 a abril de 2001. O Sr. Almeida é representante de nossos empregados não acionistas, e seu endereço comercial é Avenida Braigadeiro Faria Lima, 2170, São José dos Campos, SP, Brasil.

Diretoria

Nossos Diretores são responsáveis pela administração cotidiana da Companhia. Os Diretores têm suas responsabilidades estabelecidas por nosso Estatuto Social e pelo Conselho de Administração. O endereço comercial de cada um dos Diretores é o endereço de nossa sede.

Os atuais Diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2006, com mandato até a reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembléia Geral Ordinária de 2009 para a aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008. Após a referida Assembléia Geral Ordinária, o mandato do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria será de dois anos, sendo possível a reeleição dos Conselheiros e Diretores.

Até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2009, será necessária maioria dos votos de nosso Conselho de Administração para destituir um Diretor. Após a esta Assembléia Geral Ordinária, será necessário o voto de pelo menos sete membros do nosso Conselho de Administração para a destituição de um Diretor.

Apenas em caráter transitório, nosso atual Diretor Presidente será o Presidente do nosso Conselho de Administração até abril de 2007, quando renunciará ao cargo de Diretor Presidente. Após esta renúncia, será eleito um novo Diretor Presidente por nosso Conselho de Administração e nosso atual Diretor Presidente ficará sujeito a um acordo de não-concorrência com a Companhia por um período de 5 anos. Em 4 de agosto de 2006, nosso Conselho de Administração designou Frederico Pinheiro Fleury Curado, atual Vice-Presidente -Mercado de Aviação Comercial, para substituir nosso Diretor Presidente, Maurício Novis Botelho, em abril de 2007. Nosso Estatuto Social veda expressamente ao Diretor e ao Conselheiro ocupar ao mesmo tempo o cargo de Conselheiro e Diretor. Além disso, o Estatuto Social contém uma disposição que estipula que o Diretor Presidente deverá participar das reuniões do Conselho de Administração, porém não votará em suas deliberações.

O Regulamento do Novo Mercado prevê que todos os membros da Diretoria devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura deste documento. Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, assinado em 31 de março de 2006, os nossos novos conselheiros assumiram a obrigação de agir em conformidade com o referido contrato, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

A seguir são apresentados os nomes, idades, cargos e uma breve biografia dos nossos Diretores em 15 de junho:

Nome	Idade	Cargo	Ano da 1ª Eleição
Maurício Novis Botelho	**64**	**Diretor-Presidente**	**1995**
Antonio Luiz Pizarro Manso	**62**	**Vice-Presidente Executivo de Administração Corporativa e Relações com Investidores**	**1995**
Satoshi Yokota	**65**	**Vice-Presidente Executivo de Desenvolvimento e Indústria**	**1997**
Luis Carlos Affonso	**46**	**Vice-Presidente Executivo – Aviação Corporativa**	**2006**
Frederico Pinheiro Fleury Curado	**44**	**Vice-Presidente Executivo- Mercado de Aviação Comercial**	**1995**
Luiz Carlos Siqueira Aguiar	**43**	**Vice-Presidente Executivo – Mercado de Defesa e Governos**	**2005**
Horácio Aragonés Forjaz	**54**	**Vice-Presidente Executivo de Comunicação Empresarial**	**1998**
Artur Aparecido V. Coutinho	**57**	**Vice-Presidente Executivo- Compras e Operações Industriais**	**2005**

Maurício Novis Botelho. Para uma breve biografia do Sr. Botelho, consulte "Conselho de Administração" nesta seção.

Antonio Luiz Pizarro Manso. O Sr. Manso é Vice-Presidente Executivo de Administração Corporativa e Relações com Investidores desde 2001 e Diretor Financeiro da Companhia desde 1995. Também é Diretor e/ou Presidente de diversas de nossas subsidiárias. O Sr. Manso foi o Diretor Administrativo e Financeiro da STL, de 1986 a 1995, e da CMW, de 1986 a 1995, e foi membro do Conselho de Administração da CMW durante o ano de 1995. Também foi Diretor Financeiro Chefe da OTL, de 1989 a 1995, Diretor Financeiro da TENENGE durante o ano de 1992 e Diretor Financeiro Chefe da PROLAN de 1994 a 1995.

Satoshi Yokota. Antes de se tornar Diretor Vice-Presidente Executivo Industrial da Embraer em 1997, o Sr. Yokota ocupou diversos outros cargos na Embraer, inclusive o de Diretor Assistente de Programas e Contratos Comerciais durante os anos de 1995 e 1996 e o de Diretor Assistente de Programas de 1992 a 1995. O Sr. Yokota é também o Presidente do Conselho de Administração da ELEB, uma de nossas subsidiárias.

Luis Carlos Affonso. O Sr. Affonso se tornou nosso Vice-Presidente Executivo – Aviação Corporativa em junho de 2006. Em 2005, era nosso Vice-Presidente – Aviação Corporativa. Antes disso, O Sr. Affonso exerceu vários cargos na Companhia, inclusive o de Vice-Presidente de Engenharia e Desenvolvimento de 2004 a 2005 e o de Diretor do Programa EMBRAER 170/190 de 1999 a 2004.

Frederico Pinheiro Fleury Curado. Antes de se tornar nosso Vice-Presidente Executivo para Mercado de Aviação Comercial em 1998, o Sr. Curado foi nosso Diretor Vice-Presidente Executivo de Desenvolvimento Organizacional de 1997 a agosto de 1998. Antes disto, ocupou diversos cargos diferentes na Companhia nas áreas de fabricação, abastecimento, informática, contratos e vendas. O Sr. Curado é também Diretor e/ou Presidente de várias de nossas subsidiárias.

Luiz Carlos Siqueira Aguiar. O Sr. Aguiar é, desde dezembro de 2005, Vice-Presidente Executivo para o Mercado de Defesa. O Sr. Aguiar foi eleito, em abril de 2004, Conselheiro e Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de representante da PREVI, sendo Diretor desta última desde fevereiro de 2003. Foi Diretor do Banco do Brasil S.A., de agosto de 2000 a fevereiro de 2003. Também atuou como Gerente Adjunto do Banco do Brasil S.A. em Nova York, de fevereiro de 1997 a agosto de 2000. Anteriormente, foi membro do Conselho de Administração da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação, seguradora brasileira de créditos comerciais, de maio de 2001 a fevereiro de 2003. Ocupou, de abril de 2003 e julho de 2003, respectivamente, o cargo de Presidente Adjunto do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, concessionária de energia elétrica, e de membro do Comitê de Financiamento da Companhia Vale do Rio Doce.

Horácio Aragonés Forjaz. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo-Comunicação Empresarial da Companhia em 2001, Sr. Forjaz foi nosso Vice-Presidente Executivo-Planejamento e Desenvolvimento Organizacional de 1998 a 2001, e antes de 1998 foi nosso Diretor de Engenharia. De 1995 a 1997, foi Diretor de Operações da Compsis - Computadores e Sistemas Ltda., uma empresa de engenharia de sistemas e software, e de 1975 a 1995 ocupou diversos cargos na Companhia nas áreas de projetos de engenharia e de sistemas.

Artur Aparecido V. Coutinho. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo-Compras e Operações Industriais em 2005, o Sr. Coutinho foi Vice-Presidente responsável pelas atividades de marketing, vendas e suporte ao cliente na América do Norte, de janeiro de 2003 a março de 2005. De fevereiro de 2000 a dezembro de 2002 foi Vice-presidente de Suporte ao Cliente. Anteriormente, o Sr. Coutinho ocupou vários cargos na Companhia nas áreas de marketing, treinamento e controle da qualidade.

Remuneração

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, a remuneração global (inclusive benefícios em espécie) paga aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e à Diretoria pelos serviços prestados nas respectivas funções, foi de aproximadamente R$ 22,7 milhões. Além disso, em 2005, foram reservados aproximadamente R$ 0,3 milhão para a contribuição relacionada ao nosso plano de aposentadoria complementar. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não recebem estes benefícios. Os valores acima mencionados referem-se exclusivamente à Companhia, uma vez que nossas subsidiárias não pagam nenhuma remuneração (inclusive benefícios em espécie) aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Em 31 de dezembro de 2005, nenhum Conselheiro ou Diretor possuia participações financeiras, ou outras, em operações envolvendo a Companhia, salvo aquelas decorrentes do curso normal de nossos negócios.

Além disso, em 30 de setembro de 2006, os Conselheiros e Diretores eram titulares, no total, de 2.678.396 ações ordinárias de nossa emissão.

Plano de Opções de Ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 17 de abril de 1998, foi aprovado pelos acionistas um "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer" para a administração e empregados, inclusive de nossas subsidiárias, sujeito às restrições baseadas na continuidade do empregado na Companhia ou nas subsidiárias por, no mínimo, dois anos. O prazo de cinco anos para a concessão de opções prevista no plano venceu em 31 de maio de 2003.

De acordo com o plano, foi autorizada a concessão de opções sobre 25.000.000 de ações ordinárias durante o prazo de cinco anos, a partir da data da primeira concessão. Ao final deste período, havíamos outorgado opções totalizando 20.237.894 ações ordinárias, incluindo 662.894 concedidas como dividendos sobre o capital em 2002, a um preço médio ponderado de exercício de R$ 6,17 por ação. As opções de compra oferecidas a cada empregado podiam ser exercidas da seguinte forma: 30% após três anos da data outorgada, 30% adicionais após quatro anos e os 40% remanescentes após cinco anos. Os empregados poderão exercer suas opções por até sete anos após a data em que elas forem outorgadas. Em 31 de dezembro de 2005, 16.039.015 opções já haviam sido exercidas, e 87.387 opções adicionais foram exercidas até 30 de setembro de 2006. Foram outorgadas aos Diretores Executivos opções para a aquisição de ações totalizando 7.799.470 ações ordinárias a um preço médio ponderado de exercício de R$ 4,57 por ação, das quais 6.170.000 foram exercidas durante o período de 1º de janeiro de 2001 até 30 de setembro de 2006.

Plano de Participação nos Lucros

Implementamos um plano de participação nos lucros em 1998 vinculado ao pagamentos de dividendos. Sempre que dividendos forem pagos a nossos acionistas, pagaremos também uma participação nos lucros de 25% do valor do pagamento de dividendo aos empregados que atingiram metas estabelecidas no início do ano. De acordo com este plano, podemos pagar, discricionariamente, valores adicionais de até 5% sobre o montante total dos dividendos distribuídos em determinado exercício a empregados que apresentarem desempenho excepcional. Acreditamos que esta política incentiva empregados a atingirem nossas metas de produção.

Em abril de 2005, nosso Conselho de Administração aprovou algumas mudanças no plano de participação nos lucros, referentes à distribuição adicional de 5% a empregados com desempenho excepcional. Estas alterações foram baseadas em recomendações feitas por um Comitê Consultivo do Conselho de Administração, criado em abril de 2004 para analisar nossas políticas relacionadas à remuneração e participação nos lucros.

A nova política de distribuição adicional de 5% a empregados com desempenho excepcional será limitada a um valor igual a 50% do nosso lucro líquido no exercício, ajustado para alguns eventos de fluxo de caixa, e serão distribuídos em espécie após a Assembléia Geral Ordinária na qual forem aprovadas nossas demonstrações financeiras anuais. Para alguns empregados mais graduados, 2/3 da distribuição serão pagos em espécie na mesma data, e o 1/3 restante será distribuído como "ações ordinárias virtuais", cujos pagamentos serão feitos ao longo de três anos com base em uma fórmula de preço médio ponderado. Conseqüentemente, o valor de tais pagamentos será vinculado ao desempenho futuro no mercado de nossas ações ordinárias.

Nos exercícios de 2003, 2004 e 2005 distribuímos R$ 58,9 milhões, R$ 175,6 milhões e R$ 133,4 milhões, respectivamente a título de participação nos lucros.

Práticas do Conselho

Os integrantes de nosso Conselho de Administração de Transição terão mandato de três anos, até a Assembléia Geral Ordinária de 2009 que aprovará as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A partir da referida Assembléia Geral Ordinária, nosso Conselho de Administração será nomeado para um mandato de dois anos.

A Diretoria será eleita pelo Conselho de Administração. Nossos atuais Diretores foram eleitos em 31 de março de 2006, com mandato até a reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembléia Geral Ordinária de 2009 para a aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2008. Depois de referida assembléia, o mandato do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria será de dois anos, sendo permitida reeleição.

Até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2009, será necessária maioria dos votos de nosso Conselho de Administração para destituir um Diretor. Após esta Assembléia Geral Ordinária, será necessário o voto de pelo menos sete membros do nosso Conselho de Administração para a destituição de um Diretor.

Os Conselheiros não são parte de contratos de trabalho e, portanto, não recebem benefícios quando do termo de seu respectivo mandato. Os Diretores Executivos, por outro lado, são partes de contratos de prestação de serviços que estipulam os seus respectivos direitos e obrigações. Caso qualquer destes contratos seja rescindido, deveremos pagar a indenização pela rescisão ao Diretor no valor de 50% de sua remuneração anual, correspondente ao ano em censo, sujeito a um valor mínimo de seis parcelas mensais de sua remuneração anual.

Conselho Fiscal

Nosso Conselho Fiscal permanente é formado por cinco membros eleitos na Assembléia Geral Ordinária com um mandato até a próxima Assembléia Geral Ordinária após sua eleição. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, caso uma sociedade adquira o controle de outra companhia, os acionistas minoritários da Companhia que, em conjunto, detenham pelo menos 10% das ações com direito a voto também têm o direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal. Tal disposição não nos será aplicável enquanto estivermos sujeitos a um controle pulverizado. A lista abaixo contém os nomes, idades e cargos dos membros de nosso Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, em 28 de abril de 2006, data da última Assembléia Geral Ordinária.

Nome	Idade	Cargo	Ano da 1a eleição
Jorge Khalil Miski	**46**	**Membro efetivo**	**2004**
Maria da Salete Medeiros	**55**	**Suplente**	**2005**
Geraldo Humberto de Araujo [(1)]	**54**	**Membro efetivo**	**2004**
Tarcísio Luiz Silva Fontenele [(1)]	**43**	**Suplente**	**2001**
José Mauro Laxe Vilela [(2)]	**58**	**Membro efetivo**	**2003**
Alberto Carlos Monteiro dos Anjos [(2)]	**43**	**Suplente**	**2003**
Taiki Hirashima	**65**	**Membro efetivo**	**2004**
Guillermo Oscar Braunbeck	**33**	**Suplente**	**2005**
Rolf Von Paraski [(3)]	**54**	**Membro efetivo**	**2006**
José Roberto Gerbasi de Andrade	**56**	**Suplente**	**2006**

(1) Empregado pela SISTEL.
(2) Empregado pela Cia. Bozano
(3) Empregado pela PREVI.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não pode possuir membros que estejam no Conselho de Administração, na Diretoria, que sejam nossos empregados ou de uma companhia controlada ou mesmo grupo, ou cônjuges ou parentes de qualquer membro de nossa administração. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam como remuneração pelo menos 10% do valor médio pago a cada membro do Conselho de Administração e, também, que tal Conselho seja composto de no mínimo três e no máximo cinco membros, com igual número de suplentes. O Regulamento do Novo Mercado prevê que todos os membros do Conselho Fiscal devem subscrever um termo de anuência, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura deste documento. Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, assinado em 31 de março de 2006, os nossos novos conselheiros responsabilizaram-se pessoalmente a agir em conformidade com o referido contrato, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Para atender às regras da SEC para a listagem na NYSE, decidimos adaptar nosso Conselho Fiscal para que passasse a atuar como órgão substituto de um Comitê de Auditoria (*Audit Committee*). Nosso Conselho de Administração aprovou a delegação de responsabilidades adicionais ao Conselho Fiscal, adotando-se um novo estatuto para Conselho Fiscal, atribuindo a este funções e responsabilidades de um Comitê de Auditoria, na

medida permitida pela Lei das Sociedades por Ações. Como a Lei das Sociedades por Ações não permite o alargamento por delegação das funções do Conselho Fiscal, além de suas responsabilidades usuais, o Conselho Fiscal poderá fazer recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre a designação, retenção e remuneração de auditores independentes, a resolução de controvérsias entre a administração e os auditores independentes, e a preparação, qualidade e integridade dos nossos relatórios financeiros e os demais assuntos que lhe competem como órgão substituto do Comitê de Auditoria.

Comitê Consultivo e Executivo

Em abril de 2004, nosso Conselho de Administração criou um Comitê Consultivo com mandato de 18 meses com o objetivo de revisar as políticas da Companhia relativas à remuneração e participação nos lucros para nossos Diretores e fazer recomendações para a revisão de tais políticas. O comitê de três membros é formado por dois membros efetivos e um suplente do Conselho de Administração. O mandato dos membros do Comitê Consultivo foi reduzido para doze meses e encerrado pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2005, uma vez que o objetivo para o qual foi criado já havia sido atingido.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração criou um Comitê Especial formado pelos mesmos três integrantes do Comitê Consultivo, com o objetivo de assessorar o desempenho das funções do nosso Conselho de Administração, em especial com relação a política de remuneração da nossa Diretoria. Em razão da Reorganização Societária, o Comitê Especial foi extinto em 31 de março de 2006.

De acordo com nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá indicar um Comitê Executivo com até quatro integrantes. Os integrantes do Comitê Executivo nomeados em 31 de março de 2006 são: Herman Wever, Vitor Sarquis Hallack, Boris Tabacof e Maysa Oliveira da Volta.

Posição Acionária

Em 14 de dezembro de 2006 os membros do Conselho de Administração e os Diretores eram proprietários, no total, de 2.678.396 ações ordinárias. Nenhum dos Diretores ou Conselheiros possui, individualmente, mais do que 1% das ações ordinárias em circulação. Em 14 de dezembro de 2006, nossos Diretores também tinham opções de compra de ações totalizando 1.629.470 ações ordinárias a um preço de compra por ação variando entre R$ 8,11 e R$ 23,00. Na mesma data, nenhum dos Conselheiros possuía opções de compra de ações ordinárias.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

Principais Acionistas

O quadro abaixo contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias detidas por acionistas detentores de 5% ou mais de nossas ações, pelos Acionistas Vendedores, pelos acionistas que faziam parte do Grupo Europeu, pela União e por nossos Conselheiros e Diretores em conjunto, em 19 de janeiro de 2007, incluindo as 2.225.046 ações ordinárias objeto de opções com prazo de exercício até maio de 2008.

Acionistas	Ações Ordinárias	
	Ações antes da Oferta	(%)
PREVI	121.274.001	16,3
SISTEL	54.237.297	7,3
Grupo Bozano [(1)]	79.326.709	10,7
BNDESPAR	46.712.579	6,3
EADS[(2)]	15.697.318	2,1
Dassault Aviation[(2)]	15.697.318	2,1
Safran[(2)]	8.310.342	1,1
União/Governo Brasileiro[(3)]	2.349.911	0,3
Conselheiros e Diretores [(4)]	3.903.386	0,5
Outros	394.620.099	53,2
Total [(5)]	742.128.960	100,0

(1) As ações do Grupo Bozano incluem ações pertencentes a Cia. Bozano e a Bozano Holding Ltd. 18.786.588 as ações de propriedade da Cia. Bozano e da Bozano Holdings Ltd. foram empenhadas em favor do Banco Santander Central Hispano, S.A., em conexão com a aquisição de substancialmente todo o capital social do Banco Meridional S.A., da Cia. Bozano.

(2) Integrantes do antigo Grupo de Defesa Aeroespacial Europeu. Tais acionistas não exercem em conjunto direitos de voto em nossas assembléias gerais.

(3) A União também possui a Ação Ordinária de Classe Especial.

(4) Inclui 859.470 ações objeto de opções exercíveis até 30 de maio de 2008.

(5) Inclui 2.225.046 ações objeto de opções exercíveis até 30 de maio de 2008.

Exceto com relação à Reorganização Societária, os acionistas que participavam de nosso grupo de controle não alteraram o número de ações de nossa emissão por eles detidas nos últimos três anos.

Em 31 de dezembro de 2006, havia 22.240 titulares de Ações, incluindo os detentores de ADSs.

Acionistas Vendedores

Os Acionistas Vendedores são a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Sistel de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, European Aeronautic Defense and Space Company EADS France e a Dassault Aviation S.A.

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

A PREVI foi fundada em 1914 como um fundo de pensão para os empregados do Banco do Brasil S.A. e é a maior entidade de previdência privada do Brasil atualmente. A União controla o Banco do Brasil S.A. Os principais diretores executivos da PREVI ficam localizados na Praia do Botafogo, 501, 4º andar, na Cidade do Rio de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 16 de janeiro de 2007, a PREVI detinha 16,4% do total de nossas Ações. A PREVI pretende vender 15.818.348 de suas Ações no contexto da Oferta Global.

Fundação Sistel de Seguridade Social

A Sistel foi fundada em 1977 como um fundo de pensão do Sistema Telebrás, o qual, antes de sua privatização, era composto de empresas de telecomunicação brasileiras pertencentes ao governo brasileiro. A Sistel é a segunda maior entidade de previdência privada do Brasil. Os principais diretores executivos da Sistel ficam localizados na SEP Sul 702/902, Edifício General Alencastro, na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Em 16 de janeiro de 2007, a Sistel detinha 7,3% do total de nossas Ações. A Sistel pretende vender 27.500.000 de suas Ações no contexto da Oferta Global.

BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o banco de fomento do governo brasileiro, e é uma das principais fontes de investimento em empreendimentos de capital privado. A BNDESPAR realiza investimentos de caráter temporário e minoritário em empresas brasileiras. Os principais diretores executivos da BNDESPAR localizam-se na Avenida República do Chile, 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 16 de janeiro de 2007, a BNDESPAR detinha 6,3% do total de nossas Ações. A BNDESPAR pretende vender 8.086.957 de suas Ações no contexto da Oferta Global.

EADS

A European Aeronautic Defense and Space Company EADS France é uma subsidiária integral da European Aeronautic Defense and Space Company EADS N.V., líder mundial em serviços relacionados a aeronaves, defesa e correlatos. A EADS foi criada em 2000 a partir da associação entre a DaimlerChrysler Aerospace AG, a Aerospatiale Matra e a CASA. Os principais diretores executivos da EADS localizam-se em Boulevard de Montmorency, 37, 75016, Paris, França.

Em 16 de janeiro de 2007, a EADS possuía 2,1% do total de nossas Ações. A EADS pretende vender a totalidade de suas Ações no contexto da Oferta Global.

Dassault Aviation

A Dassault Aviation foi fundada em 1936 e é uma das maiores empresas mundiais da indústria de aviação civil e militar. A Dassault Aviation projeta, manufatura e vende jatos comerciais e de combate. O Groupe Industriel Marcel Dassault, controlado pela família Dassault, detém 50,21% das ações da Dassault Aviation Os principais diretores executivos da Dassault Aviation localizam-se em 9, Rond-Point des Champs Elysées – Marcel Dassault, Paris, França.

Em 16 de janeiro de 2007, a Dassault Aviation detinha 2,1% do total de nossas Ações. A Dassault Aviation pretende vender 9.025.958 de suas Ações no contexto da Oferta Global.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Realizamos diversas operações com nossas subsidiárias e com o governo brasileiro, conforme descrito abaixo.

Governo Brasileiro

O governo brasileiro, principalmente por intermédio da FAB, participou do nosso desenvolvimento desde o início. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, o governo brasileiro respondeu, respectivamente, por cerca de 4,4%, 7,1% e 6,2% da nossa receita líquida. Esperamos continuar sendo o principal fornecedor de novas aeronaves, peças de reposição e serviços para o governo brasileiro.

O governo brasileiro tem um papel-chave como:

- uma fonte para financiamento de pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições para o desenvolvimento tecnológico, como FINEP e BNDES; e
- um órgão de apoio à exportação, por meio do BNDES.

Tínhamos linhas de crédito com o BNDES e a FINEP, basicamente para financiar custos de desenvolvimento do ERJ 145 e AL-X, as quais foram integralmente quitadas em 2005. Nossas subsidiárias possuem linhas de crédito com o BNDES no total de R$ 17,0 milhões em aberto em 30 de setembro de 2006, dos quais R$ 7,4 milhões a curto prazo. Temos também uma linha de crédito junto ao FINEP, no valor total de R$ 18,3 milhões em aberto em 30 de setembro de 2006. Os valores tomados emprestados sob as linhas de crédito do BNDES e FINEP vencem em novembro e dezembro de 2011, respectivamente. Além das linhas de crédito de longo prazo de nossas subsidiárias com o BNDES, em dezembro de 2005 financiamos com o BNDES um financiamento de crédito pré-exportação de curto prazo de até R$ 434,8 milhões, dos quais R$ 115,2 milhões estavam em aberto em 30 de setembro de 2005.

O governo brasileiro vem sendo uma fonte importante de financiamento de exportação para nossos clientes com o programa BNDES-exim, administrado pelo BNDES.

O Banco do Brasil S.A., banco controlado pelo governo brasileiro, administra o programa ProEx, que oferece a alguns de nossos clientes a equalização dos juros. Também temos realizado várias operações financeiras com o Banco do Brasil S.A e suas afiliadas. Em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 tínhamos investimentos de curto prazo de R$ 1.161,0 milhões, R$ 1.495,8 milhões e R$ 933,4 milhões respectivamente, com o Banco do Brasil, S.A. e várias de suas coligadas. Também tínhamos empréstimos em aberto no Banco do Brasil S.A. e várias coligadas suas, que em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 somavam R$ 815,8 milhões, R$ 830,8 milhões e R$ 827,5 milhões, respectivamente.

Grupo Europeu

Realizamos operações comerciais com o Grupo Europeu para a compra de determinados equipamentos e serviços no curso normal de nossos negócios no montante de R$ 43,7 milhões em 2003, R$ 10,7 milhões em 2004 e R$ 5,3 milhões em 2005.

Em decorrência da Reorganização Societária e da rescisão do acordo de acionistas entre os antigos controladores, o Grupo Europeu não possui mais o direito de nomear integrantes em nosso Conselho de Administração, e não mais vota como um grupo.

Além dos contratos mencionados acima, não celebramos qualquer outro contrato relevante com partes relacionadas.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Esta seção contém um resumo de algumas disposições do nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras da CVM e do Regulamento do Novo Mercado que se referem ao capital social, aos direitos de nossos acionistas, às informações periódicas eventuais prestadas para o mercado e de outros assuntos societários relativos à Companhia. Este resumo não é exaustivo e deve ser lido em conjunto com o nosso Estatuto Social.

Geral

Somos uma companhia aberta de capital social centralizado com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2005, nosso capital social consistia em um total de 721.832.057 ações em circulação, sem valor nominal, das quais 242.544.448 eram ordinárias, inclusive uma Ação Ordinária de Classe Especial conhecida como *golden share*, detida pelo União, e 479.287.609 eram ações preferenciais.

Devido à fusão da Antiga Embraer conosco, aprovada em 31 de março de 2006 e a conseqüente troca de ações, e após considerar a subseqüente emissão de ações ordinárias quando do exercício de opções de ações concedido, em 31 de dezembro de 2006, o capital social passou a ser composto por 739.903.914 ações ordinárias, já incluído neste número a Ação Ordinária de Classe Especial. Nosso Estatuto Social autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social em até 1.000.000.000 de ações ordinárias, sem necessitar de aprovação específica dos acionistas, qualquer aumento que implique na emissão de ações ordinárias acima do montante mencionado necessita de aprovação dos acionistas. Todas as nossas ações em circulação no mercado estão integralizadas.

Reorganização Societária

Em 31 de março de 2006, a incorporação da Antiga Embraer pela Companhia foi aprovada pelos seus respectivos acionistas. Tal incorporação, entre outras coisas, visou criar uma base de sustentabilidade, crescimento e continuidade para os negócios e atividades da Antiga Embraer, simplificando sua estrutura de capital e, assim, melhorando seu acesso aos mercados de capitais e aumentando os recursos financeiros para desenvolvimento de novos produtos e programas de expansão. Como conseqüência da Reorganização Societária:

- a Companhia incorporou a Antiga Embraer e a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações;
- a Companhia alterou sua razão social para a razão social da Antiga Embraer;
- todos os ativos e passivos (inclusive o capital social) da Antiga Embraer foram transferidos para a Companhia e todas as subsidiárias da Antiga Embraer se tornaram subsidiárias da Companhia, de forma que a Reorganização Societária não implicou em passivos adicionais;
- a Companhia assumiu todas as operações da Antiga Embraer;
- cada ação ordinária da Antiga Embraer foi substituída por uma ação ordinária da Companhia;
- cada ação preferencial da Antiga Embraer foi substituída por uma ação ordinária da Companhia;
- cada ADS da Antiga Embraer, representando estes quatro ações preferenciais da Antiga Embraer foi substituída por um ADS da Companhia, que representava 4 (quatro) ações ordinárias da Companhia; e
- a ação ordinária de classe especial da Antiga Embraer detida pela União foi substituída pela Ação Ordinária de Classe Especial da Companhia.

Adicionalmente, no contexto da Reorganização Societária, a Companhia aderiu ao segmento do Novo Mercado, passando a adotar um extenso conjunto de regras e normas de governança corporativa, as quais passaram a integrar o Estatuto Social da Companhia. Dentre as principais medidas, destacamos (i) a composição do capital social da Companhia exclusivamente por ações ordinárias; (ii) a vedação à emissão de partes beneficiárias; (iii) a manutenção de um *free float*, no mínimo, correspondente a 25% do capital social da Companhia; (iv) a adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital quando da realização de

ofertas públicas de distribuição de ações; (v) a adoção de critérios mais rigorosos na divulgação das informações financeiras; (vi) a adoção de mandato unificado de dois anos para os membros do Conselho de Administração; (vii) a eleição de membros independentes para o Conselho de Administração; (viii) a observância de regras mais severas de divulgação de informações, inclusive relativamente a operações com partes relacionadas, acordos de acionistas e planos de opção de compra de ações; (ix) a realização de reuniões públicas com analistas e demais interessados pelo menos uma vez por ano e divulgação de calendário anual de eventos corporativos; (x) a realização de ofertas públicas de aquisição de ações quando do cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado; (xi) a extensão aos acionistas minoritários das mesmas condições aplicáveis ao acionista controlador em caso de alienção do controle da Companhia; e (xii) a adoção do procedimento arbitral como mecanismo de solução de constrovérsias. Veja a seção "Práticas de Governança Corporativa" para informações mais detalhadas a respeito das práticas de governança corporativa do Novo Mercado adotadas pela Companhia.

Além disso, a Companhia adotou mecanismos adicionais para a proteção da dispersão do controle acionário, quais sejam, a limitação geral ao exercício do direito de voto, a limitação ao direito de voto de acionistas estrangeiros, a aprovação da União para a aquisição de participação igual ou superior a 35% do capital social da Companhia e a obrigatoriedade de realizar uma oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de participação igual ou superior a 35% do capital social da Companhia. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias", "- Limitação dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros", "- Mecanismos para Promover a Dispersão das Nossas Ações" para informações mais detalhadas a respeito das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.

Controle Difuso da Companhia

Em decorrência da Reorganização Societária, não temos um controlador ou grupo de controle claramente definido e nenhum acionista pode exercer em assembléia geral votos representativos de mais de 5% do total de votos em que se divide o capital social. Além disso, nosso Estatuto Social dispõe de mecanismos de proteção à dispersão acionária. Veja " – Mecanismo para Promover a Dispersão das Nossas Ações" e " – Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias".

A pulverização de nosso controle societário visou os seguintes objetivos principais:

- Ampliação da nossa capacidade de captação de recursos para suportar programas de expansão, decorrente do maior acesso ao mercado de capitais, antes limitado em decorrência da estrutura de nosso controle acionário e da proporção máxima permitida pela Lei das Sociedades por Ações entre ações ordinárias e ações preferenciais;
- Possibilidade de utilização das ações de nossa emissão como moeda de aquisição de ativos, o que poderá nos auxiliar em nossa expansão internacional.
- Potencial aumento de liquidez das ações; e
- Melhoria das práticas de governança corporativa e maior transparência dos atos de nossa Administração;

Nosso controle difuso pode representar determinados riscos para a Companhia e seus acionistas. Vide "Fatores de Risco – Riscos Relativos às Ações".

Nossos acionistas elegem 8 dos 11 membros de nosso Conselho de Administração que, por sua vez, elege nossa Diretoria. A partir de 2009, nosso Conselheiros terão um mandato unificado de dois anos. Nossos acionistas podem indicar candidatos ao Conselho de Administração e solicitar o procedimento de voto múltiplo para a eleição de nossos conselheiros, caso desejarem, na forma de nosso Estatuto Social. Acreditamos que os referidos mecanismos promovem o alinhamento entre os acionistas e administradores da Companhia.

Ações Ordinárias

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. De acordo com nosso Estatuto Social e o Regulamento do Novo Mercado, nosso capital social deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais.

Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias

Nosso Estatuto Social dispõe que nenhum acionista ou Grupo de Acionista poderá exercer votos representando mais de 5% da quantidade de ações do capital social total, independentemente do número de ações ou ADS de sua propriedade, de forma que a titularidade de ações em quantidade superior não confira ao seu titular ou a um determinado grupo de acionistas votos em quantidade superior ao limite estabelecido de 35%.

O quadro a seguir ilustra o número de votos conferidos aos acionistas em deliberações assembleares, conforme sua participação no capital:

Participação do acionista ou Grupo de Acionistas no capital	**Direitos a voto como percentagem do nosso capital social**
1%	1%
2%	2%
3%	3%
4%	4%
5%	5%
> 5%	5%

O mecanismo permite a restrição apenas dos direitos políticos (i.e. exercício do direito de voto), sem, contudo, limitar a participação no capital ou a percepção de dividendos sobre o número efetivo de ações do capital social da Companhia. Portanto, os direitos como o de participação nos lucros distribuídos, participação no acerco líquido da empresa em caso de liquidação, fiscalização da gestão dos negócios sociais, preferência na subscrição de novas ações e títulos conversíveis em ações e de retirar-se da sociedade nos casos previstos em lei não são afetados.

Para fins de aplicação da restrição ao número máximo de votos distribuídos, o nosso Estatuto Social, define como Grupo de Acionistas dois ou mais acionistas:

- que sejam partes de um acordo de voto;
- se um deles for, direta ou indiretamente, um acionista controlador ou uma sociedade controladora do outro ou dos demais;
- que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou grupo de pessoas, acionistas ou não; ou
- que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas ou trustes, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento (a) com os mesmos administradores ou gestores, ou ainda (b) cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou grupo de pessoas, acionistas ou não.

Limitação dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros

De acordo com o edital emitido pelo governo brasileiro relativamente à privatização da Embraer em 1994, a participação votante de estrangeiros titulares de ações ordinárias foi limitada a 40% das ações ordinárias da Embraer. Ao incluir em nosso Estatuto Social o mecanismo de limitação ao direito de voto de acionistas estrangeiros, o processo de reestruturação garantiu a maioria brasileira nas deliberações da Assembléia Geral, mantendo, assim, o objetivo principal da limitação constante do Edital de Privatização e corroborado no Parecer da AGU, qual seja, a restrição quanto à participação política de acionistas não nacionais.

O dispositivo limita o total de votos em qualquer Assembléia Geral conferidos a acionistas estrangeiros, isolada ou conjuntamente, a 40% do total de votos atribuídos aos acionistas brasileiros presentes à Assembléia (ou 40% do total), tudo calculado após a ciência do mecanismo para evitar concentração. O dispositivo evita, efetivamente, a assunção do controle por acionistas estrangeiros, assegurando que o poder político da empresa seja exercido por brasileiros e em conjunto com a limitação genérica do número máximo de votos em cada assembléia, de forma pulverizada.

O mecanismo de limitação ao direito de voto por acionistas estrangeiros constitui um importante fortalecimento à preponderância de acionistas brasileiros nas deliberações da Assembléia Geral. A fração de 2/3 foi escolhida para permitir o efeito político da limitação da participação estrangeira a 40% do capital. Conforme indicado no quadro abaixo, a configuração que assegura o maior número de votos de acionistas estrangeiros em deliberações aloca 60% dos direitos de voto a acionistas brasileiros e apenas 40% a acionistas estrangeiros:

Participação do Acionista Brasileiro (% do capital social)	Participação do Acionista Estrangeiro (% do capital social)	Participação do Acionista Estrangeiro[(1)]
90%	**10%**	**10%**
80%	**20%**	**20%**
70%	**30%**	**30%**
60%	**40%**	**40%**
59%	**41%**	**39.33%**
50%	**50%**	**33.33%**
40%	**60%**	**26.67%**
30%	**70%**	**20%**
20%	**80%**	**13.33%**
10%	**90%**	**6.67%**

1. Número de votos calculado com base em 2/3 dos votos de Acionistas Brasileiros.

Também nesse caso, a limitação aplicável aos acionistas estrangeiros impõe a restrição apenas dos direitos políticos (i.e. exercício do direito de voto), sem, contudo, vedar a participação no capital ou a percepção de dividendos sobre o número efetivo de ações do capital da companhia detidas pelo acionista. Portanto, outros direitos, como o de participação dos lucros distribuídos, participação no acervo líquido em caso de liquidação, fiscalização da gestão dos negócios sociais, preferência na subscrição de novas ações e títulos conversíveis em ações e de retirar-se da sociedade nos casos previstos em lei não são afetados.

Serão considerados "Acionistas Estrangeiros", sujeitos à limitação adicional de votos, todos aqueles que não se qualificarem como "Acionistas Brasileiros", estes últimos definidos pelo Estatuto como:

- as pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior;
- as pessoas jurídicas de direito privado organizadas em conformidade com a lei brasileira que tenham no país a sede de sua administração e (a) não tenham acionista controlador ou sociedade controladora estrangeira, a menos que esta cumpra os requisitos da cláusula (b) deste item, e (b) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior; e
- fundos ou clubes de investimentos organizados segundo a legislação brasileira, que tenham suas sedes administrativas no Brasil e cujos administradores e/ou condôminos detentores da maioria de suas quotas sejam pessoas de que tratam os dois itens anteriores. ("Acionistas Brasileiros").

Os quadros a seguir ilustram, em diferentes situações, o sistema de votação aplicável a nossas Assembléias Gerais.

Exemplo 1

Todos os acionistas brasileiros com menos de 5%, e acionistas estrangeiros com total de 40%, mas sem posições individuais superiores a 5%. Este exemplo demonstra uma situação onde a restrição geral e a restrição para estrangeiros não afetam a razão de voto.

Acionista	% Ações presentes	Votos efetivos após 5% de restrição de votos	Votos efetivos após restrição a estrangeiros	% de votos válidos	Índice de votos (votos/ação)
Brasileiro A	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro B	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro C	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro D	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro E	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro F	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro G	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro H	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro I	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro J	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro K	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Brasileiro L	**5**	**5**	**5**	**5%**	**1,00**
Total de brasileiros	**60**	**60**	**60**	**60%**	**1,00**
Estrangeiros(1)	**40**	**40**	**40(2)**	**40%**	**1,00**
Total	**100**	**100**	**100**	**100%**	**1,00**

(1). Presume que não há Acionista Estrangeiro pessoa física com mais de 5% do nosso capital social. Caso o Acionista Estrangeiro detenha mais de 5% do nosso capital, tal acionista também estará sujeito à restrição de votos de 5% sobre essa participação.
(2). 2/3 de 60 (votos totais dos Acionistas Brasileiros após a aplicação da restrição de votos de 5%) são 40 votos.

Exemplo 2

Um acionista brasileiro com mais de 5%, os demais acionistas brasileiros com menos de 5% e acionistas estrangeiros com total de 50%, mas sem posições individuais superiores a 5%.

Acionista	% Ações presentes	Votos efetivos após 5% de restrição de votos	Votos efetivos após restrição a estrangeiros	% de votos válidos	Índice de votos (votos/ação)
Brasileiro A	**20**	**5**	**5**	**8,57%**	**0,25**
Brasileiro B	**5**	**5**	**5**	**8,57%**	**1,00**
Brasileiro C	**5**	**5**	**5**	**8,57%**	**1,00**
Brasileiro D	**5**	**5**	**5**	**8,57%**	**1,00**
Brasileiro E	**5**	**5**	**5**	**8,57%**	**1,00**
Brasileiro F	**5**	**5**	**5**	**8,57%**	**1,00**
Brasileiro G	**5**	**5**	**5**	**8,57%**	**1,00**
Total de brasileiros	**50**	**35**	**35**	**60%**	**1,00**
Estrangeiros(1)	**50**	**50**	**23,3(2)**	**40%**	**0,47**
Total	**100**	**85**	**58,3**	**100%**	**0,58**

(1). Presume que não há Acionista Estrangeiro pessoa física com mais de 5% do nosso capital social. Caso o Acionista Estrangeiro detenha mais de 5% do nosso capital, tal acionista também estará sujeito à restrição de votos de 5% sobre essa participação.
(2). 2/3 de 35 (votos totais dos Acionistas Brasileiros após a aplicação da restrição de votos de 5%) são 23 votos.

Exemplo 3

Nenhum acionista brasileiro titular de mais de 5% do nosso capital social, um acionista estrangeiro titular de 30% e outro acionista estrangeiro titular de 40%, porém sem posições individuais superiores a 5%.

Acionista	% Ações presentes	Votos efetivos após 5% de restrição de votos	Votos efetivos após restrição a estrangeiros	% de votos válidos	Índice de votos (votos/ação)
Brasileiro A	**5**	**5**	**5**	**10%**	**1,00**
Brasileiro B	**5**	**5**	**5**	**10%**	**1,00**
Brasileiro C	**5**	**5**	**5**	**10%**	**1,00**
Brasileiro D	**5**	**5**	**5**	**10%**	**1,00**
Brasileiro E	**5**	**5**	**5**	**10%**	**1,00**
Brasileiro F	**5**	**5**	**5**	**10%**	**1,00**
Total de brasileiros	**30**	**30**	**30**	**60%**	**1,00**
Estrangeiro A	**30**	**5**	**2,22**	**4,4%**	**0,07**
Estrangeiros(1)	**40**	**40**	**17,8(2)**	**35,6%**	**0,44**
Total	**100**	**75**	**50**	**100%**	**0,50**

(1). Presume que nenhum Acionista Estrangeiro pessoa física (salvo o estrangeiro A) detenha mais de 5% do nosso capital social. Caso o Acionista Estrangeiro detenha mais de 5% do nosso capital, tal acionista também estará sujeito à restrição de votos de 5% sobre essa participação.
(2). 2/3 de 30 (votos totais dos Acionistas Brasileiros após a aplicação da restrição de votos de 5%) são 20 votos, divididos proporcionalmente entre o Estrangeiro A e os demais estrangeiros.

Exemplo 4

Dois Acionistas Brasileiros titulares de mais de 5% do nosso capital social, três Acionistas Brasileiros titulares de 5% e um Acionista Estrangeiro com 30%, porém sem qualquer posse individual superior a 5%.

Acionista	% Ações presentes	Votos efetivos após 5% de restrição de votos	Votos efetivos após restrição a estrangeiros	% de votos válidos	Índice de votos (votos/ação)
Brasileiro A	**30**	**5**	**5**	**12%**	**0,17**
Brasileiro B	**25**	**5**	**5**	**12%**	**0,20**
Brasileiro C	**5**	**5**	**5**	**12%**	**1,00**
Brasileiro D	**5**	**5**	**5**	**12%**	**1,00**
Brasileiro E	**5**	**5**	**5**	**12%**	**1,00**
Total de brasileiros	**70**	**25**	**25**	**60%**	**1,00**
Estrangeiros(1)	**30**	**30**	**16,7(2)**	**40%**	**0,56**
Total	**100**	**55**	**41,7**	**100%**	**0,42**

(1). Presume que nenhum Acionista Estrangeiro pessoa física (salvo o estrangeiro A) detenha mais de 5% do nosso capital social. Caso o Acionista Estrangeiro detenha mais de 5% do nosso capital, tal acionista também estará sujeito à restrição de votos de 5% sobre essa participação.
(2). 2/3 de 25 (votos totais dos Acionistas Brasileiros após a aplicação da restrição de votos de 5%) são 16,7 votos.

A Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social exigem que todas as Assembléias Gerais sejam convocadas por publicação de nota no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a publicação oficial do governo do Estado de São Paulo, e em um jornal de grande circulação na cidade onde a sede social está localizada, atualmente o Vale Paraibano em São José dos Campos, com antecedência mínima de 30 dias em relação à assembléia, e em outro jornal de grande circulação em São Paulo, onde a BOVESPA está localizada, atualmente a Gazeta Mercantil. O quorum para a realização de nossas Assembléias Gerais em primeira convocação em geral é a presença de acionistas representando 35% do capital votante, salvo quando a lei exigir quorum mais elevado e em segunda convocação, as assembléias poderão se realizar com a presença de acionistas representando 25% do capital votante e, em terceira convocação, as assembléias poderão se realizar com a presença de qualquer número de acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações ordinárias têm direito a dividendos na proporção da sua participação na quantia disponível para distribuição. Além disso, por ocasião da liquidação da empresa, as ações ordinárias terão direito ao retorno do capital na proporção da sua participação no nosso patrimônio líquido.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, nem nosso Estatuto Social nem deliberações tomadas nas Assembléias Gerais poderão retirar de um acionista os seguintes direitos:

- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito de participar de forma igualitária e proporcional no acervo da Companhia em caso de liquidação;
- direitos preferenciais no caso de subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em alguns casos específicos previstos na lei brasileira;
- direito de fiscalizar nossa administração de acordo com o Artigo 109 da Lei de Sociedades por Ações; e direitos de recesso nos casos especificados na Lei das Sociedades por Ações.

Ação Ordinária de Classe Especial

A Ação Ordinária de Classe Especial é de propriedade da União e confere a esta poder de veto em determinadas matérias.

Ação em Tesouraria e Programas de Recompra de Ações

Atualmente, não possuímos nenhuma ação em tesouraria. Não temos realizado nenhum programa de recompra de ações nos últimos cinco anos.

Política de Negociação com Ações de Emissão Própria

Temos uma política para a negociação de ações de nossa própria emissão, pela Companhia, por nossos acionistas controladores (se houver), conselheiros, diretores, gerentes, funcionários e outros profissionais. As regras desta política definem períodos nos quais as pessoas vinculadas deverão abster-se de negociar quaisquer valores mobiliários de nossa emissão de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Acordos de Acionistas

Não há acordos de acionistas registrados em nossa sede que estejam em vigor.

Exigências do Brasil

A legislação brasileira e nosso Estatuto Social determinam que os acionistas ou Grupo de Acionistas serão obrigados a divulgar, através de uma notificação a nós e às bolsas de valores em que os valores mobiliários são negociados, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, excederem 5% do nosso capital social. A infração desta obrigação de divulgação poderá resultar na suspensão dos direitos, incluindo os de voto, por deliberação dos acionistas na respectiva assembléia.

O Estatuto Social atribui ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade pela coordenação de um grupo de trabalho, cujo objetivo é acompanhar as variações na participação societária dos acionistas e detentores de ADS da Companhia, bem como a limitação quanto à participação de Acionistas Estrangeiros no capital social, visando a prevenir e, conforme o caso, denunciar a violação das regras estatutárias e das disposições legais.

Determinadas Exigências Legais dos Estados Unidos

Além disso, a *Securities Act* faz exigências sobre divulgações aos acionistas ou Grupos de Acionistas que se tornarem usufrutuários (conforme a definição do termo na Regra 13d-3 do *Securities Act*) de mais de 5% de nossas ações ordinárias. De modo geral, esses acionistas deverão registrar, em até 10 dias após a aquisição, um relatório de nua propriedade com a SEC, no qual constem as informações exigidas pelos regulamentos nos termos da citada Lei. Estas informações também deverão ser remetidas a nós, e a cada bolsa de valores

mobiliários dos Estados Unidos onde são negociadas nossas ações ordinárias. Os acionistas deverão consultar seu assessor jurídico sobre as exigências de divulgação nos termos do *Securities Act*.

Forma e Transferência

Como nossas ações estão registradas na forma escritural, a sua transferência está regulamentada pelo Artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. Esse Artigo prevê que a transferência de ações seja realizada por um lançamento feito pelo Banco Itaú S.A., também conhecido como o agente de registro, nos seus livros, lançando a débito as ações transferidas na conta de ações de quem transfere e creditando as ações transferidas na conta de ações do transferido. O Banco Itaú também realiza todos os serviços de guarda de valores e transferência de ações e serviços relacionados para nós.

As transferências de ações por acionista estrangeiro se fazem da mesma maneira e são executadas pelo agente local de tal acionista em nome do acionista, salvo se o investimento original tiver sido registrado no BACEN conforme a Resolução No. 2.689, o acionista estrangeiro também deverá providenciar emenda, se necessário, por meio de seu agente local, do registro eletrônico que reflita o novo proprietário.

A BOVESPA opera como sistema central de compensação. O portador de nossas ações poderá optar, a seu critério, por participar do sistema e todas as ações destinadas a serem colocadas nesse sistema serão depositadas em custódia junto à BOVESPA (por meio de uma instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo BACEN e com uma conta de compensação na BOVESPA). O fato de que tais ações são mantidas em custódia na BOVESPA constará de nosso registro de acionistas. Cada acionista participantes será, por sua vez, registrado no nosso registro de acionistas usufrutuários mantido pela BOVESPA e será tratado da mesma maneira que os acionistas nominativos.

Conselho de Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração de uma companhia deverão ser acionistas da mesma. Não há exigência relativa ao número de ações que uma pessoa física deverá possuir para ser membro do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os nossos Administradores estão proibidos de votar em ou agir em assuntos em que haja conflito entre os seus interesses e os nossos.

Nosso Estatuto Social prevê que os acionistas sejam responsáveis pela determinação da remuneração global dos membros da nossa administração. Nosso Conselho de Administração é responsável pela divisão de tal remuneração entre os membros do Conselho de Administração e Diretores. Não há disposição específica quanto ao poder de voto dos membros do Conselho de Administração quanto à sua remuneração na ausência de um quorum independente.

Compete ao nosso Conselho de Administração autorizar a emissão, por nós, de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, seja na forma de *bonds*, *notes*, *commercial papers*, e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate.

Ademais, compete ao nosso Conselho de Administração deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua emissão, para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento ou alienação.

Não existe, na Lei das Sociedades por Ações do Brasil nem no nosso Estatuto Social exigência de que os diretores se aposentem ao atingir determinada idade. Além disso, o nosso Estatuto Social autoriza a reeleição dos diretores.

Eleição do Conselho de Administração

A eleição dos membros do nosso Conselho de Administração, quando não houver solicitação de adotar um processo de eleição por voto múltiplo, será realizada de acordo com o sistema de votação por chapas, sendo vedada a votação individual em candidatos. Por proposta do conselho de administração, será sempre indicada

à reeleição uma chapa composta pelos membros e suplentes do Conselho em exercício. Qualquer outro acionista , ou conjunto de acionistas, poderá propor outra chapa para o Conselho de Administração. A mesma pessoa poderá integrar uma ou mais chapas diferentes, inclusive a composta pelos membros do Conselho em exercício.

Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, e os votos serão computados com observância das limitações descritas em "Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias" e "Limitação dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros". Serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembléia Geral.

Nosso Estatuto Social também inclui uma disposição pela qual qualquer acionista que deseje indicar um ou mais membros ao Conselho de Administração, que não sejam membros atuais, deverá nos avisar por escrito, pelo menos dez dias antes da Assembléia Geral na qual serão eleitos os membros do Conselho de Administração, indicando o nome, a qualificação e o currículo profissional do candidato. Nós publicaremos, até oito dias antes da data da Assembléia Geral, um aviso aos acionistas informando o local onde poderão obter a relação de todos os candidatos propostos nos termos do nosso Estatuto Social e cópia da sua qualificação e currículo profissional.

Como alternativa, a eleição dos membros do Conselho de Administração poderá ser realizada por meio de um processo de voto múltiplo. De acordo com o nosso Estatuto Social, a adoção do processo de voto múltiplo dependerá de solicitação dos acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital social, apresentada até 48 horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembléia Geral. Pelo processo de voto múltiplo, atribui-se a cada ação tantos votos quanto sejam os membros do Conselho a serem eleitos (sujeito às limitações descritas em "Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias" e "Limitação dos Direitos de Voto de Acionistas Estrangeiros"). Cada acionista terá o direito de cumular seus votos em só candidato e respectivo suplente ou distribuí-los entre vários. Todo cargo que não seja preenchido, devido a um empate na votação, serão objeto de uma nova votação, realizada pelo mesmo processo. Serão declarados eleitos os membros e respectivos suplentes que receberem a maior quantidade de votos.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembléia Geral imediatamente após a eleição dos integrantes do órgão.

Eleição do Conselho Fiscal

De acordo com nosso Estatuto Social, na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis, as regras descritas acima em " – Eleição do Conselho de Administração" para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia em conformidade com o sistema de votação por chapas.

A Assembléia Geral designará, dentre os membros eleitos, o Presidente do Conselho Fiscal e seu suplente.

Um dos membros do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente deverão, observados os requisitos e impedimentos legais, ser pessoas independentes da administração, não acionista, com reputação ilibada e notório saber na área de contabilidade, inclusive de práticas contábeis norte-americanas (*US GAAP*). A Diretoria deverá sugerir à Assembléia Geral lista de pessoas que satisfaçam a estes requisitos, mas a Assembléia poderá eleger pessoas não constantes da lista, desde que satisfaçam a tais requisitos.

Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista controlador ou sociedade controladora, na definição da lei, os acionistas minoritários terão direito, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações, de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente.

Mecanismo para Promover a Dispersão das Nossas Ações

Nosso Estatuto Social contém disposições com o propósito de evitar a concentração das ações nas mãos de um investidor ou de um grupo pequeno de investidores, a fim de promover a dispersão das ações. Para tanto,

estas disposições impõem certas obrigações ao acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de 35% ou mais do total das ações de nossa emissão, ou de outros direitos, inclusive usufruto e fideicomisso, sobre as ações de nossa emissão que representem 35% ou mais de nosso capital social ("Acionista Adquirente").

Caso autorizada pela União, a aquisição deverá ser realizada por meio de uma OPA, para aquisição de todas as ações de nossa emissão em circulação, a ser lançada por preço mínimo determinado segundo rígidos critérios fixados no estatuto social.

Este mecanismo garante, a um só tempo: (i) que a União terá o controle da aquisição de participações iguais ou superiores a referido limite; e (ii) que, caso a referida autorização seja assim concedida, os demais acionistas da Embraer terão o direito de vender suas ações ao acionista que vier a concentrar grande quantidade de ações.

Além da necessidade de autorização, de cunho político, a exigência de realização de OPAs, por seu viés econômico, age como importante mecanismo para desestimular a concentração de ações. A aquisição de qualquer participação acima do limite permitido. Se autorizada pela União, gerará a obrigação de adquirir a totalidade das ações em circulação, caso os demais acionistas decidam aderir à oferta, sujeitando o Acionista adquirente à obrigação de quitar os valores.

A fixação do preço a ser pago pelo ofertante será feita segundo os parâmetros de avaliação que desestimulam ainda mais a operação de concentração de ações, de acordo com a seguinte fórmula:

Preço OPA = Valor da Ação + Prêmio

na qual:

(i) "Preço OPA" corresponde ao preço de aquisição por ação de nossa emissão na oferta pública de ações acima descrita.

(ii) "Valor da Ação" corresponde ao maior valor entre:
- a cotação unitária mais elevada atingida pelas ações de nossa emissão no período de 12 meses anteriores à realização da OPA dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores em que as ações forem negociadas;
- o preço o mais elevado pago pelo Acionista Adquirente, no período de 36 meses anterior à realização da OPA, por uma ação ou lote de ações de nossa emissão;
- o valor equivalente a 14,5 vezes o nosso EBITDA Consolidado Médio, definido abaixo, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações de nossa emissão; ou
- o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos pedidos firmes em nossa carteira (*Backlog*), de acordo com a última informação publicada por nós, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações de nossa emissão.

(iii) "Prêmio" corresponde a 50% do Valor da Ação.

(iv) "EBITDA Consolidado" é o nosso lucro operacional consolidado antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, conforme determinado com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e já publicadas, relativas ao exercício social completo mais recente.

(v) "EBITDA Consolidado Médio" é a média aritmética dos nossos EBITDAs Consolidados relativos aos dois exercícios sociais completos mais recentes.

A não obtenção da autorização da União para a realização da OPA, no prazo máximo de 15 dias contados da data em que o agente ultrapassar o limite máximo de 35% de participação acionária da Companhia acarretará,

como conseqüência, a exigência de alienação das ações que excederem o limite permitido, sob pena de violação de norma estatutária, o que sujeita referido acionista à penalidades.

Arbitragem

Nós, nossos acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal nos obrigamos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

O disposto no parágrafo anterior não se aplicará em caso de disputas ou controvérsias relacionados ou decorrentes da Ação Ordinária de Classe Especial detida pela União, ou dos seus direitos e prerrogativas, nos termos da Lei ou do nosso Estatuto Social, as quais deverão ser submetidas à jurisdição do foro central da comarca de Brasília (DF).

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Poderemos nos tornar uma companhia fechada se nós ou nossos acionistas controladores lançarem uma oferta pública para adquirir todas as nossas ações em circulação, sujeito à aprovação prévia da oferta pública pelo governo brasileiro, na condição de titular da Ação Ordinária de Classe Especial, e de acordo com as regras e regulamentos da Lei das Sociedades por Ações brasileira, bem como os regulamentos pertinentes da CVM e do Novo Mercado. O preço mínimo oferecido pelas ações na oferta pública corresponderá ao valor econômico de tais ações, conforme determinado por um relatório de avaliação emitido por firma especializada.

O relatório de avaliação deverá ser elaborado por firma especializada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acinistas controladores, de experiência reconhecida, escolhida pelos acionistas representando a maioria das ações em circulação (excluindo para tais finalidades as ações possuídas pelo acionista controlador, seu sócio e dependentes incluídos na declaração do imposto de renda, caso o acionista controlador seja pessoa física, ações em tesouraria, ações possuídas por coligadas e por outras empresas integrantes de nosso grupo econômico, assim como votos em branco) de uma relação de três instituições apresentadas por nosso Conselho de Administração. Todas as despesas e custos incorridos em relação à elaboração do relatório de avaliação deverão ser pagos pelo acionista controlador.

Os acionistas possuidores de no mínimo 10% das nossas ações em circulação poderão solicitar à Diretoria a convocação de Assembléia Geral extraordinária para determinar a execução da avaliação usando o mesmo método ou outro. Esta solicitação deverá ser feita até 15 dias após a divulgação do preço a ser pago pelas ações na oferta pública. Os acionistas que fizerem tal solicitação, bem como aqueles que votarem em seu favor, deverão reembolsar-nos de todo custo pela elaboração da nova avaliação se o preço da nova avaliação não for superior ao preço da avaliação original. Se o preço da nova avaliação for maior que o preço da avaliação original, a oferta pública deverá ser realizada com o preço mais elevado. Caso nossos acionistas decidam pelo cancelamento do registro de companhia aberta, e nesse momento sejamos controlados por acionista titular de menos de 50% do capital social ou por acionista não integrante de um Grupo de Acionistas (conforme definido no seu estatuto), deveremos conduzir a oferta pública dentro dos limites regulados por lei. Neste caso, somente poderemos adquirir ações dos acionistas votando a favor do cancelamento, após comprarmos todas as ações dos demais acionistas que não votarem a favor de tal deliberação e que aceitarem a oferta pública.

Saída do Novo Mercado

A qualquer momento, podemos requerer o cancelamento da nossa listagem no Novo Mercado, desde que os acionistas com a maioria das ações aprovem a decisão e que seja dada à BOVESPA aviso por escrito pelo

menos com 30 dias de antecedência. O cancelamento da listagem de nossas ações no Novo Mercado não implica no cancelamento da negociação das ações de nossa emissão na BOVESPA.

Enquanto a Companhia tiver o seu Controle Difuso, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação na Assembléia Geral deverão efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação. O laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, quando aplicável, devendo o laudo também satisfazer os requisitos da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações de nossa emissão em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunt, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Conforme nosso Estatuto Social, enquanto houver o exercício do poder de Controle Difuso da Companhia e a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e, caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, nós deveremos realizar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os nossos acionistas. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do nosso registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Na hipótese de não mais haver exercício do poder de Controle Difuso, caso os nossos acionistas, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, deliberem a nossa saída do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado; ou a reorganização societária da qual a sociedade resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou Grupo de Acionistas, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme tal termo é definido no Regulamento do Novo Mercado, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do nosso Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no caso de transferência de nosso controle acionário até 12 meses após a exclusão do Novo Mercado, os acionistas controladores vendedores e os adquirentes deverão propor a aquisição das ações restantes pelos mesmos preço e condições oferecidos aos acionistas controladores vendedores, corrigidos pela inflação.

Uma vez obtido o cancelamento da listagem dos valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado, a Companhia não poderá solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma mudança no controle após o cancelamento.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a BOVESPA poderá emitir regras complementares para regular a oferta pública no caso de exclusão, no caso de empresa com controle difuso.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o controlador ou a própria Companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação.

De acordo com nosso Estatuto Social, enquanto tivermos o nosso Controle Difuso, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, nós deveremos efetivar oferta pública de aquisição de ações, sendo que, neste caso, somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a oferta pública.

Na hipótese de não mais haver exercício do poder de Controle Difuso, caso ocorra o cancelamento do registro de companhia aberta, nós ou o acionista, ou Grupo de Acionistas, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme tal termo é definido no Regulamento do Novo Mercado, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o registro de companhia aberta para negociação de ações no mercado de bolsa somente poderá ser cancelado se a Companhia, seus acionistas controladores ou a sociedade que a controle, direta ou indiretamente, formular oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de nossa emissão no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM. É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor.

Requisitos para Divulgação

Nós devemos atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Novo Mercado, devemos também seguir as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei de Mercado de Valores Mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de arquivar junto à CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembléias Gerais, bem como as cópias das atas destas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia observa também os seguintes requisitos de divulgação em decorrência de sua adesão ao Regulamento do Novo Mercado, dentre outros:

- apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, a qual deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;
- no máximo 4 meses após o encerramento do exercício social: (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em reais ou dólares norte-americanos, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Brasileiras bem como a proposta da destinação do resultado e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Brasileiras e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, deve: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, acompanhadas de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes, definidas no item anterior.

Informações Trimestrais

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Novo Mercado deve apresentar as seguintes informações:

- balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a Companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;
- informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;
- informe de forma consolidada da quantidade e características dos valores mobiliários de nossa emissão de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- informe da evolução da participação dos acionistas Controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;
- a demonstração de fluxo de caixa, que deverá ser incluída nas notas explicativas; e
- informe da quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas.
- informar a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem.

As informações relativas à quantidade e características das ações da companhia direta ou indiretamente detidas pelos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a evolução do volume de ações detidas por estas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores, e a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem devem também estar incluídas nas Informações Anuais - IAN da companhia, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia".

Divulgação de Negociações com Ações Realizadas por Acionista Controlador, Conselheiro, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Os acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo da Companhia devem informar a Companhia, para que esta possa divulgar à CVM e à BOVESPA, de acordo com a Instrução CVM 358 e com o Regulamento do Novo Mercado, a quantidade e espécie de valores mobiliários de nossa emissão, de suas controladas e companhias controladoras, incluindo derivativos, que são detidos por eles ou por pessoas próximas ligadas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas posições. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários devem ser fornecidas à CVM e à BOVESPA dentro do prazo de 10 dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários devem ser fornecidas à CVM e à BOVESPA dentro do prazo de 10 dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada em pelo menos 5% a participação dos acionistas controladores e/ou qualquer indivíduo ou sociedade, ou seja individualmente ou em conjunto com outros indivíduos ou sociedades com o mesmo interesse, tais acionistas ou Grupo de Acionistas deverão comunicar à Companhia, à BOVESPA e à CVM as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, preço, espécie e/ou classe, nos casos de ações adquiridas, ou características, no caso de outros valores mobiliários;
- forma de aquisição (transação privada, transação feita na bolsa de valores, etc.);
- razões e objetivo da aquisição;
- informação sobre quaisquer acordos regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão;
- cotações médias dos valores mobiliários da espécie e/ou classe adquiridos, nos últimos 90 dias, no âmbito da BOVESPA.

Divulgação de ato ou fato relevante

De acordo com a Instrução CVM 358, a Companhia deve informar à CVM e à BOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos seus negócios. Deve também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de nossa emissão, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de nossa emissão ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Em circunstâncias especiais, a Companhia pode submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

Negociação em Bolsas de Valores

Todas as ações de nossa emissão serão negociadas na BOVESPA, uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na BOVESPA são realizadas pelas suas corretoras.

A CVM e a BOVESPA possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

Negociações com valores mobiliários listados na BOVESPA, incluindo o Novo Mercado e os Níveis 1 e 2 de Prática Diferenciada de Governança Corporativa, podem, em algumas circunstâncias, ser afetadas pelas operações realizadas no mercado de balcão não organizado.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA ocorre 3 dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara

de compensação da BOVESPA é gerenciada pela CBLC. A CBLC é a contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral, tanto para as obrigações financeiras, quanto para as movimentações de títulos. Segundo o regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do BACEN. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Esta Seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa que adotamos e deve ser analisada conjuntamente com as Seções "Descrição do Capital Social", "Administração" e "Informação sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos".

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal.

O Novo Mercado é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2, e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles.

As regras do Novo Mercado exigem, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, o atendimento aos seguintes requisitos, entre outros:

- manter somente ações ordinárias em nosso capital social;
- conceder a todos os acionistas o direito de venda conjunta (*tag-along*), em caso de alienação do nosso Controle acionário, devendo o adquirente do Controle realizar oferta pública de aquisição das ações aos demais acionistas, oferecendo as mesmas condições asseguradas ao alienante do Controle, incluindo o mesmo preço pago por ação do bloco Controlador;
- assegurar que as nossas ações, representativas de, no mínimo, 25% do capital total, estejam em circulação;
- adotar procedimentos de oferta que favoreçam a dispersão acionária;
- cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações;
- divulgar as negociações realizadas mensalmente pelos nossos acionistas controladores, envolvendo valores mobiliários de sua emissão, inclusive derivativos;
- disponibilizar aos nossos acionistas um calendário de eventos societários;
- limitar o mandato de todos os membros do conselho de administração a, no máximo, 2 anos, podendo ser reeleitos;
- excepcionalmente e para fins de transição, quando e se o Poder de Controle da Companhia vier a ser exercido de forma difusa, os membros do conselho de administração poderão ser eleitos uma única vez com mandato de até 3 anos; limitar a composição do Conselho de Administração a, no mínimo, 5 membros, sendo que, no mínimo, 20% deles deverão ser independentes;
- elaborar, a partir do segundo exercício social findo após a admissão no Novo Mercado, demonstrações financeiras anuais, inclusive demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com normas contábeis internacionais, tais como o U.S. GAAP ou o IFRS;
- a resolução, por nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, por meio da arbitragem, de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem;
- realizar, pelo menos uma vez ao ano, reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas; e
- em caso de saída do Novo Mercado, ou em razão de reorganização societária da qual a companhia resultante não esteja admitida para negociação no Novo Mercado, ou para que as ações sejam

negociadas fora do Novo Mercado, o acionista Controlador deve fazer oferta pública de aquisição das ações em circulação, no mínimo pelo valor econômico apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Em abril de 2006, após a Reorganização Societária, nós alteramos espontaneamente nosso Estatuto Social para adequá-lo às regras do Novo Mercado e, em 31 de março de 2006, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, por meio do qual aderimos às regras do Novo Mercado.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo 5 membros, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser Conselheiros Independentes, eleitos pela Assembléia Geral. Todos os novos membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um termo de anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do referido termo de anuência, nossos administradores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

De acordo com o Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração possui 11 membros, dos quais, no mínimo, 20% devem ser Conselheiros Independentes.

Os membros de nosso Conselho de Administração conselheiros são eleitos em Assembléia Geral de acionistas para um mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral. Veja "Descrição do Capital Social – Conselho de Administração".

Possuímos 7 Conselheiros Independentes, e igual número de suplentes, em nosso Conselho de Administração, quais sejam, os Srs. Boris Tabacof, Eduardo Salomão Neto, Hermann Wever, José Reinaldo Magalhães, Samir Zraick, Vitor Sarquis Hallack e Wilson Carlos Duarte Delfino e seus respectivos suplentes, que representam mais de 20% (vinte por cento) da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Veja a Seção "Administração – Conselho de Administração".

Conselho Fiscal

Nosso Conselho Fiscal é um órgão independente de nossa administração e de nossa auditoria externa.
Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, por meio do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, responsabilizam-se pessoalmente por agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento.

De acordo com o Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e é composto de 5 membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país e eleitos pela Assembléia Geral. Veja "Administração – Conselho Fiscal".

Dispersão Acionária em Distribuição Pública

O Regulamento do Novo Mercado estipula que deveremos envidar melhores esforços com o fim de alcançar dispersão acionária, com adoção de procedimentos especiais, como, por exemplo, garantia de acesso a todos os investidores interessados ou a distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10% do total de ações a serem distribuídas.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número

suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital por um acionista controlador obrigá-lo a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo das ações em circulação de 25% das ações do nosso capital social, nos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição.

Alienação do Controle

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar uma OPA aos demais acionistas, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Essa oferta ainda será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do nosso controle, e em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo o Novo Mercado, aquele que já detiver ações de nossa emissão e que venha a adquirir o Poder de Controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública do modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações de nossa emissão neste período, devidamente atualizado.

O Estatuto Social prevê ainda que qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de: (i) 35% ou mais do total de ações de nossa emissão; ou (ii) outros direitos, inclusive usufruto e fideicomisso, sobre as ações de nossa emissão que representem mais de 35% do seu capital ("Acionista Adquirente"), deverá, no prazo máximo de 15 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à União, na qualidade de titular da Ação Ordinária de Classe Especial, por intermédio do Ministério da Fazenda, pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da BOVESPA e o nosso Estatuto Social.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subseqüentes à aquisição do Controle. Veja "Descrição do Capital Social – Alienação de Controle".

Aquisição de Controle por meio de Aquisições Sucessivas

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, aquele que já detiver ações de nossa emissão e que venha a adquirir o seu controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com um acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública no modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 meses anteriores à data da alienação de nosso controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações de nossa emissão nesse período, devidamente atualizado.

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivados por Administradores, Controladores e Membros do Conselho Fiscal

Nossos administradores, eventual acionista controlador e os membros do nosso Conselho Fiscal devem comunicar à BOVESPA, logo após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivados.

Ainda segundo as regras do Novo Mercado, o acionista controlador fica obrigado a comunicar à BOVESPA (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, sendo que tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do poder de controle e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se inclusive o preço, no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Conforme as regras do Novo Mercado e do Estatuto Social, o cancelamento de nosso registro de companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo Valor Econômico, devendo tal laudo ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão em relação a nós, nossos administradores, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1° do artigo 8° da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6° do mesmo artigo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação de nosso Valor Econômico é de competência privativa da Assembléia Geral de acionistas, a partir da apresentação, por nosso Conselho de Administração de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela Assembléia Geral de acionistas, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante. O Valor Econômico das nossas ações, apontado no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado por nosso acionista controlador na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do nosso registro de companhia aberta.

Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante, conforme disposto no parágrafo acima.

Se o Valor Econômico das nossas ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo Valor Econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado. No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente, especialmente aquelas constantes das normas editadas pela CVM sobre a matéria e respeitados os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado. Veja "Descrição do Capital Social - Cancelamento de Registro de Companhia Aberta".

Saída do Novo Mercado

É permitido a nós sair a qualquer tempo do Novo Mercado, desde que a saída seja aprovada em Assembléia Geral de acionistas e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. A ata de assembléia deve conter o motivo da saída do Novo Mercado, sendo que esta não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BOVESPA. Veja "Descrição do Capital Social – Saída do Novo Mercado".

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

Possuímos, ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações do Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Informação relevante consiste em qualquer deliberação de nossa Assembléia Geral de acionistas ou de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, por exemplo).

A Instrução CVM 358 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo que tenhamos.

Todas as Pessoas Vinculadas deverão assinar Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo nosso estatuto social, a BOVESPA, nós, nossos administradores, e os membros do nosso Conselho Fiscal comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriundas do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, da Cláusula Compromissória, em especial, quanto a sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, através de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado. Veja "Descrição do Capital Social – Arbitragem".

Informações Periódicas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as nossas demonstrações financeiras e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre (excetuando-se o último trimestre) e de cada exercício social, devem, obrigatoriamente, incluir demonstração dos fluxos de caixa, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos apresentar as demonstração de fluxos de caixa após 6 meses da data em que obtivermos autorização para negociar no Novo Mercado. Veja "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas".

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que após o encerramento de cada exercício social, deveremos elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, em reais ou dólares americanos, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da

administração e notas explicativas acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS). Veja "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais".

De acordo com o Novo Mercado a adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a nossa obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado os valores mobiliários por ela emitidos.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

Conforme esta regra, deveremos apresentar a íntegra das Informações Trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Veja "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais."

Esta apresentação de Informações Trimestrais, a qual deverá ser acompanhada de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes, deve ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais US GAAP ou IFRS.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão conter nas Informações Trimestrais. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detive mais de 5% do nosso capital social, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do conselho fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item (iii) acima, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

Requisitos Adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv) e (vii) do tópico "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas Informações Anuais da Companhia no Quadro "Outras Informações Consideradas Importantes Para Melhor Entendimento da Companhia". Veja "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais".

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Novo Mercado estipula que, pelo menos uma vez ao ano, nós e nossos administradores deveremos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Novo Mercado que nós e nossos administradores deveremos enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação

e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA. Eventuais alterações subseqüentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BOVESPA e divulgadas imediatamente.

Contratos com o Mesmo Grupo

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre nós e as nossas controlada(s) e coligada(s), nossos administradores, nosso acionista controlador, e, ainda, entre nós e sociedade(s) controlada(s) e coligada(s) de nossos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$ 200.000,00, ou valor igual ou superior a 1% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos nossos negócios. Veja "Operações com Partes Relacionadas".

Práticas de Governança Corporativa adotas por nós constantes do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC

O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando a (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a eqüidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar a divulgação de informações não só de desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também de todos os demais fatores, ainda que intangíveis, que norteiam a ação empresarial. Por eqüidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A prestação de contas, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas pelos agentes de governança corporativa, por sua atuação, a quem os elegeu, com responsabilidade integral por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, nós adotamos as seguintes:

- direito de voto assegurado a todos os nossos acionistas, sendo que cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as limitações descritas na seção "Descrição do Capital Social - Limitações dos Direitos de Voto de Certos Titulares de Ações Ordinárias" e "Descrição do Capital Social - Limitação dos direitos de voto de Acionistas Estrangeiros";
- registro de nossos Acionistas Brasileiros e nossos Acionistas Estrangeiros;
- convocação da Assembléia Geral com um mínimo de 30 dias de antecedência, com deliberação restrita aos assuntos expressamente previstos na ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica;
- escolha de hora e local para a realização da Assembléia Geral de forma a facilitar a presença do maior número possível de acionistas, ou seus representantes;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- existência de comitês para análise e discussão de assuntos específicos, sendo que o nosso Estatuto Social prevê (i) a existência de um Comitê Executivo; e (ii) que o Conselho de Administração poderá criar Comitês de Assessoramento à nossa administração, com objetivos restritos e específicos;

- pelo menos 20% dos membros do Conselho de Administração devem ser independentes;
- Conselho de Administração com competência para adotar normas regimentais para o funcionamento da Companhia, bem como para supervisionar os trabalhos dos auditores externos;
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração;
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária de um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com competência para aprovar seu regimento interno;
- competência do Conselho Fiscal, no exercício das funções do Comitê de Auditoria para apresentar recomendações ao Conselho de Administração para a escolha ou substituição da empresa de auditoria externa e mediar eventuais conflitos e controvérsias entre a nossa administração e os auditores independentes.
- livre acesso às informações e instalações da Companhia pelos membros do Conselho de Administração;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- dispersão de ações (*free float*), visando à liquidez dos títulos;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre nós e nossos acionistas;
- existência de política de divulgação de informações relevantes, a qual contempla, inclusive, o dever de guardar sigilo acerca de informações relevantes; e
- adoção de um Código de Ética e Conduta, aplicável a todos os empregados, independentemente de seus níveis hierárquicos na Companhia, aos Administradores e às empresas controladas. Nosso Código de Ética e Conduta estabelece, dentre outras, diretrizes e responsabilidades quanto a conflitos de interesses; informações confidenciais; saúde, segurança e meio ambiente; éticas nas negociações; e discriminação e assédio.

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, vide as seções "Descrição do Capital Social" e "Títulos e Valores Mobiliários Emitidos".

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada Assembléia Geral Ordinária, o Conselho de Administração é obrigado a recomendar como o lucro líquido para o exercício fiscal anterior deve ser alocado. Para os fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como a renda líquida depois de impostos sobre a renda e impostos de contribuição social para o referido exercício, livre de qualquer perda acumulada de exercícios anteriores e valores alocados para a participação dos empregados e da administração nos lucros. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações do Brasil e nosso Estatuto Social, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são os valores iguais ao lucro líquido menos os valores alocados deste lucro líquido para:

- a reserva legal;
- reserva de contingência para perdas antecipadas; e
- reserva de receitas não realizadas.

É obrigatório manter uma reserva legal, para a qual deve ser alocado 5% do lucro líquido para cada exercício até o valor da referida reserva atingir 20% do capital realizado. Entretanto, não é obrigatório fazer qualquer alocação para a reserva legal relativa a qualquer exercício fiscal em que ela, quando adicionada às outras reservas de capital estabelecidas, exceder 30% do nosso capital. As perdas líquidas, se houver, podem ser cobradas da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo da nossa reserva legal era de R$ 310,2 milhões, igual a 6,5% do nosso capital realizado em 31 de dezembro de 2004.

A Lei das Sociedades por Ações também estabelece duas alocações adicionais, discricionárias, do lucro líquido que estão sujeitas à aprovação pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária. Primeiro, uma porcentagem do lucro líquido pode ser alocada para uma reserva de contingência para perdas antecipadas que sejam consideradas prováveis em anos futuros. Todo valor assim alocado em um ano anterior deve ser revertido no exercício fiscal em que a perda era antecipada, se esta perda não vier a ocorrer de fato, ou receber baixa contábil no caso de ocorrer a perda antecipada. Segundo, se o valor da receita não realizada exceder a soma da reserva legal, da reserva de capital de giro e investimento, de lucros acumulados; e a reserva de contingência para perdas antecipadas, este excesso poderá ser alocado para uma reserva de receitas não realizadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as receitas não realizadas são definidas como a soma da:

- atualização do nível de preço das contas de saldo;
- a participação na renda patrimonial de empresas coligadas; e
- lucros de vendas a prestação a serem recebidas após o final do exercício seguinte.

De acordo com o Estatuo Social, o Conselho de Administração poderá alocar no mínimo 75% da renda líquida a uma reserva para investimento e capital de giro. Esta reserva não poderá ser superior a 80% do capital social.

A finalidade da reserva para investimento e capital de giro é a realização de investimentos em ativos fixos ou aumento do nosso capital de giro. Tal reserva, também, poderá ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa emissão.

A Assembléia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de reserva para investimento e capital de giro ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Os valores disponíveis para distribuição podem ainda ser aumentados por reversão da reserva de contingência para perdas antecipadas estabelecida em anos anteriores, mas não realizada, ou ainda mais aumentados ou reduzidos como resultado das alocações de receitas para ou das reservas de receitas não realizadas. Os valores disponíveis para distribuição são determinados com base em demonstrações financeiras preparadas seguindo o método definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Dividendo Obrigatório

A Lei das Sociedades por Ações geralmente requer que o estatuto social de cada companhia determine um percentual mínimo de valores disponíveis para distribuição por tal sociedade para cada exercício social que pode ser distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório.

O dividendo obrigatório é baseado em percentual sobre o lucro líquido ajustado. Caso o estatuto social de uma companhia não determine o percentual, este será de 25%. Segundo nosso Estatuto Social, no mínimo 25% de nosso lucro líquido do exercício fiscal anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.

O dividendo obrigatório pode ser pago na forma de dividendos ou a título de juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido de imposto de renda retido na fonte pode ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório e pode ser considerado como despesa dedutível para fins de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido.

Veja "Descrição do Capital Social – Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos" para maiores informações sobre o cálculo do dividendo.

Pagamento de Dividendos

Somos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações a realizar uma Assembléia Geral Ordinária até o final do quarto mês após o final de cada exercício, na qual, entre outras coisas, os acionistas terão de decidir sobre o pagamento de dividendos anuais. O pagamento dos dividendos anuais baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas para o exercício em questão. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exige-se que os dividendos sejam pagos, em princípio, dentro de 60 dias após a data da declaração dos dividendos, a não ser que uma resolução dos acionistas determine outra data de pagamento, o qual, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do final do exercício no qual se declararam os dividendos. Cada acionista tem um prazo de 3 anos a partir da data de pagamento dos dividendos para reclamar dividendos (ou pagamento de juros sobre capital próprio) relativos às suas ações, e após o término de tal prazo as quantias dos dividendos não reclamados reverterão a nosso favor.

A Lei das Sociedades por Ações permite que uma empresa pague dividendos intermediários a partir de lucros pré-existentes e acumulados no exercício ou semestre fiscal precedentes, com base nas demonstrações financeiras aprovadas pelos seus acionistas. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá deliberar o levantamento de balanço semestral e declarar dividendos intermediários. Poderá ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. O Conselho de Administração poderá ainda declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

De um modo geral, os acionistas não residentes no Brasil deverão se registrar junto ao BACEN para receber dividendos, resultados de vendas ou outra quantias relativas às suas ações e que possam ser remetidos para fora do Brasil. As ações ordinárias correspondentes às nossas ADSs serão custodiadas no Brasil pelo Banco Itaú S.A., também conhecido como custodiante, como agente do depositário, que será o proprietário registrado nos registros do agente de registro das nossas ações. O nosso agente de registro é o Banco Itaú. O depositário registrou eletronicamente as ações ordinárias correspondentes às nossas ADSs no BACEN e, portanto, poderá receber dividendos, resultados de vendas ou outras quantias relativas a essas ações, que podem ser remetidas para fora do Brasil.

Os pagamentos de dividendos e distribuições, se houver, se farão em moeda brasileira ao custodiante, em nome do depositário, que então converterá tais receitas em dólares dos EUA a serem entregues ao depositário para distribuição aos portadores de ADSs. Nos termos da lei brasileira em vigor, os dividendos pagos aos acionistas que não forem residentes no Brasil, inclusive portadores de ADSs, não estarão sujeitos a imposto de renda na fonte no Brasil, a não ser em relação aos dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995.

Política de Dividendos e de Pagamentos Adicionais sobre o Capital Social

A Lei No. 9249, datada de 26 de dezembro de 1995, e suas emendas, prevê a distribuição de juros capital próprio aos acionistas como forma alternativa de pagamento aos acionistas. Tal participação é limitada à variação diária pro rata da TJLP e não poderá exceder o que foi maior entre:

- 50% do resultado líquido (depois de considerar as provisões para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ou CSLL, mas antes de levar em consideração tal distribuição e quaisquer deduções de imposto de renda) em relação ao período relativamente ao qual se faz o pagamento; ou
- 50% da soma dos lucros retidos e das reservas de lucro no início do ano em relação ao qual se está fazendo o pagamento, valendo o maior.

A distribuição de juros sobre capital próprio também pode ser contabilizada como despesa dedutível de imposto. Todo pagamento de juros sobre o capital social a portadores de ADSs ou ações ordinárias, residentes ou não no Brasil, estará sujeito à retenção de imposto de renda no Brasil, às alíquotas de 15% ou de 25% se o beneficiário residir em paraíso fiscal.

A quantia paga aos acionistas como juros sobre capital próprio, isenta de imposto na fonte, poderá ser incluída como parte de qualquer quantia de distribuição obrigatória. Nos termos da lei brasileira, a Companhia está obrigada a distribuir aos acionistas uma quantia suficiente para assegurar que a importância líquida recebida por eles, após termos pago os impostos na fonte aplicáveis no Brasil relativos à distribuição de juros sobre capital próprio seja igual ou maior do que a quantia de distribuição obrigatória. Caso a distribuição de juros sobre capital próprio não seja contabilizada como parte do Dividendo Obrigatório, será aplicado o imposto de retenção na fonte. Todos os pagamentos feitos até hoje foram contabilizados como parte do Dividendo Obrigatório.

A tabela a seguir apresenta um histórico do pagamento de dividendos e dos pagamentos de juros sobre capital próprio feitos aos nossos acionistas.

Data de aprovação	Período no qual se geraram os lucros	Montante Total de Distribuição (em milhões de R$)	(em milhões de US$) [3]
18.09.98 [1]	**Primeiros dois trimestres de 1998**	**21,3**	**17,9**
30.03.99 [1]	**Dois trimestres remanescentes de 1998**	**33,9**	**19,7**
28.09.99 [1]	**Primeiros dois trimestres de 1999**	**36,8**	**19,1**
31.01.00 [1]	**Dois trimestres remanescentes de 1999**	**86,7**	**48,1**
24.03.00 [2]	**Primeiro trimestre de 2000**	**19,6**	**11,2**
16.06.00 [2]	**Segundo trimestre de 2000**	**19,9**	**11,0**
06.07.00 [1]	**Primeiros dois trimestres de 2000**	**79,6**	**44,8**
22.09.00 [2]	**Terceiro trimestre de 2000**	**27,7**	**15,0**
15.12.00 [2]	**Quarto trimestre de 2000**	**33,5**	**17,1**
16.03.01 [1]	**Dois trimestres remanescentes de 2000**	**107,5**	**49,7**
16.03.01 [2]	**Primeiro trimestre de 2001**	**33,8**	**15,7**
13.06.01 [2]	**Segundo trimestre de 2001**	**41,4**	**18,0**
14.09.01 [1]	**Primeiros dois trimestres de 2001**	**123,1**	**46,1**
14.09.01 [2]	**Terceiro trimestre de 2001**	**48,4**	**18,1**
15.12.01 [2]	**Quarto trimestre de 2001**	**57,1**	**24,6**
19.03.02 [1]	**Dois trimestres remanescentes de 2001**	**100,0**	**43,0**
19.03.02 [2]	**Primeiro trimestre de 2002**	**58,9**	**25,4**
14.06.02 [2]	**Segundo trimestre de 2002**	**59,5**	**20,9**
13.09.02 [2]	**Terceiro trimestre de 2002**	**66,3**	**17,0**
13.12.02 [2]	**Quarto trimestre de 2002**	**70,0**	**19,8**
13.12.02 [2]	**1998 e 1999**	**72,5**	**20,5**
16.06.03 [2]	**Primeiros dois trimestres de 2003**	**76,7**	**26,7**
12.12.03 [2]	**Dois trimestres remanescentes de 2003**	**118,5**	**41,0**
12.03.04 [2]	**Primeiro trimestre de 2004**	**101,0**	**34,7**
25.06.04 [2]	**Segundo trimestre de 2004**	**160,0**	**51,5**
20.09.04 [2]	**Terceiro trimestre de 2004**	**160,0**	**55,9**
17.12.04 [2]	**Quarto trimestre de 2004**	**164,1**	**61,8**
11.03.05 [2]	**Primeiro trimestre de 2005**	**106,5**	**39,9**
03.06.05 [2]	**Segundo trimestre de 2005**	**110,8**	**47,1**
16.09.05 [2]	**Terceiro trimestre de 2005**	**113,5**	**51,0**
19.12.05 [2]	**Quarto trimestre de 2005**	**112,9**	**48,2**

1. Representa pagamentos de dividendos.
2. Representa juros sobre capital próprio.
3. Convertidos de reais nominais para dólares norte-americanos às taxas comerciais de venda em vigor nas datas em que foram aprovados os dividendos.

Além disso, em 12 de junho de 2006, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio para o primeiro semestre de 2006 no total de R$ 114,4 milhões que, de acordo com a taxa de câmbio de 12 de junho de 2006, corresponde a US$ 50,4 milhões.

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre capital próprio, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social. O Conselho de Administração pode aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, calculados com base em nas demonstrações financeiras semestrais ou trimestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos que exercerem a distribuição obrigatória, exigirá a aprovação pelo voto da maioria dos portadores de ações ordinárias. A importância de qualquer distribuição dependerá de muitos fatores, tais como os resultados de nossas operações, nossa condição financeira, exigências de caixa, perspectivas e outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. No contexto do nosso planejamento fiscal, considera-se favorável à própria Companhia a distribuição de participação no capital social.

[página intencionalmente deixada em branco]

3. ANEXOS

- Estatuto Social 173
- Informações Anuais (IAN) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (apenas informações não constantes das demais seções deste Prospecto) 214
- Atas das Deliberações Societárias dos Acionistas Vendedores 238
- Declarações do Coordenador Líder, dos Acionistas Vendedores e da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 250

[página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL DA

EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

ART. 1º - A Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Companhia foi constituída como sociedade de economia mista federal, autorizada pelo Decreto-lei nº 770, de 19 de agosto de 1969, e privatizada, nos termos da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e do Edital nº PND-A-05/94-EMBRAER, da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, publicado no Diário Oficial, Sessão 3, de 04 de abril de 1994, às páginas 5.774 a 5.783.

SEDE

ART. 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, podendo criar subsidiárias e abrir filiais, escritórios ou agências, assim como nomear agentes ou representantes em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

OBJETO SOCIAL

ART. 3º - A Companhia tem por objeto:

I. Projetar, construir e comercializar aeronaves e materiais aeroespaciais e respectivos acessórios, componentes e equipamentos, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade;

II. Promover ou executar atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção do material aeroespacial;

III. Contribuir para a formação de pessoal técnico necessário à indústria aeroespacial; e

IV. Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos à indústria aeroespacial.

PRINCÍPIOS

ART. 4º - A organização e o funcionamento da Companhia obedecerão aos seguintes princípios:

I. A Companhia terá os valores mobiliários de sua emissão negociados nos mercados de capitais, nacionais e/ou estrangeiros, satisfazendo aos requisitos legais e das instituições desses mercados para que neles possa obter os recursos financeiros necessários ao seu crescimento, manutenção de sua competitividade e sua perpetuação;

II. Todas as ações em que se dividir o capital social serão ordinárias;

III. Nas deliberações da Assembléia Geral:

a) nenhum acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, poderá exercer votos em número superior a 5% do número de ações em que se dividir o capital social; e

b) o conjunto dos acionistas e grupos de acionistas estrangeiros não poderá exercer votos em número superior a 2/3 do total de votos conferidos ao conjunto de acionistas brasileiros presentes;

IV. Ressalvado o disposto no art. 55, será vedada a pré-constituição de maioria de acionistas na Assembléia Geral, mediante acordos de acionistas sobre exercício do direito de voto que formem blocos com números de votos superior ao limite individual fixado na alínea "a" do item III deste artigo;

V. As deliberações e os atos dos órgãos da Companhia de que trata o art. 9º ficarão sujeitos ao veto da União; e

VI. É vedada a emissão de partes beneficiárias.

ART. 5º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

CAPITAL SOCIAL

ART. 6º - O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R$ 4.771.726.054,66 (quatro bilhões, setecentos e setenta e um milhões, setecentos e vinte e seis mil e cinqüenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), dividido em 738.611.819 (setecentos e trinta e oito milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e dezenove) ações ordinárias e uma ação ordinária de classe especial (art. 9º), todas sem valor nominal.

PARÁGRAFO 1º – O capital será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, vedada a emissão de ações preferenciais.

PARÁGRAFO 2º - A classe especial da ação da União compreenderá sempre uma única ação, que preservará todas as suas prerrogativas enquanto for detida pela União (conforme art. 8º da Lei n º 9.491/97).

ART. 7º - O capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de até 1.000.000.000 de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária

PARÁGRAFO 1º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembléia Geral, na forma da lei.

PARÁGRAFO 2º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

a) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; e

b) de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações; e

c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

FORMA DAS AÇÕES

ART. 8º - Todas as ações da Companhia serão escriturais, mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos titulares em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários escolhida pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 1º - A instituição depositária das ações escriturais cobrará diretamente à Companhia o custo dos serviços de ação escritural.

PARÁGRAFO 2º - A instituição depositária manterá o controle do número de ações de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no §2º do art. 11.

AÇÃO DE CLASSE ESPECIAL DA UNIÃO

ART. 9º - A ação ordinária de classe especial confere à União poder de veto nas seguintes matérias:

I. Mudança de denominação da Companhia ou de seu objeto social;

II. Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia;

III. Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil;

IV. Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares;

V. Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares;

VI. Transferência do controle acionário da Companhia;

VII. Quaisquer alterações: (i) às disposições deste artigo, do art. 4, do caput do art. 11, dos arts. 12, 15 e 16, do inciso III do art. 19, dos parágrafos 1º. e 2º. do art. 28, do inciso X do art. 34, do inciso XII do art. 40 ou do Capítulo VII; ou ainda (ii) de direitos atribuídos por este Estatuto à ação de classe especial.

PARÁGRAFO 1º - Estará sujeita a prévia aprovação da União, na qualidade de detentora da ação ordinária de classe especial, a realização da oferta pública de aquisição de ações referida no art. 55 do presente Estatuto.

PARÁGRAFO 2º - Observado o disposto na Lei 6.404/76 e no art. 19, inciso III deste estatuto, as matérias elencadas no presente artigo estarão sujeitas

à deliberação do Conselho de Administração da Companhia, observando-se o seguinte procedimento:

I. A matéria será objeto de deliberação do Conselho de Administração.

II. Se aprovada pelo Conselho de Administração, o Presidente daquele órgão notificará o membro eleito pela União para que esta exerça seu direito de veto ou se manifeste favoravelmente à matéria, dentro do prazo de 30 dias a contar do recebimento da referida notificação.

III. Decorrido o prazo referido no inciso II, acima, será realizada nova reunião do Conselho de Administração para: (i) reconsiderar a deliberação, caso a União tenha exercido o seu direito de veto; ou (ii) ratificar a deliberação, caso a União tenha se manifestado favoravelmente ou não tenha proferido qualquer manifestação no prazo indicado acima.

IV. Se a deliberação for ratificada pelo Conselho de Administração, a matéria, nos casos em que a legislação assim exija, será submetida à aprovação da Assembléia Geral, na qual a União poderá ainda exercer o poder de veto nos termos do presente artigo.

PARÁGRAFO 3º - Sem prejuízo do procedimento estabelecido no § 2º acima, todas as matérias sujeitas a veto da União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial, a serem deliberadas pelo Conselho de Administração, deverão adicionalmente ser objeto de notificação prévia da Companhia ao Ministério da Fazenda, a ser feita concomitantemente com a notificação mencionada no inciso II acima, para pronunciamento dentro do prazo de 30 dias a contar do recebimento da notificação referida no inciso II acima.

EXCLUSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

ART. 10 - A emissão de ações para aumento do capital social, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o prazo para o seu exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto neste artigo se aplica, por igual, à emissão de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, salvo se estes forem atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritores de ações ou debêntures conversíveis em ações.

CAPÍTULO II

ACIONISTAS

ACIONISTAS BRASILEIROS

ART. 11 - Para os efeitos deste Estatuto, são considerados acionistas brasileiros ("Acionistas Brasileiros"):

I - as pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior;

II - as pessoas jurídicas de direito privado organizadas de conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede de sua administração e:

a) que não tenham acionista controlador nem sociedade controladora estrangeiros, salvo se esta última estiver compreendida na alínea "b" deste inciso;

b) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais de que trata o inciso I;

III - os fundos ou clubes de investimento organizados de conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede da sua administração e cujos administradores e/ou condôminos detentores da maioria de suas quotas sejam pessoas de que tratam os incisos I e II.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia manterá registro dos Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros, conforme definidos neste artigo e no art. 12.

PARÁGRAFO 2º - O Acionista Brasileiro é obrigado a provar, perante a Companhia e a instituição financeira depositária das ações escriturais, que satisfaz aos requisitos deste artigo e somente após essa prova será inscrito no registro dos Acionistas Brasileiros.

ACIONISTAS ESTRANGEIROS

ART. 12 - Serão consideradas como acionistas estrangeiros ("Acionistas Estrangeiros"), para o efeito deste Estatuto, as pessoas, naturais ou jurídicas, os fundos ou clubes de investimento e quaisquer outras entidades não compreendidas no disposto no art. 11 e as que não provarem, nos termos do § 2º do art. 11, que satisfazem aos requisitos para serem registrados como Acionistas Brasileiros.

GRUPOS DE ACIONISTAS

ART. 13 - Para os efeitos deste Estatuto, serão considerados como grupo de acionistas ("Grupo de Acionistas") dois ou mais acionistas da Companhia:

I - Que sejam partes de acordo de voto;

II – Se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais;

III – Que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou

IV – Que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e *trusts*, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não.

PARÁGRAFO 1º – No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembléias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

PARÁGRAFO 2º - Para fins do presente Estatuto, não serão considerados como um Grupo de Acionistas os detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, a menos que se enquadrem em qualquer das hipóteses previstas no *caput* do presente artigo.

PARÁGRAFO 3º – Um Grupo de Acionistas será considerado estrangeiro ("Grupo de Acionistas Estrangeiros") sempre que um ou mais de seus integrantes for um Acionista Estrangeiro.

PARÁGRAFO 4º - Adicionalmente ao disposto no *caput* e parágrafos precedentes deste artigo, considerar-se-ão partes de um mesmo Grupo de Acionistas em uma determinada Assembléia quaisquer acionistas ou Grupos de Acionistas representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, exceto no caso de detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, quando representados pelo respectivo Banco Depositário.

PARÁGRAFO 5º – No caso de acordos de acionistas que tratem do exercício do direito de voto, todos os seus signatários serão considerados, na forma deste artigo, como integrantes de um Grupo de Acionistas, para fins da aplicação da limitação ao número de votos de que trata o art. 15.

OBRIGAÇÃO DE DIVULGAR

ART. 14 – Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia e às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, superem 5% do capital da Companhia ou múltiplos de tal percentual.

PARÁGRAFO 1º - Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste artigo.

PARÁGRAFO 2º - A infração ao disposto neste artigo ensejará a aplicação das penalidades descritas no art. 17 abaixo.

DIREITO DE VOTO

ART. 15 - Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, observados os seguintes limites:

I - nenhum acionista, ou Grupo de Acionistas, brasileiro ou estrangeiro, poderá exercer votos em número superior a 5% da quantidade de ações em que se dividir o capital social da Companhia;

II - o conjunto dos Acionistas Estrangeiros não poderá exercer, em cada reunião da Assembléia Geral, número de votos superior a 2/3 do total dos votos que puderem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros presentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não serão computados nas deliberações da Assembléia Geral os votos que excederem os limites fixados neste artigo.

ART. 16 - Para efeito de observância do disposto no inciso II do art. 15, após a instalação de cada Assembléia Geral:

I - serão apurados, com base na lista de presença, e divulgados pelo Presidente da Mesa (conforme estabelece o art. 23, § 3º abaixo), o número total de votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros e pelos Acionistas Estrangeiros presentes, observado o disposto nos incisos I e II do art. 15;

II - se o total dos votos dos Acionistas Estrangeiros exceder de 2/3 (dois terços) dos votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros, o número de votos de cada Acionista Estrangeiro será reduzido proporcionalmente da porcentagem do excesso, de modo a que o total dos votos de estrangeiros não supere o limite de 40% do total de votos que podem ser exercidos em tal Assembléia Geral.

PARÁGRAFO 1º - No caso de Acionistas Estrangeiros e Grupos de Acionistas Estrangeiros, as limitações acima serão aplicadas conjunta e sucessivamente.

PARÁGRAFO 2º - O Presidente da Assembléia Geral informará o número de votos que poderão ser exercidos por cada acionista presente, após a aplicação das regras constantes no art. 15 e no presente artigo.

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

ART. 17 - A Assembléia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou por este Estatuto, inclusive a de provar a nacionalidade brasileira, de que trata o § 2º do art. 11.

PARÁGRAFO 1º - A suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembléia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembléia Geral quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 dias, a pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

PARÁGRAFO 3º – Caberá à Assembléia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista também estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

PARÁGRAFO 4º – A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

ACORDO DE ACIONISTAS

ART. 18 - Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

ART. 19 - Compete privativamente à Assembléia Geral, além das atribuições do art. 122 e demais dispositivos da Lei nº 6.404/76:

I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

II. Eleger e destituir os membros do Conselho de Fiscal e fixar a sua remuneração;

III. Deliberar, quando exigido pela legislação aplicável, sobre as matérias sujeitas a veto da União, como titular da ação de classe especial, nos termos do art. 9º do presente Estatuto;

IV. Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia e dos integrantes dos Comitês do Conselho de Administração;

V. Deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado ("Novo Mercado") da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA");

VI. Escolher a empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VIII abaixo;

VII. Aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, nos termos do art. 7º, §2º alínea "b";

VIII. Atribuir a administradores e/ou empregados da Companhia participação nos lucros, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;

IX. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro e da distribuição de dividendos pela Companhia apresentada pela administração; e

X. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

CONVOCAÇÃO

ART. 20 - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 30 dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio; não se realizando a Assembléia, será publicado anúncio de segunda convocação com, antecedência mínima de 15 dias; e, não se realizando novamente a Assembléia, a terceira convocação será publicada com, no mínimo, 8 dias de antecedência.

LEGITIMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

ART. 21 - As pessoas presentes à Assembléia deverão provar a sua qualidade de Acionistas Brasileiros (art. 11) ou Acionistas Estrangeiros (art. 12) exibindo documento hábil de sua identidade, ou depositarão na Companhia, até 48 horas antes da hora marcada para a realização da Assembléia, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 41 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária.

PARÁGRAFO 2º - O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social da Companhia até 48 horas antes da hora marcada para a realização da Assembléia.

***QUORUM* DE INSTALAÇÃO**

ART. 22 – A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 35% do capital social, salvo quando a lei exigir *quorum* mais elevado; em segunda convocação, com a presença de acionistas representando 25% do capital social; e em terceira convocação, com qualquer número de acionistas, observado o disposto no § 3º do art. 56 deste Estatuto Social.

LIVRO DE PRESENÇA

ART. 23 - Antes de abrir-se a Assembléia, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando seu nome e residência, a quantidade de ações de que

forem titulares, e sua qualificação como Acionistas Brasileiros (art. 11) ou Acionistas Estrangeiros (art. 12).

PARÁGRAFO 1º - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembléia.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que comparecerem à Assembléia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos atribuídos a Acionistas Brasileiros e a Acionistas Estrangeiros.

PARÁGRAFO 3º - Após o encerramento da lista de acionistas, o Presidente da Mesa informará o número de votos que poderão ser exercidos por cada Acionista Brasileiro e cada Acionista Estrangeiro, observado o disposto nos arts. 15 e 16.

MESA

ART. 24 - Os trabalhos da Assembléia serão dirigidos por Mesa presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do órgão; e, no caso de ausência ou impedimento de ambos, por acionista eleito pela Assembléia dentre os presentes.

PARÁGRAFO 1º - O Secretário da Assembléia será designado pelo Presidente da Mesa.

PARÁGRAFO 2º - O Diretor de Relações com Investidores ou pessoa por ele designada estará, necessariamente, presente à Assembléia Geral a fim de prestar eventuais esclarecimentos e informações aos acionistas e à Mesa a respeito de matérias compreendidas nas funções que lhe são atribuídas no presente Estatuto. Não obstante, caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, qualquer decisão relativa ao número de voto de cada acionista ou quanto à sua qualificação como Acionista Brasileiro ou Acionista Estrangeiro.

VOTAÇÃO

ART. 25 - Nas votações de deliberações da Assembléia Geral serão apurados separadamente os votos de Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros (arts. 11 e 12), observadas as limitações de voto de que tratam os arts. 15 e 16.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembléia Geral somente deliberará acerca de assuntos expressamente previstos na ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

CAPÍTULO V

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ART. 26 - Os órgãos da administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos Diretores.

INVESTIDURA

ART. 27 - Os conselheiros, diretores e membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, ou Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, conforme o caso, bem como de Termo de Anuência dos Administradores ou o Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO

ART. 28 - O Conselho de Administração será composto de 11 membros e respectivos suplentes, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 anos permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - A União, na qualidade de titular da ação de classe especial, terá direito de eleger um membro do Conselho de Administração e respectivo suplente.

PARÁGRAFO 2º - Os empregados da Companhia terão o direito de eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes, sendo um membro e seu suplente indicados pelo CIEMB - Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer, e o outro, e seu suplente, pelos empregados não acionistas da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - Os demais 8 membros serão eleitos pelos demais acionistas da Companhia, observado o disposto nos arts. 32 e 33. Caberá ao Presidente da Assembléia Geral, na condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, determinar a mecânica de votação relativamente à eleição dos conselheiros de que trata este parágrafo (art. 32 ou art. 33).

PARÁGRAFO 4º - O Diretor Presidente da Companhia, ou o Diretor designado para substituí-lo, participará de todas as reuniões do Conselho de Administração, sem que lhe seja conferido, todavia, direito de voto nas deliberações do órgão. É vedado a qualquer membro do Conselho de Administração ocupar simultaneamente cargo de Diretor da Companhia.

PARÁGRAFO 5º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

ART. 29 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, os quais serão escolhidos pela Assembléia Geral imediatamente após a eleição dos integrantes do órgão.

ART. 30 - A substituição dos membros do Conselho de Administração, de forma temporária ou em virtude de vacância do cargo, far-se-á da seguinte maneira:

I. Ocorrendo impedimento de membro efetivo, seu suplente assumirá até que cesse o impedimento;

II. Ocorrendo vacância do cargo de membro efetivo, seu suplente assumirá até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária, que elegerá o substituto;

III. No caso de vacância, simultânea ou sucessiva, dos cargos de membro efetivo e seu suplente, os demais membros do Conselho de Administração nomearão seu substituto, que servirá até a primeira Assembléia Geral, quando então serão eleitos seus substitutos em caráter definitivo;

IV. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções passarão a ser exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente do órgão; e

V. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente do Conselho assumirá

interinamente a Presidência do órgão e convocará, imediatamente, Assembléia Geral para preenchimento do cargo vago e para a eleição de um novo Presidente do Conselho de Administração.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ART. 31 - Os membros do Conselho de Administração deverão ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que:

I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou

II - tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Considerar-se-á abusivo, para os fins do disposto no artigo 115 da Lei nº 6.404/76, o voto proferido por acionista visando à eleição de membro do Conselho de Administração que não satisfaça aos requisitos deste artigo.

PARÁGRAFO 2º - Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de reuniões do órgão ou exercer o voto nos assuntos em que tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - Na eleição dos membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes de que trata o §3º do art. 28, independentemente do processo de eleição que vier a ser adotado (art. 32 ou art. 33), qualquer acionista que deseje indicar um candidato e/ou respectivo suplente que não seja(m) integrante(s) do Conselho de Administração deverá notificar a Companhia a este respeito, por escrito, até 10 dias antes da realização da Assembléia, indicando o nome, qualificação e *curriculum* profissional de cada um e anexando à notificação termo firmado pelo candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo. A Companhia publicará, até 8 dias antes da data da Assembléia, aviso informando aos acionistas o local onde poderão obter a relação de todos os candidatos propostos nos termos deste parágrafo e cópia da sua qualificação e *curriculum* profissional.

ELEIÇÃO POR CHAPAS

ART. 32 - Ressalvado o disposto no art. 33, a eleição dos membros do Conselho de que trata o § 3º do art. 28 dar-se-á pelo sistema de chapas, vedada a votação individual em candidatos.

PARÁGRAFO 1º - Será sempre indicada à reeleição, por proposta do Conselho de Administração, chapa composta pelos integrantes do Conselho em exercício e seus suplentes, observadas as seguintes normas:

a) se qualquer membro do Conselho deixar, por decisão sua ou impedimento, de integrar a chapa, caberá ao Conselho de Administração completá-la;

b) a administração da Companhia deverá, até 30 dias antes da data marcada para a Assembléia Geral, enviar à Bolsa de Valores, inserir em *site* da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o *curriculum* dos candidatos a membros e suplentes integrantes da chapa formada nos termos deste parágrafo.

PARÁGRAFO 2º - É facultado a qualquer outro acionista, ou conjunto de acionistas, propor outra chapa para o Conselho de Administração, observadas as seguintes normas:

a) a proposta deverá ser comunicada por escrito à Companhia até 10 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembléia, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas;

b) a comunicação deverá conter as informações e documentos constantes do §3º do art. 31, com especificação dos membros e respectivos suplentes;

c) até 8 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembléia, a Companhia publicará aviso, com divulgação em site da rede mundial de computadores, informando o local em que os acionistas poderão obter cópia das propostas de chapas apresentadas.

PARÁGRAFO 3º - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas diferentes, inclusive a de que trata o § 1º.

PARÁGRAFO 4º - Cada acionista somente poderá votar em uma chapa; os votos serão computados com observância das limitações previstas nos arts. 15 e 16; e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembléia Geral.

ELEIÇÃO POR VOTO MÚLTIPLO

ART. 33 - Na eleição dos membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes de que trata o § 3º do art. 28 é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital social, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembléia.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia deverá, imediatamente após o recebimento do pedido, publicar aviso aos acionistas comunicando que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

PARÁGRAFO 2º - Instalada a Assembléia, a Mesa promoverá, com base nos Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros que tiverem assinado o Livro de Presença e no número de suas ações, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista, brasileiro e estrangeiro, observadas as seguintes normas:

a) será determinado em primeiro lugar o número de votos que cabe a cada acionista segundo o disposto no item I do artigo 15, atribuindo-se a cada ação que não exceder o limite de 5% do total das ações do capital social da Companhia tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos;

b) se o total dos votos dos Acionistas Estrangeiros exceder de 2/3 do total dos votos dos Acionistas Brasileiros, será determinada a porcentagem de redução dos votos de cada Acionista Estrangeiro para que se contenha no limite do item II do art. 15.

PARÁGRAFO 3º - Serão candidatos a membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração:

a) os integrantes das chapas de que tratam o §1º e o §2º do art. 32; e

b) o candidato e respectivo suplente que tenham sido indicados por qualquer acionista e não sejam membros do Conselho de Administração, na forma do §3º do art. 31.

PARÁGRAFO 4º - Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos nos termos do § 2º em um só candidato e respectivo suplente ou distribuí-los entre vários. Serão declarados eleitos os membros e respectivos suplentes que receberem maior quantidade de votos.

PARÁGRAFO 5º - Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustado o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

PARÁGRAFO 6º - Sempre que a eleição tiver sido realizada por esse processo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembléia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira Assembléia Geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.

PARÁGRAFO 7º - O § 4º do art. 141 da Lei nº 6.404/76 somente será aplicável se a Companhia vier a ter acionista controlador.

COMPETÊNCIA

ART. 34 - Compete ao Conselho de Administração:

I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. Eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;

III. Respeitada a competência da Diretoria, fixar as funções e atribuições dos Diretores da Companhia, designando, dentre estes, o Diretor de Relações com Investidores, na forma da regulamentação da CVM;

IV. Fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

V. Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

VI. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria deliberando sobre a sua submissão à Assembléia Geral;

VII. Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre a Companhia;

VIII. Convocar a Assembléia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, Assembléia Geral Extraordinária da Companhia;

IX. Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;

X. Apreciar as matérias sujeitas ao poder de veto da União, submetendo-as, quando exigido pela Lei nº 6.404/76, à apreciação da Assembléia Geral;

XI. Manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembléia Geral;

XII. Deliberar sobre:

a) a emissão de ações do capital autorizado, observado o disposto no art. 7º e seu § 1º;

b) a emissão de bônus de subscrição e, observado o disposto no § 2º do art. 7º e o plano aprovado pela Assembléia Geral, a outorga de opções de compra de ações ali referida;

c) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua emissão, para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento ou alienação;

XIII. Aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo estabelecer alçada da Diretoria para a realização de tais operações independentemente de aprovação específica;

XIV. Deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

XV. Autorizar a emissão, pela Companhia, de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", e outros, de usos comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;

XVI. Aprovar a constituição de subsidiárias e a participação da Companhia no capital de outras sociedades ou empreendimentos de qualquer natureza, no País ou no exterior;

XVII. Autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;

XVIII. Autorizar a Companhia a prestar garantias e conceder financiamentos a terceiros, ressalvado o disposto no inciso XI do art. 40, abaixo;

XIX. Aprovar a contratação da instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais;

XX. Aprovar a política salarial e de recursos humanos da Companhia, inclusive no que tange a critérios de remuneração, direitos e vantagens, bem como a remuneração individual dos administradores;

XXI. Autorizar a transferência de recursos da Companhia para associações de empregados, entidades assistenciais e recreativas, fundo de previdência privada e fundação;

XXII. Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, observadas as recomendações do Conselho Fiscal;

XXIII. Determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine;

XXIV. Aprovar, previamente, a prática de todos os atos ou a celebração de quaisquer contratos ou transações de qualquer natureza envolvendo, de um lado, a Companhia e, de outro: (i) qualquer acionista da Companhia que detenha mais de 5% de seu capital social; (ii) quaisquer administradores da Companhia, efetivos ou suplentes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4o grau; ou (iii) quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer das pessoas indicadas nos itens "i" e "ii";

XXV. Definir a lista tríplice de empresas especializadas, dentre as quais a Assembléia Geral escolherá a que procederá à avaliação econômica da Companhia e elaboração do laudo competente, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou sua saída do Novo Mercado;

XXVI. Dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para o funcionamento da Companhia; e

XXVII. Exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para si qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembléia Geral ou da Diretoria.

PARÁGRAFO 1º – A destituição de membros da Diretoria dependerá do voto afirmativo de, pelo menos, 7 dos membros do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Observado o limite máximo estabelecido pela Assembléia Geral, caberá ao Conselho de Administração determinar a remuneração de cada um dos seus membros, de cada membro dos Comitês (arts. 35 e 36) e de cada Diretor da Companhia, tendo em conta as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

PARÁGRAFO 3º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas no presente Estatuto Social, convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembléias Gerais.

COMITÊS DO CONSELHO

ART. 35 - O Conselho de Administração designará um Comitê Executivo, permanente, composto de até 4 membros, sem poder deliberativo ou de gestão, destinado a auxiliá-lo no exercício de suas funções.

PARÁGRAFO 1º - Poderão ser indicados para o Comitê membros do Conselho de Administração, efetivos ou suplentes, ou da Diretoria da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - Na hipótese de indicação de membros da Diretoria para compor o Comitê Executivo, caberá ao Diretor que estiver acumulando funções apenas a maior dentre as remunerações aplicáveis a cada um dos cargos exercidos. Os membros do Conselho de Administração indicados para compor o referido órgão poderão acumular as remunerações aplicáveis aos cargos exercidos.

ART. 36 - O Conselho de Administração poderá criar Comitês de Assessoramento à administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos e de prazo limitado de duração, designando os membros e estabelecendo sua remuneração, quando for o caso, observado o limite global fixado pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO 1º - Poderão ser indicados para compor os Comitês de Assessoramento membros do Conselho de Administração, efetivos ou suplentes, ou da Diretoria da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - Na hipótese de indicação de membros da Diretoria para compor os Comitês de Assessoramento, caberá ao Diretor que estiver acumulando funções apenas a maior dentre as remunerações aplicáveis a cada um dos cargos exercidos. Os membros do Conselho de Administração indicados para compor os referidos órgãos poderão acumular as remunerações aplicáveis aos cargos exercidos.

SEÇÃO II

DIRETORIA

COMPOSIÇÃO

ART. 37 - A Diretoria será composta de no mínimo 4 e no máximo 11 Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, todos com prazo de gestão de 2 anos, permitida a reeleição. As designações e funções da cada Diretor serão estabelecidas pelo Conselho de Administração, que indicará aquele que exercerá a função de Diretor de Relações com Investidores.

PARÁGRAFO 1º - Nos seus impedimentos ou ausências, o Diretor Presidente será substituído por um dos Diretores por ele designado, o qual assumirá, então, cumulativamente, a Presidência.

PARÁGRAFO 2º - Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, assumirá interinamente um dos demais Diretores, a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, até a primeira reunião subseqüente do Conselho de Administração, que designará o novo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO 3º - Os demais Diretores serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pelo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO 4º – Em caso de vacância do cargo de Diretor assumirá interinamente, cumulando as funções, um dos demais Diretores, a ser indicado pelo Diretor Presidente, até a primeira reunião do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 5º - O Diretor que substituir o Diretor Presidente ou qualquer dos demais Diretores na forma do presente artigo não fará jus a qualquer remuneração adicional.

ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES

ART. 38 - Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir esse Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral de acionistas, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Compete ao Diretor Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

b) propor ao Conselho de Administração a composição da Diretoria;

c) propor ao Conselho de Administração a distribuição de funções aos demais Diretores;

d) orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores;

e) dirigir as atividades relacionadas com planejamento geral da Companhia e de suas controladas;

f) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia; e

g) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Diretor-Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

ART. 39 - A Diretoria possui todos os poderes para a prática dos atos necessários à consecução do objeto social da Companhia, observadas as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração.

ART. 40 – Compete à Diretoria, além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto:

I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral de Acionistas;

II. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o plano de atividades e o orçamento geral da Companhia, bem como o plano estratégico e suas revisões anuais, cuidando das respectivas execuções;

III. Propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais dos negócios sociais da Companhia;

IV. Submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

V. Criar e extinguir unidades operacionais da Companhia;

VI. Indicar e promover a destituição de administradores de subsidiárias e nomear e destituir os gestores das unidades operacionais da Companhia;

VII. Elaborar, anualmente, o Plano de Ações e de Metas de cada Diretoria, submetendo-o, com o desempenho e resultado alcançados, ao Conselho de Administração, em suas reuniões ordinárias;

VIII. Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia;

IX. Propor ao Conselho de Administração a instalação ou supressão de subsidiárias, filiais, escritórios e agências da Companhia no País e no Exterior;

X. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração a política salarial da Companhia e de suas subsidiárias;

XI. Autorizar a Companhia a prestar garantias e conceder financiamentos às suas subsidiárias, companhias de propósito especiais e outras que diretamente ou indiretamente estejam sob controle da Companhia, devidamente consolidadas em suas demonstrações financeiras; e

XII. Submeter à apreciação do Conselho de Administração as matérias sujeitas a veto da União, como titular da ação de classe especial,

nos termos do art. 9º e do inciso III do art. 19 do presente Estatuto.

REPRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

ART. 41 - Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste artigo, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por dois membros da Diretoria, pela assinatura de um membro da Diretoria e um procurador ou por dois procuradores, nos limites dos respectivos mandatos.

PARÁGRAFO 1º - Os atos para os quais o presente Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito.

PARÁGRAFO 2º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador na prática dos seguintes atos:

I. recebimento de quitação de valores devidos pela Companhia;

II. emissão, negociação, endosso e desconto duplicatas relativas às suas vendas;

III. assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;

IV. representação da Companhia em assembléias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;

V. outorga de mandato a advogado para a representação judicial ou em processos administrativos;

VI. representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem em renúncia a direitos; e

VII. prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas um Diretor ou um procurador regularmente constituído; ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

PARÁGRAFO 4º - Na constituição de procuradores, serão observadas as seguintes regras:

I. todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, ou seu substituto, em conjunto com outro Diretor, e terão escopo e prazo de vigência definidos, salvo quando se tratar de procuração com poderes *ad judicia*, cujo prazo poderá ser indeterminado; e

II. quando o mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização do Conselho de Administração, somente poderá ser outorgado após essa autorização, que será mencionada na procuração.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

ART. 42 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de modo permanente e será composto de 5 membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País e eleitos pela Assembléia Geral, com as atribuições previstas em lei.

PARÁGRAFO 1º - Na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis e não conflitarem com as normas do presente artigo, as regras estipuladas no art. 32 para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral designará, dentre os membros eleitos, o Presidente do órgão e seu suplente.

PARÁGRAFO 3º - Um dos membros do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente deverão, observados os requisitos e impedimentos legais, ser pessoas independentes da administração, não acionista, com reputação ilibada e notório saber na área de contabilidade, inclusive de práticas contábeis norte-americanas (*US GAAP*) (o "Conselheiro Especialista"); a Diretoria deverá sugerir à Assembléia Geral lista de pessoas que satisfaçam a estes requisitos, mas a Assembléia poderá eleger pessoas não constantes da lista, desde que satisfaçam a tais requisitos.

PARÁGRAFO 4º - Se, na forma do art. 55, a Companhia vier a estar sob controle de acionista controlador ou sociedade controladora, na definição da lei, os acionistas minoritários terão direito, desde que representem, em

conjunto, 10% ou mais das ações, de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente.

PARÁGRAFO 5º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, com observância dos requisitos e limites legais e levando em conta sua experiência, formação e reputação. Caso a Assembléia Geral julgue conveniente, o Conselheiro Especialista poderá receber remuneração diferenciada dos demais membros, de forma a compatibilizá-la com o valor de mercado dos serviços de profissionais com experiência e nível de especialização similares.

ART. 43 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente em cada trimestre civil, para analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer dos seus membros.

PARÁGRAFO 1º - A convocação das reuniões extraordinárias far-se-á mediante comunicação por escrito, contendo, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

PARÁGRAFO 2º - A reunião do Conselho Fiscal se instalará com a presença de no mínimo 3 membros ou suplentes, e o órgão deliberará por maioria de votos dos membros presentes.

ART. 44 - As disposições legais e do presente estatuto sobre o Conselho Fiscal serão regulamentadas no seu regimento interno, aprovado pelo órgão.

PARÁGRAFO 1º - Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal transmitir a todos os membros do órgão as comunicações recebidas dos órgãos da administração e dos auditores independentes e remeter aos órgãos de administração os pedidos recebidos dos seus membros.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no interesse da Companhia, ainda que eleitos por grupo ou classe de acionistas.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho Fiscal poderá, com fundamento na ilegalidade do ato e em decisão justificada, recusar a transmissão de pedidos de informações, esclarecimentos, demonstrações financeiras especiais ou apuração de fatos específicos.

PARÁGRAFO 4º - O Conselho Fiscal exercerá as funções de Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana,

especialmente o "*Sarbannes-Oxley Act*". Para esse fim, também competirá ao Conselho Fiscal, além das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.404/76, o exercício das seguintes funções:

a) apresentar recomendações ao Conselho de Administração para a escolha ou substituição da empresa de auditoria externa, e acerca de sua remuneração;

b) supervisionar os trabalhos dos auditores externos e opinar sobre a contratação de outros serviços à empresa de auditoria externa;

c) tomar as iniciativas e medidas necessárias ao conhecimento e apuração de reclamações relativas a matérias referentes às demonstrações financeiras, controles internos e auditoria externa; e

d) mediar eventuais conflitos e controvérsias entre a Administração da Companhia e os auditores independentes.

SEÇÃO IV

REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

ART. 45 - Todos os órgãos da administração da Companhia reunir-se-ão, ordinariamente, quatro vezes por ano, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo presidente do órgão competente, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CONVOCAÇÃO

ART. 46 - Os administradores da Companhia serão convocados pessoalmente e por escrito para as reuniões dos respectivos órgãos, com antecedência mínima de 5 dias úteis, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário.

PARÁGRAFO 1º – O aviso de convocação deverá ser acompanhado da relação das matérias a serem discutidas e apreciadas na reunião, bem como todos os documentos de apoio porventura necessários.

PARÁGRAFO 2º – As reuniões dos órgãos da administração poderão ser instaladas independentemente de convocação se presentes todos os respectivos membros.

***QUORUM* DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO**

ART. 47 - As reuniões dos órgãos da administração somente poderão ser instaladas e deliberar com a presença da maioria dos respectivos membros; será considerado presente à reunião o administrador que dela participe por meio de conferência telefônica, ou outro meio que permita a identificação do Conselheiro ou Diretor e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

ART. 48 - Salvo exceções expressas neste Estatuto, as deliberações nas reuniões dos órgãos da administração serão tomadas pelo voto da maioria dos votos dos membros presentes.

CAPÍTULO VI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ART. 49 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

PARÁGRAFO 1º - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

I. balanço patrimonial;

II. demonstrações das mutações do patrimônio líquido;

III. demonstração do resultado do exercício;

IV. demonstração das origens e aplicações de recursos; e

V. demonstrações de fluxos de caixa.

PARÁGRAFO 2º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária

proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido da Companhia, com observância ao disposto neste Estatuto e na lei.

DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

ART. 50 - Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas:

I - O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e

b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;

II - O pagamento de dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;

III - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia; o Conselho Fiscal deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembléia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembléia.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

PARÁGRAFO 4º - Os juros sobre capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos declarados pela Companhia.

RESERVA PARA INVESTIMENTO E CAPITAL DE GIRO

Art. 51 - A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76;e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Observado o limite legal, a reserva não excederá 80% do capital social.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de reserva de que trata este artigo ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS

ART. 52 - O Conselho de Administração poderá deliberar o levantamento de balanço semestral e declarar dividendos intermediários. Poderá ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

ART. 53 - A Assembléia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia participação nos lucros, observado o limite legal.

PARÁGRAFO 1º - A participação somente poderá ser atribuída no exercício em que for distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o art. 50.

PARÁGRAFO 2º - Sempre que a Companhia pagar dividendos intermediários com base em lucro apurado em balanço semestral, cujo valor seja ao menos igual a 25% do lucro líquido do período, calculado nos termos do art. 52, o Conselho de Administração poderá deliberar, *ad referendum* da Assembléia Geral, o pagamento de participação no lucro do semestre aos administradores.

CAPÍTULO VII

MECANISMOS DE PROTEÇÃO

ACOMPANHAMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

ART. 54 Adicionalmente ao disposto no §2º do art. 8º e no §2º do art. 11, e sem prejuízo das demais disposições do presente Estatuto, a Companhia, por meio de grupo de trabalho coordenado pelo Diretor de Relações com Investidores, fará o acompanhamento das variações na participação societária dos acionistas da Companhia, visando a prevenir e, conforme o caso, denunciar, na forma do § 1º abaixo, a violação deste Estatuto e das disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como sugerir à Assembléia Geral de Acionistas a aplicação das penalidades previstas no art. 17 do presente Estatuto.

PARÁGRAFO 1º - Na hipótese de, a qualquer tempo, o Diretor de Relações com Investidores, identificar a violação de qualquer das restrições quanto ao limite de ações detidas por um mesmo acionista ou Grupo de Acionistas, deverá imediatamente informar tal circunstância: (i) ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) ao Conselheiro eleito pela União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial; (iii) ao Diretor Presidente; (iv) aos membros do Conselho Fiscal; (v) à BOVESPA; e (vi) à CVM.

PARÁGRAFO 2º – É facultado ao Diretor de Relações com Investidores requerer que acionistas ou Grupos de Acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto e/ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.

OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL

ART. 55 - Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de: (i) 35% ou mais do total de ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive usufruto e fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia que representem mais de 35% do seu capital ("Acionista Adquirente"), deverá, no prazo máximo de 15 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial, por intermédio do Ministério da Fazenda, pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste artigo.

PARÁGRAFO 1º - A União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial, terá plena discricionariedade para aceitar ou negar o pedido para a realização da oferta pública. Caso o pedido seja aceito, o Acionista Adquirente deverá realizar a oferta no prazo de 60 dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Adquirente deverá, no prazo de 30 dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no *caput* do presente artigo.

PARÁGRAFO 2º - O Acionista Adquirente deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da oferta pública que tenham sido entregues à União ou por esta enviados.

PARÁGRAFO 3º - Durante o período entre a solicitação de realização da oferta pública e a resposta, positiva ou negativa, da União, o Acionista Adquirente não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

PARÁGRAFO 4º - O preço de aquisição na oferta pública de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

Preço OPA = Valor da Ação + Prêmio

onde:

"PREÇO OPA" corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de ações prevista neste artigo.

"VALOR DA AÇÃO" corresponde ao maior valor entre: (i) cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 meses anterior à realização da OPA dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as referidas ações forem negociadas; (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 36 meses anterior à realização da OPA, por uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; (iii) o valor equivalente a 14,5 vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia (conforme definido abaixo) deduzido do endividamento consolidado líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações de sua emissão; e (iv) o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos pedidos firmes em carteira (*Backlog*) da Companhia, conforme a última informação por esta publicada, deduzido do endividamento consolidado líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia.

"PRÊMIO" corresponde a 50% do Valor da Ação.

"EBITDA CONSOLIDADO DA COMPANHIA" é o lucro operacional consolidado da Companhia antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, conforme obtido com base nas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social completo mais recente da Companhia já auditadas e publicadas.

"EBITDA CONSOLIDADO MÉDIO DA COMPANHIA" é a média aritmética dos EBITDAs Consolidados da Companhia relativos aos 2 exercícios sociais completos mais recentes.

PARÁGRAFO 5º - Para os fins do disposto no Parágrafo 4º acima, no caso de ações representadas por certificados de depósito (inclusive de ações inseridas em programas de *Depositary Receipts*), a cotação unitária da ação será determinada pela divisão: (i) da cotação do referido certificado de depósito, no mercado em que seja negociado; pelo (ii) número de ações representadas pelo certificado.

PARÁGRAFO 6º - A realização da oferta pública de ações mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO 7º - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO 8º - A oferta pública de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no art. 4º da Instrução CVM nº 361 de 05/03/02:

I. ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;

II. ser efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA;

III. ser realizada de maneira a assegurar tratamento eqüitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;

IV. ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02;

V. ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e

VI. ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no art. 8º da Instrução CVM nº 361/02, observando-se os critérios estabelecidos no Parágrafo 4º acima para fixação do preço mínimo na oferta.

PARÁGRAFO 9º - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à União para realização da oferta pública; (ii) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou Grupo de Acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista, conforme disposto no art. 17 do presente estatuto.

PARÁGRAFO 10 - Para fins do cálculo do percentual de 35% do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria.

CAPÍTULO VIII

REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E NOVO MERCADO

Art. 56 - Enquanto a Companhia tiver o seu Controle Difuso, tal como definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, sempre que for aprovado, em Assembléia Geral:

I. o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, sendo que, neste caso, somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a oferta pública;

II. a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no art. 58 (b) (ii) deste Estatuto Social, os acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação na Assembléia Geral deverão efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia.

PARÁGRAFO 1º – Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste artigo, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.

PARÁGRAFO 2º - O laudo de avaliação de que trata este artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, quando aplicável, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei.

PARÁGRAFO 3º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de

competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação da Companhia presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

PARÁGRAFO 4º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Art. 57 - Enquanto houver o exercício do poder de Controle Difuso da Companhia e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, a Companhia deverá realizar Oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em assembléia geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Art. 58 - Na hipótese de não mais haver exercício do poder de Controle Difuso, e sem prejuízo da observância do disposto no art. 55 acima:

(a) caso ocorra o cancelamento do registro de companhia aberta, a Companhia ou o acionista, ou Grupo de Acionistas, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme tal termo é definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 56, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

(b) caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual a sociedade resultante não seja admitida

para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou Grupo de Acionistas, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme tal termo é definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 56, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 59 - Observado o disposto neste Estatuto Social e sem prejuízo da observância do disposto no art. 55 acima, a alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

PARÁGRAFO 1º - A oferta pública referida acima ainda será exigida:

(i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e

(ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

PARÁGRAFO 2º - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

PARÁGRAFO 3º - Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Art. 60 - Observado o disposto neste Estatuto Social e sem prejuízo da observância do disposto no art. 55 acima, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato

particular de compra de ações celebrado com acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública referida no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; e

(ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

Art. 61 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Art. 62 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização de oferta pública de ações prevista neste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO IX

DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 63 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não se aplicará o disposto neste artigo em caso de disputas ou controvérsias relacionados ou decorrentes da ação ordinária de classe especial detida pela União, ou dos seus direitos e prerrogativas, nos termos da Lei ou deste Estatuto Social, as quais deverão ser submetidas à jurisdição do foro central da comarca de Brasília (DF).

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ART. 64. O Conselho de Administração eleito na data de aprovação deste Estatuto Social, terá mandato de 3 anos, até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A partir de tal Assembléia, o mandato do Conselho de Administração será aquele estabelecido no art. 28, acima.

ART. 65. A Diretoria eleita na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a data da aprovação deste Estatuto Social, terá mandato de 3 anos, até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A partir de tal Reunião, o mandato da Diretoria será aquele estabelecido no art. 37, acima.

PARÁGRAFO 1º - O Presidente do Conselho de Administração eleito conforme art. 64, exercerá cumulativamente o cargo de Diretor-Presidente até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, quando, nesta data, o Conselho de Administração elegerá o novo Diretor Presidente, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

PARÁGRAFO 2º - Até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o quorum estabelecido no §1º do artigo 34, para a destituição de membros da Diretoria, será de maioria dos membros do Conselho de Administração.

Art. 66. A primeira convocação da Assembléia Geral Ordinária para aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, bem como eventual Assembléia Geral Extraordinária a se realizar na mesma data, será feita, excepcionalmente, em prazo inferior àquele estabelecido no Artigo 20 acima.

Nota: Estatuto Social aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de março de 2006, com efetividade a partir de 1º de abril de 2006.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
020087	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07689002000189

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
EMBRAER

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
RIO HAN EMPREENDIMENTOS E PART.S.A

6 - NIRE
35.300.325.761

7 - SITE
embraer.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
Av.Brigadeiro Faria Lima, 2170	Putim

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
12227-901	SJCampos	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
12	3927-4404	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
	-	-	-	

15 - E-MAIL
investor.relations@embraer.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
Anna Cecilia Bettencourt

2 - CARGO
Diretora de Mercado de Capitais

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Av.Brigadeiro Faria Lima, 2170	Putim

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
12227-901	SJCampos	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
12	3927-4404	3927-3953	3927-3054	

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
12	3922-6070	-	-	

17 - E-MAIL

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
Banco Itaú S/A

19 - CONTATO
Claudia Vasconcellos

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Boa Vista, 180 - 1º sub-solo	Centro

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
01014-000	São Paulo	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
12	3247-3138	3247-3140	5029-7780	

30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
	-	-	-	

34 - E-MAIL

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Antonio Luiz Pizzarro Manso					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170 PC 294				Putim	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
12227-901	SJCampos				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
12	3927-1216	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
	-	-	-		
16 - E-MAIL					
investor.ralations@embraer.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE			
SIM	067.464.467-00				

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
02/09/2005	31/12/2005

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2006	31/12/2006

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHETOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSE DOMINGOS DO PRADO	022.486.308-83

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa
3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
1070 - Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças

5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
Produção de Aeronaves	NÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

DESCRIÇÃO

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
29/03/2006	11/05/2006
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
05/04/2006	01/04/2006

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Gazeta Mercantil	SP
02	Valeparaibano	SP
03	Diário Oficial E.São Paulo	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
16/01/2007	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO	31/03/2006	21.189	351	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
SIM	736.182.470	99,67	0	0,00	736.182.470	99,67

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	12/06/2006	31/12/2006	0	0,1549400000	ORDINÁRIA		114.440	14/07/2006
02	DIVIDENDO	RCA	15/09/2006	31/12/2006	381.623	0,0481400000	ORDINÁRIA		35.561	16/10/2006
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/09/2006	31/12/2006	381.623	0,1250000000	ORDINÁRIA		92.337	16/10/2006
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	08/12/2006	31/12/2006	381.623	0,1148900000	ORDINÁRIA		84.992	12/01/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULA-TIVO	15 - PRIORITÁ-RIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
31/03/2006	25,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	35.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
01	EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	89,24

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2005	31/12/2005	96.242

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
01/01/2004	31/12/2004	96.242	01/01/2003	31/12/2003	96.242

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	Motor EMBRAER 170/190	SIM	306.719	NÃO	SIM
GE AIRCRAFT ENGINES	NÃO LIGADO				9,43
02	Motor Família ERJ 145	SIM	385.778	NÃO	SIM
ROLLS ROYCE - ALLISON	NÃO LIGADO				11,86
03	Interior da Aevonave	SIM	289.031	NÃO	SIM
C&D AEROSPACE, INC	NÃO LIGADO				8,88
04	Asas família ERJ 145	SIM	267.894	NÃO	SIM
GAMESA AERONÁUTICA S.A	NÃO LIGADO				8,24
05	Asas EMBRAER 170/190	SIM	108.218	NÃO	SIM
KAWASAKI HEAVY INDUSTRIES, LTD	NÃO LIGADO				3,33
06	Central de Fuselagem	SIM	107.767	NÃO	SIM
SONACA S.A	NÃO LIGADO				3,31

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Perspectiva de Longo Prazo

Mercado de Aviação Comercial

A Embraer estima uma demanda global de 7.500 jatos com capacidade de 30 a 120 assentos nos próximos 20 anos. De 2007 a 2016, a Empresa prevê que a indústria entregará 3.050 jatos, sendo os 4.450 restantes entregues no período de 2017 a 2026. O valor total desse mercado é estimado em US$ 220 bilhões, dividido nas seguintes categorias:

Número de Assentos	2007-2016	2017-2026	2007-2026
30 – 60	300	1.100	1.400
61 - 90	1.100	1.500	2.600
91 - 120	1.650	1.850	3.500
30 - 120	**3.050**	**4.450**	**7.500**

A categoria de 30 a 60 assentos é um segmento do mercado de aviação comercial que atingiu seu ciclo de maturidade, mas que continuará desempenhando um papel importante no mercado da aviação norte-americano e europeu e desenvolverá novos mercados como China, México e Rússia que necessitam de um sistema de aviação regional.

No mercado de 61 a 90 assentos, as projeções indicam o crescimento natural das companhias aéreas regionais na rotas de maior demanda operadas pelos jatos de 50 assentos, visando aumentar receita e participação de mercado. Esse segmento também auxiliará na renovação de aeronaves antigas e na melhor adequação da capacidade da aeronave à demanda de mercado.

No segmento de 91 a 120 assentos, as perspectivas são de aumento da demanda em função da renovação de aeronaves antigas, da otimização do tamanho das aeronaves das companhias tradicionais e da expansão das companhias de baixo custo para mercados de média densidade de passageiros. A tabela a seguir apresenta as entregas por região nos próximos 20 anos:

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Região	Total de Entregas	Participação
EUA, Canadá e Caribe	3.850	51%
Europa	1.290	17%
China	630	9%
Rússia & CIS	505	7%
América Latina	480	6%
Ásia Pacífico	385	5%
Oriente Médio	230	3%
África	130	2%
Total (2007-2026)	**7.500**	**100%**

Mercado de Aviação Executiva

A Embraer estima uma demanda mundial de 11.115 jatos executivos nos próximos dez anos, totalizando US$ 169 bilhões. Se considerada a demanda do novo mercado de táxi aéreo, outras 2.500 a 3.000 aeronaves poderão ser adicionadas ao segmento Very Light Jet (VLJ).

Os produtos da Embraer para os segmentos de jatos Very Light e Light, o Phenom 100 e o Phenom 300, foram lançados em maio de 2005. Em maio de 2006, baseado na plataforma do jato comercial EMBRAER 190, a Empresa adicionou o jato executivo Lineage 1000, da categoria *ultra-large*, ao seu portfolio.

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Estimativa de demanda de jatos executivos no mundo (2007-2016)

Segmento	Total de Entregas	Participação
Very Light	2.715	24%
Light	2.390	21%
Mid-light	1.080	10%
Mid-size	1.305	12%
Super Mid-size	1.250	11%
Large	1.310	12%
Ultra-Long Range	850	8%
Ultra-Large	215	2%
Total (2007-2016)	**11.115**	**100%**

A Embraer está investindo na expansão dos serviços de suporte ao cliente de seus jatos executivos, incluindo a construção de quatro novos centros de serviços próprios e o crescimento da rede de centros autorizados. Até 2008, 45 centros de serviços apoiarão a frota de jatos executivos da Embraer. Uma *joint-venture* com a empresa canadense CAE está sendo formada para o treinamento de clientes dos jatos Phenom. A Embraer também está investindo na gestão das peças de reposição e serviços de logística, bem como nos programas próprios de manutenção.

O comprometimento da Embraer com o mercado de aviação executiva gerou resultados significativos em 2006. Até o momento, US$ 1,8 bilhão em contratos firmes foram adicionados à carteira de pedidos de jatos da Empresa. O número de ordens firmes para os recém-lançados jatos Phenom 100 e Phenom 300 ultrapassam 340 unidades.

Atualmente, 87 jatos executivos Legacy 600 operam em 18 países. A Embraer estima entregar de 25 a 30 jatos Legacy 600 por ano em 2007 e em 2008, representando um aumento significativo em relação às 20 unidades entregues em 2005 e às 13 em 2004.

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Em meados de 2008, as entregas do jato Phenom 100 começam, totalizando 15 a 20 unidades no segundo semestre. Em 2009, após o início das entregas do Phenom 300 no segundo semestre, a produção total de jatos Phenom atingirá 120 a 150 aeronaves.

Prevê-se ainda a entrega de até dois jatos Lineage 1000 no segundo semestre de 2008, primeiro ano de produção da aeronave. Em 2009, a Embraer estima entregar de três a quatro jatos Lineage 1000.

Previsão de Entregas para 2007 e 2008

A Embraer estima entregar em 2007 entre 160 e 165 aeronaves para os mercados de aviação comercial, executiva e de defesa e governo (companhias aéreas estatais e transporte de autoridades). Já para o ano de 2008, a Empresa prevê entregas entre 195 e 205 aeronaves, incluindo-se entre 15 e 20 jatos Phenom 100, cujas primeiras entregas ocorrerão no segundo semestre de 2008.

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

A tabela abaixo reflete os investimentos esperados pela Embraer para os próximos dois anos:

US$ Milhões - Consolidado	2006	2007
Desenvolvimento de Produtos	**200**	**189**
Aviação Comercial	88	54
Aviação Executiva	70	88
Outros	42	47
Defesa	**18**	**21**
Capacitação e Produtividade	**72**	**62**
Total	**290**	**272**

Investimentos em Defesa são suportados pelos próprios contratos. Os investimentos esperados para a Aviação Executiva nos próximos 2 anos já contempla os investimentos da nova família do Phenom 100 e Phenom 300.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	1,21	15,98	SIM	51.519	61.000
As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em junho de 1991 em nome de todos os funcionários que eram empregados da Companhia em novembro de 1990.Uma das ações procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991.Até 30 de setembro de 2006, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia. Outra ação reivindica a correção monetária dos planos Verão e Collor sobre a multa de 40% do FGTS pagos aos empregados demitidos entre dezembro de 1988 e abril de 1990.						
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,69	9,11	SIM	34.779	34.779
Contribuições Previdenciárias - a Companhia foi notificada pelas autoridades pela não retenção da contribuição previdenciária de prestadores de serviços. Além destes processos, a Companhia foi notificada para recolhimento de adicionais de riscos ambientais do trabalho. Contribuição FUNDAF - em março de 2005, a Companhia foi intimada pela Secretaria da Receita Federal a efetuar o pagamento do valor referente à Contribuição ao FUNDAF. Imposto de importação e IPI devidos sobre materiais importados para dois simuladores de vôo, os quais deveriam ser exportados para obter a suspensão de tais impostos. Conforme opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito desses processos é possivel.						
03	OUTRAS	0,00	0,00		0	0

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

Localizada na Espanha, tem como objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive aquelas voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

230

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

Não se aplica.

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

Não se aplica

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

As operações com a Controlada concentram-se basicamente na coordenação dos investimentos efetuados em suas subsidiárias.

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

Não se aplica

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH

Não se aplica.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	6
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	7
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	21
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	22
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	23
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	28
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	29
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	30
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	30
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	31
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	32
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	32
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	33
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	33
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	34
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	35
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	39
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	44
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	45
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	46
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	47
10	04	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	48
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	49
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	55
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	75
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	79
13	01	PROPRIEDADES	80
14	01	PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS	81
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	85
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	101

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER EMPR BRAS. DE AERONAUTICA S.A	07.689.002/0001-89

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	102
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	104
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	105
18	01	ESTATUTO SOCIAL	106
		EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL-ESH	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	153
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	154
19	03	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	155
19	04	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	156
19	05	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	157
19	09	CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO	158
19	10	RELATÓRIO DE DESEMPENHO	159
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	160
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	162

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI
CNPJ/MF n.° 33.754.482/0001-24

ATA Nº 2319 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Aos 19 dias do mês de dezembro de 2006, entre 20h30m e 21h, na sede localizada na Praia do Botafogo, n.° 501, 4° pavimento, cidade do Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se a Diretoria Executiva da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ("PREVI"), estando presentes os diretores abaixo assinados. Assumindo a presidência dos trabalhos, o Sr. Sérgio Ricardo Silva Rosa declarou instalada a reunião e esclareceu aos demais presentes que a mesma havia sido convocada com o objetivo de deliberar sobre assuntos relacionados ao cumprimento da Decisão da Diretoria Executiva n. 2006/871, desta data, referente à operação proposta pela Nota DIRIN/GECAP 2006/068, de 19.12.2006, a saber: (i) a alienação de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Embraer") de titularidade da PREVI, mediante a distribuição pública secundária, em mercado de balcão não-organizado, conforme a Instrução n.° 400 de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com as seguintes características: (a) alienação de até 18.191.100 (dezoito milhões, cento e noventa e uma mil e cem) ações ordinárias de emissão da Embraer de titularidade da PREVI, ao preço que vier a ser acordado na data da precificação, em processo de *bookbuilding* ("Preço por Ação"); (b) a distribuição pública será efetuada no Brasil, em mercado de balcão

Praia de Botafogo, 501 3° e 4° andares Rio de Janeiro RJ Cep 22250-040
Tel: (21) 3870-1000 Site: www.previ.com.br

Saint-Martins PREVI ASJUR Advogado

não-organizado a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, sendo que as ações destinadas a Investidores Não-Institucionais deverão ser alocadas mediante o procedimento de reservas; (c) a realização simultânea de esforços de venda das ações no exterior por determinadas instituições financeiras nos Estados Unidos da América e nos demais países, e observada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimentos regulamentados pela legislação brasileira, pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") e pela CVM; e (d) a distribuição pública secundária de ações, sob a forma de *American Depositary Shares*, no exterior em operação registrada de acordo com o *Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterado; (ii) nomeação do Diretor de Investimentos da PREVI para, em nome da PREVI: (a) tomar todas as decisões relativas à definição da quantidade de ações ordinárias a serem alienadas até o limite de 18.191.100 (dezoito milhões, cento e noventa e uma mil e cem) ações ordinárias e à fixação do Preço por Ação; (b) tomar todas as providências necessárias para a realização da distribuição pública secundária, em especial junto à CVM, à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC") e ao Banco Central; e (c) praticar todo e qualquer ato, bem como aprovar e assinar todo e qualquer documento necessário à realização da operação e aos esforço de venda no exterior e qualquer aditamento, incluindo, mas não se limitando, o Prospecto Preliminar, o Prospecto Definitivo, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização e o *Underwritting Agreement*; e (iii) ratificação de todos os demais atos praticados até a presente data, relativos à referida operação, inclusive a contratação do Banco J.P. Morgan S.A. e do Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. para a coordenação da oferta no Brasil e a contratação do J.P. Morgan Securities, Inc. e da Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated para a coordenação da oferta no exterior.

Praia de Botafogo, 501 3° e 4° andares Rio de Janeiro RJ Cep 22250-040
Tel: (21) 3870-1000 Site: www.previ.com.br

PREVI ASJUR Advogada

Discutidas as matérias acima referidas, foram estas aprovadas por unanimidade, ficando assim, ratificados todos os atos até o momento praticados com relação à alienação das ações ordinárias de emissão da Embraer de titularidade da PREVI. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

PRESIDENTE

Sérgio Ricardo Silva Rosa

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

José Reinaldo Magalhães

DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES

Renato Sobral Pires Chaves

DIRETOR DE PLANEJAMENTO
em exercício

Vitor Paulo Camargo Gonçalves

DIRETOR DE SEGURIDADE

José Ricardo Sasseron

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Ferreira Alexandre

Sabrina Martins PREVI ASJUR Advogada

Praia de Botafogo, 501 3° e 4° andares Rio de Janeiro RJ Cep 22250-040
Tel: (21) 3870-1000 Site: www.previ.com.br

Sistel
Fundação Sistel de Seguridade Social

ATA DA 773ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

Presentes os Diretores da SISTEL, WILSON CARLOS DUARTE DELFINO, CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA e CLÁUDIO SALGUEIRO GARCIA MUNHOZ, para a realização da 773ª Reunião da Diretoria Executiva da entidade, em 14 de dezembro de 2006, tendo sido apreciado o seguinte assunto: **I – EMBRAER – ALIENAÇÃO DE AÇÕES:** Aprovada proposta, apresentada pelo Diretor de Investimentos e Finanças, na forma do MMC.310/013/2006, de alienação de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Embraer") de titularidade da SISTEL, mediante a distribuição pública secundária, em mercado de balcão não-organizado, conforme a Instrução n.° 400 de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), observadas as seguintes condições: (a) alienação de até 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Embraer de titularidade da SISTEL, podendo esta quantidade ser acrescida em até 15% para atender a eventual demanda adicional (*Green Shoe)*, ao preço que vier a ser acordado na data da precificação ("Preço por Ação"), em processo de *bookbuilding*; (b) a distribuição pública será efetuada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, sendo que as ações destinadas a Investidores Não-Institucionais deverão ser alocadas mediante o procedimento de reservas; (c) a realização simultânea de esforços de venda das ações no exterior por determinadas instituições financeiras nos Estados Unidos da América e nos demais países, e observada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimentos regulamentados pela legislação brasileira, pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") e pela CVM; e (d) a distribuição pública secundária de ações, sob a forma de *American Depositary Shares*, no exterior em operação registrada de acordo com o *Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América. Deverá a matéria ser submetida ao Conselho Deliberativo da SISTEL. Nada mais havendo para ser apreciado e aprovado, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

WILSON CARLOS DUARTE DELFINO
Diretor Presidente

CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA
Diretor de Investimentos e Finanças

CLÁUDIO SALGUEIRO GARCIA MUNHOZ
Diretor de Seguridade

773.14.12.2006

EXTRATO DA ATA DA 161ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, adiante subscrito, declara a realização da 161ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da entidade, em 15 de dezembro de 2006, em que foi deliberado o seguinte assunto: **"I – EMBRAER – ALIENAÇÃO DE AÇÕES:** Aprovada proposta apresentada pela Diretoria Executiva de alienação de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Embraer") de titularidade da SISTEL. Para tanto, fica a Diretoria Executiva autorizada a adotar todas as medias necessárias à efetivação da operação, incluindo: (a) tomar todas as decisões relativas à definição da quantidade de ações ordinárias a serem alienadas até o limite de 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentas mil), podendo esta quantidade ser acrescida em até 15% para atender a eventual demanda adicional (*Green Shoe*) e à fixação do Preço por Ação; (b) tomar todas as providências necessárias para a realização da distribuição pública secundária, em especial junto à CVM, à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC") e ao Banco Central; e (c) praticar todo e qualquer ato, bem como aprovar e assinar todo e qualquer documento necessário à realização da operação e aos esforços de venda no exterior e qualquer aditamento, incluindo, mas não se limitando, o Prospecto Preliminar, o Prospecto Definitivo, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização e o *Underwritting Agreement*; e (iii) contratação dos advisers financeiros para a coordenação da oferta." O presente extrato constitui fiel reprodução da aprovação da matéria na forma deliberada na referida reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Sistel de Seguridade Social.

Brasília (DF), 18 de dezembro de 2006.

WILSON CARLOS DUARTE DELFINO

Diretor Presidente

SEPS/EQ 702/902 - Conj. B - Bloco A - Ed. Gen. Alencastro - CEP 70.390-025 - Brasília-DF - Tel.: (061) PABX 317-7000 - Fax.: (061) 224-4715 CNPJ: 00.493.916/0001-20

BNDES

Decisão n.º Dir. 02/2007-BNDESPAR **Reunião de** 11 **de janeiro de 2007.**

Interessada: **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**
CNPJ: 00.383.281/0001-09
Av. República do Chile, 100, parte
20001-970 – Rio de Janeiro

Assunto: Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias e de *American Depositary Shares* de emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A..

Referência: **INFORMAÇÃO PADRONIZADA CONJUNTA AMC/DEPAC 07/2007 e AMC/DEMEC 02/2007, de 04.01.2007.**

Endossando o parecer do Relator, a Diretoria da **BNDES Participações S.A. – BNDESPAR**, por unanimidade, decidiu:

1. autorizar a adesão da BNDESPAR à Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias e de *American Depositary Shares* ("ADSs") de emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., a ser realizada pela BNDESPAR em conjunto com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), a Fundação SISTEL de Seguridade Social – Sistel e eventuais outros acionistas vendedores, no mercado nacional e internacional ("Oferta"), consoante as condições objeto do Anexo à presente Decisão;

2. anuir com o processo de seleção realizado pela EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e Fundação SISTEL de Seguridade Social - Sistel para a contratação dos Coordenadores da Oferta e autorizar o pagamento, pela BNDESPAR, das respectivas comissões, proporcionalmente à sua participação na Oferta;

3. autorizar a utilização dos serviços jurídicos do escritório de advocacia internacional Shearman & Sterling LLP para a realização dos serviços de assessoramento jurídico no âmbito do esforço de venda no exterior, sem ônus para a BNDESPAR, caso a Oferta seja consumada em até 18 meses contados de 21 de dezembro de 2006, conforme proposta comercial dos Coordenadores da Oferta;

4. autorizar a nomeação da empresa CT CORPORATION SYSTEM para atuar, pelo período de 5 (cinco) anos, como "Agente de Processo" nos Estados Unidos da América, com poderes para receber citações, intimações e notificações em nome da BNDESPAR, em face dos esforços de venda das Ações Ordinárias e das ADSs da Oferta no exterior, e o pagamento de comissões, em decorrência de tal nomeação pela BNDESPAR, ao valor médio anual de US$ 700,00 (setecentos

Fabio Sotelino da Rocha Eduardo R. de Sá Estêvão de Almeida Accioly Mariano Lindenberg Gomes

dólares norte-americanos), correspondentes a aproximadamente R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); e

5. delegar aos Diretores da BNDESPAR poderes para, atuando isoladamente, aprovar:
   a) os documentos necessários à formalização da operação; e
   b) eventuais detalhamentos das condições da Oferta.

Fabio Sotelino da Rocha
Superintendente
AMC

Chefe da Departamento Substituto
AMC/DEPAC

Chefe do Departamento Substituto
AMC/DEMEC

Adriana Lindenberg Gomes
Advogado

BNDES

ANEXO à Decisão n.º Dir. 02/2007-BNDESPAR

ESTRUTURA DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS E DE *AMERICAN DEPOSITARY SHARES* DE EMISSÃO DA EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A. ("OFERTA").

1. **Operação:** Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias e de *American Depositary Shares* ("ADSs") de emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A..

2. **Vendedores:** BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Caixa de Previdência de Funcionários do Banco do Brasil ("Previ"), Fundação Sistel de Seguridade Social – Sistel ("Sistel") e eventuais outros acionistas vendedores.

3. **Esforço de Venda:** distribuição pública secundária de ações em mercado de balcão não organizado no Brasil (nos moldes da Instrução n.º 400/2003 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM), e distribuição de ações no Exterior, sob a forma de ADSs, nos Estados Unidos da América, observado o disposto no Securities Act (editado pela *Securities and Exchange Commission – SEC*, autoridade reguladora do mercado norte-americano, e *Securities Act of 1933*) e observada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, cada ADS correspondendo a quatro Ações Ordinárias de emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

4. **Coordenadores:** Banco de Investimentos J.P. Morgan S.A. (Coordenador-Líder); e Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A..

5. **Garantia Firme:** Os Coordenadores e os Coordenadores da Oferta Internacional realizarão a colocação das ações e das ADSs em regime de garantia firme de liquidação, individual e não solidária.

6. **Coordenadores da Oferta Internacional:** J.P. Morgan Securities, Inc. e Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated.

7. **Quantidade de Ações:** A Oferta compreenderá cerca de 67.780.000 (sessenta e sete milhões, setecentos e oitenta mil) ações ordinárias distribuídas entre os Acionistas Vendedores da seguinte forma: (i) BNDESPAR: até 9.300.000 (nove milhões e trezentas mil) e (ii) Previ e Sistel: até 58.480.000 (cinqüenta e oito milhões, quatrocentas e oitenta mil) ações ordinárias. Esta quantidade poderá ser aumentada com a adesão de outros acionistas.

   a) **Lote Inicial:** O Lote Inicial da BNDESPAR compreenderá até 8.086.957 (oito milhões, oitenta e seis mil, novecentos e cinqüenta e sete) ações ordinárias.

   b) **Lote Suplementar ("*greenshoe*"):** A BNDESPAR outorgará ao Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. (mediante consulta ao Coordenador Líder) opção de distribuição de um lote suplementar de até 1.213.043 (um milhão, duzentos e

Fabio Sotelino da Rocha
Superintendente

Fernando Américo de Rezende Neto
Chefe de Departamento Substituto
AMC, DEJUMC

Eduardo K. de Sá
Departamento Substituto

Estêvão de [illegible]
Chefe de Departamento [illegible]

BNDES
Mariana Lindenberg Gomes

treze mil e quarenta e três) ações ordinárias de sua titularidade, equivalente a 15% (quinze por cento) do lote inicial.

c) **Lote Adicional ("*hot issue*")**: A BNDESPAR não aumentará a oferta, nos termos do art. 14 § 2º da Instrução CVM 400/2003.

8. **Comissionamento**: Os acionistas vendedores comprometem-se de maneira não solidária perante os Coordenadores da Oferta a pagar as seguintes comissões:

   a) comissão base de 1,425% (um inteiro e quatrocentos e vinte e cinco milésimos por cento) sobre o produto entre (i) o número total de ações de sua titularidade objeto da Oferta efetivamente vendidas e pagas e (ii) o preço por ação fixado após a finalização do procedimento de bookbuilding ("valor total garantido"); e

   b) comissão de incentivo de até 0,499% (quatrocentos e noventa e nove milésimos por cento) incidente sobre o valor total garantido pelos Coordenadores.

   A Comissão de Incentivo a ser paga pela BNDESPAR não poderá ser superior à Comissão de Incentivo paga pelo(s) outro(s) acionista(s) vendedor(es).

   Às despesas relativas ao Comissionamento a ser pago pela BNDESPAR deverão ainda ser acrescidos os tributos incidentes sobre o referido Comissionamento.

9. **Despesas**: A BNDESPAR não arcará com nenhuma despesa adicional em relação à Oferta, excepcionando-se as despesas relativas ao Comissionamento, os tributos incidentes sobre o referido Comissionamento e aquelas decorrentes da nomeação do Agente de Processo no exterior, desde que a oferta se consume no prazo de 18 meses contados de 21 de dezembro de 2006, conforme proposta comercial dos Coordenadores.

10. **Investidores**:

   a) **Não Institucionais ("Oferta de Varejo")** – A Oferta de Varejo Brasileira será composta de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) das ações da Oferta Brasileira, sem considerar as ações suplementares e as ações adicionais, e será direcionada a investidores não institucionais. A Oferta de Varejo Internacional será composta de 10% (dez por cento) das Ações objeto da Oferta Internacional, sem considerar as ADSs Suplementares e as Ações Adicionais, e será destinada prioritariamente à colocação pública junto a pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior. Na Oferta de Varejo Brasileira, deverá ser observado o valor mínimo de investimento de R$ 3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por investidor não institucional; e

   b) **Institucionais ("Oferta Institucional")** – A Oferta Institucional será direcionada a pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o valor máximo de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por investidor não institucional, conforme estabelecido para a Oferta de Varejo, bem como fundos, carteiras administradas, fundos de pensão,

4
Fabio Sotelino da Rocha
Superintendente
AMC

Fernando Américo de Rezende Neto
Chefe de Departamento Substituto

Chefe de Departamento

BNDES

BNDES

14. **Período de restrições à negociação ("lock-up")**: a BNDESPAR, conjuntamente com o(s) outro(s) acionista(s) vendedor(es), ficarão impedidos de alienar ações, opção de compra de ações, valores mobiliários conversíveis em ações ou que representem um direito de receber ações de emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("lock-up") por um período de 90 (noventa) dias após a data da publicação do Anúncio de Início do período de distribuição das ações ordinárias e ADSs.

15. **Estabilização do preço**: O Banco Merril Lynch de Investimentos S.A. poderá realizar atividades de estabilização de preço das Ações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A..

16. **Distribuição Parcial**: Não haverá distribuição parcial das Ações e das ADSs objeto da Oferta.

17. **Formalização Jurídica**: Contrato de Distribuição, "*Underwriting Agreement*", Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização do Preço de Ações, Contrato de Empréstimo de Ações, Acordo de Lock-up e demais documentos jurídicos (declarações dos acionistas vendedores; *legal opinion* dos assessores jurídicos etc.).

Fabio Sotelino da Rocha
Superintendente
AMC

Fernando Américo de Rezende Neto
Chefe de Departamento Substituto
AMC / FJUMC

Eduardo K. de Sá
Chefe de Departamento Substituto
AMC / FPAC

BNDES

Decisão n.º Dir. 013/2007-BNDESPAR Reunião de 06 de fevereiro de 2007

Interessada: **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**
CNPJ: 00.383.281/0001-09
Av. República do Chile, 100, parte
20031-917 – Rio de Janeiro

Assunto: (i) Aprovação do preço de venda das ações ordinárias e das American Depositary Shares ("ADS") de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Embraer"), no âmbito da Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias e de ADS de Emissão da Embraer ("Oferta"), realizada pela BNDESPAR em conjunto com outros ofertantes; (ii) Aprovação da quantidade final de Ações Ordinárias ("Ações") e de ADS de emissão da Embraer a serem vendidas na Oferta; (iii) autorizar o empréstimo de Ações, no âmbito da Oferta; (iv) estabelecimento das despesas a serem pagas pela BNDESPAR por ocasião da Oferta.

Referência: **Decisão n.º Dir. 02/07 – BNDESPAR, de 11/01/2007, e Informação Padronizada AMC/DEMEC – 08/07, de 06/02/07.**

Endossando o parecer do Relator, a Diretoria da **BNDES Participações S.A. – BNDESPAR**, por unanimidade, decidiu:

1. aprovar o preço de R$ 21,35 (vinte e um reais e trinta e cinco centavos) por ação para a venda das ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Embraer") e o preço de US$ 41,00 (quarenta e um dólares norte-americanos) para a venda de cada *American Depositary Share* ("*ADS*"), correspondentes, na presente data, a R$ 85,42 (oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), no âmbito da Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias e de ADS de Emissão da Embraer ("Oferta"), fixado após procedimento de coleta de intenções de investimento apresentadas no curso da operação e organizadas em livro de ofertas – procedimento de *bookbuilding*;

2. aprovar que a BNDESPAR venda no âmbito da Oferta até 9.300.000 (nove milhões e trezentas mil) ações ordinárias de emissão da Embraer ("Ações"), sendo 8.086.957 (oito milhões, oitenta e seis mil, novecentos e cinqüenta e sete) Ações referentes ao Lote Inicial e até 1.213.043 (um milhão, duzentos e treze mil e quarenta e três) Ações referentes ao Lote Suplementar, observados os preços estabelecidos no procedimento de *bookbuilding* e aprovados no item (1) acima;

Estêvão de Almeida Accioly
Chefe do Departamento Substituto
AMC/DEMEC

Leandro A. Torres Revoche
Gerente AMC/DEJUMC

Alice Ferreira Lopes
Advogada
AMC/DEJUMC

Decisão n.º Dir. 013/2007-BNDESPAR

3. autorizar o empréstimo de até 3.300.000 (três milhões e trezentas mil) Ações para o Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. ("Tomador"), correspondentes a 15% (quinze por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Brasileira, possibilitando ao Tomador vendê-las no mercado à vista em atendimento ao excesso de demanda (*over-allotment*) verificado no decorrer da Oferta Brasileira e obter os fundos necessários para efetuar as aquisições de Ações no procedimento de estabilização, de acordo com o previsto no Contrato de Estabilização e em conformidade com o Regulamento da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC. Para tanto, a BNDESPAR auferirá a remuneração de R$ 3.000,00 (três mil reais); e

4. estabelecer que a BNDESPAR arcará tão somente com as despesas do Comissionamento, nos termos da Decisão n.º Dir. 02/07 – BNDESPAR, de 11/01/2007, não se responsabilizando por nenhuma despesa adicional em relação à Oferta, especialmente no tocante ao pagamento dos tributos devidos em razão da colocação das Ações, o que caberá aos Coordenadores da Oferta.

Estevão de Almeida Accioly
Chefe do Departamento Substituto
AMC/DEMEC

Alice Ferreira Lopes
Advogada
AMC/DEJUMC

Leandro A. Torres Ravacho
Gerente AMC/DEJUMC

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2007

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

A **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI**, entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Praia do Botafogo, nº 501, 3° e 4º andares, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.754.482/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("PREVI" ou "Ofertante"), na qualidade de acionista vendedora de ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da PREVI, da Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"), da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR") da Dassault Aviation S.A. ("Dassault") e da European Aeronautic Defence and Space Company EADS France ("EADS" e, em conjunto com a PREVI, SISTEL, BNDESPAR e Dassault Aviation, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafos 1º, 3º e 5º, da Instrução CVM n. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

Declaração da PREVI

Considerando que:

(i) a PREVI não é acionista controladora da Companhia;

(ii) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, pra tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo;

(iii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global;

(iv) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas a Companhia; e

Sabrina Martins PREVI ASJUR Advogada

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

(v) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global;

A PREVI declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações fornecidas ao mercado pela Ofertante por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar"), e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

A PREVI declara ainda que: (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Sabrina Martins PREVI ASJUR Advogada

Praia de Botafogo, 501 3° e 4° andares Rio de Janeiro RJ Cep 22250-040
Tel: (21) 3870-1000 Site: www.previ.com.br

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

[Página de assinatura da declaração da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, no contexto da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Processo CVM nº 2006/9574]

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI

JOSÉ REINALDO MAGALHÃES
Diretor de Investimentos

SP - 008412-0016 - 863224v1

Sabrina Martins PREVI ASJUR Advogada

Sistel
Fundação Sistel de Seguridade Social

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

A **FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL**, entidade fechada de previdência privada, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SEPS 702/902 - Conjunto B - Bloco A - Edifício General Alencastro, 1° e 2° andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.493.916/0001-20, neste ato representada em conformidade com seu estatuto social ("SISTEL" ou "Ofertante"), na qualidade de acionista vendedor de ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da SISTEL, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI"), da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), da Dassault Aviation S.A. ("Dassault") e da European Aeronautic Defence and Space Company EADS France ("EADS" e, em conjunto com a PREVI, SISTEL, BNDESPAR e Dassault Aviation, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafos 1º, 3º e 5º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

Declaração da SISTEL

Considerando que:

(i) a SISTEL não é acionista controladora da Companhia;

(ii) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global;

(iv) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas à Companhia; e

(v) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global;

A SISTEL declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações fornecidas ao mercado pela Ofertante por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar"), e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

A SISTEL declara ainda que: (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 29 de janeiro de 2007

Sistel
Fundação Sistel de Seguridade Social

[Página de assinatura da declaração da Fundação Sistel de Seguridade Social nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, no contexto da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Processo CVM nº 2006/9574]

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Nome: Wilson Carlos Duarte Delfino
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Carlos Alberto Cardoso Moreira
Cargo: Diretor de Investimentos e Finanças

AnalisePraiadeBelas

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2007

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

A **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR**, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na Avenida República do Chile, nº 100, parte, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09 ("BNDESPAR" ou "Ofertante"), neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de acionista vendedora de ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da BNDESPAR, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI"), da Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"), da Dassault Aviation S.A. ("Dassault") e da European Aeronautic Defence and Space Company EADS France ("EADS" e, em conjunto com a PREVI, SISTEL, BNDESPAR e Dassault Aviation, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafos 1º, 3º e 5º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

Declaração da BNDESPAR

Considerando que:

(i) a BNDESPAR não é acionista controladora da Companhia;

(ii) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada due diligence na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global;

(iv) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas a Companhia; e

Alice Ferreira Lop
Advogado

(v) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global;

A BNDESPAR declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações fornecidas ao mercado pela Ofertante, prestadas por ocasião do registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar"), e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global;

A BNDESPAR declara ainda que (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade, e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Nome: DEMIAN FIOCCA
Cargo: Diretor-Presidente BNDESPAR

Nome: Eduardo Rath Fingerl
Cargo: Diretor

Alice Ferreira Lopes
Advogado

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

DASSAULT AVIATION S.A. ("Dassault Aviation" ou "Ofertante"), sociedade anônima, incorporada de acordo com as leis da França, com escritório em 9 Rond-Point des Champs-Elysées – Marcel Dassault, Paris 75008, França, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de acionista vendedora de ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da Dassault Aviation, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ("PREVI"), Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"), BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR") e European Aeronautic Defence and Space Company EADS France ("EADS" e, conjuntamente com Dassault Aviation, PREVI, SISTEL e BNDESPAR, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafos 1º, 3º e 5º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

Declaração da Dassault Aviation

Considerando que:

(i) a Dassault Aviation não é acionista controladora da Companhia;

(ii) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global;

(iv) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas à Companhia; e

(v) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global:

A Dassault Aviation declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações fornecidas ao mercado pela Ofertante por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar"), e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

A Dassault Aviation declara ainda que: (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 29 de janeiro de 2007

[Página de assinatura da declaração da Dassault Aviation S.A. nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, no contexto da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Processo CVM n° 2006/9574]

DASSAULT AVIATION S.A.

Nome: Charles EDELSTENNE
Cargo: Chairman and Chief Executive Officer

SP - 098412-00116 - 664771v1

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

EUROPEAN AERONAUTIC DEFENCE AND SPACE COMPANY EADS FRANCE ("EADS" ou "Ofertante"), sociedade por ações simplificada, incorporada de acordo com as leis da França, com escritório em 37 Bd de Montmorency, Paris, França, na qualidade de acionista vendedora de ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da EADS, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ("PREVI"), Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"), BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR") e Dassault Aviation S.A. ("Dessault Aviation" e, conjuntamente com EADS, PREVI, SISTEL e BNDESPAR, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafos 1°, 3° e 5°, da Instrução CVM n.° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

Declaração da EADS

Considerando que:

(i) a EADS não é acionista controladora da Companhia;

(ii) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global;

(iv) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas à Companhia; e

(v) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global:

A EADS declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações fornecidas ao mercado pela Ofertante por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar"), e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

A EADS declara ainda que: (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 29 de janeiro de 2007

[Página de assinatura da declaração da European Aeronautic Defence and Space Company EADS France nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, no contexto da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Processo CVM n° 2006/9574]

EUROPEAN AERONAUTIC DEFENCE AND SPACE COMPANY EADS FRANCE

_____

Nome:
Cargo:

São Paulo, 29 de janeiro de 2007

JPMorgan

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

O **BANCO J.P. MORGAN S.A.** ("Coordenador Líder"), instituição financeira com sede Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.172.537/0001-98, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder da oferta pública de ações ordinárias de emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ("PREVI"), da Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"), da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), da Dassault Aviation S.A. ("Dassault") e da European Aeronautic Defence and Space Company EADS France ("EADS" e, em conjunto com a PREVI, SISTEL, BNDESPAR e Dassault Aviation, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafos 1° e 5° da Instrução CVM n. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme altrada ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

Declaração do Coordenador Líder

Considerando que:

(i) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Global e que, para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em 14 de dezembro de 2006, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Definitivo");

(ii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta Global;

(iii) o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais relativas à Companhia; e

(iv) segundo informado pela Companhia, foram disponibilizados por ela, para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram

JPMorgan LEGAL DEPT

prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global.

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações fornecidas ao mercado pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta Global e durante o prazo de distribuição das Ações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar"), e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

O Coordenador Líder declara ainda que: (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

[Página de assinatura da declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, no contexto da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Processo CVM nº 2006/9574]

BANCO J.P. MORGAN S.A.

Nome: Cristina Pereira Monteiro
Cargo: Diretor Estatutária

Nome: **Cristiano Almeida**
Cargo: DIRETOR ESTATUTÁRIO

DECLARAÇÃO

EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima , nº 2170, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.689.002/0001-89 ("Companhia"), representada em conformidade com seu Estatuto Social, na qualidade de emissora de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de oferta que compreende a distribuição pública secundária de 72.903.806 Ações de titularidade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ("PREVI"), da Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"), da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), da Dassault Aviation S.A. ("Dassault") e da European Aeronautic Defence and Space Company EADS France ("EADS" e, em conjunto com a PREVI, SISTEL, BNDESPAR e Dassault Aviation, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representadas por *American Depositary Receipts* ("Oferta Internacional"), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante a distribuição; (ii) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, na data da sua disponibilização, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 24 de janeiro de 2007

[Página de assinatura da declaração da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, no contexto da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Processo CVM nº 2006/9574]

EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

Nome: Antonio Luiz Pizarro Manso
Cargo: Vice-Presidente Executivo Corporativo e RI

Nome: Maurício Novis Botelho
Cargo: Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Erro! Nome da propriedade do documento desconhecido.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e respectivos pareceres dos auditores independentes 271
- Informações Trimestrais da Companhia consolidadas relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 e respectivos relatórios de revisão especial dos auditores independentes 548

[página intencionalmente deixada em branco]

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	**EMBRAER EMP BRAS AERON SA**	**60.208.493/0001-81**
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170				Putim	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
12227-901	São J. Campos				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
012	3927-1216	3927-3953	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
012	3922-6070	-	-		
15 - E-MAIL					
control@embraer.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Antonio Luiz Pizarro Manso					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170				Putim	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
12227-901	São J.Campos				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
012	3927-3953	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
012	3922-6070	-	-		
16 - E-MAIL					
mercapit@embraer.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2003	31/12/2003
2 - Penúltimo	01/01/2002	31/12/2002
3 - Antepenúltimo	01/01/2001	31/12/2001

4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes	00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Domingos do Prado	022.486.308-83

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2003	2 31/12/2002	3 31/12/2001
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	242.544.448	242.544.448	242.544.448
2 - Preferenciais	473.501.135	470.429.907	379.738.426
3 - Total	716.045.583	712.974.355	622.282.874
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120300 - Material Aeronáutico
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Produção de Aeronaves
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	13/12/2002	Juros Sobre Capital Próprio	15/01/2003	ON	0,1874500000
02	RCA	13/12/2002	Juros Sobre Capital Próprio	15/01/2003	PN	0,2062000000
03	RCA	16/06/2003	Juros Sobre Capital Próprio	15/08/2003	ON	0,1008700000
04	RCA	16/06/2003	Juros Sobre Capital Próprio	15/08/2003	PN	0,1109500000
05	RCA	12/12/2003	Juros Sobre Capital Próprio	15/01/2004	ON	0,1552300000
06	RCA	12/12/2003	Juros Sobre Capital Próprio	15/01/2004	PN	0,1707500000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
17/03/2004	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
1	Ativo Total	12.894.185	11.939.468	7.761.978
1.01	Ativo Circulante	6.831.124	6.750.288	5.178.041
1.01.01	Disponibilidades	2.577.241	1.307.675	1.340.010
1.01.01.01	Caixa e Bancos	9.440	12.457	14.277
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.567.801	1.295.218	1.325.733
1.01.02	Créditos	930.707	2.152.198	1.391.994
1.01.02.01	Clientes	936.457	2.156.499	1.395.772
1.01.02.02	Provisão p/Créd.de Liquidação Duvidosa	(5.750)	(4.301)	(3.778)
1.01.03	Estoques	2.619.082	2.137.416	2.048.963
1.01.03.01	Produtos Acabados	156.592	181.860	157.052
1.01.03.02	Produtos em Elaboração	1.328.267	745.816	812.515
1.01.03.03	Matéria Prima	653.230	528.641	662.963
1.01.03.04	Peças de Reposição	131.553	98.559	113.784
1.01.03.05	Aviões Usados para Venda	33.793	124.270	624
1.01.03.06	Materiais de Consumo	1.697	1.726	2.221
1.01.03.07	Mercadorias em Transito	193.603	272.637	215.842
1.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	120.347	183.907	83.962
1.01.04	Outros	704.094	1.152.999	397.074
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	63.575	8.785	19.099
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	211.396	208.822	54.204
1.01.04.03	Contas a Receber	158.174	645.112	100.555
1.01.04.04	I.de Renda e Contr.Social Diferidos	258.469	290.280	223.216
1.01.04.05	Titulos e Valores Mobiliários	12.480	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.567.131	3.492.656	1.347.330
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	31.860
1.02.01.01	Clientes	0	0	31.860
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.798.639	2.706.800	1.172.035
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	2.798.639	2.706.800	1.172.035
1.02.02.02.01	Embraer Credit Ltd - ECL	115.091	243.673	40.500
1.02.02.02.02	Embraer Finance Ltd. - EFL	2.576.837	2.272.298	1.131.535
1.02.02.02.03	Harbin Embraer Aircraft Industry Co.Ltd.	22.596	0	0
1.02.02.02.04	Embraer Aircraft Customer Serv.Inc.-EACS	84.115	137.767	0
1.02.02.02.05	Embraer Aviation International - EAI	0	52.988	0
1.02.02.02.06	Embraer Representation LLC - ERL	0	74	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	768.492	785.856	143.435
1.02.03.01	Dep.Empréstimos Compulsórios e Outros	113.629	63.240	30.211
1.02.03.02	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	171.158	99.019	91.840
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	2.511	3.263	4.826
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	455.917	620.334	16.558

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
1.02.03.05	Outras Contas a Receber	6.891	0	0
1.02.03.06	Titulos e Valores Mobiliários	18.386	0	0
1.03	Ativo Permanente	2.495.930	1.696.524	1.236.607
1.03.01	Investimentos	732.887	384.825	217.408
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	732.887	384.825	217.408
1.03.01.02.01	Indústria Aeronáutica Neiva Ltda	21.380	16.824	11.510
1.03.01.02.02	Embraer Aircraft Corporation - EAC	0	0	101.290
1.03.01.02.03	Embraer Finance Ltd - EFL	0	0	21.810
1.03.01.02.04	Embraer Service Inc. - ESI	0	0	17.410
1.03.01.02.05	Trumpeter Inc.	13.282	16.098	9.691
1.03.01.02.06	ELEB-Embraer Liebherr Equip.Brasil S/A.	37.703	32.006	24.872
1.03.01.02.07	Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	2.579	831	4.409
1.03.01.02.08	Embraer Aviation Europe SAS - EAE	94.772	53.344	25.861
1.03.01.02.09	Embraer Europe SARL - EES	2.113	1.244	555
1.03.01.02.10	Embraer Aircraft Holding Inc.- EAH	209.502	260.050	0
1.03.01.02.11	Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	335.042	4.428	0
1.03.01.02.12	Embraer Representation LLC - ERL	7.137	0	0
1.03.01.02.13	Harbin Embraer Aircraft Industry Co.Ltd.	9.377	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	601.797	599.687	565.313
1.03.02.01	Terrenos, Edif.e Benf.em Terrenos	318.961	259.145	217.920
1.03.02.02	Instalações e Sistemas Industriais	56.766	63.793	50.770
1.03.02.03	Máquinas e Equipamentos	99.773	95.021	99.422
1.03.02.04	Móveis e Utensilios	12.622	12.755	8.999
1.03.02.05	Computadores e Periféricos	22.560	30.753	31.719
1.03.02.06	Veículos	2.245	3.083	3.374
1.03.02.07	Aeronaves	1.811	603	0
1.03.02.08	Software	52.811	53.851	50.210
1.03.02.09	Outros	7.088	9.280	16.750
1.03.02.10	Adiantamento a Fornecedores	1.238	922	12.403
1.03.02.11	Imobilizações em Andamento	25.922	70.481	73.746
1.03.03	Diferido	1.161.246	712.012	453.886
1.03.03.01	ERJ 145/140/135	241.765	201.349	184.670
1.03.03.02	ERJ 170/190	912.312	505.915	265.763
1.03.03.03	Outros	7.169	4.748	3.453

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
2	Passivo Total	12.894.185	11.939.468	7.761.978
2.01	Passivo Circulante	6.143.634	6.014.314	3.981.365
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.330.449	730.623	983.296
2.01.01.01	Aquisição de Materiais	733.707	393.008	383.101
2.01.01.02	Adiantamentos s/ Contrato de Câmbio	519.808	283.570	510.564
2.01.01.03	Financiamento à Exportação	29.497	1.166	1.014
2.01.01.04	Desenvolvimento de Projetos	35.985	39.826	34.290
2.01.01.05	Aquisição de Imobilizado	6.813	9.093	7.280
2.01.01.06	Resolução 63	0	0	47.047
2.01.01.07	Capital de Giro	4.639	3.960	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.094.149	1.159.069	600.401
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	51.479	209.411	146.810
2.01.04.01	INSS/FNDE	19.188	17.734	16.771
2.01.04.02	FGTS	6.518	5.156	4.099
2.01.04.03	IRRFonte	19.409	20.775	10.397
2.01.04.04	Imp.Renda/Contrib.Social a Recolher	0	162.438	111.511
2.01.04.05	COFINS	1.653	1.727	2.344
2.01.04.06	PIS	584	527	642
2.01.04.07	Outros	4.127	1.054	1.046
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	100.311
2.01.06	Provisões	800.587	779.359	469.973
2.01.06.01	Sobre Folha de Pagamento	124.618	136.033	125.786
2.01.06.02	Provisão para Perdas Contratuais	4.375	21.235	20.875
2.01.06.03	Garantia de Produtos	230.094	252.960	118.095
2.01.06.04	Impostos s/ Receitas a L.Prazo	462	2.137	6.112
2.01.06.05	Melhoria de Produtos	124.831	152.738	100.349
2.01.06.06	Assistência Técnica/Treinamento	47.143	90.302	44.470
2.01.06.07	Perdas não Realizadas com derivativos	164.734	32.135	41.667
2.01.06.08	Prov.p/Perdas em Investim.Socied.Control	100.580	80.692	5.078
2.01.06.09	Outras	3.750	11.127	7.541
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	703.762	1.021.905	381.290
2.01.07.01	Embraer Aircraft Corporation - EAC	0	0	546
2.01.07.02	Embraer Finance Ltd - EFL	155.880	416.352	248.815
2.01.07.03	Embraer Aviation International - EAI	5.058	7.227	0
2.01.07.04	Embraer Credit Ltd. - ECL	0	228.792	126.198
2.01.07.05	Embraer Service Inc.- ESI	154	1.126	5.279
2.01.07.06	Embraer Aviation Europe SAS - EAE	0	0	452
2.01.07.07	Embraer Aircraft Customer Serv.Inc.-EACS	10.551	416	0
2.01.07.08	Embraer Representation LLc - ERL	101.293	34.964	0
2.01.07.09	ECC Insurance & Financial Co.Ltd.	430.826	333.028	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
2.01.08	Outros	2.163.208	2.113.947	1.299.284
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	1.070.791	1.163.500	843.137
2.01.08.03	Contas a Pagar	81.578	155.908	127.987
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	105.633	127.199	51.062
2.01.08.05	Contingências	872.267	667.340	272.355
2.01.08.06	Provisão para Imposto de Renda Diferido	32.939	0	4.743
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.852.136	2.490.596	1.239.280
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.345.794	966.480	561.977
2.02.01.01	Desenvolvimento de Projetos	26.667	64.900	88.788
2.02.01.02	Aquisição de Imobilizado	6.880	16.075	15.710
2.02.01.03	Aquisição de Materiais	445.487	496.842	434.275
2.02.01.04	Financiamento a Exportação	0	35.333	23.204
2.02.01.05	Capital de Giro	866.760	353.330	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	169.564	301.146	0
2.02.04.01	ECC Insurance & Financial Co.Ltd.	169.564	301.146	0
2.02.05	Outros	1.336.778	1.222.970	677.303
2.02.05.01	Impostos Parcelados de Longo Prazo	41.155	44.653	47.881
2.02.05.02	Contas a Pagar	666.378	839.795	370.921
2.02.05.03	Adiantamentos de Clientes	291.783	271.868	203.992
2.02.05.04	Contingências	64.394	35.156	20.915
2.02.05.05	Provisão para Imposto de Renda Diferido	273.068	31.498	33.594
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.898.415	3.434.558	2.541.333
2.05.01	Capital Social Realizado	2.320.051	1.649.806	941.338
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	2.320.051	1.649.806	941.338
2.05.02	Reservas de Capital	133.605	133.054	118.723
2.05.02.01	Reservas de Incentivos Fiscais	72.433	71.882	57.551
2.05.02.02	Reservas para Aumento de Capital	61.172	61.172	61.172
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.444.759	1.651.698	1.481.272
2.05.04.01	Legal	210.510	178.163	118.060
2.05.04.02	Estatutária	1.234.249	1.473.535	1.363.212
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	6.318.893	7.447.469	6.833.467
3.02	Deduções da Receita Bruta	(24.580)	(87.691)	(98.323)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	6.294.313	7.359.778	6.735.144
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.015.781)	(3.962.154)	(3.967.543)
3.05	Resultado Bruto	2.278.532	3.397.624	2.767.601
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.567.300)	(2.088.516)	(1.308.241)
3.06.01	Com Vendas	(559.454)	(640.024)	(422.758)
3.06.01.01	Despesas com Pessoal	(47.979)	(38.227)	(35.194)
3.06.01.02	Despesas de Comercialização	(27.458)	(27.204)	(44.982)
3.06.01.03	Gastos com Suporte a Operação	(26.639)	(22.132)	(24.318)
3.06.01.04	Provisões p/ Devedores Duvidosos	(2.196)	(564)	(799)
3.06.01.05	Garantia de Produtos	(75.034)	(152.895)	(81.338)
3.06.01.06	Depreciações	(2.157)	(1.586)	(1.566)
3.06.01.07	Serviços Prestados por Terceiros	(5.883)	(7.175)	(6.780)
3.06.01.08	Treinamento de Clientes	(4.322)	(67.161)	(59.235)
3.06.01.09	Assistencia Técnica	(122.016)	(180.289)	(77.555)
3.06.01.10	Viagens e Estadias	(7.854)	(9.554)	(9.683)
3.06.01.11	Concessões Comerciais	(23.782)	(5.416)	(16.895)
3.06.01.12	Promoções e Publicações	(19.439)	(25.581)	(28.375)
3.06.01.13	Feiras e Exposições	(20.234)	(28.258)	(7.644)
3.06.01.14	Seguros	(144.648)	(50.597)	(86)
3.06.01.15	Gastos com Financiamentos	(6.419)	(213)	(433)
3.06.01.16	Outras	(23.394)	(23.172)	(27.875)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(272.315)	(283.451)	(176.882)
3.06.02.01	Despesas com Pessoal	(65.957)	(75.756)	(65.026)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(18.439)	(24.882)	(25.449)
3.06.02.03	Seguros	(27.460)	(18.711)	(8.847)
3.06.02.04	Manutenção e Reparos em Geral	(15.886)	(12.256)	(4.975)
3.06.02.05	Depreciações	(14.785)	(11.535)	(1.782)
3.06.02.06	Serviços Prestados por Terceiros	(52.932)	(55.905)	(19.700)
3.06.02.07	Gastos com Financiamentos	(225)	(8.803)	(1.355)
3.06.02.08	Aluguéis de Máquinas/Equip.e Outros	(2.360)	(2.175)	(1.234)
3.06.02.09	Impostos e Taxas	(344)	(254)	(418)
3.06.02.10	Despesas com Viagens e Estadias	(4.308)	(5.704)	(4.932)
3.06.02.11	Serviços Internos	(7.670)	(8.318)	(4.086)
3.06.02.13	Revisão de Processos Admin.e Operac.	(9.150)	(2.616)	(19.938)
3.06.02.14	Anuncios e Publicações	(8.481)	(4.155)	(339)
3.06.02.15	Arrendamento Mercantil	(14.111)	(14.000)	(1.450)
3.06.02.16	Contribuições e Doações	(9.607)	(10.614)	(5.211)
3.06.02.17	Despesas de Comunicações	(9.974)	(10.460)	(1.986)
3.06.02.18	Outras	(10.626)	(17.307)	(10.154)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
3.06.03	Financeiras	(620.331)	(867.149)	(498.532)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(931.244)	1.648.008	451.856
3.06.03.01.01	Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	276.487	244.615	278.036
3.06.03.01.02	Juros Credores	20.516	17.829	29.617
3.06.03.01.03	Variações Monet/Cambiais Ativas	(1.243.785)	1.376.226	126.884
3.06.03.01.05	Outras	15.538	9.338	17.319
3.06.03.02	Despesas Financeiras	310.913	(2.515.157)	(950.388)
3.06.03.02.01	Juros e Comissões s/ Financiamentos	(135.050)	(63.895)	(70.789)
3.06.03.02.02	Juros e Prêmios s/ Debênt.e Ações - PNB	0	0	(1.311)
3.06.03.02.03	Juros s/Parcelamento de Impostos	(1.370)	(2.903)	(1.827)
3.06.03.02.04	CPMF	(36.558)	(33.893)	(29.689)
3.06.03.02.05	Remuneração - BNDES	0	(3.348)	(12.801)
3.06.03.02.06	Seguros de Crédito	(13.527)	(5.920)	(4.323)
3.06.03.02.07	Despesas com Estruturação Financeira	(2.001)	(4.685)	(4.862)
3.06.03.02.08	Juros s/impostos, enc.sociais e contrib.	(130.265)	(59.505)	(13.910)
3.06.03.02.09	PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(42.823)	(110.977)	(45.513)
3.06.03.02.10	Juros sobre Capital Próprio	(195.200)	(327.165)	(180.720)
3.06.03.02.11	Var.Monet/Camb.s/Contas do Passivo	875.793	(1.888.349)	(573.000)
3.06.03.02.12	Outras	(8.086)	(14.517)	(11.643)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	71.820	28.491	25.726
3.06.04.01	Recuperação de Seguros	1.932	208	3.058
3.06.04.02	Royalties	1.498	1.682	1.340
3.06.04.03	Multas Contratuais	50.791	17.362	11.212
3.06.04.04	Outras Vendas	7.902	5.799	7.539
3.06.04.05	Reembolso de Despesas	6.330	3.897	1.750
3.06.04.06	Outras	3.367	(457)	827
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(179.507)	(216.747)	(189.258)
3.06.05.01	Provisão p/ Contingência	(31.072)	(18.141)	(4.500)
3.06.05.02	Manutenção do Protótipo	(1.550)	(2.015)	(1.110)
3.06.05.03	Custo com Reestruturação	0	0	(11.134)
3.06.05.04	Modificações de Produtos	(303)	(2.601)	(7.888)
3.06.05.05	Estudos Preliminares de Projetos	(52.405)	(73.768)	(37.599)
3.06.05.06	Multas Fiscais e Diversas	(4.120)	(788)	(1.755)
3.06.05.07	Gastos com Implantação de Gavião Peixoto	(2.536)	(10.368)	(4.595)
3.06.05.08	Treinamento e Desenvolvim. Profissional	(39.636)	(37.056)	(17.939)
3.06.05.09	Participação nos Lucros e Resultados	(45.991)	(64.719)	(83.676)
3.06.05.10	Multas Contratuais	404	(4.365)	(1.278)
3.06.05.11	Outras	(2.298)	(2.926)	(17.784)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(7.513)	(109.636)	(46.537)
3.06.06.01	Embraer Aircraft Corporation - EAC	0	0	(530)
3.06.06.02	Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	(1.556)	(8.415)	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
3.06.06.03	Embraer Aviation International - EAI	0	0	0
3.06.06.04	Embraer Finance Ltd. - EFL	(33.617)	(100.580)	(12.552)
3.06.06.05	Indústria Aeronáutica Neiva S/A	4.556	(1.383)	128
3.06.06.06	Embraer Service Inc. - ESI	0	0	(489)
3.06.06.07	Trumpeter Inc.	119	1.342	648
3.06.06.08	ELEB-Embraer Liebherr Equip.Brasil S/A.	6.938	8.953	1.631
3.06.06.09	Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	1.676	(6.582)	(748)
3.06.06.10	Embraer Credit Ltd. - ECL	(2.425)	(3.824)	(3.826)
3.06.06.11	Embraer Aviation Europe SAS - EAE	42.199	7.252	(31.337)
3.06.06.12	Embraer Europe SARL - EES	886	249	538
3.06.06.13	Embraer Spain Holding Co.SL - ESH	(8.417)	(4.882)	0
3.06.06.14	ECC Leasing Co. Ltd.	(21.024)	(1.766)	0
3.06.06.15	Embraer Representation LLC - ERL	7.137	0	0
3.06.06.16	Harbin Embraer Aircraft Industry Co.Ltd.	(3.985)	0	0
3.07	Resultado Operacional	711.232	1.309.108	1.459.360
3.08	Resultado Não Operacional	5.876	(4.790)	(31.028)
3.08.01	Receitas	8.026	1.521	3.565
3.08.01.01	Vendas e Aluguel do Imobilizado	5.901	768	334
3.08.01.02	Aluguel do Imobilizado	1.638	78	0
3.08.01.03	Correção Monetária - Eletrobrás	85	50	353
3.08.01.04	Ganho sobre Participação Acionária	19	46	0
3.08.01.05	Ressarcimento de Incentivos Fiscais	0	511	0
3.08.01.06	Outras	383	68	2.878
3.08.02	Despesas	(2.150)	(6.311)	(34.593)
3.08.02.01	Baixa do Ativo Diferido	(233)	(3.289)	(12.576)
3.08.02.02	Provisão p/Perdas - Eletrobrás	(60)	(35)	(544)
3.08.02.03	Custo da venda do Imobilizado	(802)	(511)	(592)
3.08.02.04	Provisão p/ Perdas em Investimentos	(400)	(2.308)	(19.133)
3.08.02.05	Outras	(655)	(168)	(1.748)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	717.108	1.304.318	1.428.332
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(265.365)	(429.417)	(490.561)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	195.200	327.165	180.720
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	646.943	1.202.066	1.118.491

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	716.045.583	712.974.355	622.282.874
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,90349	1,68599	1,79740
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
4.01	Origens	2.718.811	3.183.261	2.678.659
4.01.01	Das Operações	1.167.174	1.756.130	1.434.283
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	646.943	1.202.066	1.118.491
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	520.231	554.064	315.792
4.01.01.02.01	Equivalência Patrimonial	7.513	109.636	46.537
4.01.01.02.02	Depreciações e Amortizações	117.387	152.954	142.833
4.01.01.02.04	Valor Residual do At. Permanente Baixado	875	4.360	13.164
4.01.01.02.05	Juros/Prov. e V.Monet/Camb.do L.Prazo	178.619	425.790	97.751
4.01.01.02.06	Constituição de Provisão	13.513	(2.126)	33.502
4.01.01.02.07	Ganho na Conv.de Investim.em Control.	32.939	(127.229)	(30.446)
4.01.01.02.08	Ganho na Participação Acionária	(45)	(46)	0
4.01.01.02.09	I.Renda e Contr.Soc.s/Cred.Fiscais Liq.	169.430	(9.275)	12.451
4.01.02	Dos Acionistas	11.533	3.969	4.161
4.01.02.01	Integralização do Capital	11.533	3.969	4.161
4.01.03	De Terceiros	1.540.104	1.423.162	1.240.215
4.01.03.01	Aumento no Exigivel a Longo Prazo	1.304.691	1.237.290	896.310
4.01.03.02	Transferência para Ativo Circulante	233.572	175.533	328.477
4.01.03.03	Incentivos Fiscais	581	9.057	12.111
4.01.03.04	Dividendos Recebidos de Controladas	1.260	1.282	3.317
4.02	Aplicações	2.767.295	3.643.963	2.105.067
4.02.01	Aumento no Realizável a Longo Prazo	748.920	2.220.718	649.142
4.02.02	Investimento	369.839	75.446	52.110
4.02.03	Imobilizado	74.970	101.674	227.228
4.02.04	Diferido	494.637	348.139	292.517
4.02.05	Transferência para Passivo Circulante	883.729	570.821	480.217
4.02.06	Dividendos a Pagar	0	0	223.133
4.02.07	Juros sobre Capital Próprio	195.200	327.165	180.720
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(48.484)	(460.702)	573.592
4.04	Variação do Ativo Circulante	80.836	1.572.247	1.862.885
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	6.750.288	5.178.041	3.315.156
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	6.831.124	6.750.288	5.178.041
4.05	Variação do Passivo Circulante	129.320	2.032.949	1.289.293
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	6.014.314	3.981.365	2.692.072
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	6.143.634	6.014.314	3.981.365

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.649.806	133.054	0	1.651.698	0	3.434.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	670.245	0	0	(658.712)	0	11.533
5.03.01	Em dinheiro	11.533	0	0	0	0	11.533
5.03.02	Com Utilização de Reservas	658.712	0	0	(658.712)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	646.943	646.943
5.07	Destinações	0	0	0	451.773	(646.973)	(195.200)
5.07.01	Reserva para Investimentos e Cap.Giro	0	0	0	419.426	(419.426)	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	32.347	(32.347)	0
5.07.03	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(195.200)	(195.200)
5.08	Outros	0	551	0	0	30	581
5.08.01	Reserva de Incentivos Fiscais	0	551	0	0	0	551
5.08.02	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	30	30
5.09	Saldo Final	2.320.051	133.605	0	1.444.759	0	3.898.415

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	941.338	118.723	0	1.481.272	0	2.541.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	708.468	0	0	(704.499)	0	3.969
5.03.01	Em dinheiro	3.969	0	0	0	0	3.969
5.03.02	Com Utilização de Reservas	704.499	0	0	(704.499)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.202.066	1.202.066
5.07	Destinações	0	0	0	874.925	(1.202.090)	(327.165)
5.07.01	Reserva para Investimentos e Cap. Giro	0	0	0	814.822	(814.822)	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	60.103	(60.103)	0
5.07.03	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(327.165)	(327.165)
5.08	Outros	0	14.331	0	0	24	14.355
5.08.01	Reserva de Incentivos Fiscais	0	14.331	0	0	0	14.331
5.08.02	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	24	24
5.09	Saldo Final	1.649.806	133.054	0	1.651.698	0	3.434.558

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2001 A 31/12/2001 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	808.984	29.974	0	766.634	0	1.605.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	132.354	54.940	0	0	0	187.294
5.03.01	Em dinheiro	4.161	0	0	0	0	4.161
5.03.02	Bonus de Subscrição	128.193	54.940	0	0	0	183.133
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.118.491	1.118.491
5.07	Destinações	0	0	0	714.638	(1.118.491)	(403.853)
5.07.01	Reserva para Investimentos e Cap.Giro	0	0	0	658.713	(658.713)	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	55.925	(55.925)	0
5.07.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(223.133)	(223.133)
5.07.04	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(180.720)	(180.720)
5.08	Outros	0	33.809	0	0	0	33.809
5.08.01	Reserva de Incentivos Fiscais	0	33.809	0	0	0	33.809
5.09	Saldo Final	941.338	118.723	0	1.481.272	0	2.541.333

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
1	Ativo Total	12.830.956	11.243.380	7.726.238
1.01	Ativo Circulante	9.336.509	8.494.741	5.935.718
1.01.01	Disponibilidades	3.658.604	2.320.668	1.739.118
1.01.01.01	Caixa e Bancos	215.350	92.177	62.493
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.443.254	2.228.491	1.676.625
1.01.02	Créditos	934.488	2.274.945	1.386.189
1.01.02.01	Clientes	1.004.582	2.361.447	1.441.320
1.01.02.02	Provisão p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	(70.094)	(86.502)	(55.131)
1.01.03	Estoques	3.303.411	2.782.976	2.335.952
1.01.03.01	Produtos Acabados	156.592	181.860	158.957
1.01.03.02	Produtos em Elaboração	1.400.941	757.858	820.371
1.01.03.03	Matéria Prima	702.009	540.480	674.668
1.01.03.04	Peças de Reposição	496.190	529.874	380.293
1.01.03.05	Aviões Usados para Venda	62.680	149.954	5.991
1.01.03.06	Materiais de Consumo	2.360	1.916	2.669
1.01.03.07	Mercadorias em Transito	175.627	264.157	212.562
1.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	307.012	356.877	80.441
1.01.04	Outros	1.440.006	1.116.152	474.459
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	80.304	40.260	35.979
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	79.235	67.389	55.986
1.01.04.03	Contas a Receber	187.874	675.799	135.584
1.01.04.04	I.de Renda e Contrib.Social Diferidos	333.397	332.704	246.910
1.01.04.05	Dep. Empréstimos Compulsórios e Outros	746.716	0	0
1.01.04.06	Títulos e Valores Mobiliários	12.480	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.123.699	1.080.040	597.268
1.02.01	Créditos Diversos	35.571	127.064	117.106
1.02.01.01	Clientes	35.571	127.064	117.106
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	1.088.128	952.976	480.162
1.02.03.01	Dep. Empréstimos Compulsórios e Outros	672.757	695.897	317.380
1.02.03.02	I.de Renda e Contrib.Social Diferidos	182.181	115.122	104.651
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	4.465	4.691	5.967
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	86.535	82.151	16.558
1.02.03.05	Estoques	42.686	54.790	35.143
1.02.03.06	Outras Contas a Receber	6.994	325	463
1.02.03.07	Títulos e Valores Mobiliários	92.510	0	0
1.03	Ativo Permanente	2.370.748	1.668.599	1.193.252
1.03.01	Investimentos	13.855	16.765	10.109

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
1.03.01.01	Participações em Coligadas	13.855	16.765	10.109
1.03.01.01.01	Expressprop LLC	13.855	16.765	10.109
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.177.591	929.695	718.572
1.03.02.01	Terrenos, Edif. e Benf. em Terrenos	379.532	294.631	241.963
1.03.02.02	Instalações e Sistemas Industriais	61.453	68.911	54.971
1.03.02.03	Máquinas e Equipamentos	144.292	147.035	110.081
1.03.02.04	Móveis e Utensilios	17.231	22.318	13.100
1.03.02.05	Computadores e Periféricos	27.731	46.293	37.032
1.03.02.06	Veículos	2.835	3.626	3.786
1.03.02.07	Aeronaves	409.920	167.514	95.641
1.03.02.08	Software	80.776	86.086	51.074
1.03.02.09	Outros	17.263	12.804	23.169
1.03.02.10	Adiantamento a Fornecedores	1.237	922	12.403
1.03.02.11	Imobilizações em Andamento	35.321	79.555	75.352
1.03.03	Diferido	1.179.302	722.139	464.571
1.03.03.01	ERJ 145/140/135	241.772	201.667	185.081
1.03.03.02	ERJ 170/190	929.838	516.918	275.333
1.03.03.03	Outros	7.692	3.554	4.157

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
2	Passivo Total	12.830.956	11.243.380	7.726.238
2.01	Passivo Circulante	6.093.582	5.501.218	3.951.920
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.493.895	863.852	1.223.081
2.01.01.01	Aquisição de Materiais	733.707	393.008	395.219
2.01.01.02	Adiantamentos s/ Contrato de Câmbio	520.820	283.570	510.564
2.01.01.03	Financiamentos à Exportação	29.497	1.166	1.014
2.01.01.04	Desenvolvimento de Projetos	37.728	41.456	35.545
2.01.01.05	Aquisição de Imobilizado	16.295	23.712	7.759
2.01.01.06	Resolução 63	0	0	47.047
2.01.01.07	Capital de Giro	155.848	120.940	225.933
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.167.462	1.141.619	615.716
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	67.490	231.222	153.252
2.01.04.01	INSS/FNDE	22.121	21.323	20.896
2.01.04.02	FGTS	6.942	5.497	4.385
2.01.04.03	IRRFonte	19.598	21.191	10.773
2.01.04.04	Imp.Renda/Contrib.Social a Recolher	4.983	173.902	112.292
2.01.04.05	COFINS	2.397	2.218	2.626
2.01.04.06	PIS	937	785	702
2.01.04.07	Outros	10.512	6.306	1.578
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	102.133
2.01.06	Provisões	898.545	826.780	503.148
2.01.06.01	Sobre Folha de Pagamento	164.332	186.603	158.580
2.01.06.02	Provisão para Perdas Contratuais	4.375	21.235	20.875
2.01.06.03	Garantia de Produtos	229.843	255.143	119.550
2.01.06.04	Impostos s/Receitas a L. Prazo	462	2.137	6.112
2.01.06.05	Melhoria de Produtos	124.038	152.738	100.349
2.01.06.06	Assistência Técnica/Treinamento	46.626	90.302	44.470
2.01.06.07	Perdas não Realizadas com Derivativos	164.734	32.135	41.667
2.01.06.08	Provisão p/ Garantias Financeiras	159.911	50.775	0
2.01.06.09	Outras	4.224	35.712	11.545
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	2.466.190	2.437.745	1.354.590
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	1.350.857	1.463.426	881.760
2.01.08.03	Contas a Pagar	100.011	178.157	144.257
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	106.473	128.723	51.475
2.01.08.05	Contingência	872.267	667.439	272.355
2.01.08.06	Provisão para Imposto de Renda Diferido	36.582	0	4.743
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.969.627	2.391.836	1.297.799
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.522.477	1.088.585	568.930
2.02.01.01	Desenvolvimento de Projetos	47.089	81.246	92.302

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
2.02.01.02	Aquisição de Imobilizado	105.330	66.908	19.149
2.02.01.03	Aquisição de Materiais	445.487	496.842	434.275
2.02.01.04	Financiamento a Exportação	0	35.333	23.204
2.02.01.05	Capital de Giro	924.571	408.256	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	1.447.150	1.303.251	728.869
2.02.05.01	Impostos Parcelados de Longo Prazo	41.377	45.566	48.764
2.02.05.02	Contas a Pagar	727.635	841.561	372.081
2.02.05.03	Adiantamentos de Clientes	319.370	337.874	247.340
2.02.05.04	Contingências	76.449	43.509	25.831
2.02.05.05	Provisão para Imposto de Renda Diferido	282.319	34.741	34.853
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03.01	Embraer Aircraft Corporation - EAC	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	35.979	23.125	19.652
2.05	Patrimônio Líquido	3.731.768	3.327.201	2.456.867
2.05.01	Capital Social Realizado	2.320.051	1.649.806	941.338
2.05.01.01	Capital Integralizado	2.320.051	1.649.806	941.338
2.05.02	Reservas de Capital	133.605	133.054	118.723
2.05.02.01	Reservas de Incentivos Fiscais	72.433	71.882	57.551
2.05.02.02	Reservas para Aumento de Capital	61.172	61.172	61.172
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.278.112	1.544.341	1.396.806
2.05.04.01	Legal	210.510	178.163	55.925
2.05.04.02	Estatutária	1.067.602	1.366.178	1.340.881
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	6.599.085	7.836.858	6.989.221
3.02	Deduções da Receita Bruta	(28.472)	(88.747)	(98.560)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	6.570.613	7.748.111	6.890.661
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.219.769)	(4.293.664)	(4.025.903)
3.05	Resultado Bruto	2.350.844	3.454.447	2.864.758
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.661.592)	(2.162.834)	(1.415.988)
3.06.01	Com Vendas	(596.920)	(675.238)	(518.700)
3.06.01.01	Despesas com Pessoal	(155.310)	(135.801)	(105.116)
3.06.01.02	Despesas de Comercialização	(27.661)	(27.451)	(45.103)
3.06.01.03	Gastos com suporte a Operação	(26.639)	(22.132)	(24.317)
3.06.01.04	Provisão p/Devedores Duvidosos	3.679	(1.698)	(21.658)
3.06.01.05	Garantia de Produtos	(76.102)	(153.741)	(82.321)
3.06.01.06	Depreciações	(24.193)	(16.402)	(21.969)
3.06.01.07	Serviços Prestados por Terceiros	(24.542)	(21.720)	(20.303)
3.06.01.08	Treinamento de Clientes	(4.323)	(67.259)	(59.235)
3.06.01.09	Assistencia Técnica	(5.903)	(54.864)	(12.383)
3.06.01.10	Viagens e Estadias	(20.075)	(24.226)	(22.890)
3.06.01.11	Concessões Comerciais	(23.782)	(5.416)	(16.895)
3.06.01.12	Promoções e Publicações	(19.514)	(27.641)	(30.225)
3.06.01.13	Feiras e Exposições	(20.806)	(28.330)	(8.219)
3.06.01.14	Seguros	(3.927)	(1.619)	(792)
3.06.01.15	Provisão p/ Garantias Financeiras	(125.232)	(51.259)	0
3.06.01.16	Gastos com Financiamentos	(6.419)	(213)	(433)
3.06.01.17	Outras	(36.171)	(35.466)	(46.841)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(337.294)	(329.309)	(211.791)
3.06.02.01	Despesas com Pessoal	(98.813)	(112.265)	(87.600)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(20.256)	(26.482)	(26.482)
3.06.02.03	Seguros	(28.985)	(19.661)	(9.169)
3.06.02.04	Manutenção e Reparos em Geral	(17.184)	(13.701)	(5.775)
3.06.02.05	Depreciações	(21.305)	(11.707)	(1.899)
3.06.02.06	Serviços Prestados por Terceiros	(58.022)	(68.478)	(24.277)
3.06.02.07	Gastos com Financiamentos	(382)	(8.803)	(1.355)
3.06.02.08	Aluguéis de Máquinas/Equipam.e Outros	(4.333)	(4.659)	(2.151)
3.06.02.09	Impostos e Taxas	(630)	(301)	(770)
3.06.02.10	Despesas com Viagens e Estadias	(6.163)	(10.033)	(6.524)
3.06.02.11	Serviços Internos	(7.694)	(8.377)	(4.086)
3.06.02.12	Cursos/Seminários	(2.852)	(1.052)	(9.503)
3.06.02.13	Revisão de Processos Admin.e Operac.	(9.964)	(2.616)	(19.938)
3.06.02.14	Anuncios e Publicações	(8.577)	(4.225)	(369)
3.06.02.15	Arrendamento Mercantil	(14.179)	(14.046)	(1.463)
3.06.02.16	Contribuições e Doações	(9.737)	(10.614)	(5.211)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
3.06.02.17	Despesas de Comunicações	(10.051)	(10.492)	(2.010)
3.06.02.18	Outras	(18.167)	(1.797)	(3.209)
3.06.03	Financeiras	(553.553)	(875.754)	(479.017)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(881.314)	1.886.206	548.614
3.06.03.01.01	Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	291.971	253.437	308.008
3.06.03.01.02	Juros Credores	28.456	52.756	35.818
3.06.03.01.03	Variações Monet/Camb.s/contas do Ativo	(1.225.476)	1.561.139	174.136
3.06.03.01.04	Outras	23.735	18.874	30.652
3.06.03.02	Despesas Financeiras	327.761	(2.761.960)	(1.027.631)
3.06.03.02.01	Juros e Comissões s/ Financiamentos	(149.786)	(82.654)	(84.069)
3.06.03.02.02	Juros e Prêmios s/Debênt.e Ações - PNB	0	0	(1.311)
3.06.03.02.03	Juros s/ Parcelamento de Impostos	(1.654)	(3.024)	(1.845)
3.06.03.02.04	CPMF	(37.365)	(34.586)	(30.211)
3.06.03.02.05	Remuneração - BNDES	0	(3.348)	(12.801)
3.06.03.02.06	Seguros de Crédito	(13.527)	(5.920)	(4.323)
3.06.03.02.07	Despesas com Estruturação Financeira	(2.227)	(16.948)	(5.329)
3.06.03.02.08	Juros s/impostos, enc.sociais e contrib.	(130.822)	(59.505)	(13.910)
3.06.03.02.09	PIS/Cofins sobre Receitas Financeiras	(43.224)	(111.275)	(45.515)
3.06.03.02.10	Juros sobre Capital Próprio	(196.053)	(329.195)	(180.720)
3.06.03.02.11	Variações Monet/Camb.s/contas do Passivo	913.424	(2.099.063)	(635.428)
3.06.03.02.12	Outras	(11.005)	(16.442)	(12.169)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	77.924	41.708	42.925
3.06.04.01	Recuperação de Seguros	1.932	223	3.059
3.06.04.02	Royalties	1.498	1.682	1.340
3.06.04.03	Multas Contratuais	50.791	17.576	13.301
3.06.04.04	Outras Vendas	8.197	5.933	7.600
3.06.04.05	Reversão da Prov.p/Deved.Duvidosos	0	0	6.033
3.06.04.06	Reembolso de Despesas	7.009	16.131	2.366
3.06.04.07	Outras	8.497	163	9.226
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(251.895)	(325.614)	(250.126)
3.06.05.01	Provisão p/ Contingência	(31.240)	(18.240)	(5.416)
3.06.05.02	Manutenção do Protótipo	(1.550)	(2.015)	(1.110)
3.06.05.03	Custo com Reestruturação	0	0	(12.067)
3.06.05.04	Modificações de Produtos	(303)	(2.601)	(7.888)
3.06.05.05	Estudos Preliminares de Projetos	(71.510)	(153.040)	(80.896)
3.06.05.06	Multlas Fiscais e Diversas	(4.195)	(962)	(1.759)
3.06.05.07	Gastos com Implantação de Gavião Peixoto	(2.536)	(10.368)	(4.595)
3.06.05.08	Treinamento e Desenvolvim. Profissional	(39.636)	(37.056)	(17.939)
3.06.05.09	Participação nos Lucros e Resultados	(58.937)	(82.350)	(101.181)
3.06.05.10	Multas Contratuais	404	(4.365)	(1.294)
3.06.05.11	Provisões para Valor de Mercado	(28.677)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
3.06.05.12	Outras	(13.715)	(14.617)	(15.981)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	146	1.373	721
3.06.06.01	Expressprop LLC	146	1.373	721
3.07	Resultado Operacional	689.252	1.291.613	1.448.770
3.08	Resultado Não Operacional	(46.129)	(4.575)	(37.331)
3.08.01	Receitas	13.145	3.622	5.305
3.08.01.01	Vendas do Imobilizado	8.031	2.686	1.916
3.08.01.02	Aluguel do Imobilizado	2.394	78	0
3.08.01.03	Correção Monetária - Eletrobras	91	53	356
3.08.01.04	Ganho sobre Participação Acionária	19	46	0
3.08.01.05	Ressarcimento de Incentivos Fiscais	0	511	0
3.08.01.06	Outras	2.610	248	3.033
3.08.02	Despesas	(59.274)	(8.197)	(42.636)
3.08.02.01	Baixa do Ativo Diferido	(233)	(3.289)	(19.340)
3.08.02.02	Provisão p/Perdas - Elebrobrás	(152)	(41)	(545)
3.08.02.03	Custo da Venda do Imobilizado	(7.336)	(585)	(967)
3.08.02.04	Provisão p/ Perdas em Investimentos	(400)	(2.318)	(19.143)
3.08.02.05	Despesas com Cancelamento de Contratos	(49.440)	0	0
3.08.02.06	Outras	(1.713)	(1.964)	(2.641)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	643.123	1.287.038	1.411.439
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(249.826)	(430.341)	(486.514)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	196.053	329.195	180.720
3.14	Participações Minoritárias	(1.697)	(6.717)	(4.754)
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	587.653	1.179.175	1.100.891
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	716.045.583	712.974.355	622.282.874
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,82069	1,65388	1,76912
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
4.01	Origens	2.324.492	2.937.560	2.441.973
4.01.01	Das Operações	836.556	1.549.405	1.393.321
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	587.653	1.179.175	1.100.891
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	248.903	370.230	292.430
4.01.01.02.02	Depreciações e Amortizações	160.499	191.294	168.985
4.01.01.02.03	Baixa do Resultado de Exercícios Futuros	0	0	(485)
4.01.01.02.04	Valor Residual do Ativo Perman.Baixado	30.919	8.955	20.814
4.01.01.02.05	Juros/Prov.e Var.Monet/Camb.do L.Prazo	(203.710)	293.988	83.214
4.01.01.02.06	Constituição de Provisão	46.852	8.237	37.529
4.01.01.02.07	Ganho na Conv.de Investim.em Control.	32.939	(127.229)	(30.446)
4.01.01.02.09	I.Renda e Contrib.Soc.s/Cred.Fiscais Líq	179.853	(10.359)	8.786
4.01.01.02.10	Equivalencia Patrimonial	(146)	(1.373)	(721)
4.01.01.02.11	Participação dos Minoritários	1.697	6.717	4.754
4.01.02	Dos Acionistas	11.533	3.969	4.161
4.01.02.01	Integralização do Capital	11.533	3.969	4.161
4.01.03	De Terceiros	1.476.403	1.384.186	1.044.491
4.01.03.01	Aumento no Exigivel a Longo Prazo	1.392.890	969.224	942.796
4.01.03.02	Transferência para ativo circulante	71.774	405.875	87.172
4.01.03.03	Incentivos Fiscais	581	9.057	12.111
4.01.03.04	Aumento das Particip. Minorit.	11.158	30	2.412
4.02	Aplicações	2.075.088	1.927.835	1.842.480
4.02.01	Aumento no Realizável a Longo Prazo	181.611	544.612	399.062
4.02.02	Imobilizado	462.190	271.217	249.519
4.02.03	Diferido	506.267	349.235	301.063
4.02.04	Investimento	0	0	3.146
4.02.05	Transferência para passivo circulante	729.820	432.332	482.334
4.02.06	Dividendos a Pagar	0	1.244	224.955
4.02.07	Juros sobre Capital Próprio	195.200	329.195	182.401
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	249.404	1.009.725	599.493
4.04	Variação do Ativo Circulante	841.768	2.559.023	1.916.432
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	8.494.741	5.935.718	4.054.429
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	9.336.509	8.494.741	5.970.861
4.05	Variação do Passivo Circulante	592.364	1.549.298	1.281.796
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	5.501.218	3.951.920	2.670.124
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	6.093.582	5.501.218	3.951.920

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
São José dos Campos - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 5 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC nº 1 SP 185087/O-0

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EMBRAER

Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

Relatório de Administração 2003

Prezados Acionistas,

O ano de 2003 continuou sendo um ano de grandes dificuldades para a Indústria de Aviação no mundo. O crescimento da economia mundial ficou abaixo do esperado, o que, combinado com os efeitos da guerra no Iraque e da síndrome respiratória severa aguda (SARS), fez com que a recuperação plena do tráfego aéreo mundial fosse postergada ainda mais. A Aviação Comercial seguiu atravessando sua maior crise, com significativos prejuízos acumulados pelas grandes empresas aéreas em todo o mundo, com a manutenção de uma percepção de risco elevado para o negócio e com a conseqüente escassez do volume de recursos disponíveis para a estruturação do financiamento das vendas.

Neste quadro adverso, há que se ressaltar a situação diferenciada vivida pelas empresas de "baixa-tarifa, baixo-custo" e pelas linhas aéreas regionais, que vêm apresentando crescimento contínuo e lucratividade.

A Embraer, assim como os demais fabricantes de aeronaves, enfrentou ao longo de 2003 as conseqüências desse cenário agressivo, com cancelamentos e adiamentos de entregas de aeronaves, bem como as dificuldades na estruturação das operações de financiamento de vendas para seus clientes.

O atraso na obtenção da certificação final ("type certification") do EMBRAER 170 não contribuiu para o bom desempenho da Empresa, resultando na redução adicional do volume de entregas em 2003, bem como na elevação dos níveis de estoques de produtos em processo e acabados.

Neste cenário, fomos levados a rever o nosso plano de entregas de jatos para 2003, tendo efetivamente realizado entregas de 101 aeronaves, das 148 inicialmente previstas.

Entretanto, em que pese a redução das entregas previstas, logramos alcançar resultados de grande significado e expressão, ainda mais quando se verifica o ambiente desfavorável em que se desenvolveram as nossas operações.

Fechamos novas e relevantes encomendas para a família EMBRAER 170/190, demonstrando ter desenvolvido produto confortável, moderno e de alta performance, com ampla aceitação e aplicação no novo ambiente da indústria de transporte aéreo mundial.

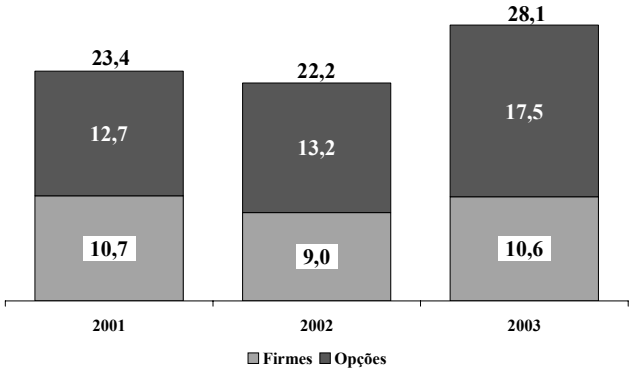
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Essas novas vendas são importantíssimas, não só pela dimensão econômica e impacto para a operação da Empresa nos próximos anos, como também pelo significado especial para a aviação comercial, uma vez que a colocação em operação de aeronaves de alta performance e de menor capacidade, possibilita aplicar o produto adequado conforme a densidade de cada rota, provendo aos passageiros o mesmo nível de conforto oferecido pelas aeronaves de maior capacidade.

Desta forma, reconstituímos a nossa carteira firme de pedidos, chegando a um valor de US$ 28,1 bilhões, sendo 10,6 bilhões em ordens firmes e US$ 17,5 bilhões em opções, representando um incremento de US$ 1,6 bilhões em relação ao final de 2002.

Pedidos em Carteira

(US$ bilhões)



Outra realização expressiva foi a apresentação e o vôo inaugural do primeiro ERJ 145 montado na China pela Harbin Embraer Aircraft Industry – HEAI ocorrido, exatamente conforme planejado em dezembro de 2003, um ano após a assinatura dos acordos de associação com a empresa AVIC II.

Conscientes da importância estratégica e econômica da entrada em operação comercial do EMBRAER 170, em 2003, investimos R$ 263,2 milhões no projeto e envidamos todos os esforços para a obtenção das certificações definitivas de tipo das autoridades aeronáuticas brasileira, norte-americana e européia, as quais foram alcançadas em fevereiro de 2004.

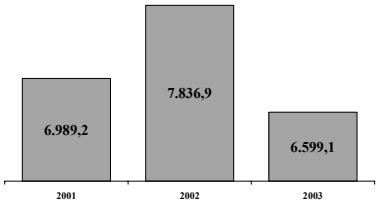
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A despeito da conjuntura macro-econômica desfavorável à expansão do segmento da Aviação Corporativa, a Embraer deu seqüência a um intenso programa de promoção comercial e de fixação de imagem da família Legacy. Fiéis à política de contínuo aprimoramento tecnológico de nossos produtos ao longo de todo seu ciclo de vida, anunciamos novas e importantes melhorias para o Legacy em sua versão executiva, incluindo, dentre as principais, a ampliação do seu alcance para 3.250 milhas náuticas (6.020 km).

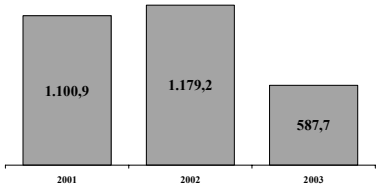
No Mercado de Defesa, firmamos contrato com o Governo da Índia para o fornecimento de cinco aviões Legacy em configuração executiva especial. Esta operação constitui importante aumento da base de clientes governamentais, além de abrir excelentes perspectivas para a relação comercial com aquele país.

O lançamento da produção das aeronaves Super Tucano (ALX) em agosto e a apresentação do primeiro exemplar de uma série de 76 aeronaves (com possibilidade de serem estendidas para 99), em dezembro, para a FAB, permitem antever as significativas oportunidades que poderão ser desenvolvidas no mercado internacional, ávido por soluções que incluam o binômio inovação tecnológica e baixos custos, aliado a uma grande eficiência de missão.

Faturamento
R$ milhões

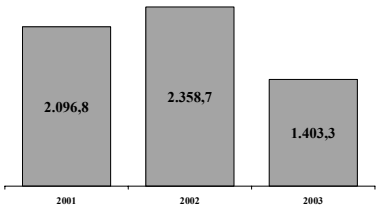


Lucro Líquido
R$ milhões



Com a menor quantidade de aeronaves entregues neste ano, a receita líquida foi de R$ 6.570,6 milhões, conseqüentemente 15,1% inferior ao do exercício anterior. Este fato, associado a perdas cambiais, fez com que a lucratividade também caísse, passando de 15,2% em 2002 para 8,9% neste período, aonde alcançamos um lucro líquido de R$ 587,7 milhões.

EBITDA
R$ milhões



É relevante registrar que encerramos o exercício com um caixa líquido (disponibilidades menos endividamento total) equivalente a R$ 642,2 milhões e com o contas a receber de R$

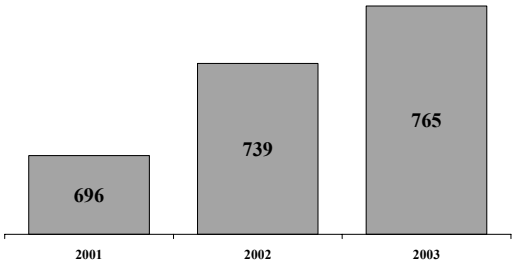
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.040,2 milhões, 57,6% menor que o de 2002. Este expressivo resultado, num cenário financeiro internacional adverso, só foi conseguido com o apoio recebido do Governo Brasileiro, principalmente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que, dentro das ações voltadas ao incremento das exportações brasileiras, viabilizou o financiamento de parcela significativa das nossas exportações.

A Embraer exportou no exercício de 2003 US$ 2,0 bilhões, com uma contribuição líquida à balança comercial do país da ordem de US$ 0,7 bilhões.

É importante ressaltar a manutenção dos investimentos planejados, tanto em desenvolvimento dos produtos civis e defesa, como também aqueles destinados à melhoria da capacidade industrial e aumento de produtividade, que neste ano, alcançaram R$ 765,4 milhões.

Investimentos
(R$ milhões)



No plano social, a Embraer encerrou 2003 com um efetivo de 12.941 empregados, dos quais 12.086 em empresas localizadas no Brasil, tendo gerado, neste período, 714 novos empregos.

Além da geração e manutenção de empregos neste importante segmento tecnológico do país, a Embraer contribuiu no ano com R$ 609,1 milhões em impostos, taxas e contribuições. Foram também realizados programas educacionais no ensino fundamental, especialização em engenharia aeronáutica e apoio à cultura, além de programas sociais, que totalizaram investimentos no montante de R$ 906,8 mil.

Conforme antecipado pela Embraer, está se confirmando a tendência de migração de passageiros de aeronaves maiores para equipamentos de menor porte e de tecnologia moderna. Este fato aliado à obtenção da certificação de tipo e o início da operação do EMBRAER 170, com entregas efetivadas já em março de 2004, indica que o ano corrente será de grande relevância e realizações para a Empresa.

Agradecemos aos nossos Clientes, Parceiros Industriais e Fornecedores, Instituições Financeiras e Órgãos Governamentais que, junto à Embraer ao longo dos últimos anos, têm contribuído de maneira substancial para a consolidação da posição de destaque no mercado da aviação mundial. Aos nossos Acionistas e Empregados, nosso reconhecimento especial

pelo suporte, integração e determinação na consecução dos planos de ter a Embraer como uma empresa de classe mundial, inovadora, ágil e diferenciada, na busca incansável da satisfação dos clientes, único meio de garantir a lucratividade e o crescimento sustentado.

A Administração

São José dos Campos, 17 de março de 2004

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado e Produtos

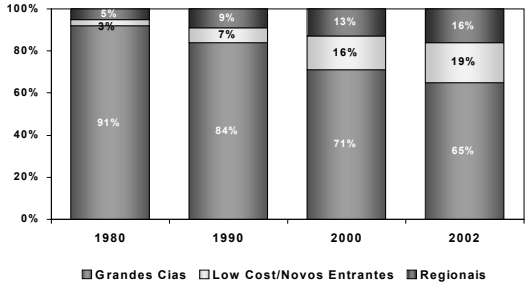
Mercado de Aviação Comercial

O ano de 2003 foi ainda marcado por um cenário de dificuldades vivido pelo setor de aviação comercial, cenário esse iniciado com os atentados terroristas de 2001 e agravado com o conflito bélico no Oriente Médio. Somaram-se a esse os impactos da Síndrome Aguda Respiratória Grave – SARS, fenômeno praticamente concentrado no continente asiático, mas que provocou sensível redução na demanda de tráfego aéreo na região.

As empresas conhecidas como "baixos custos, baixas tarifas" foram as que menos sofreram os efeitos da crise, obtendo lucratividade de forma consistente e aumentando sua participação de mercado, o que pode ser verificado através dos quadros a seguir. As empresas regionais também desempenharam papel importante neste período, ao absorverem de forma rentável e com jatos de menor capacidade, rotas até então operadas de forma ineficiente com jatos de maior capacidade.

Evolução de Mercado – EUA

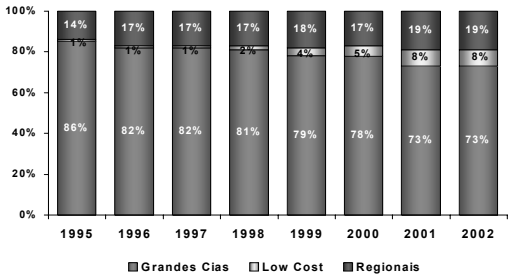
Percentual de Passageiros Transportados



Source: AvStat Associates, Inc. analysis of U.S. DOT data.

Evolução de Mercado – Europa

Percentual de Receita por Km Voado



Source: AEA, ERA, ATI

Várias empresas passaram a considerar, em seus planos de recuperação e modernização, a incorporação de novos jatos comerciais na faixa de 50 a 100 passageiros, objetivando assim melhor solucionar o problema de demanda, oferta de assentos, freqüência das linhas e densidade das rotas.

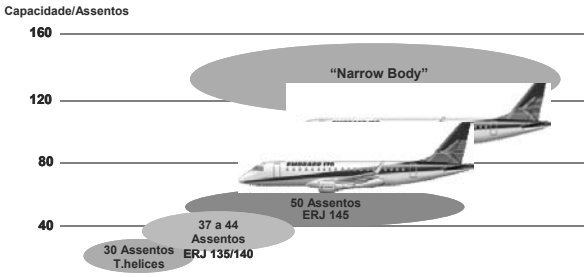
Todas as indicações são de que o negócio da aviação comercial não enfrenta apenas mais uma crise periódica, mas que está diante de um ciclo de transformações profundas, do qual deverá emergir um sistema mais ágil e com uma melhor estrutura de custos e de financiamento, resultando em uma operação mais rentável. Por isso, a ação iniciada em 1999 com o Plano de Negócio da família de jatos EMBRAER 170/190 e o começo do seu desenvolvimento se mostrou acertada, pois conseguiu colocar a Embraer em uma posição estratégica privilegiada para servir este mercado.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

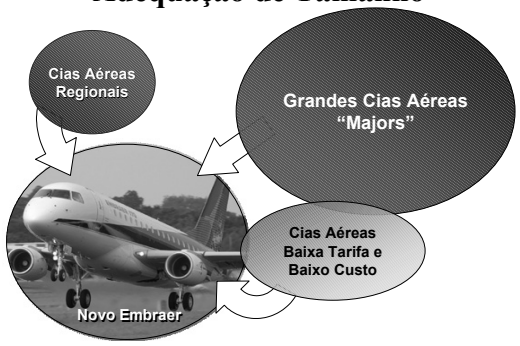
Nos estudos preliminares destes produtos, como podemos ver nos quadros a seguir, foi identificada uma lacuna entre os aviões regionais e os chamados "*narrow bodies*", ou seja, aeronaves de 70 e110 assentos. Foi para atender a este mercado que a Embraer desenvolveu as aeronaves EMBRAER 170 (70 a 78 assentos), EMBRAER 175 (78 a 86 assentos), EMBRAER 190 (98 a 106 assentos) e EMBRAER 195 (108 a 118 assentos), com comunalidade de 89% entre os modelos da família.

Cabe destacar, que a Embraer é hoje, a única fabricante de aeronaves a dispor de uma linha completa de produtos na faixa de 70 a 110 assentos, com características de conforto, custos de operação e desempenho adequados à nova realidade da indústria de transporte aéreo comercial mundial.

Embraer Preenche as Lacunas de Mercado com Seus Produtos



Crescimento Natural e/ou Adequação de Tamanho



Além disso, a Embraer calcula que cerca de 34% da frota em operação (ou aproximadamente 690 aviões) tem mais de 20 anos de uso e precisarão ser repostos nos próximos anos.

Assim, com base em detalhada análise destes fatores, a Embraer estima que a aviação mundial demandará 8.450 jatos entre 30 e 120 assentos nos próximos 20 anos.

Previsão de Demanda Mundial de Aeronaves por Segmento

Assentos	2004 - 2013	2013 - 2023	2004 - 2023
30 - 60	1.150	1.450	2.600
61 - 90	1.300	1.600	2.900
91 - 120	1.250	1.700	2.950
Total	**3.700**	**4.750**	**8.450**

Estas entregas estarão distribuídas da seguinte forma: 56% nas Américas do Norte e Central, 23% na Europa, 7% na América Latina, 8% na China e 6% na Ásia e região do Oceano Pacífico.

Ao final de 2003, a participação de mercado da Embraer no segmento de 30 a 60 assentos atingiu 45%, no segmento de 61 a 90 assentos foi de 33% e no segmento que vai de 91 a 120 assentos representou 23%, levando-se em consideração as entregas acumuladas e os pedidos em carteira.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O cenário adverso que caracterizou a aviação comercial no ano de 2003 fez-se sentir também na Embraer. No início do ano, foi anunciada a reprogramação das entregas do modelo ERJ 145 XR para a ExpressJet (Continental Express), representando uma redução de entregas de 48 para 36 unidades em 2003. A este anúncio, seguiu-se outro, relativo às entregas do EMBRAER 170 para a SWISS, que as postergou em um ano e reduziu o número total de aeronaves encomendadas, de 60 para 30 encomendas firmes (15 EMBRAER 170 e 15 EMBRAER 195) e de 100 para 20 opções de compra. Além destes fatos, a postergação da certificação definitiva do EMBRAER 170 pelos órgãos homologadores do Brasil, EUA e Europa levou a Embraer a reajustar seu cronograma de entregas.

Entretanto, ainda no primeiro semestre do ano, dois anúncios de grande significado demonstraram que as visões estratégicas desenvolvidas pela Embraer estavam em consonância com os anseios e requisitos do mercado. O primeiro deles, relativo à encomenda de 85 aeronaves firmes e 50 opções do EMBRAER 170, por parte da empresa US Airways, recém saída de processo de concordata, reflete o papel-chave a ser desempenhado por jatos desta categoria na estratégia de recuperação e reestruturação dessa empresa.

O segundo anúncio, de enorme relevância, foi a encomenda de 100 aeronaves firmes e 100 opções do EMBRAER 190 da empresa JetBlue, companhia aérea concebida segundo o conceito "baixos custos, baixas tarifas". Esse é o primeiro caso de uma linha aérea deste tipo decidir operar aeronaves de menor capacidade, como parte de sua estratégia de crescimento.

Também em 2003, a Embraer assinou contratos com a LOT Polish Airlines, com a alemã Cirrus e com cliente não revelado ("undisclosed") envolvendo um total de 17 encomendas firmes e 22 opções da família EMBRAER 170/190. Destaque também deve ser dado às primeiras encomendas feitas por companhias aéreas do México e Canadá, importantes mercados da aviação comercial. A empresa aérea mexicana Aerolitoral, encomendou cinco aeronaves ERJ 145 firmes e 25 opções, cujas primeiras entregas estão previstas para 2004. Já a Air Canada assinou proposta comercial relacionada à venda de 45 aviões EMBRAER 190, com opções para mais 45 unidades, sendo que o contrato ainda está em fase de negociação e, portanto, não consta da carteira de pedidos da Embraer.

Além das assinaturas destes contratos, outros eventos marcaram o ano de 2003. A Embraer entregou em maio, à Alitalia Express, a 700ª aeronave da família ERJ 145. No final do ano, houve a certificação do ERJ 135 para operar no aeroporto de London City, na Inglaterra, e a produção, o "*roll out"* (apresentação) e o vôo inaugural da primeira aeronave ERJ 145 produzida pela Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd – HEAI.

A campanha de certificação do EMBRAER 170, teve seqüência ao longo do ano de 2003, envolvendo sete aeronaves, perfazendo mais de 2.500 horas de ensaios em vôo, com seu desfecho em fevereiro de 2004. O EMBRAER 175 voou pela primeira vez no mês de julho e prossegue em sua campanha de certificação, prevista para o quarto trimestre de 2004.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro EMBRAER 190 teve sua fuselagem completada em outubro, mesmo mês do recebimento da asa produzida pela empresa Kawasaki Aeronáutica do Brasil, nas instalações da Unidade de Gavião Peixoto, SP. Já em 09 de fevereiro de 2004, o EMBRAER 190 foi apresentado à comunidade internacional em concorrido evento na fábrica principal, em São José dos Campos, que contou com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi obtida também a certificação da família ERJ 145 junto ao Interstate Aviation Committee, autoridade responsável por requisitos de aeronavegabilidade e ambientais na Rússia e nos doze países integrantes da Comunidade dos Estados Independentes – CEI, abrindo a perspectiva, no médio prazo, de inserção dessa família de jatos neste mercado de intensa e acelerada transformação.

- **Carteira de Pedidos – Aviação Comercial**

Em dezembro de 2003, o segmento da Aviação Comercial apresentava a seguinte carteira de pedidos:

Produto	Pedidos firmes	Opções	Entregas	Backlog de pedidos firmes
ERJ 135	122	7	105	17
ERJ 140	94	20	74	20
ERJ 145	675	475	531	144
EMBRAER 170	120	125	-	120
EMBRAER 190	110	150	-	110
EMBRAER 195	15	30	-	15
Total	**1.136**	**807**	**710**	**426**

Mercado de Aviação Corporativa

A retração verificada no transporte aéreo em todo o mundo manifestou-se ainda mais intensa no caso da aviação corporativa. Com a diminuição generalizada da atividade econômica e a conseqüente piora do desempenho das empresas, a decisão de compra de novos jatos corporativos foi postergada e/ou substituída por aviões usados.

A despeito do cenário pouco atraente que prevaleceu para este segmento, a Embraer deu seqüência a um intenso programa de promoção comercial e de fixação de imagem da família Legacy. Tendo inclusive, o Presidente da República do Brasil utilizado-o em suas primeiras viagens internacionais pela América Latina, Estados Unidos da América e Europa.

Apesar das adversidades, foram bem sucedidas algumas campanhas de vendas da família Legacy. Dois fatos importantes merecem destaque, a primeira venda de aeronaves para uma empresa suíça, bem como a primeira colocação em uma empresa de *fractional ownership*

(utilização compartilhada), a Flight Options, que encomendou quatro aeronaves Legacy em sua versão executiva.

Por outro lado, em maio, houve o cancelamento do contrato com a empresa norte-americana Indigo, composto por 23 ordens firmes e 50 opções do Legacy em sua versão *shuttle*.

A Embraer projeta para os próximos dez anos, uma demanda mundial de 6.525 jatos executivos, sendo 1.250 unidades na categoria da família Legacy, ou seja, *Supermidsize*.

Mercado de Defesa

Em 2003, confirmou-se a tendência já verificada em 2001 e 2002 de aumento dos dispêndios com programas voltados para a Defesa e Segurança Nacional, principalmente nos EUA. A preocupação com a segurança nacional e a constituição de meios eficazes para assegurá-la não é uma prerrogativa de países mais desenvolvidos, abrangendo uma variada gama de nações, em função da realidade geopolítica inerente a cada uma.

A Embraer disponibiliza aeronaves que combinam elevado conteúdo tecnológico e eficiência operacional, com custos de aquisição e operação bastante competitivos, acreditando ser este um diferencial fundamental para a implantação de políticas e estratégias de segurança nacional de países em desenvolvimento.

A estratégia é oferecer a seus clientes produtos integrados para diferentes missões: inteligência, vigilância e reconhecimento, com os EMB 145 AEW&C, MP/ASW e AGS; aeronaves de treinamento e combate, com o ALX – Super Tucano, AMX e AMX-T; aeronaves para transporte de autoridades, com o EMB 135/145, Legacy e EMB 120 – Brasília e outros sistemas de treinamento.

No mês de março, a primeira aeronave EMB 145 AEW&C (Airborne Early Warning and Control, ou Alerta Aéreo Antecipado e Controle), encomendada pelo governo do México, foi apresentada às autoridades mexicanas e realizou seu primeiro vôo oficial, durante cerimônia realizada em São José dos Campos, SP.

No mês de dezembro, foi concluído o processo de transferência para a Europa da primeira aeronave EMB 145 AEW&C da Força Aérea Grega, onde deverá ser cumprida a fase de instalação dos equipamentos específicos dessa Força Aérea para missões próprias e, também, para operações no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. Estas aeronaves fazem parte de uma encomenda original de quatro aviões EMB 145 AEW&C.

A Embraer realizou a entrega das três últimas aeronaves para o Programa SIVAM, em junho, julho e dezembro.

Em agosto foi iniciada na fábrica de Gavião Peixoto a produção seriada do ALX, versão do Super Tucano encomendada pela Força Aérea Brasileira num total de 76 unidades, com possibilidade de vendas de 23 aeronaves adicionais.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Buscando uma participação consistente, expressiva e de longa duração no importante mercado de Defesa dos EUA, a Embraer realizou dois movimentos estratégicos. Em junho, anunciou a intenção de inaugurar instalações industriais em Jacksonville, Flórida, para a montagem de aeronaves voltadas para os mercados norte-americanos de defesa e segurança nacional, o que a qualifica integralmente como fornecedora do governo dos Estados Unidos para esses programas. A efetiva implementação desta planta, entretanto, está condicionada à realização de contratos para este segmento. Logo em seguida, no mês de julho, a empresa Lockheed Martin anunciou parceria com a Embraer (fornecedora da plataforma das aeronaves de vigilância), com vistas à concorrência para desenvolver a próxima geração de sistemas de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento do Exército dos EUA, designado Aerial Common Sensor - ACS.

Dentro do programa de modernização e re-aparelhamento dos caças supersônicos Northrop F-5 da Força Aérea Brasileira, foi apresentada oficialmente em dezembro a primeira unidade do supersônico em sua versão F-5BR. Com os novos sistemas de navegação, computadores de bordo e radares "multimodo", o F-5BR poderá enfrentar aeronaves modernas, em condições de igualdade ou até mesmo de superioridade.

Ainda em 2003, foram assinados dois importantes contratos de vendas de aeronaves para o segmento de defesa. Em outubro, a Embraer firmou contrato com o Governo da Índia para o fornecimento de cinco aviões Legacy em configuração executiva especial. Esta operação constitui importante indicativo de um aumento concreto da base de clientes governamentais e abre excelentes perspectivas de uma relação comercial com esse país. Em dezembro foi assinado contrato para a venda de duas aeronaves ERJ 145 à SATENA, companhia aérea estatal da Colômbia.

Por fim, o Ministério da Defesa do Brasil retomou o processo de seleção para o fornecimento de até 24 jatos supersônicos, designado programa F-X. Assim, em outubro, a Embraer e suas consorciadas Dassault, Thales e Snecma entregaram nova proposta para este programa. A Embraer participa desta concorrência oferecendo o caça supersônico Mirage 2000 BR, que será desenvolvido através de um programa industrial completo, com domínio pleno da tecnologia e autonomia da Embraer sobre o projeto.

Aviação Geral

A Indústria Aeronáutica Neiva, subsidiária da Embraer, localizada na cidade de Botucatu – interior de São Paulo, entregou 46 unidades do avião agrícola Ipanema – EMB 202 em 2003. Este volume de entregas é reflexo do avanço crescente na produção de grãos no Brasil, servindo de mola propulsora para a decolagem dos negócios na cadeia da "aviação agrícola".

O Ipanema completou 31 anos de produção contínua, com mais de 850 unidades comercializadas no período, o que o torna líder de vendas no país, além de ser responsável por mais de 80% da frota nacional deste segmento.

Adicionalmente ao negócio de aviação geral, a Neiva, desde 1998, tem tido importante e crescente papel no fornecimento de partes e conjuntos para as aeronaves fabricadas pela própria Embraer, operando industrialmente de forma integrada à Empresa.

Serviços ao Cliente

Na estruturação da nova organização, implementada no 1º semestre de 2003, a Engenharia de Suporte a produtos seriados foi posicionada sob a Vice-Presidência para o Mercado de Aviação Civil, bem como o Desenvolvimento de Produtos e Engenharia de Suporte dos produtos e serviços de defesa, sob a Vice Presidência para o Mercado de Defesa.

A área de Engenharia de Suporte ao produto cumpriu, neste ano de 2003, extensa agenda de trabalho voltado para o desenvolvimento de sua organização e, ao mesmo tempo, objetivando a prestação de serviços técnicos e operacionais à frota dos aviões da família ERJ 145 e dos aviões turbo hélices.

A equipe atuou de forma intensa e integrada com a Engenharia de Desenvolvimento de Novos Produtos, no projeto da família EMBRAER 170/190, sendo responsável pela criação do programa de manutenção e geração de todas as publicações técnicas e atividades relacionadas com as necessidades de suporte à frota.

Foram desenvolvidos e entregues dois simuladores de vôo do avião EMBRAER 170 e todo o programa de treinamento para pilotos e mecânicos, montado em *Computer Based Training* - CBT, devidamente aprovado pelas autoridades certificadoras do Brasil, EUA e Europa, o que sem dúvida, representa um significativo avanço para o programa e seus clientes.

Foi realizada com grande sucesso a terceira versão do *Maintenance Cost Workshop* – MCW, dedicado à família ERJ 145, ocorrido em São José dos Campos, SP, contando com a participação de 14 clientes que representam 91 % dos aviões em operação desta família no mundo.

O portal AEROChain teve sua carteira de produtos revista e melhorada, focando a sua aplicação nos clientes, fato este que levou a Embraer ao controle direto de seus ativos. Teve também prosseguimento, a venda de hospedagem desse portal para outras empresas, visando a sua auto-sustentação e a lucratividade, além da difusão de suas facilidades ao mercado.

Finalmente, a nova estrutura organizacional, que passou a conferir maior autonomia à linha de frente da área de Serviços ao Cliente, foi percebida de forma positiva pelos clientes.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão Tecnológica e Industrial

O ano de 2003 foi particularmente fecundo no que se refere à gestão tecnológica e industrial, nas duas cadeias principais de atividades correntes: a cadeia de desenvolvimento de produto e a cadeia produtiva.

- **Desenvolvimento de Produto**

O foco de atuação de desenvolvimento de produto foi na conclusão do projeto do EMBRAER 170, com esforços direcionados à homologação do produto, às atividades de apoio ao inicio da produção seriada e à entrada em serviço do produto. Esta família chega ao mercado no "estado da arte" naquilo que diz respeito a comandos de vôo por computador (fly-by-wire).

O EMBRAER 175, segundo membro da família EMBRAER 170/190, registrou durante o ano de 2003 os vôos de seus dois protótipos. O protótipo do O EMBRAER 190 teve a montagem final iniciada em setembro.

O Legacy recebeu certificação para o conceito de "interior modular", o que permite grande variedade de combinações na geometria e arquitetura de interiores.

- **Desenvolvimento e Gestão Tecnológico-industrial**

Um importante projeto refere-se à ampliação da capacidade de pesquisa e ensaios em túnel de vento no Brasil, envolvendo a modernização do principal túnel de vento do Centro Técnico Aeroespacial – CTA, a construção de um no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA e adaptação de outro existente na Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – EESC/USP. Este projeto conta com apoio financeiro da Fundação Para o Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

- **Produção**

Do lado da cadeia produtiva o empenho no ano de 2003 se deu na consolidação do desenvolvimento de parceiros e fornecedores do Programa EMBRAER 170/190, ao mesmo tempo em que tiveram lugar os preparativos para início da produção seriada do EMBRAER 170.

Entre abril e dezembro aconteceram os trabalhos de implantação da linha de montagem do ERJ 145 da Harbin Embraer Aircraft Industry – HEAI, com intensa participação de equipes do Brasil para o treinamento e orientação das equipes chinesas.

Em agosto foi iniciada a produção seriada do Super Tucano/ ALX, aeronave leve de ataque ao solo, especialmente projetada para atender os requisitos da Força Aérea Brasileira. A primeira aeronave deste modelo produzida na Unidade de Gavião Peixoto efetuou seu primeiro vôo em novembro.

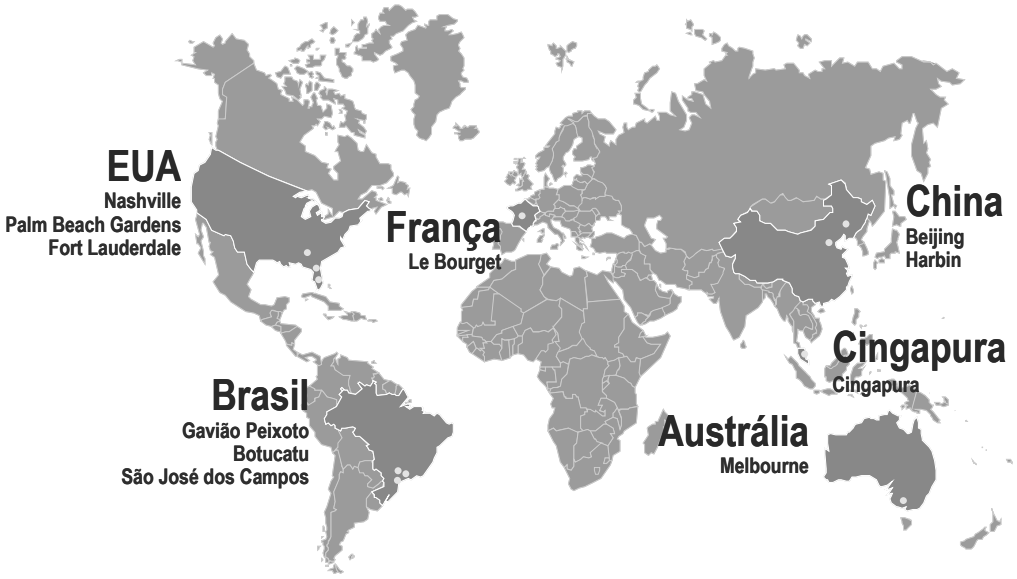
- **Redução do Ciclo de Entrega de Fornecedores**

A progressiva transferência para o país de atividades a cargo de parceiros industriais é um caminho de redução de ciclos e de custos ao mesmo tempo em que eleva o índice de "conteúdo Brasil" dos aviões. Alguns passos importantes foram dados neste sentido, em particular quanto à asa do EMBRAER 190 sendo produzida na Unidade de Gavião Peixoto, pela Kawasaki Aeronáutica do Brasil –KAB.

- **Qualidade do Produto**

No que diz respeito aos sistemas de qualidade os esforços foram concentrados na consolidação dos processos de engenharia e de manufatura, tanto internos quanto junto a parceiros e fornecedores, voltados à certificação e à produção seriada, bem como em relação aos processos de garantia de aeronavegabilidade continuada e segurança de vôo do EMBRAER 170.

Presença Global



A Embraer mantém suas atividades de engenharia, desenvolvimento e fabricação no Brasil, com quatro unidades industriais, em São José dos Campos, Eugênio de Melo, Botucatu e Gavião Peixoto, todas no Estado de São Paulo. Possui também, um escritório de engenharia em Palm Beach Gardens – Flórida, EUA e uma fábrica em Harbin, China, em associação com a AVIC II.

Para dar suporte às operações de pós-venda, conta com centros de serviço e venda de peças de reposição em São José dos Campos, em Fort Lauderdale - Flórida e Nashville – Tennessee, EUA, em Le Bourget - França e em Melbourne - Austrália. A Embraer também

mantém um centro de distribuição de peças de reposição e uma equipe de técnicos especializados na China para prestar apoio aos clientes.

O suporte às atividades de comercialização, marketing e promoção é realizado pelos escritórios localizados em São José dos Campos – SP, em Fort Lauderdale – Flórida, EUA, em Paris - França, bem como os escritórios de Beijing - China e de Cingapura.

Além destas unidades, estrategicamente distribuídas pelo mundo, a Embraer mantém uma *joint venture* com a Liebherr da Alemanha, da qual detém 60% do capital, localizada em São José dos Campos, SP. Esta unidade é responsável pela manufatura dos trens de pouso das aeronaves Embraer e de outros fabricantes, além de fabricação de peças mecânicas e conjuntos hidráulicos.

Ênfase especial deve ser dada à Harbin Embraer Aircraft Industry Company, Ltd, *joint venture* destinada à montagem final dos aviões da família ERJ 145 para o mercado chinês, criada em 2 de dezembro de 2002, entre a Embraer e as empresas chinesas Harbin Aircraft Industry Group Co. e Hafei Aviation Industry Co. Ltd., ambas subsidiárias controladas pela China Aviation Industry Corporation II - AVIC II. Através desta, a Embraer pretende servir ao promissor mercado chinês em condições competitivas diferenciadas.

A Embraer detém o controle deste empreendimento, com 51% do capital votante, e em dezembro de 2003 foi apresentada à comunidade aeronáutica a primeira aeronave montada nas instalações chinesas da Embraer, tendo realizado na mesma data seu primeiro vôo. É relevante notar que em janeiro de 2004, a Harbin Embraer assinou o seu primeiro contrato de venda de seis ERJ 145 com a empresa aérea China Southern Airlines.

Suporte ao Financiamento às Vendas

O mercado para financiamento de aeronaves tem se mostrado extremamente restritivo de uma forma geral. Assim, a participação das agências de credito à exportação tem sido de fundamental importância para suprir a ausência de financiamento de fontes privadas. Neste contexto, o apoio do BNDES vem permitindo a estruturação de financiamentos de vendas para as empresas aéreas.

A partir do segundo semestre de 2003, verificou-se um interesse maior de instituições financeiras e investidores em participar de estruturas de financiamento com risco de crédito das empresas aéreas, e garantidos pela aeronave. O sucesso da realização de um financiamento através do mercado de capitais, nos Estados Unidos, envolvendo os recebíveis da Continental Airlines e tendo como garantia aeronaves ERJ 145 XR, comprova a melhoria e o retorno gradativo dos investidores a este mercado.

Assim, espera-se para 2004 uma melhora ainda maior, com o retorno de diversos agentes financeiros que estiveram ausentes do mercado nestes últimos anos de crise do setor aeroespacial.

Carteira de Aeronaves Próprias para Comercialização e Suporte às Vendas

Ainda no ano de 2003, foram incrementadas as atividades de leasing de aeronaves através da ECC Leasing Co. Ltd., criada em 2002 com a missão de gerenciar e recomercializar aeronaves recebidas por esta em operações especiais, *trade-in* outras obrigações.

A ECC Leasing Co. Ltd., incorporou em seus ativos R$ 426,6 milhões em 2003, referentes à oito jatos da família ERJ145, sendo dois originalmente entregues à Índigo, e quatro turbo hélices EMB 120, que se somaram aos três turbo hélices EMB120 adquiridos em 2002.

Objetivando o cumprimento de sua missão, a Empresa investiu R$ 355,5 milhões no exercício de 2003, a título de aumento de capital da ECC Leasing, com posterior integralização de suas ações no capital da Embraer Spain Holding Co. SL.

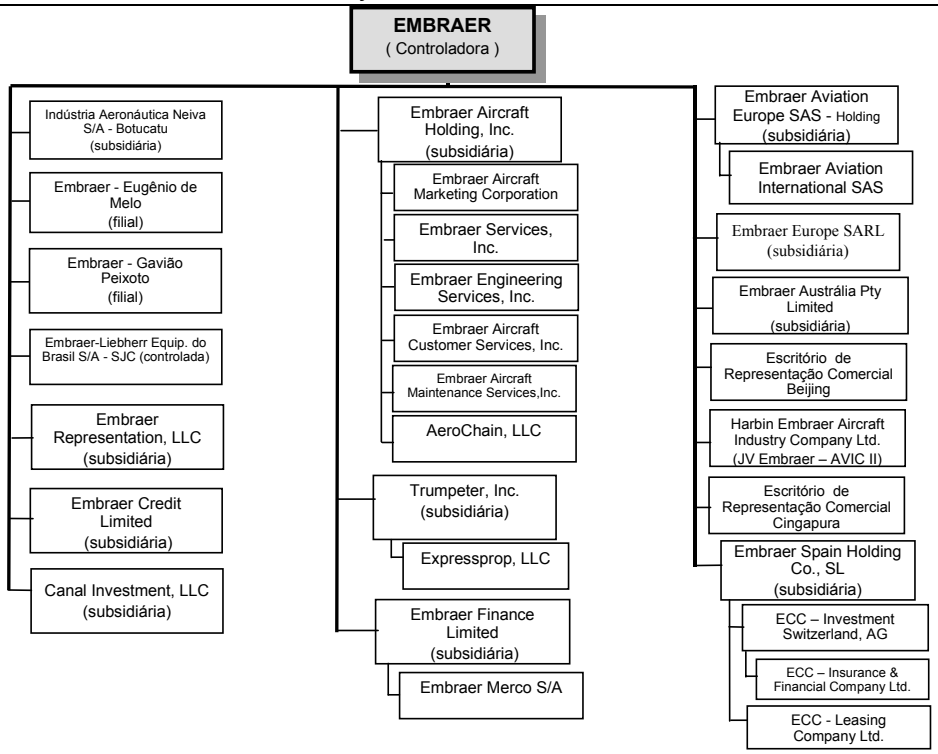
Ao término do período, a Empresa detinha uma carteira de aeronaves de R$ 472,7 milhões, estando 36% em negociação e disponíveis para comercialização.

A ECC-Insurance & Financial Co. Ltd, que tem a missão de assegurar o pagamento de obrigações relacionadas a garantias financeiras, emitiu, em 2003, aditivos à apólice contratada em 2002 no montante de R$ 82 milhões, alcançando assim um total acumulado de R$ 680,7 milhões em prêmios de seguro. Esta desembolsou em 2003 R$ 7,3 milhões, referentes a pagamentos de sinistros.

Estrutura Societária

Para suportar as suas atividades operacionais, a Embraer conta com uma estrutura societária, que tem como objetivos atender às exigências e particularidades de cada país onde atua, além de melhorar, organizar e otimizar a gestão das empresas do grupo prevendo a integração de todas as operações e a satisfação dos clientes.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

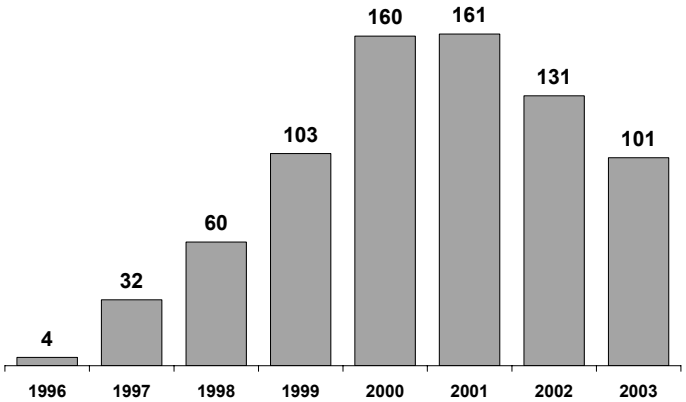
Desempenho Econômico-Financeiro (Legislação Societária)

Em 2003, foram entregues 101 jatos sendo 87 para o mercado de Aviação Comercial, 13 para o mercado de Aviação Corporativa e um para o mercado de Defesa. Além destes jatos foram entregues outras três aeronaves EMB 145, configuradas e modificadas para atender aos requisitos do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.

Entrega de Aeronaves

	2001	2002	2003
Aviação Comercial	**153**	**121**	**87**
ERJ 135	27	3	14
ERJ 140	22	36	16
ERJ 145	104	64	21
ERJ 145 XR	-	18	36
Aviação Corporativa	**8**	**10**	**14**
EMB 135	7	1	
EMB 145	1	1	1
Legacy Executive	-	7	10
Legacy Shuttle	-	1	3
TOTAL JATOS	**161**	**131**	**101**

A evolução do volume de jatos entregue pela Embraer, desde o lançamento do ERJ 145, pode ser vista no gráfico a seguir, onde se percebe claramente os efeitos da crise vivida pelo setor de aviação a partir do final do ano de 2001.

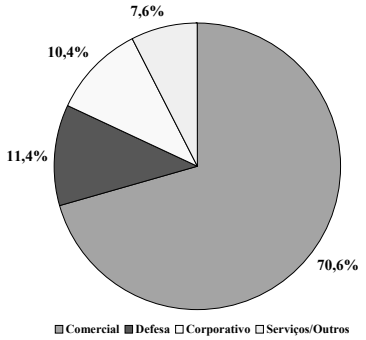


Além dos jatos regionais entregues, a composição da receita líquida consolida as vendas de Peças de Reposição e Serviços, vendas ao Mercado de Defesa e ao Mercado de Aviação Corporativa realizados pela empresa e suas controladas, no Brasil e no exterior. Assim, em 2003 esses três segmentos, representaram 29,4% da receita total, comparado a uma participação de 18,5% em 2002. Os faturamentos dos segmentos de Defesa e Aviação

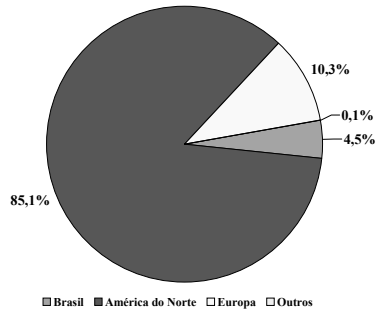
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Corporativa apresentaram taxas de crescimento de 69,2% e 37,7%, enquanto a área de Serviços ao Cliente, também afetada pela situação das companhias aéreas, diminuiu 13,4%.

Composição da Receita - Segmento



Composição da Receita – Região



- **Destaques Financeiros**

A seguir é mostrado e comentado o desempenho econômico-financeiro da Embraer no exercício de 2003.

Destaques Econômicos Consolidados Valores em R$ milhões, exceto %	2001	2002	2003
Receita Bruta	6.989,2	7.836,9	6.599,1
Deduções	98,6	88,7	28,5
Receita Líquida	6.890,6	7.748,2	6.570,6
Custo dos Produtos Vendidos	4.025,9	4.293,7	4.219,8
Lucro Bruto	2.864,7	3.454,5	2.350,8
Margem Bruta	*41,6%*	*44,6%*	*35,8%*
Despesas Operacionais e PLR	937,0	1.287,1	1.108,0
Lucro Antes dos Juros e Impostos - EBIT	1.927,7	2.167,4	1.242,8
Margem EBIT	*28,0%*	*28,0%*	*18,9%*
Depreciação e Amortização	169,0	191,3	160,5
EBITDA	2.096,7	2.358,7	1.403,3
Margem EBITDA	*30,4%*	*30,4%*	*21,4%*
Lucro Líquido	1.100,9	1.179,2	587,7
Margem Líquida	*16,0%*	*15,2%*	*8,9%*
Lucro por Ação	1,77	1,65	0,82
Quantidade de Ações	622.282.874	712.974.355	716.045.583

O cálculo das margens foi alterado em relação ao ano passado. Passamos a calculá-las levando em consideração a receita líquida.

A redução do volume de jatos entregues entre os anos de 2002 e 2003 fez com que a venda líquida da Embraer caísse 15,2%, passando de R$ 7.748,2 milhões para R$ 6.570,6 milhões no mesmo período.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Já a margem das vendas foi de 35,8% em comparação a 44,6% obtida no ano anterior, impactada, principalmente, pela valorização do real perante o dólar norte-americano em 2003.

A margem bruta apurada em 2002 pode ser considerada como excepcional, portanto, difícil de ser repetida. A forte desvalorização do real frente ao dólar norte-americano explica consideravelmente este fato, pois: aproximadamente 95% das vendas e 80% dos custos de fabricação da Embraer são denominadas em dólares, o Custo do Produto Vendido (CPV) é resultado da média do preço de aquisição (histórico) do estoque e do produto fabricado e a receita de vendas é resultado da multiplicação do preço de venda pela taxa de câmbio na data de entrega da aeronave.

Como fruto de um esforço corporativo em busca de uma maximização dos recursos disponíveis, as despesas operacionais (incluindo a participação dos empregados nos lucros e resultados), diminuíram 13,9%, e passaram de R$ 1.287,1 milhões para R$ 1.108,0 milhões. Como conseqüência do menor volume de entregas, as despesas comerciais foram R$ 78,3 milhões menores em 2003, uma vez que abrangem as provisões para garantias de produtos e financeiras, treinamento de clientes e assistência técnica. Já as despesas administrativas apresentaram um ligeiro crescimento de 2,4%, passando de R$ 329,3 milhões para R$ 337,3 milhões. Este aumento deve-se principalmente ao custo do seguro aeronáutico bem como à revisão de projetos administrativos e operacionais. Por outro lado, outras despesas operacionais líquidas foram R$ 86,5 milhões menores. A maior parte destas despesas está relacionada ao desenvolvimento tecnológico, treinamento técnico dos empregados e aos estudos preliminares de projetos. Assim, mesmo considerando-se o declínio das vendas da Embraer no período, a participação das despesas operacionais na receita líquida passou de 16,6% para 16,9%.

Portanto, considerando a menor quantidade de aeronaves entregues e a diminuição da margem bruta, o lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras foi de R$ 1.242,8 milhões, 42,7% inferior ao registrado no exercício anterior.

Como resultado, a geração de caixa operacional medida pelo EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) foi de R$ 1.403,3 milhões, menor que os R$ 2.358,7 milhões do ano anterior. A margem EBITDA sobre a receita líquida de 21,4% manteve-se como uma das mais altas da indústria e revela a capacidade da Embraer em converter receitas em lucro operacional que geram retornos adequados aos seus investimentos.

Em 2003 a desvalorização de 18,2% do dólar frente ao real provocou despesas com variação monetária e cambial substancialmente menores que as despesas verificadas em 2002, quando o dólar valorizou-se 52,3%. As despesas com variações monetárias e cambiais líquidas em 2003 totalizaram R$ 312,1 milhões, queda de R$ 225,8 milhões em relação a 2002.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ainda em 2003, a Embraer reconheceu despesas financeiras de R$ 45,4 milhões em comparação a uma despesa financeira de R$ 8,6 milhões obtida em 2002. Apesar de a empresa ter apresentado em dezembro de 2003 um caixa líquido superior em mais de R$ 1,0 bilhão, a média deste caixa ao longo do ano foi menor que a apresentada em 2002, o que diminuiu a remuneração destes recursos.

Assim, considerando as condições e o cenário adverso do setor aeroespacial, a Embraer apresentou um lucro líquido de R$ 587,7 milhões, inferior aos R$ 1.179,2 milhões obtidos em 2002, com uma margem líquida de 8,9%, inferior a de 15,2% obtida no ano anterior.

- **Indicadores Patrimoniais**

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparando-os nos últimos três anos:

Destaques Consolidados Valores em R$ milhões	2001	2002	2003
Disponível	1.739,1	2.320,7	3.658,6
Contas a Receber	1.558,4	2.453,2	1.040,2
Estoques	2.371,1	2.837,8	3.346,1
Imobilizado	718,6	929,7	1.177,6
Fornecedores	615,7	1.141,6	1.167,5
Endividamento - Curto Prazo	1.223,1	911,3	1.493,9
Endividamento - Longo Prazo	568,9	1.088,6	1.522,5
Patrimônio Líquido	2.456,9	3.327,2	3.731,8

Ao longo dos últimos anos, a Embraer vem acumulando caixa e mantendo uma saúde financeira como poucas em seu setor. Este saldo permitiu à Empresa prosseguir na construção do seu futuro. Em 2003, a disponibilidade de caixa ao encerramento do exercício totalizava R$ 3.658,6 milhões, maior que os R$ 2.320,7 milhões apresentados ao final de 2002.

Mesmo com o aumento de R$ 1.016,5 milhões do endividamento total, a Embraer encerrou o ano com uma posição de caixa líquido de R$ 642,2 milhões, comparado aos R$ 320,8 milhões no final de 2002. Já o saldo de contas a receber diminuiu 57,6% em 2003. Este expressivo resultado, só foi conseguido devido ao apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que, viabilizou o financiamento de parcela significativa das exportações.

Os estoques apresentaram um crescimento de 17,9% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003, passando de R$ 2.837,8 para R$ 3.346,1. O resultado foi reflexo da aquisição de insumos para o início da produção do EMBRAER 170, cujas primeiras entregas ocorreram em março de 2004. Além disso, há também o início da produção dos aviões EMBRAER 175 e do EMBRAER 190 com vistas aos ensaios e processos de certificação e os atrasos no

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

recebimento da certificação do EMBRAER 170 que causou o acumulo de produtos em processo e acabados acima do normal.

Ao longo de 2003 foram feitos investimentos em máquinas, equipamentos, benfeitorias e instalações, sobretudo em Gavião Peixoto. Além destes investimentos, foram adicionadas 12 aeronaves à carteira da Embraer para comercialização, fatos estes que elevaram a conta de ativo imobilizado para R$ 1.177,6 milhões, 26,7% superior ao saldo de 2002.

Do endividamento total de R$ 3,0 bilhões, cerca de 50% está no curto prazo, percentual superior ao do ano passado, que foi de cerca de 45%. Este aumento de endividamento ao longo do exercício se justifica pela necessidade de financiamento temporário do contas a receber. As linhas de longo prazo têm a maior parte dos vencimentos ocorrendo entre 2005 e 2009.

Os endividamentos em dólar norte-americano para aquisição de materiais, adiantamento sobre contratos de câmbio e capital de giro foram os que mais aumentaram, respectivamente, 124,7%; 83,6% e 99,5%. As linhas para aquisição de imobilizado e desenvolvimento de projetos são as únicas mantidas em moeda nacional e caíram 22,1%.

O aumento do nível de endividamento fez com que a relação de capital próprio (patrimônio líquido), capital total (endividamento mais patrimônio líquido), passasse de 63,0% em 2002 para 55,3% em 2003. Este aumento de endividamento se deu principalmente no curto prazo, fazendo com que praticamente metade do endividamento estivesse no circulante.

Indicadores Consolidados Valores em R$ milhões	2001	2002	2003
Caixa (endividamento) Líquido	(52,9)	320,8	642,2
Capital de Giro	2.018,9	2.993,5	3.242,9
Liquidez Corrente	1,5	1,5	1,5
Liquidez Seca	0,9	1,0	1,0
Giro dos Estoques	2,1	1,6	1,4
Giro dos Ativos	0,9	0,7	0,5
ROA	17,1%	12,4%	4,9%
ROE	55,1%	40,8%	16,6%

Os indicadores financeiros mostram estabilidade, com a liquidez corrente mantida em 1,5 ao longo dos três anos comparados e, a liquidez seca passando de 0,9 para 1,0 entre 2001 e 2002 e mantendo-se neste patamar em 2003.

O aumento de estoques combinado com uma menor receita apurada no período causou a diminuição do giro dos estoques que passou de 1,6 em 2002 para 1,4 em 2003.

O índice de rentabilidade sobre o ativo - ROA de 4,9% e o de retorno sobre o patrimônio líquido - ROE de 16,6%, foram menores que os apresentados em igual período de 2002. Esta redução foi conseqüência, principalmente, do aumento dos ativos (investimentos,

estoques e caixa) e do capital dos acionistas (patrimônio líquido), associados ao menor lucro líquido apurado no exercício.

- **Valor Econômico Adicionado - VEA**

O cenário adverso vivido no período pelo setor aeronáutico, fez com que a Embraer apresentasse em 2003 uma rentabilidade, medida pelo valor econômico adicionado, próxima a zero. Isto ocorreu porque a empresa não gerou lucro suficiente para remunerar todo o capital operacional investido ao longo deste exercício.

milhões de reais	**2001**	**2002**	**2003**
Total do Ativo	7.726	11.290	12.831
Passivo com Financiamento Espontâneo	3.477	5.963	6.083
Passivo Remunerado	**4.249**	**5.327**	**6.748**
Capital de Terceiros	1.792	2.000	3.016
Capital Próprio	2.457	3.327	3.732
Investimentos a Remunerar	**4.249**	**5.327**	**6.748**
Receita Operacional Líquida	6.891	7.748	6.571
Custos e Despesas Operacionais	(4.984)	(5.238)	(5.370)
Resultado Operacional Ajustado	**1.907**	**2.510**	**1.200**
IR e CS	(487)	(430)	(250)
Custo Líquido do Capital de Terceiros	(277)	(889)	(315)
Lucro Líquido Ajustado	**1.143**	**1.190**	**635**
Custo do Capital Próprio	(393)	(532)	(597)
Valor Econômico Adicionado	**750**	**658**	**38**
VEA / Investimento a Remunerar	**18%**	**12%**	**1%**

- **Destinação dos Resultados da Controladora**

O lucro líquido da Controladora, no montante de R$ 646,9 milhões, apresentado nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, terá a seguinte destinação, a ser aprovada pela Assembléia Geral Ordinária:

- ✓ Ratificação do valor de R$ 195,2 milhões, distribuídos a título de juros sobre o capital próprio, tendo sido distribuídos R$ 76,7 milhões referente ao 1º semestre e R$ 118,5 milhões referente ao 2º semestre.
- ✓ Constituição de reserva legal no montante de R$ 32,3 milhões, correspondente à 5% do lucro líquido apurado, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76;
- ✓ Transferência do saldo de R$ 419,4 milhões para a conta de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, na forma do Estatuto Social.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Consolidadas em US GAAP

Como política de transparência e por ter ações (ADS's) negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) a Embraer apresenta a seguir resumo dos principais demonstrativos consolidados de acordo com os princípios do USGAAP.

Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro em USGAAP

(Em milhares de dólares)

ATIVO	2002	2003
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes	656.822	1.265.820
Contas a receber, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	735.927	356.401
Estoques	864.800	1.158.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.014	102.533
Outras contas a receber	165.560	451.190
	2.513.123	**3.334.005**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Estoques	15.518	14.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.827	95.984
Outras contas a receber	1.242.536	2.103.780
Imobilizado	436.715	402.663
Investimentos	4.745	4.796
	1.772.341	**2.621.993**
TOTAL DO ATIVO	**4.285.464**	**5.955.998**

Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro em USGAAP

(Em milhares de dólares)

PASSIVO & PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2002	2003
PASSIVO CIRCULANTE		
Financiamentos	244.526	517.014
Fornecedores	323.115	404.065
Adiantamentos de clientes	409.258	448.648
Contingência	5.244	8.750
Outras contas a pagar	659.790	796.651
	1.641.933	**2.175.128**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos	308.111	526.728
Adiantamentos de clientes	95.625	110.539
Contribuições de parceiros	235.445	234.958
Contingência	9.093	21.894
Outras contas a pagar	896.851	1.704.915
	1.545.125	**2.599.034**
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	**8.226**	**12.611**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.090.180**	**1.169.225**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.285.464**	**5.955.998**

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Consolidadas do Resultado em USGAAP
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Em milhares de dólares)

	2002	2003
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	**2.525.800**	**2.143.460**
Custo dos Produtos Vendidos	(1.531.720)	(1.335.032)
LUCRO BRUTO	**994.080**	**808.428**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(109.673)	(114.743)
Comerciais	(211.013)	(206.246)
Pesquisa e desenvolvimento	(158.617)	(173.215)
Outras despesas operacionais, líquidas	(45.215)	(39.336)
LUCRO OPERACIONAL	**469.562**	**274.888**
Receitas(Despesas) financeiras, líquidas	80.456	(140.755)
Perda com ajustes acumulados de conversão, líquida	(135.647)	(16.500)
Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(1.394)	(9.362)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**412.977**	**108.271**
Despesas com Impostos sobre a Renda	(188.502)	27.990
Participação dos minoritários	(1.883)	(217)
LUCRO LÍQUIDO	**222.592**	**136.044**

A receita líquida de vendas em 2003 apresentou uma queda de 15,1%, atingindo US$ 2.143,5 milhões em relação aos US$ 2.525,8 milhões do exercício anterior. Este fato, como já explicado anteriormente, é reflexo do menor volume de jatos entregues, 101 em 2003 em relação as 131 entregas realizadas em 2002.

As despesas administrativas cresceram 4,6%, chegando a US$ 114,7 milhões e as despesas comerciais cairam 2,3%, passando de US$ 211,0 milhões em 2002 para US$ 206,2 milhões em 2003.

Devido aos investimentos na fase de certificação do EMBRAER 170 e início de produção dos protótipos do EMBRAER 175 e EMBRAER 190, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2003 superou em US$ 14,6 milhões o montante de 2002.

Houve perda líquida de US$ 16,5 milhões com ajustes acumulados de conversão, valor 87,8% inferior a de 2002.

Pelo exposto, o lucro líquido do período ficou em US$ 136,0 milhões (margem de 6,3%), valor 38,9% inferior ao lucro do ano anterior.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Em milhares de dólares)

	2002	2003
FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro líquido	**222.592**	**136.044**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	55.602	58.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.436	4.433
Provisão para obsolescência de estoque	22.061	(18.042)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.054	(35.676)
Perda na baixa de ativos	1.119	1.113
Equivalência patrimonial em subsidiária não consolidada	(389)	(50)
Efeito de imposto sobre disponibilidades em outras moedas	211.481	(38.240)
Participação dos minoritários	1.883	219
Outros	(7.243)	6.547
	529.596	**115.226**
Mudanças nos ativos e passivos:	46.057	124.409
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**575.653**	**239.635**
FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(111.030)	(64.765)
Outros	6.814	(7.902)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(104.216)**	**(72.667)**
FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Pagamento de empréstimos	(1.071.452)	(427.247)
Empréstimos	862.036	902.955
Dividendos pagos	(134.421)	(67.494)
Outros	(8.598)	(4.424)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades financeiras	**(352.435)**	**403.790**
Efeito no caixa das variações cambiais	(211.482)	38.240
Aumento (Redução) do disponível	(92.480)	608.998
Caixa e equivalentes no início do exercício	749.302	656.822
Caixa e equivalentes no final do exercício	**656.822**	**1.265.820**

Mercado de Capitais

Diante das incertezas da economia mundial e do cenário desfavorável da aviação, situação ainda agravada pelas reprogramações de entregas da ExpressJet e SWISS, as ações da Embraer sofreram uma forte queda nos primeiros meses do ano.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A partir de junho, com os anúncios de vendas de aeronaves para a US Airways e JetBlue e os primeiros sinais de recuperação na atividade econômica mundial, as ações da Embraer iniciaram uma trajetória de alta.

No mercado doméstico as ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da Embraer negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) registraram no ano de 2003, valorização de 50,8% e 83,6% respectivamente. Por sua vez o índice Bovespa subiu 97,3% no ano de 2003, em função das boas perspectivas da economia brasileira.

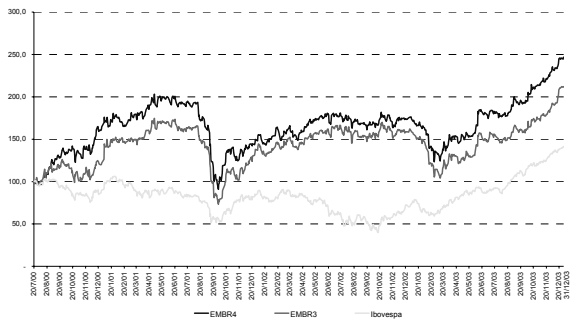
Já o desempenho das American Depositary Shares (ADS) da Empresa, negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), atingiu a cotação de US$ 35,39 no último pregão do ano representando uma valorização de 122,6% em 2003.

Houve um considerável aumento na liquidez das ações da Embraer tanto na Bovespa quanto na NYSE. Em 2003 foram negociadas em média 444 mil ADSs por dia na NYSE, movimento equivalente a volume financeiro de US$ 8,3 milhões, volume 38,0% maior que os registrado em 2002, ano que movimentou em média 312 mil ADS's por dia, equivalente a US$ 6,0 milhões. Na bolsa brasileira as ações preferenciais e ordinárias apresentaram volume diário de cerca de 962 mil e 246 mil, girando R$ 13,4 milhões e R$ 2,8 milhões, respectivamente. O volume diário na Bovespa, em 2002, foi de aproximadamente 750 mil ações preferenciais, equivalente a R$ 6,0 milhões, e de 185 mil ações ordinárias, equivalente a R$ 2,0 milhões.

Em função das boas perspectivas de vendas da nova família EMBRAER 170/190, o desempenho das ADS's da Embraer superou o índice da Standard & Poor's para empresas aeroespaciais (S&P Aerospace) bem como o Índice Dow Jones (DJIA).
A seguir são mostradas as performances das ações da Embraer, tendo como base a data do início das negociações dos ADS's na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

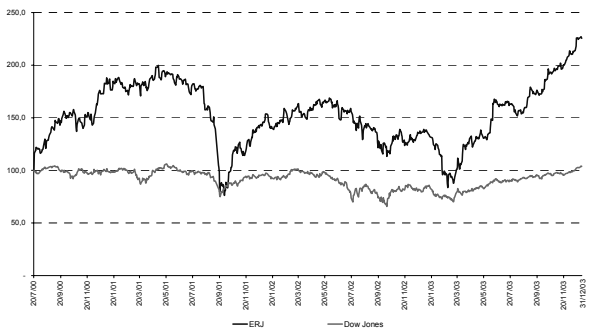
Performance – ON, PN e Ibovespa

21/07/00 = 100



Performance – ADS e NYSE

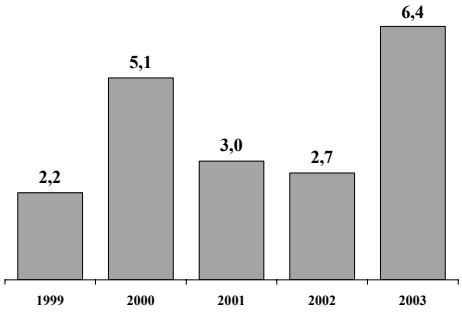
21/07/00 = 100



A capitalização de mercado da Embraer atingiu o valor de US$ 6,4 bilhões no final de dezembro de 2003, com elevação de US$ 3,7 bilhões em relação aos US$ 2,7 bilhões registrados em 31 de dezembro do ano anterior.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valor de Mercado – US$ bilhões



A Embraer tem realizado e participado de eventos de forma contínua com os seus investidores. Destaque deve ser dado ao IV encontro anual com analistas e investidores, realizado na sede da Empresa que, em 2003, teve presença recorde de quase 100 investidores brasileiros e estrangeiros. Foram dois dias, que incluíram apresentações dos executivos da Empresa, visita às instalações industriais e um vôo inédito no EMBRAER 170.

Como parte do reconhecimento do mercado pela transparência e pela sua política de aproximação com os investidores, a Embraer obteve três significativos reconhecimentos:

- Pelo quinto ano consecutivo (tendo sido a vencedora em 2000) a Embraer foi escolhida como uma das dez finalistas do Prêmio Transparência dos Demonstrativos Financeiros de 2002, promovido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC. Para este prêmio são analisadas as demonstrações financeiras das 500 maiores empresas do Brasil.
- O relatório anual de 2002 foi também selecionado pela Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA) entre os cinco melhores relatórios anuais de 2002 na categoria "Companhias Abertas".
- A Embraer recebeu menção honrosa do "*Latin América Award 2003*", da Investor Relations Magazine na categoria "*best investor relations web site*". O *web site* da Embraer foi selecionado, através de uma pesquisa feita junto a mais de 150 "*portfolio managers*" e analistas abrangendo todos os *web sites* de relações com investidores de empresas latino americanas com ações negociadas nos Estados Unidos.

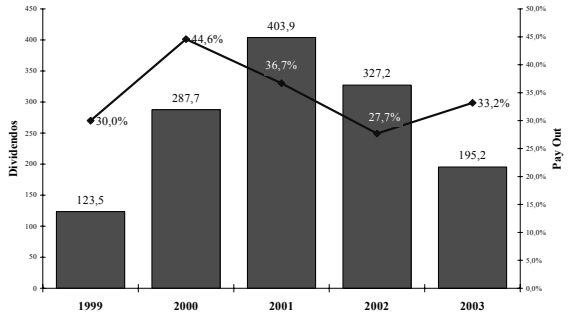
Ainda, como reconhecimento das suas práticas de Governança Corporativa e sua política de sustentabilidade, a Embraer foi selecionada pelo terceiro ano consecutivo para compor o Dow Jones Sustainability Index (DJSI World). O DJSI premia empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa, o que significa dizer que são empresas capazes de criar valor

para os acionistas, por conseguirem aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais.

Remuneração aos Acionistas

Além da valorização das ações ao longo do ano, a Embraer distribuiu Juros Sobre Capital Próprio aos seus acionistas, relativos ao exercício de 2003 (nos dias 15 de agosto de 2003 e 15 de janeiro de 2004), no montante total de R$ 195,2 milhões, sendo R$ 0,28170 por ação preferencial e R$ 0,25610 por ação ordinária. A distribuição de proventos deste ano representou 33,2% do lucro líquido consolidado mantendo a sua política de distribuição de resultados acima do mínimo obrigatório.

Dividendos Distribuídos



Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da Embraer possui a clara distinção de responsabilidades entre a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

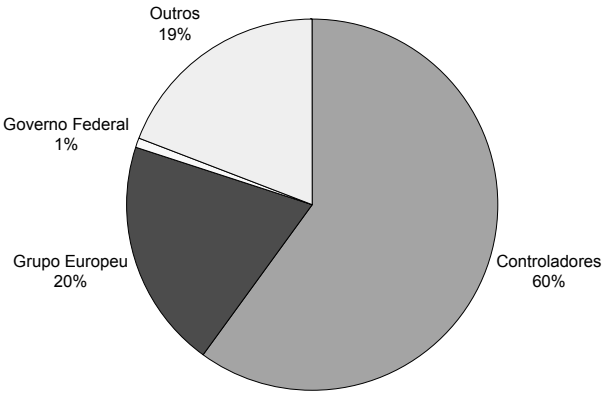
A principal atribuição do Conselho de Administração é definir as metas de longo prazo da Embraer, que deverão ser atingidas com base no Plano de Ação formulado pela Diretoria. Cabe também a este Conselho aprovar e acompanhar os orçamentos anuais e os programas de investimentos, entre outras prerrogativas.

O Conselho de Administração tem um mandato de três anos, se reúne ordinariamente a cada três meses e é composto por treze membros. Seis conselheiros são indicados pelos acionistas controladores – Cia. Bozano, Fundação Previ e Fundação Sistel. Entre os demais, dois são indicados em conjunto pelos acionistas Dassault, Thales, EADS e Snecma, dois membros são indicados pelo Governo Federal e dois outros são indicados pelos empregados. Além destes, o Diretor Presidente da companhia mantém um assento no Conselho.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho Fiscal, tem como principal atribuição acompanhar os atos administrativos e analisar as demonstrações financeiras, se integrando à política de transparência e de boa governança corporativa. Assim, a Embraer possui um conselho, constituído de forma permanente conforme prevê o artigo 29 do Estatuto Social, que se reúne pelo menos a cada dois meses. O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e respectivos suplentes com um prazo de mandato de um ano, sendo permitida a reeleição.

Capital Acionário



Controladores:	
Bozano	20,0%
Previ	20,0%
Sistel	20,0%

Grupo Europeu:	
Dassault	5,7%
EADS	5,7%
Thales	5,7%
Snecma	2,9%

Em 31 de dezembro de 2003 a Embraer possuía 716.045.583 ações, sendo 242.544.448 ações ordinárias e 473.501.135 ações preferenciais. Ao final de 2003 existiam 260 milhões ADSs em circulação na Bolsa de Nova York, equivalente a 36,3% do capital total da Empresa. Cada ADS equivale a quatro ações preferenciais. Os investimentos de pessoas físicas se mantiveram em 3,0%. O "*free float*", ações disponíveis para negociação nas bolsas de valores, era de 50,3% do total das ações na mesma data.

Visando à adequação da Lei Sarbanes-Oxley, aplicável a todas as empresas listadas nas Bolsas de Valores norte-americanas, a Embraer iniciou a execução do "Projeto SOX", que tem por objetivo coordenar as ações de melhoria e monitoramento dos processos internos, e que resultará em melhoria dos processos de gestão e controles.

Para manter a adequação da Tecnologia da Informação às necessidades do negócio Embraer foi definido um projeto abrangente de expansão da utilização do sistema SAP R/3 como ferramenta de gestão e integração dos processos da empresa, com conseqüente simplificação do ambiente de Tecnologia da Informação.

Além disso, o SOX e o SIG (Sistema de Informações Gerenciais) absorveram as atividades de inserção dos critérios de Excelência do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade) no Sistema de Gestão da Embraer através da AGR (Análise Geral de Riscos) e da sistemática de acompanhamento de indicadores de desempenho.

A Embraer, na direção de assegurar uma melhor governança corporativa, e ao mesmo tempo, garantir a transparência da gestão e dos negócios, em beneficio de todos os

acionistas e investidores, elaborou uma Política de Negociação de suas ações por executivos e empregados que tenham acesso a informações relevantes.

Ao mesmo tempo, a Política de Divulgação de fatos relevantes existente define os critérios, o momento e o responsável pela divulgação de tais informações aos investidores para garantir a transparente, homogênea e ampla distribuição de informações pela Embraer.

- **Estratégia e Modelo de Gestão**

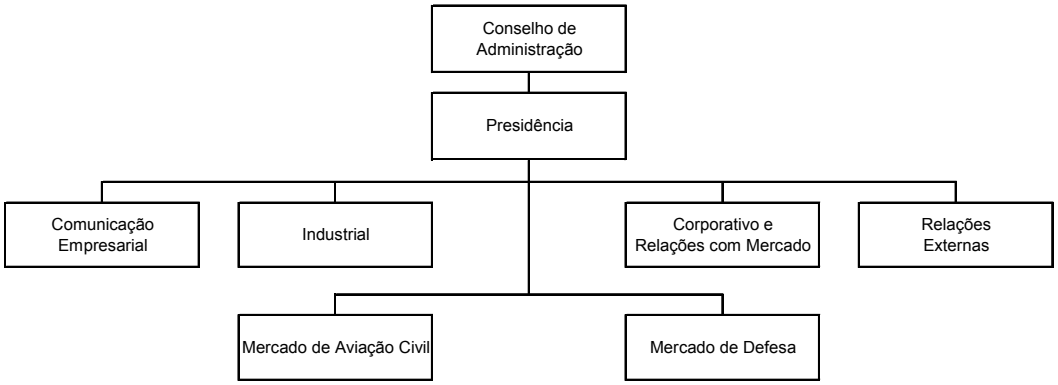
Anualmente a Diretoria da Embraer elabora um Plano de Ação com uma visão de cinco anos e segue um modelo de planejamento estratégico considerando os mercados, os competidores, as competências da Empresa e as oportunidades e riscos. O Plano é o instrumento central de empresariamento do negócio, alinhamento e comprometimento de todos os empregados com as metas e resultados planejados.

No inicio de 2003 foram implementadas alterações na estrutura organizacional visando aumentar a capacidade de decisão junto aos clientes, com a devida agilidade e flexibilidade, tornando a Empresa mais apta a enfrentar os desafios sempre crescentes inerentes ao complexo negócio aeronáutico.

A nova estrutura organizacional busca uma maior ênfase na ação local, possibilitando a melhor percepção dos cenários e agilidade da decisão, sempre zelando pela segurança empresarial. Objetiva também uma maior proximidade entre o cliente e os recursos técnicos da Embraer, priorizando o atendimento às suas demandas. Com isso a administração executiva poderá dar maior foco na formulação e implementação das estratégias voltadas à lucratividade, ao crescimento e ao desenvolvimento de novos negócios e de pessoas.

As áreas de Aviação Comercial e Aviação Executiva foram consolidadas em uma única Vice Presidência Executiva para o Mercado de Aviação Civil. Com o intuito de buscar maior aproximação com os seus clientes, as atividades de Serviços aos Clientes foram separadas e incorporadas às Vice Presidências Executivas do Mercado de Defesa e do Mercado de Aviação Civil.

Ainda, seguindo a expansão da linha de produtos tanto para a Aviação Civil quanto da Aviação de Defesa, as atividades industriais foram divididas em duas novas áreas, Operações Industriais (logística e produção) e Desenvolvimento de Produtos (aprimoramento dos produtos em operação).



Além destas alterações, visando assegurar as ações para crescimento e perpetuidade do negócio, foram instituídos dois comitês de desenvolvimento estratégico - que são presididos pelo Diretor Presidente: de novos negócios e de desenvolvimento de pessoas.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Embraer junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios se baseiam no fato de que: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, ou ainda advogar por seu cliente.

No exercício de 2003 a Embraer contratou junto a estes auditores outros trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras cujo valor não excedeu a 5,0% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A independência desses auditores se apresenta assegurada dentro do contexto de que os referidos trabalhos foram desenvolvidos por equipe independente em relação ao grupo responsável pelos trabalhos de auditoria externa. A tomada de decisão sobre os procedimentos adotados foi estabelecida pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração.

Pessoas e Responsabilidade Social

A Embraer encerrou o ano de 2003 com 12.941 empregados. Este número é 5,8% superior ao efetivo de dezembro de 2002, crescimento relevante meio à redução de receita da Empresa, plenamente justificável, dada a operação industrial e de desenvolvimento da família EMBRAER 170/190.

Deste efetivo, 12.086 empregados estão trabalhando nas instalações brasileiras da Embraer (sendo 10.233 na controladora), 482 estão alocados nos Estados Unidos da América, 189 na

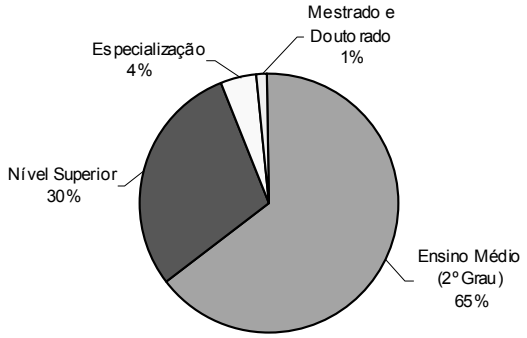
França e outros 32 na Austrália e nos escritórios da China e Cingapura. Na planta de Harbin, China, há 152 trabalhadores.

A ação social da Embraer é desenvolvida segundo três vetores: no âmbito organizacional, as atividades são conduzidas pela área de Recursos Humanos e de Meio-Ambiente enquanto que com relação aos outros dois, as ações na comunidade e as de apoio a políticas públicas, as iniciativas são de responsabilidade, predominantemente, do Instituto Embraer de Educação e Pesquisa, criado em maio de 2001.

- **Treinamento e Capacitação**

A complexidade dos processos industriais e a necessidade de aumentar a produtividade exigem, cada vez mais, um alto grau de qualificação profissional. Este fato se reflete no nível educacional dos empregados, não havendo, desde 1997, nenhum empregado que não possua, no mínimo, o segundo grau completo. Para alcançar este patamar, foram investidos em treinamento e qualificação das pessoas cerca de R$ 150,0 milhões nos últimos três anos, sendo R$ 41,6 milhões investidos em 2003.

Formação Educacional



PEE (Programa de Especialização em Engenharia) - o PEE foi criado pela Embraer no início de 2001 para formar a mão de obra altamente qualificada exigida pelos projetos aeronáuticos. Os participantes do PEE são jovens engenheiros com até dois anos de formados, escolhidos através de processo seletivo realizado em diversos Estados.

Três turmas já se formaram no Programa, num total de 380 profissionais. Somadas às turmas com previsão de formatura em agosto de 2004 e agosto de 2005 serão cerca de 560 engenheiros qualificados, formados ao longo de 18 meses, com nível de mestrado.

Programa Boa Idéia – criado com a finalidade de incentivar a criatividade dos empregados aproveitando suas idéias focadas na qualidade, redução de custos, competitividade e satisfação do cliente, recompensando financeiramente o esforço daqueles que contribuem de forma diferenciada para os resultados.

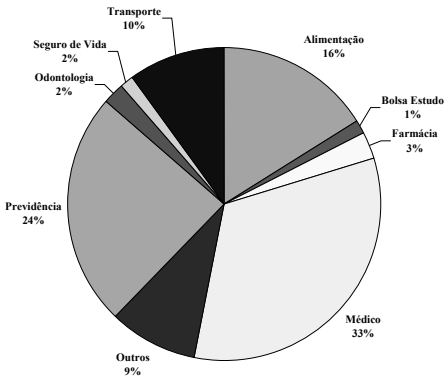
- **Remuneração**

A política de remuneração da Embraer se apóia em duas vertentes principais: remuneração fixa associada às competências requeridas pelas carreiras profissionais e a remuneração variável vinculada aos resultados auferidos pela Empresa, incentivando melhorias de produtividade, qualidade e desenvolvimento organizacional, mostrando na prática o funcionamento da parceria Acionista – Administração – Empregado, fazendo com que cada pessoa de uma equipe participe de forma relevante dos resultados da ação empresarial. A distribuição para cada empregado depende ainda do atingimento individual das metas estabelecidas no seu plano de ação ou no plano de metas setoriais. Referente ao exercício de 2003 a Empresa terá distribuído R$ 58,6 milhões a seus empregados como Participação de Resultados.

- **Benefícios**

O valor dos benefícios pagos pela Embraer, controladora, em 2003 foi de R$ 119,7 milhões, conforme mostrado a seguir.

Benefícios – 2003
R$ 119,7 milhões



Além dos benefícios acima mostrados, para os que desejam continuar seus estudos e que comprovem aproveitamento acadêmico satisfatório, a Embraer oferece o Programa de Bolsa de Estudos.

- **Qualidade de Vida**

Na área de Recursos Humanos foram conduzidas diversas campanhas em benefício dos empregados e dependentes. Entre elas, Controle e Recuperação do Dependente Químico, Redução do Tabagismo, Vacinação, Orientação Vocacional para Filhos de Empregados, Nutrição e Reinserção de Empregados.

- **Demonstrativo do Valor Adicionado – DVA**

O DVA retrata a função social da Embraer a partir dos valores distribuídos aos segmentos da sociedade representados pelos acionistas, empregados, instituições financeiras e governo

(municipal, estadual e federal). O valor adicionado, depois de subir nos últimos exercícios, caiu em 2003 para R$ 2.298,1 milhões (34,6% da receita) em função da queda no resultado da empresa.

Controladora R$ milhões	2001	2002	2003
Receita	6.991,5	7.668,3	6.635,5
Insumos Adquiridos de Terceiros	4.213,6	4.519,8	4.508,3
Valor Adicionado	2.777,9	3.148,5	2.127,2
Retenções	133,8	141,8	134,1
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.644,1	3.006,7	1.993,1
Valor Adicionado Recebido em Transferência	266,6	151,9	305,0
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.910,7	3.158,6	2.298,1
Distribuição do Valor Adicionado	**2.910,7**	**3.158,6**	**2.298,1**
Empregados	520,4	560,2	549,6
Governo (impostos, taxas e contribuições)	666,6	624,2	396,5
Instituições financeiras (juros e aluguéis)	605,1	772,2	705,1
Acionistas	403,9	327,1	195,2
Lucros Retidos	714,6	874,9	451,7

- **Impostos e Contribuições Sociais**

As contribuições sociais e taxas municipais, estaduais e federais, que medem parte do grau de contribuição que a Embraer proporciona para a sociedade brasileira, por meio de impostos, foram de R$ 609,1 milhões no exercício de 2003.

- **Ação Social da Embraer**

A partir da criação do Instituto Embraer de Educação e Pesquisa (IEEP) em maio de 2001, a ação social da Embraer nas comunidades passou a ser de sua responsabilidade. Tendo como pano de fundo a formação de capital social, a estratégia principal do IEEP é o fomento à Educação com qualidade.

O Colégio Eng. Juarez Wanderley – CEJW

Até agora, foi o CEJW que absorveu a maior parcela dos investimentos do IEEP. O CEJW é uma instituição de ensino médio, em tempo integral, fundado em fevereiro de 2002, com 200 alunos por série e iniciou o ano letivo de 2004 com plena capacidade, 600 jovens. Os alunos recebem bolsas de estudo, alimentação no local, transporte, uniformes e material didático, inseridos em um programa educacional de qualidade diferenciada.

Sistema de Gestão Integrado – SGI

O Sistema de Gestão Integrado – SGI é um projeto voltado para a melhoria do ensino fundamental e que está sendo implantado na rede municipal de ensino fundamental de São José dos Campos. O desenvolvimento do projeto é feito através de parceria entre o IEEP, a Secretaria Municipal de Educação/SME e a Fundação Pitágoras.

A implementação do SGI vai se completar em outubro de 2004. Na ocasião, as 38 escolas municipais de S.J. dos Campos com 1.400 professores e 38.000 alunos terão incorporado aos seus processos a prática do SGI.

Unidade FUNDHAS – Embraer

A Fundação Hélio Augusto de Souza - FUNDHAS foi criada em abril de 1987 e é mantida com recursos da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, sendo a terceira maior instituição de atendimento a crianças e adolescentes no país e a primeira a receber a ISO 9002.

Instituto Embraer de Educação e Pesquisa - IEEP

O IEEP responsabilizou-se pelo custo da construção da nova Unidade em um bairro da periferia da cidade. Foram construídos 705m^2, em terreno de 4.000m^2 com recursos provenientes de incentivos fiscais. No local estão sendo atendidas, desde o início de junho de 2003, 240 crianças, em dois turnos diários de 4 horas, cinco dias por semana.

Deve ainda ser ressaltada a participação da empresa em outras ações. Este é o caso do Projeto Mini-empresas – parceria com a Prefeitura de São José dos Campos e a entidade não governamental Junior Achievement – que visa desenvolver uma atitude empreendedora nos jovens; o de qualificação de deficientes visuais com o Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão (Pró Visão) e o curso de inclusão digital e cidadania com o Comitê para Democratização da Informática (CDI) – Vale do Paraíba.

- **Atividades Culturais e Incentivos**

O fomento cultural recebeu recursos no montante de R$ 906,8 mil divididos entre o patrocínio incentivados (Lei do Áudio Visual) no valor de R$ 901,8 mil e doações a entidades filantrópicas que totalizaram R$ 5,0 mil.

- **Meio Ambiente**

A Embraer tem mantido investimentos significativos no desenvolvimento do seu Sistema Integrado de Gestão do Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Qualidade, denominado internamente de SIG-MASSQ.

Desde 1996 a Embraer é certificada pela norma ISO 9001. Em 2003 a Embraer foi recomendada para certificação pela norma AS-9100, equivalente à ISO 9001:2000, com requisitos específicos à indústria aeroespacial. A Embraer é certificada desde 2002 pelas normas ISO 14001 e OHSAS 18001, tendo sido a primeira indústria aeronáutica a conquistar esse feito.

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2003 foi atingida a meta de reciclagem de 60% do lixo e a expressiva quantidade de 450 toneladas recicladas de papel, tendo sido agraciada com uma menção honrosa de mérito ambiental oferecida pela FIESP, Federação das Industrias do Estado de São Paulo.

Na área de energia, merece atenção a entrada em operação do gerador alimentado por gás natural, com capacidade de 9 MW, com conseqüente e expressiva economia nos custos de energia elétrica.

Na unidade de Gavião Peixoto a Embraer vem realizando, conforme acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, um importante plano de reflorestamento o qual, quando concluído deverá cobrir uma área de 345,8 hectares, dos quais já reflorestados 165,2 hectares, compreendendo 262.173 árvores. As árvores plantadas são de 130 espécies nativas, tais como: Ipê, Jatobá, Pau-Brasil e outras frutíferas.

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO SOCIAL (CONTROLADORA)

	2002			2003		
1) Base de Cálculo	**Valor (R$/Mil)**			**Valor (R$/Mil)**		
Receita Líquida (RL)	7.359.778			6.294.313		
Resultado Operacional (RO)	1.202.066			646.943		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	392.822			452.886		

2) Indicadores Sociais Internos	**Valor R$/Mil**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**	**Valor R$/Mil**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**
Alimentação	14.076	3,58	0,19	17.163	3,79	0,27
Encargos sociais e compulsórios	170.829	43,49	2,32	202.976	44,82	3,22
Previdência Privada	11.729	2,99	0,16	15.131	3,34	0,24
Saúde	25.829	6,58	0,35	30.901	6,82	0,49
Segurança e medicina no trabalho	3.198	0,81	0,04	3.085	0,68	0,05
Educação	1.381	0,35	0,02	1.995	0,44	0,03
Cultura	736	0,19	0,01	668	0,15	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	48.340	12,31	0,66	42.002	9,27	0,67
Participação nos lucros e resultados	64.719	16,48	0,88	45.991	10,16	0,73
Outros	12.375	3,15	0,17	13.912	3,07	0,22
Total - Indicadores Laborais	**353.212**	**89,93**	**4,80**	**373.824**	**82,54**	**5,93**

3) Indicadores Sociais Externos	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Educação	7.781	0,65	0,11	5.283	0,82	0,08
Cultura	5.658	0,47	0,08	3.731	0,58	0,06
Esporte	601	0,05	0,01	1.014	0,16	0,02
Lazer e diversão	27	0,00	0,00	28	0,00	0,00
Outros	2.862	0,24	0,04	3.010	0,47	0,05
Total das Contribuições para a Sociedade	**16.929**	**1,41**	**0,24**	**13.066**	**2,02**	**0,21**
Tributos (excluidos encargos sociais)	349.630	29,09	4,75	354.911	54,86	5,64
Total - Indicadores Sociais Externos	**366.559**	**30,50**	**4,99**	**367.977**	**56,88**	**5,85**

4) Indicadores Ambientais	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	4.827	0,40	0,07	5.375	0,83	0,09
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**4.827**	**0,40**	**0,07**	**5.375**	**0,83**	**0,09**

5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período		10.129			10.233	
Nº de admissões durante o período		1.117			695	
Nº de empregados terceirizados		1.957			1.691	
Nº de empregados acima de 45 anos		1.259			1.464	
Nº de mulheres que trabalha na empresa		1.241			1.293	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		5,43%			6,19%	
Nº de empregados portadores de deficiência		427			472	

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		58			51	
Número total de acidentes de trabalho		51			55	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela em-presa foram definidos:	( ) pela direção	(x)direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	(x)direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) pela direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados	( ) pela direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados
A previdência privada contempla:	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores,os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA — 60.208.493/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (“Empresa” ou “controladora”) está engajada no desenvolvimento, na produção e na comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e defesa, de aviões para uso agrícola, e de partes estruturais, sistemas mecânicos e hidráulicos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Controladora

As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos e as transações intercompanhias e os lucros não realizados, líquidos dos efeitos do imposto de renda, estão eliminados na consolidação.

Essas demonstrações consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Empresa e das seguintes controladas:

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH

Subsidiária integral, localizada em Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos, que engloba atividades corporativas e institucionais e que tem como subsidiárias: Embraer Services Inc. - ESI, que presta suporte naquele país aos programas do mercado de defesa; Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS, que realiza vendas de peças de reposição, apoio ao produto e treinamento de clientes nos Estados Unidos, Canadá, Caribe e Reino Unido; Embraer Marketing Corporation - EMC, responsável pela representação comercial, marketing e promoções, tanto para a aviação comercial como corporativa; Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS, que tem como atividade a prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes; Aerochain® LLC, responsável pela atividade de comércio eletrônico; e Embraer Engeneering Inc., que executa serviços de engenharia para os programas da Embraer. Todas estão localizadas nos Estados Unidos da América.

Embraer Finance Ltd. - EFL

Subsidiária integral, localizada nas Ilhas Cayman, B.W.I., fornece suporte em algumas atividades de compra e venda da Empresa, assim como suporta os clientes na obtenção de financiamentos de terceiros.

Trumpeter Inc.

Subsidiária integral, localizada em Wilmington, Delaware, Estados Unidos que possui 25% da Expressprop LLC, uma empresa cujo objetivo é dar suporte à operação de venda de aeronaves EMB 120 Brasília usadas.

Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA

Subsidiária integral, localizada em Botucatu - SP, está envolvida na produção e venda de aeronaves agrícolas, bem como na produção e na montagem de partes e componentes das aeronaves fabricadas pela Embraer.

ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.

Localizada em São José dos Campos - SP, sua atividade é produzir e vender equipamentos hidráulicos e mecânicos de alta precisão para serem usados na indústria aeronáutica. A Embraer detém 60% do capital votante desta empresa e a Liebherr International AG 40%.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Embraer Aviation Europe SAS - EAE

Subsidiária integral, situada em Le Bourget, França, controladora da Embraer Aviation International SAS - EAI, a qual presta serviços de suporte pós-venda na Europa, na África e no Oriente Médio.

Embraer Europe SARL - EES

Subsidiária integral, localizada em Villepinte, norte de Paris, França, tem como objetivo a representação comercial da Embraer na Europa, na África e no Oriente Médio.

Embraer Australia PTY Ltd. - EAL

Subsidiária integral, localizada em Melbourne, Austrália, tem como objetivo prestar serviços de suporte pós-venda para os clientes da Oceania, Ásia e região.

Embraer Credit Ltd. - ECL

Subsidiária integral, localizada em Wilmington, Delaware, Estados Unidos, tem como objetivo apoiar as operações de comercialização.

Embraer Representation LLC - ERL

Localizada em Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos, tem como objetivo a representação institucional da Embraer.

Embraer Spain Holding Co. SL - ESH

Constituída em 27 de setembro de 2002, localizada na Espanha, tem por objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive as voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da ESH são operacionalizadas pelas suas subsidiárias, ECC Investment Switzerland AG., localizada na Suíça, a qual possui participação de 100% no capital da subsidiária ECC Insurance & Financial Co. Ltd. (“ECC Insurance”), localizada nas Ilhas Cayman, empresa cativa de seguros, que tem por objetivo cobrir as garantias financeiras oferecidas aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos nas estruturas de vendas de aeronaves, e a partir de 24 de dezembro de 2003 também pela ECC Leasing Co. Ltd.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ECC Leasing Co. Ltd.

Em 18 de setembro de 2002, a Embraer adquiriu a Marshelon Limited, localizada na Irlanda, passando a ser denominada ECC Leasing Co. Ltd., cujo objetivo é o arrendamento e a comercialização de aeronaves usadas. A partir de 24 de dezembro de 2003 esta empresa passou a ser subsidiária integral da Embraer Spain Holding Co. SL - ESH.

Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI

Com sede na cidade de Harbin, capital da província de Heilongjiang, destina-se a fabricar aviões da família ERJ 135/140/145, visando atender às demandas do mercado de transporte aéreo comercial da China, para a faixa de 30 a 50 assentos. A Embraer é controladora do negócio, com 51% de participação. A primeira aeronave produzida nesta unidade foi apresentada oficialmente no dia 16 de dezembro de 2003.

Canal Investments LLC

Subsidiária integral, localizada em Delaware, nos Estados Unidos, criada em 17 de dezembro de 2003, é responsável pelos ativos do comércio eletrônico.

As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do exercício.

Investimentos em coligadas nas quais a Empresa não tem controle, estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Apresentamos, a seguir, a reconciliação entre as demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas:

	Lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de		Patrimônio líquido em 31 de dezembro de	
	2003	2002	2003	2002
Na controladora	646.943	1.202.066	3.898.415	3.434.558
Lucros não realizados (*)	(59.290)	(22.891)	(166.647)	(107.357)
No consolidado	587.653	1.179.175	3.731.768	3.327.201

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Os lucros não realizados referem-se a vendas da controladora às controladas de peças de reposição, aeronaves e direito de exclusividade de mercado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponível

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída com base na análise individual dos recebíveis, em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas.

c) Estoques

Os estoques, incluindo as peças de reposição, estão demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou de mercado, entre esses o menor. Estoques de produtos em elaboração e acabados, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimados de vendas. Os estoques de matérias-primas estão reduzidos ao valor de mercado com base no custo médio dos estoques comparado com o de reposição. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidade superior àquela a ser utilizada no projeto, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

d) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

e) Ativo permanente

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e reduzidos pela provisão para perdas necessária para adequá-los ao valor de mercado.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ganhos ou perdas na conversão decorrentes dos efeitos da desvalorização (ou valorização) do real, quando da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias estrangeiras para apuração da equivalência patrimonial e da consolidação, são alocados a despesas/receitas financeiras.

O imobilizado é avaliado pelo custo, acrescido das reavaliações e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado, quando incorridos. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a imobilizações em andamento.

O diferido é reconhecido pelo custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, composto principalmente por gastos com pesquisa e desenvolvimento, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos e ferramentais, para amortização subseqüente baseada no número de aeronaves que a Empresa espera vender.

f) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à correção monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

g) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

h) Financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

i) Adiantamentos de clientes

Corrigidos a partir da data do recebimento com base na variação monetária e/ou variação cambial, quando aplicável.

j) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

A Empresa adota o critério de reconhecer ativos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando sua realização é provável, com base em estudos internos e projeções. Quanto a créditos referentes a diferenças temporais relativos às provisões não dedutíveis, constituídos principalmente de contingências trabalhistas e tributos em discussão judicial, serão realizados à medida que os processos correspondentes sejam concluídos.

k) Garantia dos produtos

Despesas com garantia relacionadas a aeronaves e peças de reposição são reconhecidas à época da venda com base nos valores estimados a incorrer. Essas estimativas são baseadas em fatores históricos que incluem, entre outros, reclamações com garantia e respectivos custos de reparos e substituições, garantia dada pelos fornecedores e o período contratual de cobertura. O período de cobertura da garantia varia de dois anos a cinco anos. Em alguns casos, a Empresa é obrigada a realizar modificações no produto devido à exigência das autoridades de certificação aeronáutica. Os custos previstos para tais modificações são provisionados no momento em que os novos requisitos são exigidos.

Alguns contratos de venda contêm provisões para garantias de desempenho operacional da aeronave. Caso a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atinja índices mínimos requeridos, a Empresa pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo incremento de custos operacionais e pelos custos incorridos baseados em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são provisionadas quando há expectativas de que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho.

l) Provisões para contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m) Plano de pensão e benefícios pós-aposentadoria

A Empresa e suas controladas patrocinam planos de pensão de contribuição definida que garantem pensão após a aposentadoria para seus empregados, exceto na subsidiária Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH, na qual o plano é de benefício definido para os empregados admitidos até 30 de setembro de 2001. Os custos correntes são determinados pelo montante da contribuição requerida e contabilizados pelo regime de competência.

O plano de benefício definido patrocinado pela subsidiária Embraer Aircraft Holding - EAH garante pensão e benefícios médicos após aposentadoria. Este plano foi alterado em 2003 (vide nota 24). Os custos estimados do benefício são provisionados de acordo com a expectativa do período de serviço do empregado.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

o) Participação nos lucros e resultados

A Empresa mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados e aos de suas subsidiárias o direito de participar nos lucros da Empresa. Provisões são constituídas para reconhecer a participação dos empregados nos lucros e resultados. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração, em abril de 1996.

p) Vendas e outras receitas operacionais

As receitas de vendas de aeronaves regionais, corporativas e peças de reposição são geralmente reconhecidas no ato da entrega ou embarque. No segmento de defesa, as operações consistem, principalmente, em contratos de longo prazo, e as receitas são reconhecidas de acordo com o método de avançamento físico. Alguns contratos contêm cláusulas para reajuste de preço com base em índices preestabelecidos. As provisões para perdas em contratos de venda no segmento de defesa são registradas quando há evidências de que ocorrerão e com base nas melhores estimativas da Administração. As receitas reconhecidas no segmento de defesa representaram 12,48% e 5,69% das receitas totais de 2003 e 2002, respectivamente.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Empresa mantém um "pool de peças" de reposição para uso exclusivo dos clientes que contrataram o Programa *Exchange Pool*. Esse Programa prevê que tais clientes podem trocar um componente danificado por um igual em condições de funcionamento.

Para se beneficiar do Programa, os clientes pagam uma taxa fixa anual e uma taxa mensal por horas voadas. Essas taxas são registradas como receita do Programa.

q) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

r) Outorga de ações

A outorga de opção de compra de ações a empregados não resulta em despesa a ser contabilizada. Quando do exercício das opções, a compra de ações pelos empregados é reconhecida como aumento de capital no montante do preço de compra.

s) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça estimativas e adote premissas relacionadas com os ativos e passivos reportados, com ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e com os montantes de receitas e despesas reportados nos respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

t) Operações de "swap"

Nas operações de "swap" os valores nominais não são registrados, porém os resultados não realizados são registrados pelo regime de competência, sem marcação ao mercado desses instrumentos (nota 31).

u) Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Caixa e bancos:				
Reais	7.885	9.702	11.833	12.120
Dólar	721	1.938	194.663	77.017
Outras	834	817	8.855	3.040
Aplicações financeiras:				
Em reais:				
Fundos de investimentos	2.567.194	1.253.876	2.569.482	1.275.142
CDB	-	41.342	-	41.342
Em dólares:				
Depósitos a prazo fixo	-	-	58.164	624.510
Fundos de investimentos	-	-	-	90.265
Overnight	607	-	815.059	197.232
Outras moedas	-	-	548	-
	2.577.241	1.307.675	3.658.604	2.320.668

As taxas médias de juros anualizadas, relacionadas às aplicações financeiras efetuadas em reais e em dólares norte-americanos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, foram de 24,29% e 1,09% ao ano (19,22% e 1,95% ao ano em 2002), respectivamente.

Os depósitos a prazo fixo têm prazos inferiores a 90 dias.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Comando da Aeronáutica	17.522	16.760	73.073	47.247
Clientes no país	10.903	10.591	13.446	12.315
Sociedades controladas	171.845	110.960	-	-
Clientes no exterior (*)	736.187	2.018.188	953.634	2.393.604
	936.457	2.156.499	1.040.153	2.453.166
Menos- Circulante	936.457	2.156.499	1.004.582	2.408.296
Longo prazo	-	-	35.571	44.870

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Desse montante, aproximadamente 62% (90% em 31 de dezembro de 2002) encontram-se em processo de estruturação de financiamento. O saldo remanescente refere-se, basicamente, ao faturamento dos segmentos de serviços ao cliente, defesa e leasing.

Em 31 de dezembro de 2003, contas a receber do Comando da Aeronáutica e do Governo da Grécia incluem montantes não faturados de R$12.475 e R$101.989, respectivamente (R$15.208 em 2002 referentes ao Comando da Aeronáutica), relativos, principalmente, a receitas reconhecidas pelo método de avançamento físico; o saldo remanescente do Comando da Aeronáutica refere-se ao montante de faturamento de peças de reposição e serviços.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Saldo inicial	4.301	3.778	86.502	55.131
Variação cambial	(544)	772	(11.429)	32.030
Provisão	4.550	1.422	8.788	5.257
Reversão	(2.354)	(859)	(12.827)	(3.954)
Baixa	(203)	(812)	(940)	(1.962)
Saldo final	5.750	4.301	70.094	86.502

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
IPI e ICMS a recuperar	38.425	29.684	56.939	62.182
Provisão para perdas	(28.066)	(21.823)	(28.163)	(21.892)
Líquido	10.359	7.861	28.776	40.290
Imposto de renda retido na fonte ou antecipado	48.804	327	48.958	766
PIS e COFINS	5.146	685	5.146	720
ISS a recuperar	1.143	2.974	1.143	2.974
Outros	634	201	746	201
	66.086	12.048	84.769	44.951
Menos- Circulante	63.575	8.785	80.304	40.260
Longo prazo (*)	2.511	3.263	4.465	4.691

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Refere-se ao ICMS sobre aquisição de bens do ativo imobilizado.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Crédito com fornecedores (a)	32.215	74.578	32.232	74.599
Adiantamentos a empregados	18.171	17.377	18.663	17.839
Contas a receber - BNDES (b)	103.923	442.879	103.923	442.879
Dividendos a receber	1.260	2.285	-	-
Adiantamento de comissão	-	-	13.060	18.704
Ganhos não realizados com derivativos	8.150	101.783	8.150	101.783
Outros	1.346	6.210	18.840	20.320
	165.065	645.112	194.868	676.124
Menos- Circulante	158.174	645.112	187.874	675.799
Longo prazo	6.891	-	6.994	325

(a) Representado por peças de aeronaves não cobráveis e descontos de preço a serem recebidos dos fornecedores.

(b) Referem-se aos recursos retidos aguardando finalização da documentação de exportação e créditos pendentes oriundos de financiamentos já estruturados.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Debêntures (a)	30.866	-	30.866	-
Notas do Tesouro Nacional (b)	-	-	74.124	82.194
	30.866	-	104.990	82.194
Menos- Circulante	12.480	-	12.480	-
Longo prazo	18.386	-	92.510	82.194

(a) Representados pelos recursos aplicados em debêntures com rendimentos de 102% do CDI.

(b) Referem-se aos recebíveis representados por Notas do Tesouro Nacional adquiridos pela Empresa de seus clientes, relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX entre o 11º e 15º ano após a venda da respectiva aeronave, os quais foram reconhecidos a valor presente. Os juros são adicionados ao balanço e reconhecidos como receita

financeira, uma vez que a Empresa tem a possibilidade, a intenção e a habilidade de manter esses títulos em carteira até o vencimento.

9. DEPÓSITOS, EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Depósitos judiciais (a)	37.029	18.413	37.788	18.927
Incentivos fiscais, líquidos de provisões para perdas	9.604	9.604	9.604	9.709
Depósitos em garantia (b)	65.455	31.835	622.662	661.984
Depósito em caução (c)	-	-	746.716	-
Outros	1.541	3.388	2.703	5.277
	113.629	63.240	1.419.473	695.897
Menos-Circulante	-	-	746.716	-
Longo prazo	113.629	63.240	672.757	695.897

(a) Referem-se basicamente aos depósitos dos processos judiciais, sendo R$27.177 (R$10.474 em 2002) relativos a contingências fiscais (nota 21).

(b) Representam, basicamente, valores em dólares norte-americanos depositados em uma conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao montante da conta de caução. O montante depositado será liberado por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2017), caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. O rendimento dos juros sobre a conta de caução é adicionado ao saldo do principal e reconhecido pela Empresa como receita financeira.

(c) Refere-se a aplicações financeiras denominadas em dólares norte-americanos vinculadas a estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão das estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da LIBOR semestral.

10. ESTOQUES

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Produtos acabados	156.592	181.860	156.592	181.860
Produtos em elaboração (*)	1.328.267	745.816	1.400.941	757.858
Matéria-prima	653.230	528.641	702.009	540.480
Peças de reposição	131.553	98.559	496.190	529.874
"Pool de peças" de reposição	-	-	42.685	54.790
Aviões usados para venda	33.793	124.270	62.680	149.954
Materiais de consumo	1.697	1.726	2.361	1.916
Mercadorias em trânsito	193.603	272.637	175.626	264.157
Adiantamentos a fornecedores	120.347	183.907	307.013	356.877
	2.619.082	2.137.416	3.346.097	2.837.766
Menos- Circulante	2.619.082	2.137.416	3.303.411	2.782.976
Longo prazo	-	-	42.686	54.790

(*) Inclui aeronaves pré-séries do Programa EMBRAER 170/190 e ERJ 135 no montante de R$340.454 em 31 de dezembro de 2003 (R$158.982 em 2002), que são utilizados para ensaios visando à certificação da aeronave.

Em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, a Empresa tinha um estoque de peças de reposição alocado para o Programa *Exchange Pool*, nos montantes de R$42.685 e R$54.790, respectivamente. O estoque do Programa é depreciado utilizando o método linear com base na estimativa de vida média de oito anos e valor residual médio de 35%. O valor da depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2003 é de R$27.650 (R$17.928 em 2002).

Durante 2003 e 2002, a Empresa reconheceu R$34.545 e R$39.463, respectivamente, como receita relacionada ao Programa *Exchange Pool*.

Aviões usados para venda: referem-se a uma aeronave Legacy na controladora (3 aeronaves Legacy e 1 ERJ 135 em 2002) e mais 3 EMB 120 no consolidado, disponíveis para venda, e estão registradas pelo custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor.

Os saldos dos estoques estão líquidos das provisões para obsolescência e dos ajustes para reduzi-los ao valor de mercado. Uma síntese do critério de constituição da provisão é como segue:

- Provisão para redução a valor de mercado: os estoques de matéria-prima foram reduzidos a valor de mercado com base no custo médio dos estoques comparado com o custo médio de reposição.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Provisão para obsolescência: para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definido, através do programa de produção, foram constituídas provisões para cobrir eventuais perdas para estoque de almoxarifado e produtos em processo excessivos e obsoletos.

As provisões são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Provisão para obsolescência:				
Saldo inicial	94.787	56.872	189.548	100.813
Provisão	13.983	59.453	49.673	96.809
Baixa/reversão	(23.120)	(21.538)	(39.262)	(32.749)
Efeito da variação cambial	-	-	(9.814)	24.675
Saldo final	85.650	94.787	190.145	189.548
Provisão para redução ao valor de mercado:				
Saldo inicial	5.839	45.647	5.877	46.162
Provisão	-	5.839	1.170	6.349
Consumo	(5.839)	(45.647)	(6.327)	(46.634)
Saldo final	-	5.839	720	5.877

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Seguro de garantias financeiras (a)	508.021	685.063	-	-
Prêmios de seguros (b)	25.738	24.874	28.637	28.264
Seguro de crédito (c)	99.144	93.040	99.144	93.040
Concessões comerciais (d)	22.029	15.799	22.029	15.799
Treinamento de clientes (d)	9.521	7.089	9.521	7.089
Outros	2.860	3.291	6.439	5.348
	667.313	829.156	165.770	149.540
Menos- Circulante	211.396	208.822	79.235	67.389
Longo prazo	455.917	620.334	86.535	82.151

(a) Refere-se à contratação junto à ECC Insurance de uma apólice com prazo de cinco anos para cobertura das garantias financeiras oferecidas pela Empresa aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos na estrutura de vendas de aeronaves.

(b) Referem-se basicamente aos prêmios de seguros das apólices contra incêndio, lucro cessante, responsabilidade civil-produtos, aeronáutico e veículos.

(c) Refere-se a prêmio sobre seguro de crédito relativo a uma linha de financiamento no exterior e seguro de crédito à exportação. Os prêmios estão sendo amortizados entre 2001 e 2017.

(d) Concessões comerciais e treinamento de clientes representam créditos de peças de reposição e treinamento de pilotos, mecânicos e comissários de bordo concedidos aos clientes com relação à venda da aeronave. Esses créditos estão previstos nos contratos de venda e estão incluídos no preço global de venda da aeronave. O prazo de entrega real das peças e de execução dos serviços pode ser diferente do prazo de entrega da aeronave. Esses montantes refletem o custo de tais concessões incorridos antes da entrega da aeronave, e serão reconhecidos como despesa ao longo do período do contrato de venda quando as entregas das aeronaves forem feitas e a correspondente receita reconhecida.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Em sociedades controladas:				
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	209.502	260.050	-	-
Trumpeter Inc.	13.282	16.098	-	-
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	21.380	16.824	-	-
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	37.703	32.006	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	94.772	53.344	-	-
Embraer Europe SARL - EES	2.113	1.244	-	-
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	2.579	831	-	-
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	335.042	4.428	-	-
Embraer Representation LLC - ERL	7.137	-	-	-
Harbin Embraer Industry Company Ltd.	9.377	-	-	-
	732.887	384.825	-	-
Em sociedades coligadas:				
Expressprop LLC (*)	-	-	13.855	16.765
	732.887	384.825	13.855	16.765

(*) A Empresa possui indiretamente 25% e a Continental Airlines Finance Corporation 75% do capital social da Expressprop LLC. Essa coligada fornece suporte na venda das aeronaves usadas EMB 120 Brasília. O investimento da Empresa é contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial. O lucro líquido dessa coligada foi de R$584 e R$5.484 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, respectivamente.

As controladas Embraer Finance Ltd. - EFL e Embraer Credit Ltd. - ECL apresentam patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2003.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 31.12.02	Equivalência patrimonial	Adições	Dividendos propostos	Variação cambial	Transferência	Ganho de capital	Transferência para provisão para passivo a descoberto	Saldo em 31.12.03
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	260.050	(1.556)	-	-	(48.992)	-	-	-	209.502
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	(33.617)	-	-	12.281	-	-	21.336	-
Trumpeter Inc.	16.098	119	-	-	(2.935)	-	-	-	13.282
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	16.824	4.556	-	-	-	-	-	-	21.380
ELEB – Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	32.006	6.938	-	(1.260)	-	-	19	-	37.703
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	53.344	42.199	-	-	(771)	-	-	-	94.772
Embraer Europe SARL - EES	1.244	886	-	-	(17)	-	-	-	2.113
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	831	1.676	-	-	72	-	-	-	2.579
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	4.428	(8.417)	100	-	3.699	335.232	-	-	335.042
Embraer Credit Limited - ECL	-	(2.425)	-	-	2.107	-	-	318	-
Embraer Representation LLC - ERL	-	7.137	-	-	-	-	-	-	7.137
ECC Leasing Co. Ltd	-	(21.024)	355.478	-	2.543	(335.232)	-	(1.765)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Co. Ltd.	-	(3.985)	14.261	-	(925)	-	26	-	9.377
	384.825	(7.513)	369.839	(1.260)	(32.938)	-	45	19.889	732.887

Movimentação do investimento no consolidado

	Saldo em 31.12.02	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Saldo em 31.12.03
Expressprop - LLC	16.765	146	(3.056)	13.855

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Informações relativas às controladas diretas

	2003						2002			
	Capital social	Participação no capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Lucros não realizados	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Lucros não realizados	Equivalência patrimonial
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	4	100,00	220.465	701	(2.257)	(1.556)	268.757	(4.250)	(4.165)	(8.415)
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	100,00	(88.706)	(33.617)	-	(33.617)	(67.370)	(100.580)	-	(100.580)
Trumpeter Inc.	9.823	100,00	13.282	119	-	119	16.097	1.342	-	1.342
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	18.158	100,00	31.500	8.550	(3.994)	4.556	22.950	2.330	(3.713)	(1.383)
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	29.262	60,00	67.425	11.683	(72)	6.938	57.811	11.715	1.924	8.953
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	102.632	100,00	97.457	41.853	346	42.199	56.375	7.632	(380)	7.252
Embraer Europe SARL - EES	30	100,00	2.113	886	-	886	1.244	249	-	249
Embraer Australia PTY Limited - EAL	9.448	100,00	2.579	1.676	-	1.676	814	(6.582)	-	(6.582)
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	349.659	100,00	335.041	(8.417)	-	(8.417)	4.427	(4.882)	-	(4.882)
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	100,00	(11.874)	(2.425)	-	(2.425)	(11.556)	(3.824)	-	(3.824)
Embraer Representation LLC – ERL	-	100,00	7.137	7.137	-	7.137	-	-	-	-
ECC Leasing Co. Ltd (*)	-	100,00	-	(21.024)	-	(21.024)	(1.766)	(1.766)	-	(1.766)
Harbin Embraer Aircraft Industry Co. Ltd.	26.200	51,00	18.386	(7.814)	-	(3.985)	-	-	-	-
						(7.513)				(109.636)

(*) A partir de 24 de dezembro de 2003 passou a ser subsidiária integral da Embraer Spain Holding Co. SL - ESH.

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos lucros não realizados nas operações com as controladas.

A controladora constituiu provisão correspondente ao valor do passivo a descoberto de suas controladas no montante de R$100.580 (R$80.692 em 31 de dezembro de 2002), a qual está registrada na rubrica “Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas” (nota 20). As contrapartidas das provisões constituídas foram classificadas como resultado de equivalência patrimonial.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Operações com partes relacionadas

d.1) Controladora

As transações com partes relacionadas são como segue:

	Curto prazo				Longo prazo				Resultado financeiro		Resultado operacional	
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo					
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Comando da Aeronáutica	17.522	16.760	92.998	140.291	-	-	-	-	-	-	160.422	112.883
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS	25.841	42.937	23.200	36.815	84.115	137.767	-	-	677	1.423	(106.566)	(151.087)
Embraer Aviation International - EAI	14.121	62.645	22.860	17.815	-	52.988	-	-	1.167	1.405	(72.454)	(57.852)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda - NEIVA	183	243	6.834	1.661	-	-	-	-	-	-	(53.508)	(47.325)
Embraer Service Inc. - ESI	1.230	1.665	154	36.911	-	-	-	-	-	243	2.379	9.295
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	1.959	3.710	5.723	7.532	-	-	-	-	1.298	38	(59.024)	(58.632)
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	1.746	943	-	-	-	-	-	-	-	-	535	1.667
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS	-	113	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECC Leasing Co. Ltd.	104.762	989	277	-	-	-	-	-	-	-	106.283	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Co. Ltd.	23.263	-	725	-	22.596	-	-	-	-	-	36.538	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	97.403	442.879	29.620	33.753	6.520	-	22.979	55.388	(5.140)	(10.833)	-	-
ECC Insurance & Financial Co. Ltd.	138.551	146.799	430.549	333.028	369.470	538.264	169.565	301.146	-	-	(144.055)	(50.087)
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	-	156.238	421.151	2.576.837	2.272.298	-	-	3.695	2.168	51.232	(5.101)
Embraer Engineering Service Inc.	-	-	8.787	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	-	-	6.366	6.073	-	-	3.688	9.512	(1.242)	(1.760)	-	-
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	-	-	228.792	115.091	243.673	-	-	2.168	3.127	-	-
Embraer Representation LLC - ERL	-	-	101.293	34.964	-	-	-	-	-	-	-	-
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	-	-	-	-	-	74	-	-	-	-	-	-
Aerochain LLC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(989)	989
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	-	-	-	-	-	-	-	-	3.706	-	-	-
	426.581	719.683	885.642	1.298.786	3.174.629	3.245.064	196.232	366.046	6.329	(4.189)	(79.207)	(245.250)

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As transações com partes relacionadas não consolidadas são como segue:

	Curto prazo				Longo prazo				Resultado financeiro		Resultado operacional	
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo					
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Comando da Aeronáutica	17.522	16.760	92.998	140.291	-	-	-	-	-	-	160.422	112.883
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	97.403	442.879	29.620	33.753	6.520	-	22.979	55.388	(5.140)	(10.833)	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	-	-	6.366	6.073	-	-	3.688	9.512	(1.242)	(1.760)	-	-
	114.925	459.639	128.984	180.117	6.520	-	26.667	64.900	(6.382)	(12.593)	160.422	112.883

Os valores do ativo referem-se basicamente a: (i) contas a receber das controladas pela venda de peças de reposição e aeronaves e desenvolvimento de produtos, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos; (ii) prêmio de seguros das apólices contratados com a seguradora cativa para cobertura de garantias financeiras oferecidas pela Empresa aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos na estrutura de vendas de aeronaves; (iii) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior em dólares norte-americanos a taxas de juros praticadas pela Empresa na captação de recursos em moeda estrangeira; (iv) valores retidos pelo BNDES aguardando finalização da documentação de exportação; e (v) recebimentos em nome da Embraer pela controlada Embraer Finance Ltd., sem remuneração.

No passivo, os valores referem-se basicamente a: (i) aquisição de partes de aeronaves e peças de reposição, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos; (ii) adiantamentos recebidos por conta de contratos de vendas, conforme cláusula contratual; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros; (iv) financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de juros de mercado para esse tipo de modalidade de financiamento; (v) contratação de seguros para cobertura de garantias financeiras; e (vi) adiantamento para futuro aumento de capital.

As contas de resultado são compostas basicamente de: (i) compra e venda de aeronaves, partes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de defesa, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos; (ii) receitas financeiras provenientes principalmente de contratos de mútuo; (iii) amortização dos prêmios de seguros para cobertura de garantia financeira; (iv) encargos financeiros sobre financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos; e (v) comissões de vendas de aeronaves e peças de reposição.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa anual de depreciação (%)	2003 Custo corrigido	2003 Depreciação acumulada	2003 Líquido	2002 Líquido
Terrenos	-	16.627	-	16.627	16.627
Edifícios e benfeitorias em terrenos	2,08 a 8,00	416.561	(114.227)	302.334	242.518
Instalações	3,23 a 10,00	185.105	(128.339)	56.766	63.793
Máquinas e equipamentos	5,88 a 10,00	302.972	(203.199)	99.773	95.021
Móveis e utensílios	10,00	26.885	(14.263)	12.622	12.755
Veículos	7,15 a 20,00	8.419	(6.174)	2.245	3.083
Aeronaves	20,00	2.203	(392)	1.811	603
Computadores e periféricos	20,00	73.795	(51.235)	22.560	30.753
Software	20,00	99.217	(46.406)	52.811	53.851
Outros bens	-	7.088	-	7.088	9.280
Adiantamentos a fornecedores	-	1.238	-	1.238	922
Imobilizações em andamento (*)	-	25.922	-	25.922	70.481
		1.166.032	(564.235)	601.797	599.687

(*) Referem-se principalmente às obras para ampliação da capacidade instalada para atender à produção de novos produtos.

b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	2003 Custo corrigido	2003 Depreciação acumulada	2003 Líquido	2002 Líquido
Terrenos	-	17.060	-	17.060	17.060
Edifícios e benfeitorias em terrenos	2,08 a 10,00	510.226	(147.754)	362.472	277.571
Instalações	3,23 a 10,00	196.150	(134.697)	61.453	68.911
Máquinas e equipamentos	5,88 a 20,00	371.976	(227.684)	144.292	147.035
Móveis e utensílios	10,00 a 20,00	36.871	(19.640)	17.231	22.318
Veículos	7,15 a 20,00	9.754	(6.919)	2.835	3.626
Aeronaves (*)	5,00 a 20,00	483.679	(73.759)	409.920	167.514
Computadores e periféricos	20,00	89.682	(61.951)	27.731	46.293
Software	20,00	130.137	(49.361)	80.776	86.086
Outros bens	20,00	24.539	(7.276)	17.263	12.804
Adiantamentos a fornecedores	-	1.237	-	1.237	922
Imobilizações em andamento	-	35.321	-	35.321	79.555
		1.906.632	(729.041)	1.177.591	929.695

(*) As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, vôos corporativos e leasing operacional. Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa possuía 14 EMB 120, 4 ERJ 145, 3 ERJ 135, 4 Legacy e 3 de outros modelos. Destas, 9 aeronaves estavam disponíveis para leasing e 7 para ensaios e vôo corporativo.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de dezembro de 1988 e 30 de abril de 1991, a Empresa contabilizou reavaliações dos seus ativos operacionais. Os saldos remanescentes dessas reavaliações em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 eram de R$103.354 e R$111.524, respectivamente. A correspondente reserva de reavaliação foi utilizada para aumento de capital e, exceto pela parcela relacionada com os bens imóveis, foi incluída no cálculo dos lucros tributáveis para fins do imposto de renda. As taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação.

14. DIFERIDO

Os saldos eram representados por:

	Controladora				Consolidado			
	2003			2002	2003			2002
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
ERJ 135/140/145 (*)	729.057	(487.292)	241.765	201.349	740.236	(498.464)	241.772	201.667
EMBRAER 170/190	912.312	-	912.312	505.915	930.297	(459)	929.838	516.918
Outros	7.169	-	7.169	4.748	12.975	(5.283)	7.692	3.554
	1.648.538	(487.292)	1.161.246	712.012	1.683.508	(504.206)	1.179.302	722.139

(*) Inclui custos para pesquisas e desenvolvimento dos jatos corporativos Legacy.

O diferido refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão-de-obra produtiva, ferramental, material e mão-de-obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos. Também estão incluídos os custos com as atividades de ensaios em vôo e no solo, bem como subseqüentes mudanças de desenho.

A amortização do diferido é efetuada a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na quantidade de aeronaves que se estima vender, segundo cada projeto, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção.

No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ERJ 135/140/145

Refere-se à família de jatos regionais composta pelo ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente, os quais têm entre si cerca de 96% de partes e componentes comuns.

Com base na plataforma do ERJ 135, foi desenvolvida uma nova aeronave para o uso corporativo, denominado Legacy, nas versões executiva e shuttle.

Em 31 de dezembro de 2003, a posição das entregas e dos pedidos firmes é a seguinte:

	Entregas	Pedidos firmes
ERJ 135	105	17
EMB 135	12	-
ERJ 140	74	20
ERJ 145	532	145
EMB 145	2	-
Legacy	20	32

As aeronaves designadas como EMB 135 e EMB 145 são aquelas que não se destinam às empresas do ramo de aviação regional.

Uma plataforma do EMB 145 foi modificada e desenvolvida para uso do governo brasileiro e outra está em processo de desenvolvimento para uso dos governos grego e mexicano. Trata-se do EMB 145 AEW&C - Airborne Early Warning and Control e EMB 145 MP - Marine Remote Sensing Aircraft. Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa tinha 7 pedidos firmes dessas aeronaves.

Em 12 de dezembro de 2003, foi entregue a última aeronave de um total de 8 que fazem parte do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM.

EMBRAER 170 e EMBRAER 190

Está em fase de desenvolvimento uma nova família de jatos comerciais composta pelo EMBRAER 170 com capacidade de 70 a 78 assentos, EMBRAER 175 de 78 a 86 assentos, EMBRAER 190 de 98 a 106 assentos e o EMBRAER 195 de 108 a 118 assentos.

O primeiro a ser desenvolvido é o EMBRAER 170, para o qual, em fevereiro de 2004, as autoridades brasileira, americana e européia de aeronavegabilidade, Centro Técnico

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Aeroespacial, Federal Aviation Administration e European Aviation Safety Agency, respectivamente, emitiram o Certificado de Homologação de Tipo para esse modelo de aeronave.

Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa tinha 120 pedidos firmes para esse modelo de aeronave.

O segundo modelo a ser desenvolvido é o EMBRAER 175, o qual efetuou o seu primeiro vôo em 14 de junho de 2003, iniciando a campanha de ensaio e certificação.

O EMBRAER 190 é o terceiro modelo em desenvolvimento, cuja apresentação oficial foi em 9 de fevereiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa tinha 110 pedidos firmes para esse modelo de aeronave.

Outro modelo em desenvolvimento é o EMBRAER 195. Em 31 de dezembro de 2003, esse modelo tinha 15 pedidos firmes.

Os custos consolidados incorridos até 31 de dezembro de 2003, para pesquisa e desenvolvimento por família de aeronaves, bem como, os pedidos em carteira, estão apresentados a seguir:

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA **60.208.493/0001-81**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Em milhares de reais, exceto a quantidade de aeronaves	
	ERJ 135/140/145 (*)	EMBRAER 170/190
Custo diferido	740.236	930.297
Amortização acumulada	(498.464)	(459)
Líquido	241.772	929.838
Quantidade de aeronaves projetadas para o programa em 31 de dezembro de 2003	960	650
Quantidade de aeronaves em 31 de dezembro de 2003:		
Entregues	745	-
Pedidos firmes em carteira	214	245
Opções com data de exercício em (não auditadas):		
2004	189	35
2005	105	50
2006	165	26
2007	61	34
Após	26	160
Total de opções	546	305
Total geral	1.505	550

(*) A quantidade de aeronaves inclui os pedidos em carteira do Legacy, EMB 135 e 145, mas não inclui os pedidos em carteira do EMB 145 SA, EMB 145 RS e EMB 145 MP.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Moeda	Taxa anual de juros (%)	Controladora 2003	Controladora 2002	Consolidado 2003	Consolidado 2002
Moeda estrangeira:						
Aquisição de materiais	US$	4,12 a 12,42	791.712	352.303	791.712	352.303
	JPY	LIBOR + 3,25 a 5,50; 1,66 a 1,68; JIBOR + 1,05	387 .483	537.547	387.483	537.547
Financiamento de exportação	US$	LIBOR + 1,50	29.497	36.499	29.497	36.499
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US$	3,49 a 8,60	519.808	283.570	520.820	283.570
Desenvolvimento de projetos	US$	LIBOR + 3,00; Cesta de Moedas BNDES + 3,00	20.467	38.687	23.569	42.725
Capital de giro	Euro	3,00 a 4,11	-	-	24.763	-
	US$	4,01 a 7,00 LIBOR + 2,15 a 2,97	871.399	357.290	1.055.656	529.196
Aquisição de imobilizado	US$	5,45 a 10,15	13.691	25.168	116.493	85.368
Adiantamento sobre contratos de exportação	US$		-	-	-	47.448
			2.634.057	1.631.064	2.949.993	1.914.656
Moeda nacional:						
Desenvolvimento de projetos		TJLP + 1,00 a 5,50	42.186	66.039	61.248	79.977
Aquisição de imobilizado		TJLP + 3,30 a 4,30	-	-	5.131	5.252
			42.186	66.039	66.379	85.229
			2.676.243	1.697.103	3.016.372	1.999.885
Menos- Circulante			1.330.449	730.623	1.493.895	911.300
Longo prazo			1.345.794	966.480	1.522.477	1.088.585

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Vencimentos a longo prazo

Ano	Controladora 2003	Consolidado 2003
2005	279.146	292.894
2006	290.814	303.742
2007	261.662	332.144
2008	239.698	251.320
2009	202.244	211.337
2010	72.230	81.056
2011	-	9.397
2012	-	10.005
2013	-	10.654
2014	-	11.888
2015	-	8.040
	1.345.794	1.522.477

c) Análise de moedas

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Taxa de câmbio em 31.12.03 (em relação a R$1,00)	Controladora		Consolidado	
		2003	2002	2003	2002
Real	1,00	42.186	66.039	66.379	85.229
Dólar norte-americano	2,8892	2.246.574	1.093.517	2.537.747	1.377.109
Euro	3,65059	-	-	24.763	-
Iene japonês	0,027011	387.483	537.547	387.483	537.547
		2.676.243	1.697.103	3.016.372	1.999.885

As variações das taxas de câmbio em relação ao real foram as seguintes:

	Ano findo em 31 de dezembro de (%)	
	2003	2002
Dólar norte-americano	(18,23)	52,27
Euro	(1,37)	79,35
Iene japonês	(9,30)	68,18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A dívida total em reais está sujeita a encargos baseados na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Cesta de Moedas - BNDES.

As variações anualizadas desses índices foram como segue:

	%	
	2003	2002
TJLP	11,00	10,00
Cesta de Moedas - BNDES	7,1081	8,6703

d) Encargos e garantias

Os financiamentos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2003 estavam sujeitos à variação cambial mais juros anuais médios ponderados de 4,47% ao ano (4,15% em 31 de dezembro de 2002); os financiamentos em moeda nacional em aberto em 31 de dezembro de 2003 estavam sujeitos a juros anuais médios ponderados de 14,66% ao ano (13,61% em 31 de dezembro de 2002).

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas, equipamentos e garantia bancária, no montante de R$863.569. Desse montante, R$177.280 correspondem à hipoteca de imóveis em segundo grau e R$177.280 em terceiro grau. Os financiamentos das controladas estão garantidos pela controladora no montante de R$303.358.

Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com a prática usual de mercado, que estabelecem que a relação endividamento total/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) não poderá ultrapassar o índice de 3,0:1, bem como limites para a cobertura do serviço da dívida através da relação EBITDA/Despesa financeira líquida que tem de ser superior a 3,0:1.

Incluem, também, restrições de praxe sobre o grau de alavancagem financeira, nível de endividamento das subsidiárias, criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da companhia, venda de bens do ativo, pagamento de dividendos em casos de inadimplência nos financiamentos e transações com empresas afiliadas, bem como a manutenção de, no mínimo, 100 pedidos firmes de novas aeronaves, em carteira, durante o prazo de vigência de determinado contrato.

Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa estava adimplente com todas essas cláusulas.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Fornecedores no exterior:				
Parceiros de risco (*)	662.055	301.550	662.055	301.550
Outros	344.975	722.700	466.400	800.217
Fornecedores no país	34.946	38.056	39.007	39.852
Sociedades controladas	52.173	96.763	-	-
	1.094.149	1.159.069	1.167.462	1.141.619

(*) Os parceiros de risco da Empresa desenvolvem e produzem componentes significativos da aeronave, incluindo motores, componentes hidráulicos, aviônica, asas, cauda, interior, partes da fuselagem, etc. Determinados contratos firmados entre a Empresa e esses parceiros de risco caracterizam-se por serem de longo prazo e incluem os seguintes termos:

- Diferimento de pagamentos para componentes e sistemas por um prazo negociado após a entrega destes.

- Requerimento de entrega mínima para um certo número de aeronaves da família do ERJ 145 variando de 250 a 400, dependendo do contrato. Caso a Empresa não venha a entregar o número mínimo de aeronaves contratualmente definido, terá de reembolsar proporcionalmente os fornecedores por seus custos de desenvolvimento e ferramental. Considerando-se o número de aeronaves já entregues, essa cláusula para a família do ERJ 145 foi cumprida. Para a família EMBRAER 170/190, não existe esse requerimento.

Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o programa de desenvolvimento e produção de aeronaves, é difícil substituí-los. Em alguns casos, como no dos motores, a aeronave é projetada especialmente para acomodar um determinado componente, o qual não pode ser substituído por outro fornecedor sem incorrer em atrasos e despesas adicionais significativas. Essa dependência torna a Empresa suscetível a desempenho, qualidade e condições financeiras de seus parceiros de risco.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Comando da Aeronáutica (a)	5.860	7.910	5.860	7.910
Outros seguros	15.243	16.233	15.263	16.262
Abatimentos comerciais (b)	11.743	24.164	11.743	24.164
Contribuição para plano de pensão	1.547	1.489	1.612	1.617
Contribuições de parceiros (c)	656.585	831.899	683.775	831.899
Créditos financeiros (d)	14.233	87.539	37.835	87.539
Controladas (e)	873.325	1.323.051	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-	18.388	-
Outras	42.746	26.469	53.170	49.728
	1.621.282	2.318.754	827.646	1.019.119
Menos- Circulante	785.340	1.177.813	100.011	177.558
Longo prazo	835.942	1.140.941	727.635	841.561

(a) Os montantes a serem pagos ao Comando da Aeronáutica representam materiais do AM-X a serem entregues.

(b) Os abatimentos comerciais referem-se a créditos em peças de reposição dados aos clientes, a título de incentivo às vendas de aeronaves.

(c) A Empresa possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Alguns contratos de fornecimento requerem que o fornecedor contribua com dinheiro para a Empresa como compensação de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Como parte desse acordo de fornecimento, essas contribuições estão atreladas ao cumprimento pela Empresa de algumas etapas importantes de desempenho, incluindo certificação da aeronave, primeira entrega e número mínimo de aeronaves entregues. A Empresa registra essas contribuições quando recebidas como passivo exigível a longo prazo, as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que esses objetivos sejam alcançados, esses valores serão abatidos dos custos de desenvolvimento das aeronaves.

(d) Os créditos financeiros referem-se a valores provisionados para compensar clientes por certos custos de financiamentos.

(e) Referem-se a valores de seguros de garantia financeira, comissões e saldo de conta corrente.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Moeda nacional	86.071	133.493	94.951	136.506
Moeda estrangeira	1.276.503	1.301.875	1.575.276	1.664.794
	1.362.574	1.435.368	1.670.227	1.801.300
Menos- Circulante	1.070.791	1.163.500	1.350.857	1.463.426
Longo prazo	291.783	271.868	319.370	337.874

Os adiantamentos de clientes em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial com base no dólar norte-americano. A segregação entre curto e longo prazos é efetuada com base nos prazos contratuais de entrega das respectivas aeronaves, peças, componentes e serviços.

19. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Composição

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Parcelamentos:				
INSS	45.950	49.313	47.059	50.955
Impostos correntes	46.684	42.314	56.825	51.931
	92.634	91.627	103.884	102.886
Menos- Circulante	51.479	46.974	62.507	57.320
Longo prazo	41.155	44.653	41.377	45.566

Os saldos de parcelamento de impostos e encargos sociais em 31 de dezembro de 2003 incluem juros de 1% ao mês, incorridos até a data e, para alguns casos, SELIC.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Vencimentos a longo prazo

	2003	
Ano	Controladora	Consolidado
2005	4.795	5.017
2006	4.795	4.795
2007	4.795	4.795
2008	4.795	4.795
2009	4.795	4.795
2010	4.795	4.795
2011	4.795	4.795
2012	4.795	4.795
2013	2.795	2.795
	41.155	41.377

20. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Folha de pagamento	95.759	98.130	121.066	126.158
Obrigações por benefícios de aposentadoria e pensão	-	-	7.273	11.644
Participação nos lucros e resultados	28.859	37.903	35.993	48.801
Garantia de produtos (a)	230.094	252.960	229.843	255.143
Melhoria de produtos (a)	124.831	152.738	124.038	152.738
Impostos sobre receitas a longo prazo	462	2.137	462	2.137
Provisão para perdas e obrigações contratuais	4.375	21.235	4.375	21.235
Assistência técnica/treinamento (b)	47.143	90.302	46.626	90.302
Perdas não realizadas com derivativos	164.734	32.135	164.734	32.135
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas (c)	100.580	80.692	-	-
Provisão para garantias financeiras (d)	-	-	159.911	50.775
Outras	3.750	11.127	4.224	35.712
	800.587	779.359	898.545	826.780

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Representam provisões relacionadas a produtos, incluindo garantia e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues, com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho, assumidos em contrato.

(b) Refere-se a gastos relacionados com a obrigação contratual de fornecer assistência técnica e treinamento aos mecânicos e membros da tripulação dos clientes para aeronaves já entregues.

(c) Refere-se à provisão para cobertura do passivo a descoberto das subsidiárias Embraer Credit Ltd. - ECL e Embraer Finance Ltd., que, em 31 de dezembro de 2003, apresentavam patrimônio líquido negativo (vide nota 11).

(d) Refere-se à provisão constituída para cobertura de eventuais perdas com garantias oferecidas aos clientes/agentes financiadores envolvidos na estrutura de vendas de aeronaves (vide nota 32).

21. CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Fiscais	899.246	691.580	906.581	695.803
Trabalhistas	37.415	10.916	38.162	11.526
Cíveis	-	-	3.973	3.619
	936.661	702.496	948.716	710.948
Menos- Circulante	872.267	667.340	872.267	667.439
Longo prazo	64.394	35.156	76.449	43.509

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contingências fiscais

A Empresa está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. A Empresa obteve liminar para não recolher ou compensar pagamentos de impostos e encargos e contribuições sociais, no montante de R$854.423, atualizado monetariamente pela SELIC. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final. Os principais processos de natureza fiscal em andamento são os que seguem:

a) Contribuições sociais - A Empresa está questionando a exigibilidade do Funrural, cobrança de multas moratórias, retenção e majoração da alíquota do INSS e da alíquota do seguro de acidente do trabalho. Esses processos encontram-se em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito no processo que questiona a majoração da alíquota do INSS é remota, e para os demais são considerados como possível e/ou provável.

b) Imposto de Renda - IR e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL - A Empresa está pleiteando a suspensão da exigibilidade da CSLL sobre exportações, direito à compensação do IR e da CSLL com os créditos do IPI referentes à aquisição de insumos isentos ou tributados à alíquota zero do IPI e à retenção do imposto de renda na fonte. O primeiro processo encontra-se na 2ª instância e os demais na esfera administrativa. A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como provável.

c) PIS/PASEP e COFINS - A Empresa está questionando a expansão da base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS. Esses processos encontram-se na 1ª e 2ª instâncias. Na opinião dos assessores jurídicos, o êxito nesses processos foi considerado como possível e/ou provável.

d) FUNDAF - Em outubro de 1999, as Autoridades Fiscais autuaram a Empresa pelo não-
-recolhimento da Contribuição para o Fundo para Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização - FUNDAF exigida pela Receita Federal quando do desembaraço alfandegário de materiais importados, a qual está questionando administrativamente a legalidade de tal contribuição. Na opinião dos assessores jurídicos, o êxito nesses processos foi considerado como possível.

e) Imposto de Importação e IPI devidos sobre materiais importados para dois simuladores de vôo, os quais deveriam ser exportados para se obter a suspensão de tais impostos. Devido a problemas do cliente, esses materiais foram exportados

após o período regulamentar. Outra contingência teve como origem a classificação fiscal dos equipamentos para montagem de cabine de pintura. As Autoridades Fiscais autuaram a Empresa, a qual atualmente está discutindo as condições de pagamento. Ambos os processos encontram-se na 1ª instância. Na opinião dos assessores jurídicos, a possibilidade de êxito nesses processos é considerada como possível.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam, individualmente, horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, perdas e danos, doença profissional, retroatividade de aumento salarial e reajuste salarial.

As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em junho de 1991 em nome de todos os funcionários que eram empregados na Empresa em novembro de 1990. Essa ação procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Empresa em janeiro e fevereiro de 1991. Até 31 de dezembro de 2003, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Empresa. Atualmente a Empresa está negociando com os empregados que não aderiram ao acordo. Outra ação reivindica a correção monetária dos Planos Verão e Collor sobre a multa de 40% do FGTS pagos aos empregados demitidos entre dezembro de 1988 e abril de 1990.

A exposição total dos processos é estimada em aproximadamente R$51.000. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Empresa e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado pela Administração.

Cíveis

Ação movida contra a controlada Indústria Aeronáutica Neiva Ltda., relativa ao contrato de "Garantia de Fornecimento de Aeronaves e Consórcio" celebrado com a Embraer pelo período de 1988 a 1997, no qual esta se obrigava a fornecer um número determinado de aeronaves, em um período estipulado, segundo configuração padronizada de série à época de sua fabricação, diretamente aos consorciados. A autora alega morosidade na entrega das aeronaves, o que provocou rescisão por parte dos consorciados, que exigiram a devolução das parcelas pagas, perdas financeiras em detrimento do aumento do prazo do consórcio e alterações de preços, além de redução na taxa de administração. A exposição máxima do processo é de aproximadamente R$7.946.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme parecer de nosso assessor jurídico, a possibilidade de perdas de parte do valor reclamado é provável e a controlada constituiu provisão no montante de R$3.973 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003.

Adicionalmente, a Empresa está envolvida em outros processos legais, todos em virtude do curso normal de suas operações. Na opinião da Administração, não se espera que qualquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Empresa.

Para alguns processos a Empresa mantém depósitos judiciais registrados no ativo realizável a longo prazo (vide nota 9).

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie gozam do direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia têm prioridade no reembolso do capital e dividendos 10% maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias.

O Conselho de Administração da Embraer, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciará as contas e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2003, aprovou os seguintes pagamentos de juros sobre o capital próprio, a título de dividendos antecipados:

Data da aprovação	Período-base	Valor	Valor por ação		Data do pagamento
			Ordinária	Preferencial	
16.06.03	1º semestre de 2003	76.699	0,100870	0,110950	15.08.03
12.12.03	2º semestre de 2003	118.501	0,155230	0,170750	15.01.04
		195.200			

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2003	2002
Lucro líquido do exercício	646.943	1.202.066
Reserva legal	(32.347)	(60.103)
Lucro líquido após a reserva legal	614.596	1.141.963
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	153.649	285.491
Dividendos propostos:		
Juros sobre o capital próprio	195.200	327.165
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(21.479)	(35.347)
Remuneração total dos acionistas	173.721	291.818
Pagamentos intermediários	(68.279)	(164.829)
Juros sobre o capital próprio a pagar (*)	105.442	126.989
Dividendos a pagar de anos anteriores	191	210
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	105.633	127.199
Valor dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias	0,2561	0,4312
Ações preferenciais	0,2817	0,4743

(*) Pagamentos efetuados em 15 de janeiro de 2004.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado está dividido em 500.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000.000 de ações preferenciais.

O capital social da Empresa, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2003, está representado por:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	242.544.447	785.865
Ordinária especial	1	-
Preferenciais	473.501.135	1.534.186
Total	716.045.583	2.320.051

b) Ação Ordinária Especial (“Golden Share”)

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A União Federal detém uma ação ordinária especial. Como detentora dessa ação, tem o mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias. Adicionalmente, a ação de classe especial tem poder de veto quanto às seguintes matérias:

i. Mudança de denominação da sociedade e objeto social.

ii. Alteração e/ou aplicação da logomarca da Empresa.

iii. Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil.

iv. Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares.

v. Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares.

vi. Transferência do controle acionário.

vii. Quaisquer mudanças nos poderes e direitos da ação de classe especial e na estrutura e composição do Conselho de Administração.

c) Composição acionária

	Quantidade				Sobre o capital total - %	
	Ordinárias		Preferenciais			
Acionistas	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	57.594.480	57.594.480	60.872.078	60.872.078	16,54	16,62
Fundação SISTEL de Seguridade Social	48.508.890	48.508.890	2.175.725	8.600.725	7,08	8,01
Cia. Bozano	48.509.220	48.509.220	18.786.588	23.968.612	9,40	10,17
Bozano Holdings, Ltd.	-	-	8.896.920	23.896.920	1,24	3,35
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	3.734.893	3.734.893	46.929.918	47.941.318	7,08	7,25
Dassault Aviation	13.744.186	13.744.186	1.953.132	1.953.132	2,19	2,20
Thomson CSF/Thales	13.744.186	13.744.186	1.953.132	1.953.132	2,19	2,20
EADS	13.744.186	13.744.186	1.953.132	1.953.132	2,19	2,20
SNECMA	7.276.332	7.276.332	1.034.010	1.034.010	1,16	1,17
União Federal	1.850.495	1.850.495	499.415	499.415	0,33	0,33
Outros	33.837.580	33.837.580	328.447.085	297.757.433	50,60	46,50
	242.544.448	242.544.448	473.501.135	470.429.907	100,00	100,00

Os conselheiros e diretores estatutários, como grupo, detêm 19 ações ordinárias e 3.260.306 ações preferenciais.

Outorga de opções de compra de ações da Embraer

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Assembléia Geral Extraordinária de 17 de abril de 1998 aprovou o "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer" a seus administradores e empregados, incluindo os empregados das subsidiárias. Esse Plano de Outorga está sujeito a restrições baseadas na continuidade do empregado na Empresa ou nas subsidiárias por, no mínimo, dois anos. O Comitê Gerenciador do Plano, criado nessa mesma data pelo Conselho de Administração, é responsável pela definição das regras e pela sua administração.

De acordo com os termos do Plano, 25.000.000 de ações preferenciais estão autorizadas a serem outorgadas. Ao final do terceiro e quarto anos subseqüentes à outorga das opções, os participantes terão direito de exercer 30% das opções, respectivamente, e os 40% restantes ao final do quinto ano, desde que os beneficiários ainda pertençam ao quadro de empregados da Empresa em cada data.

Até 31 de dezembro de 2003, foram feitas sete outorgas pelo Comitê Gerenciador do Plano equivalentes a 400 lotes de 50.000 ações cada um, perfazendo o montante total outorgado de 19.575.000 ações preferenciais, líquidas de 425.000 ações correspondentes a outorgas a indivíduos que deixaram de ter vínculo empregatício com a Empresa.

Considerando que o item 11.1 do "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer" previa o término das outorgas no prazo de cinco anos contados da data da primeira outorga de opções, o período para outorga foi encerrado em maio de 2003 com um saldo de 5 milhões de ações, que estão prescritas.

	Ações
Disponível para outorga em 17 de abril de 1998	25.000.000
Encerramento das outorgas em 31 de maio de 2003, conforme item 11.1 do "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer"	(5.000.000)
Total outorgado	20.000.000
Outorgado:	
1998	7.210.000
1999	5.265.000
2000	5.200.000
2001	1.900.000
Outorgas canceladas	425.000

Em decorrência da bonificação de 14,2106% de ações preferenciais por ação, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de março de 2002, o Comitê Gerenciador do Plano de Outorga de Compra de Ações da Embraer, autorizou a adição num total de 25.576 ações preferenciais para os participantes que já detinham o direito adquirido na data da referida Assembléia, nas mesmas condições aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária.

Para os demais participantes, foi dada a opção da bonificação de 14,2106% em ações preferenciais ao preço de R$14,99 por ação, tendo a adesão dos participantes totalizado o montante de 637.318 ações preferenciais.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos, a seguir, a movimentação das opções, já consideradas as incorporações das ações bonificadas:

	2003		2002	
	Opções	Preço médio outorgado - R$	Opções	Preço médio outorgado - R$
Posição no início do ano	13.131.581	8,98	14.815.000	7,63
Bonificação (1º de março de 2002)	-	-	25.576	-
Adesão à bonificação (1º de março de 2002)	-	-	637.318	14,99
Exercidas	(3.056.228)	3,77	(2.261.313)	1,76
Canceladas ou expiradas	(90.000)	13,51	(85.000)	8,73
Posição final do período	9.985.353	10,55	13.131.581	8,98
Exercíveis no final do período	2.031.660	6,78	809.918	3,56

As opções são outorgadas a um preço equivalente ao preço médio ponderado das ações preferenciais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo 60 dias antes do dia da outorga. O preço pode ser aumentado ou diminuído em 30% , como descrito no Plano do Comitê Gerenciador. Tal porcentagem é utilizada para corrigir qualquer flutuação não usual no preço de mercado durante esse período de 60 dias.

O plano termina cinco anos após a primeira outorga. Nenhum montante foi contabilizado como despesa para essas opções. A informação com relação à outorga de ações para a Administração e para os funcionários está apresentada na tabela a seguir:

Total de ações com opção de exercício, já incorporada a bonificação - posição em 31 de dezembro de 2003

Data da outorga	Direito ao exercício	Vencimento	Preço outorga em R$	Número de ações outorgadas
Novembro de 1998	Novembro de 2001	Novembro de 2005	-	3
Maio de 1999	Maio de 2002	Maio de 2006	1,65	45.000
Novembro de 1998 e 1999	Novembro de 2002	Novembro de 2005 e 2006	5,51	175.657
Maio de 1998, 1999 e 2000	Maio de 2003	Maio de 2005, 2006 e 2007	6,52	1.006.974
Novembro de 1998, 1999 e 2000	Novembro de 2003	Novembro de 2005, 2006 e 2007	7,67	804.026
Maio de 1999, 2000 e 2001	Maio de 2004	Maio de 2006, 2007 e 2008	8,64	3.087.863
Novembro de 1999 e 2000	Novembro de 2004	Novembro de 2006 e 2007	8,56	1.138.235
Maio de 2000 e 2001	Maio de 2005	Maio de 2007 e 2008	12,25	2.297.073
Novembro de 2000	Novembro de 2005	Novembro de 2007	13,85	565.367
Maio de 2001	Maio de 2006	Maio de 2008	22,03	865.155
Total de ações a serem exercidas				9.985.353

Os preços de outorga na tabela acima já contemplam os efeitos da bonificação de 14,21% de 1º de março de 2002.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Capitalização de reserva

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de março de 2002 foi aprovada a incorporação ao capital social do valor de R$362.205 da reserva para investimentos e capital de giro, sem emissão de ações e em benefício de todos os acionistas.

Ainda, a mesma Assembléia Geral Extraordinária aprovou também a incorporação ao capital social do montante de R$342.294, relativo à parte da reserva para investimentos e capital de giro, com emissão de 88.430.168 ações preferenciais, que foi atribuído a todos os acionistas titulares de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Empresa na proporção de suas respectivas participações no capital social naquela data, sendo atribuída 0,142106 ação a cada ação existente.

As ações preferenciais atribuídas em bonificação têm as mesmas características das demais ações preferenciais existentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de março de 2003, aprovou o aumento de capital sem emissão de ações, com a incorporação da reserva para investimento e capital de giro no montante de R$658.712. Esse aumento foi homologado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2003.

Reserva legal

As empresas brasileiras são requeridas a apropriar, no mínimo, 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, sendo esta limitada a 20% do capital social integralizado ou à soma dessas reservas mais as reservas de capital limitadas a 30% do capital social. A partir de então, essas apropriações não são compulsórias. Essa reserva pode ser utilizada somente para aumentar o capital social ou compensar prejuízos acumulados.

Reserva de capital

Refere-se a ágio na subscrição de ações, incentivos fiscais de imposto de renda relativos a: Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI, atividades culturais e artísticas, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, e atividade audiovisual.

Destinação do lucro líquido

A Administração proporá na Assembléia Geral Ordinária a retenção do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, no montante de R$419.426, como "Reserva para investimentos e capital de giro", para assegurar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos jatos da família EMBRAER 170/190, novas tecnologias, processos e modelos de gestão visando ao aumento dos resultados da Empresa, na capacitação e produtividade e investimentos em empresas controladas.

24. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Contribuição definida

A Empresa e suas subsidiárias patrocinam um plano de pensão fechado de contribuição definida para seus empregados. Para as empresas sediadas no país, o plano está sendo administrado pelo Banco do Brasil S.A. A contribuição da Empresa para o plano durante os anos 2003 e 2002 foi de R$15.131 e R$11.729 (R$17.612 e R$13.969 no consolidado), respectivamente.

Benefício definido

A Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH patrocinava um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus empregados, além de um plano médico pós-aposentadoria, cujos custos esperados de pensão e prestação de benefício médico pós-aposentadoria para os empregados beneficiários e seus dependentes vinham sendo provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais.

Através de termo aditivo, todos os benefícios foram congelados em 31 de dezembro de 2003, sendo o benefício proporcional integralmente provisionado. Em conseqüência, a provisão das obrigações futuras do plano foi reduzida em R$22.327.

Para os empregados admitidos a partir de 1º de outubro de 2001, o plano de aposentadoria complementar é de contribuição definida.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As variações das obrigações de benefícios, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, são as seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2003	2002	2003	2002
Saldo inicial	57.365	24.052	16.785	11.063
Variação cambial	(10.457)	12.571	(3.061)	5.783
Custo do serviço corrente	5.837	5.302	1.661	1.270
Custo dos juros	2.758	2.893	971	918
Complemento do plano	16	1.144	(1.997)	-
Reestruturação do plano	(22.327)	-	-	-
Perda (ganho) atuarial	(3.558)	13.081	194	(1.829)
Benefícios pagos aos participantes	(6.624)	(1.678)	(394)	(420)
Contribuições dos participantes	-	-	35	-
Saldo final das obrigações acumuladas	23.010	57.365	14.194	16.785

As variações dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, são as seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2003	2002	2003	2002
Valor justo inicial dos ativos do plano	29.134	13.947	6.355	4.662
Variação cambial	(5.311)	7.289	(1.158)	2.437
Contribuições do empregador	3.523	10.600	-	-
Retorno do investimento do plano	4.045	(1.024)	733	(324)
Contribuições dos participantes	-	-	35	-
Benefícios pagos aos participantes	(6.623)	(1.678)	(395)	(420)
Valor justo final dos ativos do plano	24.768	29.134	5.570	6.355

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As provisões do custo de benefícios, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, são as seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2003	2002	2003	2002
Superávit (déficit) acumulado	1.757	(28.231)	(8.624)	(10.430)
Obrigações de transição não reconhecidas	-	172	-	-
Custo dos serviços passados não reconhecidos	-	2.260	(1.933)	(83)
Perdas atuariais não reconhecidas	-	22.432	1.558	2.236
Benefício provisionado	1.757	(3.367)	(8.999)	(8.277)

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são as seguintes:

	%			
	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2003	2002	2003	2002
Taxa de desconto	6,25	6,75	6,50	7,25
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	7,75	7,75	7,75	7,75
Aumento futuro de benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos líquidos dos benefícios periódicos, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, são os seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2003	2002	2003	2002
Custo do serviço	5.837	5.302	1.660	1.270
Custo dos juros	2.758	2.893	971	918
Rendimento esperado sobre ativos	(1.937)	(1.737)	(387)	(536)
Amortização das obrigações de transição não reconhecidas	108	133	-	-
Amortização do custo do serviço passado não reconhecido	126	159	(132)	(25)
Amortização das perdas atuariais	892	-	-	-
Efeito da reestruturação	(8.250)	202	119	88
Custo líquido dos benefícios periódicos	(466)	6.952	2.231	1.715

25. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Empresa tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus empregados que está vinculada a um plano de ação, ao pagamento de dividendos aos acionistas e ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. O valor da PLR é equivalente a 25% dos dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP creditados aos acionistas. Desse montante, 30% são distribuídos em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário. Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa registrou uma provisão para participação nos lucros no montante de R$45.991 (R$58.937 no consolidado).

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Provisão para contingências	(31.072)	(18.141)	(31.240)	(21.859)
Modificações de produtos	(303)	(2.601)	(303)	(2.601)
Gastos com implantação de Gavião Peixoto	(2.536)	(10.368)	(2.536)	(10.368)
Treinamento e desenvolvimento profissional	(39.636)	(37.056)	(39.636)	(37.056)
Recuperação de seguros	1.932	208	1.932	223
Multas contratuais	51.195	12.997	51.195	13.211
Reembolso de despesas	6.330	3.897	7.009	16.131
Estudos de projetos	(52.405)	(73.768)	(71.510)	(153.040)
Provisão para valor de mercado	-	-	(28.677)	-
Vendas diversas	7.902	5.798	8.197	5.933
Outras	(3.103)	(4.503)	(9.465)	(12.130)
	(61.696)	(123.537)	(115.034)	(201.556)

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Despesas financeiras:				
Juros e comissões sobre financiamentos	(135.050)	(67.243)	(149.786)	(86.002)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(130.265)	(59.505)	(130.822)	(59.505)
CPMF	(36.558)	(33.893)	(37.365)	(34.586)
Juros sobre impostos parcelados	(1.370)	(2.903)	(1.654)	(3.024)
Seguro de crédito	(13.527)	(5.920)	(13.527)	(5.920)
Despesas com estruturação financeira	(2.001)	(4.685)	(2.227)	(16.948)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras e variação cambial	(42.823)	(110.977)	(43.224)	(111.275)
Outras	(8.086)	(14.517)	(11.005)	(16.442)
	(369.680)	(299.643)	(389.610)	(333.702)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	276.487	244.615	292.130	253.438
Juros	20.516	17.829	28.456	52.755
Outras	15.538	9.338	23.576	18.874
	312.541	271.782	344.162	325.067

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Variações cambiais:				
Ativas:				
Contas a receber	(1.104.731)	1.048.627	(1.063.043)	1.064.517
Operações com derivativos	-	73.937	-	73.937
Adiantamentos a fornecedores	(38.739)	63.164	(69.114)	63.530
Ganho (perda) na conversão dos investimentos no exterior	(32.223)	127.229	(32.223)	127.229
	(1.175.693)	1.312.957	(1.164.380)	1.329.213
Passivas:				
Adiantamentos de clientes	248.994	(531.989)	289.709	(532.368)
Financiamentos	359.558	(546.744)	367.485	(552.505)
Fornecedores	236.295	(329.319)	233.941	(331.104)
Contas a pagar	203.841	(351.125)	203.254	(368.656)
Operações com derivativos	(289.570)	-	(289.570)	-
Outras contas a pagar	49.585	(63.496)	49.407	(79.913)
	808.703	(1.822.673)	854.226	(1.864.546)
Variações cambiais, líquidas	(366.990)	(509.716)	(310.154)	(535.333)
Variações monetárias:				
Ativas:				
Crédito de impostos	1.764	-	1764	-
Contas a receber	141	39	141	39
Outras contas a receber	-	1.075	-	1.075
Outras	-	182	(9)	209
	1.905	1.296	1.896	1.323
Passivas:				
Financiamentos	(2.551)	(2.781)	(3.174)	(2.992)
Adiantamentos de clientes	-	(618)	-	(618)
Processos trabalhistas	(327)	(304)	(430)	(304)
Outras	(29)	-	(190)	-
	(2.907)	(3.703)	(3.794)	(3.914)
Variações monetárias, líquidas	(1.002)	(2.407)	(1.898)	(2.591)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(367.992)	(512.123)	(312.052)	(537.924)

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Baixa do diferido	(233)	(3.289)	(233)	(4.593)
Resultado na baixa de imobilizado	5.099	335	(696)	2.180
Provisão para perdas com incentivos fiscais	-	(1.807)	-	(1.807)
Aluguel do imobilizado	1.638	-	2.394	-
Despesas com cancelamento de contratos (*)	-	-	(49.440)	-
Outras	(628)	(29)	1.846	(355)
	5.876	(4.790)	(46.129)	(4.575)

(*) Refere-se ao ajuste pela retomada de aeronaves relativas ao cancelamento do contrato com a Indigo

30. CRÉDITOS FISCAIS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2003, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais não há prazo-limite para utilização eram compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1993	-	-	14.869	8.453
1994	-	-	5.499	-
1995	-	-	1.237	2
1996	-	-	2.667	1.774
1997	-	-	3.131	2.913
1998	-	-	13	13
1999	-	-	81	81
2000	-	-	19	19
2001	-	-	4.821	-
2002	-	-	77.674	-
2003	9.618	177.626	61.891	177.626
	9.618	177.626	171.902	190.881

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Impostos diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais a compensar	2.405	-	42.976	39.246
Base negativa de contribuição social	15.986	-	17.179	1.598
Créditos não reconhecidos	-	-	(35.133)	(35.059)
Prejuízos fiscais a compensar	18.391	-	25.022	5.785
Diferenças temporais:				
Provisão para contingências fiscais exceto imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	144.712	99.019	145.105	101.136
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	12.721	3.711	15.220	6.007
Provisão sobre estoques	29.980	36.520	45.923	50.673
Provisão para perdas do diferido	-	547	-	547
Provisão para garantia de produtos	78.232	86.006	79.194	87.020
Provisão para realização de investimentos	35.485	28.723	35.485	28.723
Provisão para não-realização de créditos de impostos	9.543	7.420	9.543	7.420
Provisão para perdas em contratos	1.488	7.220	1.488	7.220
Provisão para assistência técnica/treinamento	16.029	30.703	16.029	30.703
Provisão para melhoria de produtos	42.443	51.931	42.443	51.931
Previdência privada	-	-	2.444	4.031
Provisão para devedores duvidosos	1.955	1.462	1.967	1.485
Provisão sobre folha de pagamento	2.100	4.799	6.373	7.030
Provisão sobre lucros não realizados	-	-	50.498	19.730
Provisão para redução ao valor de mercado	-	1.986	-	1.986
Outras	36.548	29.252	38.844	36.399
	411.236	389.299	490.556	442.041
Total do ativo	429.627	389.299	515.578	447.826
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporais:				
Reavaliação do imobilizado	(18.621)	(19.248)	(18.621)	(19.249)
Reserva de correção monetária especial - IPC	(8.254)	(8.735)	(8.254)	(8.735)
Pesquisa e desenvolvimento	(276.375)	-	(279.638)	-
Contratos com Governo	(1.167)	(1.387)	(1.167)	(1.387)
Depreciação acelerada	(1.590)	(2.128)	(7.415)	(5.141)
Outros	-	-	(3.806)	(229)
Total do passivo	(306.007)	(31.498)	(318.901)	(34.741)
Impostos diferidos ativos, líquidos	123.620	357.801	196.677	413.085

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme previsto na Instrução CVM nº 371/02, a expectativa de realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 2003 é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2004	225.530	296.815
2005	17.832	20.753
2006	950	(199)
2007	(4.216)	(4.216)
2008	(16.447)	(16.447)
2009 a 2010	(50.733)	(50.733)
2011 a 2012	(36.448)	(36.448)
Após 2012	(12.848)	(12.848)
Total	123.620	196.677

Os ativos de impostos diferidos líquidos apresentados anteriormente estão refletidos nas demonstrações financeiras como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Impostos diferidos ativos:				
Circulante	258.469	290.280	333.397	332.704
Longo prazo	171.158	99.019	182.181	115.122
	429.627	389.299	515.578	447.826
Impostos diferidos passivos:				
Circulante	(32.939)	-	(36.582)	-
Longo prazo	(273.068)	(31.498)	(282.319)	(34.741)
	(306.007)	(31.498)	(318.901)	(34.741)
	123.620	357.801	196.677	413.085

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Imposto diferido ativo:				
Sobre prejuízos fiscais:				
Compensação de prejuízos fiscais no ano	-	(32.081)	-	(10.919)
Prejuízos fiscais correntes reconhecidos	18.391	-	19.311	-
Aumento dos créditos não reconhecidos	-	-	(74)	(23.330)
	18.391	(32.081)	19.237	(34.249)
Diferenças temporais:				
Adições	-	113.163	-	135.369
Reversões	(252.572)	-	(235.645)	-
	(252.572)	113.163	(235.645)	135.369
Provisão para imposto de renda corrente	(31.184)	(510.499)	(33.418)	(531.461)
Despesa total de imposto de renda	(265.365)	(429.417)	(249.826)	(430.341)

A despesa de imposto de renda do exercício de 2002 inclui incentivos fiscais no montante de R$14.331.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos a reconciliação da despesa de imposto de renda:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Lucro antes da provisão para imposto de renda	717.108	1.304.318	643.123	1.287.038
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	243.817	443.468	218.662	437.593
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	30.049	55.340	-	-
Perda na conversão de investimentos estrangeiros	22.904	21.094	22.904	21.094
Despesas indedutíveis	2.882	4.645	2.882	5.591
Outras	3.893	1.431	9.796	5.169
	59.728	82.510	35.582	31.854
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(27.494)	(18.064)	-	-
Ganho na conversão de investimentos estrangeiros	(11.705)	(64.352)	(11.705)	(64.352)
Reversão IPC/BTNF/correção monetária	-	(9.263)	-	(9.263)
Outras	(29)	(458)	(11)	-
	(39.228)	(92.137)	(11.716)	(73.615)
Outros itens:				
Amortização de ágio	-	-	2.006	2.006
Estorno de imposto de renda sobre lucros não disponibilizados no exterior	-	(4.424)	-	-
Diferenças de alíquotas controladas no exterior	-	-	4.895	10.899
Juros sobre o capital próprio de subsidiárias eliminado no consolidado	-	-	(725)	(1.726)
Outros	1.048	-	1.048	-
	1.048	(4.424)	7.224	11.179
Subtotal	265.365	429.417	249.752	407.011
Créditos fiscais não reconhecidos no exercício	-	-	74	23.330
Despesa de imposto registrado na demonstração do resultado	265.365	429.417	249.826	430.341

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados através de informações disponíveis no mercado e de aplicação de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como conseqüência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa tinha os seguintes instrumentos financeiros:

1) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

2) Investimentos:

Consistem principalmente de controladas e coligadas, registrados pelo método de equivalência patrimonial ou pelo custo corrigido, as quais têm interesse estratégico para as operações da Empresa. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

3) Financiamentos:

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na Nota 14. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros que estão disponíveis para a Empresa para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	Consolidado	
	2003	2002
Valor patrimonial	3.016.372	1.999.885
Valor de mercado	2.991.304	1.941.645

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco com taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa tinha R$3.016.372 em empréstimos e financiamentos cuja indexação é descrita a seguir:

	2003	2002
Em moeda estrangeira:		
Juros fixos	1.623.537	760.611
Juros flutuantes (i)	1.326.456	1.154.045
	2.949.993	1.914.656
Em moeda nacional:		
Juros flutuantes (ii)	66.379	85.229

(i) LIBOR para dólar norte-americano e JIBOR para iene japonês.

(ii) TJLP.

Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às operações ativas, a Empresa introduziu, a partir de julho de 2002, um sistema de mensuração de risco de mercado associado às aplicações financeiras, utilizando o método "value-at-risk" (VAR), que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade das aplicações.

b) Risco com taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entretanto, tendo em vista que aproximadamente 97% do faturamento da Empresa no período foi em dólares norte-americanos e que tal fato não deverá se alterar nos próximos anos, a estratégia principal é com o objetivo de o faturamento atuar como um "hedge" natural para suas operações passivas também denominadas em moeda estrangeira.

A análise dos valores sujeitos a riscos cambiais é realizada com base no fluxo de caixa projetado, sendo os eventuais descasamentos trabalhados pontualmente e as captações denominadas em moeda estrangeira podendo ser objeto de operações derivativas, de acordo com a estratégia da Empresa, descrito no item c) a seguir.

O quadro a seguir demonstra a exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades com e sem os efeitos das operações de derivativos, fornecedores e clientes:

	Consolidado			
	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	2003	2002	2003	2002
Empréstimos e financiamentos:				
Real	66.379	85.229	732.042	1.131.089
Dólar norte-americano	2.537.747	1.377.109	2.259.567	868.796
Euro	24.763	-	24.763	-
Iene japonês	387.483	537.547	-	-
	3.016.372	1.999.885	3.016.372	1.999.885
Fornecedores:				
Real	39.007	39.852	39.007	39.852
Dólar norte-americano	1.102.240	1.074.034	1.102.240	1.074.034
Euro	15.884	19.454	15.884	19.454
Outras moedas	10.331	8.279	10.331	8.279
	1.167.462	1.141.619	1.167.462	1.141.619
Total (1)	4.183.834	3.141.504	4.183.834	3.141.504

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	2003	2002	2003	2002
Disponibilidades:				
Real	2.581.319	1.328.604	2.581.319	1.328.604
Dólar norte-americano	1.067.882	989.024	1.067.882	989.024
Euro	5.658	2.039	5.658	2.039
Outras moedas	3.745	1.001	3.745	1.001
	3.658.604	2.320.668	3.658.604	2.320.668
Clientes:				
Real	31.285	29.084	31.285	29.084
Dólar norte-americano	961.664	2.369.819	961.664	2.369.819
Euro	45.500	53.386	45.500	53.386
Outras moedas	1.704	877	1.704	877
	1.040.153	2.453.166	1.040.153	2.453.166
Total (2)	4.698.757	4.773.834	4.698.757	4.773.834
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(2.507.218)	(1.232.607)	(1.841.555)	(186.747)
Dólar norte-americano	1.610.441	(907.700)	1.332.261	(1.416.013)
Iene japonês	387.483	537.547	-	-
Euro	(10.511)	(35.971)	(10.511)	(35.971)
Outras moedas	4.882	6.401	4.882	6.401

c) Derivativos:

Os instrumentos derivativos contratados pela Empresa têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos de variação cambial e de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2003, eles consistem de "swaps" de moeda estrangeira, conforme tabela a seguir.

						Ganho (perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Valor contábil 2003	Valor de mercado 2003
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	R$	71.930	86,17% do CDI	(16.690)	(20.917)
Financiamento de importação	"Swap"	US$	R$	641.739	75,07% do CDI	(148.044)	(129.771)
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	US$	311.559	4,44% a.a.	8.150	6.635
Total						(156.584)	(144.053)

						Ganho (perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Valor contábil 2002	Valor de mercado 2002
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	R$	354.708	76,59% do CDI	69.687	71.373
Financiamento de importação	"Swap"	US$	R$	554.612	89,84% do CDI	27.865	134.995
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	US$	67.340	5,80% a.a.	3.403	(784)
Contas a receber	NDF	US$	R$	180.890	-	(31.306)	(30.123)
Total						69.649	175.461

d) Risco de crédito:

A Empresa pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto ao contas a receber oriundo de faturamento de aeronaves, a Empresa pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não é finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Empresa atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com a realização.

32. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Empresa está sujeita a recompras de um número de aeronaves vendidas sob contratos de venda, que dão direito ao cliente de vender a aeronave de volta à Empresa no futuro, conforme regras definidas de preços. Tais opções de venda poderão ser exercidas em diferentes períodos entre 2004 e 2006, de acordo com a decisão do cliente. O preço por aeronave sob o contrato de recompra é inferior ao preço de venda original da aeronave e menor do que a estimativa da Administração para o valor de mercado futuro da aeronave durante o período de exercício conforme avaliado na data da venda. Se a Empresa for requerida a recomprar todas as aeronaves relativas à cláusula de recompra, poderá ser requerida a pagar aproximadamente US$500 milhões por essas aeronaves. Com base na estimativa da Empresa e em laudos de avaliação de terceiros relativos aos valores justos projetados das aeronaves, a Administração acredita que qualquer aeronave recomprada poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas materiais.

A Empresa está sujeita a opções de "trade-in" para 31 aeronaves firmes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado da Empresa. O preço de "trade-in" é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. A Empresa continua a monitorar todos os compromissos de "trade-in" para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Empresa e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencial aceita sob "trade-in" poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

A empresa ECC Leasing Co. Ltd. tem como objetivo gerenciar e recomercializar exclusivamente a carteira de aeronaves usadas recebidas em operações de "trade-in" e de obrigações de recompra, além de prestar o serviço de recomercialização para terceiros ligado a campanhas de vendas.

Garantias financeiras podem ser acionadas caso os clientes não cumpram o pagamento de suas obrigações durante o prazo de financiamento definido nos respectivos contratos. As garantias financeiras fornecem suporte à parte garantida para minimizar as perdas de inadimplência. As aeronaves correspondentes estão penhoradas para essas garantias. Os valores das aeronaves vinculados podem ser afetados adversamente devido às crises econômicas. No caso de inadimplência, a Empresa normalmente atua como agente para a parte garantida para reforma e recomercialização da aeronave vinculada. A Empresa pode ter direito a um honorário pelos serviços de

recomercialização. Tipicamente, o pedido de indenização da garantia deverá ser feito somente no caso de desistência da aeronave vinculada, para a sua recomercialização.

A Garantia de Valor Residual fornece a terceiros um valor específico do ativo garantido, geralmente, ao final do contrato de financiamento. No caso de uma redução no valor de mercado do ativo vinculado, a Empresa deverá suportar a diferença entre o valor específico garantido e o valor justo de mercado. A exposição da Empresa é minimizada pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas. O valor garantido tipicamente varia de 18% a 25% do preço de venda do 10º ao 15º ano após a entrega. A Administração, com base em avaliação de terceiros, entende que o valor mínimo residual atualmente pode exceder o valor de avaliação de algumas aeronaves já entregues. Entretanto, a Administração acredita que, considerando o potencial de recuperação do mercado e a melhoria de condições de financiamento no prazo de 15-16 anos, não incorrerá em perda relevante.

A Empresa efetua pagamentos de prêmios para sua controlada de seguro cativo para assumir tais obrigações. O montante do prêmio é considerado suficiente para cobrir as estimativas da Empresa de pagamentos futuros, que poderá incorrer como parte do cumprimento de suas obrigações de garantia.

A Empresa desenvolveu uma metodologia de avaliação estocástica para as garantias financeiras e do valor residual e implementou um modelo, o qual permite um monitoramento da carteira de garantias e uma administração ativa do risco associado. Tal metodologia demanda uma constante análise de tendências dos valores dos ativos e sua volatilidade intrínseca, assim como um constante monitoramento de crédito.

Considerando a volatilidade da indústria de transporte aéreo e o seu impacto nas nossas premissas atuais de valor futuro de mercado das aeronaves e da avaliação de crédito das companhias aéreas, a Empresa possui registrado uma provisão de R$158.830 na ECC Insurance para a cobertura das garantias financeiras relacionadas às aeronaves entregues até 31 de dezembro de 2003.

Geralmente, as vendas de aeronaves são acompanhadas por garantias-padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados pela Empresa. Despesas com garantia relacionadas a aeronaves e peças são reconhecidas no momento da venda com base nos valores de custos estimados de garantia a incorrer, tipicamente expressos como um percentual da venda. Essas estimativas são baseadas em fatores que incluem, entre outros, histórico de reclamações com garantia e experiência de custos, cobertura de garantias de fornecedores, tipo e duração da cobertura da garantia e o volume e mix de aeronaves vendidas e em serviço. O período de cobertura da garantia geralmente varia de dois a cinco anos.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Alguns contratos de venda contêm cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subseqüente à entrega baseado em metas operacionais predeterminadas. Se aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Empresa pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Empresa.

A subsidiária Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH é responsável por arrendamentos operacionais não cancelável de terrenos e equipamentos. Esses arrendamentos expiram em várias datas até 2020.

As instalações da controlada Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS estão localizadas em um terreno alugado através de um arrendamento mercantil, cujo prazo de vigência do contrato expira no ano 2020.

A Empresa possui contratos de arrendamento mercantil para terrenos, equipamentos de informática e veículos, cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2004	18.346	22.951
2005	7.241	11.233
2006	3.293	5.268
2007	-	1.271
2008	-	1.286
Após	-	11.680
Total	28.880	53.689

33. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2003, a cobertura de seguros contratada com terceiros é de R$7.433.835, sendo os valores considerados suficientes para os riscos envolvidos. Esse valor não inclui seguros de veículos cuja cobertura é pelo valor de mercado.

Ramo	Importância segurada
Incêndio	1.753.769
Aeronáutico	2.040.678
Responsabilidade civil	3.639.388

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	646.943	1.202.066	587.653	1.179.175
Itens que não afetam o caixa:				
Equivalência patrimonial	7.513	109.636	(146)	(1.373)
Ganho na participação acionária	(45)	(46)	-	-
Perdas (ganhos) na conversão dos investimentos no exterior	32.938	(127.229)	32.938	(127.229)
Participação dos minoritários	-	-	1.697	6.717
Depreciações e amortizações	117.387	152.954	160.499	191.294
Baixa de ativo diferido	233	3.289	2.765	4.593
Perdas (ganhos) na alienação de ativo permanente	(5.099)	302	696	3.236
Juros sobre parcelamentos de impostos, debêntures, financiamentos e outros	115.301	58.323	122.075	59.621
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(360.500)	512.614	(246.518)	510.018
Provisão para perdas	2.709	(2.126)	33.032	8.237
Provisão para obsolescência	(9.137)	37.915	10.413	64.057
Provisão para redução de valor de mercado	(5.839)	(39.808)	(5.157)	(40.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	234.181	(81.082)	216.408	(101.120)
Provisão para contingências	10.804	18.141	13.820	21.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.449	523	(16.408)	31.371
	788.838	1.845.472	913.767	1.810.171
MUDANÇAS NOS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES				
Contas a receber	1.220.042	(760.727)	1.403.714	(920.127)
Estoques	(466.690)	(86.560)	(525.691)	(452.300)
Despesas pagas antecipadamente	(2.574)	(154.618)	(11.846)	(11.402)
Impostos a recuperar	(54.790)	10.314	(40.044)	(4.281)
Outras contas a receber	486.938	(544.557)	487.925	(540.215)
Fornecedores	(64.920)	558.668	25.843	525.904
Impostos a recolher	9.091	56.712	10.433	62.044
Provisões diversas	1.547	233.211	72.074	322.970
Adiantamentos de clientes	(92.709)	320.364	(112.569)	581.666
Contingências	204.927	394.985	204.828	395.084
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(162.437)	50.926	(168.919)	61.610
Outras contas a pagar	(392.681)	669.097	(77.855)	34.562
	685.744	747.815	1.267.893	55.515
MUDANÇAS NOS ATIVOS E PASSIVOS DE LONGO PRAZO				
Contas a receber	(91.839)	(1.502.904)	9.299	(9.956)
Impostos a recuperar	752	1.563	226	1.277
Outras contas a receber	(9.600)	16.949	(117.056)	346.875
Estoques	-	-	12.104	(19.647)
Despesas pagas antecipadamente	164.417	(603.776)	(4.384)	(65.594)
Contas a pagar	(308.985)	391.193	(140.169)	90.653
Adiantamentos de clientes	19.915	67.875	(18.504)	90.534
Impostos a recolher	(4.722)	(4.587)	(5.596)	(4.608)
Contingências	18.434	(3.900)	19.120	(4.181)
Participação minoritária	-	-	11.158	30
	(211.628)	(1.637.587)	(233.802)	425.383

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA **60.208.493/0001-81**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.262.954	955.700	1.947.858	2.291.069
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Venda de imobilizado	5.901	769	7.915	1.126
Depósitos e empréstimos compulsórios	(50.390)	(47.170)	(723.576)	(378.517)
Adições ao imobilizado	(74.970)	(101.674)	(443.002)	(271.217)
Adições ao diferido	(494.637)	(348.139)	(506.267)	(349.235)
Adições ao investimento	(369.839)	(75.446)	-	-
Incentivos fiscais	581	14.356	581	14.356
CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(983.354)	(557.304)	(1.664.349)	(983.487)
ATIVIDADES FINANCEIRAS				
Financiamentos pagos	(1.266.339)	(2.477.893)	(1.467.310)	(3.118.908)
Novos financiamentos obtidos	2.491.890	2.059.028	2.737.828	2.616.823
Pagamento de parcelamentos de impostos	(4.733)	(44.601)	(5.550)	(45.250)
Títulos e valores mobiliários	(30.866)	-	(30.866)	-
Depósitos em garantia	-	(4)	-	(206.168)
Dividendos pagos	(39)	(100.211)	(248)	(102.228)
Juros sobre o capital próprio	(216.727)	(251.128)	(217.202)	(253.097)
Dividendos recebidos de controladas	1.260	1.282	-	-
Contribuição de parceiros	3.987	378.827	26.242	378.827
Aumento de capital	11.533	3.969	11.533	3.969
CAIXA GERADO PELAS (USADO NAS) ATIVIDADES FINANCEIRAS	989.966	(430.731)	1.054.427	(726.032)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO DISPONÍVEL	1.269.566	(32.335)	1.337.936	581.550
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.307.675	1.340.010	2.320.668	1.739.118
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	2.577.241	1.307.675	3.658.604	2.320.668

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO CONSOLIDADO
(Em milhões de reais)

	2003	2002
Vendas líquidas por área geográfica		
Américas, exceto Brasil:		
Regional	4.437,1	5.353,5
Defesa	342,3	55,2
Corporativo	577,6	298,3
Outros negócios	236,7	270,3
	5.593,7	5.977,3
Europa:		
Regional	201,6	807,8
Defesa	161,6	264,0
Corporativo	106,2	198,2
Outros negócios	207,6	172,6
	677,0	1.442,6
Outros:		
Regional	-	153,5
Defesa	2,1	-
Outros negócios	2,6	6,5
	4,7	160,0
Brasil:		
Defesa	240,1	121,7
Outros negócios	55,1	46,5
	295,2	168,2
Total	6.570,6	7.748,1
Resultado bruto por segmento		
Vendas líquidas:		
Regional	4.638,7	6.314,8
Defesa	746,1	440,9
Corporativo	683,8	496,5
Outros negócios	502,0	495,9
	6.570,6	7.748,1
Custo das vendas:		
Regional	(2.880,5)	(3.403,3)
Defesa	(606,9)	(221,1)
Corporativo	(539,7)	(319,8)
Outros negócios	(192,7)	(349,5)
	(4.219,8)	(4.293,7)

Margem bruta:		
Regional	1.758,2	2.911,5
Defesa	139,2	219,8
Corporativo	144,1	176,7
Outros negócios	309,3	146,4
	2.350,8	3.454,4

36. INFORMAÇÕES SOBRE ENTIDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - EPE

Algumas transações de venda da Empresa são estruturadas através de Entidades de Propósito Específico - EPE, que são veículos de captação de recursos no mercado para a aquisição de aeronaves, e pagam à Empresa o preço total de aquisição destas, arrendando-as para o cliente final.

O envolvimento da Empresa nessas EPE consiste em garantias financeiras dadas em favor de instituições financeiras ou investidores, viabilizando essas estruturas de venda, conforme descrito nas notas 9(c) e 20(d).

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, visando à convergência com as normas internacionais de contabilidade, elaborou uma minuta de instrução, que se encontra em audiência pública, promovendo a discussão sobre a inclusão de EPE nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em razão de ser listada na bolsa de Nova Iorque, a Empresa é obrigada a arquivar na *Securities Exchange Commission* - SEC e na CVM demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis norte-americanos, os quais abordam a questão das EPE. Tendo em vista eventuais diferenças entre as informações divulgadas aos mercados brasileiro e norte-americano, a Empresa aguarda a finalização da referida discussão para avaliar todos os efeitos e a inclusão de eventuais informações adicionais em suas demonstrações financeiras pela legislação societária.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	**EMBRAER EMP BRAS AERON SA**	**60.208.493/0001-81**
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170				Putim	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
12227-901	São J. Campos				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
12	3927-1216	3927-3953	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
12	3927-6070	-	-		
15 - E-MAIL					
control@embraer.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Antonio Luiz Pizarro Manso					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170				Putim	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
12227-901	São J.Campos				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
12	3927-1216	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
12	3927-6070	-	-		
16 - E-MAIL					
investor.relations@embraer.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2004	31/12/2004
2 - Penúltimo	01/01/2003	31/12/2003
3 - Antepenúltimo	01/01/2002	31/12/2002

4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes	00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Domingos do Prado	022.486.308-83

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2004	2 31/12/2003	3 31/12/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	242.544.448	242.544.448	242.544.448
2 - Preferenciais	475.797.420	473.501.135	470.429.907
3 - Total	718.341.868	716.045.583	712.974.355
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 107 - Máquinas,Equip,Veículos,peças
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Produção de Aeronaves
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	12/03/2004	Juros Sobre Capital Próprio	08/04/2004	ON	0,1322300000
02	RCA	12/03/2004	Juros Sobre Capital Próprio	08/04/2004	PN	0,1454500000
03	RCA	25/06/2004	Juros Sobre Capital Próprio	15/07/2004	ON	0,2092300000
04	RCA	25/06/2004	Juros Sobre Capital Próprio	15/07/2004	PN	0,2301500000
05	RCA	20/09/2004	Juros Sobre Capital Próprio	15/10/2004	ON	0,2091300000
06	RCA	20/09/2004	Juros Sobre Capital Próprio	15/10/2004	PN	0,2300500000
07	RCA	17/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio	14/01/2005	ON	0,2142700000
08	RCA	17/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio	14/01/2005	PN	0,2357000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
17/03/2005	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	13.921.690	12.894.185	11.939.468
1.01	Ativo Circulante	6.992.818	6.831.124	6.750.288
1.01.01	Disponibilidades	1.672.964	2.577.241	1.307.675
1.01.02	Créditos	1.356.121	930.707	2.152.198
1.01.02.01	Clientes	1.356.121	930.707	2.152.198
1.01.03	Estoques	3.419.448	2.619.082	2.137.416
1.01.04	Outros	544.285	704.094	1.152.999
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	53.128	63.575	8.785
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	240.011	211.396	208.822
1.01.04.03	Contas a Receber	64.941	158.174	645.112
1.01.04.04	I.de Renda e Contr.Social Diferidos	186.205	258.469	290.280
1.01.04.05	Titulos e Valores Mobiliários	0	12.480	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.327.470	3.567.131	3.492.656
1.02.01	Créditos Diversos	317.638	0	0
1.02.01.01	Clientes	317.638	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	3.317.275	2.798.639	2.706.800
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	3.317.275	2.798.639	2.706.800
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	692.557	768.492	785.856
1.02.03.01	Depósitos e Empréstimos Compulsórios	60.027	65.338	0
1.02.03.02	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	283.056	171.158	99.019
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	3.491	2.511	3.263
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	285.282	455.917	620.334
1.02.03.05	Outras Contas a Receber	60.701	55.182	63.240
1.02.03.06	Titulos e Valores Mobiliários	0	18.386	0
1.03	Ativo Permanente	2.601.402	2.495.930	1.696.524
1.03.01	Investimentos	853.054	732.887	384.825
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	853.054	732.887	384.825
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	603.523	601.797	599.687
1.03.03	Diferido	1.144.825	1.161.246	712.012

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	13.921.690	12.894.185	11.939.468
2.01	Passivo Circulante	5.284.638	6.143.634	6.014.314
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.266.743	1.330.449	730.623
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.385.287	1.094.149	1.159.069
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	59.412	51.479	209.411
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	628.354	800.587	779.359
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	552.064	703.762	1.021.905
2.01.08	Outros	1.392.778	2.163.208	2.113.947
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	862.402	1.070.791	1.163.500
2.01.08.03	Contas a Pagar	108.027	81.578	155.908
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	145.882	105.633	127.199
2.01.08.05	Contingências	236.756	872.267	667.340
2.01.08.06	Provisão para Imposto de Renda Diferido	39.711	32.939	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.030.492	2.852.136	2.490.596
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.871.613	1.345.794	966.480
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	150.535	169.564	301.146
2.02.05	Outros	2.008.344	1.336.778	1.222.970
2.02.05.01	Impostos Parcelados de Longo Prazo	37.554	41.155	44.653
2.02.05.02	Contribuições de Parceiros	356.185	656.585	831.899
2.02.05.03	Adiantamentos de Clientes	266.716	291.783	271.868
2.02.05.04	Contingências	1.007.107	64.394	35.156
2.02.05.05	Provisão para Imposto de Renda Diferido	328.436	273.068	31.498
2.02.05.06	Contas a Pagar	12.346	9.793	7.896
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4.606.560	3.898.415	3.434.558
2.05.01	Capital Social Realizado	3.144.428	2.320.051	1.649.806
2.05.02	Reservas de Capital	139.277	133.605	133.054
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.322.855	1.444.759	1.651.698
2.05.04.01	Legal	274.415	210.510	178.163
2.05.04.02	Estatutária	1.048.440	1.234.249	1.473.535
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.253.800	6.318.893	7.447.469
3.02	Deduções da Receita Bruta	(8.522)	(24.580)	(87.691)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	9.245.278	6.294.313	7.359.778
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(6.040.996)	(4.015.781)	(3.962.154)
3.05	Resultado Bruto	3.204.282	2.278.532	3.397.624
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.202.660)	(1.567.300)	(2.088.516)
3.06.01	Com Vendas	(1.112.574)	(559.454)	(640.024)
3.06.01.01	Despesas com Pessoal	(55.043)	(47.979)	(38.227)
3.06.01.02	Despesas de Comercialização	(36.943)	(27.458)	(27.204)
3.06.01.03	Gastos com Suporte a Operação	(35.237)	(26.639)	(22.132)
3.06.01.04	Provisões p/ Devedores Duvidosos	(95.231)	(2.196)	(564)
3.06.01.05	Garantia de Produtos	(32.191)	(75.034)	(152.895)
3.06.01.06	Impostos e taxas	(30.347)	(700)	(461)
3.06.01.07	Serviços Prestados por Terceiros	(10.315)	(5.883)	(7.175)
3.06.01.08	Treinamento de Clientes	(79.145)	(4.322)	(67.161)
3.06.01.09	Assistencia Técnica	(446.845)	(122.016)	(180.289)
3.06.01.10	Viagens e Estadias	(7.805)	(7.854)	(9.554)
3.06.01.11	Concessões Comerciais	(47.930)	(23.782)	(5.416)
3.06.01.12	Promoções e Publicações	(19.070)	(19.439)	(25.581)
3.06.01.13	Feiras e Exposições	(19.098)	(20.234)	(28.258)
3.06.01.14	Seguros	(166.254)	(144.648)	(50.597)
3.06.01.15	Gastos com Financiamentos	(8.607)	(6.419)	(213)
3.06.01.16	Outras	(22.513)	(24.851)	(24.297)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(313.078)	(272.315)	(283.451)
3.06.02.01	Despesas com Pessoal	(83.105)	(65.957)	(75.756)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(21.013)	(18.439)	(24.882)
3.06.02.03	Seguros	(28.120)	(27.460)	(18.711)
3.06.02.04	Manutenção e Reparos em Geral	(16.014)	(15.886)	(12.256)
3.06.02.05	Depreciações	(13.872)	(14.785)	(11.535)
3.06.02.06	Serviços Prestados por Terceiros	(65.947)	(52.932)	(55.905)
3.06.02.08	Aluguéis de Máquinas/Equip.e Outros	(2.116)	(2.360)	(2.175)
3.06.02.09	Impostos e Taxas	(468)	(344)	(254)
3.06.02.10	Despesas com Viagens e Estadias	(5.807)	(4.308)	(5.704)
3.06.02.11	Serviços Internos	(7.350)	(7.670)	(8.318)
3.06.02.13	Revisão de Processos Admin.e Operac.	(15.840)	(9.150)	(2.616)
3.06.02.14	Anuncios e Publicações	(7.519)	(8.481)	(4.155)
3.06.02.15	Arrendamento Mercantil	(9.702)	(14.111)	(14.000)
3.06.02.16	Contribuições e Doações	(11.317)	(9.607)	(10.614)
3.06.02.17	Despesas de Comunicações	(7.837)	(9.974)	(10.460)
3.06.02.18	Outras	(17.051)	(10.851)	(26.110)
3.06.03	Financeiras	(730.190)	(620.331)	(867.149)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(305.306)	(931.244)	1.648.008
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	297.750	312.541	271.782
3.06.03.01.02	Var.Monet.Camb.s/ Contas do Ativo	(603.056)	(1.243.785)	1.376.226
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(424.884)	310.913	(2.515.157)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(439.433)	(369.680)	(299.643)
3.06.03.02.02	Juros sobre Capital Próprio	(585.173)	(195.200)	(327.165)
3.06.03.02.03	Var.Monet.Camb.s/Contas do Passivo	599.722	875.793	(1.888.349)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	59.523	71.820	28.491
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(291.990)	(179.507)	(216.747)
3.06.05.01	Outras Despesas Operacionais	(153.864)	(133.516)	(152.028)
3.06.05.02	Participação nos Lucros e Resultados	(138.126)	(45.991)	(64.719)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	185.649	(7.513)	(109.636)
3.07	Resultado Operacional	1.001.622	711.232	1.309.108
3.08	Resultado Não Operacional	(222)	5.876	(4.790)
3.08.01	Receitas	996	8.026	1.521
3.08.02	Despesas	(1.218)	(2.150)	(6.311)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.001.400	717.108	1.304.318
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(308.484)	(265.365)	(429.417)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	585.173	195.200	327.165
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.278.089	646.943	1.202.066
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	718.341.868	716.045.583	712.974.355
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,77922	0,90349	1,68599
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	6.266.934	2.718.811	3.183.261
4.01.01	Das Operações	1.370.365	1.167.174	1.756.130
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.278.089	646.943	1.202.066
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	92.276	520.231	554.064
4.01.01.02.01	Equivalência Patrimonial	(156.607)	7.513	109.636
4.01.01.02.02	Depreciações e Amortizações	172.521	117.387	152.954
4.01.01.02.04	Valor Residual do At. Permanente Baixado	260	875	4.360
4.01.01.02.05	Juros e V.Monet/Camb.do L.Prazo	46.879	178.620	425.790
4.01.01.02.06	Constituição de Provisão	66.152	13.513	(2.126)
4.01.01.02.07	Ganho na Conv.de Investim.em Control.	19.613	32.938	(127.229)
4.01.01.02.08	Ganho na Participação Acionária	(12)	(45)	(46)
4.01.01.02.09	I.Renda e Contr.Soc.s/Cred.Fiscais Liq.	(56.530)	169.430	(9.275)
4.01.02	Dos Acionistas	9.524	11.533	3.969
4.01.02.01	Integralização do Capital	9.524	11.533	3.969
4.01.03	De Terceiros	4.887.045	1.540.104	1.423.162
4.01.03.01	Aumento no Exigivel a Longo Prazo	2.622.714	1.304.691	1.237.290
4.01.03.02	Transferência para Ativo Circulante	2.255.559	233.572	175.533
4.01.03.03	Incentivos Fiscais	5.672	581	9.057
4.01.03.04	Dividendos Recebidos de Controladas	3.100	1.260	1.282
4.02	Aplicações	5.246.244	2.767.295	3.643.963
4.02.01	Aumento no Realizável a Longo Prazo	3.246.879	748.920	2.220.718
4.02.02	Investimento	22.473	369.839	75.446
4.02.03	Imobilizado	76.528	74.970	101.674
4.02.04	Diferido	399.005	494.637	348.139
4.02.05	Transferência para Passivo Circulante	916.186	883.729	570.821
4.02.06	Dividendos a Pagar	0	0	0
4.02.07	Juros sobre Capital Próprio	585.173	195.200	327.165
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	1.020.690	(48.484)	(460.702)
4.04	Variação do Ativo Circulante	161.694	80.836	1.572.247
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	6.831.124	6.750.288	5.178.041
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	6.992.818	6.831.124	6.750.288
4.05	Variação do Passivo Circulante	(858.996)	129.320	2.032.949
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	6.143.634	6.014.314	3.981.365
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	5.284.638	6.143.634	6.014.314

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.320.051	133.605	0	1.444.759	0	3.898.415
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	824.377	0	0	(814.853)	0	9.524
5.03.01	Em dinheiro	9.524	0	0	0	0	9.524
5.03.02	Com utilização de reservas	814.853	0	0	(814.853)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.278.089	1.278.089
5.07	Destinações	0	0	0	692.949	(1.278.122)	(585.173)
5.07.01	Reserva para Investimento e Cap.Giro	0	0	0	629.044	(629.044)	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	63.905	(63.905)	0
5.07.03	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(585.173)	(585.173)
5.08	Outros	0	5.672	0	0	33	5.705
5.08.01	Reserva de Incentivos Fiscais	0	5.672	0	0	0	5.672
5.08.02	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	33	33
5.09	Saldo Final	3.144.428	139.277	0	1.322.855	0	4.606.560

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.649.806	133.054	0	1.651.698	0	3.434.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	670.245	0	0	(658.712)	0	11.533
5.03.01	Em dinheiro	11.533	0	0	0	0	11.533
5.03.02	Com Utilização de Reservas	658.712	0	0	(658.712)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	646.943	646.943
5.07	Destinações	0	0	0	451.773	(646.973)	(195.200)
5.07.01	Reserva para Investimentos e Cap.Giro	0	0	0	419.426	(419.426)	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	32.347	(32.347)	0
5.07.03	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(195.200)	(195.200)
5.08	Outros	0	551	0	0	30	581
5.08.01	Reserva de Incentivos Fiscais	0	551	0	0	0	551
5.08.02	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	30	30
5.09	Saldo Final	2.320.051	133.605	0	1.444.759	0	3.898.415

412

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	941.338	118.723	0	1.481.272	0	2.541.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	708.468	0	0	(704.499)	0	3.969
5.03.01	Em dinheiro	3.969	0	0	0	0	3.969
5.03.02	Com Utilização de Reservas	704.499	0	0	(704.499)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.202.066	1.202.066
5.07	Destinações	0	0	0	874.925	(1.202.090)	(327.165)
5.07.01	Reserva para Investimentos e Cap. Giro	0	0	0	814.822	(814.822)	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	60.103	(60.103)	0
5.07.03	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(327.165)	(327.165)
5.08	Outros	0	14.331	0	0	24	14.355
5.08.01	Reserva de Incentivos Fiscais	0	14.331	0	0	0	14.331
5.08.02	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	24	24
5.09	Saldo Final	1.649.806	133.054	0	1.651.698	0	3.434.558

413

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	14.184.913	12.830.956	11.243.380
1.01	Ativo Circulante	10.329.032	9.336.509	8.494.741
1.01.01	Disponibilidades	3.463.744	3.658.604	2.320.668
1.01.02	Créditos	1.338.217	934.488	2.274.945
1.01.02.01	Clientes	1.338.217	934.488	2.274.945
1.01.03	Estoques	4.017.330	3.303.411	2.782.976
1.01.04	Outros	1.509.741	1.440.006	1.116.152
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	87.219	80.304	40.260
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	81.878	79.235	67.389
1.01.04.03	Contas a Receber	322.558	187.874	675.799
1.01.04.04	I.de Renda e Contrib.Social Diferidos	277.161	333.397	332.704
1.01.04.05	Depósitos em Garantia	616.864	746.716	0
1.01.04.06	Títulos e Valores Mobiliários	124.061	12.480	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.529.127	1.123.699	1.080.040
1.02.01	Créditos Diversos	351.721	35.571	127.064
1.02.01.01	Clientes	351.721	35.571	127.064
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	1.177.406	1.088.128	952.976
1.02.03.01	Depósitos e Empréstimos Compulsórios	673.329	621.936	661.984
1.02.03.02	I.de Renda e Contrib.Social Diferidos	292.982	182.181	115.122
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	4.887	4.465	4.691
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	16.024	86.535	82.151
1.02.03.05	Estoques	52.245	42.686	54.790
1.02.03.06	Outras Contas a Receber	63.471	57.815	34.238
1.02.03.07	Títulos e Valores Mobiliários	74.468	92.510	0
1.03	Ativo Permanente	2.326.754	2.370.748	1.668.599
1.03.01	Investimentos	53.948	13.855	16.765
1.03.01.01	Participações em Coligadas	53.948	13.855	16.765
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.094.853	1.177.591	929.695
1.03.03	Diferido	1.177.953	1.179.302	722.139

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	14.184.913	12.830.956	11.243.380
2.01	Passivo Circulante	5.420.966	6.093.582	5.501.218
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.362.546	1.493.895	863.852
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.477.236	1.167.462	1.141.619
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	125.183	67.490	231.222
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	894.035	898.545	826.780
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.561.966	2.466.190	2.437.745
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	996.896	1.350.857	1.463.426
2.01.08.02	Contas a Pagar	129.952	95.077	178.157
2.01.08.03	Contribuições de Parceiros	9.554	4.934	0
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	147.949	106.473	128.723
2.01.08.05	Contingência	237.806	872.267	667.439
2.01.08.06	Provisão para Imposto de Renda Diferido	39.809	36.582	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.283.696	2.969.627	2.391.836
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.191.156	1.522.477	1.088.585
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	2.092.540	1.447.150	1.303.251
2.02.05.01	Impostos Parcelados de Longo Prazo	37.554	41.377	45.566
2.02.05.02	Contribuições de Parceiros	371.715	678.841	831.899
2.02.05.03	Contas a Pagar	27.870	48.794	9.662
2.02.05.04	Adiantamentos de Clientes	275.035	319.370	337.874
2.02.05.05	Contingências	1.024.853	76.449	43.509
2.02.05.06	Provisão para Imposto de Renda Diferido	346.355	282.319	34.741
2.02.05.07	Fornecedores	9.158	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03.01	Embraer Aircraft Corporation - EAC	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	62.594	35.979	23.125
2.05	Patrimônio Líquido	4.417.657	3.731.768	3.327.201
2.05.01	Capital Social Realizado	3.144.428	2.320.051	1.649.806
2.05.02	Reservas de Capital	139.277	133.605	133.054
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.133.952	1.278.112	1.544.341
2.05.04.01	Legal	274.415	210.510	178.163
2.05.04.02	Estatutária	859.537	1.067.602	1.366.178

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	10.252.647	6.599.085	7.836.858
3.02	Deduções da Receita Bruta	(21.488)	(28.472)	(88.747)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	10.231.159	6.570.613	7.748.111
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(6.822.845)	(4.219.769)	(4.293.664)
3.05	Resultado Bruto	3.408.314	2.350.844	3.454.447
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.395.437)	(1.661.592)	(2.162.834)
3.06.01	Com Vendas	(992.675)	(596.920)	(675.238)
3.06.01.01	Despesas com Pessoal	(152.796)	(155.310)	(135.801)
3.06.01.02	Despesas de Comercialização	(39.083)	(27.661)	(27.451)
3.06.01.03	Gastos com suporte a Operação	(36.154)	(26.639)	(22.132)
3.06.01.04	Provisão p/Devedores Duvidosos	(90.631)	3.679	(1.698)
3.06.01.05	Garantia de Produtos	(35.037)	(76.102)	(153.741)
3.06.01.06	Impostos e taxas	(39.010)	(2.144)	(1.520)
3.06.01.07	Serviços Prestados por Terceiros	(16.704)	(24.542)	(21.720)
3.06.01.08	Treinamento de Clientes	(82.209)	(4.323)	(67.259)
3.06.01.09	Assistencia Técnica	(251.485)	(5.903)	(54.864)
3.06.01.10	Viagens e Estadias	(21.022)	(20.075)	(24.226)
3.06.01.11	Concessões Comerciais	(77.968)	(23.782)	(5.416)
3.06.01.12	Promoções e Publicações	(21.263)	(19.514)	(27.641)
3.06.01.13	Feiras e Exposições	(19.299)	(20.806)	(28.330)
3.06.01.14	Seguros	(10.388)	(3.927)	(1.619)
3.06.01.15	Provisão p/ Garantias Financeiras	(45.732)	(125.232)	(51.259)
3.06.01.16	Gastos com Financiamentos	(8.607)	(6.419)	(213)
3.06.01.17	Outras	(45.287)	(58.220)	(50.348)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(387.012)	(337.294)	(329.309)
3.06.02.01	Despesas com Pessoal	(117.269)	(98.813)	(112.265)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(22.710)	(20.256)	(26.482)
3.06.02.03	Seguros	(31.263)	(28.985)	(19.661)
3.06.02.04	Manutenção e Reparos em Geral	(18.027)	(17.184)	(13.701)
3.06.02.05	Depreciações	(21.742)	(21.305)	(11.707)
3.06.02.06	Serviços Prestados por Terceiros	(73.987)	(58.022)	(68.478)
3.06.02.08	Aluguéis de Máquinas/Equipam.e Outros	(5.220)	(4.333)	(4.659)
3.06.02.09	Impostos e Taxas	(3.388)	(630)	(301)
3.06.02.10	Despesas com Viagens e Estadias	(9.255)	(6.163)	(10.033)
3.06.02.11	Serviços Internos	(7.588)	(7.694)	(8.377)
3.06.02.13	Revisão de Processos Admin.e Operac.	(15.840)	(9.964)	(2.616)
3.06.02.14	Anuncios e Publicações	(7.219)	(8.577)	(4.225)
3.06.02.15	Arrendamento Mercantil	(9.926)	(14.179)	(14.046)
3.06.02.16	Contribuições e Doações	(11.543)	(9.737)	(10.614)
3.06.02.17	Despesas de Comunicações	(8.435)	(10.051)	(10.492)
3.06.02.18	Outras	(23.600)	(21.401)	(11.652)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.06.03	Financeiras	(727.337)	(553.553)	(875.754)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(213.068)	(881.314)	1.886.206
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	390.494	344.162	325.067
3.06.03.01.03	Variações Monet/Camb.s/contas do Ativo	(603.562)	(1.225.476)	1.561.139
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(514.269)	327.761	(2.761.960)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(475.662)	(389.610)	(333.702)
3.06.03.02.10	Juros sobre Capital Próprio	(585.173)	(196.053)	(329.195)
3.06.03.02.11	Variações Monet/Camb.s/contas do Passivo	546.566	913.424	(2.099.063)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	55.329	77.924	41.708
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(343.742)	(251.895)	(325.614)
3.06.05.01	Outras Despesas Operacionais	(168.190)	(192.958)	(243.264)
3.06.05.09	Participação nos Lucros e Resultados	(175.552)	(58.937)	(82.350)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	146	1.373
3.07	Resultado Operacional	1.012.877	689.252	1.291.613
3.08	Resultado Não Operacional	(649)	(46.129)	(4.575)
3.08.01	Receitas	1.830	13.145	3.622
3.08.02	Despesas	(2.479)	(59.274)	(8.197)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.012.228	643.123	1.287.038
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(332.950)	(249.826)	(430.341)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	585.173	196.053	329.195
3.14	Participações Minoritárias	(8.618)	(1.697)	(6.717)
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.255.833	587.653	1.179.175
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	718.341.868	716.045.583	712.974.355
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,74824	0,82069	1,65388
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	4.938.759	2.305.304	2.937.560
4.01.01	Das Operações	1.324.061	817.368	1.549.405
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.255.833	587.653	1.179.175
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	68.228	229.715	370.230
4.01.01.02.02	Depreciações e Amortizações	221.554	160.499	191.294
4.01.01.02.03	Baixa do Resultado de Exercícios Futuros	0	0	0
4.01.01.02.04	Valor Residual do Ativo Perman.Baixado	799	11.731	8.955
4.01.01.02.05	Juros/Prov.e Var.Monet/Camb.do L.Prazo	(226.789)	(204.375)	293.988
4.01.01.02.06	Constituição de Provisão	92.198	46.852	8.237
4.01.01.02.07	Ganho na Conv.de Investim.em Control.	19.613	32.938	(127.229)
4.01.01.02.09	I.Renda e Contrib.Soc.s/Cred.Fiscais Líq	(47.765)	180.519	(10.359)
4.01.01.02.10	Equivalencia Patrimonial	0	(146)	(1.373)
4.01.01.02.11	Participação dos Minoritários	8.618	1.697	6.717
4.01.02	Dos Acionistas	9.524	11.533	3.969
4.01.02.01	Integralização do Capital	9.524	11.533	3.969
4.01.03	De Terceiros	3.605.174	1.476.403	1.384.186
4.01.03.01	Aumento no Exigivel a Longo Prazo	2.539.323	1.392.890	969.224
4.01.03.02	Transferência para ativo circulante	1.042.182	71.774	405.875
4.01.03.03	Incentivos Fiscais	5.672	581	9.057
4.01.03.04	Aumento das Particip. Minorit.	17.997	11.158	30
4.02	Aplicações	3.273.620	2.055.900	1.927.835
4.02.01	Aumento no Realizável a Longo Prazo	1.390.520	181.611	544.612
4.02.02	Imobilizado	109.656	443.002	271.217
4.02.03	Diferido	415.954	506.267	349.235
4.02.04	Investimento	41.219	0	0
4.02.05	Transferência para passivo circulante	731.098	729.820	432.332
4.02.06	Dividendos a Pagar	0	0	1.244
4.02.07	Juros sobre Capital Próprio	585.173	195.200	329.195
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	1.665.139	249.404	1.009.725
4.04	Variação do Ativo Circulante	992.523	841.768	2.559.023
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	9.336.509	8.494.741	5.935.718
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	10.329.032	9.336.509	8.494.741
4.05	Variação do Passivo Circulante	(672.616)	592.364	1.549.298
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	6.093.582	5.501.218	3.951.920
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	5.420.966	6.093.582	5.501.218

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
São José dos Campos – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidado da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual (controladora) e consolidada, da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 10 de março de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC nº 1 SP 185087/O-0

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

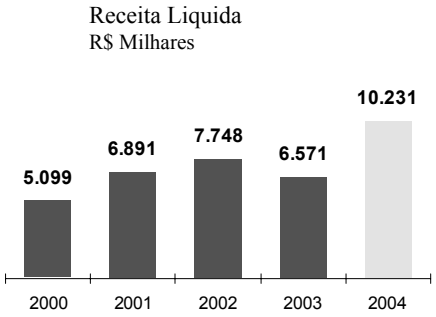
EMBRAER

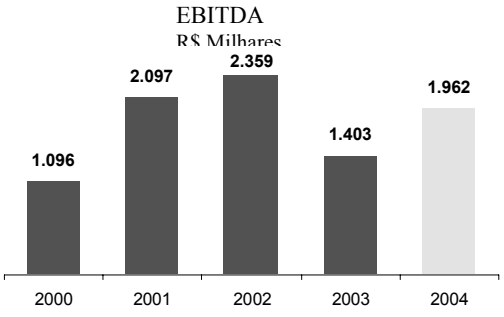
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

Relatório da Administração 2004

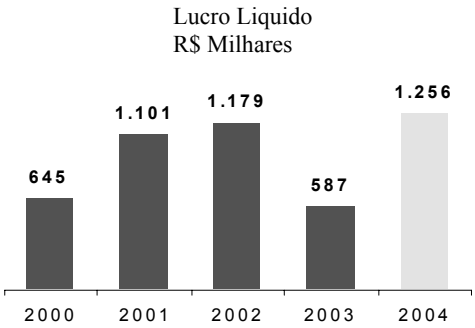
Prezados Acionistas,

A despeito das dificuldades vivenciadas pelo mercado de transporte aéreo em todo o mundo, ainda incapaz de se reerguer como um todo e com muitas empresas aéreas enfrentando condições adversas e lutando diariamente pela sua sobrevivência, dentre as quais importantes clientes da Embraer, o ano de 2004, em que a Empresa comemorou 35 anos de existência, foi francamente positivo para a Embraer. Tivemos um crescimento superior a 47% na quantidade de aeronaves entregues, um total de 148 aviões comerciais e executivos, com reflexos significativos em suas receitas e lucros.



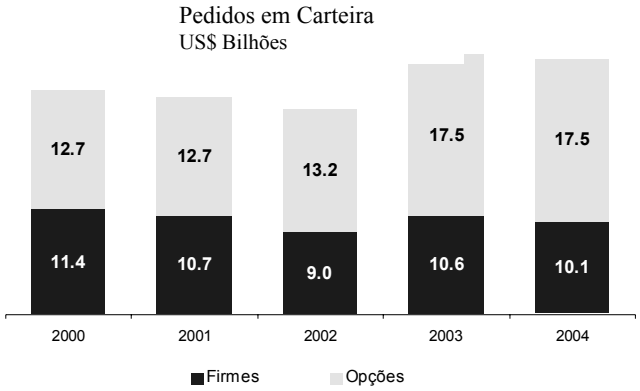


Desta forma o ano de 2004 representa um marco nos 35 anos de vida da Embraer, atingindo recordes históricos de faturamento e lucro. Com maior quantidade de aeronaves entregues, associada à boa performance dos segmentos de Defesa, Aviação Corporativa e Serviços ao Cliente, a receita líquida da Empresa atingiu R$ 10,231 bilhões, 55,7% superior ao exercício anterior. O lucro líquido mais que dobrou em relação ao ano de 2003 e atingiu R$ 1,256 bilhão.



10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Da mesma forma, é muito relevante destacar que, a par do significativo crescimento das receitas, foi mantido o excelente nível de contratos em carteira, cerca de US$ 10,1 bilhões de ordens firmes que, juntadas às opções, totalizam US$ 27,6 bilhões, importante indicador do potencial de crescimento da Empresa.



O grande fator responsável por esta inflexão positiva e vigorosa foi a entrada em serviço do EMBRAER 170, o primeiro membro da nova família de aeronaves EMBRAER 170/190, que desde o mês de março de 2004 opera com sucesso nos EUA e na Europa. E aqui vale ressaltar a eficácia industrial demonstrada pela Empresa ao atender ao ousado plano de entrega desta nova aeronave.

A Embraer continua alinhada com a política econômica brasileira de promover um saldo expressivo da balança comercial do país. Desta forma, as exportações da Embraer totalizaram US$ 3,3 bilhões, e mais uma vez se constituem recordes e marcam a posição da Empresa como a segunda maior exportadora brasileira, com uma contribuição líquida na balança comercial de 2004 de 4% do saldo.

A Embraer não tem medido esforços para atrair empresas internacionais para investirem no Brasil. O empenho em trazer para o Brasil volumes maiores de atividades realizadas por parceiros e fornecedores, bem como subcontratação, no país de serviços até então realizados no exterior, tem como objetivo o crescimento consistente do conteúdo nacional nos nossos produtos, resultando também em reduções de ciclos de fornecimento, de custos e de riscos nas operações de logística, além da geração de novos postos de trabalho no país.

No mês de fevereiro foi efetivado o rollout do EMBRAER 190, terceiro membro da família EMBRAER 170/190, em cerimônia que contou com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República e outras autoridades, além de clientes, acionistas e investidores, convidados ilustres e representantes da mídia.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No mês de dezembro tivemos dois eventos importantes: o primeiro vôo do EMBRAER 195, quarto e último membro da família EMBRAER 170/190, e a certificação do EMBRAER 175, conforme planejado e anunciado publicamente.

Durante o ano, a Embraer recebeu 132 pedidos firmes, sendo 101 para a família EMBRAER 170/190 e 31 para a família ERJ 145. Um destaque especial deve ser dado à assinatura do contrato com a Air Canada, que comprou 45 aeronaves EMBRAER 190 e 15 aeronaves EMBRAER 175, e fez opção para 60 aviões.

Esses fatos e outras conquistas demonstram que a família EMBRAER 170/190 possui todos os atributos necessários para assegurar uma diferenciada posição competitiva nos mercados globais. A sua participação nas entregas consolidadas da Empresa deverá ser crescente ao longo dos próximos anos, devendo representar, já a partir de 2005, mais da metade das entregas de jatos programadas, mantendo a Embraer no caminho contínuo do crescimento.

Entretanto, a Embraer foi afetada pelo pedido de concordata da US Airways, um de seus principais clientes, o que levou a Empresa a revisar o seu plano de entregas de jatos de 160 para 145 aeronaves, sendo que efetivamente realizou entregas de 148 no final de ano.

No que diz respeito à família ERJ 145, tivemos dois marcos importantes. A Harbin Embraer Aircraft Industry Company, nossa subsidiária na China, entregou seus cinco primeiros jatos produzidos para o cliente lançador, a maior empresa aérea chinesa, a China Southern Airlines. Além disso, festejamos a entrega do 800º jato dessa família, entregue à Republic Airways confirmando assim sua forte e continuada aceitação e a sua perfeita adequação às exigências do mercado aéreo para aeronaves comerciais de até 50 assentos.

No mercado de aviação executiva, ao mesmo tempo em que se firmava a posição do Legacy nos mercados mundiais, preparávamo-nos para definir os rumos que a Empresa adotará neste segmento do negócio.

Assim, resultado do esforço de comercialização e de novas e importantes melhorias que foram introduzidas no Legacy Executive, tanto no que se refere às suas características de operação como no que tange ao conforto para os passageiros e à estrutura implantada para a sua manutenção, com significativa redução nos seus custos operacionais, foram entregues 13 aviões desta família. Além disso, a obtenção de autorização para operar no Aeroporto de London City (LCY), localizado no centro de Londres, autorização essa atribuída a poucas aeronaves, dadas as condições muito restritivas de operação deste aeroporto, foi um importante benefício oferecido aos nossos clientes.

Na área de Defesa, 2004 foi um ano que ficará marcado na história da Embraer. A vitória para o fornecimento, em parceria com um grupo de empresas norte-americanas, sob liderança da Lockheed Martin Corporation, de um novo sistema de controle de campos de combate para o Exército e para a Marinha dos Estados Unidos da América, abriu enormes possibilidades neste mercado, que é o maior do mundo. Subseqüente ao anúncio do programa ACS, foi lançada a pedra fundamental para a construção de uma de uma nova

fábrica da Embraer, em Jacksonville, no Estado da Flórida, nos Estados Unidos da América.

Deveremos continuar expandindo a área de serviços, não só no que diz respeito a assegurar os excelentes índices de despachabilidade para a frota de nossos aviões, mas também servir o nosso cliente com outros serviços, como a manutenção e o reparo de aviões, garantindo a sua satisfação, condição essencial à geração dos nossos resultados e crescimento das nossas operações. Assim é que estamos expandindo nossa participação nos EUA, que completou 25 anos em 2004, com a expansão das instalações da Embraer Aircraft Maintenance Services (EAMS) em Nashville, Tennessee, e também na Europa, com a aquisição da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., em Alverca, anunciada em dezembro de 2004, ao final do processo de privatização, além de expandir os nossos serviços no Brasil.

Em outubro de 2004, a Indústria Aeronáutica Neiva, subsidiária integral da Embraer, localizada em Botucatu, no Estado de São Paulo, recebeu a certificação do motor a álcool para a aeronave agrícola Ipanema, que se tornou o primeiro avião de série no mundo a sair de fábrica certificado para voar com este tipo de combustível. O desenvolvimento da agricultura no Brasil vem impulsionando o crescimento substancial das vendas desse produto, que agora passa a se beneficiar das reduções de custo, representadas pelo álcool carburante e pela sua disponibilidade muito maior que a gasolina de aviação.

Consideramos a confiança depositada por nossos acionistas e investidores como ponto essencial para o crescimento da Empresa e, ao mesmo tempo em que praticamos uma comunicação verdadeira e transparente, voltamo-nos à implantação dos melhores procedimentos de governança corporativa estabelecidos pelas leis brasileira e americana.

Em coerência com a nossa visão, de ter no desenvolvimento das pessoas o fator-chave para a construção do futuro, expandimos a abrangência da prática da administração por objetivos, dentro de um processo participativo que estimula a livre discussão das estratégias a serem desenvolvidas e metas alcançadas.

Ao mesmo tempo, vimos estimulando o auto-desenvolvimento dos nossos empregados e investindo no seu treinamento, com resultados mais que satisfatórios na qualidade e na produtividade. Assim é que R$ 33 milhões foram investidos em treinamento, sendo que com muita satisfação registramos a graduação até dezembro de 2004 de 462 Mestres em Engenharia Aeronáutica em nosso PEE – Programa de Especialização de Engenharia, a nossa “Universidade Embraer”.

Conscientes de nossas responsabilidades sociais, direcionadas ao desenvolvimento sustentado, diversas ações vem sendo tomadas no sentido da preservação do ambiente, da saúde e segurança no trabalho, além da contribuição e integração à sociedade. Essas medidas compreendem ações no trato dos efluentes e resíduos industriais, nos cuidados com o ambiente de trabalho, nas políticas de qualidade de vida voltadas para nossos empregados e seus dependentes.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste contexto, tivemos, no que diz respeito às ações direcionadas às comunidades, resultados relevantes a registrar.

O ano de 2004 consolidou o primeiro ciclo de um projeto bem sucedido, qual sejam a graduação da primeira turma do ensino médio do Colégio Eng. Juarez Wanderley, com 198 alunos, marco significativo na história do Instituto Embraer de Educação e Pesquisa, entidade criada em 2001 e responsável pelas ações da Embraer no plano social, com foco na Educação. Também em 2004 foi concluído com sucesso o programa de Sistema de Gestão Intregrada (SGI), em parceria com a Secretaria Municipal de Ensino de São José dos Campos, afetando positivamente o desenvolvimento de mais de 30 mil crianças do ensino fundamental.

Por outro lado, visando estimular o interesse e envolvimento de seus empregados em ações de cunho social, o Instituto Embraer de Educação e Pesquisa lançou o Programa de Parceria Social, destinado a apoiar projetos de cunho social por eles encaminhados, multiplicando assim os benefícios sociais às comunidades em que estão inseridos.

Agradecemos, assim, aos nossos Clientes, Parceiros Industriais e Fornecedores, Instituições Financeiras e Órgãos Governamentais e, de maneira especial ao BNDES, que, junto à Embraer ao longo dos últimos anos, têm contribuído de maneira substancial para a consolidação da posição de destaque no mercado da aviação mundial. Aos nossos Acionistas e Empregados, nosso reconhecimento especial pelo suporte, integração e determinação na consecução dos planos de ter a Embraer como uma empresa de classe mundial, inovadora, ágil e diferenciada, na busca incansável da satisfação dos clientes, único meio de garantir a lucratividade e o crescimento sustentado.

A Administração

São José dos Campos, 17 de março de 2005

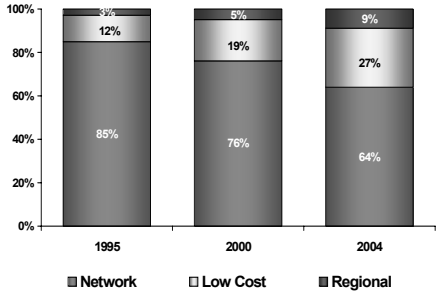
MERCADOS E PRODUTOS

Mercado de Aviação Comercial

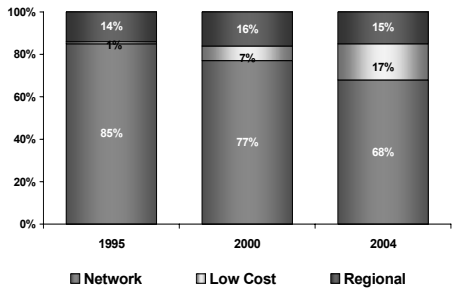
O mercado de transporte aéreo continua enfrentando um período de dificuldades e transformações, caracterizado pela contínua redução das tarifas médias, pelo crescimento das empresas aéreas que adotam o modelo *Low Cost Low Fare*, e pela alta nos preços de combustível, que representa um importante elemento no custo operacional. A esperada recuperação do setor, especialmente das principais empresas norte-americanas, não vem ocorrendo na dimensão esperada, apesar do crescimento do volume de passageiros transportados e do esforço de redução de custos que vêm caracterizando a gestão das empresas aéreas em todo o mundo.

A busca contínua por melhoria da eficiência e competitividade tem sido condição básica para sobrevivência nessa indústria. Os modelos de negócio das empresas aéreas regionais e das empresas aéreas *Low Cost, Low Fare* têm se mostrado mais competitivos na nova realidade de mercado, resultando no aumento das suas respectivas participações de mercado, com lucratividade.

Participação das Majors/Network, Regionais, e Low Cost nos EUA



Participação das Majors/Network, Regionais, e Low Cost na Europa



No mercado norte-americano, as empresas regionais têm sido utilizadas pelas empresas aéreas tradicionais no processo de melhoria da eficiência operacional através da otimização da relação oferta e demanda. A transferência das rotas dos jatos de maior capacidade para os jatos regionais tem sido um dos principais fatores de crescimento das empresas regionais e tem possibilitado a manutenção de uma adequada oferta de serviços em mercados de média e baixa demanda por parte das empresas tradicionais.

Visando dar continuidade a esse processo de melhoria operacional, as principais empresas norte-americanas têm obtido a flexibilização dos seus contratos trabalhistas com os pilotos, possibilitando um aumento do número de jatos de 70 assentos em operação nas empresas aéreas norte-americanas. Esta flexibilização tem possibilitado um melhor balanceamento das aeronaves no sistema, onde os jatos de 70 assentos têm sido utilizados para adequar a oferta de assentos com a demanda existente nas rotas, ou seja, na transferência das rotas

deficitárias dos jatos de maior capacidade e de rotas de maior demanda operadas pelos jatos regionais de 50 assentos.

Na Europa, as principais empresas têm se reestruturado visando reduzir custos e aumentar a competitividade perante a crescente expansão das empresas *Low Cost, Low Fare.* Tradicionalmente, as empresas aéreas regionais européias operam aeronaves maiores do que as operadas no mercado norte-americano devido às altas taxas aeroportuárias e de navegação, congestionamento dos principais aeroportos, bem como a ausência de restrições trabalhistas. Os jatos regionais são integrantes do sistema das empresas tradicionais, possibilitando uma melhoria constante no processo de ajuste da capacidade das aeronaves em relação à demanda de passageiros.

Por outro lado, vemos o sistema de transporte aéreo na China está assumindo um padrão mais próximo ao ocidental com a implementação pelo governo de políticas fomentadoras do desenvolvimento de três *hubs* principais e seis secundários. Uma maior desregulamentação do sistema possibilitará, num médio prazo, a melhoria dos serviços e a adequação das aeronaves. A estratégia governamental de fomentar o desenvolvimento da aviação regional tem se desenvolvido, porém ainda necessita de reformas nas políticas tarifárias e tributárias vigentes de maneira a assegurar melhores condições para a operação dos jatos regionais.

Na Ásia Pacífico, vale destacar a gradual desregulamentação dos acordos bilaterais intra-regionais e o surgimento de novas empresas estruturadas no modelo *Low Cost, Low Fare*.

Assim, com base em detalhada análise destes fatores, a Embraer estima que a aviação mundial demandará 7.800 jatos entre 30 e 120 assentos nos próximos 20 anos.

Segmento por Assentos	2005-2014	2015-2024	2005-2024
30-60	650	1.300	1.950
61-90	1.300	1.550	2.850
91-120	1.250	1.750	3.000
Total	3.200	4.600	7.800

Estimamos que estas entregas estarão distribuídas da seguinte forma: 53% nas Américas do Norte e Central, 26% na Europa, África e Oriente Médio, 8% na China, 7% na América Latina e 6% na região da Ásia e Pacífico.

De maneira geral, a indústria do transporte aéreo tem passado, nos últimos anos, por um processo de transformação profunda, visando a manutenção dos modelos de negócio

através do aumento da eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços e retorno à lucratividade.

A Embraer comemorou 35 anos de existência em 2004, sendo o único fabricante de aeronaves do mundo a dispor de uma linha completa de produtos na faixa de até 110 assentos, combinando diferenciadas características de conforto, custos e desempenho diferenciados, capazes de satisfazer às novas tendências de demanda do transporte aéreo comercial.

O desenvolvimento do programa EMBRAER 170/190 e o início das entregas do primeiro modelo foram acompanhados por novos pedidos. Ao longo do ano, o EMBRAER 170 recebeu 41 novos pedidos firmes e dois novos clientes: Finnair, da Finlândia e Hong Kong Express (HKE). Os jatos comerciais da Embraer foram escolhidos também pela Air Canada, que além de confirmar a encomenda de 45 aeronaves EMBRAER 190, anunciada em dezembro de 2003, será também o cliente-lançador do EMBRAER 175, por meio de pedido firme de 15 unidades. Na América Latina, o primeiro cliente da nova família de jatos será a COPA, do Panamá, que operará 10 aeronaves EMBRAER 190.

A família ERJ 145 comemorou a entrega de sua 800ª aeronave ao cliente norte-americano Chautauqua Airlines, um marco histórico para um dos mais bem sucedidos produtos da história da aviação comercial no mundo.

Em 2004, 31 novos pedidos firmes de aeronaves da família ERJ 145 foram adicionados à carteira de pedidos da Embraer. Destaque especial para as cinco primeiras aeronaves entregues pela Harbin Embraer Aircraft Industry, *joint venture* entre a Embraer e a empresa chinesa AVIC II, à China Southern. Nosso cliente, a Luxair, de Luxemburgo, encomendou duas novas aeronaves do tipo ERJ 135, que operarão ao lado de outras oito aeronaves ERJ 145. A empresa mexicana Aerolitoral recebeu cinco ERJ 145 e tornou-se a primeira companhia aérea daquele país a operar jatos da Embraer.

Desta forma o segmento de Aviação Comercial apresentou um faturamento líquido de R$ 7.790,3 milhões equivalente a 76,1% do total da receita líquida da Empresa em 2004, e representou um aumento de 63,5% em relação ao ano anterior.

Em 2004, ano em que a primeira aeronave da família EMBRAER 170/190, o EMBRAER 170, entrou em operação, a Embraer assumiu a liderança do mercado mundial na faixa de 70 a 110 passageiros, com 34% de participação.

A carteira total de pedidos firmes a entregar (*backlog*) para a Aviação Comercial encerrou o ano com 400 aeronaves. As tabelas abaixo apresentam maiores detalhes sobre a carteira de pedidos da Embraer e a sua participação no mercado de aviação.

Mercado	Participação da Embraer (m*arket share)*
30 a 60 assentos	44%
61 a 90 assentos	36%
91 a 120 assentos	32%
30 a 120 assentos	40%

- **Carteira de Pedidos – Aviação Comercial**

Em dezembro de 2004, o segmento da Aviação Comercial apresentava a seguinte carteira de pedidos:

Produto	Pedidos firmes	Opções	Entregas	Backlog de pedidos firmes
ERJ 135	123	2	106	17
ERJ 140	94	20	74	20
ERJ 145	684	314	618	66
EMBRAER 170	158	177	46	112
EMBRAER 175	15	-	-	15
EMBRAER 190	155	230	-	155
EMBRAER 195	15	20	-	15
Total	**1.244**	**763**	**844**	**400**

Mercado de Aviação Corporativa

O Mercado de Aviação Corporativa é dominado por empresas que possuem marcas consagradas, estão estabelecidas há décadas e desenvolveram um amplo portfólio de produtos. Este conjunto de fatores lhes permite atender a uma faixa maior de clientes e facilita a fidelização à marca.

O crescimento desse tipo de mercado é diretamente influenciado pelo crescimento econômico global e, após alguns anos de estagnação devido à acentuada recessão mundial e aos escândalos corporativos recentes, deu tímidos sinais de recuperação, a partir do segundo semestre de 2004, com crescimento de vendas e entregas. A atividade no mercado norte-americano, que representa cerca de 80% da demanda mundial, vem impulsionando esse crescimento, potencializado pela melhoria da sua economia e pelo lançamento de novos modelos.

A maioria das previsões mercadológicas aponta para taxas de crescimento significativas de 7.560 jatos executivos nos próximos dez anos, sendo 1.485 unidades na categoria "super-

mid size" onde se situa a família Legacy, e a Embraer está investindo e apostando nesse crescimento para expandir a sua participação neste segmento de mercado.

Após quase três trimestres de poucas entregas, houve uma forte reação nos últimos meses do ano, encerrando-se 2004 com um total de 13 Legacy entregues.

Esse número, embora idêntico ao do ano anterior, representa um faturamento líquido final de R$ 702,3 milhões, 33,7% superior ao do ano anterior, por incorporar modelos de aeronaves de maior valor unitário.

Dentre os principais avanços em 2004 desta aeronave corporativa da classe *super mid-size*, que entrou em operação em 2002, estão a expansão do envelope de pouso e decolagem para 8.500 pés, nova configuração de interior, plano de manutenção revisado e a autorização para operar a partir do Aeroporto de London City (LCY), localizado no centro de Londres, além do suporte para conexão global de alta velocidade por meio da tecnologia *wireless fidelity* – Wi-fi, e o aumento do teto operacional para 41.000 pés.

Em outubro, foi anunciada a parceria com a Harrods Aviation como representante autorizada de vendas no Reino Unido e na Irlanda para a família Legacy de jatos corporativos, com vistas a aumentar a capilaridade da nossa rede de captação de clientes.

A Embraer vê o mercado de aviação corporativa com ótimas perspectivas e entende que, de acordo com a sua estratégia de diversificação e aumento da sua receita, este mercado é de extrema importância para o seu crescimento.

Mercado de Defesa

O ano de 2004 ficará marcado por uma conquista de conseqüências estratégicas de grande importância. Entramos com sucesso na disputa pelo Programa *Aerial Common Sensor* (ACS). O sistema ACS deverá substituir as atuais aeronaves de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (Intelligence, Surveillance and Reconaissance - ISR), incluindo aeronaves Guardrail/Common Sensor e Airborne Reconnaissance Low, do Exército dos EUA, e a frota de aeronaves EP-3 da Marinha dos EUA.. Em aliança com grupo de empresas lideradas pela Lokheed Martin Corporation, estaremos fornecendo aviões baseados na plataforma do ERJ 145. Estão previstas as entregas de 38 aeronaves ao Exército, em substituição aos EP-3 por ele hoje operados. A importância estratégica desta vitória está no fato de a Embraer ter sido aceita como uma empresa apta a fornecer para as Forças Armadas americanas, abrindo novas perspectivas, no maior mercado e mais sofisticado do mundo.

A receita líquida neste mercado correspondeu a 10,3% da receita líquida de 2004, um aumento de 41,5% com relação ao ano anterior. Em 2005 a Embraer prevê um aumento na contribuição deste setor para aproximadamente 17% e até 2006 a receita líquida da área de defesa deverá representar cerca de 20% da receita total da Empresa.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No campo das aeronaves de transporte, foi entregue em janeiro a terceira aeronave ERJ 145 à SATENA, a companhia aérea estatal da Colômbia, que já opera esse modelo desde 2002. O sucesso continuaria ao longo do ano, com a assinatura, em novembro, de Carta de Intenções com a TAME, empresa aérea estatal equatoriana, para a compra firme de dois jatos EMBRAER 170 LR, um EMBRAER 190 LR, mais quatro opções de compra da mesma família.

As aeronaves ISR em operação na Força Aérea Brasileira (FAB), no âmbito do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), cinco R-99A (EMB 145 SA, ou AEW&C, de vigilância aérea) e três R-99B (EMB 145 RS, de sensoriamento remoto), acumularam importante experiência operacional ao longo do ano.

A família de aeronaves ISR inclui também a versão P-99, para o uso em missões de Patrulha Marítima e Guerra Anti-Submarino. Duas dessas aeronaves, na configuração de patrulhamento para proteção de Zonas Econômicas Exclusivas e águas territoriais, denominadas EMB 145 MP e encomendadas pela Força Aérea Mexicana, foram entregues em maio e já se encontram em operação. Também em 2004, no mês de julho, o governo do México recebeu a terceira aeronave, um EMB 145 AEW&C, concluindo assim as entregas previstas nessa sua primeira compra. A destacar ainda no ano a chegada à Grécia da primeira aeronave EMB 145 AEW&C, das quatro encomendadas pela Força Aérea Grega.

No âmbito doméstico, prosseguiram em 2004 as atividades nos três grandes programas contratados pela Força Aérea Brasileira: a produção do ALX Super Tucano, a modernização dos caças F-5 e a modernização dos jatos de ataque A-1 (AMX).

Com a entrada em regime da produção seriada das aeronaves ALX Super Tucano, 7 exemplares de série foram entregues à FAB em 2004 e começaram sua vida operacional, recebendo avaliação extremamente positiva já nessa fase inicial. Foram concluídas as negociações para a conversão das 23 opções em pedidos firmes, sendo esperada para breve a assinatura do contrato, o que elevará o total para 99 aeronaves. Tem-se confirmado o acerto das linhas-guia estabelecidas para este produto e reforça-se a percepção de suas ótimas oportunidades no mercado internacional, como solução que combina inovação tecnológica, baixos custos de aquisição e operação e grande eficiência de missão.

O ALX Super Tucano é uma aeronave leve de ataque, especialmente desenvolvida para operar em ambientes severos, sujeitos a condições extremas de temperatura e umidade, conta com sofisticados sistemas de navegação e ataque, treinamento e simulação em vôo e estará brevemente juntando-se aos R-99 na proteção da região amazônica.

Os trabalhos de modernização dos 46 caças supersônicos F-5 E/F da FAB prosseguiram em ritmo acelerado, chegando ao final de 2004 com doze exemplares na linha de montagem, além dos dois de pré-série, sendo usados na campanha de ensaios em vôo. Os primeiros F-5BR já modernizados começarão a ser entregues no início de 2005, retornando aos esquadrões da FAB agora dotados de sistemas de missão no estado da arte e em condições de propiciar um importante ganho técnico-operacional.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Embraer vai assim consolidando seu papel de braço tecnológico e industrial da Força Aérea Brasileira, o que remonta à sua criação e tem sido fundamental para alavancar sua consistente penetração no mercado global.

Aviação Geral

Em outubro, a Indústria Aeronáutica Neiva, subsidiária integral da Embraer, recebeu a Certificação do Motor a Álcool para o Ipanema, que é o primeiro avião de série no mundo a sair de fábrica certificado para voar com este tipo de combustível. O cenário de desenvolvimento da agricultura no Brasil vem impulsionando o crescimento desse nosso avião agrícola. As encomendas aumentaram substancialmente, se comparadas a um passado recente, e o motor a álcool será mais um estímulo para esse mercado, pois, afinal, seu custo operacional é muito inferior ao do avião movido à gasolina.

O Ipanema completou 31 anos de produção contínua, com mais de 850 unidades comercializadas no período, o que o torna líder de vendas no país, além de ser responsável por mais de 80% da frota nacional deste segmento.

Adicionalmente ao negócio de aviação geral, a Neiva, desde 1998, tem tido importante e crescente papel no fornecimento de partes e conjuntos para as aeronaves fabricadas pela própria Embraer, operando industrialmente de forma integrada à Empresa.

Serviços ao Cliente

No ano de 2004, a Embraer consolidou a reestruturação organizacional ocorrida em 2003 e ampliou as atividades de apoio e atendimento à operação de suas aeronaves em todo o mundo.

O faturamento do setor de serviços ao cliente e outros negócios relacionados aumentou para R$ 682,7 milhões, 27.9% superior ao faturamento do ano anterior.

A integração das atividades de serviços ao cliente, exercidas pelas unidades regionais do exterior a partir dos processos e ferramentas desenvolvidos na matriz em São José dos Campos (SP), Brasil, resultou em maior eficácia no atendimento aos clientes da Embraer.

Em atendimento a demanda de seus clientes, a EMBRAER melhorou diversas funcionalidades existentes no portal AEROChain®, visando simplificar o seu acesso, e assinou acordo de cooperação com a empresa Avions de Transport Regional – ATR para o desenvolvimento das atividades de *e-business* de ambas as companhias, consolidando o AEROChain® como um *e-market place* referência para o mercado aeroespacial e ponto de partida para projetos futuros a serem explorados em 2005.

Visando uma contínua melhoria no apoio a operadores na região da Austrália e do Pacífico, a Embraer assinou um acordo de cooperação com a empresa Hawker Pacific, em novembro, através do qual esta empresa assumirá as atividades de suporte logístico e apoio à frota de aeronaves EMB 110 e EMB 120 da Embraer na região.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em coerência com a base da sua ação empresarial, que é alcançar a satisfação de seus clientes, a Embraer vem expandindo consideravelmente sua capacitação com prestação de serviços aos seus clientes, não só assegurando os excelentes índices de despachabilidade da frota, mas também promovendo serviços de manutenção e reparos. Na Europa, em consórcio com a European Aeronautic Defense and Space Company – EADS, através da aquisição, em dezembro, da OGMA, uma empresa portuguesa de manutenção e produção aeronáutica que atua desde 1918 e cujas vendas, em 2004, atingiram € 140,8 milhões. Nos Estados Unidos, com a expansão das instalações da EAMS, em Nashville, Tennessee.

Como conseqüência do intenso trabalho interno e externo, a Embraer obteve em 2004 importantes conquistas na área de suporte à manutenção para a sua frota em todo o mundo, tais como a aprovação do plano de manutenção revisado para o Legacy, a aprovação do novo plano de manutenção melhorado para a família ERJ 145, que aumentou em 25% o intervalo de inspeções de Cheque C, a confirmação da redução no consumo de combustível de 2% em relação ao previsto inicialmente para o EMBRAER 170, com o respectivo aumento da carga paga desta aeronave para 9.000 kg, dentre outras ações que trarão impactos positivos aos operadores de seus produtos.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL

Os avanços mais significativos registrados em 2004 pela Embraer no que se refere a Gestão Tecnológica e Industrial são frutos da evolução de planejamentos consistentes e contínuos de longo prazo realizados em anos anteriores e que influenciam diretamente o desenvolvimento de produtos, de novas tecnologias e da produção.

Desenvolvimento de Produtos

O ano de 2004 foi muito importante no desenvolvimento dos produtos da família EMBRAER 170/190. A certificação final de tipo do EMBRAER 170, primeira aeronave da família, em fevereiro, pelo Centro Técnico Aeroespacial – CTA, do Brasil, a Federal Aviation Administration – FAA, dos Estados Unidos da América – EUA, e a European Aviation Safety Agency – EASA, da Europa, acelerou a entrada em serviço regular desta aeronave, inicialmente na LOT Polish, Alitalia, US Airways e Republic Airways (nas cores da United Airlines). Esta entrada em serviço foi realizada com altos níveis registrados nos parâmetros de desempenho quanto à qualidade do produto e à confiabilidade em operação nas frotas.

Análises deste desempenho ao longo do ano, bem como de aperfeiçoamentos no projeto da aeronave, culminaram com a confirmação da redução de 2% no consumo de combustível e o aumento da "carga paga" para 9.000 kg, anunciados em dezembro.

O EMBRAER 175, segunda aeronave da família, recebeu, em dezembro, o certificado final de tipo do CTA. As certificações junto a EASA e a Transport Canada Civil Aviation –

TCCA, autoridade certificadora do Canadá, país onde esta aeronave iniciará sua operação comercial, estão previstas para o primeiro semestre de 2005.

O desenvolvimento do EMBRAER 190 também apresentou importantes avanços em 2004, a aeronave fez o seu primeiro vôo em março e o avanço da campanha de ensaios está direcionada para obter a certificação, com conseqüente entrada em serviço, no terceiro trimestre de 2005.

O EMBRAER 195, o maior avião já produzido pela empresa, é o mais novo integrante da família de aeronaves e realizou seu primeiro vôo em dezembro, iniciando sua campanha de ensaios prevista para ser concluída no segundo trimestre de 2006, com a obtenção do certificado final de tipo e a entrada em serviço.

Dessa forma, o desenvolvimento de produtos da Embraer obteve resultados significativos não somente na aviação comercial, mas também nos mercados de aviação corporativa, de defesa e aviação agrícola, buscando novas oportunidades de negócios através de melhorias nos seus produtos existentes ou através do desenvolvimento de novas aeronaves, visando atingir características arrojadas de desempenho e operação que atendam às necessidades específicas dos seus respectivos mercados de atuação.

Desenvolvimento e Gestão Tecnológico-industrial

As tendências percebidas, quanto a ações futuras das companhias de transporte aéreo e das autoridades certificadoras, apontam para necessidade de desenvolvimentos direcionados à segurança de vôo e do tráfego aéreo, à segurança diante de ações hostis, ao cuidado com meio ambiente, ao conforto do usuário e, principalmente, à economia e competitividade da indústria com ênfase na eficiência operacional.

No projeto de desenvolvimento das aplicações de Dinâmica dos Fluidos Computacional, Computational Fluid Dynamics – CFD, realizado em parceria com a Fundação para o Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, novos computadores entraram em operação através de um servidor dedicado conectando, em rede, a Embraer às instituições de ensino e pesquisa envolvidas em todo o Brasil; o desenvolvimento de *softwares* específicos para este tipo de aplicação foi concluído e algumas ferramentas foram implementadas com sucesso e colocadas em uso, permitindo integrar aplicações de diferentes disciplinas. O projeto prosseguirá com o desenvolvimento de outras aplicações mais específicas.

Destaque especial no que se refere a pioneirismo, foi a certificação, pelo CTA, do motor a álcool desenvolvido pela Indústria Aeronáutica Neiva, subsidiária integral da Embraer localizada em Botucatu (SP), Brasil, com o apoio de parceiros e instituições de pesquisa. Os objetivos de usar o etanol como combustível alternativo em motor tecnologicamente atualizado e homologado para uso aeronáutico, aplicado no Ipanema, aeronave de grande sucesso na aviação agrícola brasileira, possibilitando significativa redução nos custos de operação, foram alcançados com pleno sucesso. Aeronaves de série com esta configuração chegarão ao mercado em março de 2005 e aeronaves Ipanema em operação terão a

possibilidade de serem convertidas para utilização do novo combustível, o mesmo utilizado em automóveis particulares no Brasil.

Desenvolvimento da Produção

O crescimento acentuado da cadência de produção do EMBRAER 170, concentrado no primeiro semestre, foi o foco principal dos esforços na cadeia produtiva, garantindo as entregas programadas ao longo do ano. Em paralelo foram produzidas as aeronaves pré-série do EMBRAER 190 e EMBRAER 195 para dar continuidade ao desenvolvimento destes produtos.

Do outro lado do mundo, avançou a fabricação do ERJ 145 na Harbin Embraer, *joint venture* entre a Embraer, a Harbin Aircraft Industry – HAI e a Hafei Aviation Industry, sediada em Harbin, China. A primeira aeronave ERJ 145 produzida fora do Brasil entrou em operação em julho na China Southern, maior empresa aérea da República Popular da China.

O contínuo empenho em melhoria de produtividade, em redução de custos e em redução de ciclos ao longo de toda a cadeia produtiva, trouxe resultados importantes em várias frentes.

A gestão focada no programa, com visão de toda a cadeia convergindo nas docas de montagem do EMBRAER 170, resultou em significativa redução de ciclos e acentuado crescimento na produtividade das equipes de montagem, fruto de agressiva "curva de aprendizado".

O empenho em trazer para o Brasil volumes maiores de atividades realizadas por parceiros e fornecedores, bem como a subcontratação, no país, de serviços até então realizados no exterior, aponta para o crescimento consistente do conteúdo nacional dos produtos Embraer, resultando também em reduções de ciclos de fornecimento e de custos.

Estas ações são parte da estratégia da gestão de custos e estoques que garantiu crescimento controlado nos volumes de estoques, em decorrência da entrada em produção da nova família de aeronaves EMBRAER 170/190, de maneira adequada à rápida elevação da cadência, mesmo com as perturbações conseqüentes à suspensão temporária de entregas para a US Airways, em decorrência da sua concordata.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PRESENÇA GLOBAL

A Embraer mantém suas atividades de engenharia, desenvolvimento e fabricação no Brasil, com quatro unidades industriais, em São José dos Campos, Eugênio de Melo, Botucatu e Gavião Peixoto, todas no Estado de São Paulo. Possui também uma fábrica em Harbin, China, em associação com a AVIC II e em agosto de 2004 começou a construção de uma fábrica voltada a produção de aeronaves de defesa para o mercado americano em Jacksonville, Flórida.

Para dar suporte às operações de pós-venda, conta com centros de serviço e venda de peças de reposição próprias em São José dos Campos, em Fort Lauderdale - Flórida e Nashville – Tennessee, EUA, em Le Bourget - França e em Melbourne – Austrália, além da rede autorizada especializada no mundo. A Embraer também mantém um centro de distribuição de peças de reposição e uma equipe de técnicos especializados na China para prestar apoio aos clientes.

O suporte às atividades de comercialização, marketing e promoção é realizado pelos escritórios localizados em São José dos Campos – SP, em Fort Lauderdale – Flórida, EUA, em Villepinte - França, bem como os escritórios de Beijing - China e de Cingapura.

Além destas unidades, estrategicamente distribuídas pelo mundo, a Embraer mantém uma *joint venture* com a Liebherr da Alemanha, da qual detém 60% do capital, localizada em São José dos Campos, SP. Esta unidade é responsável pela manufatura dos trens de pouso das aeronaves Embraer e de outros fabricantes, além de fabricação de peças mecânicas e conjuntos hidráulicos.

Ênfase especial deve ser dada a expansão na rede de serviços na Europa através da aquisição da OGMA, uma empresa portuguesa de manutenção e produção aeronáutica, na qual a Embraer em consórcio com a EADS adquirirá 65% do capital da OGMA, empresa estatal portuguesa pela quantia de € 11,4 milhões, decisão já anunciada pelo governo português.

SUPORTE AO FINANCIAMENTO ÀS VENDAS

Assim como em 2003, o mercado para financiamento de aeronaves continua se mostrando bastante restritivo de uma forma geral. Com isso, a participação das agências de crédito à exportação tem sido de fundamental importância para suprir a ausência de financiamento de fontes privadas. Neste contexto, o apoio do BNDES vem permitindo a estruturação de financiamentos de vendas para as empresas aéreas.

Apesar do ambiente ainda não ser favorável, em 2004 pode-se verificar algum interesse de instituições financeiras e investidores em participar de estruturas de financiamento com risco de crédito das empresas aéreas, e garantidos pela aeronave. O sucesso da realização de um financiamento através do mercado de capitais, nos Estados Unidos, envolvendo os recebíveis da Continental Airlines e a obtenção de financiamento com a hipoteca da aeronave para diversos clientes comprovam a melhoria e o retorno gradativo dos investidores a este mercado. Por outro lado, a concordata da US Airways e a situação delicada de outras empresas,tem impedido que o mercado para financiamento de aeronaves possa voltar de forma mais pujante.

Para 2005 espera-se que o mercado para financiamento de aeronaves continue a melhorar gradativamente, com o retorno paulatino de agentes financeiros que estiveram ausentes do mercado nestes últimos anos.

ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS E GARANTIAS FINANCEIRAS

Para oferecer melhor suporte financeiro às vendas e reduzir alguns riscos financeiros relacionados à comercialização de aeronaves, a Embraer criou, em 2002, as subsidiárias ECC Leasing Co.Ltd. e ECC-Insurance & Financial Co. Ltd.

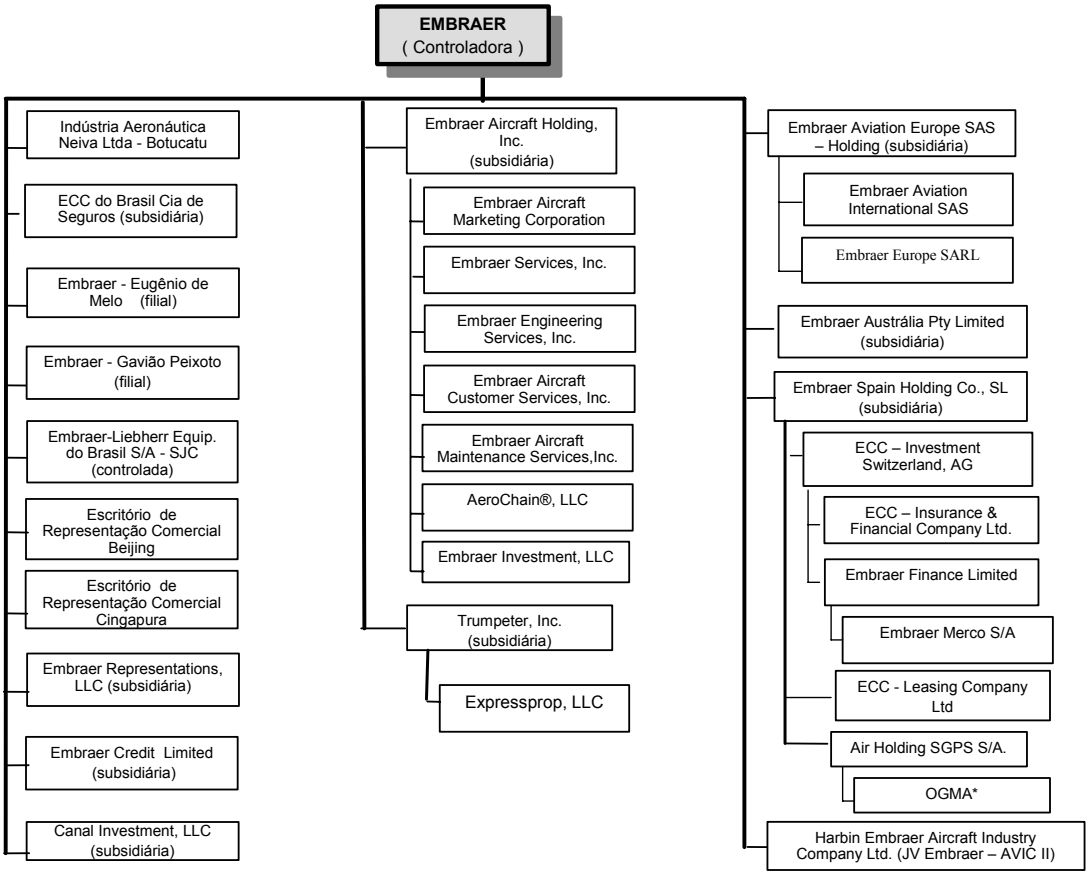
A missão da ECC Leasing Co.Ltd. é gerenciar e comercializar a carteira de aeronaves que, por obrigações contratuais, poderão ser adquiridas pela Embraer em transações de trade-in e recompra. A companhia também presta serviços de recomercialização a terceiros ligados à campanha de vendas.

Já a ECC Insurance & Financial Co Ltd. foi lançada como seguradora cativa para assegurar o pagamento de possíveis contingências relacionadas às garantias financeiras oferecidas em alguns financiamentos de vendas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Para suportar as suas atividades operacionais, a Embraer conta com uma estrutura societária que tem como objetivos atender às exigências e particularidades de cada país onde atua,

além de melhorar, organizar e otimizar a gestão das empresas do grupo prevendo a integração de todas as operações e a satisfação dos clientes.



* Aquisição aprovada em 9 de março, 2005

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA)

O ano de 2004 representa um marco nos 35 anos de vida da Embraer, atingindo recordes históricos de faturamento e lucro, impulsionado pelas primeiras entregas da aeronave EMBRAER 170, uma maior quantidade de aeronaves entregues, associado à boa performance dos segmentos de Defesa, Aviação Corporativa e Serviço ao Cliente.

A Embraer obteve um lucro de R$ 1.255,8 milhões em 2004, mais que o dobro do registrado em 2003 e 6,5% acima da marca recorde anterior de 2002, R$ 1.179,2 milhões. A receita líquida foi de R$ 10.231,2 milhões, superando em 55,7% a obtida no ano anterior, de R$ 6.570,6 milhões.

As exportações da Embraer totalizaram US$ 3.347,8 milhões, e mais uma vez se constituem recordes e marcam a posição da Empresa como a segunda maior exportadora

brasileira, com uma representação de 4% para o saldo da balança comercial brasileira em 2004.

	2002	2003	2004
Receita Bruta	7.836,9	6.599,1	10.252,7
Deduções	88,7	28,5	21,5
Receita Líquida	7.748,2	6.570,6	10.231,2
Custo dos Produtos Vendidos	4.293,7	4.219,8	6.822,8
Lucro Bruto	3.454,5	2.350,8	3.408,4
Margem Bruta	*44,6%*	*35,8%*	*33,3%*
Despesas Operacionais e PLR	1.287,1	1.108,0	1.668,1
Lucro Antes dos Juros e Impostos - EBIT	2.167,4	1.242,8	1.740,3
Margem EBIT	*28,0%*	*18,9%*	*17,0%*
Depreciação e Amortização	191,3	160,5	221,6
EBITDA	2.358,7	1.403,3	1.961,9
Margem EBITDA	*30,4%*	*21,4%*	*19,2%*
Lucro Líquido	1.179,2	587,7	1.255,8
Margem Líquida	*15,2%*	*8,9%*	*12,3%*
Lucro por Ação	1,65	0,82	1,75
Quantidade de Ações	712.974.355	716.045.583	718.341.868

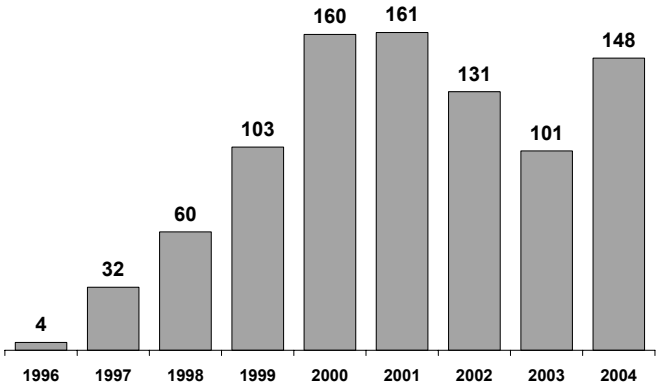
Em 2004, foram entregues 148 jatos sendo 134 para o mercado de Aviação Comercial, 13 para o mercado de Aviação Corporativa e um para o mercado de Defesa, configuradas para o transporte de autoridades.

Além destes jatos foram entregues três aeronaves EMB 145 para o México e uma aeronave EMB 145 para a Grécia, todas configuradas e modificadas para atender aos requisitos de defesa destes países.

	2002	2003	2004
Aviação Comercial	**121**	**87**	**134**
ERJ 135	3	14	1
ERJ 140	36	16	-
ERJ 145	82	57	87
EMBRAER 170	-	-	46
Aviação Corporativa	**9**	**13**	**13**
Legacy	9	13	13
Transporte de Autoridades	**1**	**1**	**1**
EMB 145	1	1	1
TOTAL JATOS	**131**	**101**	**148**

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

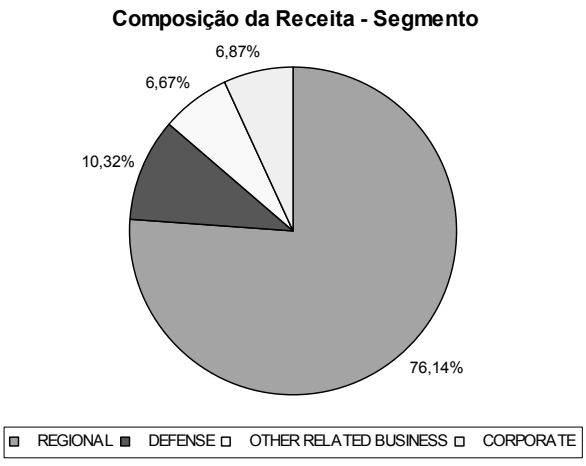
A evolução do volume de jatos entregues pela Embraer, desde o lançamento do ERJ 145, pode ser vista no gráfico a seguir, evidenciando o início da retomada das entregas, após os efeitos da crise vivida pelo setor de aviação a partir do final do ano de 2001.



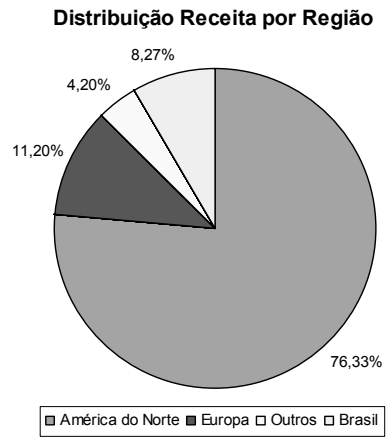
Além dos jatos entregues, a composição da receita líquida consolida as vendas de Peças de Reposição e Serviços e vendas ao Mercado de Defesa realizados pela Empresa e suas controladas, no Brasil e no exterior.

Em 2004, todos os segmentos de negócios da Embraer cresceram em relação a 2003. As receitas líquidas do segmento de aviação comercial totalizaram R$ 7.790,3 milhões representando um crescimento de 63.5% em relação ao ano anterior, tendo sido beneficiada pelas primeiras entregas do EMBRAER 170 e pela maior quantidade de aeronaves entregues no período. Os faturamentos dos segmentos de Defesa, Serviços ao Cliente e Aviação Corporativa apresentaram taxas de crescimento de 41,5%, 27,9% e 33,7%, respectivamente.

Composição da Receita - Segmento



Composição da Receita – Região



10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A margem bruta das vendas atingiu 33,3% em comparação a 35,8% obtida no ano anterior, tendo sido impactada pelas primeiras entregas do EMBRAER 170, bem como a valorização do real frente ao dólar norte americano.

Com o início da produção do EMBRAER 170 e a conseqüente "curva de aprendizado" relacionada a um novo produto, o custo da sua produção inicial é maior. Além disso, com a entrada de um novo produto no mercado, os clientes lançadores recebem benefícios que afetam o preço médio de venda.

As despesas operacionais (incluindo a participação dos empregados nos lucros e resultados) totalizaram R$ 1.668,1 milhões, representando crescimento de 50,6% em relação ao exercício anterior.

O lucro antes dos juros e impostos (EBIT) em 2004 totalizou R$ 1.740,3 milhões, maior que os R$ 1.242,8 milhões apurados no ano anterior. Assim, considerando-se o aumento das vendas da Embraer no período, a participação das despesas operacionais na receita líquida manteve-se praticamente estável em 16,3%.

Do total das despesas operacionais, os itens que apresentaram maior crescimento foram as despesas comerciais, que cresceram 66,3%, como conseqüência do maior volume de entregas e a participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) que totalizou R$ 175,6 milhões, em função da forte geração de lucro e distribuição de resultados ocorrida no ano. Como percentual das vendas as despesas comerciais mantiveram-se estáveis em 9,7% nos anos comparados.

Já as despesas administrativas, apresentaram um crescimento muito menor, se comparado ao aumento das receitas da Embraer entre 2003 e 2004. Em 2004, as despesas administrativas totalizaram R$ 387,0 milhões, equivalente à 3,8% do total da receita da Embraer, enquanto em 2003 estas representaram 5,1%.

Por outro lado, outras despesas operacionais líquidas mantiveram-se praticamente estáveis e totalizaram R$ 112,9 milhões neste ano. A maior parte destas despesas está relacionada ao desenvolvimento tecnológico, treinamento técnico dos empregados e aos estudos preliminares de projetos.

Portanto, tendo sido beneficiado pelo aumento da receita líquida, o lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras totalizou R$ 1.740,2 milhões, 40,0% maior que os R$ 1.242,8 milhões apurado em 2003. Já a margem EBIT atingiu 17,0% um pouco inferior aos 18,9% obtido em 2003, em função basicamente, da queda da margem bruta verificada no período.

Como resultado, a geração de caixa operacional medida pelo EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) atingiu R$ 1.961,9 milhões, maior que os R$ 1.403,3 milhões do ano anterior. A margem EBITDA sobre a receita líquida de 19,2% manteve-se como uma das mais altas da indústria e revela a capacidade da Embraer em

converter receitas em lucro operacional que geram retornos adequados aos seus investimentos.

Em 2004 a desvalorização de 8,1% do dólar frente ao real provocou despesas com variação monetária e cambial substancialmente menores que as despesas verificadas em 2003, quando o dólar desvalorizou-se 18,2%. As despesas com variações monetárias e cambiais líquidas em 2004 totalizaram R$ 57,0 milhões, queda de R$ 255,1 milhões em relação a 2003.

Ainda em 2004, a Embraer reconheceu despesas financeiras líquidas de R$ 85,2 milhões em comparação a uma despesa financeira de R$ 45,4 milhões obtida em 2003. Este aumento reflete basicamente a diminuição do caixa, combinado com o aumento do financiamento de longo prazo.

Desta forma, beneficiada pela maior quantidade de aeronaves entregues, um melhor mix de produtos, combinado com uma maior estabilidade do real frente ao dólar, a Embraer obteve lucro líquido de R$ 1.255,8 milhões em 2004, o maior da sua história. O aumento em relação a 2003 foi de 113,7%, R$ 668,1 milhões em termos absolutos. Da mesma forma, a margem líquida da Empresa atingiu 12,3% e maior que os 8,9% de 2003.

Indicadores Patrimoniais

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparando-os nos últimos três anos:

Destaques Consolidados Valores em R$ milhões	2002	2003	2004
Disponível	2.320,7	3.658,6	3.587,8
Contas a Receber	2.453,2	1.040,2	1.752,3
Estoques	2.837,8	3.346,1	4.069,6
Imobilizado	929,7	1.177,6	1.094,8
Fornecedores	1.141,6	1.167,5	1.486,4
Endividamento - Curto Prazo	911,3	1.493,9	1.362,5
Endividamento - Longo Prazo	1.088,6	1.522,5	2.191,2
Patrimônio Líquido	3.327,2	3.731,8	4.417,7

Em função da reprogramação das entregas de aeronaves de 2004, os estoques apresentaram um crescimento de R$ 723,5 milhões entre dezembro de 2003 e dezembro de 2004. Ainda, os estoques estão influenciados pelas quatro aeronaves EMBRAER 170 que já estavam prontas para serem entregues à US Airways, que desde o seu pedido de concordata teve as suas entregas temporariamente suspensas até que se defina a sua situação financeira.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O aumento dos estoques foi parcialmente suportado pelo aumento de R$ 318,9 milhões da rubrica fornecedores em 2004.

Entre dezembro de 2003 e o encerramento de 2004, o contas a receber passou de R$ 1.040,2 milhões para R$ 1.752,3 milhões, deste total, R$ 1.477,9 milhões referem-se a aeronaves entregues, cujos os financiamentos de vendas estão em processo de estruturação. Foram entregues a US Airways até setembro, 22 aeronaves. Destas entregas, 15 foram financiadas pela GECAS e o financiamento das sete aeronaves restantes, que estavam em fase final de negociação, foram suspensos, e estão suportados por estrutura alternativa de financiamento, representando 19,0% do total do contas a receber da Empresa.

Como reflexo do aumento dos estoques e do contas a receber, a Embraer encerrou o ano com R$ 3.587,8 milhões em disponibilidades de caixa estando incluídos suas aplicações de curto prazo em títulos e valores mobiliários, valor este R$ 70,8 milhões menor que o apurado ao final do exercício de 2003.

A Embraer encerrou o ano com um endividamento total de R$ 3.553,7 milhões e superior aos R$ 3.016,4 milhões do final do exercício anterior. Este aumento de endividamento ao longo do exercício se justifica pela necessidade de financiamento temporário do contas a receber e dos estoques.

O aumento do endividamento da Empresa ocorreu através da obtenção de linhas de crédito de longo prazo, a um custo extremamente compatível com as nossas necessidades. Assim, do endividamento total, cerca de 38% está no curto prazo, percentual menor que o de 2003, que foi de cerca de 50%. Uma vez que mais que 90% das receitas da Embraer são denominadas em dólares, a composição de moedas do endividamento, também se mostra de forma adequada pois R$ 2.291,6 milhões referem-se a linhas de crédito denominadas em dólares enquanto os restantes 35,6% são denominados em reais e outras moedas.

Com o crescimento dos ativos de curto prazo, principalmente dos estoques e do contas a receber, combinado com o alongamento do perfil do endividamento da Embraer em 2004, o capital de giro da Empresa cresceu R$ 1.665,1 milhões em relação a 2003. Desta forma a Embraer encerrou o ano com um caixa líquido de R$ 34,2 milhões, menor portanto, que os R$ 642,2 milhões disponível em dezembro do ano anterior.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Indicadores Consolidados Valores em R$ milhões	2002	2003	2004
Caixa (endividamento) Líquido	320,8	642,2	34,2
Capital de Giro	2.993,5	3.242,9	4.908,0
Liquidez Corrente	1,5	1,5	1,9
Liquidez Seca	1,0	1,0	1,2
Giro dos Estoques	1,6	1,4	1,8
Giro dos Ativos	0,7	0,5	0,7
ROA	12,4%	4,9%	9,3%
ROE	40,8%	16,6%	30,8%

Os indicadores financeiros mostram estabilidade, com a liquidez seca de 1,0 em 2003 passando para 1,2 em 2004 e, a liquidez corrente passando de 1,5 para 1,9 entre 2003 e 2004.

Apesar do aumento dos estoques verificado ao longo de 2004, o giro dos estoques aumentou de 1,4 em 2003 para 1,8 neste ano, tendo sido fortemente influenciado pelo aumento das entregas verificadas no período.

O índice de rentabilidade sobre o ativo - ROA de 9,3% e o de retorno sobre o patrimônio líquido - ROE de 30,8% foram significativamente maiores em 2004 que os apresentados em igual período de 2003. Este aumento foi conseqüência, principalmente, do melhor resultado operacional e lucro líquido apurado no exercício.

Valor Econômico Adicionado - VEA

Com o melhor resultado operacional obtido em 2004, combinado com uma maior estabilidade econômica a Embraer apresentou este ano uma rentabilidade medida pelo valor econômico adicionado, significativamente maior que o ano de 2003, que foi próxima a zero.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

milhões de reais	2001	2002	2003	2004
Total do Ativo	7.726	11.290	12.831	14.185
Passivo com Financiamento Espontâneo	3.477	5.963	6.083	6.214
Passivo Remunerado	**4.249**	**5.327**	**6.748**	**7.971**
Capital de Terceiros	1.792	2.000	3.016	3.554
Capital Próprio	2.457	3.327	3.732	4.417
Investimentos a Remunerar	**4.249**	**5.327**	**6.748**	**7.971**
Receita Operacional Líquida	6.891	7.748	6.571	10.231
Custos e Despesas Operacionais	(4.984)	(5.238)	(5.370)	(8.548)
Resultado Operacional	**1.907**	**2.510**	**1.201**	**1.683**
IR e CS	(487)	(430)	(250)	(333)
Custo Líquido do Capital de Terceiros	(277)	(889)	(315)	(476)
Lucro Líquido	**1.143**	**1.191**	**636**	**874**
Custo do Capital Próprio	(393)	(532)	(597)	(707)
Valor Econômico Adicionado	**750**	**659**	**39**	**167**
VEA / Investimento a Remunerar	**18%**	**12%**	**1%**	**2%**

Destinação dos Resultados da Controladora

O lucro líquido da Controladora, no montante de R$ 1.278,1 milhões, apresentado nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, terá a seguinte destinação, a ser aprovada pela Assembléia Geral Ordinária:

- ✓ Ratificação do valor de R$ 585,2 milhões, distribuídos a título de juros sobre o capital próprio, já distribuído ao longo dos trimestres do ano;
- ✓ Constituição de reserva legal no montante de R$ 63,9 milhões, correspondente à 5% do lucro líquido apurado, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76;
- ✓ Transferência do saldo para a conta de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, na forma do Estatuto Social.

Demonstrações Consolidadas em US GAAP

Como política de transparência e por ter ações (ADS's) negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) a Embraer apresenta a seguir resumo dos principais demonstrativos consolidados de acordo com os princípios do US GAAP.

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de Dezembro em US GAAP
(Em milhares de dólares)

ATIVO	2003	2004
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes	1.265.820	1.314.038
Titulos e Valores Mobiliários	-	46.738
Contas a receber, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	356.401	566.127
Estoques	1.158.060	1.408.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.092	104.416
Outras contas a receber	451.190	435.583
	3.335.563	**3.875.510**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber		119.678
Estoques	14.770	19.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	123.304	252.432
Outras contas a receber	2.071.763	1.421.730
Imobilizado	402.663	381.265
Investimentos	36.814	48.267
	2.649.314	**2.243.046**
TOTAL DO ATIVO	**5.984.877**	**6.118.556**

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de Dezembro em US GAAP
(Em milhares de dólares)

PASSIVO & PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2003	2004
PASSIVO CIRCULANTE		
Financiamentos	517.014	513.281
Fornecedores	404.065	556.492
Adiantamentos de Clientes	448.648	375.548
Contingência	301.906	89.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.559	14.997
Outras contas a pagar	762.030	766.194
	2.435.222	**2.316.101**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos	526.728	825.448
Adiantamentos de clientes	110.539	103.615
Contribuições de parceiros	234.958	140.037
Contingência	21.893	386.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.320	147.846
Outras contas a pagar	1.446.381	824.102
	2.367.819	**2.427.144**
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	**12.611**	**21.443**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.169.225**	**1.353.868**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.984.877**	**6.118.556**

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Consolidadas do Resultado em US GAAP
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003
(Em milhares de dólares)

	2003	2004
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	**2.143.460**	**3.440.533**
Custo dos Produtos Vendidos	(1.335.032)	(2.267.330)
LUCRO BRUTO	**808.428**	**1.173.203**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(114.743)	(139.357)
Comerciais	(206.246)	(342.883)
Pesquisa e desenvolvimento	(173.215)	(44.506)
Participação nos lucros e resultados	(20.399)	(61.199)
Outras despesas operacionais, líquidas	(29.010)	(41.272)
LUCRO OPERACIONAL	**264.815**	**543.986**
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	(140.755)	(38.000)
Perda com ajustes acumulados de conversão, líquida	(16.500)	(12.218)
Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	711	(117)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**108.271**	**493.651**
Despesas com Imposto sobre a Renda	27.990	(112.139)
Participação dos minoritários	(217)	(1.306)
LUCRO LÍQUIDO	**136.044**	**380.206**

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003 (Em milhares de dólares)

	2003	2004
FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido	**136,044**	**380,206**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado das atividades operacionais :		
Depreciação e amortização	58,877	59,685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4,531	908
Provisão para obsolescência de estoque	(18,042)	31,915
Provisão para contingências	-	21,826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35,676)	4,511
Perda na baixa de ativos	1,113	178
Juros provisionados(pagos),líquidos	15,504	(28,248)
Equivalência patrimonial em subsidiária não consolidada	(51)	-
Efeito de imposto sobre disponibilidades em outras moedas	16,500	12,218
Participação dos minoritários	217	1,306
Outros	10,624	(3,508)
	189,641	**480,997**
Mudanças nos ativos e passivos:	49,993	(475,668)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**239,634**	**5,329**
FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(64,765)	(50,075)
Outros	(7,902)	(60,956)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(72,667)**	**(111,031)**
FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Pagamento de empréstimos	(427,246)	(1,297,343)
Empréstimos	902,955	1,587,503
Dividendos pagos	(67,483)	(185,537)
Outros	(4,435)	(1,431)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades financeiras	**403,791**	**103,192**
Efeito no caixa das variações cambiais	38,240	50,728
Aumento (Redução) do disponível	608,998	48,218
Caixa e equivalentes no início do exercício	656,822	1,265,820
Caixa e equivalentes no final do exercício	**1,265,820**	**1,314,038**

MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento da Embraer com o mercado e investidores é pautado na divulgação de informações com transparência e qualidade, caracterizadas pelo profundo respeito aos princípios legais e éticos, buscando consolidar e manter a imagem de liderança e inovação

da empresa junto ao mercado de capitais. Suas ações estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) desde 1986. Desde 2000, a Embraer mantém um programa de ADRs (American Depositary Receipts) nível III na Bolsa de Nova York (NYSE).

As dificuldades vivenciadas pelo mercado de transporte aéreo em todo o mundo e, com muitas empresas aéreas, dentre as quais importantes clientes da Embraer, enfrentando condições adversas e lutando pela sua sobrevivência, fizeram com que, pela primeira vez, desde 2001, quando as ações de todo o segmento de aviação sofreram um forte impacto, as ações ordinárias (EMBR3) e preferenciais (EMBR4) da Embraer, negociadas na Bovespa, registraram, no ano de 2004, uma desvalorização de 13,6% e 18,1%, e encerraram o ano cotadas a R$ 15,80 e R$ 22,20, respectivamente. Por sua vez, o índice Bovespa valorizou-se 17,8%.

Da mesma forma, o desempenho das ADSs (American Depositary Shares) da Empresa (ERJ), negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), atingiram a cotação de US$ 33,44, no último pregão do ano, representando uma desvalorização de 5,5% em 2004.

Em 31 de dezembro de 2004 o capital social da Embraer era representado por 718.341.868 ações, sendo 242.544.448 ações ordinárias (ON) e 475.797.420 preferenciais (PN). Do total das ações ordinárias, 60% pertencem aos acionistas controladores da Embraer, quais sejam, a Cia. Bozano, Previ e Sistel, e estão vinculadas ao acordo de acionistas, na proporção de 20% cada um. Outros 20% pertencem aos acionistas estratégicos europeus Dassault, EADS, Thales e SNECMA. O Governo Brasileiro detêm, além da golden share, 0,75% das ações ordinárias. Os 19,25% restantes são negociadas na Bovespa. Já, para o total das ações preferenciais, 18,6% pertencem aos acionistas controladores, 9,6% ao BNDES, os acionistas estratégicos possuem 1,5% e o restante 70,3% estão disponíveis no mercado local e internacional (free floating).

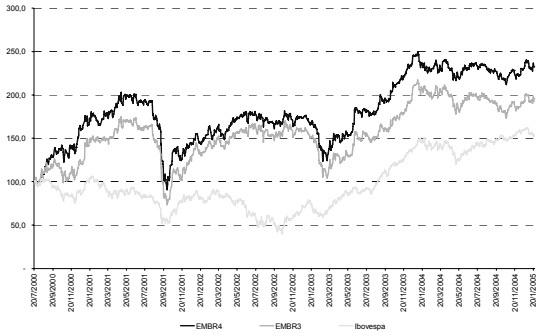
Em 2004 parte da liquidez das ações preferenciais foi transferida para o mercado norte americano e, conseqüentemente, o volume de ADSs negociado na NYSE aumentou 22% em relação ao ano anterior. Foram negociadas uma média de 547 mil ADSs por dia na NYSE, movimento equivalente a volume financeiro diário de US$ 15,5 milhões. Já, na bolsa brasileira, as ações preferenciais e ordinárias apresentaram volume médio diário de cerca de 523 mil e 222 mil ações, girando R$ 10,9 milhões e R$ 3,5 milhões, respectivamente. Em 2003 o volume médio diário foi de aproximadamente 962 mil ações preferenciais, equivalentes a R$ 13,4 milhões, e as ações ordinárias apresentaram um giro de 246 mil, equivalente a R$ 2,8 milhões.

A seguir são mostrados os desempenhos das ações da Embraer, tendo como base a data do início das negociações dos ADS's na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

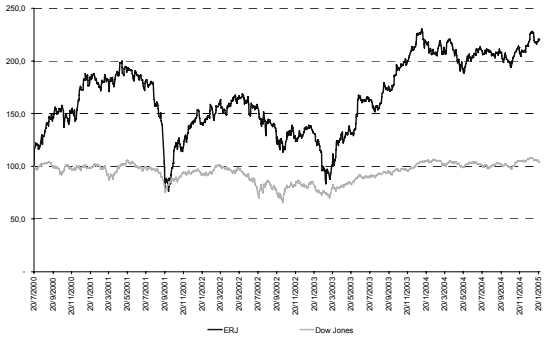
Desempenho – ON, PN na Bovespa

21/07/00 = 100



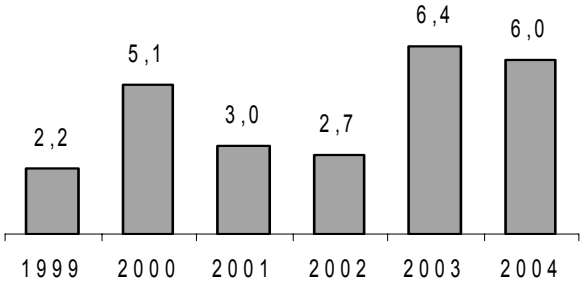
Desempenho – ADS na NYSE

21/07/00 = 100



A capitalização de mercado da Embraer atingiu o valor de US$ 6,0 bilhões no final de dezembro de 2004, comparado aos US$ 6,4 bilhões registrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Valor de Mercado – US$ bilhões



A Embraer é comprometida com um modelo de gestão transparente, que assegura ao acionista a prestação de contas, com a rápida e eficiente divulgação de informações, refletindo o profundo respeito da Empresa aos princípios legais e éticos, garantindo os direitos dos seus acionistas. A quantidade de informações divulgadas simultaneamente para todos os acionistas e agentes de mercado financeiro demonstra que a transparência e eqüidade são peças centrais no modelo de gestão da Empresa.

Cientes da importância de aproximação com os agentes financeiros, a Embraer, por meio de sua área de Relações com Investidores, realizou no ano, centenas de reuniões e participou de diversas conferências e eventos nacionais e internacionais. Pelo quinto ano consecutivo e, considerado uma referência do mercado, foi realizado, na sede da Empresa, o encontro anual com analistas e investidores, que, em 2004, bateu mais uma vez recorde de presença com a participação de quase 120 investidores brasileiros e estrangeiros. Foram dois dias,

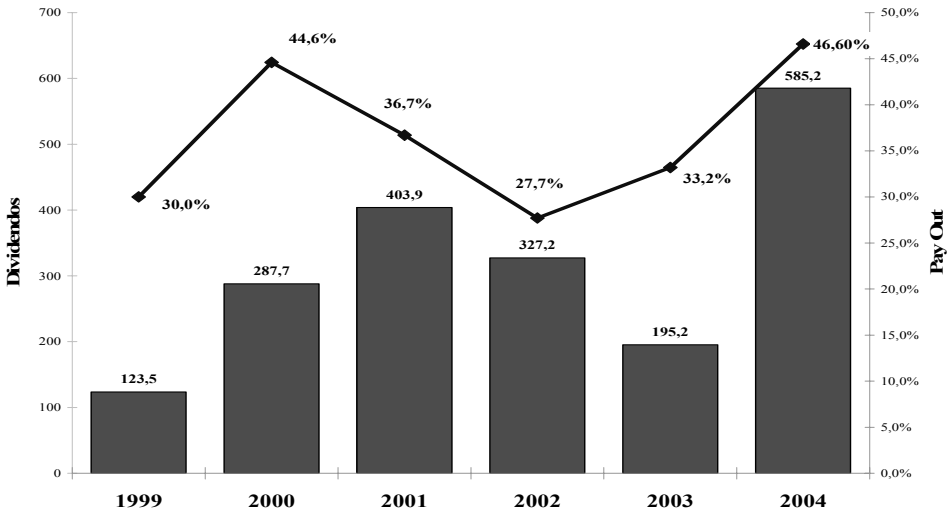
que incluíram apresentações dos executivos da empresa e uma visita inédita às instalações da Embraer em Gavião Peixoto.

Como parte do reconhecimento do mercado pela transparência e pela sua política de aproximação com os investidores, a Embraer, pelo sexto ano consecutivo, tendo sido a vencedora em 2000, foi escolhida uma das dez finalistas do Prêmio Transparência dos Demonstrativos Financeiros de 2003, promovido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC. Para esse prêmio são analisadas as demonstrações financeiras das 500 maiores empresas do Brasil.

Remuneração aos Acionistas

A partir do lucro líquido consolidado de R$ 1.255,8 milhões, a Embraer distribuiu aos seus acionistas em 2004, sob a forma de juros sobre capital próprio, R$ 585,2 milhões equivalente a R$ 0,84 por ação preferencial e R$ 0,76 por ação ordinária. A distribuição dos juros sobre capital próprio, foi aprovada pelo Conselho de Administração em cada trimestre e distribuídas aos acionistas em abril, julho, outubro de 2004 e janeiro de 2005. A distribuição de proventos deste ano representou 46,6% do lucro líquido consolidado da Empresa, mantendo assim a sua política de distribuição aos seus acionistas acima do mínimo obrigatório de 25%.

Dividendos Distribuídos



GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da Embraer possui a clara distinção de responsabilidades entre a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Cabe ao Conselho de Administração aprovar e acompanhar as estratégias da Empresa bem como os orçamentos anuais e os programas de investimentos, estabelecidos no Plano de Ação elaborado pela Diretoria.

O Conselho de Administração tem um mandato de três anos, se reúne ordinariamente a cada três meses e é composto por treze membros. Seis conselheiros são indicados pelos acionistas controladores. Entre os demais, dois são indicados em conjunto pelos acionistas Dassault, Thales, EADS e SNECMA, dois membros são indicados pelo Governo Federal e dois outros são indicados pelos empregados. Além destes, o Diretor Presidente da Empresa preenche a última posição.

O Conselho Fiscal, com atividade de acompanhar os atos administrativos e analisar as demonstrações financeiras, também se integra à política de transparência e de boa governança corporativa. O Conselho Fiscal tem como principal atribuição acompanhar os atos administrativos e analisar as demonstrações financeiras, se integrando à política de transparência e de boa governança corporativa. Assim, a Embraer possui um conselho, constituído de forma permanente conforme prevê o artigo 29 do Estatuto Social, que se reúne, pelo menos, a cada três meses.

Em 2004, tendo em vista os requisitos trazidos pela lei Sarbanes-Oxley às empresas estrangeiras com ações listadas no mercado norte-americano, a Embraer implementou algumas modificações em seu Conselho Fiscal com o objetivo deste desempenhar as funções do Comitê de Auditoria. Tais adaptações incluíram, principalmente: i) alteração de sua composição com a adição de um membro que exerce a função do Especialista Financeiro; e, ii) alteração de seu Regimento Interno para conferir as responsabilidades, bem como maior abrangência nas avaliações e análises realizadas pelos seus membros.

As atribuições de Comitê de Auditoria foram delegadas pelo Conselho de Administração ao Conselho Fiscal em 12 de março de 2004 e os novos Conselheiros, já sob a nova formação e assumindo as novas responsabilidades, foram eleitos em 26 de abril do mesmo ano.

Desta forma, o Conselho Fiscal da Embraer é composto por cinco membros efetivos sendo um especialista financeiro, todos com mandato anual e atuando como Comitê de Auditoria.

Este novo Conselho Fiscal teve sua primeira reunião em 11 de maio de 2004 e o seu Regimento Interno, com todas as adaptações necessárias para atender os requisitos da Securities and Exchange Comission (SEC), foi aprovado no dia 20 do mesmo mês.

Gestão de Riscos

Antecipando-se às atuais exigências regulamentares, a Embraer vem implementando desde 2002 um processo estruturado de gestão de riscos em nível corporativo.

A partir da Análise Geral de Riscos, em 2004 foram desenvolvidos e implementados diversos projetos de redução de risco em processos empresariais e nos principais sistemas de informação da Empresa.

O ambiente geral de controle também foi revisado, gerando diversas ações de aprimoramento da estrutura corporativa de controles internos, e permitindo à Empresa cumprir as exigências necessárias à certificação exigida no âmbito da lei Sarbanes-Oxley, aplicável às empresas cujas ações são listadas nos Estados Unidos.

Para atender a seção 404 da lei Sarbanes-Oxley, a estrutura de controles dos processos relevantes para as demonstrações financeiras está sendo documentada e testada conforme os requisitos do PCAOB (*Public Companies Audit Oversight Board*), utilizando metodologias e critérios mundialmente reconhecidos.

Foi iniciado também um projeto para incorporar o monitoramento dos principais riscos do negócio ao Sistema de Informações Gerenciais, visando assegurar resposta rápida às mudanças de cenário.

- **Riscos Operacionais**

Com intuito de proteger seu patrimônio, a Embraer tem a política de contratação de seguros com limites adequados para proteção dos riscos inerentes ao seu negócio. Assim, suporta eventos que possam causar danos à sociedade, aos empregados e aos ativos da Empresa e à sua capacidade de geração de lucro. Da mesma maneira, garante as obrigações assumidas pelos contratos de venda de suas aeronaves.

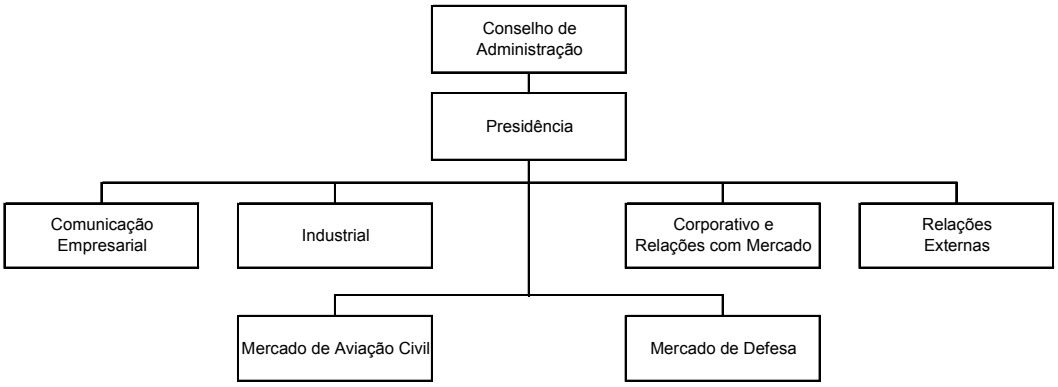
- **Riscos Financeiros**

O gerenciamento dos riscos financeiros busca identificar e tratar eventuais efeitos decorrentes do descasamento cambial e da flutuação da taxa de juros no fluxo de caixa da Empresa. Para mitigar esses riscos, a Embraer faz uso do mercado de derivativos, tanto nacional quanto internacional. Dentro dessa política de gerenciamento, todas as operações ativas e passivas são monitoradas e mensuradas através dos modelos de value at risk e stress test. Para mitigar os risco de crédito nos investimentos de caixa, a empresa segue as definições de sua política de crédito, que tem como base principal as informações divulgadas pelas agências de rating, já para operações que envolvem instrumentos de derivativos a empresa tem como contraparte instituições financeiras com alta qualidade de crédito.

Modelo de Gestão e Sistemas de Informação

Anualmente a Diretoria da Embraer elabora um Plano de Ação com uma visão de cinco anos e segue um modelo de planejamento estratégico considerando os mercados, os

competidores, as competências da Empresa e as oportunidades e riscos. O Plano é o instrumento central de empresariamento do negócio, alinhamento e comprometimento de todos os empregados com as metas e resultados planejados.



A Gestão por Processos é considerada uma das pedras fundamentais da excelência empresarial. A Embraer tem buscado aprimorar a sua organização e os sistemas de informações através da melhoria continua dos seus processos produtivos e administrativos.

Os processos estão mapeados e integrados em uma única base de dados, proporcionando uma visão completa da Cadeia de Valor, criando um ambiente de colaboração corporativo para documentação e análise de processos, com foco nos resultados através da satisfação do cliente.

Em 2004, a Embraer continuou a investir em ambientes colaborativos em base Web, os quais são fundamentais para a redução dos tempos de ciclo de desenvolvimento de produto e para a integração dos sistemas da Empresa aos sistemas dos clientes e dos fornecedores.

Ao mesmo tempo, a Empresa tem investido em sistemas de segurança da informação, visando a proteção de seu capital intelectual.

A migração do sistema de gestão empresarial ERP fornecido pela empresa SAP da versão 4.0 para a versão 4.7 está prevista para encerrar em 2005. Nessa nova fase haverá uma expansão de uso de novos módulos, propiciando uma integração segura dos processos de desenvolvimento, engenharia, manufatura, suporte pós-venda e financeiro, aumentado consideravelmente a cobertura e funcionalidades em uma mesma base sistêmica.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Embraer junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios se baseiam no fato de que: o auditor

não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, ou ainda advogar por seu cliente.

No exercício de 2004 a Embraer contratou junto a estes auditores outros trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras, cujo valor foi de aproximadamente R$ 440 mil, representando 8,4% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa prestados a todas as empresas do grupo no mundo.

A Embraer tem como política apresentar e aprovar junto ao Conselho de Administração todos os serviços não relacionados à auditoria externa, prestados por nossos auditores independentes.

Os trabalhos em questão relacionam-se, principalmente, à gestão de mudanças voltadas para os Recursos Humanos da Empresa e não afetam a independência e objetividade necessária ao desempenho dos nossos auditores independentes.

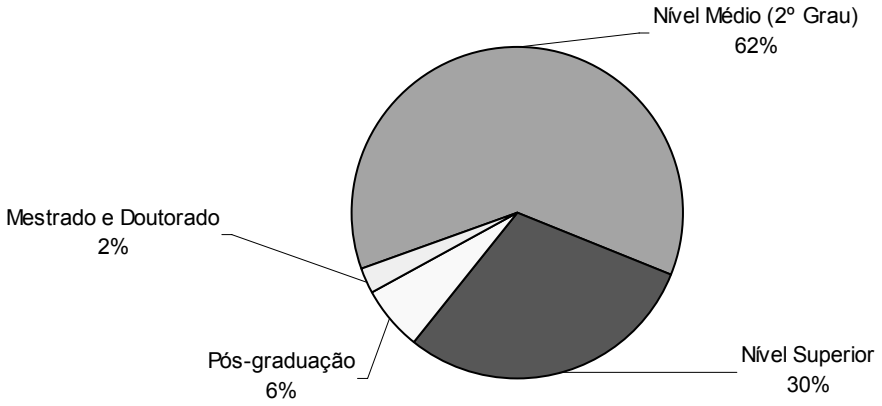
A independência desses auditores se apresenta assegurada dentro do contexto de que os referidos trabalhos foram desenvolvidos por equipe independente em relação ao grupo responsável pelos trabalhos de auditoria externa. A tomada de decisão sobre os procedimentos adotados foi estabelecida pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração.

RECURSOS HUMANOS

Qualificação profissional

Em uma empresa atuante em um ramo de tecnologia avançada como a Embraer, que atua em um mercado altamente competitivo, a formação, o treinamento e o desenvolvimento das pessoas são ações primordiais na consolidação do seu crescimento e na adaptação às necessidades de mercados mais exigentes.

Assim, a Embraer prioriza os investimentos na área de treinamentos técnicos, gerenciais e de desenvolvimento tecnológico, incluindo bolsas de estudos para nível técnico, superior e cursos de línguas, e orgulha-se em possuir um quadro de funcionários altamente qualificado, com nível de escolaridade mínimo de 2º grau completo. Em 2004, R$ 4,0 milhões foram destinados a esses programas, que beneficiaram 10.376 funcionários, que representam mais de 70% do efetivo da Empresa.



Em 2004, a Embraer iniciou um programa destinado à identificação de novas e futuras lideranças internas. Ações de desenvolvimento individual com vistas à preparação dessas lideranças estão previstas para 2005. O referido programa envolveu o esforço coletivo de mais de 300 gestores em cerca de 20 eventos.

Na linha da formação, o Programa de Especialização em Engenharia (PEE), criado em 2001 com o objetivo de formar, em 18 meses, engenheiros aeronáuticos para o atendimento da demanda das áreas de engenharia da Embraer, investiu R$ 5,0 milhões em 2004. Os participantes do PEE são engenheiros, não aeronáuticos, com até dois anos de formados, oriundos de diferentes universidades e escolhidos através de processo seletivo em todo o Brasil, que, ao concluírem o curso com bom aproveitamento, estão aptos a receber o título de Mestre em Engenharia Aeronáutica através do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Desde o início do PEE, 462 engenheiros foram formados e contratados através deste programa.

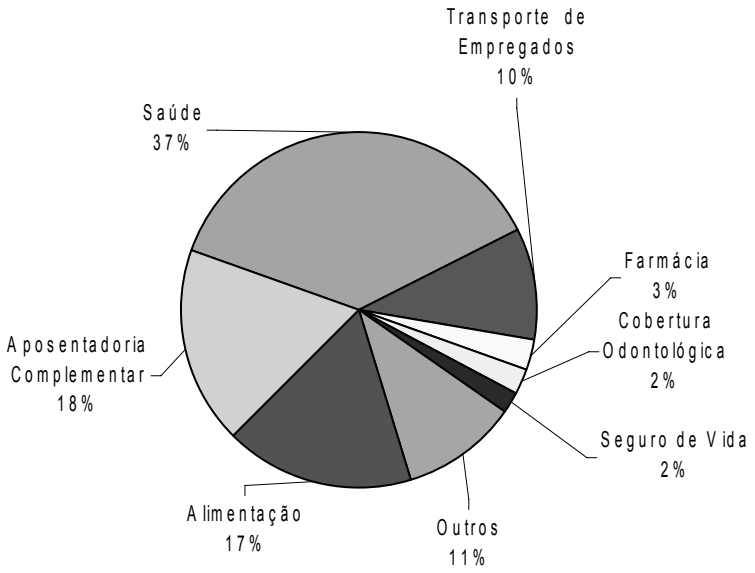
Motivação pessoal

Além de investir no treinamento e na capacitação dos seus empregados, a Embraer procura motivá-los através de uma Política de Remuneração diferenciada, de um programa de benefícios essenciais e do reconhecimento individual.

A remuneração dos empregados da Embraer é composta de uma parcela fixa, mensal, ou salário, e de uma parcela variável. A Remuneração Fixa é associada ao cargo ocupado, envolvendo as respectivas competências requeridas e referenciada pelo mercado. A Remuneração Variável é diretamente relacionada aos resultados econômicos da Empresa e aos resultados individuais de cada empregado, caracterizando um verdadeiro sistema de parceria e compartilhamento da riqueza gerada, estimulando todos no alcance das metas pactuadas.

Complementarmente à remuneração global, a Embraer oferece a seus funcionários diversos benefícios. Em 2004, a Empresa investiu R$ 132 milhões em programas como assistência

médica supletiva à saúde, envolvendo a parte médica assistencial e hospitalar, odontológica e farmacêutica, aposentadoria complementar, na modalidade contribuição definida, seguro de vida e acidentes pessoais, serviços de alimentação e transporte, entre outros.



Com o objetivo de reconhecer a contribuição e o interesse dos seus empregados, a Embraer mantém dois programas.

1. O programa Boa Idéia, que estimula o funcionário a contribuir para a melhoria do seu trabalho através de sugestões que possam refletir em ganhos econômicos para a Empresa, distribui prêmios semestrais em dinheiro aos seus vencedores e, em 2004, premiou 2.034 empregados, cujas idéias trouxeram uma economia estimada de R$ 23 milhões para a Embraer.
2. O reconhecimento do "tempo de casa", que homenageia empregados que completam 10, 15, 20, etc, anos de Empresa, contemplou, em 2004, 774 empregados, através de solenidades com entrega de brindes e lembranças alusivas à data.

Comprometimento das Pessoas

Em 2004, a Embraer contratou 2.344 empregados, encerrando o ano com 14.658 empregados. O grau de satisfação de nossos funcionários pode ser avaliado através do índice de *turn-over* por iniciativa própria: apenas 0,09%. Abaixo, um quadro mais detalhado mostra a distribuição dos empregados da Empresa quanto à função desempenhada.

Função	Embraer	Brasil	Exterior
Operacional	5.871	5.758	113
Administrativa	5.099	4.624	475
Engenharia	2.963	2.843	120
Liderança	725	591	134
TOTAL	**14.658**	**13.816**	**842**

MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Embraer no ano de 2004 completou a certificação pelas normas ISO14001 e OSHAS 18001 de suas unidades Brasil com as certificações das unidades Neiva e Gavião Peixoto.

Sempre na busca da melhoria contínua de seus processos, a Empresa tem estabelecido anualmente metas desafiadoras estando particularmente empenhada em resultados expressivos na redução dos afastamentos decorrentes de acidentes e doenças profissionais que este ano tiveram a menor taxa de toda a sua história apesar do acréscimo significativo da produção:

- Taxa de Freqüência dos Acidentes do Trabalho = 2,27
- Taxa de Gravidade dos Acidentes do Trabalho = 25

Outro resultado importante em 2004 foi no programa de adequação de postos de trabalho no qual foram desenvolvidos e implementados mais de 100 projetos ergonômicos visando a melhoria das condições para o trabalho, com reflexos enormes no índice de absenteísmo por doença na Empresa.

A Embraer também desenvolveu, no ano de 2004, projeto de âmbito sócio ambiental visando a recuperação da bacia do rio Paraíba do Sul com o reflorestamento da mata nativa na nascente do ribeirão do Vidóca, afluente do rio Paraíba do Sul em São José dos Campos.

A Empresa está desenvolvendo um programa exigindo que seus fornecedores também estejam em conformidade com a sua política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO – DVA

O DVA retrata a função social da Embraer a partir dos valores distribuídos aos segmentos da sociedade representados pelos acionistas, empregados, instituições financeiras e governo

(municipal, estadual e federal). O valor adicionado a distribuir apresentou um crescimento de R$ 566,0 milhões e representou 30,6% da receita em 2004.

Controladora R$ milhões	2002	2.003	2.004
Receita	7.668,3	6.635,5	9.351,3
Insumos Adquiridos de Terceiros	4.519,8	4.508,3	6.789,5
Valor Adicionado	3.148,5	2.127,2	2.561,8
Retenções	141,8	134,1	152,1
Valor Adicionado Líquido Produzido	3.006,7	1.993,1	2.409,7
Valor Adicionado Recebido em Transferência	151,9	305,0	454,4
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.158,6	2.298,1	2.864,1
Distribuição do Valor Adicionado	3.158,6	2.298,1	2.864,1
Empregados	560,2	549,6	721,9
Governo (impostos, taxas e contribuições)	624,2	396,5	457,0
Instituições financeiras (juros e aluguéis)	772,2	705,1	407,1
Acionistas	327,1	195,2	585,2
Lucros retidos	874,9	451,7	692,9

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

As contribuições sociais e taxas municipais, estaduais e federais, que medem parte do grau de contribuição que a Embraer proporciona para a sociedade brasileira, por meio de impostos, foram de R$ 514,2 milhões no exercício de 2004.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

As iniciativas da Embraer no campo social são conduzidas pelo Instituto Embraer de Educação e Pesquisa. Paralelamente, a Embraer apoiou programas sociais conduzidos por outras entidades, como o Programa Fome Zero, do Governo Brasileiro, com o qual contribuiu com R$ 1,325 milhão em 2004.

Atividades culturais conduzidas no Brasil e no exterior, também são apoiadas pela Empresa, que, em 2004, contribuiu com mais de R$ 2,8 milhões, a maior parte deste valor com base em leis de incentivo fiscal à cultura e artes cênicas.

Instituto Embraer de Educação e Pesquisa

O principal projeto do Instituto Embraer na área do ensino médio é o Colégio Eng. Juarez Wanderley (CEJW), inaugurado em fevereiro de 2002 com capacidade para 600 alunos (200 por série) em regime de tempo integral (1.800 aulas-hora por ano). Os alunos recebem educação, alimentação no local, transporte, uniforme escolar e material didático. O investimento total da Embraer no projeto em 2004 foi de R$ 6,4 milhões. As metas desse

projeto são: a excelência acadêmica, o desenvolvimento pleno da personalidade dos alunos e o fortalecimento de sua consciência social e espírito de cidadania. Além disso, o projeto incentiva, orienta e apóia os alunos na continuação de seus estudos na universidade.

Em 2004, o Colégio Engenheiro Juarez Wanderley completou três anos de atividades e a primeira turma, com 198 alunos, concluiu o curso de ensino médio. Dos alunos formandos, 197 prestaram vestibular e 162 foram aprovados, uma participação que demonstra de maneira flagrante o compromisso do grupo com a continuação dos estudos. Os resultados dos alunos do CEJW no primeiro vestibular foram os melhores entre todos os colégios públicos e privados de São José dos Campos.

Dessa forma, o Instituto Embraer de Ensino e Pesquisa, em parceria com o Unibanco, decidiu patrocinar 40 alunos da turma graduada em 2004 do Colégio Eng. Juarez Wanderley, assegurando o pagamento de uma bolsa-auxílio, no valor inicial de R$ 400 mensais, durante toda a duração do curso universitário. O valor recebido por estes alunos será reembolsado a partir do final do curso universitário e constituirá um fundo para apoiar os alunos de turmas subseqüentes.

Tecnologias Educacionais e de Gestão Escolar

Em outubro de 2004, a Embraer concluiu a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), uma metodologia de apoio à gestão de recursos e pessoas semelhante à Metodologia de Gestão pelo Plano de Ação (PA), que a Empresa utiliza desde sua privatização, em 1994. O desenvolvimento do projeto foi viabilizado através de uma parceria entre o Instituto Embraer, que investiu os R$ 870 mil despendidos com o projeto, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de São José dos Campos, que administra 44 escolas, 2.600 professores e 39.400 alunos, e a Fundação Pitágoras, que já havia implantado o SGI em outros municípios no estado de Minas Gerais.

O objetivo do projeto é tornar mais eficaz a aprendizagem dos alunos na rede municipal de ensino de São José dos Campos, atuando de forma sistêmica e planejada, por meio do estabelecimento de metas e de seu acompanhamento rotineiro e sua implantação somente foi possível devido ao comprometimento total da SME.

Qualificação Profissional

As ações iniciadas pelo Instituto Embraer na área de qualificação profissional são direcionadas para grupos com necessidades específicas, tais como o projeto Pró-Visão e o projeto Primeiro Emprego – FUNDHAS.

O projeto Pró-Visão prepara portadores de deficiências visuais para sua inserção no mercado de trabalho e em 2004 o Instituto Embraer contribuiu com R$ 105 mil para a compra de equipamentos gráficos. Através de uma mini-empresa criada para produzir material gráfico em braile, administrada integralmente por um grupo de 13 portadores de deficiências visuais, que são periodicamente substituídos, o projeto incentiva o

cumprimento de lei federal que obriga as empresas a manter entre 2% e 5% de portadores de deficiências visuais em seus quadros de funcionários.

O projeto Primeiro Emprego – FUNDHAS é direcionado aos 140 adolescentes da Fundação Helio Augusto de Souza – FUNDHAS que prestam serviços na Embraer, em São José dos Campos, e oferece cursos de natureza profissionalizante a estes jovens, contribuindo para a sua formação.

Outros projetos de qualificação profissional mais específicos desenvolvidos pelo Instituto Embraer junto às comunidades em que atua e que continuaram sendo apoiados em 2004 são os programas de Inclusão Digital, Pré-Vestibular e Alternativas Sustentáveis de Desenvolvimento, nos quais foram investidos cerca de R$ 250 mil em 2004.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA SA
Balanço Social (Controladora)

	2003			2004		
1) Base de Cálculo	**Valor (R$/Mil)**			**Valor (R$/Mil)**		
Receita Líquida (RL)	6.294.313			9.245.278		
Resultado Operacional (RO)	646.943			1.278.089		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	452.886			596.168		

2) Indicadores Sociais Internos	**Valor R$/Mil**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**	**Valor R$/Mil**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**
Alimentação	17.163	3,79	0,27	20.034	3,36	0,22
Encargos sociais e compulsórios	202.976	44,82	3,22	258.324	43,33	2,79
Previdência Privada	15.131	3,34	0,24	18.801	3,15	0,20
Saúde	30.901	6,82	0,49	37.284	6,25	0,40
Segurança e medicina no trabalho	3.085	0,68	0,05	4.325	0,73	0,05
Educação	1.995	0,44	0,03	2.159	0,36	0,02
Cultura	668	0,15	0,01	669	0,11	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	42.002	9,27	0,67	20.280	3,40	0,22
Participação nos lucros e resultados	45.991	10,16	0,73	138.126	23,17	1,49
Outros	13.912	3,07	0,22	16.592	2,78	0,18
Total - Indicadores Laborais	**373.824**	**82,54**	**5,93**	**516.594**	**86,64**	**5,58**

3) Indicadores Sociais Externos	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Educação	5.283	0,82	0,08	7.825	0,61	0,08
Cultura	3.731	0,58	0,06	4.436	0,35	0,05
Esporte	1.014	0,16	0,02	1.286	0,10	0,01
Lazer e diversão	28	0,00	0,00	34	0,00	0,00
Outros	3.010	0,47	0,05	2.484	0,19	0,03
Total das Contribuições para a Sociedade	**13.066**	**2,03**	**0,21**	**16.065**	**1,25**	**0,17**
Tributos (excluidos encargos sociais)	354.911	54,86	5,64	303.812	23,77	3,29
Total - Indicadores Sociais Externos	**367.977**	**56,89**	**5,85**	**319.877**	**25,02**	**3,46**

4) Indicadores Ambientais	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor R$/Mil**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	5.375	0,83	0,09	6.014	0,47	0,07
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**5.375**	**0,83**	**0,09**	**6.014**	**0,47**	**0,07**

5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período		10.233			11.238	
Nº de admissões durante o período		695			1.469	
Nº de empregados terceirizados		1.691			1.822	
Nº de empregados acima de 45 anos		1.464			1.870	
Nº de mulheres que trabalha na empresa		1.293			1.461	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		6,19%			5,53%	
Nº de empregados portadores de deficiência		472			462	

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		51			49	
Número total de acidentes de trabalho		55			85	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	( ) pela direção	(x)direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	(x)direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) pela direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados	( ) pela direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados
A previdência privada contempla:	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados	( ) direção	( )direção e gerências	(x) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores,os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia", "Embraer" ou "controladora") tem como objetivo o desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Controladora

As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes entre os exercícios.

b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos e as transações intercompanhias e os lucros não realizados, líquidos dos efeitos do imposto de renda, estão eliminados na consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de todas as subsidiárias em que a Embraer, direta ou indiretamente, tem a maioria no capital da subsidiária ou controle de gestão, como segue:

Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH

Subsidiária integral, localizada em Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias localizadas nos Estados Unidos:

- Embraer Services Inc. - ESI: presta suporte naquele país aos programas do mercado de defesa.

- Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS: realiza vendas de peças de reposição, apoio ao produto e treinamento de clientes nos Estados Unidos, Canadá, Caribe e Reino Unido.

Embraer Marketing Corporation - EMC: responsável pela representação comercial, marketing e promoções, tanto para a aviação comercial como corporativa.

- Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS: tem como atividade a prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes.

- Aerochain® LLC: responsável pela atividade de comércio eletrônico.

- Embraer Engeneering Service Inc.: executa serviços de engenharia para os programas da Companhia.

- Embraer Investments Ltd.: tem como objetivo a estruturação financeira das vendas efetuadas pela Companhia.

Trumpeter Inc.

Subsidiária integral, localizada em Wilmington, Delaware, Estados Unidos, possui 25% da Expressprop LLC, cujo objetivo é dar suporte à operação de venda de aeronaves EMB 120 Brasília usadas.

Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA

Subsidiária integral, localizada em Botucatu, São Paulo, Brasil, está envolvida na produção e venda de aeronaves agrícolas, bem como na produção e na montagem de partes e componentes das aeronaves fabricadas pela Companhia.

ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.

A Embraer detém 60% do capital votante e a Liebherr International AG 40% desta sociedade, localizada em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. Sua atividade é produzir e vender equipamentos hidráulicos e mecânicos de alta precisão para serem utilizados na indústria aeronáutica.

Embraer Aviation Europe SAS - EAE

Subsidiária integral, situada em Le Bourget, França, tem como subsidiárias:

- Embraer Aviation International SAS - EAI: localizada em Le Bourget, França, presta serviços de suporte pós-venda na Europa, na África e no Oriente Médio.

- Embraer Europe SARL - EES: localizada em Villepinte, norte de Paris, França, tem como objetivo a representação comercial da Companhia na Europa, na África e no Oriente Médio.

Embraer Australia PTY Ltd. - EAL

Subsidiária integral, localizada em Melbourne, Austrália, tem como objetivo prestar serviços de suporte pós-venda para os clientes da Oceania, Ásia e região.

Embraer Credit Ltd. - ECL

Subsidiária integral, localizada em Wilmington, Delaware, Estados Unidos, tem como objetivo apoiar as operações de comercialização.

Embraer Representation LLC - ERL

Localizada em Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos, tem como objetivo a representação institucional da Companhia.

Embraer Spain Holding Co. SL - ESH

Localizada na Espanha, tem como objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive as voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da ESH são operacionalizadas por suas subsidiárias:

- ECC Investment Switzerland AG: localizada na Suíça, possui participação de 100% no capital das subsidiárias ECC Insurance & Financial Co. Ltd. - ECC Insurance e Embraer Finance Ltd. - EFL.

- ECC Insurance & Financial Co. Ltd. - ECC Insurance: localizada nas Ilhas Cayman, B.W.I., é uma companhia cativa de seguros, que tem por objetivo cobrir as garantias financeiras oferecidas aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos nas estruturas de vendas de aeronaves.

- Embraer Finance Ltd. - EFL: localizada nas Ilhas Cayman, B.W.I., fornece suporte em algumas atividades de compra e venda da Companhia, assim como suporta os clientes na obtenção de financiamentos de terceiros. A partir de 24 de dezembro de 2004, passou a ser subsidiária integral da ECC Investment Switzerland AG (anteriormente subsidiária integral da Companhia).

- ECC Leasing Co. Ltd.: localizada na Irlanda, o objetivo é o arrendamento e a comercialização de aeronaves usadas.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 22 de dezembro de 2004, foi criada a subsidiária AIRHOLDINGS SGPS, S.A. com participação da ESH de 99,9% no capital.

Em 23 de dezembro de 2004, a AIRHOLDING SGPS, S.A. adquiriu da Empresa Portuguesa de Defesa - EMPORDEF 65% do capital votante da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., uma companhia portuguesa de manutenção e produção aeronáutica. Em 31 de dezembro de 2004, referida aquisição encontra-se em processo de avaliação pelas autoridades européias.

A totalidade das ações adquiridas e os valores pagos por estas ficarão depositados em uma conta especial vinculada ("escrow deposit"), aberta no banco depositário, até a aprovação final da operação pelas autoridades de concorrência européias.

Em 9 de março de 2005, as autoridades de concorrência européias aprovaram a aquisição.

Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI

Com sede na cidade de Harbin, capital da província de Heilongjiang, destina-se a fabricar aviões da família ERJ 135/140/145, visando atender às demandas do mercado de transporte aéreo comercial da China, para a faixa de 30 a 50 assentos. A Companhia é controladora do negócio, com 51% de participação.

Canal Investments LLC

Subsidiária integral, localizada em Wilmington, Delaware, Estados Unidos, é responsável pelos ativos do comércio eletrônico.

ECC do Brasil Cia. de Seguros

Subsidiária com participação de 99,99%, localizada em São José dos Campos, São Paulo, Brasil, constituída em 3 de junho de 2004 e aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em 13 de outubro de 2004, tem o objetivo de operar unicamente em seguros de crédito à exportação no Estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do exercício.

Investimentos em coligadas nas quais a Companhia não tem controle estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos, a seguir, a reconciliação entre as demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas:

	Lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de		Patrimônio líquido em 31 de dezembro de	
	2004	2003	2004	2003
Na controladora	1.278.089	646.943	4.606.560	3.898.415
Lucros não realizados (*)	(22.256)	(59.290)	(188.903)	(166.647)
No consolidado	1.255.833	587.653	4.417.657	3.731.768

(*) Os lucros não realizados referem-se às vendas de peças de reposição, aeronaves e direito de exclusividade de mercado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponível

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço ou valor da cota de fundos de investimento.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída com base na análise individual dos recebíveis em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes.

c) Estoques

Os estoques, incluindo as peças de reposição, estão demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou mercado, entre esses o menor. Estoques de produtos em elaboração e acabados, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas. Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidade superior àquelas a serem utilizadas no projeto.

d) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

e) Ativo permanente

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e reduzidos pela provisão para perdas necessária para adequá-
-los ao valor de mercado, quando aplicável.

Ganhos ou perdas na conversão decorrentes dos efeitos da desvalorização (ou valorização) do real, quando da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias estrangeiras para apuração da equivalência patrimonial e da consolidação, são alocados a despesas/receitas financeiras.

O imobilizado é avaliado pelo custo, acrescido das reavaliações e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado, quando incorridos. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a imobilizações em andamento.

O diferido é reconhecido pelo custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, composto principalmente por gastos com pesquisa e desenvolvimento, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos e ferramentais, para amortização subseqüente baseada no número de aeronaves que a Companhia espera vender. Contribuições de parceiros relacionados com o desenvolvimento de novos produtos são reconhecidas no ativo diferido no momento em que essas contribuições deixarem de ser contingentes.

f) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

g) Financiamentos

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até a data de encerramento do exercício.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos resultados tributáveis, considerando as diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável, e estão determinados de acordo com a legislação em vigor e provisionados segundo o regime contábil de competência.

i) Garantia dos produtos

Despesas com garantia relacionadas a aeronaves e peças de reposição são reconhecidas à época da venda com base nos valores estimados a incorrer. Essas estimativas são baseadas em fatores históricos que incluem, entre outros, reclamações com garantia e respectivos custos de reparos e substituições, garantia dada pelos fornecedores e o período contratual de cobertura. O período de cobertura da garantia varia de 36 a 60 meses. Em alguns casos, a Companhia é obrigada a realizar modificações no produto devido à exigência das autoridades de certificação aeronáutica. Os custos previstos para tais modificações são provisionados no momento em que os novos requisitos são exigidos.

Em algumas situações, a Companhia pode ser obrigada a fazer modificações nos produtos após a entrega devido à introdução de melhorias ou desempenho de aeronaves. Os custos relacionados a tais modificações são registrados quando conhecidos.

j) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

k) Vendas e outras receitas operacionais

As receitas de vendas de aeronaves regionais, corporativas e peças de reposição são geralmente reconhecidas no ato da entrega ou embarque. No segmento de defesa, as operações consistem, principalmente, em contratos de longo prazo, e as receitas são reconhecidas de acordo com o método de custo incorrido. Alguns contratos contêm cláusulas para reajuste de preço com base em índices preestabelecidos e reconhecidos pelo período de competência. As provisões para perdas em contratos de venda no segmento de defesa são registradas quando há evidências de que ocorrerão e também com base nas melhores estimativas da Administração.

l) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

m) Outorga de ações

A outorga de opção de compra de ações a empregados não resulta em despesa a ser contabilizada. Quando do exercício das opções, a compra de ações pelos empregados é reconhecida como aumento de capital no montante do preço de compra.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas e adote premissas relacionadas com os ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e com os montantes de receitas e despesas reportados nos respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

o) Operações de derivativos

Nas operações de derivativos os valores nominais não são registrados, porém os resultados não realizados são registrados pelo regime de competência, sem marcação ao mercado desses instrumentos (nota explicativa nº 32).

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Caixa e bancos:				
Reais	2.173	7.885	7.943	11.833
Dólar norte-americano	1.126	721	29.664	194.663
Outras	794	834	25.827	8.855
Numerário em trânsito	146.781	-	147.843	-
Aplicações financeiras:				
Em reais-				
Fundos de investimento	1.521.170	2.567.194	1.541.008	2.569.482
Em dólares norte-americanos:				
Depósitos a prazo fixo	-	-	314.735	58.164
Fundos de investimento	-	-	1.327.958	-
"Overnight"	920	607	67.060	815.059
Outras moedas	-	-	1.706	548
	1.672.964	2.577.241	3.463.744	3.658.604

As taxas médias de juros anualizadas, relacionadas às aplicações financeiras efetuadas em reais e em dólares norte-americanos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, foram de 14,4% e 1,8% (24,3% e 1,1 % ao ano em 2003), respectivamente.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento e depósitos a prazo fixo, com um mercado de liquidez imediata e prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Debêntures (a)	31.827	30.866	31.827	30.866
Provisão para perdas	(31.827)	-	(31.827)	-
Notas do Tesouro Nacional (b)	-	-	74.469	74.124
Certificados mobiliários (c)	-	-	120.213	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	3.847	-
	-	30.866	198.529	104.990
Menos- Circulante	-	12.480	124.061	12.480
Longo prazo	-	18.386	74.468	92.510

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Foi constituída provisão para perdas nas debêntures cuja contrapartida está registrada como despesas financeiras.

(b) Referem-se aos recebíveis representados por Notas do Tesouro Nacional adquiridas pela Companhia de seus clientes, relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX entre o 11º e 15º ano após a venda da respectiva aeronave, os quais foram reconhecidos a valor presente. Os juros são reconhecidos como receita financeira, uma vez que a Companhia tem a possibilidade, a intenção e a habilidade de manter esses títulos em carteira até o vencimento.

(c) Referem-se à aplicação em certificados do tipo "Enhanced Equipment Trust Certificates - EETC". Tais certificados são lastreados em recebíveis de leasing da Expressjet com prazos de vencimentos até 2019, e com garantia de aeronaves vendidas pela Companhia. Estão marcados a mercado em 31 de dezembro de 2004 e a Administração da Companhia não tem intenção de mantê-los em carteira e está monitorando o melhor momento para vendê-los no mercado.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Comando da Aeronáutica	33.080	17.522	117.301	73.073
Clientes no país - terceiros	12.950	10.903	17.871	13.446
Sociedades controladas	70.037	171.845	-	-
Clientes no exterior - terceiros	1.565.567	736.187	1.617.144	953.634
	1.681.634	936.457	1.752.316	1.040.153
Menos- Circulante	1.363.996	936.457	1.400.595	1.004.582
Longo prazo	317.638	-	351.721	35.571

Do montante consolidado, aproximadamente 84,4% (57,0% em 2003) encontram-se em processo de estruturação de financiamento, caracterizado basicamente pelo segmento de Aviação Comercial. Do saldo remanescente, R$55.041 (R$114.464 em 2003) referem-se ao segmento de Defesa.

Em 12 de setembro de 2004, a companhia norte-americana US Airways, que em maio de 2003 assinou contrato para compra de 85 aeronaves EMBRAER 170, entrou com um novo pedido de concordata.

Até 31 de dezembro de 2004, foram entregues à US Airways 22 aeronaves EMBRAER 170.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 25 de janeiro de 2005, a Corte de Falências dos Estados Unidos autorizou a US Airways a utilizar os adiantamentos efetuados anteriormente à Companhia para liquidação de suas obrigações.

O saldo a receber desse cliente em 31 de dezembro de 2004 é de R$333.870 e a Administração acredita que este será integralmente realizado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Saldo inicial	5.750	4.301	70.094	86.502
Variação cambial	(366)	(544)	(4.677)	(11.429)
Adição	2.651	4.550	10.893	8.788
Reversão	(160)	(2.354)	(12.442)	(12.827)
Baixas	-	(203)	(1.490)	(940)
Saldo final	7.875	5.750	62.378	70.094

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ICMS e IPI	15.758	10.359	51.048	28.776
Imposto de renda retido na fonte ou antecipado e contribuição social	6.552	48.804	6.662	48.958
PIS e COFINS	32.822	5.146	32.908	5.146
Outros	1.487	1.777	1.488	1.889
	56.619	66.086	92.106	84.769
Menos- Circulante	53.128	63.575	87.219	80.304
Longo prazo (*)	3.491	2.511	4.887	4.465

(*) Refere-se ao ICMS sobre aquisição de bens do ativo imobilizado.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Crédito com fornecedores	30.503	32.215	30.503	32.232
Adiantamentos a empregados	16.197	18.171	17.064	18.663
Contas a receber - BNDES	7.169	103.923	7.169	103.923
Recebíveis com EPEs (*)	-	-	243.073	-
Depósito judicial	43.107	37.029	43.739	37.788
Incentivo fiscal - FINAM	9.604	9.604	9.604	9.604
Adiantamento de comissão	-	-	7.574	13.060
Ganhos não realizados com derivativos	13.003	8.150	13.031	8.150
Outros	6.059	4.264	14.272	22.269
	125.642	213.356	386.029	245.689
Menos- Circulante	64.941	158.174	322.558	187.874
Longo prazo	60.701	55.182	63.471	57.815

(*) Refere a recebíveis das Entidades de Propósito Específico - EPEs os quais estão lastreados nas aeronaves cujas operações de estruturação de financiamento de vendas ainda não foram finalizadas.

9. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Garantia de financiamentos (a)	-	-	600.356	746.716
Garantia de estrutura de vendas (b)	-	-	613.303	556.598
Garantia de fornecimento (c)	60.027	65.338	60.027	65.338
Outras	-	-	16.507	-
	60.027	65.338	1.290.193	1.368.652
Menos- Circulante	-	-	616.864	746.716
Longo prazo	60.027	65.338	673.329	621.936

(a) Aplicações financeiras denominadas em dólares norte-americanos, vinculadas às estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão das estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da LIBOR semestral.

(b) Valores em dólares norte-americanos depositados em uma conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao montante da conta de caução. O montante depositado será liberado

por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2017), caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. Os juros sobre a conta de caução são adicionados ao saldo do principal e reconhecidos pela Companhia como receita financeira.

Buscando garantir rentabilidade compatível com o prazo da caução, em 2004 a Embraer aplicou parte desse saldo, no montante de R$112.016 (US$42.200 mil), em notas estruturadas. Essas notas renderam juros de R$1.941 (US$731 mil) em 2004, que foram incorporadas ao principal e reconhecidas como receita financeira do exercício. Em caso de evento de "default" da Embraer, tais notas terão seus vencimentos antecipados, sujeitando a realizá-las em condições de mercado que, se fossem inferiores aos valores originalmente aplicados, o resgate seria pelo seu valor de aplicação. Eventos de "default" que podem antecipar o vencimento das notas, mais comumente aplicáveis a esse mercado, são, entre outros: (i) insolvência ou concordata da Embraer; e (ii) inadimplência ou reestruturação de dívidas da Embraer em contratos de financiamentos.

(c) Valores depositados em uma conta de caução como garantia de fornecimento do objeto do contrato de vendas.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Produtos acabados	271.218	156.592	271.218	156.592
Produtos em elaboração (a)	1.702.134	1.329.654	1.779.218	1.403.636
Matéria-prima	1.100.018	737.494	1.143.013	889.460
Peças de reposição	142.646	131.553	552.059	496.189
"Pool de peças" de reposição (b)	-	-	92.419	70.336
Aviões usados para venda (c)	44.226	33.793	92.405	62.680
Materiais de consumo	1.591	1.697	2.793	2.360
Mercadorias em trânsito	283.880	193.603	291.303	175.626
Adiantamentos a fornecedores (d)	6.725	120.347	78.706	307.013
Provisão para obsolescência (d)	(132.990)	(85.651)	(233.559)	(217.795)
	3.419.448	2.619.082	4.069.575	3.346.097
Menos- Circulante	3.419.448	2.619.082	4.017.330	3.303.411
Longo prazo	-	-	52.245	42.686

(a) Inclui aeronaves pré-séries do Programa EMBRAER 170/190 e ERJ 135 no montante de R$557.598, utilizados para ensaios visando à certificação da aeronave. Após as campanhas de certificação, a Companhia pretende vender essas aeronaves.

(b) A Companhia mantém um "pool de peças" de reposição para uso exclusivo dos clientes que contrataram o Programa "Exchange Pool". Esse Programa prevê que tais clientes podem trocar um componente danificado por um em iguais condições de funcionamento, conforme definido no Programa. Esse estoque é depreciado utilizando-
-se o método linear com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização. O valor da depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2004 é de R$38.009 (R$27.650 em 2003).

As receitas do Programa "Exchange Pool" são reconhecidas mensalmente sobre o período do contrato e consistem em parte de uma taxa fixa e em parte de uma taxa variável, diretamente relacionada às horas de vôo da aeronave coberta. Essas taxas são registradas como receita do Programa. Durante 2004 e 2003, a Companhia reconheceu R$39.867 e R$34.545, respectivamente, como receita relacionada ao Programa "Exchange Pool".

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Na controladora e no consolidado refere-se a uma aeronave Legacy, seis EMB 120 e um Ipanema (três EMB 120 em 2003), disponíveis para venda, e estão registrados pelo custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor.

(d) Foi constituída para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definido, através do programa de produção. Foram constituídas provisões para cobrir eventuais perdas para estoque de almoxarifado e produtos em processo excessivos ou obsoletos. A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Saldo inicial	85.651	94.787	217.795	217.198
Provisão	64.550	13.984	78.565	49.673
Baixa	(17.211)	(23.120)	(59.576)	(39.262)
Efeito da variação cambial	-	-	(3.225)	(9.814)
Saldo final	132.990	85.651	233.559	217.795
Menos- Circulante	132.990	85.651	193.385	190.145
Longo prazo	-	-	40.174	27.650

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Seguro de garantias financeiras (a)	430.947	508.021	-	-
Prêmios de seguros (b)	29.790	25.738	31.035	28.637
Seguro de crédito (c)	24.927	99.144	24.927	99.144
Concessões comerciais (d)	26.615	22.029	26.615	22.029
Treinamento de clientes (d)	10.489	9.521	10.489	9.521
Outros	2.525	2.860	4.836	6.439
	525.293	667.313	97.902	165.770
Menos- Circulante	240.011	211.396	81.878	79.235
Longo prazo	285.282	455.917	16.024	86.535

(a) Contratação com a ECC Insurance de uma apólice com prazo de cinco anos para cobertura das garantias financeiras oferecidas pela Companhia aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos na estrutura de vendas de aeronaves. Inclui valor do realizável a longo prazo no montante de R$269.342.

(b) Composto basicamente por prêmios de seguros das apólices contra incêndio, lucro cessante, responsabilidade civil, produtos aeronáuticos e veículos.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Seguro de crédito relativo a uma linha de financiamento no exterior.

(d) Concessões comerciais e treinamento de clientes representam créditos de peças de reposição e treinamento de pilotos, mecânicos e comissários de bordo concedidos aos clientes pela venda da aeronave. Esses créditos estão previstos nos contratos de venda e inclusos no preço global de venda da aeronave. O prazo de entrega real das peças e de execução dos serviços pode ser diferente do prazo de entrega da aeronave. Esses montantes refletem o custo de tais concessões incorridos antes da entrega da aeronave e serão reconhecidos como despesa ao longo do período do contrato de venda, concomitantemente às receitas decorrentes das entregas das aeronaves.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Em sociedades controladas:				
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	199.641	209.502	-	-
Trumpeter Inc.	12.168	13.282	-	-
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	31.026	21.380	-	-
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	38.050	37.703	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	121.474	94.772	-	-
Embraer Europe SARL - EES	-	2.113	-	-
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	-	2.579	-	-
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	354.335	335.042	-	-
Embraer Representation LLC - ERL	45.543	7.137	-	-
Harbin Embraer Industry Company Ltd. - HEAI	34.044	9.377	-	-
Canal Investments LLC	12.996	-	-	-
ECC do Brasil Cia. de Seguros	3.777	-	-	-
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. (i)	-	-	41.219	-
	853.054	732.887	41.219	-
Em sociedades coligadas:				
Expressprop LLC (ii)	-	-	12.729	13.855
	853.054	732.887	53.948	13.855

(i) Essa empresa não foi consolidada pois a aquisição se encontra em processo de avaliação pelas autoridades de concorrência de Portugal, Alemanha e Itália (nota explicativa nº 2).

(ii) A Companhia possui indiretamente 25% e a Continental Airlines Finance Corporation 75% do capital social da Expressprop LLC. Essa coligada fornece suporte na venda das aeronaves usadas EMB 120 Brasília. O investimento é contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2004, essa coligada não apresentou resultado e em 2003 o resultado foi de R$584.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 31.12.03	Equivalência patrimonial	Adições	Baixas	Dividendos propostos	Variação cambial	Transferênc
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	209.502	8.056	-	-	-	(17.917)	
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	52.454	-	-	-	7.209	
Trumpeter Inc.	13.282	(35)	-	-	-	(1.079)	
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	21.380	9.646	-	-	-	-	
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	37.703	3.435	-	-	(3.100)	-	
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	94.772	24.580	-	-	-	(830)	2.95
Embraer Europe SARL - EES	2.113	858	-	-	-	(18)	(2.95
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	2.579	(8.071)	-	-	-	(115)	
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	335.042	51.190	-	-	-	(2.854)	
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	4.838	-	-	-	965	
Embraer Representation LLC - ERL	7.137	38.986	-		-	(580)	
Canal Investments LLC	-	(4.258)	18.873	-	-	(1.619)	
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	9.377	3.793	23.648	-	-	(2.774)	
ECC do Brasil Cia. de Seguros	-	177	3.600	-	-	-	
	732.887	185.649	46.121	-	(3.100)	(19.612)	

Movimentação do investimento no consolidado

	Saldo em 31.12.03	Equivalência patrimonial	Adição	Variação cambial	Saldo em 31.12.04
Expressprop LLC	13.855	-	-	(1.126)	12.729
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	-	-	41.219	-	41.219
	13.855	-	41.219	(1.126)	53.948

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Informações relativas às controladas diretas

	2004						
	Capital social	Participação no capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Lucros não realizados	Equivalência patrimonial	Patri líqu
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	4	100,00	212.894	10.346	(2.290)	8.056	22
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	-	-	52.454	-	52.454	(8
Trumpeter Inc.	9.025	100,00	12.167	(35)	-	(35)	1
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	18.158	100,00	38.122	6.623	3.023	9.646	3
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	33.762	60,00	74.712	12.434	(4.025)	3.435	6
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	104.374	100,00	125.532	25.952	(1.372)	24.580	9
Embraer Europe SARL - EES	-	-	-	858	-	858	
Embraer Australia PTY Limited - EAL	9.027	100,00	(5.607)	(8.071)	-	(8.071)	
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	346.680	100,00	354.335	22.147	29.043	51.190	33
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	100,00	(6.071)	4.838	-	4.838	(1
Embraer Representation LLC - ERL	-	100,00	45.543	38.986	-	38.986	
Canal Investments LLC	-	100,00	12.996	(4.258)		(4.258)	
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd.	66.496	51,00	66.754	7.438	-	3.793	1
ECC do Brasil Cia. de Seguros	3.600	99,99	3.777	177	-	177	
						185.649	

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos lucros não realizados nas operações com as controladas.

A controladora constituiu provisão correspondente ao valor do passivo a descoberto de suas controladas Embraer Credit Ltd. - ECL e Embraer Australia PTY Limited - EAL, no montante total de R$11.678 (R$100.580 em 2003), a qual está registrada na rubrica "Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas" (nota explicativa nº 21). As contrapartidas das provisões constituídas foram classificadas como resultado de equivalência patrimonial.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Operações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são como segue:

d.1) Controladora

	Curto prazo				Longo prazo				Resultado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo		financeiro		Resultado operacional	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Comando da Aeronáutica	33.080	17.522	33.050	92.998	-	-	-	-	-	-	216.464	160.422
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS	19.676	25.841	9.583	23.200	197.329	84.115	-	-	6.316	677	7.152	(106.566)
Embraer Aviation International SAS - EAI	15.165	14.121	3.449	22.860	-	-	-	-	-	1.167	5.709	(72.454)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	280	183	1.970	6.834	-	-	-	-	(50)	-	(91.159)	(53.508)
Embraer Services Inc. - ESI	5.869	1.230	5	154	-	-	-	-	-	-	6.340	2.379
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	3.715	1.959	12.303	5.723	-	-	-	-	-	1.298	(110.741)	(59.024)
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	382	1.746	-	-	-	-	-	-	-	-	901	535
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS	256	-	133	18	-	-	-	-	-	-	-	-

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ECC Leasing Co. Ltd.	-	104.762	-	277	-	-	-	-	-	-	79.575	106.283
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	28.016	23.263	-	725	-	22.596	-	-	10.634	-	69.102	36.538
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.633	97.403	846.290	29.620	5.535	6.520	1.239	22.979	(16.113)	(5.140)	-	-
ECC Insurance & Financial Co. Ltd.	161.605	138.551	280.412	430.549	269.342	369.470	150.535	169.565	-	-	-	(144.055)
ECC Investment Switzerland AG	133	-	-	-	-	-	-	-	133	-	-	-
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	-	21.387	156.238	2.994.349	2.576.837	-	-	860	3.695	122.049	51.232
Embraer Engineering Service Inc.	-	-	21.496	8.787	-	-		-	-	-	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	-	-	3.840	6.366	-	-	-	-	(669)	(1.242)	-	-
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	-	13.076	-	81.692	115.091	-	-	404	2.168		-
Embraer Representation LLC - ERL	-	-	234.142	101.293	-	-	-	-	(412.807)	-	(134.614)	-
Embraer Spain Holding Co. SL -	43.769	-	-	-	-	-	-	-	63	-	(145.286)	-

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ESH Aerochain ® LLC	743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	743	(989)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.706	-	-
ECC do Brasil Cia. de Seguros	-	-	-	-	502	-	-	-	-	-	-	-
European Aerospace and Defense Gorup - EADG	-	-	2.607	2.468	-	-	-	-	-	-	(9.337)	(5.989)
Banco do Brasil S.A. (*)	287.637	1.392.420	66.521	220.617	-	-	137.054	-	47.375	84.562	-	-
	601.959	1.819.001	1.550.264	1.108.727	3.548.748	3.174.629	288.828	192.544	(363.854)	90.891	16.898	(85.196)

d.2) Consolidado

	Curto prazo				Longo prazo				Resultado financeiro		Resultado operacional	
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo					
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Comando da Aeronáutica	117.301	17.522	104.883	92.998	-	-	-	-	-	-	733.912	160.422
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.633	97.403	853.133	29.620	5.535	6.520	15.067	22.979	(18.178)	(5.140)	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	-	-	5.045	6.366	-	-	18.160	3.688	(1.848)	(1.242)	-	-
European Aerospace and Defense Group - EADG	-	-	3.083	2.494	-	-	-	-	-	-	(10.743)	(6.323)
Banco do Brasil S.A. (*)	2.217.658	2.139.136	81.485	228.620	-	-	331.885	-	37.806	89.467	-	-
	2.336.592	2.254.061	1.047.629	360.098	5.535	6.520	365.112	26.667	17.780	83.085	723.169	154.099

(*) A Previ, um dos acionistas controladores da Companhia, é controlada pelo Banco do Brasil S.A., que é controlado pelo governo brasileiro. Como resultado, a Companhia considera o Banco do Brasil S.A. como sendo uma parte relacionada.

Os valores do ativo referem-se basicamente a: (i) contas a receber das controladas pela venda de peças de reposição e aeronaves e desenvolvimento de produtos, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos; (ii) prêmio de seguros das apólices contratados com a seguradora cativa para cobertura de garantias financeiras oferecidas pela Companhia aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos na estrutura de vendas de aeronaves; (iii) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação de recursos em moeda estrangeira; (iv) valores retidos pelo BNDES aguardando finalização da documentação de exportação; (v) recebimentos em nome da Embraer pela controlada Embraer Finance Ltd. - EFL, sem

remuneração; e (vi) saldos em aplicações financeiras em condições normais de mercado.

No passivo, os valores referem-se basicamente a: (i) aquisição de partes de aeronaves e peças de reposição, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos; (ii) adiantamentos recebidos por conta de contratos de vendas, conforme cláusula contratual; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros; (iv) financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de juros de mercado para esse tipo de modalidade de financiamento; (v) contratação de seguros para cobertura de garantias financeiras; (vi) adiantamento para futuro aumento de capital; e (vii) empréstimos e financiamentos nas condições normais de mercado.

As contas de resultado são compostas basicamente de: (i) compra e venda de aeronaves, partes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de defesa, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos; (ii) receitas financeiras provenientes de contratos de mútuo e aplicações financeiras; (iii) amortização dos prêmios de seguros para cobertura de garantia financeira; (iv) encargos financeiros sobre financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos, financiamento de importação e adiantamento de contrato de câmbio; e (v) comissões de vendas de aeronaves e peças de reposição.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa média anual de depreciação (%)	2004 Custo corrigido	2004 Depreciação acumulada	2004 Líquido	2003 Líquido
Terrenos	-	16.627	-	16.627	16.627
Edifícios e benfeitorias em terrenos	3,54	441.405	(129.102)	312.303	302.334
Instalações	8,47	187.128	(137.093)	50.035	56.766
Máquinas e equipamentos	9,25	324.412	(223.446)	100.966	99.773
Móveis e utensílios	9,65	28.857	(15.917)	12.940	12.622
Veículos	14,03	8.988	(6.792)	2.196	2.245
Aeronaves	20,00	2.203	(832)	1.371	1.811
Computadores e periféricos	18,29	74.189	(58.793)	15.396	22.560
Software	16,79	110.447	(63.364)	47.083	52.811
Outros bens	-	17.358	-	17.358	7.088
Adiantamentos a fornecedores	-	263	-	263	1.238
Imobilizações em andamento (i)	-	26.985	-	26.985	25.922
		1.238.862	(635.339)	603.523	601.797

(i) Referem-se principalmente às obras para ampliação da capacidade instalada para atender à produção de novos produtos.

b) Consolidado

	Taxa média anual de depreciação (%)	2004 Custo corrigido	2004 Depreciação acumulada	2004 Líquido	2003 Líquido
Terrenos	-	17.060	-	17.060	17.060
Edifícios e benfeitorias em terrenos	3,54	529.898	(159.414)	370.484	362.472
Instalações	8,47	208.399	(149.539)	58.860	61.453
Máquinas e equipamentos	9,25	414.151	(259.940)	154.211	144.292
Móveis e utensílios	9,65	41.882	(23.132)	18.750	17.231
Veículos	14,03	10.941	(7.715)	3.226	2.835
Aeronaves (ii)	6,56	387.286	(61.147)	326.139	409.920
Computadores e periféricos	18,29	98.024	(73.145)	24.879	27.731
Software	16,79	141.336	(71.309)	70.027	80.776
Outros bens	-	23.609	(1.799)	21.810	17.263
Adiantamentos a fornecedores	-	263	-	263	1.237
Imobilizações em andamento	-	29.144	-	29.144	35.321
		1.901.993	(807.140)	1.094.853	1.177.591

(ii) As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, vôos corporativos e leasing operacional. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia possuía 7 EMB 120, 7 ERJ 145, 2 ERJ 135, 4 Legacy e 3 de outros modelos. Destas, 17 aeronaves estavam em leasing, 1 disponível para leasing e 5 para ensaios e vôo corporativo.

Em 30 de dezembro de 1988 e 30 de abril de 1991, a Companhia contabilizou reavaliações dos seus ativos operacionais. Os saldos remanescentes dessas reavaliações em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 eram de R$95.526 e R$103.354, respectivamente. A correspondente reserva de reavaliação foi utilizada para aumento de capital e, exceto pela parcela relacionada com os bens imóveis, foi incluída no cálculo dos lucros tributáveis para fins do imposto de renda. As taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação.

14. DIFERIDO

Os saldos eram representados por:

	Controladora				Consolidado			
	2004			2003	2004			2003
Programas	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
ERJ 135/140/145 (*)	759.316	(548.138)	211.178	241.765	770.489	(559.310)	211.179	241.772
EMBRAER 170/190	955.181	(37.134)	918.047	912.312	977.165	(39.187)	937.978	929.838
Outros	15.600	-	15.600	7.169	34.114	(5.318)	28.796	7.692
	1.730.097	(585.272)	1.144.825	1.161.246	1.781.768	(603.815)	1.177.953	1.179.302

(*) Inclui custos para pesquisas e desenvolvimento dos jatos corporativos Legacy.

Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão-de-obra produtiva, ferramental, material e mão-de-obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos. Também estão incluídos os custos com as atividades de ensaios em vôo e no solo, bem como subseqüentes mudanças de desenho.

A amortização do diferido é efetuada a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na quantidade de aeronaves que se estima vender, segundo cada projeto, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção.

No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ERJ 135/140/145

Refere-se à família de jatos regionais composta pelo ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente, os quais têm entre si cerca de 96% de partes e componentes comuns.

Com base na plataforma do ERJ 135, foi desenvolvida uma nova aeronave para o uso corporativo, denominado Legacy, nas versões executiva e "shuttle".

Em 31 de dezembro de 2004, a posição das entregas e dos pedidos firmes é como segue:

	Entregas	Pedidos firmes
ERJ 135	106	17
EMB 135	12	-
ERJ 140	74	20
ERJ 145	618	66
EMB 145	4	-
Legacy	33	9

As aeronaves designadas como EMB 135 e EMB 145 são aquelas que não se destinam às companhias do ramo de aviação regional.

Uma plataforma do EMB 145 foi modificada e desenvolvida para uso dos governos brasileiros, grego e mexicano. Trata-se do EMB 145 AEW&C - Airborne Early Warning and Control e EMB 145 MP - Marine Remote Sensing Aircraft. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha um pedido firme dessa aeronave.

Em 2004, foram entregues três aeronaves para uso pelo governo da Grécia e três aeronaves para uso pelo governo do México.

EMBRAER 170 e EMBRAER 190

Esta família de jatos comerciais é composta pelo EMBRAER 170 com capacidade de 70 a 78 assentos, EMBRAER 175 de 78 a 86 assentos, EMBRAER 190 de 98 a 106 assentos e o EMBRAER 195 de 108 a 118 assentos.

O EMBRAER 170 obteve em fevereiro de 2004, das autoridades brasileira, americana e européia, o Certificado de Homologação de Tipo. Em março de 2004, foram entregues as primeiras unidades desse modelo às operadoras Alitália, LOT Polish e US Airways.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O segundo modelo é o EMBRAER 175, o qual efetuou o seu primeiro vôo em 14 de junho de 2003. Em 23 de dezembro de 2004, o Centro Técnico Aeroespacial, autoridade brasileira responsável pela homologação de aeronaves, emitiu o Certificado de Homologação de Tipo e em 7 de janeiro de 2005 foi emitido o Certificado de Tipo pela European Aviation Safety Agency - EASA.

O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 estão em desenvolvimento, os quais efetuaram seus primeiros vôos em 14 de junho e 7 de dezembro de 2004, respectivamente, iniciando as campanhas de ensaio e certificação.

Em 31 de dezembro de 2004, a posição das entregas e dos pedidos firmes é como segue:

	Entregas	Pedidos firmes
EMBRAER 170	46	112
EMBRAER 175	-	15
EMBRAER 190	-	155
EMBRAER 195	-	15

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos consolidados incorridos até 31 de dezembro de 2004, para pesquisa e desenvolvimento por família de aeronaves, bem como os pedidos em carteira, estão apresentados a seguir:

	Em milhares de reais, exceto a quantidade de aeronaves	
	ERJ 135/140/145 (*)	EMBRAER 170/190
Custo diferido	770.489	977.165
Amortização acumulada	(559.310)	(39.187)
Líquido	211.179	937.978
Quantidade de aeronaves projetadas para o programa em 31 de dezembro de 2004	960	920
Quantidade de aeronaves em 31 de dezembro de 2004:		
Entregues	847	46
Pedidos firmes em carteira	112	297
Opções com data de exercício em (não auditadas):		
2005	100	93
2006	131	59
2007	76	58
Após	33	220
Total de opções	340	430
Total geral	1.299	773

(*) A quantidade de aeronaves inclui os pedidos em carteira do Legacy, EMB 135 e EMB 145, mas não inclui os pedidos em carteira do EMB 145 SA, EMB 145 RS e EMB 145 MP.

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Controladora 2004	Controladora 2003	Consolidado 2004	Consolidado 2003
Moeda estrangeira:						
Aquisição de materiais	US$	4,12 a 7,50; LIBOR + 2,00 a 5,50	988.547	791.712	988.547	791.712
	JPY	JIBOR + 1,05	192.478	387.483	192.478	387.483
Financiamento de exportação	US$	LIBOR + 1,50	-	29.497	-	29.497
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US$	2,50 a 4,95	126.678	519.808	127.504	520.820
Desenvolvimento de projetos	US$	LIBOR + 3,00; cesta de moedas BNDES + 3,00	8.551	20.467	11.066	23.569
Resolução nº 63	US$	7,08; LIBOR + 2,70	170.821	-	170.821	-
Capital de giro	Euro	2,00 a 6,00	-	-	16.194	24.763
	US$	3,12 a 11,93; LIBOR + 2,15 a 2,97	801.867	871.399	1.146.657	1.055.656
Aquisição de imobilizado	US$	10,15	6.595	13.691	6.595	116.493
			2.295.538	2.634.057	2.659.863	2.949.993
Moeda nacional:						
Desenvolvimento de projetos		TJLP + 1,00 a 6,00	18.091	42.186	51.870	61.248
Pré-embarque		TJLP + 2,40	824.727	-	824.727	-
Capital de giro		115% CDI	-	-	13.498	-
Aquisição de imobilizado		TJLP + 3,00 a 3,90	-	-	3.744	5.131
			842.818	42.186	893.839	66.379
			3.138.356	2.676.243	3.553.702	3.016.372
Menos- Circulante			1.266.743	1.330.449	1.362.546	1.493.895
Longo prazo			1.871.613	1.345.794	2.191.156	1.522.477

b) Vencimentos a longo prazo

Ano	Controladora	Consolidado
2006	317.909	531.701
2007	702.817	792.098
2008	436.472	443.601
2009	348.055	351.809
2010	66.360	69.275
2011	-	2.672
	1.871.613	2.191.156

c) Análise de moedas

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Taxa de câmbio em 31.12.04 (em relação a R$1,00)	Controladora		Consolidado	
		2004	2003	2004	2003
Real	1,00	842.818	42.186	893.839	66.379
Dólar norte-americano	2,6544	2.103.060	2.246.574	2.451.191	2.537.747
Euro	3,61949	-	-	16.194	24.763
Iene japonês	0,025935	192.478	387.483	192.478	387.483
		3.138.356	2.676.243	3.553.702	3.016.372

As variações das taxas de câmbio em relação ao real foram as seguintes:

	Ano findo em 31 de dezembro de - %	
	2004	2003
Dólar norte-americano	(8,13)	(18,23)
Euro	(0,85)	(1,37)
Iene japonês	(4,00)	(9,30)

A dívida total em reais está sujeita a encargos baseados na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP e Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As variações anualizadas desses índices em 2004 foram de 9,75% e 16,17% e em 2003 foram de 11,00% e 23,25%, respectivamente.

d) Encargos e garantias

Os financiamentos em moeda estrangeira existentes em 31 de dezembro de 2004 estão sujeitos à variação cambial mais juros anuais médios ponderados de 5,38% ao ano (4,47% em 2003); os financiamentos em moeda nacional existentes em 31 de dezembro de 2004 estão sujeitos a juros anuais médios ponderados de 12,35% (14,66% em 2003).

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas, equipamentos, penhor mercantil e garantia bancária, no montante de R$1.056.135. Desse montante, R$177.280 correspondem à hipoteca de imóveis em segundo grau e R$177.280 em terceiro grau. Os financiamentos das controladas estão garantidos pela controladora no montante de R$157.776.

Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem que a relação endividamento consolidado total/EBITDA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”) não poderá ultrapassar o índice de 3,0:1, bem como limites para a cobertura do serviço da dívida através da relação EBITDA/despesa financeira líquida que tem de ser superior a 3,0:1.

Incluem, também, restrições de praxe sobre o grau de alavancagem financeira, nível de endividamento das subsidiárias, criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda de bens do ativo, pagamento de dividendos excedentes do mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e transações com empresas afiliadas, bem como a manutenção de, no mínimo, 100 pedidos firmes de novas aeronaves, em carteira, durante o prazo de vigência de determinado contrato.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia estava adimplente com todas essas cláusulas.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fornecedores no exterior:				
Parceiros de risco (*)	846.286	662.055	846.286	662.055
Outros	439.331	344.975	581.859	466.400
Fornecedores no país	50.981	34.946	58.249	39.007
Sociedades controladas	48.689	52.173	-	-
	1.385.287	1.094.149	1.486.394	1.167.462
Menos- Circulante	1.385.287	1.094.149	1.477.236	1.167.462
Longo prazo	-	-	9.158	-

(*) Os parceiros de risco da Companhia desenvolvem e produzem componentes significativos da aeronave, incluindo motores, componentes hidráulicos, aviônica, asas, cauda, interior, partes da fuselagem, etc. Determinados contratos firmados entre a Companhia e esses parceiros de risco caracterizam-se por serem de longo prazo e incluem o diferimento de pagamentos para componentes e sistemas por um prazo negociado após a entrega destes.

Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o programa de desenvolvimento e produção de aeronaves, é difícil substituí-los. Em alguns casos, como no dos motores, a aeronave é projetada especialmente para acomodar um determinado componente, o qual não pode ser substituído por outro fornecedor sem incorrer em atrasos e despesas adicionais significativas. Essa dependência torna a Companhia suscetível a desempenho, qualidade e condições financeiras de seus parceiros de risco.

17. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Comando da Aeronáutica (a)	5.599	5.860	5.599	5.860
Outros seguros	14.815	15.243	14.841	15.263
Materiais faltantes	23.555	2.001	23.555	2.001
Abatimentos comerciais (b)	34.017	11.743	34.017	11.743
Contribuição para plano de pensão	962	1.547	1.156	1.612
Créditos financeiros (c)	-	14.233	17.509	37.835
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	18.388
Contas a pagar (d)	41.425	40.744	61.145	51.169
	120.373	91.371	157.822	143.871
Menos- Circulante	108.027	81.578	129.952	95.077
Longo prazo	12.346	9.793	27.870	48.794

(a) Representam materiais do AM-X a serem entregues.

(b) Referem-se a créditos em peças de reposição dados aos clientes, a título de incentivo às vendas de aeronaves.

(c) Representam valores provisionados para compensar clientes por certos custos de financiamentos.

(d) Representam basicamente despesas incorridas em dezembro de 2004, cujos pagamentos ocorrerão em 2005.

18. CONTRIBUIÇÃO DE PARCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Circulante	-	-	9.554	4.934
Longo prazo	356.185	656.585	371.715	678.841
Total	356.185	656.585	381.269	683.775

A Companhia possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Alguns contratos de fornecimento requerem que o fornecedor contribua com dinheiro para a Companhia como compensação de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Como parte desse acordo de fornecimento, essas contribuições estão atreladas ao cumprimento pela Companhia de algumas etapas

importantes do desenvolvimento, incluindo certificação da aeronave, primeira entrega e número mínimo de aeronaves entregues. A Companhia registra essas contribuições quando recebidas como passivo exigível a longo prazo, as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que esses objetivos sejam alcançados, esses valores serão abatidos dos gastos de desenvolvimento das aeronaves.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Moeda nacional	26.106	86.071	37.178	94.951
Moeda estrangeira	1.103.012	1.276.503	1.234.753	1.575.276
	1.129.118	1.362.574	1.271.931	1.670.227
Menos- Circulante	862.402	1.070.791	996.896	1.350.857
Longo prazo	266.716	291.783	275.035	319.370

Os adiantamentos de clientes em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial com base no dólar norte-americano. A segregação entre curto e longo prazos é efetuada com base nos prazos contratuais de entrega das respectivas aeronaves, peças, componentes e serviços.

20. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
INSS - corrente	14.305	14.393	16.841	16.440
INSS - parcelamentos (*)	42.483	45.950	42.733	47.059
ICMS	-	-	36.741	1.984
FGTS	7.532	6.518	8.100	6.942
IRRF	11.241	19.409	11.511	19.598
Imposto de renda e contribuição social	15.529	-	33.982	4.983
PIS/COFINS	1.551	2.237	1.656	3.333
Outros	4.325	4.127	11.173	8.528
	96.966	92.634	162.737	108.867
Menos- Circulante	59.412	51.479	125.183	67.490
Longo prazo	37.554	41.155	37.554	41.377

(*) Incide juros de 1% ao mês.

Vencimentos a longo prazo

Ano	Controladora e consolidado
2006	4.952
2007	4.952
2008	4.952
2009	4.952
2010	4.952
2011	4.952
2012	4.952
2013	2.890
	37.554

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Folha de pagamento	108.255	95.759	136.855	121.066
Obrigações por benefícios de aposentadoria e pensão	-	-	7.420	7.273
Participação nos lucros e resultados	78.773	28.859	97.252	35.993
Garantia de produtos (a)	196.996	230.094	201.973	229.843
Melhoria de produtos (a)	101.907	124.831	101.907	124.038
Assistência técnica/treinamento (b)	69.905	47.143	71.790	46.626
Perdas não realizadas com derivativos	54.104	164.734	54.104	164.734
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas (c)	11.678	100.580	-	-
Provisão para garantias financeiras (d)	-	-	196.788	159.911
Outras	6.736	8.587	25.946	9.061
	628.354	800.587	894.035	898.545

(a) Representam provisões relacionadas a produtos, incluindo garantia e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues, com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho, assumidos em contrato.

(b) Refere-se a gastos relacionados com a obrigação contratual de fornecer assistência técnica e treinamento aos mecânicos e membros da tripulação dos clientes para aeronaves já entregues e a entregar.

(c) Refere-se à provisão para cobertura do passivo a descoberto das subsidiárias Embraer Credit Ltd. - ECL e Embraer Australia PTY Ltd. - EAL, que, em 31 de dezembro de 2004, apresentavam patrimônio líquido negativo (vide nota explicativa nº 12).

(d) Refere-se à provisão constituída pela ECC Insurance & Financial Co. Ltd. para cobertura de eventuais perdas com garantias oferecidas aos clientes/agentes financiadores envolvidos na estrutura de financiamento de vendas de aeronaves (vide nota explicativa nº 33).

22. CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fiscais	1.203.625	899.246	1.215.839	906.581
Trabalhistas	40.238	37.415	41.776	38.162
Cíveis	-	-	5.044	3.973
	1.243.863	936.661	1.262.659	948.716
Menos- Circulante	236.756	872.267	237.806	872.267
Longo prazo	1.007.107	64.394	1.024.853	76.449

Contingências fiscais

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não--recolhimento ou a recuperação de pagamentos efetuados em períodos anteriores. A Companhia, através de ações administrativas e judiciárias, obteve subsídios para não recolher ou compensar pagamentos de impostos e encargos e contribuições sociais. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final. Os principais processos de natureza fiscal em andamento são os a seguir:

a) Contribuições previdenciárias - a Companhia está questionando a exigibilidade do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - Funrural, cobrança de multas moratórias e majoração da alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social

- INSS e da alíquota do seguro de acidente do trabalho. Esses processos encontram-se em 2ª e 3ª instâncias, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito no processo que questiona a majoração da alíquota do INSS é possível, da cobrança de multas moratórias é provável, e do Funrural é considerada como remota. O montante envolvido nesses processos é R$227.082.

b) Imposto de renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL - a Companhia está pleiteando a suspensão da exigibilidade da CSLL sobre exportações e o direito à compensação do imposto de renda e da CSLL com os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referentes à aquisição de insumos isentos ou tributados à alíquota zero do IPI. O primeiro processo encontra-se na 2ª instância e o segundo na 1ª instância e a probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e remota, respectivamente. O montante envolvido nestes processos é R$599.827.

c) Programa de Integração Social - PIS/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público - PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - a Companhia está questionando a expansão da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS. Esses processos encontram-se em 1ª e 2ª instâncias, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, o êxito nesses processos foi considerado como possível. O montante envolvido nesses processos é R$348.027. Durante o exercício corrente, a Companhia revisou a base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS, resultando no estorno da provisão de R$44.303, em contrapartida à rubrica de despesas financeiras.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam, individualmente, horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, perdas e danos, doença profissional, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em junho de 1991 em nome de todos os funcionários que eram empregados na Companhia em novembro de 1990. Essa ação procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991. Até 31 de dezembro de 2004, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia e para os demais está em negociação. Outra ação reivindica a correção monetária dos Planos Verão e Collor sobre a multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pagos aos empregados demitidos entre dezembro de 1988 e abril de 1990.

A exposição total dos processos é estimada em aproximadamente R$55.000. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado pela Administração.

Cíveis

Ação movida pela Gaplan Administradora de bens S/C Ltda. contra a controlada Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA, relativa ao contrato de "Garantia de Fornecimento de Aeronaves e Consórcio" celebrado com a Embraer pelo período de 1988 a 1997, no qual esta se obrigava a fornecer um número determinado de aeronaves, em um período estipulado, segundo configuração padronizada de série à época de sua fabricação, diretamente aos consorciados. A autora alega morosidade na entrega das aeronaves, o que provocou rescisão por parte dos consorciados, que exigiram a devolução das parcelas pagas, perdas financeiras em detrimento do aumento do prazo do consórcio e alterações de preços, além de redução na taxa de administração. A exposição máxima do processo é de aproximadamente R$10.088.

Conforme parecer do assessor jurídico, a possibilidade de perdas de parte do valor reclamado é provável e a controlada constituiu provisão no montante de R$5.044 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos legais, além dos citados anteriormente, todos em virtude do curso normal de suas operações. Na opinião da Administração, não se espera que algum desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia.

Para alguns processos a Companhia mantém depósitos judiciais registrados no ativo realizável a longo prazo (vide nota explicativa nº 8).

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie gozam do direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia têm prioridade no reembolso do capital e dividendos 10% maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias.

O Conselho de Administração da Embraer, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária que apreciará as contas e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2004, aprovou os seguintes valores a distribuir referentes a juros sobre o capital próprio, a título de dividendos antecipados:

Data da aprovação	Período-base	Valor	Valor por ação		Data do pagamento
			Ordinária	Preferencial	
12/03/04	1º trimestre de 2004	100.998	0,13223	0,14545	08/04/04
25/06/04	2º trimestre de 2004	160.002	0,20923	0,23015	15/07/04
20/09/04	3º trimestre de 2004	160.058	0,20913	0,23005	15/10/04
17/12/04	4º trimestre de 2004	164.115	0,21427	0,23570	14/01/05
		585.173			

Os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2004	2003
Lucro líquido do exercício	1.278.089	646.943
Reserva legal	(63.905)	(32.347)
Lucro líquido após a reserva legal	1.214.184	614.596
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	303.546	153.649
Dividendos propostos:		
Juros sobre o capital próprio	585.173	195.200
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(82.012)	(21.479)
Remuneração total dos acionistas	503.161	173.721
Pagamentos intermediários	(357.428)	(68.279)
Juros sobre o capital próprio a pagar (*)	145.733	105.442
Dividendos a pagar de anos anteriores	149	191
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	145.882	105.633
Valor dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias - R$	0,76486	0,2561

	2004	2003
Ações preferenciais - R$	0,84135	0,2817

(*) Pagamentos efetuados em 14 de janeiro de 2005.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado está dividido em 500.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000.000 de ações preferenciais.

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2004, está representado por:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	242.544.447	1.061.700
Ordinária especial	1	-
Preferenciais	475.797.420	2.082.728
Total	718.341.868	3.144.428

b) Ação ordinária especial (“golden share”)

A União Federal detém uma ação ordinária especial. Como detentora dessa ação, tem o mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias. Adicionalmente, a ação de classe especial tem poder de veto quanto às seguintes matérias:

i. Mudança de denominação da sociedade e objeto social.

ii. Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia.

iii. Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil.

iv. Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares.

v. Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares.

vi. Transferência do controle acionário.

vii. Quaisquer mudanças nos poderes e direitos da ação de classe especial e na estrutura e composição do Conselho de Administração.

c) Composição acionária

	Quantidade				Sobre o capital total - %	
	Ordinárias		Preferenciais			
Acionistas	31.12.04	31.12.03	31.12.04	31.12.03	31.12.04	31.12.03
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	57.335.379	57.594.480	59.240.778	60.872.078	16,23	16,54
Fundação SISTEL de Seguridade Social	48.508.890	48.508.890	1.762.316	2.175.725	7,00	7,08
Cia. Bozano	48.509.220	48.509.220	18.786.588	18.786.588	9,37	9,40
Bozano Holdings, Ltd.	-	-	8.896.920	8.896.920	1,24	1,24
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	3.488.893	3.734.893	45.831.196	46.929.918	6,87	7,08
Dassault Aviation	13.744.186	13.744.186	1.953.132	1.953.132	2,19	2,19
Thomson CSF/Thales	13.744.186	13.744.186	1.953.132	1.953.132	2,19	2,19
EADS	13.744.186	13.744.186	1.953.132	1.953.132	2,19	2,19
SNECMA	7.276.332	7.276.332	1.034.010	1.034.010	1,16	1,16
União Federal	1.850.495	1.850.495	499.415	499.415	0,33	0,33
Outros	34.342.681	33.837.580	333.886.801	328.447.085	51,23	50,60
	242.544.448	242.544.448	475.797.420	473.501.135	100,00	100,00

Os conselheiros e diretores estatutários, como grupo, detêm 19 ações ordinárias e 3.653.690 ações preferenciais.

Outorga de opções de compra de ações da Embraer

A Assembléia Geral Extraordinária de 17 de abril de 1998 aprovou o "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer" a seus administradores e empregados, incluindo os empregados das subsidiárias. Esse Plano de Outorga está sujeito a restrições baseadas na continuidade do empregado na Companhia ou nas subsidiárias por, no mínimo, dois anos. O Comitê Gerenciador do Plano, criado nessa mesma data pelo Conselho de Administração, é responsável pela definição das regras e pela sua administração.

De acordo com os termos do Plano, 25.000.000 de ações preferenciais estão autorizadas a serem outorgadas. Ao final do terceiro e quarto anos subseqüentes à outorga das opções, os participantes terão direito de exercer 30% das opções, e os 40% restantes ao final do quinto ano, desde que os beneficiários ainda pertençam ao quadro de empregados da Companhia em cada data.

Até 31 de dezembro de 2004, foram feitas sete outorgas pelo Comitê Gerenciador do Plano equivalentes a 400 lotes de 50.000 ações cada um, perfazendo o montante total outorgado de 19.525.000 ações preferenciais, líquidas de 475.000 ações correspondentes a outorgas a indivíduos que deixaram de ter vínculo empregatício com a Companhia.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerando que o item 11.1 do "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer" previa o término das outorgas no prazo de cinco anos contados da data da primeira outorga de opções, o período para outorga foi encerrado em maio de 2003 com um saldo de 5.000.000 de ações, que estão prescritas.

	Ações
Disponível para outorga em 17 de abril de 1998	25.000.000
Encerramento das outorgas em 31 de maio de 2003, conforme item 11.1 do "Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer"	(5.000.000)
Total outorgado	20.000.000
Outorgado:	
1998	7.210.000
1999	5.265.000
2000	5.200.000
2001	1.850.000
Outorgas canceladas	475.000

Em decorrência da bonificação de 14,21% de ações preferenciais por ação, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de março de 2002, o Comitê Gerenciador do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer autorizou a adição em um total de 25.576 ações preferenciais para os participantes que já detinham o direito adquirido na data da referida Assembléia, nas mesmas condições aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária.

Para os demais participantes, foi dada a opção da bonificação de 14,21% em ações preferenciais ao preço de R$14,99 por ação, tendo a adesão dos participantes totalizado o montante de 637.318 ações preferenciais.
Apresentamos, a seguir, a movimentação das opções, já consideradas as incorporações das ações bonificadas:

	2004		2003	
	Opções	Preço médio outorgado - R$	Opções	Preço médio outorgado - R$
Posição no início do ano	9.985.353	-	13.131.581	8,98
Exercidas	(2.296.285)	4,15	(3.056.228)	3,77
Canceladas ou expiradas	(50.000)	23,00	(90.000)	13,51
Posição final do ano	7.639.068	12,37	9.985.353	10,55
Exercíveis no fim do ano	3.946.473	10,22	2.031.660	6,78

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As opções são outorgadas a um preço equivalente ao preço médio ponderado das ações preferenciais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA 60 dias antes do dia da outorga. O preço pode ser aumentado ou diminuído em 30%, como descrito no Plano do Comitê Gerenciador. Tal porcentagem é utilizada para corrigir qualquer flutuação não usual no preço de mercado durante esse período de 60 dias.

Nenhum montante foi contabilizado como despesa para essas opções. O efeito acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2004, caso as despesas tivessem sido contabilizadas, é de R$12.098. A informação com relação à outorga de ações para a Administração e para os funcionários está apresentada na tabela a seguir:

Total de ações com opção de exercício, já incorporada a bonificação - posição em 31 de dezembro de 2004

Data da outorga	Direito ao exercício	Vencimento	Preço outorga em R$	Número de ações outorgadas
Novembro de 1998	Novembro de 2001	Novembro de 2005	-	3
Maio de 1999	Maio de 2002	Maio de 2006	1,65	15.000
Novembro de 1998 e 1999	Novembro de 2002	Novembro de 2005 e 2006	6,02	130.657
Maio de 1998, 1999 e 2000	Maio de 2003	Maio de 2005, 2006 e 2007	6,62	824.843
Novembro de 1998, 1999 e 2000	Novembro de 2003	Novembro de 2005, 2006 e 2007	11,41	360.501
Maio de 1999, 2000 e 2001	Maio de 2004	Maio de 2006, 2007 e 2008	12,96	1.634.365
Novembro de 1999 e 2000	Novembro de 2004	Novembro de 2006 e 2007	8,94	981.104
Maio de 2000 e 2001	Maio de 2005	Maio de 2007 e 2008	12,17	2.282.073
Novembro de 2000	Novembro de 2005	Novembro de 2007	13,85	565.367
Maio de 2001	Maio de 2006	Maio de 2008	22,00	845.155
Total de ações a serem exercidas				7.639.068

Os preços de outorga na tabela anterior já contemplam os efeitos da bonificação de 14,21% de 1º de março de 2002.

Capitalização de reserva

Na Assembléia Geral Extraordinária, de 26 de abril de 2004, foi aprovado o aumento de capital social de R$814.853 com o saldo da reserva para investimentos e capital de giro, constituído no exercício de 2002, sem emissão de novas ações e em benefícios de todos os acionistas.

Reserva legal

As empresas brasileiras são requeridas a apropriar, no mínimo, 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, sendo esta limitada a 20% do capital social integralizado ou à soma dessas reservas mais as reservas de capital limitadas a 30% do capital social. A partir de então, essas apropriações não são compulsórias. Essa reserva pode ser utilizada somente para aumentar o capital social ou compensar prejuízos acumulados.

Reserva de capital

Compreende o ágio na subscrição de ações e os incentivos fiscais de imposto de renda. Tais incentivos referem-se a Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI, atividades culturais e artísticas, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, e atividade audiovisual. No exercício de 2004, foram destinados R$5.672 a título dessa reserva.

Destinação do lucro líquido

A Administração proporá na Assembléia Geral Ordinária a retenção do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, no montante de R$629.044 como reserva para investimentos e capital de giro, para assegurar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos jatos da família EMBRAER 170/190, novas tecnologias, processos e modelos de gestão, visando ao aumento dos resultados da Companhia, na capacitação e produtividade e investimentos em sociedades controladas.

25. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

a) Contribuição definida

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam um plano de pensão fechado de contribuição definida para seus empregados. Para as empresas sediadas no País, o plano está sendo administrado pelo Banco do Brasil S.A. A contribuição da

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia para o plano durante os anos 2004 e 2003 foi de R$18.801 e R$15.131 (R$21.943 e R$17.612 no consolidado), respectivamente.

b) Benefício definido

A Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH patrocinava um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus empregados, além de um plano médico pós-aposentadoria, cujos custos esperados de pensão e prestação de benefício médico pós-aposentadoria para os empregados beneficiários e seus dependentes vinham sendo provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais.

Através de termo aditivo, todos os benefícios foram congelados em 31 de dezembro de 2003, sendo o benefício proporcional integralmente provisionado. Em conseqüência, a provisão das obrigações futuras do plano foi reduzida em R$22.327.

Para os empregados admitidos a partir de 1º de outubro de 2001, o plano de aposentadoria complementar é de contribuição definida e os admitidos anteriormente a esta data também passaram para o plano de contribuição definida.

As variações das obrigações de benefícios, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, são as seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios pós-emprego	
	2004	2003	2004	2003
Saldo inicial	23.010	57.365	14.194	16.785
Variação cambial	(1.869)	(10.457)	(1.153)	(3.061)
Custo do serviço corrente	-	5.837	1.835	1.661
Custo dos juros	1.271	2.758	960	971
Complemento do plano	-	16	-	(1.997)
Reestruturação do plano	-	(22.327)	-	-
Perda (ganho) atuarial	307	(3.558)	3.436	194
Benefícios pagos aos participantes	(2.237)	(6.624)	(395)	(394)
Contribuições dos participantes	-	-	21	35
Saldo final das obrigações acumuladas	20.482	23.010	18.898	14.194

As variações dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, são as seguintes:

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios pós-emprego	
	2004	2003	2004	2003
Valor justo inicial dos ativos do plano	24.768	29.134	5.570	6.355
Variação cambial	(2.013)	(5.311)	(452)	(1.158)
Contribuições do empregador	2.212	3.523	-	-
Retorno do investimento do plano	1.736	4.045	479	733
Contribuições dos participantes	-	-	21	35
Benefícios pagos aos participantes	(2.237)	(6.623)	(395)	(395)
Valor justo final dos ativos do plano	24.466	24.768	5.223	5.570

As provisões do custo de benefícios, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, são as seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2004	2003	2004	2003
Superávit (déficit) acumulado	3.984	1.757	(13.675)	(8.624)
Custo dos serviços passados não reconhecidos	-	-	(1.654)	(1.933)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	(165)	-	4.587	1.558
Benefício provisionado	3.819	1.757	(10.742)	(8.999)

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são as seguintes:

	%			
	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2004	2003	2004	2003
Taxa de desconto	6,00	6,25	6,00	6,50
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	7,75	7,75	7,75	7,75
Aumento futuro de salários	-	5,50	5,50	5,50

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos líquidos dos benefícios, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, são os seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios médicos pós-emprego	
	2004	2003	2004	2003
Custo do serviço	-	5.837	1.835	1.660
Custo dos juros	1.271	2.758	960	971
Rendimento esperado sobre ativos	(1.740)	(1.937)	(382)	(387)
Amortização das obrigações de transição não reconhecidas	-	108	-	-
Amortização do custo do serviço passado não reconhecido	-	126	(121)	(132)
Amortização das perdas atuariais	-	892	-	-
Efeito da reestruturação	-	(8.250)	182	119
Custo líquido dos benefícios	(469)	(466)	2.474	2.231

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 1996 e renovada em 24 de março de 2000, concede Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus empregados que está vinculada a um plano de ação, ao pagamento de dividendos aos acionistas e ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. O valor da PLR é equivalente a 25% dos dividendos e juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. Desse montante,

30% são distribuídos em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário. A Companhia registrou despesa referente à PLR no montante de R$138.126 e R$45.991 em 2004 e 2003, respectivamente (no consolidado, R$175.552 em 2004 e R$58.937 em 2003).

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Provisão para contingências	(822)	(31.072)	(822)	(31.240)
Gastos com implantação de Gavião Peixoto	(90)	(2.536)	(90)	(2.536)
Treinamento e desenvolvimento profissional	(10.363)	(39.636)	(10.363)	(39.636)
Multas fiscais	(57.611)	-	(57.667)	-
Recuperação de seguros	2.963	1.932	6.089	1.932
Multas contratuais	10.512	51.195	4.087	51.195
Reembolso de despesas	5.693	6.330	7.038	7.009
Estudos de projetos	(70.473)	(52.405)	(70.473)	(71.510)
Provisão para valor de mercado	-	-	(9.461)	(28.677)
Reversão da contingência - FUNDAF	10.736	-	10.736	-
Vendas diversas	11.063	7.902	11.565	8.197
Outras	4.051	(3.406)	(3.500)	(9.768)
	(94.341)	(61.696)	(112.861)	(115.034)

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Despesas financeiras:				
Juros e comissões sobre financiamentos	(139.904)	(135.050)	(161.922)	(149.786)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(89.836)	(130.265)	(91.136)	(130.822)
CPMF	(39.191)	(36.558)	(40.451)	(37.365)
Seguro de crédito	(71.268)	(13.527)	(71.268)	(13.527)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras e variação cambial	(32.289)	(42.823)	(32.308)	(43.224)
Provisão para perdas em valores mobiliários (i)	(52.296)	-	(52.296)	-
Outras	(14.649)	(11.457)	(26.281)	(14.886)
	(439.433)	(369.680)	(475.662)	(389.610)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	268.381	276.487	321.438	292.130
Juros	23.884	20.516	34.815	28.456
Outras	5.485	15.538	34.241	23.576
	297.750	312.541	390.494	344.162

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) A provisão contempla perdas com debêntures no montante de R$31.827 e perda com marcação ao mercado de aplicações financeiras no montante de R$20.469.

29. VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Variações cambiais:				
Ativas:				
Contas a receber	(592.474)	(1.104.731)	(593.003)	(1.063.043)
Adiantamentos a fornecedores	1.392	(38.739)	1.415	(69.114)
Perda na conversão dos investimentos no exterior	(18.650)	(32.223)	(18.650)	(32.223)
	(609.732)	(1.175.693)	(610.238)	(1.164.380)
Passivas:				
Adiantamentos de clientes	92.468	248.994	92.658	289.709
Financiamentos	267.122	359.558	267.467	367.485
Fornecedores	161.521	236.295	162.324	233.941
Contas a pagar	46.591	203.841	46.591	203.254
Operações com derivativos	(18.337)	(289.570)	(18.309)	(289.570)
Outras contas a pagar	55.097	49.585	1.896	49.407
	604.462	808.703	552.627	854.226
Variações cambiais, líquidas	(5.270)	(366.990)	(57.611)	(310.154)
Variações monetárias:				
Ativas:				
Crédito de impostos	5.573	1.764	5.573	1.764
Contas a receber	1.103	141	1.103	141
	6.676	1.905	6.676	1.905
Passivas:				
Financiamentos	(637)	(2.551)	(1.542)	(3.174)
Processos trabalhistas	(3.849)	(327)	(4.179)	(430)
Outras	(254)	(29)	(340)	(199)
	(4.740)	(2.907)	(6.061)	(3.803)
Variações monetárias, líquidas	1.936	(1.002)	615	(1.898)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(3.334)	(367.992)	(56.996)	(312.052)

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Venda de investimentos	133	-	-	-
Resultado na baixa de imobilizado	167	5.099	(1.762)	(696)
Aluguel do imobilizado	431	1.638	933	2.394
Despesas com cancelamento de contratos (i)	-	-	-	(49.440)
Outras	(953)	(861)	180	1.613
	(222)	5.876	(649)	(46.129)

(i) Despesa incorrida pela retomada de aeronaves relativas ao cancelamento do contrato com a Índigo.

31. CRÉDITOS FISCAIS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São calculados com base nas disposições da legislação vigente às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

A Companhia adota o critério de reconhecer ativos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando sua realização é provável, com base em estudos internos e projeções. Quanto aos créditos referentes a diferenças temporárias relativos às provisões não dedutíveis, constituídos principalmente de contingências trabalhistas e tributos em discussão judicial, serão realizados à medida que os processos correspondentes sejam concluídos.

Em 31 de dezembro de 2004, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais não há prazo-limite para utilização eram compostos como segue:

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda	-	157.384
Contribuição social	-	10.134

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 são demonstrados a seguir:

00550-9 EMBRAER EMP BRAS AERON SA 60.208.493/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Impostos diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais a compensar	-	2.405	39.346	42.976
Base negativa de contribuição social	-	15.986	912	17.179
Créditos não reconhecidos	-	-	(33.248)	(35.133)
Prejuízos fiscais a compensar	-	18.391	7.010	25.022
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para contingências fiscais exceto imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	187.512	144.712	187.938	145.105
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	13.681	12.721	16.614	15.220
Provisão sobre estoques	45.079	29.980	57.874	45.923
Provisão para garantia de produtos	66.979	78.232	67.864	79.194
Provisão para realização de investimentos	5.259	35.485	5.259	35.485
Provisão para não-realização de créditos de impostos	12.266	9.543	12.266	9.543
Provisão para perdas em contratos	94	1.488	94	1.488
Provisão para assistência técnica/treinamento	23.767	16.029	23.767	16.029
Provisão para melhoria de produtos	34.649	42.443	34.649	42.443
Provisão para perdas - debêntures	17.781	-	17.781	-
Previdência privada	-	-	2.344	2.444
Provisão para devedores duvidosos	2.678	1.955	3.785	1.967
Provisão sobre folha de pagamento	156	2.100	5.442	6.373
Provisão sobre lucros não realizados	-	-	57.523	50.498
Outras	59.360	36.548	69.933	38.844
	469.261	411.236	563.133	490.556
Total do ativo	469.261	429.627	570.143	515.578
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias:				
Reavaliação do imobilizado	(16.853)	(18.621)	(16.853)	(18.621)
Reserva de correção monetária especial - IPC	(6.098)	(8.254)	(6.098)	(8.254)
Pesquisa e desenvolvimento	(342.406)	(276.375)	(349.143)	(279.638)
Contratos com o governo	(1.700)	(1.167)	(1.700)	(1.167)
Depreciação acelerada	(1.090)	(1.590)	(9.982)	(7.415)
Outros	-	-	(2.388)	(3.806)
Total do passivo	(368.147)	(306.007)	(386.164)	(318.901)
Impostos diferidos ativos, líquidos	101.114	123.620	183.979	196.677

Conforme previsto na Instrução CVM nº 371/02, a expectativa de realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 2004 é demonstrada a seguir:

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora	Consolidado
2005	186.204	277.162
2006	186.800	192.627
2007	39.151	40.680
2008	18.230	18.386
2009	15.145	15.310
2010 e 2011	12.403	12.810
2012 e 2013	9.102	9.551
Após 2013	2.226	3.617
Total	469.261	570.143

Os ativos de impostos diferidos líquidos apresentados anteriormente estão refletidos nas demonstrações financeiras como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Impostos diferidos ativos:				
Circulante	186.205	258.469	277.161	333.397
Longo prazo	283.056	171.158	292.982	182.181
	469.261	429.627	570.143	515.578
Impostos diferidos passivos:				
Circulante	(39.711)	(32.939)	(39.809)	(36.582)
Longo prazo	(328.436)	(273.068)	(346.355)	(282.319)
	(368.147)	(306.007)	(386.164)	(318.901)
	101.114	123.620	183.979	196.677

A seguir apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Imposto diferido ativo:				
Sobre prejuízos fiscais:				
Compensação de prejuízos fiscais no ano	(18.391)	-	(19.897)	-
Prejuízos fiscais correntes reconhecidos	-	18.391	-	19.311
Aumento dos créditos não reconhecidos	-	-	1.885	(74)
	(18.391)	18.391	(18.012)	19.237
Diferenças temporais:				
Adições	-	-	5.313	-
Reversões	(4.115)	(252.572)	-	(235.645)
	(4.115)	(252.572)	5.313	(235.645)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(285.978)	(31.184)	(320.251)	(33.418)
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(308.484)	(265.365)	(332.950)	(249.826)

A seguir apresentamos a reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	1.001.400	717.108	1.012.228	643.123
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	340.476	243.817	344.158	218.662
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	30.294	30.049	-	-
Perda na conversão de investimentos estrangeiros	30.586	22.904	30.586	22.904
Resultado das controladas	13.255	2.467	-	5.133
Outras	4.160	4.279	5.853	7.533
	78.295	59.699	36.439	35.570
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(83.540)	(27.494)	-	-

Ganho na conversão de investimentos estrangeiros	(23.918)	(11.705)	(23.918)	(11.705)
	(107.458)	(39.199)	(23.918)	(11.705)
Outros itens:				
Estorno de imposto de renda e contribuição social sobre lucros não disponibilizados no exterior	-	-	(25.075)	-
Outros	(2.829)	1.048	1.346	7.299
	(2.829)	1.048	(23.729)	7.299
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrados na demonstração do resultado	308.484	265.365	332.950	249.826

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e de aplicação de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como conseqüência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha os seguintes instrumentos financeiros:

1) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:

   Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

2) Investimentos:

   Consistem principalmente de controladas e coligadas, registradas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo custo corrigido, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3) Financiamentos:

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 15. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros que estão disponíveis para a Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	Consolidado	
	2004	2003
Valor patrimonial	3.553.702	3.016.372
Valor de mercado	3.447.399	2.991.304

a) Risco com taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha R$3.553.702 em empréstimos e financiamentos cuja indexação é descrita a seguir:

	2004	2003
Em moeda estrangeira:		
Juros fixos	1.341.338	1.623.537
Juros flutuantes (i)	1.318.525	1.326.456
	2.659.863	2.949.993
Em moeda nacional:		
Juros flutuantes (ii)	893.839	66.379

(i) LIBOR para dólar norte-americano e JIBOR para iene japonês.

(ii) TJLP.

Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às operações ativas, a Companhia introduziu, a partir de julho de 2002, um sistema de mensuração de risco de mercado associado às aplicações financeiras, utilizando o método "value-at-risk" (VAR), que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade das aplicações.

b) Risco com taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Entretanto, tendo em vista que aproximadamente 97% do faturamento da Companhia no período foi em dólares norte-americanos e que tal fato não deverá se alterar nos próximos anos, a estratégia principal é com o objetivo de o faturamento atuar como um "hedge" natural para suas operações passivas também denominadas em moeda estrangeira.

A análise dos valores sujeitos a riscos cambiais é realizada com base no fluxo de caixa projetado, sendo os eventuais descasamentos trabalhados pontualmente e as captações denominadas em moeda estrangeira podendo ser objeto de operações derivativas, de acordo com a estratégia da Companhia, descrito no item c) a seguir.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O quadro a seguir demonstra a exposição consolidada, por moeda, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, de fornecedores, das disponibilidades e dos clientes com e sem os efeitos das operações de derivativos.

	Consolidado			
	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	2004	2003	2004	2003
Empréstimos e financiamentos:				
Real	893.839	66.379	1.046.382	732.042
Dólar norte-americano	2.451.191	2.537.747	2.491.127	2.259.567
Euro	16.194	24.763	16.194	24.763
Iene japonês	192.478	387.483	-	-
	3.553.702	3.016.372	3.553.702	3.016.372
Fornecedores:				
Real	58.249	39.007	58.249	39.007
Dólar norte-americano	1.381.336	1.102.240	1.381.336	1.102.240
Euro	23.480	15.884	23.480	15.884
Outras moedas	23.329	10.331	23.329	10.331
	1.486.394	1.167.462	1.486.394	1.167.462
Total (1)	5.040.096	4.183.834	5.040.096	4.183.834

	Consolidado			
	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	2004	2003	2004	2003
Disponibilidades:				
Real	1.548.951	2.581.319	1.548.951	2.581.319
Dólar norte-americano	1.887.260	1.067.882	1.887.260	1.067.882
Euro	4.114	5.658	4.114	5.658
Outras moedas	23.419	3.745	23.419	3.745
	3.463.744	3.658.604	3.463.744	3.658.604
Clientes:				
Real	50.951	31.285	50.951	31.285
Dólar norte-americano	1.614.088	961.664	1.614.088	961.664
Euro	82.829	45.500	82.829	45.500
Outras moedas	4.448	1.704	4.448	1.704
	1.752.316	1.040.153	1.752.316	1.040.153
Total (2)	5.216.060	4.698.757	5.216.060	4.698.757
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(647.814)	(2.507.218)	(495.272)	(1.841.555)

Dólar norte-americano	331.179	1.610.441	371.115	1.332.261
Iene japonês	192.478	387.483	-	-
Euro	(47.269)	(10.511)	(47.269)	(10.511)
Outras moedas	(4.538)	4.882	(4.538)	4.882

c) Derivativos:

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos de variação cambial e de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2004, eles consistem de "swaps" de moeda estrangeira, conforme tabela a seguir.

						Ganho (perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Valor contábil 2004	Valor de mercado 2004
Financiamento de importação -	"Swap"	US$	R$	167.568	66,21% do CDI	(51.881)	(38.744)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (*)	1.098.274	7,78% a.a.	(2.221)	(10.937)
Financiamento de importação -	"Swap"	JPY	US$	189.900	4,31% a.a.	13.001	14.904
Total						(41.101)	(34.777)

(*) Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

						Ganho (perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Valor contábil 2003	Valor de mercado 2003
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	R$	71.930	86,17% do CDI	(16.690)	(20.917)
Financiamento de importação	"Swap"	US$	R$	641.739	75,07% do CDI	(148.044)	(129.771)
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	US$	311.559	4,44% a.a.	8.150	6.635
Total						(156.584)	(144.053)

d) Risco de crédito:

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em

risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não é finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com a realização.

33. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Companhia está sujeita a recompra de um número de aeronaves vendidas, cujos contratos de venda dão direito ao cliente de revender a aeronave à Companhia no futuro, a um preço sujeito a regras previamente definidas. Tais opções de venda poderão ser exercidas em diferentes períodos entre 2005 e 2006, de acordo com a decisão do cliente. O preço por aeronave sob o contrato de recompra é inferior ao preço de venda original e menor do que a estimativa da Administração para o valor de mercado futuro durante o período de exercício conforme avaliado na data da venda. Se a Companhia for requerida a recomprar todas as aeronaves relativas à cláusula de recompra, poderá ser requerida a pagar aproximadamente US$120 milhões por essas aeronaves. Com base na estimativa da Companhia e em laudos de avaliação de terceiros, relativos aos valores justos projetados das aeronaves, a Administração acredita que qualquer aeronave recomprada poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas materiais.

A Companhia está sujeita a opções de “trade-in” para seis aeronaves. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado da Companhia. O preço de “trade-in” é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de “trade-in” para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencial aceita sob “trade-in” poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Garantias financeiras podem ser acionadas caso os clientes não cumpram o pagamento de suas obrigações durante o prazo de financiamento definido nos respectivos contratos. As garantias financeiras fornecem suporte à parte garantida para minimizar eventuais perdas advindas da inadimplência. As aeronaves correspondentes estão penhoradas como garantia dos contratos de financiamento. Os valores das aeronaves vinculadas podem ser afetados adversamente devido às crises econômicas. No caso de inadimplência, a Companhia normalmente atua como agente para a parte garantida para reforma e recomercialização da aeronave vinculada. A Companhia pode ter direito a compensação pecuniária pelos serviços de recomercialização. Tipicamente, o pedido de indenização da garantia deverá ser feito somente após a disponibilização da aeronave vinculada para a sua recomercialização.

A garantia de valor residual normalmente complementa a função das garantias financeiras nas estruturas de financiamento de vendas, fornecendo a terceiros um valor específico do ativo garantido, geralmente, ao final do contrato de financiamento. No caso de uma redução no valor de mercado do ativo vinculado, a Companhia deverá arcar com a diferença entre o valor garantido acordado e o valor justo de mercado. A exposição da Companhia é minimizada pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas. O valor garantido tipicamente varia de 18% a 25% do preço de venda do 10º ao 15º ano após a entrega. Atualmente, a Administração, com base em avaliação de terceiros, entende que alguns valores residuais acordados podem exceder o valor de avaliação para algumas aeronaves já entregues. Entretanto, a Administração acredita que, considerando o potencial de recuperação do mercado e a melhoria de condições de financiamento no prazo de 15-16 anos, não incorrerá em perda relevante.

A Companhia efetua pagamentos de prêmios para sua controlada de seguro cativo, a ECC Insurance & Financial Co. Ltd., para assumir tais obrigações. O montante das provisões do prêmio é considerado suficientes para cobrir as estimativas da Companhia de eventuais perdas e pagamentos futuros, que poderá incorrer como parte do cumprimento de suas obrigações de garantia.

Considerando a volatilidade da indústria de transporte aéreo e o seu impacto nas premissas atuais de valor futuro de mercado das aeronaves, bem como a avaliação de crédito das companhias aéreas, a Companhia registrou uma provisão de R$196.788 na ECC Insurance & Financial Co. Ltd. para a cobertura das garantias financeiras relacionadas às aeronaves entregues até 31 de dezembro de 2004 (R$158.830 em 2003).

Alguns contratos de venda contêm cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subseqüente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de

desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia.

A subsidiária Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH é responsável por arrendamentos operacionais não canceláveis de terrenos e equipamentos. Esses arrendamentos expiram em várias datas até 2020.

As instalações da controlada Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS estão localizadas em um terreno alugado através de um arrendamento mercantil, cujo prazo de vigência do contrato expira no ano 2020.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil para terrenos, equipamentos de informática e veículos, cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2005	9.395	13.715
2006	4.635	7.021
2007	914	2.382
2008	-	1.395
2009	-	1.350
Após	-	9.540
Total	14.944	35.403

34. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2004 a cobertura de seguros contratada com terceiros é de R$7.798.146, sendo os valores considerados suficientes para cobrir os riscos envolvidos. Esse valor não inclui seguros de veículos cuja cobertura é pelo valor de mercado.

Ramo	Importância segurada
Incêndio	1.677.164
Aeronáutico	2.659.645
Responsabilidade civil	3.620.602

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. FLUXO DE CAIXA

As demonstrações do fluxo de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na NPC 20 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	1.278.089	646.943	1.255.833	587.653
Itens que não afetam o caixa:				
Equivalência patrimonial	(156.607)	7.513	-	(146)
Perdas na conversão dos investimentos no exterior	19.613	32.938	19.613	32.938
Participação dos minoritários	-	-	8.618	1.697
Depreciações e amortizações	172.521	117.387	221.554	160.499
Baixa de ativo diferido	-	233	-	2.765
Perdas (ganhos) na alienação de ativo permanente	(8)	(5.099)	317	696
Juros sobre parcelamentos de impostos, debêntures, financiamentos e outros	120.859	110.568	137.287	116.525
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(267.082)	(360.502)	(278.442)	(246.515)
Provisão para perdas	8.216	2.709	34.269	33.032
Ganho na participação acionária	(12)	(45)	-	-
Provisão para obsolescência	47.339	(9.136)	18.989	10.411
Provisão para redução de valor de mercado	-	(5.839)	-	(5.157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.505	234.181	12.697	216.408
Provisão para perdas em títulos e valores mobiliários	31.827	-	31.827	-
Provisão para contingências	57.936	10.804	57.930	13.820
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	2.125	1.449	(7.716)	(16.408)
	1.337.321	784.104	1.512.776	908.218
MUDANÇAS NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Contas a receber	(1.263.813)	1.128.203	(712.163)	1.413.012
Estoques	(847.706)	(466.690)	(718.940)	(513.587)
Despesas pagas antecipadamente	142.019	161.844	67.869	(16.230)
Impostos a recuperar	9.466	(54.038)	(7.337)	(39.818)
Outras contas a receber	89.444	478.598	(141.492)	370.869
Depósitos e empréstimos compulsórios	(1.536)	(50.389)	71.406	(723.576)
Fornecedores	291.139	(64.920)	318.932	25.843
Impostos a recolher	(11.197)	4.369	24.871	4.837
Provisões diversas	(136.096)	1.547	(21.079)	72.074
Contribuições de parceiros	17.046	(175.314)	14.940	(153.058)
Adiantamentos de clientes	(233.456)	(72.793)	(398.296)	(131.073)
Contingências	249.266	223.361	256.013	223.948
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.529	(162.437)	28.999	(168.919)
Outras contas a pagar	(141.650)	(522.367)	48.519	(27.567)
	(1.821.545)	428.974	(1.167.758)	336.755
CAIXA GERADO PELAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(484.224)	1.213.078	345.018	1.244.973

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Venda de imobilizado	428	5.901	482	7.915
Títulos e valores mobiliários	(961)	(30.866)	(125.367)	(30.866)
Adições ao imobilizado	(76.528)	(74.971)	(109.656)	(443.002)
Adições ao diferido	(399.005)	(494.637)	(415.954)	(506.267)
Adições ao investimento	(22.473)	(369.839)	(41.219)	-
Incentivos fiscais	5.672	551	5.672	551
CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(492.867)	(963.861)	(686.042)	(971.669)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos pagos	(3.456.942)	(1.266.339)	(3.779.313)	(1.467.310)
Novos financiamentos obtidos	4.065.123	2.491.890	4.459.617	2.737.828
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(544.891)	(216.735)	(543.664)	(217.419)
Aumento de capital	9.524	11.533	9.524	11.533
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	72.814	1.020.349	146.164	1.064.632
AUMENTO (REDUÇÃO) DO DISPONÍVEL	(904.277)	1.269.566	(194.860)	1.337.936
DISPONÍVEL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.577.241	1.307.675	3.658.604	2.320.668
DISPONÍVEL NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.672.964	2.577.241	3.463.744	3.658.604

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Segmento de Aviação Comercial

A operação de fabricação de aeronaves regionais envolve principalmente o desenvolvimento, a produção e o marketing de jatos comerciais e o fornecimento de serviços de suporte relacionados principalmente à industria mundial de linhas aéreas regionais. Os produtos da Companhia no segmento de aeronaves regionais estão organizados em famílias de produtos, incluindo a família ERJ 135/140/145 e a família do EMBRAER 170/190.

A família ERJ 145 é composta pelos jatos ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente. Esses tipos de aeronaves representam aproximadamente 96% de partes comuns e componentes. A Companhia possui um número limitado de clientes para uma parcela substancial de suas vendas líquidas totais.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia está desenvolvendo um novo grupo de jatos comerciais compostos pelo EMBRAER 170 para 78 passageiros, EMBRAER 175 para 86 passageiros, EMBRAER 190 para 106 passageiros e EMBRAER 195 para 118 passageiros. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha 297 pedidos firmes para esse grupo de aeronaves. O primeiro modelo a alcançar o pleno desenvolvimento foi o EMBRAER 170 e a seguir o EMBRAER 175.

O EMB 120 Brasília é uma aeronave turboélice para 30 passageiros e está em operação desde 1985. Até 31 de dezembro de 2004, 352 dessas aeronaves haviam sido entregues.

Segmento do mercado de Defesa

O segmento de aeronaves de defesa envolve principalmente a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a modificação e o suporte de aeronaves de defesa militares, os produtos e os sistemas relacionados. Embora algumas aeronaves de defesa militares estejam contratadas no ambiente comercial, o principal cliente da Companhia é o Comando da Aeronáutica. No segmento de defesa, a Companhia possui os seguintes produtos:

- EMB-312, em duas plataformas, o Tucano Básico e o Super Tucano - EMB-314. O Super Tucano também está sendo utilizado como plataforma do AL-X, aeronave desenvolvida para o Comando da Aeronáutica.

- AM-X, um jato avançado de ataque ao solo, desenvolvido e produzido através da cooperação entre Brasil e Itália.

- Plataformas modificadas do ERJ 145 (EMB 145 AEW&C - Airbone Early Warning and Control, EMB 145 RS - Remote Sensing Aircraft e EMB 145 MP - Marine Remote Sensing Aircraft) para uso das autoridades brasileiras, mexicanas e gregas.

Segmento de jatos corporativos

A Companhia desenvolveu a linha de jatos corporativos, com base no jato regional ERJ 135. O Legacy, como o jato corporativo é chamado, está sendo divulgado no mercado em duas versões - a executiva e a corporativa.

Outros negócios relacionados

O segmento de outros negócios relacionados é relacionado principalmente a: (i) serviços de apoio pós-venda aos clientes, incluindo manutenção e treinamento; (ii) aeronaves arrendadas operacionalmente; e (iii) produção e comercialização de peças de reposição para as aeronaves da Companhia. Adicionalmente, a Embraer fornece partes

estruturais e sistemas mecânicos e hidráulicos para certos clientes em específico. A Companhia também produz aviões agrícolas pulverizadores.

	Em milhões de reais	
	2004	2003
Vendas líquidas por área geográfica		
Américas, exceto Brasil:		
Regional	6.617,6	4.564,0
Defesa	270,9	342,3
Corporativo	580,3	419,0
Outros negócios	340,4	268,1
	7.809,2	5.593,4
Europa:		
Regional	924,9	201,6
Defesa	62,9	161,6
Corporativo	-	106,2
Outros negócios	159,1	207,6
	1.146,9	677,0
Outros:		
Regional	247,8	-
Defesa	19,4	2,1
Corporativo	122,1	-
Outros negócios	40,1	2,6
	429,4	4,7
Brasil:		
Defesa	702,8	240,1
Outros negócios	142,9	55,4
	845,7	295,5
Total	10.231,2	6.570,6

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhões de reais

	2004	2003
Resultado bruto por segmento		
Vendas líquidas:		
Regional	7.790,3	4.765,6
Defesa	1.056,0	746,1
Corporativo	702,4	525,3
Outros negócios	682,5	533,6
	10.231,2	6.570,6
Custo das vendas:		
Regional	(4.936,2)	(2.963,2)
Defesa	(828,1)	(607,0)
Corporativo	(575,6)	(436,5)
Outros negócios	(483,0)	(213,1)
	(6.822,9)	(4.219,8)
Margem bruta:		
Regional	2.854,1	1.802,4
Defesa	227,9	139,1
Corporativo	126,8	88,8
Outros negócios	199,5	320,5
	3.408,3	2.350,8

37. INFORMAÇÕES SOBRE ENTIDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - EPEs

A Companhia estrutura algumas de suas transações de financiamento de vendas através de EPEs, podendo estar sujeita a riscos e/ou benefícios residuais, mesmo não detendo participação societária nestas. De acordo com a Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2004, a Companhia deve considerar esse tipo de entidade como controlada, direta ou indiretamente, para fins de consolidação a partir de 2005.

Apresentamos, a seguir, um resumo dessas transações com EPEs, seus propósitos e saldos e transações relacionados em 31 de dezembro de 2004:

a) A fim de melhorar a qualidade das garantias de um financiamento de vendas de aeronaves EMB 120 da Embraer para o cliente final na América Latina, estruturou-se a transação através de uma EPE. O valor de seus ativos é US$17 milhões, de seus passivos é US$15 milhões e de seu patrimônio líquido é US$2 milhões

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) A fim de estruturar temporariamente operações de leasing nos Estados Unidos ("US Leverage Lease") de aeronaves ERJ 145 para cliente final, utilizou-se uma EPE enquanto as estruturas definitivas de financiamento não são concluídas. O valor de seus ativos e de seus passivos é de US$893 milhões. A Companhia mantém em garantia o valor de US$226 milhões, conforme nota explicativa nº 9.(a), e atua como agente de recomercialização e garantidor de US$52 milhões dos financiamentos concedidos por terceiros, sendo essas garantias cobertas pelo valor integral das aeronaves.

c) Algumas entidades foram utilizadas para estruturação de financiamento de vendas através de leasing de aeronaves ERJ 145 para clientes finais na Europa e América Latina. O valor total de seus ativos e passivos é de US$247 milhões e a Companhia atua como agente de recomercialização e garantidor de US$71 milhões dos financiamentos concedidos por terceiros, sendo essas garantias cobertas pelo valor integral das aeronaves.

As demais entidades utilizadas até então não possuem ativos e passivos relevantes, tendo sido criadas para a viabilização de determinadas vendas e a securitização de recebíveis de clientes finais. Nesta data, a existência dessas entidades explica-se pela obrigatoriedade de pagamento das despesas da estrutura de securitização ao longo do prazo dos financiamentos.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMP BRAS AERON SA	60.208.493/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002	12
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	18
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	19
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	20
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	63/130

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	**RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.**	**07.689.002/0001-89**
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2170				PUTIM	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
12227-901	S.J.CAMPOS				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
12	3927-1216	3927-3953	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
12	3927-6070	3927-1884	-		
15 - E-MAIL					
control@embraer.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
ANTONIO LUIZ PIZARRO MANSO					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2170				PUTIM	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
12227-901	S.J.CAMPOS				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
12	3927-1216	3927-1216	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
12	3927-6070	3927-1884	-		
16 - E-MAIL					
investor.relations@embraer.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	02/09/2005	31/12/2005
2 - Penúltimo		
3 - Antepenúltimo		

4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM
ACAL Consultoria e Auditoria S/S	00532-0
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Elias da Silveira Cerqueira	545.861.607-30

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2005	2	3
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	500	0	0
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	500	0	0
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Pré-Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1070 - Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Produção de aeronaves
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
31/03/2006	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 -	5 -
1	Ativo Total	500	0	0
1.01	Ativo Circulante	500	0	0
1.01.01	Disponibilidades	500	0	0
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	0	0	0
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 -	5 -
2	Passivo Total	500	0	0
2.01	Passivo Circulante	0	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	0	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	500	0	0
2.05.01	Capital Social Realizado	500	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 02/09/2005 a 31/12/2005	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	0	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	0	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	500	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00000	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 02/09/2005 a 31/12/2005	4 -	5 -
4.01	Origens	500	0	0
4.01.01	Das Operações	0	0	0
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	0	0	0
4.01.02	Dos Acionistas	500	0	0
4.01.03	De Terceiros	0	0	0
4.02	Aplicações	0	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	500	0	0
4.04	Variação do Ativo Circulante	500	0	0
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	0	0	0
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	500	0	0
4.05	Variação do Passivo Circulante	0	0	0
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	0	0	0
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 02/09/2005 A 31/12/2005 (Reais)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	500	0	0	0	0	500
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	500	0	0	0	0	500

539

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
RIO HAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da **RIO HAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,** levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. O nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes, e compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **RIO HAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** em 31 de dezembro de 2005, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 2 e 4, a companhia foi constituída em 02 de setembro de 2005 sob a denominação de R.A.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., tendo sua razão social modificada para **RIO HAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 12 de janeiro de 2006. Desde a sua constituição, até à data das demonstrações financeiras ora examinadas, a companhia permaneceu sem atividades, consequentemente, não está sendo apresentada a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

São José dos Campos, 23 de fevereiro de 2006.

ACAL Consultoria e Auditoria S/S
CRCSP- 2RJ001144/F-4

Elias da Silveira Cerqueira
Sócio Responsável
Contador CRCSP 1RJ053136/T-2

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

A Rio Han Empreendimentos e Participações S.A. ("Rio Han" ou "Companhia") originalmente denominada R.A.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., foi constituída em 02 de setembro de 2005. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de Janeiro de 2006, foi aprovada a mudança de razão social para Rio Han Empreendimentos e Participações S.A.

A Rio Han tem por objetivo específico servir de veículo de implementação da reestruturação societária da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A ("Embraer") e deter as 145.527.000 ações ordinárias de emissão da Embraer e vinculadas ao acordo de acionistas.

Desta forma em 18 de Janeiro de 2006, em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, que passou a ter como únicos acionistas Cia. Bozano, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e Fundação Sistel de Seguridade Social. Nesta data a Rio Han passou a deter, 60% do capital votante, 20,16% do capital total e o controle direto da Embraer, tendo cada um dos seus acionistas recebido 1,1153 ações ordinárias de emissão da Rio Han por cada ação da Embraer vinculada ao acordo de acionistas conferida ao seu capital social, num total de 162.306.263 ações ordinárias emitidas. Sendo o capital social da Companhia dividido da seguinte forma:

Acionista	Número de Ações Ordinárias*	Participação no capital
Bozano	54.102.501	33,33%
Previ	54.102.131	33,33%
Sistel	54.102.131	33,33%
Total	162.306.763	100%

*. Inclui 168 ações de emissão da Rio Han detidas por Bozano, 166 detidas por Sistel e 166 detidas por Previ.

Em 19 de janeiro de 2006, o Conselho de Administração da Embraer manifestou-se favoravelmente à proposta que lhe foi apresentada pela Diretoria, visando à Incorporação da Embraer à Rio Han, nos termos do instrumento denominado Protocolo de Incorporação e Justificação da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. pela Rio Han Empreendimentos e Participações S.A., firmado pelas Administrações da Companhia e da Embraer naquela mesma data.

Dentro do escopo da reestruturação societária da Embraer, em 23 de fevereiro de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Rio Han aprovou a mudança no objeto social da Companhia e elegeu novos diretores.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Auditores Independentes

A Acal Consultoria e Auditoria S/S (ACAL) é uma empresa especializada em auditoria e avaliações, com escritório na Avenida Paulista 2.300, andar Pilotis – conj. 60, São Paulo - SP, registrada no CRC/SP sob o número 2RJ001144/F-4, inscrita no CNPJ/MF sob o número 28.005.734/0003-44, devidamente registrada perante a CVM como auditor independente sob o n.º 5320.

Em obediência ao disposto na Instrução CVM 319/99, a Acal foi contratada pela Embraer, dentro seu processo de reestruturação societária e foi a responsável pela prestação dos seguintes serviços no âmbito do processo de incorporação da Embraer pela Rio Han: (i) elaboração de laudo de patrimônio líquido contábil da Embraer, para fins de determinação do valor do aumento de capital da Rio Han decorrente da Incorporação; e (ii) avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da Embraer e da Rio Han, para fins de atendimento ao disposto no art. 264 da Lei das S.A.. Adicionalmente, dentro do âmbito da reestruturação societária da Embraer, a Acal auditou as demonstrações financeiras da Rio Han levantadas em 30 de setembro de 2005, de forma a dar cumprimento ao disposto no art. 12 da Instrução CVM 319/99, que exige que as demonstrações financeiras que servirem de base para a elaboração de quaisquer laudos de avaliação em operações de incorporação de companhia aberta sejam auditadas por auditor devidamente registrado na CVM.

Os serviços prestados pela Acal: (i) não acarretaram ameaça de revisão do seu próprio trabalho, enquanto auditores independentes da Rio Han; e (ii) não envolveu qualquer grau de subjetividade ou impacto relevante nas demonstrações financeiras auditadas, conforme exigido pela Resolução CFC n.º 1.034/05 em seu item 1.2.10.6.”i”, em que trata hipóteses nas quais a prestação de serviços de consultoria pode acarretar a perda de independência necessária à auditoria.

São José dos Campos, 23 de fevereiro de 2006

A Diretoria

RIO HAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Han Empreendimentos e Participações S.A., originalmente denominada R.A.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., foi constituída em 02 de setembro de 2005, tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia não está apresentando Demonstração de Resultado do período de 02 de setembro a 31 de dezembro de 2005 por estar em fase pré-operacional.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2005 é de R$ 500,00, representado por 500 ações ordinárias.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de janeiro de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas aprovou a mudança de razão social de R.A.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A para Rio Han Empreendimentos e Participações S.A.

Em Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 18 de janeiro de 2006, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 962.017.269,89, representado por 162.306.263 ações ordinárias, passando o capital social integralizado para R$ 962.017.769,89.

A Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 23 de fevereiro de 2006 aprovou a mudança no objeto social da Companhia para:

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I. participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior;

II. Projetar, construir e comercializar aeronaves e materiais aeroespaciais e respectivos acessórios, componentes e equipamentos, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade;

III. Promover ou executar atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção do material aeroespacial;

IV. Contribuir para a formação de pessoal técnico necessário à indústria aeroespacial; e,

V. Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos à indústria aeroespacial.

02008-7 RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA. 07.689.002/0001-89

12.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alteração do padrão monetário de reais mil para reais.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	RIO HAN EMPREEND.E PARTICIPAÇÕES SA.	07.689.002/0001-89

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 02/09/2005 A 31/12/2005	7
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	8
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	10
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	12
12	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	14

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	**EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.**	**60.208.493/0001-81**

4 - NIRE
35300026420

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170	Putim

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
12227-901	São J. Campos	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
12	3927-1216	3927-3953	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
12	3927-6070	-	-	

15 - E-MAIL
control@embraer.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME
Antonio Luiz Pizarro Manso

2 - ENDEREÇO COMPLETO	3 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170	Putim

4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF
12227-901	São J.Campos	SP

7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
12	3927-1216	-	-	

12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
12	3927-6070	-	-	

16 - E-MAIL
investor.relations@embraer.com.br

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2005	31/12/2005	3	01/07/2005	30/09/2005	2	01/04/2005	30/06/2005

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes	00385-9

11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Domingos do Prado	022.486.308-83

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2005	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	242.544.448	242.544.448	242.544.448
2 - Preferenciais	478.219.290	477.745.655	475.411.026
3 - Total	720.763.738	720.290.103	717.955.474
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 107 - Máquinas,Equip,Veículos,peças
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Produção de Aeronaves
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	16/09/2005	Juros Sobre Capital Próprio	14/10/2005	ON	0,1477700000
02	RCA	16/09/2005	Juros Sobre Capital Próprio	14/10/2005	PN	0,1625400000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	23/08/2005	3.580.154	2.520	Subscrição Particular em Dinheiro	351.925	7,1600000000
02	22/09/2005	3.580.851	697	Subscrição Particular em Dinheiro	121.710	5,7300000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
11/11/2005	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2005	4 - 30/06/2005
1	Ativo Total	14.076.798	13.698.345
1.01	Ativo Circulante	6.667.009	7.156.042
1.01.01	Disponibilidades	893.618	1.172.840
1.01.02	Créditos	1.618.998	1.427.919
1.01.02.01	Clientes	1.618.998	1.427.919
1.01.03	Estoques	3.407.677	3.888.498
1.01.04	Outros	746.716	666.785
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	88.150	97.512
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	239.021	218.171
1.01.04.03	Outros Créditos	211.729	154.058
1.01.04.04	I.Renda e Contrib.Social Diferido	207.816	197.044
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.682.165	3.813.079
1.02.01	Créditos Diversos	0	379.427
1.02.01.01	Clientes	0	379.427
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	4.092.601	2.833.888
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	4.092.601	2.833.888
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	589.564	599.764
1.02.03.01	Depósitos em Garantia	78.176	53.168
1.02.03.02	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	294.547	282.345
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	1.660	3.268
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	151.442	198.456
1.02.03.05	Outros Créditos	63.739	62.527
1.03	Ativo Permanente	2.727.624	2.729.224
1.03.01	Investimentos	948.770	908.513
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	948.770	908.513
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	628.993	616.422
1.03.03	Diferido	1.149.861	1.204.289

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2005	4 - 30/06/2005
2	Passivo Total	14.076.798	13.698.345
2.01	Passivo Circulante	4.684.033	4.588.029
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.164.902	975.268
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.140.766	1.272.432
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	71.123	110.468
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	685.593	587.769
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	231.864	300.837
2.01.08	Outros	1.389.785	1.341.255
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	865.866	893.051
2.01.08.02	Contas a Pagar	127.323	91.042
2.01.08.03	Juros sobre Capital Próprio	100.730	98.368
2.01.08.04	Contingências	170.987	152.263
2.01.08.05	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	124.879	106.531
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.621.039	4.311.456
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.319.175	2.037.723
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	238.286	135.503
2.02.05	Outros	2.063.578	2.138.230
2.02.05.01	Impostos Parcelados	104.732	109.680
2.02.05.02	Contribuição de Parceiros	231.722	310.142
2.02.05.03	Adiantamentos de Clientes	229.776	269.638
2.02.05.04	Contingências	1.139.468	1.092.767
2.02.05.05	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	345.535	343.658
2.02.05.06	Contas a Pagar	12.345	12.345
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4.771.726	4.798.860
2.05.01	Capital Social Realizado	3.580.851	3.577.634
2.05.02	Reservas de Capital	142.250	142.078
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	903.500	903.500
2.05.04.01	Legal	274.415	274.415
2.05.04.02	Estatutária	629.085	629.085
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2005	4 -30/06/2005
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	145.125	175.648

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2005 a 30/09/2005	4 - 01/01/2005 a 30/09/2005	5 - 01/07/2004 a 30/09/2004	6 - 01/01/2004 a 30/09/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.206.011	5.659.357	2.480.433	6.872.338
3.02	Deduções da Receita Bruta	2.997	875	(4.961)	(3.251)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.209.008	5.660.232	2.475.472	6.869.087
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.827.179)	(4.300.280)	(1.618.974)	(4.495.700)
3.05	Resultado Bruto	381.829	1.359.952	856.498	2.373.387
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(412.102)	(1.062.629)	(490.981)	(1.535.188)
3.06.01	Com Vendas	(131.815)	(519.989)	(341.045)	(869.898)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(88.286)	(266.157)	(84.340)	(221.082)
3.06.03	Financeiras	(224.330)	(382.677)	(89.617)	(467.861)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(396.858)	(788.145)	(465.596)	68.216
3.06.03.02	Despesas Financeiras	172.528	405.468	375.979	(536.077)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	20.114	34.433	17.527	46.115
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(66.560)	(202.233)	(65.828)	(175.911)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	78.775	273.994	72.322	153.449
3.07	Resultado Operacional	(30.273)	297.323	365.517	838.199
3.08	Resultado Não Operacional	177	533	(70)	(197)
3.08.01	Receitas	632	1.418	63	758
3.08.02	Despesas	(455)	(885)	(133)	(955)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(30.096)	297.856	365.447	838.002
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(427)	(152.731)	(134.735)	(262.543)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	113.551	330.929	160.059	421.058
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	83.028	476.054	390.771	996.517

554

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2005 a 30/09/2005	4 - 01/01/2005 a 30/09/2005	5 - 01/07/2004 a 30/09/2004	6 - 01/01/2004 a 30/09/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	720.763.738	720.763.738	717.955.474	717.955.474
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,11519	0,66049	0,54428	1,38799
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

555

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia", "Embraer" ou "controladora") tem como objetivo o desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Informações Trimestrais da controladora e consolidada foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações financeiras do último exercício social.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos e as transações entre as sociedades consolidadas e os lucros não realizados, líquidos dos efeitos do imposto de renda, estão eliminados na consolidação.

As Informações Trimestrais consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de todas as subsidiárias em que a Embraer, direta ou indiretamente, tem a maioria no capital da subsidiária, as quais estão descritas na nota 9.

Em 22 de dezembro de 2004, foi criada a subsidiária AIRHOLDINGS SGPS, S.A. controlada pela Embraer Spain Holding Co. SL - ESH (99,9% no capital).

Em 23 de dezembro de 2004, a AIRHOLDING SGPS, S.A. adquiriu da Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF, 65% do capital votante da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., uma companhia portuguesa de manutenção e produção aeronáutica, cuja aprovação final pelas autoridades de concorrência européia ocorreu efetivamente em 9 de março de 2005.

As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes na data do levantamento do balanço patrimonial.

Investimentos em coligadas nas quais a Companhia não tem controle estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos, a seguir, a reconciliação entre o patrimônio líquido e o resultado do período da controladora e consolidado:

	Resultado			
	Trim.Findo	Acumulado	Patrimônio líquido em	
	30.09.2005	30.09.2005	30.09.2005	30.06.2005
Na controladora	83.028	476.054	4.771.726	4.798.860
Lucros não realizados (*)	6.229	14.716	(175.083)	(181.278)
No consolidado	89.257	490.770	4.596.643	4.617.582

(*) Os lucros não realizados referem-se substancialmente às vendas de peças de reposição, aeronaves e direito de exclusividade de mercado.

3. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Caixa e bancos:				
Reais	65.933	72.676	68.672	76.938
Dólar norte-americano	755	873	20.661	105.719
Outras	600	854	81.916	60.622
Numerário em trânsito	3.679	567	6.459	661
Aplicações financeiras:				
Em reais-				
Fundos de investimento	822.651	1.097.238	839.307	1.112.740
Em dólares norte-americanos:				
Depósitos a prazo fixo	-	-	1.097.180	193.523
Nota promissória	-	-	44.521	-
Fundos de investimento	-	-	58.742	976.078
"Overnight"	-	632	180.628	194.055
Outras moedas				
"Overnight"	-	-	2.017	2.129
	893.618	1.172.840	2.400.103	2.722.465

As taxas médias de juros anualizadas, relacionadas às aplicações financeiras efetuadas em reais e em dólares norte-americanos em 30 de setembro de 2005, foram de 16,8% e 2,7% (16,0% e 2,1 % ao ano em 30 de junho de 2005), respectivamente.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento e depósitos a prazo fixo, com um mercado de liquidez imediata e prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Debêntures	31.827	31.827	31.827	31.827
Provisão para perdas	(31.827)	(31.827)	(31.827)	(31.827)
Notas do Tesouro Nacional (a)	-	-	66.320	68.729
Títulos da dívida brasileira no exterior (b)	-	-	1.537.205	41.185
Letras do Tesouro Nacional	-	-	4.284	4.144
Notas hipotecárias no exterior	-	-	17.596	21.326
	-	-	1.625.405	135.384
Menos- Circulante	-	-	1.559.085	25.470
Longo prazo	-	-	66.320	109.914

(a) Referem-se aos recebíveis representados por Notas do Tesouro Nacional adquiridas pela Companhia de seus clientes, relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX entre o 11º e 15º ano após a venda da respectiva aeronave, os quais foram reconhecidos a valor presente. Os juros são reconhecidos como receita financeira, uma vez que a Companhia tem a possibilidade, a intenção e a habilidade de manter esses títulos em carteira até o vencimento.

(b) Referem-se a aplicações no exterior relacionadas a estruturas temporárias de financiamento de vendas, as quais estão marcadas a mercado e classificadas no circulante tendo em vista a intenção da Companhia em liquidá-las a curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Comando da Aeronáutica	60.928	78.908	234.549	233.842
Clientes no país - terceiros	12.796	13.958	15.135	16.918
Sociedades controladas	101.556	53.172	-	-
Clientes no exterior - terceiros	1.454.152	1.672.150	1.737.956	1.937.775
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.434)	(10.842)	(110.471)	(122.876)
	1.618.998	1.807.346	1.877.169	2.065.659
Menos- Circulante	1.618.998	1.427.919	1.845.922	1.653.228
Longo prazo	-	379.427	31.247	412.431

Do montante consolidado, aproximadamente 64,0% (71,5% em junho de 2005) encontra-se em processo de estruturação de financiamento, caracterizado basicamente pelo segmento de Aviação Comercial. Do saldo remanescente, R$424.245 (R$346.756 em junho de 2005) referem-se ao segmento de Defesa.

Como parte do plano de recuperação da US Airways, decorrente do pedido de concordata ocorrido em 2004, a Corte de Falências dos Estados Unidos autorizou a Companhia, a utilizar adiantamentos efetuados anteriormente à Companhia, no montante de US$ 18.977, equivalente a R$ 42.172 em 30 de setembro de 2005, para liquidação de suas obrigações.

Até 30 de setembro de 2005, foram entregues à US Airways 28 aeronaves EMBRAER 170, das quais 18 haviam sido financiadas pela GE Capital, e as 10 aeronaves restantes foram temporariamente financiadas pela Companhia.

O saldo a receber desse cliente e respectivas aeronaves foram transferidos para a Republic Airlines e encontra-se em processo de estruturação de financiamento.

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Crédito com fornecedores	7.762	11.340	7.762	11.340
Adiantamentos a empregados	5.133	4.951	9.097	6.787
Contas a receber – BNDES (a)	196.210	130.136	196.210	130.136
Recebíveis com EPEs (b)	-	-	135.149	262.300
Depósito judicial	46.032	45.013	46.724	45.699
Incentivo fiscal - FINAM	9.604	9.604	9.604	9.604
Adiantamento de comissão	-	-	6.341	6.706
Ganhos não realizados com derivativos	1.628	3.099	1.736	3.142
Outros	9.099	12.442	13.614	19.954
	275.468	216.585	426.237	495.668
Menos- Circulante	211.729	154.058	360.643	431.218
Longo prazo	63.739	62.527	65.594	64.450

(a) Refere-se a créditos pendentes oriundos de financiamentos já estruturados, em processo de negociação para recebimento junto ao BNDES.

(b) Refere-se a recebíveis das Entidades de Propósito Específico - EPEs os quais estão lastreados nas aeronaves cujas operações de estruturação de financiamento de vendas ainda não foram finalizadas.

7. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Garantia de financiamentos de vendas (a)	-	-	442.272	518.250
Garantia de estrutura de vendas (b)	-	-	547.859	554.407
Garantia de fornecimento (c)	50.268	53.168	50.268	53.168
Garantia de financiamento (d)	27.908	-	27.908	-
Outras	-	-	23.793	24.461
	78.176	53.168	1.092.100	1.150.286
Menos- Circulante	-	-	465.635	542.258
Longo prazo	78.176	53.168	626.465	608.028

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Aplicações financeiras denominadas em dólar norte-americano, vinculadas às estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão das estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da LIBOR semestral.

(b) Valores em dólar norte-americano depositados em uma conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao montante da conta de caução. O montante depositado será liberado por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2021), caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. Os juros sobre a conta de caução são adicionados ao saldo do principal e reconhecidos pela Companhia como receita financeira.

Buscando garantir rentabilidade compatível com o prazo da caução, a Embraer aplicou parte desse saldo em notas estruturadas. O saldo de aplicação em notas estruturadas no final do 3º trimestre de 2005 é de R$287.019 (US$129.160).Essas notas renderam juros no 3º trimestre de 2005 de R$4.247 (US$1.911), que foram incorporadas ao principal e reconhecidas como receita financeira do período. Em caso de evento de "default" da Embraer, tais notas terão seus vencimentos antecipados, sujeitando-se a realizá-las a valor de mercado, limitando-se no mínimo aos valores originalmente aplicados. A diferença em caso de positiva entre o valor de mercado e o valor aplicado será paga à empresa em forma de títulos ou empréstimos da mesma. Eventos de "default" que podem antecipar o vencimento das notas são, entre outros: (i) insolvência ou concordata da Embraer; e (ii) inadimplência ou reestruturação de dívidas da Embraer em contratos de financiamentos.

(c) Valores depositados em uma conta de caução como garantia de fornecimento do objeto do contrato de venda.

(d) Valor depositado em uma conta caução para garantia de pagamento de financiamento.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Produtos acabados	313.365	246.099	313.365	246.099
Produtos em elaboração (a)	1.696.815	2.068.524	1.862.659	2.237.386
Matéria-prima	1.169.521	1.311.250	1.270.321	1.438.737
Peças de reposição	128.744	131.198	490.089	495.738
"Pool de peças" de reposição	-	-	101.820	87.105
Aviões usados para venda (b)	44.321	44.558	71.012	75.583
Materiais de consumo	2.245	2.289	3.527	3.562
Mercadorias em trânsito	201.384	226.125	199.269	234.105
Adiantamentos a fornecedores	15.152	13.479	33.862	56.687
Provisão para obsolescência (d)	(163.870)	(155.024)	(293.041)	(287.094)
	3.407.677	3.888.498	4.052.883	4.587.908
Menos- Circulante	3.407.677	3.888.498	3.986.347	4.533.436
Longo prazo (c)	-	-	66.536	54.472

(a) Inclui aeronaves pré-séries do Programa EMBRAER 170/190 e ERJ 135 no montante de R$546.946, utilizados para ensaios visando a certificação da aeronave. Após as campanhas de certificação, a Companhia pretende vender essas aeronaves.

(b) Na controladora refere-se a uma aeronave Legacy e no consolidado, é composto por uma aeronave Legacy, seis EMB 120 e dois Ipanema disponíveis para venda, e estão registrados pelo custo de aquisição ou valor de realização, dos dois, o menor.

(c) O saldo a longo prazo refere-se à parte do pool de peças de reposição cuja realização prevista ultrapassa o período de 12 meses.

(d) Foi constituída provisão para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definido, através do programa de produção. Foram constituídas provisões para cobrir eventuais perdas para estoque de almoxarifado e produtos em processo excessivos ou obsoletos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. INVESTIMENTOS

a) Movimentação do investimento na controladora

	Partici-pação	Saldo em 30.06.2005	Equivalência Patrimonial	Variação cambial	Transferência da provisão para (do) passivo a descoberto	Saldo em 30.09.2005
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	192.989	16.146	(10.316)	-	198.819
Trumpeter Inc.	100,00	10.764	(6.885)	(587)	-	3.292
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	100,00	34.254	2.740	-	-	36.994
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	60,00	38.190	(1.482)	-	-	36.708
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	94.323	652	(6.038)	-	88.937
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	100,00	-	19	254	(273)	-
Embraer Credit Limited - ECL	100,00	-	721	293	(1.014)	-
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	100,00	438.519	60.723	(17.051)	-	482.191
Embraer Representation LLC – ERL	100,00	53.976	(36)	(2.200)	-	51.740
Harbin Embraer Industry Company Ltd. – HEAI	51,00	32.301	6.892	(980)	-	38.213
Canal Investments LLC	100,00	9.255	(774)	(606)	-	7.875
ECC do Brasil Cia. de Seguros	99,99	3.942	59	-	-	4.001
		908.513	78.775	(37.231)	(1.287)	948.770

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos lucros não realizados nas operações com as controladas.

A controladora constituiu provisão correspondente ao valor do passivo a descoberto de suas controladas no montante de R$7.840 (R$9.127 em 30 de junho de 2005), As contrapartidas das provisões constituídas foram classificadas como resultado de equivalência patrimonial.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 30.09.2005	Líquido 30.06.2005
Terrenos	-	16.627	-	16.627	16.627
Edifícios e benfeitorias em terrenos	3,54	452.732	(141.035)	311.697	315.781
Instalações	8,47	188.768	(143.390)	45.378	47.420
Máquinas e equipamentos	9,25	356.783	(238.533)	118.250	101.460
Móveis e utensílios	9,65	30.324	(16.879)	13.445	13.246
Veículos	14,03	10.755	(7.207)	3.548	3.317
Aeronaves	20,00	2.203	(1.162)	1.041	1.152
Computadores e periféricos	18,29	75.762	(62.068)	13.694	14.216
Software	16,79	120.905	(77.373)	43.532	44.257
Outros bens	-	11.282	-	11.282	22.818
Adiantamentos a fornecedores	-	548	-	548	1.206
Imobilizações em andamento (i)	-	49.951	-	49.951	34.922
		1.316.640	(687.647)	628.993	616.422

(i) Referem-se principalmente às obras para ampliação da capacidade instalada para atender à produção de novos produtos.

b) Consolidado

	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 30.09.2005	Líquido 30.06.2005
Terrenos	-	17.060	-	17.060	17.060
Edifícios e benfeitorias em terrenos	3,54	573.694	(186.049)	387.645	391.548
Instalações	8,47	204.430	(149.458)	54.972	57.131
Máquinas e equipamentos	9,25	561.276	(398.906)	162.370	148.676
Móveis e utensílios	9,65	100.415	(78.842)	21.573	19.331
Veículos	14,03	20.822	(16.402)	4.420	4.221
Aeronaves (ii)	6,56	385.675	(66.802)	318.873	283.541
Computadores e periféricos	18,29	113.833	(98.037)	15.796	16.350
Software	16,79	175.651	(117.020)	58.631	61.410
Outros bens	-	13.737	-	13.737	26.075
Adiantamentos a fornecedores	-	1.538	-	1.538	1.251
Imobilizações em andamento	-	73.457	-	73.457	59.285
		2.241.588	(1.111.516)	1.130.072	1.085.879

(ii) As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, vôos corporativos e leasing operacional. Em 30 de setembro de 2005, a Companhia possuía 6 EMB 120, 9 ERJ 145, 2 ERJ 135, 4 Legacy, 1 EMBRAER 170 e 3 de outros modelos. Destas, 20 aeronaves estavam destinadas à arrendamento operacional e 5 para ensaios e vôo corporativo.

Em 30 de dezembro de 1988 e 30 de abril de 1991, a Companhia contabilizou reavaliações dos seus ativos operacionais. Os saldos remanescentes dessas reavaliações em 30 setembro de 2005 e 30 de junho de 2005 eram de R$90.037 e R$91.815, respectivamente. A correspondente reserva de reavaliação foi utilizada para aumento de capital e, exceto pela parcela relacionada com os bens imóveis, foi incluída no cálculo do lucro tributável para fins de imposto de renda. As taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação. Os juros incorridos em financiamentos são capitalizados em contrapartida ao crédito das despesas financeiras.

11. DIFERIDO

	Controladora				Consolidado			
Programas	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30.09.2005	Líquido 30.06.2005	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30.09.2005	Líquido 30.06.2005
Família ERJ 145 (*)	781.979	(619.175)	162.804	202.506	797.458	(630.348)	167.110	206.204
Família EMBRAER 170/190	1.026.246	(73.145)	953.101	980.074	1.050.794	(77.413)	973.381	993.653
Phenom 100 e Phenom 300	13.690	-	13.690	2.639	14.118	-	14.118	2.688
Outros	20.266	-	20.266	19.070	45.888	(4.647)	41.241	39.587
	1.842.181	(692.320)	1.149.861	1.204.289	1.908.258	(712.408)	1.195.850	1.242.132

(*) Inclui custos para pesquisas e desenvolvimento das aeronaves ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145 e dos jatos executivos Legacy.

(**) Referem-se a dois novos modelos de jatos para o mercado de aviação executiva (Phenom 100 e Phenom 300).

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de setembro de 2005, a posição das entregas e dos pedidos firmes é como segue:

	Entregas	Pedidos firmes
ERJ 135	108	15
EMB 135	11	-
ERJ 140	74	20
ERJ 145	661	16
EMB 145	2	-
Legacy	45	14
EMBRAER 170 (i)	81	110
EMBRAER 175	9	13
EMBRAER 190 (ii)	2	183
EMBRAER 195	-	29

(i) Inclui duas aeronaves do mercado de defesa
(ii) Inclui uma aeronave do mercado de defesa

Os custos consolidados incorridos até 30 de setembro de 2005, para pesquisa e desenvolvimento por família de aeronaves, bem como os pedidos em carteira, estão apresentados a seguir:

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Em milhares de reais, exceto a quantidade de aeronaves	
	Família ERJ145 (a)	Família EMBRAER 170/190
Custo diferido	797.458	1.050.794
Amortização acumulada	(630.348)	(77.413)
Líquido	167.110	973.381
Quantidade de aeronaves projetadas para o programa em 30 de setembro de 2005	960	920
Quantidade de aeronaves em 30 de setembro de 2005:		
Entregues	901	92
Pedidos firmes em carteira	65	335
Opções com data de exercício em (b):		
2005	16	45
2006	115	66
2007	75	78
2008	22	46
Após	3	148
Total de opções	231	383
Total geral	1.197	810

(a) A quantidade de aeronaves inclui os pedidos em carteira do Legacy, EMB 135 e EMB 145, mas não inclui os pedidos em carteira do EMB 145 SA, EMB 145 RS e EMB 145 MP.

(b) Informação não revisada por auditores independentes.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. FINANCIAMENTOS

Composição

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Controladora 30.09.2005	Controladora 30.06.2005	Consolidado 30.09.2005	Consolidado 30.06.2005
Moeda estrangeira:						
Aquisição de materiais	US$	4,12 a 8,05; LIBOR + 1,75 a 2,70	1.125.278	1.173.497	1.136.398	1.176.054
	JPY	JIBOR + 1,05	146.525	158.195	146.525	158.195
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US$	3,00 a 3,73	550.907	364.767	550.907	364.767
Resolução nº 63	US$	7,08; LIBOR + 2,70	142.253	147.917	142.253	147.917
Financiamento a Exportação	US$	7,81	115.184	119.483	115.184	119.483
Capital de giro	Euro	3,47 a 3,50; Euribor 6m +1,5	-	-	70.015	76.295
	US$	3,87 a 5,02; LIBOR + 2,15 a 2,97	632.161	687.198	787.334	839.914
	GBP	4,07	-	-	3.033	-
Aquisição de imobilizado	US$	10,15	-	2.997	-	2.997
Desenvolvimento de projetos	US$	Libor + 2,50 a 3,50; cesta de moedas BNDES + 3,00	404.126	-	405.699	1.804
			3.116.434	2.654.054	3.357.348	2.887.426
Moeda nacional:						
Desenvolvimento de projetos		TJLP +1,00 a 6,00	-	558	33.137	33.406
Pré-embarque		TJLP + 2,20	367.643	358.379	367.643	358.379
Capital de giro		115% CDI	-	-	13.768	13.512
Aquisição de imobilizado		TJLP + 3,00 a 4,35	-	-	6.955	7.314
			367.643	358.937	421.503	412.611
			3.484.077	3.012.991	3.778.851	3.300.037
Menos- Circulante			1.164.902	975.268	1.281.844	1.086.300
Longo prazo			2.319.175	2.037.723	2.497.007	2.213.737

b) Vencimentos a longo prazo

Ano	Controladora	Consolidado
2006	142.045	150.729
2007	659.280	754.925
2008	594.749	619.849
2009	429.564	450.691
2010	312.053	329.431
2011	72.528	82.426
2012	108.956	108.956
	2.319.175	2.497.007

c) Análise de moedas

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Taxa de câmbio em 30.09.2005 (em relação a R$ 1,00)	Controladora		Consolidado	
		30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Real	1,00	367.643	358.937	421.503	412.611
Dólar norte-americano	2,2222	2.969.909	2.495.859	3.137.775	2.652.936
Euro	2,67175	-	-	70.015	76.295
Iene japonês	0,01958	146.525	158.195	146.525	158.195
Libra esterlina	3,91885	-	-	3.033	-
		3.484.077	3.012.991	3.778.851	3.300.037

As variações das taxas de câmbio em relação ao real foram as seguintes:

	Trimestre findo em (%)	
	30.09.2005	30.09.2004
Dólar norte-americano	(5,45)	(8,01)
Euro	(6,12)	(6,27)
Iene japonês	(7,62)	(9,08)
Libra esterlina	(6,86)	(8,41)

A dívida total em reais está sujeita a encargos baseados na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP e Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

As variações anualizadas desses índices no trimestre findo em 30 de setembro de 2005 foram de 9,75% e 18,64%, respectivamente (9,75% e 16,63% em 30 de setembro de 2004).

d) Encargos e garantias

Os financiamentos em moeda estrangeira e nacional em 30 de setembro de 2005 estão sujeitos à variação cambial mais juros anuais médios ponderados de 5,51% ao ano (5,16% em 30 de junho de 2005) e de juros anuais médios ponderados de 12,28% (12,40% em 30 de junho de 2005), respectivamente.

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas e equipamentos, penhor mercantil e garantia bancária, no montante de R$966.409. Financiamentos de controladas estão garantidos pela controladora no montante de R$198.531.

e) Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem que a relação endividamento líquido /EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") não poderá ultrapassar o índice de 3,0:1, bem como limites para a cobertura do serviço da dívida através da relação EBITDA/despesa financeira líquida que tem de ser superior a 3,0:1, nos últimos 4 trimestres. Há também uma cláusula que define que o limite do Patrimônio Líquido da Companhia, não pode ser inferior a R$2.300.000.

Incluem, também, restrições de praxe sobre o grau de alavancagem financeira, criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda de bens do ativo, pagamento de dividendos excedentes do mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e transações com empresas afiliadas, bem como a manutenção de, no mínimo, 100 pedidos firmes de novas aeronaves, em carteira, durante o prazo de vigência de determinado contrato.

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia estava adimplente com todas essas cláusulas.

13. CONTRIBUIÇÃO DE PARCEIROS

A Companhia possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Alguns contratos de fornecimento requerem que o fornecedor

contribua com dinheiro para a Companhia como compensação de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Como parte desse acordo de fornecimento, essas contribuições estão atreladas ao cumprimento pela Companhia de algumas etapas importantes do desenvolvimento, incluindo certificação da aeronave, primeira entrega e número mínimo de aeronaves entregues. A Companhia registra essas contribuições quando recebidas como passivo exigível a longo prazo (R$ 231.722 na controladora e R$ 239.216 no consolidado em 30 de setembro de 2005), as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que esses objetivos sejam alcançados, esses valores serão abatidos dos gastos de desenvolvimento das aeronaves.

Contribuições em moeda estrangeira são atualizadas considerando a taxa de câmbio vigente na data de levantamento do balanço patrimonial.

14. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Folha de pagamento	153.043	121.165	196.202	164.442
Obrigações por benefícios de aposentadoria e pensão	-	-	11.613	9.305
Participação nos lucros e resultados	75.073	46.685	80.362	54.329
Garantia de produtos (a)	196.152	193.736	199.190	196.624
Melhoria de produtos (a)	87.282	89.287	87.282	89.287
Assistência técnica/treinamento (b)	88.877	59.642	88.877	59.642
Perdas não realizadas com derivativos	69.308	59.762	69.308	59.762
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas (c)	7.840	9.127	-	-
Provisão para garantias financeiras (d)	-	-	161.014	165.758
Outras	8.018	8.365	8.233	13.199
	685.593	587.769	902.081	812.348

(a) Representam provisões relacionadas a produtos, incluindo garantias e obrigações contratuais para implementação de melhoria em aeronaves entregues, com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho, assumidos em contrato.

(b) Refere-se a gastos relacionados com a obrigação contratual de fornecer assistência técnica e treinamento aos mecânicos e membros da tripulação dos clientes.

(c) Refere-se à provisão para cobertura do passivo a descoberto das subsidiárias Embraer Credit Ltd. - ECL e Embraer Australia PTY Ltd. – EAL.

(d) Refere-se à provisão constituída pela ECC Insurance & Financial Co. Ltd. para cobertura de eventuais perdas com garantias oferecidas aos clientes/agentes financiadores envolvidos na estrutura de financiamento de vendas de aeronaves (vide nota explicativa nº 21).

15. CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Fiscais	1.267.351	1.201.615	1.280.753	1.214.638
Trabalhistas	43.104	43.415	45.052	45.161
Cíveis	-	-	5.256	5.260
	1.310.455	1.245.030	1.331.061	1.265.059
Menos- Circulante	170.987	152.263	172.307	153.586
Longo prazo	1.139.468	1.092.767	1.158.754	1.111.473

Contingências fiscais

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos efetuados em períodos anteriores. A Companhia, através de ações administrativas e judiciais, obteve subsídios para não recolher ou compensar pagamentos de impostos e encargos e contribuições sociais. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final. Os principais processos de natureza fiscal em andamento são os a seguir:

a) Contribuições previdenciárias - a Companhia está questionando a exigibilidade da cobrança de multas moratórias e majoração da alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da alíquota do seguro de acidente do trabalho. Esses processos encontram-se em 2ª e 3ª instâncias da esfera judicial, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito no processo que questiona a majoração da alíquota do INSS é possível, da cobrança de multas moratórias é provável, e da majoração da alíquota do seguro acidente do trabalho é remota. Além destes processos, a Companhia foi notificada para recolhimento de adicionais de riscos ambientais do trabalho. Este processo encontra-se em 2ª. instância, e segundo opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito é possível. O montante envolvido nesses processos é R$167.935.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL - a Companhia está pleiteando a suspensão da exigibilidade da CSLL sobre exportações e o direito à compensação do imposto de renda e da CSLL com os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referentes à aquisição de insumos isentos ou tributados à alíquota zero do IPI. O primeiro processo encontra-se na 2ª instância e o segundo na 1ª instância da esfera judicial e a probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e remota, respectivamente. O montante envolvido nestes processos é R$682.754.

c) Programa de Integração Social - PIS/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público - PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - a Companhia está questionando a expansão da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS. Esses processos encontram-se em 1ª e 2ª instâncias da esfera judicial, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, o êxito nesses processos foi considerado como possível. O montante envolvido nesses processos é R$416.110.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam, individualmente, horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, perdas e danos, doença profissional, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em junho de 1991 em nome de todos os funcionários que eram empregados da Companhia em novembro de 1990. Essa ação procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991. Até 30 de setembro de 2005, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia e para os demais está em negociação. Outra ação reivindica a correção monetária dos Planos Verão e Collor sobre a multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pagos aos empregados demitidos entre dezembro de 1988 e abril de 1990.

A exposição total dos processos é estimada em aproximadamente R$60.000. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado pela Administração.

Cíveis

Ação movida pela Gaplan Administradora de bens S/C Ltda. contra a controlada Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA, relativa ao contrato de "Garantia de Fornecimento de Aeronaves e Consórcio" celebrado com a Embraer pelo período de 1988 a 1997, no qual esta se obrigava a fornecer um número determinado de aeronaves, em um período estipulado, segundo configuração padronizada de série à época de sua fabricação, diretamente aos consorciados. A autora alega morosidade na entrega das aeronaves, o que provocou rescisão por parte dos consorciados, que exigiram a devolução das parcelas pagas, perdas financeiras em detrimento do aumento do prazo do consórcio e alterações de preços, além de redução na taxa de administração. A exposição máxima do processo é de aproximadamente R$10.512.

Conforme parecer do assessor jurídico, a possibilidade de perda de parte do valor reclamado é provável e a controlada constituiu provisão no montante de R$5.256.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos legais, além dos citados anteriormente, todos em virtude do curso normal de suas operações. Na opinião da Administração, não se espera que esses processos tenham um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia.

Para alguns processos a Companhia mantém depósitos judiciais registrados no ativo realizável a longo prazo (vide nota explicativa nº 6).

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie gozam do direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia têm prioridade no reembolso do capital e dividendos 10% maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias.

O Conselho de Administração da Embraer, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária que apreciará as contas e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2005, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao terceiro trimestre de 2005 no montante de R$ 113.551, a título de dividendos antecipados, os quais foram pagos em 14 de outubro de 2005.

Aos acionistas detentores de ações preferenciais foram distribuídos juros sobre capital próprio no valor de R$ 0,16254 por ação e aos acionistas detentores de ações ordinárias R$ 0,14777 por ação, sujeitos a retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

Mutação do Patrimônio Líquido

		Reservas de capital		Reservas de lucros			
	Capital Social	Incentivos Fiscais	Ágio	Reserva Legal	Reserva p/Inv.e Capital de Giro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2004	3.144.428	78.105	61.172	274.415	1.048.440	-	4.606.560
Aumento de Capital em dinheiro	16.994	-	-	-	-	-	16.994
Aumento de Capital com utilização de reservas	419.429	-	-	-	(419.429)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	2.973	-	-	-	-	2.973
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	74	-	74
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(330.929)	(330.929)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	476.054	476.054
Saldos em 30.09.2005	3.580.851	81.078	61.172	274.415	629.085	145.125	4.771.726

Na Assembléia Geral Extraordinária, de 18 de abril de 2005, foi aprovado o aumento do Capital Social de R$ 419.429 com o saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro", constituída no exercício de 2003, sem a emissão de novas ações e em benefício de todos os acionistas.

Conforme o Plano para Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer, neste exercício foram exercidas 2.421.870 opções em ações preferenciais, com aumento de capital no montante de R$ 16.994, integralizados à vista, em moeda corrente.

Apresentamos, a seguir, a movimentação das opções, já consideradas as incorporações das ações bonificadas:

	30.09.2005		30.06.2005	
	Opções	Preço médio outorgado - R$	Opções	Preço médio outorgado - R$
Posição no início do trimestre	5.550.833	13,96	6.715.702	
Exercidas	(473.635)	6,79	(1.024.869)	8,22
Canceladas ou expiradas (*)	(65.684)	22,31	(140.000)	23,00
Posição final do período	5.011.514	14,53	5.550.833	13,96
Exercíveis no fim do período	3.766.676	13,25	4.220.311	12,55

(*) Refere-se ao cancelamento de opções dos empregados que deixaram de ter vínculo empregatício com a Companhia.

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.09.2004	30.09.2005	30.09.2004
Despesas financeiras:				
Despesas financeiras				
Juros e comissões sobre financiamentos	(117.053)	(92.411)	(121.695)	(106.700)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(113.199)	(58.625)	(113.240)	(59.680)
CPMF	(26.308)	(25.620)	(27.137)	(26.423)
Juros sobre Capital Próprio	(330.929)	(421.058)	(331.813)	(421.058)
Seguro de crédito	(6.712)	(39.001)	(6.712)	(39.001)
Outras	(19.722)	(42.818)	(49.234)	(50.728)
Variações monetárias/cambiais passivas:				
Adiantamentos de clientes	330.166	41.672	300.365	41.648
Financiamentos	503.732	73.602	514.615	73.056
Fornecedores	236.891	52.392	236.875	52.748
Contas a pagar	92.215	1.044	90.751	1.036
Operações com derivativos	(40.730)	(34.650)	(40.730)	(34.650)
Perdas na conversão dos investimentos no exterior	(174.708)	(10.821)	(141.271)	(10.821)
Sobre provisões	51.890	12.118	51.890	12.118
Outras	19.935	8.099	5.743	(22.331)
	405.468	(536.077)	368.407	(590.786)
Receitas financeiras:				
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	169.441	210.260	198.912	234.909
Juros sobre recebíveis	45.287	20.554	62.154	28.561
Outras	2.686	1.355	43.559	32.730
Variações monetárias/cambiais ativas:				
Contas a receber	(945.385)	(173.353)	(922.711)	(158.775)
Operações com derivativos	2.977	18.379	(971)	18.379
Adiantamentos a fornecedores	(478)	1.931	8.727	13.198
Outras	(62.673)	(10.910)	(54.252)	(9.627)
	(788.145)	68.216	(664.582)	159.375

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. CRÉDITOS FISCAIS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 30 de setembro de 2005 e 30 de junho de 2005 são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Impostos diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	27.698	26.163
Base negativa de contribuição social	1.999	-	2.901	902
Créditos não reconhecidos	-	-	(22.167)	(20.255)
Prejuízos fiscais a compensar	1.999	-	8.432	6.810
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
Provisões não dedutíveis	500.364	479.389	577.045	563.472
Total do ativo	502.363	479.389	585.477	570.282
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias:				
Reavaliação do imobilizado	(16.384)	(16.541)	(16.384)	(16.541)
Reserva de correção monetária especial - IPC	(5.762)	(5.876)	(5.762)	(5.876)
Pesquisa e desenvolvimento	(362.766)	(360.277)	(369.993)	(367.576)
Lucro das controladas no exterior	(82.902)	(59.679)	(82.902)	(59.679)
Outros	(2.600)	(7.816)	(12.318)	(18.811)
Total do passivo	(470.414)	(450.189)	(487.359)	(468.483)
Impostos diferidos ativos, líquidos	31.949	29.200	98.118	101.799

Os ativos de impostos diferidos líquidos apresentados anteriormente estão refletidos nas demonstrações financeiras como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Impostos diferidos ativos:				
Circulante	207.816	197.044	278.228	275.105
Longo prazo	294.547	282.345	307.249	295.177
	502.363	479.389	585.477	570.282
Impostos diferidos passivos:				
Circulante	(124.879)	(106.531)	(125.424)	(107.961)
Longo prazo	(345.535)	(343.658)	(361.935)	(360.522)
	(470.414)	(450.189)	(487.359)	(468.483)
	31.949	29.200	98.118	101.799

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.09.2004	30.09.2005	30.09.2004
Imposto diferido ativo:				
Sobre prejuízos fiscais:				
Constituição (compensação) de prejuízos fiscais no ano	1.999	(18.391)	3.894	(18.584)
Aumento dos créditos não reconhecidos	-	-	(2.472)	(897)
	1.999	(18.391)	1.422	(19.481)
Diferenças temporais:				
Adições	-	20.425	-	25.576
Reversões	(71.165)	-	(87.283)	-
	(71.165)	20.425	(87.283)	25.576
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(83.565)	(264.577)	(101.718)	(291.026)
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(152.731)	(262.543)	(187.579)	(284.931)

A seguir apresentamos a reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2005	30.09.2004	30.09.2005	30.09.2004
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	297.856	838.002	354.013	844.409
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	101.271	284.921	120.364	287.099
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	6.404	2.892	-	-
Perda na conversão de investimentos no exterior	60.586	23.563	60.586	23.563
Outras	3.656	2.780	4.292	6.155
	70.646	29.235	64.878	29.718
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(99.562)	(55.065)	-	-
Ganho na conversão de investimentos no exterior	(1.185)	(18.983)	(1.185)	(18.983)
Outras	(340)	(852)	(340)	(710)
	(101.087)	(74.900)	(1.525)	(19.693)
Outros itens:				
Estorno de imposto renda e contribuição social sobre lucros não disponibilizados no exterior	-	-	(82.902)	(38.370)
Lucro das controladas	82.902	-	82.902	-
Outros	(1.001)	23.287	3.862	26.177
	81.901	23.287	3.862	(12.193)
Despesa de imposto de renda e contribuição social registradas na demonstração do resultado	152.731	262.543	187.579	284.931

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e de aplicação de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como conseqüência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia tinha os seguintes instrumentos financeiros:

1) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização ou mercado.

2) Investimentos:

Consistem principalmente de controladas e coligadas, registradas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo custo corrigido, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

3) Financiamentos:

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 12 O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros que estão disponíveis para a Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	Consolidado	
	30.09.2005	30.06.2005
Valor patrimonial	3.778.851	3.300.037
Valor de mercado	3.794.146	3.292.140

b) Risco com taxa de juros:

b.1) Empréstimos e financiamentos

O risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia tinha R$3.778.851 em empréstimos e financiamentos cuja indexação é descrita a seguir:

	30.09.2005	30.06.2005
Em moeda estrangeira:		
Juros fixos	1.713.226	1.533.537
Juros flutuantes (i)	1.644.122	1.353.889
	3.357.348	2.887.426
Em moeda nacional:		
Juros flutuantes (ii)	421.503	412.611

(i) LIBOR para dólar norte-americano e JIBOR para iene japonês.

(ii) TJLP.

b.2) Aplicações financeiras

Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às operações ativas, no caso, aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método "value-at-risk" (VAR), que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade destas aplicações.

c) Risco com taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entretanto, tendo em vista que aproximadamente 97% do faturamento da Companhia no período foi em dólares norte-americanos e que tal fato não deverá se alterar nos próximos anos, a Administração considera que o faturamento atua como um "hedge" natural para suas operações passivas também denominadas em moeda estrangeira.

A análise dos valores sujeitos a riscos cambiais é realizada com base no fluxo de caixa projetado, sendo os eventuais descasamentos nas taxas de câmbio trabalhados pontualmente e as captações denominadas em moeda estrangeira podendo ser objeto de operações derivativas, de acordo com a estratégia da Companhia, descrito no item d.

O quadro a seguir demonstra a exposição consolidada, por moeda, em 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005, e considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, de fornecedores, das disponibilidades e dos clientes com e sem os efeitos das operações de derivativos.

	Consolidado			
	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Empréstimos e financiamentos:				
Real	421.503	412.611	503.703	506.533
Dólar norte-americano	3.137.775	2.652.936	3.202.100	2.717.209
Euro	70.015	76.295	70.015	76.295
Iene japonês	146.525	158.195	-	-
Libra esterlina	3.033	-	3.033	-
	3.778.851	3.300.037	3.778.851	3.300.037
Fornecedores:				
Real	59.426	58.381	59.426	58.381
Dólar norte-americano	1.201.881	1.293.266	1.201.881	1.293.266
Euro	80.251	100.081	80.251	100.081
Outras moedas	31.432	22.732	31.432	22.732
	1.372.990	1.474.460	1.372.990	1.474.460
Total (1)	5.151.841	4.774.497	5.151.841	4.774.497
Disponibilidades:				
Real	907.979	1.189.678	907.979	1.189.678
Dólar norte-americano	1.408.191	1.470.036	1.408.191	1.470.036
Euro	24.758	35.335	24.758	35.335
Outras moedas	59.175	27.416	59.175	27.416
	2.400.103	2.722.465	2.400.103	2.722.465

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	30.09.2005	30.06.2005	30.09.2005	30.06.2005
Clientes: (i)				
Real	76.131	95.875	76.131	95.875
Dólar norte-americano	1.669.145	1.832.842	1.669.145	1.832.842
Euro	239.957	257.277	239.957	257.277
Outras moedas	2.407	2.541	2.407	2.541
	1.987.640	2.188.535	1.987.640	2.188.535
Total (2)	4.387.743	4.911.000	4.387.743	4.911.000
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(503.181)	(814.561)	(420.981)	(720.639)
Dólar norte-americano	1.262.320	643.324	1.326.645	707.597
Iene japonês	146.525	158.195	-	-
Euro	(114.449)	(116.236)	(114.449)	(116.236)
Libra esterlina	3.033	-	3.033	-
Outras moedas	(30.150)	(7.225)	(30.150)	(7.225)

(i) Sem efeito da provisão para devedores duvidosos.

d) Derivativos:

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos de variação cambial e de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 30 de setembro de 2005, eles consistem de "swaps" de moeda estrangeira, conforme tabela a seguir.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Ganho (perda) Valor contábil 30.09.2005	Ganho (perda) Valor de mercado 30.09.2005
Financiamento de importação - FINIMP	"Swap"	US$	R$	106.032	60,29% do CDI	(56.506)	(47.895)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (i)	1.489.601	8,02% a.a.	(3.823)	(7.364)
Financiamento de importação -	"Swap"	JPY	US$	189.900	4,31% a.a.	(7.351)	(5.705)
Total						(67.680)	(60.964)

(i) Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Ganho (perda) Valor contábil 30.06.2005	Ganho (perda) Valor de mercado 30.06.2005
Financiamento de importação - FINIMP	"Swap"	US$	R$	116.287	60,62% do CDI	(53.748)	(42.812)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (i)	1.176.834	8,23% a.a.	(1.566)	(20.880)
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	US$	189.900	4,31% a.a.	(1.349)	(955)
Total						(56.663)	(64.647)

(i) Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

e) Risco de crédito:

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não é finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face à possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

21. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Companhia está sujeita a recompra de um número de aeronaves vendidas, cujos contratos de venda dão direito ao cliente de revender a aeronave à Companhia no futuro, a um preço sujeito a regras previamente definidas. Tais opções de venda poderão ser exercidas em diferentes períodos entre 2005 e 2008, de acordo com a decisão do cliente. O preço por aeronave sob o contrato de recompra é inferior ao preço de venda original e menor do que a estimativa da Administração para o valor de mercado futuro durante o período de exercício conforme avaliado na data da venda. Se a Companhia for requerida a recomprar todas as aeronaves relativas à cláusula de recompra, poderá ser requerida a pagar aproximadamente US$119 milhões por essas aeronaves. Com base na estimativa da Companhia e em laudos de avaliação de terceiros, relativos aos valores justos projetados das aeronaves, a Administração acredita que qualquer aeronave recomprada poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas materiais.

A Companhia está sujeita a opções de "trade-in" para cinco aeronaves (cinco em 30 de junho de 2005). Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. O preço de "trade-in" é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de "trade-in" para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencial aceita sob "trade-in" poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Garantias financeiras podem ser acionadas caso os clientes não paguem suas obrigações durante o prazo de financiamento definido nos respectivos contratos. As garantias financeiras fornecem suporte à parte garantida para minimizar eventuais perdas, advindas da inadimplência. As aeronaves correspondentes estão penhoradas como garantia dos contratos de financiamento. Os valores das aeronaves vinculadas podem ser afetados adversamente devido às condições de mercado. No caso de inadimplência, a Companhia normalmente atua como agente para a parte garantida para reforma e re-comercialização da aeronave vinculada. A Companhia pode ter direito à compensação pecuniária pelos serviços de re-comercialização. Tipicamente, o pedido de indenização da garantia deverá ser feito somente após a disponibilização da aeronave vinculada para a sua re-comercialização.

A garantia de valor residual normalmente complementa a função das garantias financeiras nas estruturas de financiamento de vendas, fornecendo a terceiros um valor específico do ativo garantido, geralmente, ao final do contrato de financiamento. No caso de uma redução no valor de mercado do ativo vinculado, a Companhia deverá

arcar com a diferença entre o valor garantido acordado e o valor justo de mercado. A exposição da Companhia é minimizada pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas. O valor garantido tipicamente varia de 18% a 25% do preço de venda do 10º ao 15º ano após a entrega. Atualmente, a Administração, com base em avaliação de terceiros, entende que alguns valores residuais acordados podem exceder o valor de avaliação para algumas aeronaves já entregues. Entretanto, a Administração acredita que, considerando o potencial de recuperação do mercado e a melhoria de condições de financiamento no prazo de 15-16 anos, não incorrerá em perda relevante e, portanto, não foi constituída provisão para perdas.

A Companhia efetua pagamentos de prêmios para sua controlada de seguro cativo, a ECC Insurance & Financial Co. Ltd., para assumir tais obrigações.

Considerando a volatilidade da indústria de transporte aéreo e o seu impacto nas premissas atuais de valor futuro de mercado das aeronaves, bem como a avaliação de crédito das companhias aéreas, a Companhia registrou uma provisão de R$156.716 na ECC Insurance & Financial Co. Ltd. para a cobertura das garantias financeiras relacionadas às aeronaves entregues até 30 de setembro de 2005 (R$165.758 até 30 de junho de 2005). O montante das provisões do prêmio é considerado suficiente para cobrir as estimativas da Companhia de eventuais perdas e pagamentos futuros, que poderá incorrer como parte do cumprimento de suas obrigações de garantia.

Alguns contratos de venda contêm cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subseqüente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

As demonstrações consolidadas do fluxo de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na NPC 20 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

	Trimestre findo 30.09.2005	Acumulado 30.09.2005	Trimestre findo 30.09.2004	Acumulado 30.09.2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	89.257	490.770	396.890	973.589
Itens que não afetam o caixa:				
Perdas na conversão dos investimentos no exterior	37.230	174.708	44.908	13.470
Equivalência patrimonial em subsidiária não consolidada	6.880	6.880	-	-
Participação dos minoritários	5.764	7.477	3.476	6.948
Depreciações e amortizações	89.534	203.975	58.643	163.546
Perdas (ganhos) na alienação de ativo permanente	196	(81)	(22)	(39)
Juros sobre parcelamentos de impostos, empréstimos e outros	48.371	116.896	29.152	84.614
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(180.575)	(598.246)	(281.497)	(98.383)
Provisão (reversão) para perdas	3.566	(12.318)	10.038	23.565
Provisão para obsolescência	11.871	43.410	17.980	55.603
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.681	85.861	39.402	(6.097)
Provisão para contingências	11.730	32.400	137	137
Baixa do diferido	103	261	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(9.999)	(7.773)	(6.505)	(5.122)
MUDANÇAS NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Contas a receber	198.489	(179.458)	(588.086)	(1.076.667)
Estoques	523.154	(26.718)	(342.711)	(782.262)
Despesas pagas antecipadamente	(23.613)	(450)	6.285	13.847
Impostos a recuperar	(5.617)	(80.200)	17.530	1.197
Outras contas a receber	67.697	(27.890)	(23.114)	39.139
Depósitos em garantia	58.185	198.093	229.725	(11.985)
Fornecedores	(101.470)	(113.404)	235.572	1.144.825
Impostos a recolher	893	105.940	2.554	18.682
Provisões diversas	89.733	8.046	69.601	169.005
Contribuições de parceiros	(23)	(26.604)	246.315	41.683
Adiantamentos de clientes	(98.411)	(60.749)	(212.781)	(176.109)
Contingências	54.272	36.002	57.742	190.466
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(33.654)	(18.330)	(14.658)	68.319
Outras contas a pagar	24.715	144.052	(265.219)	49.623
CAIXA GERADO PELAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	871.959	502.550	(268.643)	901.594

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Trimestre findo 30.09.2005	Acumulado 30.09.2005	Trimestre findo 30.09.2004	Acumulado 30.09.2004
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Venda de imobilizado	329	806	58	397
Títulos e valores mobiliários	(1.490.021)	(1.426.876)	(6.609)	(155.273)
Adições ao imobilizado	(105.178)	(190.148)	(23.240)	(73.240)
Adições ao diferido	(94.025)	(233.285)	(113.278)	(307.243)
Adições ao investimento	-	(117)	-	-
Incentivos fiscais	171	2.972	2.015	5.195
CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.688.724)	(1.846.648)	(141.054)	(530.164)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos pagos	(248.284)	(2.091.191)	(346.874)	(1.844.560)
Novos financiamentos obtidos	850.693	2.730.806	740.088	2.163.351
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(111.223)	(376.152)	(160.200)	(384.394)
Aumento de capital	3.217	16.994	2.308	7.485
CAIXA (USADO) GERADAS PELAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	494.403	280.457	235.322	(58.118)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO DISPONÍVEL	(322.362)	(1.063.641)	(174.375)	313.312
DISPONÍVEL NO INÍCIO DO PERÍODO	2.722.465	3.463.744	4.146.291	3.658.604
DISPONÍVEL NO FINAL DO PERÍODO	2.400.103	2.400.103	3.971.916	3.971.916

23. INFORMAÇÕES SOBRE ENTIDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - EPEs

A Companhia estrutura algumas de suas transações de financiamento de vendas através de EPEs, podendo estar sujeita a riscos e/ou benefícios residuais, mesmo não detendo participação societária nestas. De acordo com a Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2004, a Companhia deve considerar esse tipo de entidade como controlada, direta ou indiretamente, para fins de consolidação a partir de 2005.

Apresentamos, a seguir, um resumo dessas transações com EPEs, seus propósitos e saldos e transações relacionados em 30 de setembro de 2005:

a) A fim de melhorar a qualidade das garantias de um financiamento de vendas de aeronaves EMB 120 da Embraer para o cliente final na América Latina, estruturou-se a transação através de uma EPE. O valor de seus ativos é US$ 16 milhões, de seus passivos é US$13 milhões e de seu patrimônio líquido é US$ 3 milhões.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) A fim de estruturar temporariamente operações de leasing nos Estados Unidos ("US Leverage Lease") de aeronaves ERJ 145 para cliente final, utilizou-se uma EPE enquanto as estruturas definitivas de financiamento não são concluídas. O valor de seus ativos e de seus passivos é de US$938 milhões. A Companhia mantém em garantia o valor de US$200 milhões, conforme nota explicativa nº 7(a), e atua como agente de recomercialização e garantidor de US$40 milhões dos financiamentos concedidos por terceiros, sendo essas garantias cobertas pelo valor integral das aeronaves.

c) Algumas entidades foram utilizadas para estruturação de financiamento de vendas através de leasing de aeronaves ERJ 145 para clientes finais na Europa e América Latina. O valor total dos seus ativos e passivos é de US$ 223 milhões e a Companhia atua como agente de recomercialização e garantidor de US$71 milhões dos financiamentos concedidos por terceiros, sendo essas garantias cobertas pelo valor integral das aeronaves.

As demais entidades utilizadas até então não possuem ativos e passivos relevantes, tendo sido criadas para a viabilização de determinadas vendas e a securitização de recebíveis de clientes finais. Nesta data, a existência dessas entidades explica-se pela obrigatoriedade de pagamento das despesas da estrutura de securitização ao longo do prazo dos financiamentos.

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

VIDE GRUPO 08.01 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO TRIMESTRE.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2005	4 - 30/06/2005
1	Ativo Total	14.659.840	14.308.480
1.01	Ativo Circulante	11.153.840	10.408.052
1.01.01	Disponibilidades	2.400.103	2.722.465
1.01.02	Créditos	1.845.922	1.653.228
1.01.02.01	Clientes	1.845.922	1.653.228
1.01.03	Estoques	3.986.347	4.533.436
1.01.04	Outros	2.921.468	1.498.923
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	169.419	162.328
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	88.458	62.544
1.01.04.03	Outros Créditos	360.643	431.218
1.01.04.04	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	278.228	275.105
1.01.04.05	Depósitos em Garantia	465.635	542.258
1.01.04.06	Títulos e Valores Mobiliários	1.559.085	25.470
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.176.192	1.561.028
1.02.01	Créditos Diversos	31.247	412.431
1.02.01.01	Clientes	31.247	412.431
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	1.144.945	1.148.597
1.02.03.01	Depósitos em Garantia	626.465	608.028
1.02.03.02	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	307.249	295.177
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	2.887	4.361
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	9.894	12.195
1.02.03.05	Estoques	66.536	54.472
1.02.03.06	Outros Créditos	65.594	64.450
1.02.03.07	Títulos e Valores Mobiliários	66.320	109.914
1.03	Ativo Permanente	2.329.808	2.339.400
1.03.01	Investimentos	3.886	11.389
1.03.01.01	Participações em Coligadas	3.886	11.389
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.130.072	1.085.879
1.03.03	Diferido	1.195.850	1.242.132

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2005	4 - 30/06/2005
2	Passivo Total	14.659.840	14.308.480
2.01	Passivo Circulante	5.235.467	5.068.022
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.281.844	1.086.300
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.364.321	1.466.351
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	145.615	173.428
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	902.081	812.348
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.541.606	1.529.595
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	974.250	1.033.865
2.01.08.02	Contas a Pagar	156.069	122.339
2.01.08.03	Contribuições de Parceiros	10.008	10.658
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	103.548	101.186
2.01.08.05	Contingências	172.307	153.586
2.01.08.06	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	125.424	107.961
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.665.891	4.460.192
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.497.007	2.213.737
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.168.884	2.246.455
2.02.05.01	Impostos Parcelados	104.732	109.680
2.02.05.02	Contribuições de Parceiros	239.216	318.814
2.02.05.03	Adiantamentos de Clientes	236.933	275.728
2.02.05.04	Contingências	1.158.754	1.111.473
2.02.05.05	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	361.935	360.522
2.02.05.06	Contas a Pagar	58.645	62.129
2.02.05.07	Fornecedores	8.669	8.109
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	51.883	55.263
2.04	Participações Minoritárias	109.956	107.421
2.05	Patrimônio Líquido	4.596.643	4.617.582
2.05.01	Capital Social Realizado	3.580.851	3.577.634
2.05.02	Reservas de Capital	142.250	142.078
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	714.585	714.598
2.05.04.01	Legal	274.415	274.415
2.05.04.02	Estatutária	440.170	440.183
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2005	4 -30/06/2005
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	158.957	183.272

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2005 a 30/09/2005	4 - 01/01/2005 a 30/09/2005	5 - 01/07/2004 a 30/09/2004	6 - 01/01/2004 a 30/09/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.431.997	6.407.947	2.740.817	7.591.348
3.02	Deduções da Receita Bruta	2.365	(2.265)	(6.656)	(7.625)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.434.362	6.405.682	2.734.161	7.583.723
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.980.455)	(4.849.211)	(1.852.963)	(5.062.410)
3.05	Resultado Bruto	453.907	1.556.471	881.198	2.521.313
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(458.598)	(1.200.601)	(490.181)	(1.677.282)
3.06.01	Com Vendas	(99.299)	(403.347)	(281.850)	(805.589)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(112.367)	(331.941)	(92.139)	(276.743)
3.06.03	Financeiras	(187.871)	(296.175)	(71.179)	(431.411)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(347.597)	(664.582)	(448.030)	159.375
3.06.03.02	Despesas Financeiras	159.726	368.407	376.851	(590.786)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	15.438	48.692	15.420	44.372
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(67.619)	(210.950)	(60.433)	(207.911)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(6.880)	(6.880)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(4.691)	355.870	391.017	844.031
3.08	Resultado Não Operacional	1.686	(1.857)	13	378
3.08.01	Receitas	3.943	5.684	213	1.568
3.08.02	Despesas	(2.257)	(7.541)	(200)	(1.190)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(3.005)	354.013	391.030	844.409
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(15.525)	(187.579)	(150.724)	(284.931)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	113.551	331.813	160.059	421.058
3.14	Participações Minoritárias	(5.764)	(7.477)	(3.475)	(6.947)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	89.257	490.770	396.890	973.589

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2005 a 30/09/2005	4 - 01/01/2005 a 30/09/2005	5 - 01/07/2004 a 30/09/2004	6 - 01/01/2004 a 30/09/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	720.763.738	720.763.738	717.955.474	717.955.474
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,12384	0,68090	0,55281	1,35606
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Demonstração do Resultado

A seguir, apresentamos uma análise comparativa dos principais indicadores da demonstração de resultados consolidados da Embraer, referentes ao 2T05, 3T04, 3T05.

Demonstração de Resultado	2º trimestre 2005	3º Trimestre 2004	3º Trimestre 2005
em milhões de R$ exceto %,quantidade de ações e lucro por ação			
Receita líquida	1.934,8	2.734,2	2.434,4
Lucro bruto	**474,8**	**881,2**	**453,9**
Margem bruta	*24,5%*	*32,2%*	*18,6%*
Despesas operacionais	(309,4)	(371,0)	(242,4)
Participação nos lucros	(24,5)	(48,0)	(28,3)
Lucro operacional antes das receitas(despesas) financeiras	**140,9**	**462,2**	**183,2**
Margem operacional	*7,3%*	*16,9%*	*7,5%*
Depreciação e amortização	63,1	58,6	90,0
EBITDA	**204,0**	**520,8**	**273,2**
Margem EBITDA	*10,5%*	*19,0%*	*11,2%*
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(2,4)	41,6	(18,8)
Variações monetárias e cambiais líquidas	128,0	47,3	(55,5)
Outras receitas(despesas)não operacionais líquidas	(3,3)	-	1,7
Lucro antes dos impostos	**263,2**	**551,1**	**110,6**
Imposto de renda e contribuição social	(97,2)	(150,7)	(15,5)
Participação dos minoritários	0,7	(3,5)	(5,8)
Lucro líquido	**166,7**	**396,9**	**89,3**
Margem líquida	*8,6%*	*14,5%*	*3,7%*
Quantidade de ações ao final do período	720.290.103	717.955.474	720.763.738
Lucro por ação	0,23147	0,55281	0,12384

Entregas, Receita Líquida e Margem Bruta

No 3T05 foram entregues 41 jatos, sendo nove jatos ERJ 145 e vinte e seis jatos da família EMBRAER 170/190 para o mercado de Aviação Comercial, três jatos Legacy para o mercado de Aviação Executiva e três para o mercado de Defesa, configurados para o transporte de autoridade. Do total das entregas realizadas no trimestre, uma aeronave EMBRAER 170 pré-série foi financiada através de um contrato de arrendamento operacional com a ECC Leasing Company Ltd., portanto não havendo o reconhecimento da sua receita.

Desta forma, as entregas do trimestre superaram em 2,5% as entregas realizadas em igual período de 2004 e em 36,7% do 2T05. Porém, a desvalorização do dólar médio em relação ao real de 21,3% apurada entre o 3T04 e 3T05, pressionou o faturamento líquido que atingiu R$ 2.434,4 milhões neste trimestre e foi 10,9% menor quando comparado ao mesmo período do ano anterior e 25,8% maior que o trimestre anterior.

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Entregas por Mercado	2T05	3T04	3T05
Comercial	**25**	**38**	**35**
ERJ 135	-	-	-
ERJ 145	15	25	9
ERJ 140	-	-	-
EMB 120	-	-	-
EMBRAER 170	10	13	15(1)
EMBRAER 175	-	-	9
EMBRAER 190	-	-	2
Defesa	**2**	**-**	**3**
EMB 135	-	-	-
EMB 145	1	-	-
Legacy	1	-	3
Executivo	**3**	**2**	**3**
EMB 135	-	-	-
Legacy-Executive/Shuttle	3	2	3
Total	**30**	**40**	**41**

* Entregas identificadas em parênteses representam leasing operacional.

Além das entregas de 35 jatos para a aviação comercial, a receita líquida obtida também abrangeu vendas de peças de reposição e serviços, vendas do mercado de defesa e do mercado de aviação executiva. Estes três últimos segmentos citados representaram 23,8% da receita total no 3T05, comparado a uma participação de 18,1% no 3T04.

Receita Líquida por Segmento (milhões)	2º Trimestre 2005		3º Trimestre 2004		3º Trimestre 2005	
	R$	%	R$	%	R$	%
Aviação Comercial	1.329,6	68,7	2.238,0	81,9	1.855,2	76,2
Aviação de Defesa	258,1	13,3	220,7	8,1	246,7	10,1
Aviação Executiva	145,3	7,5	110,1	4,0	146,0	6,0
Serviços aos Clientes e Outros	201,8	10,5	165,4	6,0	186,4	7,7
Total	**1.934,8**	**100,0**	**2.734,2**	**100,0**	**2.434,3**	**100,0**

O segmento de Defesa representou 10,1% da receita total, equivalente a R$ 246,7 milhões comparado a R$ 220,7 milhões registrados para o mesmo período do ano anterior. Parte do aumento da receita se deve à entrega de três jatos executivos Legacy configurados para transporte de autoridades ao governo da Índia.

Representando 6,0% da receita total, o segmento de Aviação Executiva registrou uma receita de R$ 146,0 milhões no 3T05 comparado com R$ 110,1 milhões no mesmo período do ano anterior. O aumento da receita se deve à entrega de um jato a mais, porém sua receita foi impactada pelo efeito da variação cambial do período.

Com um crescimento de 12,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o segmento de serviços ao cliente registrou R$ 186,4 milhões de receita líquida, representando 7,7% da receita total, sendo R$ 55,5 milhões provenientes da OGMA – Industria Aeronáutica de Portugal S/A.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A margem bruta de vendas apresentada no 3T05 foi 18,6%, menor portanto que a margem de 32,2% obtida em igual período do ano anterior. O fator preponderante para redução da margem bruta foi a apreciação do real frente ao dólar. A volatilidade cambial gera oscilações na margem bruta, uma vez que a taxa de câmbio das vendas do segmento comercial, que corresponde por 76,2% das receitas desse trimestre, foi de R$ 2,33/dólar, e a do CPV, que é realizado à taxa média histórica de estoques, de R$ 2,64/dólar. A taxa média de câmbio que compõe o CPV apresenta-se nesses patamares devido ao aumento do nível de estoques verificado no primeiro semestre desse ano, quando se iniciou a produção dos modelos EMBRAER 175 e EMBRAER 190.

Adicionalmente, a margem bruta total foi negativamente afetada em 2,2 pontos percentuais, resultante da reavaliação de receitas e custos associados a certos contratos de defesa, onde as vendas são reconhecidas conforme o custo incorrido e o percentual de avançamento físico.

É importante ressaltar o efeito do início das entregas do EMBRAER 175 e do EMBRAER 190 sobre a margem bruta, pois o custo de produção inicial é maior e os benefícios concedidos aos clientes lançadores afetam o preço médio de venda.

Despesas Operacionais e Lucro Operacional

As despesas operacionais, incluindo a Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), totalizaram R$ 270,7 milhões e foram 35,4% menores que o mesmo período de 2004, em função principalmente de menores despesas comerciais e de um menor provisionamento de PLR.

A conclusão de estruturas de financiamento de vendas de aeronaves já entregues, e a conseqüente reversão de provisões para devedores duvidosos referentes a essas operações, influenciaram a apuração das despesas comerciais, que foram beneficiadas também pelo efeito da valorização do real frente ao dólar verificada no período, uma vez que aproximadamente 80% destas são denominadas em dólares.

As despesas administrativas da Empresa apresentaram um crescimento de R$ 20,2 milhões em relação ao 3T04 refletindo os custos de implementação do projeto SAP 4.7 versão aeroespacial para a otimização dos processos e ferramentas de gestão.

Outras despesas operacionais totalizaram R$ 23,9 milhões, com estudos preliminares de projetos respondendo por R$ 16,2 milhões desse montante.

O resultado dos fatores acima apresentados significou para a Embraer no 3T05 um lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras, incluindo-se a provisão de PLR, de R$ 183,2 milhões. A margem operacional apurada foi de 7,5% .

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA

Como resultado, a geração de caixa medida pelo EBITDA, atingiu R$ 273,2 milhões no 3T05, abaixo portanto dos R$ 520,8 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Como observado no trimestre anterior, a pressão exercida pela volatilidade cambial sobre a margem bruta da Empresa também impôs diminuição à margem EBITDA representando uma margem de 11,2% sobre a receita liquida, inferior aos 19,0% apurados no 3T04 e superior aos 10,5% registrados no 2T05.

A variação do Lucro Líquido

Em função do aumento do endividamento da Empresa neste trimestre, a despesa financeira liquida totalizou R$ 18,8 milhões, enquanto em igual período de 2004, a Empresa apresentou uma receita financeira de R$ 41,6 milhões.

A variação monetária e cambial representou uma despesa de R$ 55,5 milhões comparadas a uma receita de R$ 47,3 milhões no mesmo período do ano anterior em função da diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira.

Desta forma, a Embraer apresentou lucro líquido de R$ 89,3 milhões no 3T05, inferior aos R$ 396,9 milhões apresentados no 3T04, com uma margem líquida de 3,7%.

Gestão Financeira

Em 30 de setembro de 2005 a posição de caixa da Embraer totalizava R$ 3.959,2 milhões. Na mesma data, o endividamento total era R$ 3.778,8 milhões, resultando em um caixa líquido de R$ 180,4 milhões. A reversão da posição de endividamento liquido para caixa líquido reflete a melhor geração de caixa operacional influenciada principalmente pela diminuição do contas a receber e dos estoques, conforme antecipado pela Empresa na divulgação de resultados do 2T05.

Dados de Balanço (R$ milhões)	2T05	3T04	3T05
Disponibilidades (*)	2.747,9	3.971,9	3.959,2
Contas a receber-total	2.065,7	2.051,8	1.877,1
Estoques	4.587,9	4.155,0	4.052,8
Ativo permanente	2.339,4	2.191,8	2.329,8
Fornecedores	1.474,5	2.312,3	1.373,0
Endividamento bancário	3.300,0	3.342,7	3.778,8
Patrimônio líquido	4.617,6	4.297,0	4.596,6
Caixa (endividamento) líquido	**(552,1)**	**629,2**	**180,4**

* Inclui Caixa/Aplicações financeiras e Titulos e Valores Mobiliários

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Contas a Receber e Estoques

O contas a receber diminuiu em R$ 188,6 milhões na comparação com o trimestre anterior, e encerrou o 3T05 em R$ 1.877,1 milhões, reafirmando a estratégia da Empresa de reduzir a sua participação em estruturas temporárias de financiamento de vendas, evidenciando a melhoria das condições de mercado para financiamento destes ativos.

Os estoques diminuíram R$ 535,1 milhões passando de R$ 4.587,9 milhões em 30 de junho de 2005 para R$ 4.052,8 milhões ao final do 3T05. O declínio no nível de estoques deve-se principalmente ao início das entregas dos modelos EMBRAER 175 e EMBRAER 190, que tiveram seus processos de certificação concluídos dentro do prazo determinado.

Endividamento

A dívida total da Embraer cresceu R$ 478,8 milhões, passando de R$ 3.300,0 milhões em 30 de junho de 2005 para R$ 3.778,8 milhões em 30 de setembro de 2005. O aumento é principalmente conseqüência de uma nova captação de US$ 180 milhões junto ao International Finance Corporation (IFC), braço privado do Banco Mundial. O empréstimo abrange linhas de crédito que variam entre 8 e 12 anos a uma taxa compatível com a estrutura de tal operação.

No 3T05, considerando-se os efeitos dos contratos de "swap", 86,6% do endividamento total está denominado em moeda estrangeira, basicamente em dólares, a um custo médio ponderado de 5,5% ao ano mais a variação cambial, enquanto que os restantes 13,4% estão denominados em reais e sujeitos a juros médios ponderados de 12,3% ao ano.

Disponibilidades

Do total das disponibilidades apresentadas no 3T05 de R$ 3.959,2 milhões, que inclui aplicações financeiras de curto prazo, 23,1% são aplicações realizadas em reais e os restantes 76,9% em moeda estrangeira, em sua maioria denominadas em dólar.

Investimentos em P&D e Produtividade

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

No 3T05 foram investidos R$ 94,0 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento, ainda concentrados na nova família de jatos EMBRAER 170/190. Adicionalmente, foram investidos R$ 55,8 milhões em desenvolvimento de programas de defesa, valor este coberto por contratos específicos de desenvolvimento.

Produtividade e Capacitação Industrial

Os investimentos realizados em capacitação industrial da empresa, incluindo melhorias e modernização dos processos industriais e de engenharia, máquinas e equipamentos totalizaram R$ 105,2 milhões no 3T05.

Informações Complementares em US GAAP

A Embraer, nesta mesma data, divulgou também os resultados não auditados do 3T05 de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP). A seguir são apresentados alguns dos resultados consolidados em US GAAP, em dólares norte americanos.

- A receita líquida no terceiro trimestre de 2005 totalizou US$ 1.064,3 milhões;
- O lucro bruto apurado foi de US$ 299,5 milhões com uma margem bruta de 28,1%;
- O lucro operacional no período totalizou US$ 166,9 milhões, com uma margem operacional de 15,7%;
- O lucro antes dos impostos foi de US$ 132,1 milhões (11,0% da receita líquida);
- O imposto de renda e a contribuição social totalizaram uma despesa de US$ 11,1 milhões, representando uma taxa efetiva de 8,5%
- O lucro líquido no período chegou a US$ 110,2 milhões (10,4% da receita líquida).

Mercado de Aviação Comercial, Executiva e de Defesa

Mercado de Aviação Comercial

A Embraer celebrou em julho a entrega do primeiro jato EMBRAER 175 para a Air Canada, cliente-lançador do modelo, em cerimônia realizada na sede da Empresa em São José dos Campos. As entregas dos 15 aviões EMBRAER 175 pedidos pela Air Canada serão concluídas até o fim do ano. Estas aeronaves serão especialmente configuradas para oferecer conforto superior e serviços em duas classes. Os aviões da companhia transportarão 73 passageiros, nove na classe Executive (três poltronas, sendo duas de um mesmo lado do corredor e distância entre as fileiras de 96,5 cm); e 64 passageiros na classe Hospitality Service (assentos dispostos dois a dois com distância entre as fileiras de 86 cm e 81 cm).

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A história da Embraer é marcada, no terceiro trimestre do ano, por um importante acontecimento: a homologação e a primeira entrega do avião de 100 assentos, que representa o início de uma nova fase na bem-sucedida família de E-Jets. Maior avião já produzido no Brasil, o EMBRAER 190 inaugura suas operações nas cores da JetBlue, importante cliente-lançador.

Além de representar um marco na história da Embraer, o EMBRAER 190, também quebrou recordes. A homologação do avião se deu em 16 meses, prazo considerado rápido pela complexidade da aeronave. Esta conquista ganha ainda mais importância, quando se levam em conta algumas novidades do EMBRAER 190, como sistema de TV ao vivo e o Head Up Display (HUD) dual, moderno equipamento de bordo que fornece para o piloto e co-piloto indicações de vôo, principalmente durante o pouso ou decolagem, sem que haja necessidade de desviar os olhos da cena externa para leitura de instrumentos de vôo.

Desta forma, a entrega do primeiro avião EMBRAER 190 para o cliente-lançador JetBlue Airways aconteceu em setembro, em cerimônia realizada na sede da Empresa. A JetBlue tem encomendas firmes para 101 aeronaves EMBRAER 190 e prevê receber 8 aeronaves até o final do ano. O início da operação comercial com o primeiro E-Jet da JetBlue está previsto para novembro. Os aviões EMBRAER 190 comprados pela JetBlue são configurados com 100 assentos de couro, dispostos dois a dois. Com distância entre as fileiras de poltronas medindo entre 81 e 84 cm, os aviões oferecem serviços em classe única e têm um corredor ou uma janela por assento, com acesso e movimento fácil pela cabine. Os E-Jets da JetBlue são equipados com um sistema próprio de entretenimento individual por assento, incluindo telas de vídeo de 6,8 polegadas (17 cm), 36 canais de DIRECTV e até 100 canais de rádio por satélite. Para vôos de mais de duas horas, há filmes do sistema de entretenimento FOX InFlight Premium.

O mês de setembro também registrou a entrega do primeiro de 12 aviões EMBRAER 170 para a Finnair, empresa sediada em Helsinque, Finlândia. A Embraer espera entregar quatro aviões EMBRAER 170 à Finnair ainda este ano e oito em 2006. Os jatos EMBRAER 170 da Finnair acomodam 76 passageiros e vão oferecer serviços em duas classes em vôos internacionais.

A Embraer entregou em setembro a primeira aeronave EMBRAER 170 para a Hong Kong Express Airways Ltd (HKE), que se tornou assim, a primeira companhia aérea a voar com aparelhos da família EMBRAER 170/190 na Ásia. A empresa aérea operará quatro EMBRAER 170 arrendados da General Electric Commercial Aviation Services (GECAS). Três entregas ocorrerão em 2005 e a quarta aeronave será entregue no início de 2006. As aeronaves EMBRAER 170 da HKE estão configuradas para acomodar 76 passageiros em classe única e estão programadas para fazer a ligação entre o Hong Kong International Airport e cidades chinesas, principalmente voltadas para viagens de negócios.

A Embraer e a Régional, subsidiária integral da Air France, anunciaram no início de setembro a assinatura do contrato final de venda de seis aeronaves EMBRAER 190 LR, com opções para mais seis do mesmo modelo. Os aviões substituirão uma encomenda de

sete jatos ERJ 145 feita anteriormente pela Régional. O contrato tem valor de US$ 189 milhões, referido ao preço de tabela do EMBRAER 190. As entregas deverão ter início no primeiro trimestre de 2007 e as aeronaves, com capacidade para 100 passageiros, serão configuradas para oferecer serviços em classe única.

Outra empresa aérea que teve a sua primeira entrega nesse trimestre foi a iniciante indiana Paramount Airways. A empresa recebeu uma aeronave EMBRAER 170 que participou do processo de certificação deste modelo e foi financiada à companhia aérea pela ECC Leasing Company Ltd através de um contrato de arrendamento operacional.

A joint venture que a Embraer possui na China, denominada Harbin Embraer Aircraft Industry Co., Ltd. (HEAI) anunciou em agosto a primeira entrega, de um total de cinco aeronaves do modelo ERJ 145 de 50 assentos, para a China Eastern Airlines Jiangsu Ltd. As entregas de todas as unidades pedidas se estenderão até abril de 2006.

Mercado de Aviação Executiva

A Embraer anunciou no início de setembro que o jato Legacy já pode operar em aeroportos localizados a até 9.500 pés de altitude. A autorização foi emitida pela autoridade aeronáutica brasileira Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e a pela Federal Aviation Administration (FAA), órgão equivalente nos Estados Unidos. Desta forma, o Legacy está habilitado a operar a partir de aeroportos situados a altitudes mais altas em cidades como Telluride e Aspen, nos Estados Unidos, e Quito, no Equador.

No mês de agosto, a Embraer disponibilizou um jato Legacy Executive para exibição estática no salão aeronáutico Asian Business Aviation Conference and Exhibition (ABACE), evento voltado à aviação executiva. Nos moldes das exibições organizadas pela National Business Aviation Association (NBAA) nos Estados Unidos, Europa e América Latina, a ABACE foi realizada em Xangai, na China. Durante três dias, a ABACE promoveu a aviação executiva na Ásia, um mercado com vasto potencial para aviões deste tipo, além de produtos e serviços.

A Embraer também participou da International Aviation and Space Salon (MAKS) na Rússia para promover o seu jato executivo Legacy, além de sua linha de aeronaves voltadas para a aviação comercial. A feira aérea MAKS 2005 ocorreu durante o mês de agosto em Moscou e contou na sua cerimônia de abertura com a presença do presidente russo Vladimir Putin. Participaram também do evento os principais fabricantes mundiais de aeronaves, operadores aéreos, agentes reguladores e autoridades governamentais do mundo todo. Uma aeronave Legacy Executive foi disponibilizada em exposição estática durante o evento.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Mercado de Defesa

A Embraer entregou no terceiro trimestre três aviões Legacy Executive especialmente configurados para o transporte de autoridades ao governo da Índia, que encomendou cinco aeronaves e tem mais duas opções do mesmo modelo. Dois dos aviões Legacy entregues servirão à Força Aérea da Índia e um será usado pela Força de Segurança de Fronteiras. As aeronaves contratadas pelo governo indiano foram entregues dentro das especificações e rigorosamente obedecendo ao cronograma.

Serviços ao Cliente

Desde agosto está funcionando o primeiro simulador de vôo completo do EMBRAER 170 na Europa para treinar os clientes da região. O simulador de vôo do EMBRAER 170 permite realizar treinamento altamente realista para todos os aviões da família EMBRAER 170/190, que se comportam de maneira idêntica para fins de qualificação de pilotos. O equipamento é capaz de replicar todas as condições de vôo nessas aeronaves, simulando, inclusive, quaisquer condições climáticas e mudança na direção do vento, além de situações de emergência, como colisão com pássaros e falha do motor. Produzido no Canadá pela CAE, o simulador de vôo do EMBRAER 170 está instalado na sede da Swiss Aviation Training, em Zurique, Suíça, centro preferencial de treinamento para os modelos da família EMBRAER 170/190 na Europa. A Swiss Aviation Training tem oferecido curso de qualificação para pilotos e tripulantes de cabine, além de pessoal de manutenção no mundo todo desde o início do programa.

A Embraer inaugurou em julho o seu novo centro de manutenção, reparos e atendimento a clientes de suas aeronaves, nas intalações de Gavião Peixoto, localizado a 370 quilometros de São José dos Campos, no estado de São Paulo. Este novo centro de serviços ocupa 10.800 metros quadrados, e está de acordo com os requerimentos das autoridades aeronáuticas brasileiras (CTA), autoridades norte-americanas (FAA) e européias (EASA).

Pedidos em Carteira e Previsão de Entregas

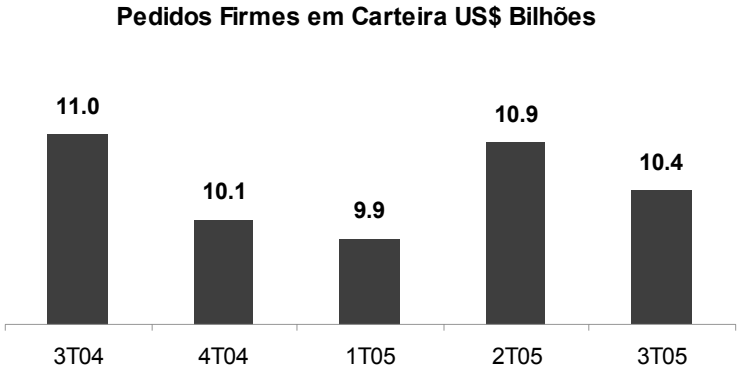
Após a conclusão do processo de certificação do EMBRAER 175 em julho e do EMBRAER 190 em agosto, o número de entregas do terceiro trimestre de 2005 atingiu 41 aeronaves, um aumento de 11 aeronaves quando comparado ao trimestre anterior. O total de unidades entregues nos primeiros nove meses do ano é de 101 aeronaves nos segmentos Comercial, Executivo e de Defesa (que inclui somente aeronaves de transporte de autoridades). A Embraer mantém a sua previsão de entregas de 145 aeronaves nos segmentos acima citados para os anos de 2005 e 2006.

Em Setembro de 2005, o segmento da Aviação Comercial apresentava o seguinte quadro de pedidos em carteira:

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Modelo de Aeronave	Pedidos firmes	Opções	Entregas	Backlog de pedidos firmes
ERJ 135	123	2	108	15
ERJ 140	94	20	74	20
ERJ 145	677	206	661	16
EMBRAER 170	191	133	81	110
EMBRAER 175	22	-	9	13
EMBRAER 190	185	219	2	183
EMBRAER 195	29	31	-	29
Total	**1,321**	**611**	**935**	**386**

A carteira total de pedidos firmes da Embraer encerrou o terceiro trimestre de 2005 totalizando US$ 10,4 bilhões. A seguir apresentamos a evolução dos pedidos em carteira ao final de cada trimestre:



Relações com Investidores

No mercado doméstico as ações ordinárias e preferenciais da Embraer negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) registraram no 3T05, uma valorização de 13,5% e de 11,7%, chegando em 30 de setembro a R$ 16,50 e R$ 21,45, respectivamente. Durante o mesmo período, o índice Bovespa subiu 26,1%.

As ADS's ("American Depositary Shares") da Empresa, negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), atingiram a cotação de US$ 38,60 no último pregão do trimestre, representando uma valorização de 16,72% nesse intervalo trimestral.

O volume médio diário das ações ordinárias (ON) no trimestre foi de R$ 2,4 milhões, apresentando uma baixa em relação ao 3T04 que foi de R$ 3,4 milhões, o volume das ações preferenciais (PN) no 3T05 foi de R$ 8,1 milhões, contra R$ 10,2 milhões no 3T04 e o volume dos ADS's, no mesmo período de comparação foi de US$ 16,8 milhões e US$ 13,5 milhões, respectivamente.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No terceiro trimestre, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Embraer em reunião realizada em 16 de Setembro de 2005, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no valor de R$ 113,6 milhões, sendo distribuídos R$ 0,1477 por ação ordinária e R$ 0,16254 por ação preferencial.

Acontecimentos Recentes

Entrega do 100º E-Jet da Embraer

A Embraer entregou em outubro o seu 100º E-Jet. O avião é um EMBRAER 175 pertencente à Air Canada, que já tem nove jatos deste modelo em operação regular com passageiros. A entrega da 100ª aeronave da família EMBRAER 170/190 ocorreu apenas 19 meses após a primeira entrega de um E-Jet da Embraer.

Very Light e Light Jets

A BMW Group DesignworksUSA foi escolhida pela Embraer para conceber o design interior dos recém-lançados jatos Very Light e Light. Modelos em tamanho real dos novos interiores foram mostrados na convenção anual da National Business Aviation Association (NBAA), que se realizou em Orlando, Estados Unidos.

A Embraer selecionou a Garmin para fornecer o conjunto integrado de aviônicos para os novos jatos Light e Very Light, lançados este ano. A Garmin se une à Pratt & Whitney Canada, fornecedora do motor, tornando-se a segunda parceira importante neste novo programa da Embraer. O sistema que equipará a cabine de comando dos novos jatos executivos da Embraer chamar-se-á ProdigyTM.

A Embraer revelou em novembro, na maior feira de aviação executiva do mundo, o nome dos seus jatos Very Light e Light – Phenom 100 e Phenom 300, respectivamente.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	EMBRAER AIRCRAFT HOLDING INC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	5,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.000		1.000	
02	EMBRAER AVIATION EUROPE SAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,24
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		28.113		28.113	
03	INDUSTRIA AERONAUTICA NEIVA LTDA	45.512.365/0001-33	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,78
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		18.158.321		18.158.321	
04	TRUMPETER INC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,07
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		200		200	
05	ELEB-EMBRAER LIEBHERR EQUIP.DO BRASIL SA	03.536.147/0001-99	FECHADA CONTROLADA	60,00	0,86
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		16.361.305		16.361.305	
06	EMBRAER AUSTRALIA PTY LTD	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.337.257		4.337.257	
07	EMBRAER CREDIT LTD	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,60
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	
08	EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	93,78
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.698.124		2.698.124	
09	HARBIN EMBRAER AIRCRAFT IND.CO.LTD.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	51,00	1,21
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	

909

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
10	CANAL INVESTMENTS LLC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,17
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1	1		
11	EMBRAER REPRESENTATION LLC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,08
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1	1		
12	ECC DO BRASIL CIA.DE SEGUROS	07.133.208/0001-28	FECHADA CONTROLADA	99,99	0,10
SEGURADORA		3.599.999	3.599.999		

607

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

11.01 - PEDIDOS/CONTRATOS FIRMADOS

Companhia	(Reais Mil)
1 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final do Trimestre Atual	1.225.100
2 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final de Igual Trimestre do Exercício Anterior	3.703.030

Consolidado	(Reais Mil)
3 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final do Trimestre Atual	1.225.100
4 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final de Igual Trimestre do Exercício Anterior	3.703.030

00550-9 EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA. 60.208.493/0001-81

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas da
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
São José dos Campos - SP

(1) Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITRs da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e controladas (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações do resultado e os relatórios de desempenho.

(2) Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Sociedade e de suas controladas.

(3) Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliárias - CVM especificamente aplicáveis à divulgação das Informações Trimestrais obrigatórias.

(4) Anteriormente, revisamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado), levantados em 30 de junho de 2005 e as demonstrações de resultado (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2004, apresentados para fins de comparação, sobre os quais emitimos relatórios de revisão especial, sem ressalva, datados 9 de agosto de 2005 e 11 de novembro de 2004, respectivamente.

São Paulo, 10 de novembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC nº 1 SP 185087/O-0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00550-9	EMBRAER EMPRESA BRAS AERONAUTICA SA.	60.208.493/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	42
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	43
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	44
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	46
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	48
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	59
11	01	PEDIDOS/CONTRATOS FIRMADOS	61
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	62
		EMBRAER AIRCRAFT HOLDING INC	
		EMBRAER AVIATION EUROPE SAS	
		INDUSTRIA AERONAUTICA NEIVA LTDA	
		TRUMPETER INC	
		ELEB-EMBRAER LIEBHERR EQUIP.DO BRASIL SA	
		EMBRAER AUSTRALIA PTY LTD	
		EMBRAER CREDIT LTD	
		EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL	
		HARBIN EMBRAER AIRCRAFT IND.CO.LTD.	
		CANAL INVESTMENTS LLC	
		EMBRAER REPRESENTATION LLC	
		ECC DO BRASIL CIA.DE SEGUROS	/62

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	**EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.**	**07.689.002/0001-89**
4 - NIRE		
35300325761		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2170				JARDIM GRANJA	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
12227-901	S.J.CAMPOS				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
12	3927-1216	3927-3953	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
12	3922-6070	-	-		
15 - E-MAIL					
investor.relations@embraer.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
ANTONIO LUIZ PIZARRO MANSO					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2170				JARDIM GRANJA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
12227-901	S.J.CAMPOS				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
12	3927-1216	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
12	3922-6070	-	-		
16 - E-MAIL					
investor.relations@embraer.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	3	01/07/2006	30/09/2006	2	01/04/2006	30/06/2006

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	**12 - CPF DO RESP. TÉCNICO**
José Domingos do Prado	022.486.308-83

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	738.699.207	738.699.207	242.544.448
2 - Preferenciais	0	0	478.219.290
3 - Total	738.699.207	738.699.207	720.763.738
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1070 - Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Produção de aeronaves
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	15/09/2006	Dividendo	16/10/2006	ON	0,0481400000
02	RCA	15/09/2006	Juros Sobre Capital Próprio	16/10/2006	ON	0,1250000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
13/11/2006	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	14.371.038	14.092.857
1.01	Ativo Circulante	7.719.246	7.049.569
1.01.01	Disponibilidades	2.741.655	2.281.401
1.01.02	Créditos	589.613	843.601
1.01.02.01	Clientes	589.613	843.601
1.01.03	Estoques	3.580.985	3.219.337
1.01.04	Outros	806.993	705.230
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	124.120	102.072
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	236.217	216.478
1.01.04.03	Outros Créditos	248.035	214.882
1.01.04.04	I.Renda e Contrib.Social Diferido	197.862	171.798
1.01.04.05	Titulos e Valores Mobiliarios	759	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.313.252	3.888.500
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.923.649	3.448.192
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	2.923.649	3.448.192
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	389.603	440.308
1.02.03.01	Depósitos em Garantia	34.135	31.846
1.02.03.02	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	330.090	337.636
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	2.777	2.283
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	4.208	40.892
1.02.03.05	Titulos e Valores Mobiliarios	197	0
1.02.03.06	Outros Créditos	18.196	27.651
1.03	Ativo Permanente	3.338.540	3.154.788
1.03.01	Investimentos	1.575.445	1.424.409
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.575.445	1.424.409
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	616.159	618.356
1.03.03	Diferido	1.146.936	1.112.023

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	14.371.038	14.092.857
2.01	Passivo Circulante	5.861.554	5.204.930
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.527.783	1.281.493
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.460.126	1.303.766
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	233.849	233.082
2.01.05	Dividendos a Pagar	35.561	0
2.01.06	Provisões	670.596	565.536
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	177.322	217.053
2.01.08	Outros	1.756.317	1.604.000
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	1.351.599	1.267.518
2.01.08.02	Contas a Pagar	149.506	114.489
2.01.08.03	Juros sobre Capital Próprio	82.179	101.777
2.01.08.04	Contingências	32.144	17.710
2.01.08.05	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	140.889	102.506
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.459.767	3.860.661
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.682.962	1.835.693
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	5.964	6.589
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	5.053	47.780
2.02.05	Outros	1.765.788	1.970.599
2.02.05.01	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	874.827	1.180.702
2.02.05.02	Adiantamentos de Clientes	328.999	204.276
2.02.05.03	Contingências	50.012	60.102
2.02.05.04	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	371.138	364.970
2.02.05.05	Contas a Pagar	0	10.466
2.02.05.06	Contribuição de Parceiros	140.812	150.083
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	5.049.717	5.027.266
2.05.01	Capital Social Realizado	4.772.677	4.772.677
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	208.275	208.275
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2006	4 -30/06/2006
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	208.275	208.275
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	68.765	46.314

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.642.278	5.279.431	2.206.011	5.659.357
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.300)	(4.459)	2.997	875
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.640.978	5.274.972	2.209.008	5.660.232
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.228.131)	(4.010.520)	(1.827.179)	(4.300.280)
3.05	Resultado Bruto	412.847	1.264.452	381.829	1.359.952
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(327.452)	(998.179)	(412.102)	(1.062.629)
3.06.01	Com Vendas	(295.935)	(804.847)	(131.815)	(519.989)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(74.354)	(240.935)	(88.286)	(266.157)
3.06.03	Financeiras	(72.883)	(196.580)	(224.330)	(382.677)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	89.974	(358.058)	(396.858)	(962.853)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(162.857)	161.478	172.528	580.176
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	9.015	34.386	20.114	34.433
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(31.790)	(117.116)	(66.560)	(202.233)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	138.495	326.913	78.775	273.994
3.07	Resultado Operacional	85.395	266.273	(30.273)	297.323
3.08	Resultado Não Operacional	(865)	141	177	533
3.08.01	Receitas	(713)	1.092	632	1.418
3.08.02	Despesas	(152)	(951)	(455)	(885)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	84.530	266.414	(30.096)	297.856
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(26.517)	(91.569)	(427)	(152.731)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	92.337	206.778	113.551	330.929
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	150.350	381.623	83.028	476.054

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	738.699.207	738.699.207	720.763.738	720.763.738
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,20353	0,51661	0,11519	0,66049
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("Companhia", "Embraer" ou "controladora"), anteriormente Rio Han Empreendimentos e Participações S.A. (vide abaixo), tem como objetivo o desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2006, foi aprovada a proposta de reestruturação societária da Companhia apresentada pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2006, resultando na incorporação da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. por sua controladora, Rio Han Empreendimentos e Participações S.A. A controladora, que não possuía operações até a data da incorporação, passou a adotar a denominação social de Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Com esta incorporação a "Antiga Embraer" foi extinta em 31 de março de 2006, e todos os seus acionistas receberam, em substituição às ações por eles detidas, novas ações de emissão da Companhia. No entanto, a essência econômica da "Nova Embraer" não foi alterada em seus principais aspectos.

Conforme definido no protocolo de incorporação, as variações patrimoniais da Antiga Embraer de 30 de setembro de 2005 (data base da incorporação) até 31 de dezembro daquele ano, foram refletidas pela Companhia diretamente em lucros acumulados. As variações patrimoniais de 1 de janeiro a 31 de março de 2006, foram refletidas pela Companhia no resultado do exercício. As operações da Antiga Embraer passaram a ser contabilizadas pela Companhia a partir de 1 de abril de 2006.

Esta reestruturação objetivou a admissão da Companhia no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo denominado Novo Mercado. Além disso, a Companhia deixou de ter um Grupo Controlador definido e o capital passou a ser representado exclusivamente por ações ordinárias, assegurando o direito de voto a todos os seus acionistas. O fato relevante contendo detalhes desta operação foi publicado em 20 de janeiro de 2006.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações financeiras do último exercício social.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos e as transações entre as sociedades consolidadas e os lucros não realizados, líquidos dos efeitos do imposto de renda, estão eliminados na consolidação.

As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial.

Investimentos em coligadas nas quais a Companhia não tem controle estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Apresentamos, a seguir, a reconciliação entre o patrimônio líquido e o resultado do exercício da controladora e consolidado:

	Resultado Trimestre findo		Patrimônio líquido em	
	30.09.2006	30.09.2005 (pro-forma)	30.09.2006	30.06.2006
Na controladora	150.350	83.028	5.049.717	5.027.266
Resultado do exercício/acumulado de EPE's (i)	-	14.410	-	-
Lucros não realizados (ii)	13.098	6.229	(149.030)	(162.127)
No consolidado	163.448	103.667	4.900.687	4.865.139

(i) Refere-se ao impacto de consolidação de EPE's (Entidades de Propósito Específico), as quais não foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tendo em vista a ausência de qualquer vínculo societário entre a Companhia e as mesmas.

(ii) Os lucros não realizados referem-se substancialmente às vendas de peças de reposição, aeronaves e imposto de renda diferido sobre os lucros não realizados.

Demonstrações financeiras "pro-forma"

Devido à reestruturação societária descrita na nota explicativa 1, para fins de comparação e melhor entendimento das demonstrações financeiras, algumas das peças e notas explicativas a elas relacionadas apresentadas nestas Informações Trimestrais são "pro-forma", incluindo as operações da "Antiga Embraer" e da "Nova Embraer", conforme abaixo descritas, considerando que a essência econômica e a continuidade das operações da "Nova Embraer" não foram alteradas. São elas:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Demonstrações de Resultado e do Fluxo de Caixa, do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 da controladora e consolidado: incluem as operações da "Antiga Embraer" no primeiro trimestre de 2006 – pro-forma;

- Demonstrações de Resultado e do Fluxo de Caixa relativas ao trimestre e nove meses findos em 30 de setembro de 2005 da controladora e consolidado: referem-se exclusivamente às operações da "Antiga Embraer";

c) A título informativo, apresentamos abaixo as demonstrações de resultado históricas da "Nova Embraer" sem dar consideração ao evento de incorporação.

	Controladora Valor acumulado atual exercício. 30.09.2006	Consolidado Valor acumulado. atual exercício 30.09.2006
Demonstração do Resultado		
Receita Bruta de Vendas/Serviços	3.735.649	4.240.335
Deduções da Receita Bruta	(3.044)	3.142
Receita Líquida de Vendas/Serviços	3.732.605	4.243.477
Custo de Bens/Serviços Vendidos	(2.785.562)	(3.180.237)
Resultado Bruto	947.043	1.063.240
Despesas/Receitas Operacionais	(814.919)	(876.874)
Com Vendas	(578.048)	(482.049)
Gerais e Administrativas	(149.742)	(220.206)
Financeiras	(197.262)	(119.935)
Receitas Financeiras	52.008	136.626
Despesas Financeiras	(249.270)	(256.561)
Outras Receitas Operacionais	27.013	39.650
Outras Despesas Operacionais	(88.128)	(94.811)
Resultado da Equivalência Patrimonial	171.248	477
Resultado Operacional	132.124	186.366
Resultado não Operacional	209	192
Receitas	462	355
Despesas	(253)	(163)
Resultado antes Tributação / Participações	132.333	186.558
Provisão para IR e Contrib.Social	(28.006)	(63.012)
Reversão dos Juros s/Capital Próprio	206.778	206.778
Participações Minoritárias	-	(11.080)
Lucro/Prejuízo do Período	311.105	319.244

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em virtude da Rio-Han ter sido constituída em 2 de setembro de 2005 e não ter efetuado nenhuma operação até 30 de setembro de 2005 não estamos apresentando a Demonstração do Resultado comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Entidades de Propósito Específico - EPEs

A Companhia estrutura algumas de suas transações de financiamento de vendas de aeronaves através de Entidades de Propósito Específico, sobre as quais a Companhia não detém participação societária direta ou indiretamente. Em atendimento à Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2004, a Companhia consolidou as EPEs nas quais, apesar de não possuir vínculo societário, detém o controle das operações ou participa de forma majoritária de seus riscos e recompensas. Para fins de comparação, a demonstração do resultado consolidada de 30 de setembro de 2005 foi ajustada em atendimento à referida Instrução. Em virtude da adoção desse procedimento, algumas contas diferem da demonstração de resultado divulgada no 3º trimestre de 2005, cujos efeitos estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Trimestre findo em 30.09.2005	Nove meses findo em 30.09.2005
Administrativas	153	(884)
Outras despesas operacionais	(12.287)	(15.735)
Receitas financeiras	34.212	36.189
Receitas não operacionais	(251)	-
Imposto de renda e contribuição social	(7.417)	(6.651)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO	14.410	12.919

As Entidades de Propósito Específico - EPE's que foram consolidadas são: Barca Nine Ltd., Jurema Ltd., Corcim Inc., Sampa Gold Inc., PM Limited, Refine Inc., RS Limited, River One Ltd., Fifth Feathers Ltd. e Port One Ltd.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Caixa e bancos:				
Reais	2.139	80.583	3.172	84.848
Dólar norte-americano	327	957	104.702	22.619
Euro	77	53	19.183	15.436
Outras	657	670	3.075	29.016
Numerário em trânsito	8.179	-	8.328	-
Aplicações financeiras:				
Em reais-				
Fundos de investimento	-	25.730	-	36.423
Fundo exclusivo	2.730.276	2.173.083	2.736.252	2.173.083
Em dólares norte-americanos:				
Depósitos a prazo fixo	-	-	1.132.864	352.159
Fundos de investimento	-	-	365.636	32.009
"Overnight"	-	325	10.231	330.353
Outras moedas				
"Overnight"	-	-	17.890	15.827
	2.741.655	2.281.401	4.401.333	3.091.773

As taxas médias de juros anualizadas das aplicações financeiras efetuadas em reais e em dólares norte-americanos para os nove meses findos em 30 de setembro de 2006 foram de 16,5% e 5,1% (18,0% e 4,4 % nos seis meses findo em 30 de junho de 2006), respectivamente.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com um mercado de liquidez imediata e depósitos a prazo fixo, com prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias.

Em 30 de setembro e em 30 de junho de 2006, as carteiras dos Fundos de Investimento Exclusivos (FIE's) eram compostas substancialmente por títulos públicos federais de alta liquidez, registrados pelos seus valores de realização e que, no entendimento da Administração, se qualificam como disponível. Nestas mesmas datas os FIE's não possuíam obrigações com terceiros.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Debêntures	31.827	31.827	31.827	31.827
Provisão para perdas	(31.827)	(31.827)	(31.827)	(31.827)
Notas do Tesouro Nacional (a)	-	-	70.090	67.653
Títulos da dívida externa (b)	-	-	174.941	1.348.844
Notas hipotecárias no exterior	-	-	-	1.940
Letras do Tesouro Nacional	-	-	4.036	3.962
Outros	956	-	956	22
	956	-	250.023	1.422.421
Menos- Circulante	759	-	179.736	1.354.768
Não circulante	197	-	70.287	67.653

(a) Refere-se a recebíveis representados por Notas do Tesouro Nacional adquiridas pela Companhia de seus clientes, relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX entre o 11º e 15º ano após a venda das respectivas aeronaves, os quais foram reconhecidos a valor presente. Os mesmos estão classificados no longo prazo, uma vez que a Companhia tem a intenção de manter esses títulos em carteira até o vencimento.

(b) Referem-se a títulos de dívida do governo brasileiro denominados em dólar, os quais estão marcados a mercado e classificadas no circulante tendo em vista a intenção da Companhia em liquidá-los a curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Comando da Aeronáutica	114.250	136.930	264.362	274.343
Clientes no país - terceiros	5.637	12.446	6.894	13.915
Sociedades controladas	142.030	151.447	-	
Clientes no exterior - terceiros (a)	338.008	553.059	680.438	816.463
	599.925	853.882	951.694	1.104.721
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.312)	(10.281)	(88.831)	(84.021)
	589.613	843.601	862.863	1.020.700
Menos- Circulante	589.613	843.601	852.375	1.006.570
Não circulante	-	-	10.488	14.130

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) O montante consolidado refere-se substancialmente a vendas em processo de estruturação de financiamento relacionado principalmente ao segmento de Aviação Comercial.

6. FINANCIAMENTO A CLIENTES

Refere-se ao financiamento parcial de algumas vendas de aeronaves efetuadas pela Companhia com taxa de juros média de 6,17% ao ano mais variação cambial, apropriados de acordo com o regime de competência. Os vencimentos desses financiamentos são mensais, trimestrais e semestrais.

	Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006
Circulante	25.679	60.159
Não circulante	352.776	338.953
Total	378.455	399.112

Os montantes classificados no realizável a longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
Ano	30.09.2006	30.06.2006
2007	16.122	19.562
2008	13.177	12.467
2009	13.953	13.198
2010	14.780	13.976
2011	15.661	14.806
2012	279.083	264.944
	352.776	338.953

7. CONTAS A RECEBER VINCULADOS E DÍVIDAS COM E SEM DIREITO DE REGRESSO

Algumas das transações de venda da Companhia são compostas por financiamentos estruturados através dos quais uma EPE compra a aeronave, paga à Companhia o preço de compra quando da entrega da aeronave ou da conclusão do financiamento estruturado da venda, e arrenda a aeronave objeto da compra ao cliente final. Uma instituição financeira financia a compra da aeronave à EPE, retendo parte do risco desse crédito, e a Companhia oferece garantias de crédito e/ou garantias do valor residual da aeronave em favor da instituição financeira.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Referidas operações são denominadas em dólares e sujeitas a taxas normais de mercado, sendo que em 30 de setembro de 2006 as taxas de remuneração dos ativos excediam em 0,22% a.a. às dos passivos, ou seja, praticamente iguais.

a – Contas a receber vinculadas

	Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006
Pagamentos mínimos de arrendamentos a receber	1.808.431	1.884.058
Valor residual estimado de imobilizado de arrendamento	1.234.146	1.279.501
Receitas não realizadas	(1.263.222)	(1.272.225)
Valor líquido a receber	1.779.355	1.891.334
Menos- Circulante	190.169	152.252
Não circulante	1.589.186	1.739.082

Os montantes classificados no realizável a longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
Ano	30.09.2006	30.06.2006
2007	38.581	77.136
2008	149.852	149.216
2009	126.054	126.364
2010	123.774	125.653
2011	117.450	123.526
2012	1.033.475	1.137.187
	1.589.186	1.739.082

b- Dívidas de EPE's

	Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006
Com direito de regresso	684.038	667.719
Sem direito de regresso	1.117.166	1.167.908
	1.801.204	1.835.627
Menos - Circulante	869.961	815.066
Não circulante	931.243	1.020.561

Os montantes classificados no exigível a longo prazo no consolidado possuem os seguintes vencimentos em 30 de setembro de 2006:

	Consolidado	
Ano	30.09.2006	30.06.2006
2007	37.902	75.459
2008	149.674	148.992
2009	123.063	122.503
2010	115.295	114.770
2011	100.554	100.096
Após 2011	404.755	458.741
	931.243	1.020.561

8. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Garantia de financiamentos de vendas (a)	-	-	681.580	666.277
Garantia de estrutura de vendas (b)	-	-	588.071	554.775
Garantia de fornecimento (c)	2.018	2.009	2.018	2.009
Garantia de financiamento (d)	32.117	29.837	32.117	29.837
Outras	-	-	146	3.788
	34.135	31.846	1.303.932	1.256.686
Menos- Circulante	-	-	681.580	669.177
Não circulante	34.135	31.846	622.352	587.509

(a) Aplicações financeiras denominadas em dólares norte-americanos, vinculadas às estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão das estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da LIBOR semestral.

(b) Valores em dólares norte-americanos depositados em conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao saldo da conta de caução. O montante depositado será liberado por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2021), caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. Os juros sobre a conta de caução são adicionados ao saldo do principal e reconhecidos pela Companhia como receita financeira.

Buscando garantir rentabilidade compatível com o prazo da caução, a Embraer aplicou parte desse saldo em notas estruturadas. O saldo de aplicação em notas estruturadas em 30 de setembro de 2006 é de R$268.296 (US$123.400 mil) (R$267.074 e US$123.400 mil em 30 de junho de 2006). Essas notas renderam juros de R$12.288 (US$5.670 mil) nos nove meses de 2006, que foram incorporadas ao principal e reconhecidas como receitas financeiras do exercício. Em caso de evento de "default" da Embraer, tais notas terão seus vencimentos antecipados, e serão realizadas pelo seu valor de mercado, limitando-se no mínimo, aos valores originalmente aplicados. A diferença entre o valor de mercado e o valor aplicado se positiva, será paga à empresa em forma de títulos ou empréstimos da mesma. Eventos de "default" que podem antecipar os vencimentos das notas são, entre outros: (i) insolvência ou concordata da Embraer; e (ii) inadimplência ou reestruturação de dívidas da Embraer em contratos de financiamentos.

(c) Valores depositados em conta de caução como garantia de fornecimento do objeto do contrato de vendas.

(d) Valor depositado em conta caução para garantia de pagamento de financiamento.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Produtos acabados	68.022	116.909	68.022	116.909
Produtos em elaboração (a)	1.704.266	1.764.280	1.908.687	1.935.017
Matéria-prima	1.584.058	1.229.584	1.801.854	1.344.102
Peças de reposição	121.120	122.244	428.912	494.178
"Pool de peças" de reposição	-	-	111.219	137.200
Aviões usados para venda (b)	-	-	62.062	66.724
Materiais de consumo	21.515	3.222	21.295	4.549
Mercadorias em trânsito	241.318	129.177	282.365	134.946
Adiantamentos a fornecedores	17.624	25.483	40.265	41.135
Provisão para obsolescência (d)	(176.938)	(171.562)	(314.703)	(303.895)
	3.580.985	3.219.337	4.409.978	3.970.865
Menos- Circulante	3.580.985	3.219.337	4.342.378	3.874.965
Não circulante (c)	-	-	67.600	95.900

(a) Inclui aeronaves pré-séries família EMBRAER 170/190 no montante de R$485.209, utilizados para ensaios visando a certificação da aeronave. Após as campanhas de certificação, a Companhia pretende vender essas aeronaves.

(b) No consolidado, é composto por cinco EMB 120, dois ERJ 145 e três Ipanema disponíveis para venda, registrados pelo custo de aquisição ou valor de realização,

dos dois o menor (seis EMB 120, dois ERJ 145 e três Ipanema disponíveis para venda em 30 de junho de 2006).

(c) Refere-se às peças de reposição do Programa " Exchange Pool" cuja realização prevista ultrapassa o período de 12 meses.

(d) Foi constituída provisão para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definido, através do programa de produção, bem como para cobrir eventuais perdas com estoques de almoxarifado e produtos em processo excessivos ou obsoletos.

10. INVESTIMENTOS

a) Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 30.06.06	Equivalência patrimonial	Ganho (Perda) de Capital	Variação cambial	Adições	Transferência para provisão para passivo a descoberto	Saldo em 30.09.06
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	200.747	8.687	(423)	814	-	-	209.825
Trumpeter Inc.	1.152	14	-	5	-	-	1.171
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	44.042	4.756	-	-	14.990	-	63.788
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	39.080	931	-	-	-	-	40.011
Embraer Aviation Europe SAS – EAE	112.693	203	-	(452)	-	-	112.444
Embraer Australia PTY Ltd. – EAL	-	-	-	(28)	-	28	-
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	869.148	119.721	-	(2.805)	-	-	986.064
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	662	-	(9)	-	(653)	-
Embraer Representation LLC – ERL	112.181	1.140	-	505	-	-	113.826
Canal Investments LLC	5.113	(864)	-	31	-	-	4.280
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	36.038	3.182	-	538	-	-	39.758
ECC do Brasil Cia. de Seguros	4.215	63	-	-	-	-	4.278
	1.424.409	138.495	(423)	(1.401)	14.990	(625)	1.575.445

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Informações relativas às controladas diretas

			30 de setembro de 2006		30 de junho de 2006	
	Capital Social	Participação no capital social - %	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	2	100,00	213.516	34.851	204.537	26.686
Trumpeter Inc.	7.392	100,00	1.171	22	1.152	9
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	63.444	100,00	71.778	8.334	56.295	7.841
ELEB - Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.	37.052	60,00	77.239	2.875	77.219	2.855
Embraer Aviation Europe SAS – EAE	79.516	100,00	116.077	15.670	116.811	16.018
Embraer Australia PTY Ltd. – EAL	7.044	100,00	(5.765)	-	(5.737)	-
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	264.121	100,00	986.065	256.884	869.148	137.165
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	100,00	(199)	1.858	(852)	1.195
Embraer Representation LLC – ERL	-	100,00	113.825	2.945	112.181	1.805
Canal Investments LLC	13.761	100,00	4.280	(2.568)	5.113	(1.704)
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	56.918	51,00	77.953	10.225	70.646	3.986
ECC do Brasil Cia. de Seguros	3.600	99,99	4.278	198	4.215	135
				331.294		195.991

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos os lucros não realizados nas operações com as controladas.

A controladora constituiu provisão correspondente ao valor do passivo a descoberto de suas controladas no montante de R$5.964 (R$6.589 em junho de 2006), a qual está registrada na rubrica "Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas" (nota explicativa nº 16). As contrapartidas das provisões constituídas foram classificadas como resultado de equivalência patrimonial.

Em março de 2006, a Embraer Spain Holding Co. SL, controladora da Airholding SGPS, S.A., transferiu para a European Aeronautic Defence and Space Company EADS N.V., 29% do capital social da Airholding SGPS, S.A., permanecendo com 70% do capital.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa média anual de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 30.09.2006	Líquido 30.06.2006
Terrenos	-	16.627	-	16.627	16.627
Edifícios e benfeitorias em terrenos	3,54	491.690	(158.533)	333.157	337.634
Instalações	8,47	194.759	(151.444)	43.315	44.978
Máquinas e equipamentos	9,25	369.078	(259.662)	109.416	112.862
Móveis e utensílios	9,65	33.298	(18.961)	14.337	14.305
Veículos	14,03	11.116	(7.959)	3.157	3.362
Aeronaves	20,00	2.203	(1.603)	600	711
Computadores e periféricos	18,29	70.166	(60.087)	10.079	10.582
Software	16,79	127.918	(94.661)	33.257	37.246
Outros bens	-	14.269	-	14.269	9.776
Imobilizações em andamento (i)	-	37.945	-	37.945	30.273
		1.369.069	(752.910)	616.159	618.356

(i) Referem-se principalmente a obras para ampliação da capacidade instalada para atender a produção de novos produtos.

b) Consolidado

	Taxa média anual de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 30.09.2006	Líquido 30.06.2006
Terrenos	-	17.060	-	17.060	18.393
Edifícios e benfeitorias em terrenos	3,54	636.329	(203.519)	432.810	443.244
Instalações	8,47	212.442	(160.418)	52.024	55.700
Máquinas e equipamentos	9,25	649.205	(475.564)	173.641	172.905
Móveis e utensílios	9,65	59.080	(38.697)	20.383	17.926
Veículos	14,03	21.909	(17.067)	4.842	5.084
Aeronaves (ii)	6,56	561.460	(81.242)	480.218	506.127
Computadores e periféricos	18,29	106.410	(91.242)	15.168	16.413
Software	16,79	185.607	(140.159)	45.448	49.513
Outros bens	-	18.706	-	18.706	12.036
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	2.122
Imobilizações em andamento	-	44.327	-	44.327	32.230
		2.512.535	(1.207.908)	1.304.627	1.331.693

(ii) As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, vôos corporativos e leasing operacional. Em 30 de setembro de 2006, a Companhia possuía 4 EMB 120, 15 ERJ 145, 2 ERJ

135, 3 Legacy, 3 EMBRAER 170 e 3 de outros modelos. Destas, 27 aeronaves estavam destinadas a arrendamento operacional e 3 a ensaios e vôos corporativos.

Em 30 de dezembro de 1988 e 30 de abril de 1991, foram contabilizadas reavaliações de ativos operacionais. Os saldos remanescentes dessas reavaliações em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006 eram de R$82.762 e R$84.818, respectivamente. A correspondente reserva de reavaliação foi utilizada para aumento de capital em exercícios anteriores e, exceto pela parcela relacionada com os bens imóveis, foi incluída no cálculo dos lucros tributáveis para fins do imposto de renda. As taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação.

12. DIFERIDO

Os saldos eram representados por:

	Controladora				Consolidado			
Programas	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30.09.2006	Líquido 30.06.2006	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30.09.2006	Líquido 30.06.2006
Família ERJ 145 (*)	772.181	(667.717)	104.464	104.859	783.354	(678.890)	104.464	110.812
Família EMBRAER 170/190	1.087.422	(203.067)	884.355	895.649	1.110.276	(209.862)	900.414	913.015
Phenom 100 e Phenom 300	119.422	-	119.422	82.603	123.652	-	123.652	85.337
Outros	39.914	(1.219)	38.695	28.912	71.808	(3.970)	67.838	50.486
	2.018.939	(872.003)	1.146.936	1.112.023	2.089.090	(892.722)	1.196.368	1.159.650

(*) Inclui custos para pesquisas e desenvolvimento das aeronaves ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145 e dos jatos executivos Legacy 600.

Em 30 de setembro de 2006, a quantidade de aeronaves projetadas e a posição das entregas e dos pedidos em carteira das famílias ERJ 145 e EMBRAER 170/190 é como segue:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Família ERJ 145 (a)	Família EMBRAER 170/190 (b)
Quantidade de aeronaves projetadas para o programa em 30 de setembro de 2006	960	920
Quantidade de aeronaves em 30 de setembro de 2006:		
Entregues	942	184
Pedidos firmes em carteira (c)	77	362

(a) A quantidade de aeronaves compreende a expectativa de entregas e inclui os pedidos em carteira do Legacy 600, EMB 135 e EMB 145, mas não inclui os pedidos em carteira relacionados a produtos de defesa.

(b) A quantidade de aeronaves compreende pedidos firmes e inclui os pedidos em carteira do Lineage 1000, o qual utiliza a plataforma do EMBRAER 190.

(c) Informação não revisada pelos auditores independentes.

13. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Controladora 30.09.2006	Controladora 30.06.2006	Consolidado 30.09.2006	Consolidado 30.06.2006
Moeda estrangeira:						
Aquisição de materiais	US$	4,12 a 8,05; LIBOR + 1,75 a 2,70	1.069.685	1.087.636	1.075.636	1.094.780
	JPY	JIBOR + 1,05	68.926	70.634	68.926	70.634
Financiamento de exportação	US$	7,81	112.625	109.952	112.625	109.952
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US$	3,00 a 3,73; Cesta de moedas + 3,0	-	41.993	7.311	46.200
Desenvolvimento de projetos	US$	LIBOR +2,50 a 3,50	403.632	393.647	404.730	394.866
Resolução nº 63	US$	LIBOR + 2,70; 7,08	139.662	136.567	139.662	136.567
Capital de giro	Euro	3,50; Euribor 6m + 1,5	-	-	61.571	35.727
	US$	3,50 a 6,03; LIBOR + 2,15 a 2,97	577.597	590.249	730.271	683.448
			2.372.127	2.430.678	2.600.732	2.572.174
Moeda nacional:						
Desenvolvimento de projetos		TJLP + 1,00 a 6,00	8.128	-	34.269	30.316
Pré-embarque		TJLP + 2,20	830.490	686.508	830.490	686.508
Capital de giro		115% CDI	-	-	13.668	13.489
Aquisição de imobilizado		TJLP + 3,00 a 5,00	-	-	-	5.542
			838.618	686.508	878.427	735.855
			3.210.745	3.117.186	3.479.159	3.308.029
Menos- Circulante			1.527.783	1.281.493	1.654.886	1.372.779
Não circulante			1.682.962	1.835.693	1.824.273	1.935.250

b) Vencimentos a longo prazo

Ano	30.09.2006 Controladora	Consolidado
2007	185.644	282.630
2008	582.191	599.129
2009	399.028	409.505
2010	427.574	438.051
2011	88.525	94.958
2012		
	1.682.962	1.824.273

c) Análise de moedas

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Taxa de câmbio em 30.09.06 (em relação a R$ 1,00)	Controladora		Consolidado	
		30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Real	1,00	838.618	686.508	878.427	735.855
Dólar norte-americano	2,1793	2.303.201	2.360.044	2.470.235	2.465.813
Euro	2,76967	-	-	61.571	35.727
Iene japonês	0,018498	68.926	70.634	68.926	70.634
		3.210.745	3.117.186	3.479.159	3.308.029

As variações das taxas de câmbio em relação ao real foram as seguintes:

	% no trimestre findo em	
	30.09.2006	30.09.2005
Dólar norte-americano	0,45	(5,45)
Euro	(0,38)	(6,12)
Iene japonês	(2,71)	(7,62)

A dívida total em reais está sujeita a encargos baseados nas variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

As variações anualizadas destes índices no trimestre findo em 30 de setembro 2006 foram de 7,50% e 16,3% (9,75% e 18,64% em 2005), respectivamente.

d) Encargos e garantias

Os financiamentos em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2006 estão sujeitos à variação cambial mais juros anuais médios ponderados de 7,40% ao ano (5,51% em 2005); e os em moeda nacional a juros anuais médios ponderados de 9,20% (12,28% em 2005), respectivamente.

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas, equipamentos, penhor mercantil e garantia bancária, no montante de R$791.823. Os financiamentos das controladas estão garantidos pela controladora no montante de R$148.714.

e) Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem que a relação endividamento líquido /EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") não poderá ultrapassar o índice de 3,0:1, bem como limites para a cobertura do serviço da dívida através da relação EBITDA/despesa financeira líquida que deve ser superior a 3,0:1 nos últimos 4 trimestres. Há também uma cláusula que define que o Patrimônio Líquido da Companhia não pode ser inferior a R$2.300.000.

Incluem, também, restrições de praxe sobre o grau de alavancagem financeira, criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda de bens do ativo, pagamento de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e transações com empresas afiliadas, bem como a manutenção de, no mínimo, 100 pedidos firmes de novas aeronaves, em carteira, durante o prazo de vigência de determinado contrato.

Em 30 de setembro de 2006, a Companhia estava adimplente com todas essas cláusulas.

14. CONTRIBUIÇÃO DE PARCEIROS

A Companhia possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Alguns contratos de fornecimento requerem que o fornecedor contribua com dinheiro para a Companhia como compensação de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Como parte desses acordos de fornecimento, essas contribuições estão atreladas ao cumprimento pela Companhia de algumas etapas e eventos importantes do desenvolvimento, incluindo certificação da aeronave, primeira

entrega e número mínimo de aeronaves entregues. A Companhia registra essas contribuições quando recebidas como passivo não circulante, as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que essas etapas e eventos sejam alcançados, esses valores serão abatidos dos custos de desenvolvimento das aeronaves registrados no ativo diferido.

15. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
INSS (a)	185.281	155.461	188.432	159.954
INSS/FUNRURAL – parcelamentos (b)	36.842	122.890	36.842	122.890
Imposto de renda e contribuição social (c)	462.664	718.050	507.670	758.161
PIS/COFINS (d)	397.895	388.523	397.934	388.546
ICMS	-	-	-	2.293
FGTS	6.588	5.829	6.830	6.253
IRRF	19.163	23.003	20.454	24.924
Outros	243	28	23.276	3.484
	1.108.676	1.413.784	1.181.438	1.466.505
Menos- Circulante	233.849	233.082	297.941	277.326
Não circulante	874.827	1.180.702	883.497	1.189.179

Os impostos e encargos sociais com exigibilidade suspensa (vide itens “a”, “b” “e“ “c”) amparados em medidas judiciais ou administrativas, estão classificados nesta rubrica, em atendimento à Deliberação CVM nº 489.

Como requerido pela Deliberação CVM nº 489, foi efetuada a compensação dos depósitos judiciais efetuados relativamente aos questionamentos abaixo descritos com os respectivos valores das provisões contábeis, como segue (Controladora e Consolidado):

	30 de setembro de 2006			30 de junho de 2006		
	Provisões contábeis	Depósitos judiciais	Montante líquido	Provisões contábeis	Depósitos judiciais	Montante líquido
INSS (a)	175.335	(12.193)	163.142	167.283	(11.990)	155.293
PIS/PASEP/COFINS (d)	449.206	(52.381)	396.825	439.619	(52.376)	387.243

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de

assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos efetuados em períodos anteriores. A Companhia, através de ações administrativas e judiciais, obteve subsídios para não recolher ou compensar pagamentos de impostos e encargos e contribuições sociais. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final. Os principais processos de natureza fiscal em andamento são os descritos a seguir:

a) Inclui contribuições previdenciárias que a Companhia está questionando a exigibilidade da majoração da alíquota da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da alíquota do seguro de acidente do trabalho. Esses processos encontram-se em 2ª e 3ª instância da esfera judicial, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito no processo que questiona a majoração da alíquota do INSS é possível e da majoração do seguro acidente do trabalho é remota. O montante envolvido nesses processos é R$163.142 na controladora e no consolidado. O saldo remanescente refere-se à contribuição corrente.

b) No terceiro trimestre de 2006, a Companhia liquidou integralmente o parcelamento do Funrural no montante de R$ 82.055, beneficiando-se da redução dos juros e multas previstas na Medida Provisória 303 de 29 de junho de 2006, resultando em reversões de provisões de juros e multas no montante de R$ 25.919, que estão refletidos na demonstração de resultado.

c) Inclui valores que a Companhia está pleiteando a suspensão da exigibilidade da CSLL sobre exportações e o direito à compensação do imposto de renda e da CSLL com os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referentes à aquisição de insumos isentos ou tributados à alíquota zero do IPI. O primeiro processo encontra-se na 2ª instância e o segundo na 1ª instância e a probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e remota, respectivamente. O montante envolvido nestes processos é R$462.180 na controladora e R$ 470.725 no consolidado. O saldo remanescente refere-se à CSLL corrente.

No terceiro trimestre de 2006, a Companhia liquidou parcialmente o processo referente à compensação do imposto de renda e da CSLL com os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referentes à aquisição de insumos isentos ou tributados à alíquota zero do IPI, cuja possibilidade de êxito era remota, no montante de R$ 266.193, beneficiando-se da redução dos juros e multas previstas na Medida Provisória 303 de 29 de junho de 2006, resultando em reversões de provisões de juros e multas no montante de R$ 51.785, que estão refletidas na demonstração de resultado.

d) Inclui as contribuições ao Programa de Integração Social - PIS/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público - PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – que a Companhia está questionando a expansão da base de cálculo. Esses processos encontram-se em 1ª e 2ª instâncias da esfera judicial, respectivamente. Na opinião dos assessores jurídicos, o êxito no processo do PIS/PASEP, parte é provável e parte é possível e, no processo da COFINS é provável. O montante envolvido nesses processos é R$396.825 na controladora e consolidado. O saldo remanescente refere-se às obrigações correntes.

16. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Folha de pagamento	174.777	138.281	206.718	179.199
Obrigações por benefícios de aposentadoria e pensão	-	-	15.001	15.239
Participação nos lucros e resultados	60.552	27.203	61.845	31.090
Garantia de produtos (a)	196.398	185.747	205.202	191.155
Melhoria de produtos (a)	86.663	82.218	86.663	82.218
Assistência técnica/treinamento (b)	100.196	72.836	103.178	72.836
Perdas não realizadas com derivativos	45.001	51.018	45.001	51.018
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas	5.964	6.589	-	-
Provisão para garantias financeiras (c)	-	-	55.291	55.978
Outras	7.009	8.233	12.091	26.752
	676.560	572.125	790.990	705.485
Menos- Circulante	670.596	565.536	775.989	690.246
Não circulante	5.964	6.589	15.001	15.239

(a) Representam provisões relacionadas a produtos, incluindo garantia e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues, com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho, assumidos em contrato.

(b) Refere-se a gastos relacionados com a obrigação contratual de fornecer assistência técnica e treinamento aos mecânicos e membros da tripulação de clientes.

(c) Refere-se à provisão constituída para cobertura de eventuais perdas com garantias oferecidas aos clientes/agentes financiadores envolvidos em estrutura de financiamento de vendas de aeronaves (vide nota explicativa nº 24).

17. CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Fiscais	33.945	31.065	34.779	39.096
Trabalhistas	48.211	46.747	51.519	48.741
Cíveis	-	-	5.466	5.405
	82.156	77.812	91.764	93.242
Menos- Circulante	32.144	17.710	32.144	24.791
Não circulante	50.012	60.102	59.620	68.451

Os principais processos de natureza fiscal em andamento são os a seguir:

a) Contribuições previdenciárias - a Companhia foi notificada pelas autoridades pela não retenção da contribuição previdenciária de prestadores de serviços. Os processos encontram-se na esfera administrativa e na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito no processo é provável. Além destes processos, a Companhia foi notificada para recolhimento de adicionais de riscos ambientais do trabalho. Este processo encontra-se em 2ª instância, e segundo opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de êxito é possível. O montante envolvido relativamente a esses processos, cuja provisão foi constituída integralmente, é R$14.771. Em atendimento à Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, foi efetuada a compensação dos depósitos judiciais efetuados relativamente aos mencionados processos com as respectivas provisões contábeis, no montante de R$ 6.169 em 30 de setembro de 2006 (R$ 6.073 em 30 de junho de 2006).

b) FUNDAF - Em 1999, a Embraer recebeu Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM lavrado pela Secretaria da Receita Federal, no qual estava consignado suposto crédito de contribuição ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF. Nesta oportunidade, foi apresentada defesa administrativa que posteriormente veio a lograr êxito, tendo em vista o entendimento das autoridades julgadoras no sentido de que a referida Contribuição não tem natureza tributária e, portanto, não poderia ter sido lavrado AIIM, que tem o objetivo de constituir créditos tributários. Neste momento, e considerando o êxito no cancelamento do AIIM, a Companhia reverteu a provisão que havia sido constituída anteriormente. No entanto, em março de 2005, a Companhia foi

intimada pela Secretaria da Receita Federal a efetuar pagamento do valor referente à Contribuição ao FUNDAF, sob o argumento de que o AIIM foi cancelado por erro formal (relativo ao instrumento utilizado para cobrança, que deveria ser outro que não o AIIM) e não material (referente a eventual ilegalidade ou inconstitucionalidade da exigência), de forma que a aludida Contribuição poderia ser cobrada por outra via. Em decorrência desta nova intimação, a Companhia constituiu uma nova provisão em junho de 2005 no montante de R$9.205 e ajuizou na 1ª instância da esfera judicial, Ação Anulatória de Débito Fiscal, cuja probabilidade de êxito na opinião dos assessores jurídicos é provável.

c) Imposto de Importação e IPI devidos sobre materiais importados para dois simuladores de vôo, os quais deveriam ser exportados para obter a suspensão de tais impostos. Devido a problemas do cliente, esses materiais foram exportados após o período regulamentar. Este processo encontra-se na 1ª instância. Outro processo refere-se ao questionamento pelas autoridades fiscais da classificação fiscal do material. Na opinião dos assessores jurídicos, a possibilidade de êxito nesses processos é provável. O montante envolvido relativamente a esses processos, cuja provisão foi constituída integralmente é de R$ 4.321. Em atendimento à Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, foi efetuada a compensação dos depósitos judiciais efetuados relativamente aos mencionados processos com as respectivas provisões contábeis, no montante de R$ 4.321 em 30 de setembro de 2006 (R$ 4.253 em 30 de junho de 2006).

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, perdas e danos, doença profissional, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em junho de 1991 em nome de todos os funcionários que eram empregados na Companhia em novembro de 1990. Uma das ações procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991. Até 30 de setembro de 2006, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia e para os demais está em negociação. Outra ação reivindica a correção monetária dos Planos Verão e Collor sobre a multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pagos aos empregados demitidos entre dezembro de 1988 e abril de 1990.

A exposição total dos processos é estimada em aproximadamente R$61.000. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no sucesso de alguns

julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado pela Administração.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie gozam do direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício.

Em reunião realizada no dia 15 de setembro de 2006, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Embraer:

a) A distribuição de dividendos aos acionistas referente ao 1º semestre de 2006, no montante de R$ 35.561, sendo R$ 0,04814 por ação ordinária.

b) O pagamento de Juros sobre Capital Próprio referente ao 3º trimestre de 2006, no montante de R$ 92.337 (R$ 81.903 valor líquido do imposto de renda retido na fonte).

19. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se ao deságio na aquisição da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. pela AIRHOLDING SGPS S.A. com base na expectativa de resultados futuro e será amortizado em 10 anos.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social autorizado está dividido em 1.000.000.000 de ações ordinárias.

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2006 é de R$ 4.772.677, representado por 738.699.207 ações ordinárias, sem valor nominal.

A União Federal detém uma ação ordinária especial. Como detentora dessa ação, tem o mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias.

Adicionalmente, a ação de classe especial tem poder de veto quanto às seguintes matérias:

i. Mudança de denominação da sociedade e objeto social.

ii. Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia.

iii. Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil.

iv. Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares.

v. Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares.

vi. Transferência do controle acionário.

b) Outorga de opções de compra de ações da Embraer

Apresentamos, a seguir, a movimentação das opções, já consideradas as incorporações das ações bonificadas:

	30.09.2006		30.06.2006	
	Opções	Preço médio outorgado - R$	Opções	Preço médio outorgado - R$
Posição no início do trimestre	3.638.912	15,20	3.726.299	-
Exercidas	-	-	(87.387)	10,88
Canceladas ou expiradas	209.159	20,68	-	-
Posição final do período	3.429.753	14,87	3.638.912	15,20

Os preços de outorga na tabela anterior já contemplam os efeitos da bonificação de 14,21% de 1º de março de 2002.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em		Nove meses findos em	
	30.09.2006 (pro-forma)	30.09.2005 (pro-forma)	30.09.2006 (pro-forma)	30.09.2005 (pro-forma)
Despesas financeiras:				
Despesas financeiras				
Juros e comissões sobre financiamentos	(142.888)	(117.053)	(154.532)	(121.695)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(64.275)	(113.199)	(64.306)	(113.240)
CPMF	(34.781)	(26.308)	(35.525)	(27.137)
Juros sobre Capital Próprio	(206.778)	(330.929)	(206.778)	(331.813)
Seguro de crédito	(4.450)	(6.712)	(4.450)	(6.712)
Outras	(6.715)	(19.722)	(20.499)	(49.234)
Variações monetárias/cambiais passivas:				
Adiantamentos de clientes	265.611	330.166	261.081	300.365
Financiamentos	210.998	503.732	210.355	514.615
Fornecedores	102.926	236.891	107.597	236.875
Contas a pagar	16.288	92.215	16.879	90.751
Operações com derivativos	(799)	(40.730)	(1.156)	(40.730)
Sobre provisões	4.046	51.890	4.046	51.890
Outras	22.295	19.935	11.590	5.743
	161.478	580.176	124.302	509.678
Receitas financeiras:				
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	230.467	169.441	271.675	198.912
Estruturação financeira	-	-	64.546	38.878
Juros sobre recebíveis	56.720	45.287	141.615	62.154
Outras	2.212	2.686	2.788	4.681
Variações monetárias/cambiais ativas:				
Contas a receber	(631.137)	(945.385)	(630.325)	(922.711)
Operações com derivativos	10.117	2.977	10.534	(971)
Adiantamentos a fornecedores	(71)	(478)	289	8.727
Perdas na conversão dos investimentos no exterior	(27.975)	(174.708)	(74.227)	(141.271)
Outras	1.609	(62.673)	25.491	(18.063)
	(358.058)	(962.853)	(187.614)	(769.664)

22. CRÉDITOS FISCAIS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006 são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Impostos diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais a compensar	16.414	5.869	34.769	23.558
Base negativa de contribuição social	4.744	4.952	6.016	6.040
Créditos não reconhecidos	-	-	(8.212)	(7.998)
Prejuízos fiscais a compensar	21.158	10.821	32.573	21.600
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
Provisões não dedutíveis	506.794	498.613	585.929	586.804
Total do ativo	527.952	509.434	618.502	608.404
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias				
Reavaliação do imobilizado	(15.756)	(15.915)	(15.756)	(15.915)
Reserva de correção monetária especial - IPC	(5.279)	(5.418)	(5.279)	(5.418)
Pesquisa e desenvolvimento	(392.305)	(384.965)	(401.008)	(392.968)
Lucro das controladas no exterior	(90.747)	(48.347)	(90.747)	(48.347)
Outros	(7.940)	(12.831)	(22.171)	(27.393)
Total do passivo	(512.027)	(467.476)	(534.961)	(490.041)

Os ativos de impostos diferidos líquidos apresentados anteriormente estão refletidos nas demonstrações financeiras como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Impostos diferidos ativos:				
Circulante	197.862	171.798	274.388	247.983
Não circulante	330.090	337.636	344.114	360.421
	527.952	509.434	618.502	608.404
Impostos diferidos passivos:				
Circulante	(140.889)	(102.506)	(145.733)	(107.793)
Não circulante	(371.138)	(364.970)	(389.228)	(382.248)
	(512.027)	(467.476)	(534.961)	(490.041)
Impostos diferidos ativos, líquidos	15.925	41.958	83.541	118.363

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em		Nove meses findos em	
	30.09.2006 (pro-forma)	30.09.2005 (pro-forma)	30.09.2006 (pro-forma)	30.09.2005 (pro-forma)
Imposto diferido ativo:				
Sobre prejuízos fiscais:				
Constituição sobre prejuízos fiscais no ano	21.158	1.999	23.698	3.894
Outros	-	-	(641)	(2.636)
	21.158	1.999	23.057	1.258
Diferenças temporárias:				
Reversões líquidas	(112.242)	(71.165)	(130.103)	(104.731)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(485)	(83.565)	(39.184)	(90.757)
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(91.569)	(152.731)	(146.230)	(194.230)

A seguir apresentamos a reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em		Nove meses findos em	
	30.09.2006 (pro-forma)	30.09.2005 (pro-forma)	30.09.2006 (pro-forma)	30.09.2005 (pro-forma)
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	266.414	297.856	358.419	373.583
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	90.581	101.271	121.862	127.018
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.578	6.404	-	-
Perda na conversão de investimentos estrangeiros	23.614	60.586	23.614	60.586
Outras	12.060	3.656	12.062	4.290
	37.252	70.646	35.676	64.876
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(112.728)	(99.562)	-	-
Ganho na conversão de investimentos estrangeiros	(14.103)	(1.185)	(14.103)	(1.185)
Outras	(3.392)	(340)	(4.266)	(341)
	(130.223)	(101.087)	(18.369)	(1.526)
Outros itens:				
Lucro das controladas no exterior	90.747	82.902	-	-
Outros	3.212	(1.001)	7.061	3.862
	93.959	81.901	7.061	3.862
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrados na demonstração do resultado	91.569	152.731	146.230	194.230

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e de aplicação de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como conseqüência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Em 30 de setembro de 2006, a Companhia tinha os seguintes instrumentos financeiros:

1) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

2) Investimentos:

Consistem principalmente de controladas e coligadas, registradas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo custo corrigido, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

3) Financiamentos:

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 13. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para a Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	Consolidado	
	30.09.2006	30.06.2006
Valor patrimonial	3.479.159	3.308.029
Valor de mercado	3.675.956	3.452.069

b) Risco com taxa de juros:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuem os rendimentos das aplicações financeiras. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de setembro de 2006, os empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados como segue:

	30.09.2006	30.06.2006
Em moeda estrangeira:		
Juros fixos	259.669	292.720
Juros flutuantes (i)	2.341.063	2.279.454
	2.600.732	2.572.174
Em moeda nacional:		
Juros flutuantes (ii)	878.427	735.855

(i) LIBOR para dólar norte-americano, JIBOR para iene japonês e EURIBOR para Euro.

(ii) TJLP e CDI.

Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às operações ativas, no caso, aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método "value-at-risk" (VAR), que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade destas aplicações.

c) Risco com taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Entretanto, tendo em vista que aproximadamente 97% do faturamento da Companhia no período foi em dólares norte-americanos e que tal fato não deverá se alterar nos próximos anos, a Administração considera que o faturamento atua como um "hedge" natural para suas operações passivas também denominadas em moeda estrangeira.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A análise dos valores sujeitos a riscos cambiais é realizada com base no fluxo de caixa projetado, sendo os eventuais descasamentos nas taxas de câmbio trabalhados pontualmente e as captações denominadas em moeda estrangeira podendo ser objeto de operações derivativas, de acordo com a estratégia da Companhia, descrito no item d.

O quadro a seguir demonstra a exposição consolidada, por moeda, em 30 de setembro e 30 de junho de 2006, e considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, de fornecedores, das disponibilidades e dos clientes com e sem os efeitos das operações de derivativos.

	Consolidado			
	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	30.09.2006	30.06.2006	30.09.2006	30.06.2006
Empréstimos e financiamentos:				
Real	878.427	735.855	929.230	792.893
Dólar norte-americano	2.470.235	2.465.814	2.488.358	2.479.410
Euro	61.571	35.726	61.571	35.726
Iene japonês	68.926	70.634	-	-
	3.479.159	3.308.029	3.479.159	3.308.029
Fornecedores:				
Real	110.214	114.351	110.214	114.351
Dólar norte-americano	1.512.438	1.227.119	1.512.438	1.227.119
Euro	73.558	58.956	73.558	58.956
Outras moedas	63.164	109.199	63.164	109.199
	1.759.374	1.509.625	1.759.374	1.509.625
Total (1)	5.238.533	4.817.654	5.238.533	4.817.654
Disponibilidades:				
Real	2.739.424	2.294.354	2.739.424	2.294.354
Dólar norte-americano	1.621.762	737.140	1.621.762	737.140
Euro	35.519	29.720	35.519	29.720
Outras moedas	4.628	30.559	4.628	30.559
	4.401.333	3.091.773	4.401.333	3.091.773
Clientes: (i)				
Real	112.345	149.543	112.345	149.543
Dólar norte-americano	709.845	821.993	709.845	821.993
Euro	128.538	128.139	128.538	128.139
Outras moedas	966	5.046	966	5.046
	951.694	1.104.721	951.694	1.104.721
Total (2)	5.353.027	4.196.494	5.353.027	4.196.494
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(1.863.128)	(1.593.691)	(1.812.325)	(1.536.653)
Dólar norte-americano	1.651.066	2.133.800	1.669.189	2.147.396
Iene japonês	68.926	70.634	-	-
Euro	(28.928)	(63.177)	(28.928)	(63.177)
Outras moedas	57.570	73.594	57.570	73.594

(i) Sem efeito da provisão para devedores duvidosos.

d) Derivativos:

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos de variação cambial e de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 30 de setembro e 30 de junho de 2006, os mesmos consistem de "swaps" de moeda estrangeira e taxas de juros, conforme tabelas a seguir.

						Ganho (perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Valor contábil 30.09.2006	Valor de mercado 30.09.2006
Financiamento de importação -	"Swap"	US$	R$	43.190	58,66% do CDI	(40.817)	(34.115)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (*)	1.205.317	7,40% a.a.	2.681	14.002
Financiamento de importação -	"Swap"	JPY	US$	72.925	3,77% a.a.	(6.264)	(5.124)
Operações com derivativos - NDF	-	-	-	-	-	4.239	4.239
Total						(40.161)	(20.998)

(*) Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

						Ganho (perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Montante "hedge"	Taxa média pactuada	Valor contábil 30.06.2006	Valor de mercado 30.06.2006
Financiamento de importação	"Swap"	US$	R$	56.784	58,85% do CDI	(45.611)	(37.080)
Capital de giro/ FINIMP	"Swap"	US$	US$ (*)	1.293.161	8,08% a.a.	1.596	30.514
Financiamento de importação	"Swap"	JPY	US$	72.594	4,35% a.a.	(4.842)	(2.733)
Operações com derivativos - NDF	-	-	-	-	-	5.788	5.788
Total						(43.069)	(3.511)

(*) Esse "swap" apenas trava a taxa LIBOR, protegendo a Companhia de uma possível alta de juros.

e) Risco de crédito:

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não é finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

24. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Companhia está sujeita à recompra de um número de aeronaves vendidas, cujos contratos de venda dão direito ao cliente de revender a aeronave à Companhia no futuro, a um preço determinado por regras previamente definidas. Tais opções de venda poderão ser exercidas em diferentes períodos entre 2006 e 2013, a critério dos clientes. Os preços por aeronave sob os contratos de recompra são inferiores aos preços de venda originais e menores do que a estimativa da Administração para os valores de mercado futuro durante os períodos das opções conforme avaliado na data da venda. Se a Companhia for requerida a recomprar todas as aeronaves relativas às cláusulas de recompra, poderá ser requerida a pagar aproximadamente US$86 milhões por essas aeronaves. Com base na estimativa da Companhia e em laudos de avaliação de terceiros, relativos aos valores justos projetados das aeronaves, a Administração acredita que qualquer aeronave recomprada poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas materiais.

A Companhia está sujeita a opções de “trade-in” para três aeronaves em 30 de setembro e 30 de junho de 2006. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. O preço de “trade-in” é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de “trade-in” para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencial aceita sob “trade-in” poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Garantias financeiras podem ser acionadas caso os clientes não paguem suas obrigações durante o prazo de financiamento definido nos respectivos contratos. As garantias financeiras fornecem suporte à parte garantida para minimizar eventuais perdas advindas da inadimplência. As aeronaves correspondentes estão penhoradas

como garantia dos contratos de financiamento. Os valores das aeronaves vinculadas podem ser afetados adversamente devido às condições de mercado. No caso de inadimplência, a Companhia normalmente atua como agente para a parte garantida para reforma e re-comercialização da aeronave vinculada. A Companhia pode ter direito à compensação pecuniária pelos serviços de recomercialização. Tipicamente, o pedido de indenização da garantia deverá ser feito somente após a disponibilização da aeronave vinculada para a sua recomercialização.

A garantia de valor residual normalmente complementa a função das garantias financeiras nas estruturas de financiamento de vendas, fornecendo a terceiros um valor específico do ativo garantido, geralmente, ao final do contrato de financiamento. No caso de uma redução no valor de mercado do ativo vinculado, a Companhia deverá arcar com a diferença entre o valor garantido acordado e o valor justo de mercado. A exposição da Companhia é minimizada pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas. As garantias de valor residual tipicamente garantem que em média, 15 anos após a entrega da aeronave a mesma terá um valor residual de mercado como uma porcentagem do valor original de venda. A maioria das garantias de valor residual está sujeita a uma limitação, ou "cap", e, portanto em média a exposição das garantias de valor residual está limitada a 21% do preço original de venda. Atualmente, a Administração, com base em avaliações de terceiros, entende que alguns valores residuais acordados podem exceder o valor de avaliação para algumas aeronaves já entregues. Entretanto, a Administração acredita que, considerando o potencial de recuperação do mercado e a melhoria de condições de financiamento no prazo de 15-16 anos, não incorrerá em perda relevante e, portanto, não foi constituída provisão para perdas.

Considerando a volatilidade da indústria de transporte aéreo e o seu impacto nas premissas atuais de valor futuro de mercado das aeronaves, bem como a avaliação de crédito das companhias aéreas, a Companhia registrou uma provisão de R$55.291 para a cobertura das garantias financeiras relacionadas às aeronaves entregues até 30 de setembro de 2006 (R$55.039 em 30 de junho de 2006). O montante das provisões é considerado suficiente para cobrir as estimativas da Companhia de eventuais perdas e pagamentos futuros que poderão ser incorridos como parte do cumprimento de suas obrigações de garantia.

Alguns contratos de venda contêm cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subseqüente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as

circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base em estimativas da Administração da Companhia.

25. FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

As demonstrações do fluxo de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na NPC 20 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

02008-7 EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA. 07.689.002/0001-89

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Três meses encerrados em		Nove meses encerrados em	
	30/09/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06
	Revisado		Revisado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro líquido para o período	103.667	163.448	503.689	406.154
Itens que não afetam o caixa-				
Depreciações e amortizações	89.534	88.127	203.975	244.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.999)	4.809	(7.773)	(21.945)
Provisão de estoques (obsolescencia)	11.871	10.953	43.410	26.266
Perdas (ganhos) na alienação de ativo permanente	196	(161)	(81)	(393)
Baixa do diferido	261	-	261	-
Baixa de Resultados de Exercícios Futuros	-	(78)	-	(78)
Provisão para perdas	3.566	-	(12.318)	584
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(75.293)	34.822	4.799	107.046
Juros sobre parcelamentos de impostos e empréstimos	48.371	63.029	116.896	163.007
Provisão para contingências	11.730	962	32.400	5.647
Variações monetária e cambial, líquidas	(181.795)	7.758	(602.325)	(198.275)
Variação cambial de subsidiárias consolidadas	37.231	1.400	174.708	27.908
Equivalência patrimonial em subsidiária não consolidada	6.880	992	6.880	(1.100)
Participação dos minoritários	5.764	4.296	7.477	12.813
MUDANÇAS NOS ATIVOS E PASSIVOS:				
Contas a receber	482.223	20.133	185.257	215.386
Contas a receber - financiamentos	14.503	20.657	41.494	295.494
Contas a receber - vinculadas	183.634	111.979	361.982	220.118
Estoques	523.154	(432.919)	(26.718)	(451.814)
Despesas pagas antecipadamente	(23.613)	(27.694)	(450)	(25.146)
Impostos a recuperar	(5.617)	(29.722)	(80.200)	(66.653)
Outros créditos	(55.598)	84.383	(121.470)	98.710
Depósitos em garantia	58.185	(47.245)	198.093	(33.623)
Fornecedores	(219.502)	249.749	(231.436)	46.700
Dívidas com e sem direito de regresso	(231.833)	(34.424)	(594.525)	(116.423)
Impostos de renda e contribuição social a recolher	70.291	5.189	85.615	(49.858)
Provisões diversas	38.948	118.559	(1.963)	(18.647)
Contribuições de parceiros	(2.596)	(44.339)	(29.177)	52.632
Adiantamentos de clientes	(99.469)	211.599	(60.749)	414.425
Contingências	(1.141.254)	(2.439)	45.160	(14.337)
Impostos a recolher	1.224.500	(321.886)	124.863	(323.160)
Outras	40.946	13.558	159.907	19.803
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**908.886**	**275.496**	**527.681**	**1.036.073**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Venda de imobilizado	329	230	806	1.576
Titulos e valores mobiliários	(1.490.021)	1.172.399	(1.426.876)	(161.546)
Adições ao imobilizado	(105.178)	(31.663)	(190.148)	(294.920)
Adições ao diferido	(94.025)	(90.286)	(233.285)	(308.293)
Investimentos, líquidos	-	-	(117)	-
Incentivos fiscais	171	-	2.972	-
CAIXA GERADO(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.688.724)**	**1.050.680**	**(1.846.648)**	**(763.183)**
ATIVIDADES FINANCEIRAS:				
Financiamentos pagos	(248.284)	(448.582)	(2.091.191)	(1.616.257)
Novos financiamentos obtidos	850.693	543.901	2.730.806	1.504.606
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(127.435)	(111.935)	(392.363)	(224.807)
Aumento de capital	3.217	-	16.994	951
CAIXA GERADO(USADO) NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	**478.191**	**(16.616)**	**264.246**	**(335.507)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO DISPONÍVEL	(301.647)	1.309.560	(1.054.721)	(62.617)
DISPONÍVEL NO INÍCIO DO PERÍODO	2.737.136	3.091.773	3.490.213	4.463.950
DISPONÍVEL NO FINAL DO PERÍODO	2.435.489	4.401.333	2.435.492	4.401.333

26. EVENTO SUBSEQUENTE

A Embraer concluiu no mês de outubro uma operação para captação de recursos através de oferta de bônus garantidos (guaranteed notes) com vencimento em 2017, pela sua subsidiária Embraer Overseas Limited (entidade constituída exclusivamente para esta operação), por meio de uma oferta no exterior. Os bônus são incondicionalmente garantidos pela Embraer. O montante principal dos bônus inicialmente lançado foi US$ 300 milhões, mas para atender à demanda, que superou dez vezes o valor inicial ofertado, a colocação dos títulos totalizou US$ 400 milhões, com cupom de 6,375%.

****

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

VIDE GRUPO 08.01 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO TRIMESTRE.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	17.126.406	16.668.180
1.01	Ativo Circulante	11.538.334	10.932.453
1.01.01	Disponibilidades	4.401.333	3.091.773
1.01.02	Créditos	878.054	1.066.729
1.01.02.01	Clientes	852.375	1.006.570
1.01.02.02	Financiamentos a Clientes	25.679	60.159
1.01.03	Estoques	4.342.378	3.874.965
1.01.04	Outros	1.916.569	2.898.986
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	170.554	141.520
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	109.069	80.202
1.01.04.03	Outros Créditos	311.073	253.084
1.01.04.04	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	274.388	247.983
1.01.04.05	Depósitos em Garantia	681.580	669.177
1.01.04.06	Titulos e Valores Mobiliários	179.736	1.354.768
1.01.04.07	Contas a Receber Vinculadas	190.169	152.252
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.084.600	3.241.906
1.02.01	Créditos Diversos	363.264	353.083
1.02.01.01	Clientes	10.488	14.130
1.02.01.02	Financiamentos a Clientes	352.776	338.953
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	2.721.336	2.888.823
1.02.03.01	Depósitos em Garantia	622.352	587.509
1.02.03.02	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	344.114	360.421
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	3.808	3.120
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	4.207	5.381
1.02.03.05	Estoques	67.600	95.900
1.02.03.06	Outros Créditos	19.782	29.757
1.02.03.07	Títulos e Valores Mobiliários	70.287	67.653
1.02.03.08	Contas a Receber Vinculadas	1.589.186	1.739.082
1.03	Ativo Permanente	2.503.472	2.493.821
1.03.01	Investimentos	2.477	2.478
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	2.477	2.478
1.03.02	Imobilizado	1.304.627	1.331.693
1.03.03	Diferido	1.196.368	1.159.650

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	17.126.406	16.668.180
2.01	Passivo Circulante	7.315.535	6.348.171
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.654.886	1.372.779
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.759.374	1.502.515
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	297.941	277.326
2.01.05	Dividendos a Pagar	35.561	0
2.01.06	Provisões	775.989	690.246
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	2.791.784	2.505.305
2.01.08.01	Adiantamentos de Clientes	1.450.127	1.284.297
2.01.08.02	Contas a Pagar	198.429	162.537
2.01.08.03	Contribuição de Parceiros	13.211	9.044
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	82.179	101.777
2.01.08.05	Contingências	32.144	24.791
2.01.08.06	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	145.733	107.793
2.01.08.07	Dívidas com e sem Direito de Regresso	869.961	815.066
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.729.102	5.278.171
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.824.273	1.935.250
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	15.001	15.239
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.889.828	3.327.682
2.02.05.01	Impostos, Taxas e Contribuições	883.497	1.189.179
2.02.05.02	Contribuições de Parceiros	248.976	303.207
2.02.05.03	Adiantamentos de Clientes	328.999	283.231
2.02.05.04	Contingências	59.620	68.451
2.02.05.05	I.Renda e Contrib.Social Diferidos	389.228	382.248
2.02.05.06	Contas a Pagar	48.265	73.695
2.02.05.07	Fornecedores	0	7.110
2.02.05.08	Dividas com e sem Direito de Regresso	931.243	1.020.561
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	44.026	44.273
2.04	Participações Minoritárias	137.056	132.426
2.05	Patrimônio Líquido	4.900.687	4.865.139
2.05.01	Capital Social Realizado	4.772.677	4.772.677
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	51.108	51.108
2.05.04.01	Legal	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2006	4 -30/06/2006
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	51.108	51.108
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.902	41.354

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.936.239	6.011.327	2.431.997	6.407.947
3.02	Deduções da Receita Bruta	7.192	1.006	2.365	(2.265)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.943.431	6.012.333	2.434.362	6.405.682
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.464.358)	(4.509.754)	(1.980.455)	(4.849.211)
3.05	Resultado Bruto	479.073	1.502.579	453.907	1.556.471
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(359.148)	(1.151.688)	(436.520)	(1.181.031)
3.06.01	Com Vendas	(229.072)	(651.578)	(99.299)	(403.347)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(122.723)	(331.755)	(112.214)	(332.825)
3.06.03	Financeiras	17.848	(63.312)	(153.659)	(259.986)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	137.361	(187.614)	(313.385)	(769.664)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(119.513)	124.302	159.726	509.678
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	11.310	47.658	15.438	48.692
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(36.515)	(153.801)	(79.906)	(226.685)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	4	1.100	(6.880)	(6.880)
3.07	Resultado Operacional	119.925	350.891	17.387	375.440
3.08	Resultado Não Operacional	(1.345)	7.528	1.435	(1.857)
3.08.01	Receitas	(1.132)	8.734	3.692	5.684
3.08.02	Despesas	(213)	(1.206)	(2.257)	(7.541)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	118.580	358.419	18.822	373.583
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(43.173)	(146.230)	(22.942)	(194.230)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	92.337	206.778	113.551	331.813
3.14	Participações Minoritárias	(4.296)	(12.813)	(5.764)	(7.477)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	163.448	406.154	103.667	503.689

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	738.699.207	738.699.207	720.763.738	720.763.738
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,22126	0,54982	0,14383	0,69883
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Demonstração de Resultados

A seguir, apresentamos uma análise comparativa dos principais indicadores da demonstração de resultados consolidados da Embraer, referentes ao 2T06, 3T05, 3T06.

Demonstração de Resultado	2º Trimestre 2006	*Revisado* 3º Trimestre 2005	3º Trimestre 2006
em milhões de R$ exceto %,quantidade de ações e lucro por ação			
Receita líquida	2.300,0	2.434,4	1.943,4
Lucro bruto	**584,2**	**453,9**	**479,1**
Margem bruta	*25,4%*	*18,6%*	*24,7%*
Despesas operacionais	(351,1)	(254,6)	(344,3)
Participação nos lucros	(28,9)	(28,3)	(32,7)
Lucro operacional antes das receitas(despesas) financeiras	**204,2**	**171,0**	**102,1**
Margem operacional	*8,9%*	*7,0%*	*5,3%*
Receitas (despesas) financeiras líquidas	43,7	15,4	83,8
Variações monetárias e cambiais líquidas	(67,1)	(55,5)	26,4
Outras receitas(despesas)não operacionais líquidas	1,5	1,4	(1,3)
Lucro antes dos impostos	**182,3**	**132,4**	**210,9**
Imposto de renda e contribuição social	(19,8)	(22,9)	(43,2)
Participação dos minoritários	(6,7)	(5,8)	(4,3)
Lucro líquido	**155,8**	**103,7**	**163,4**
Margem líquida	*6,8%*	*4,3%*	*8,4%*
Quantidade de ações ao final do período	738.699.207	720.290.103	738.699.207
Lucro por ação	0,21090	0,23080	0,22126

Entrega, Receita Líquida e Margem Bruta.

No 3T06 foram entregues 30 jatos, 26,8% a menos que as 41 unidades entregues no 3T05. O faturamento líquido registrado no terceiro trimestre de 2006 foi R$ 1.943,4 milhões, 20,2% menor em relação aos R$ 2.434,4 milhões apurados no 3T05, justificado pelo menor número de aeronaves entregue. A menor queda percentual da receita em relação às entregas deveu-se ao maior valor unitário das aeronaves entregues.

Entregas por Segmento	2T06	3T05	3T06
Aviação Comercial	**30**	**35**	**22**
ERJ 145	5	9	1
EMBRAER 170	9(1)	15(1)	9
EMBRAER 175	4	9	3
EMBRAER 190	12	2	8
EMBRAER 195	-	-	1
Defesa e Governo	**1**	**3**	**-**
EMBRAER 190	1	-	-
Legacy	-	3	-
Aviação Executiva	**5**	**3**	**8**
Legacy-Executive/Shuttle	5	3	8
Total	**36**	**41**	**30**

Entregas identificadas em parênteses representam leasing operacional.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A receita líquida do segmento de Aviação Comercial representou 63,4% do total das receitas da Embraer no 3T06, enquanto os outros segmentos da Empresa representaram 36,6% da receita total, comparados a uma participação de 23,8% em igual período de 2005.

Receita Líquida por Segmento (milhões)	2º Trimestre 2006		Revisado 3º Trimestre 2005		3º Trimestre 2006	
	R$	%	R$	%	R$	%
Aviação Comercial	1.642,8	71,4	1.855,2	76,2	1.231,5	63,4
Aviação de Defesa e Governo	133,4	5,8	246,7	10,1	27,3	1,4
Aviação Executiva	244,2	10,6	146,0	6,0	398,2	20,5
Serviços aos Clientes e Outros	279,6	12,2	186,5	7,7	286,4	14,7
Total	**2.300,0**	**100,0**	**2.434,4**	**100,0**	**1.943,4**	**100,0**

A receita do segmento de Defesa e Governo apresentou queda na sua participação sobre o total das receitas da Embraer no 3T06, totalizando R$ 27,3 milhões, comparado a R$ 246,7 milhões registrados para o mesmo período do ano anterior. A variação apresentada é conseqüência do andamento dos contratos em carteira, uma vez que o reconhecimento de receita relativa ao mercado de Defesa e Governo se dá em função da etapa em que o contrato se encontra e não no momento da entrega da aeronave, salvo em casos como a entrega de aeronaves para companhias aéreas estatais e de transporte de autoridades. No 3T05, o segmento de Defesa e Governo registrou a entrega de três aeronaves para transporte de autoridades, enquanto nenhuma entrega foi realizada no 3T06.

Com a entrega total de oito aeronaves Legacy 600 no 3T06, cinco a mais que no 3T05, a receita do segmento de Aviação Executiva atingiu R$ 398,2 milhões, aumentando para 20,5% o seu percentual na participação das receitas totais do 3T06. Em termos absolutos o aumento foi bastante significativo, atingindo 172,7% na comparação entre os períodos.

O segmento de Serviços aos Clientes e Outros registraram faturamento de R$ 286,4 milhões no 3T06, com participação relativa de 14,7% no total da receita do trimestre, mostrando um crescimento de 53,6% em termos absolutos em comparação à receita de R$ 186,5 milhões.

A margem bruta de vendas no 3T06 foi de 24,7%, maior que a margem de 18,6% obtida em igual período do ano anterior. Durante o 3T06 não houve efeito relevante da volatilidade cambial, aproximando as taxas de câmbio (real x dólar) de faturamento e as de realização dos estoques. Adicionalmente a Empresa se beneficiou de um mix de produtos entregues mais favorável.

Despesas Operacionais e Lucro Operacional

As Despesas Operacionais no 3T06 totalizaram R$ 344,3 milhões, 35,2% superior aos R$ 254,6 milhões apurados no 3T05. As Despesas Administrativas totalizaram R$ 122,7 milhões, um aumento de 9,4% no 3T06 quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. As Despesas Comerciais totalizaram R$ 229,0 milhões no 3T06, representando um aumento de 130,7% em relação ao 3T05, sendo boa parte dessa diferença atribuída à recuperação de R$ 94,0 milhões no 3T05 referente a garantias de aeronaves anteriormente entregues.

A conta Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas apresentou no 3T06 receita de R$ 7,5 milhões comparada a uma despesa de R$ 36,2 milhões no 3T05, devido à reversão de R$ 30,6 milhões anteriormente registrados relativos a pleitos tributários encerrados no trimestre.

O lucro operacional da Embraer no 3T06 antes das receitas e despesas financeiras foi de R$ 102,1 milhões, ante R$ 171,0 milhões apurados no 3T05. A margem operacional atingiu 5,3% no 3T06, inferior aos 7,0% apurados no 3T05.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A variação do Lucro Líquido

No 3T06 a Embraer apresentou uma receita financeira líquida de R$ 83,8 milhões em comparação a uma receita financeira líquida de R$ 15,4 milhões apurada em igual período de 2005, decorrente de ganhos de R$ 46,2 milhões referentes ao encerramento de pleitos tributários neste trimestre, e ao maior saldo de caixa líquido disponível no período.

A Embraer registrou no 3T06 uma receita com variações monetárias e cambiais de R$ 26,4 milhões, ante uma despesa de R$ 55,5 milhões apresentada em igual período do ano passado. Essa oscilação é explicada pelo impacto de variações cambiais sobre ativos e passivos denominados em outras moedas.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social foi de R$ 43,2 milhões no 3T06, apresentando crescimento em comparação ao 3T05 quando foram registrados R$ 22,9 milhões. A taxa efetiva de imposto apurada no 3T06 foi de 20,5% comparada à taxa de 17,3% no 3T05.

O Lucro Líquido apresentado pela Embraer no 3T06 foi de R$ 163,4 milhões, com margem líquida de 8,4%, representando crescimento frente aos R$ 103,7 milhões registrados no 3T05 e à margem líquida de 4,3% registrada nesse período.

GESTÃO FINANCEIRA

Em 30 de setembro de 2006 a posição de caixa da Embraer, incluindo aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, totalizava R$ 4.581,1 milhões. Na mesma data, o endividamento total era de R$ 3.479,2 milhões. Assim, no final do 3T06, a Empresa apresentava uma posição de caixa líquido de R$ 1.101,9 milhões.

Dados de Balanço		Revisado	
(R$ milhões)	2T06	3T05	3T06
Disponibilidades (*)	4.446,6	3.959,2	4.581,1
Contas a receber-total	1.020,7	1.877,1	862,9
Financiamento a clientes	399,1	244,6	378,5
Estoques	3.970,9	4.052,8	4.410,0
Ativo permanente	2.493,8	2.329,8	2.503,5
Fornecedores	1.509,6	1.373,0	1.759,4
Endividamento bancário	3.308,1	3.778,8	3.479,2
Patrimônio líquido	4.865,1	4.596,6	4.900,7
Caixa (endividamento) líquido	**1.138,5**	**180,4**	**1.101,9**

* Inclui Caixa/Aplicações financeiras e Titulos e Valores Mobiliários

Contas a Receber e Estoques

A rubrica de contas a receber apresentou redução de R$ 157,8 milhões, ou 15,5% em relação ao trimestre anterior, passando de R$ 1.020,7 milhões no 2T06, para R$ 862,9 milhões no 3T06, confirmando o objetivo da Empresa de redução da sua exposição aos empréstimos-ponte concedidos para aeronaves cujos processos de estruturação do financiamento estão em fase de conclusão.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Os estoques apresentaram crescimento de R$ 439,1 milhões na comparação entre o 2T06 e o 3T06, totalizando R$ 4.410,0 milhões em 30 de setembro de 2006. Esse crescimento é atribuído ao aumento de cadência de produção das aeronaves da família EMBRAER 170/190, bem como a atrasos na cadeia de suprimentos e dificuldades verificadas na montagem final das asas das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195 que causaram a postergação da entrega de dez aeronaves para 2007, anteriormente programadas para esse ano.

Endividamento

No 3T06, o endividamento da Embraer cresceu em R$ 171,1 milhões, encerrando o período em R$ 3.479,2 milhões. O endividamento de curto prazo respondeu por 47,6% do total das linhas de crédito da Empresa no 3T06 e no 2T06 correspondia a 41,5%.

A Embraer e o BNP Paribas fecharam no mês de agosto uma operação de crédito sindicalizado na modalidade stand-by no valor total de US$ 500 milhões, sendo US$ 250 milhões através de uma linha denominada Trade Finance Credit Facility, disponível para desembolso nos próximos três anos e com prazo de pagamento de dois anos, e US$ 250 milhões através de uma linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility), disponível para múltiplos desembolsos e com prazo de pagamento a ser definido pela Empresa no momento do saque, sem que este prazo exceda os cinco anos da data de assinatura do contrato. O principal objetivo desta linha de crédito é a redução do custo total da dívida da Companhia.

No 3T06, 25,3% do endividamento total está denominado em reais, a um custo médio ponderado de 9,2% ao ano, enquanto os restantes 74,7% estão em moedas estrangeiras, basicamente em dólares, e estão sujeitos a juros médios ponderados de 7,4% ao ano, acrescidos da variação cambial. O prazo médio do endividamento da Embraer é de 1,9 anos.

Caixa

Do total do caixa no 3T06, que inclui aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários, totalizando R$ 4.581,1 milhões, 59,9% são aplicações denominadas em reais e os restantes 40,1% em moeda estrangeira, principalmente em dólar. A estratégia de investimento do caixa da Embraer está baseada no equilíbrio entre ativos e passivos quanto à exposição cambial e na perspectiva dos investimentos futuros que são em sua maioria realizados em reais.

A posição total de caixa da Embraer, que inclui aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários, cresceu em R$ 134,5 milhões no 3T06 em função da geração operacional de caixa no período, incluindo aplicações em títulos e valores mobiliários.

INVESTIMENTOS EM P&D E PRODUTIVIDADE

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

No 3T06 foram investidos R$ 90,3 milhões no desenvolvimento e acompanhamento de novos e atuais projetos das diversas áreas da Empresa e, em especial, nos novos projetos lançados pelo segmento de Aviação Executiva. A Embraer busca constantemente o aperfeiçoamento de seus produtos para a geração de valor aos operadores e usuários das suas aeronaves, fonte de geração dos seus resultados e criação de valor aos seus acionistas.

Produtividade e Capacitação Industrial

Os investimentos realizados em capacitação industrial da Empresa, incluindo melhorias e modernização dos processos industriais e de engenharia, máquinas e equipamentos totalizaram R$ 31,7 milhões no 3T06.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EM US GAAP

A Embraer, nessa mesma data, também divulgou os resultados do 3T06 de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP). A seguir, são apresentados alguns dos resultados consolidados em US GAAP, em dólares norte americanos.

- A receita líquida no terceiro trimestre de 2006 totalizou US$ 894,1 milhões;
- O lucro bruto apurado foi de US$ 253,2 milhões com uma margem bruta de 28,3%;
- O lucro operacional no período totalizou US$ 46,4 milhões, com uma margem operacional de 5,2%;
- O lucro antes dos impostos totalizou US$ 88,8 milhões (9,9% da receita líquida);
- O imposto de renda e a contribuição social totalizaram US$ 25,7 milhões, representando uma taxa efetiva de imposto de 28,9%;
- O lucro líquido no período foi de US$ 61,4 milhões (6,9% da receita líquida).

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

MERCADOS DE AVIAÇÃO COMERCIAL, EXECUTIVA, E DE DEFESA E GOVERNO

Mercado de Aviação Comercial

A Embraer anunciou no dia 6 de julho que a European Aviation Safety Agency (EASA) emitiu o certificado de tipo para a aeronave EMBRAER 190, permitindo que este jato comercial de 100 assentos seja operado pelas empresas aéreas Finnair e Régional (subsidiária regional da Air France).

No dia 10 de julho, a Embraer anunciou que a Mandarin Airlines escolheu os E-Jets EMBRAER 190 e EMBRAER 195 como os principais aviões que comporão a sua futura frota. A Mandarin inicialmente adquiriu oito jatos, sendo três EMBRAER 190 e cinco EMBRAER 195, por meio de um contrato de leasing operacional assinado com a GE Commercial Aviation Services (GECAS). Essas encomendas virão da atual carteira de pedidos da GECAS.

A EASA emitiu no dia 17 de julho, durante a feira aeronáutica de Farnborough, no Reino Unido, o certificado de tipo para o EMBRAER 195, o maior E-Jet da família EMBRAER 170/190, apenas duas semanas após a obtenção do certificado de tipo brasileiro, concedido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em 30 de junho.

A Embraer anunciou em 19 de julho que oferecerá os aviões da família EMBRAER 170/190 em configurações de alta densidade visando atender à crescente demanda entre empresas aéreas de todo o mundo, que estão cada vez mais interessadas em maximizar seu potencial de faturamento em mercados específicos. Nenhuma mudança estrutural ou novos testes serão necessários para certificar as novas configurações dos aviões da família EMBRAER 170/190, que passam à capacidade máxima de 80 assentos no EMBRAER 170, 88 assentos no EMBRAER 175, 114 assentos no EMBRAER 190 e 122 assentos no EMBRAER 195.

No dia 24 de julho a Embraer fechou um acordo para a venda de 30 aviões EMBRAER 175 à Republic Airlines Inc.. O negócio eleva para 78 ordens firmes e 75 opções o número total de E-Jets sob encomenda da Republic.

A Embraer anunciou no dia 30 de agosto a venda de 50 aviões ERJ 145 e 50 EMBRAER 190 ao Grupo HNA, quarta maior empresa aérea da China. O negócio representou o primeiro contrato de venda de um E-Jet na China territorial. As entregas dos ERJ 145 começarão em setembro de 2007, e o jato de 50 assentos será produzido pela joint venture Harbin Embraer Aircraft Industry (HEAI), na cidade de Harbin, na Província Heilongjiang. No caso do EMBRAER 190, as entregas deverão começar em dezembro de 2007 e o jato será produzido na fábrica de São José dos Campos.

No dia 17 de setembro, a EgyptAir Holding Company encomendou seis aviões EMBRAER 170, com opção de compra de outras seis aeronaves do mesmo modelo. A entrega do primeiro avião está marcada para abril de 2007

Mercado de Aviação Executiva

Em 17 de julho, a Embraer assinou um acordo com a United Aviation, do grupo KIPCO, para a venda de um Phenom 100, um Phenom 300 e um Legacy 600. Uma das líderes na operação de vôos charter VIP no Oriente Médio, a United Aviation se tornou o cliente lançador dos jatos Phenom da Embraer na região.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A Embraer anunciou em 1º de agosto a venda de cinco jatos Phenom 100 para a Gold Aviation Services, empresa com sede em Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos. O contrato inclui 10 opções, que podem ser convertidas em aviões Phenom 100 ou Phenom 300.

No dia 18 de agosto, a Embraer anunciou a venda de dois jatos, um Phenom 100 e um Phenom 300, para a ABC Táxi Aéreo, subsidiária do Grupo Algar no Brasil. A empresa será o cliente de táxi aéreo lançador dos jatos Phenom na América Latina.

No início do mês de setembro, a Embraer exibiu o mock-up (modelo em escala real) do avião executivo Phenom 300 em frente ao prédio da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), marcando a primeira aparição pública de um dos mock-ups dos Phenom na cidade de Nova York. Representantes da Embraer tocaram o sino de abertura do pregão na bolsa, e também mantiveram encontros com a imprensa e investidores a respeito do negócio da Aviação Executiva.

A Embraer anunciou em 5 de setembro que a Magnum Jet, empresa com sede em Houston, Texas, Estados Unidos, adquiriu 50 jatos executivos Phenom 100 e opções para outras 50 aeronaves. O contrato permite que a Magnum Jet converta suas opções em aviões Phenom 100 ou Phenom 300.

Mercado de Defesa e Governo

A Embraer comunicou no dia 7 de agosto que entregou durante o mês de julho, proposta para vender entre 36 e 55 aviões de treinamento Super Tucano ao governo turco. A proposta submetida está associada a um programa de transferência de tecnologia e parceria industrial envolvendo empresas de defesa locais.

PEDIDOS EM CARTEIRA E PREVISÃO DE ENTREGAS

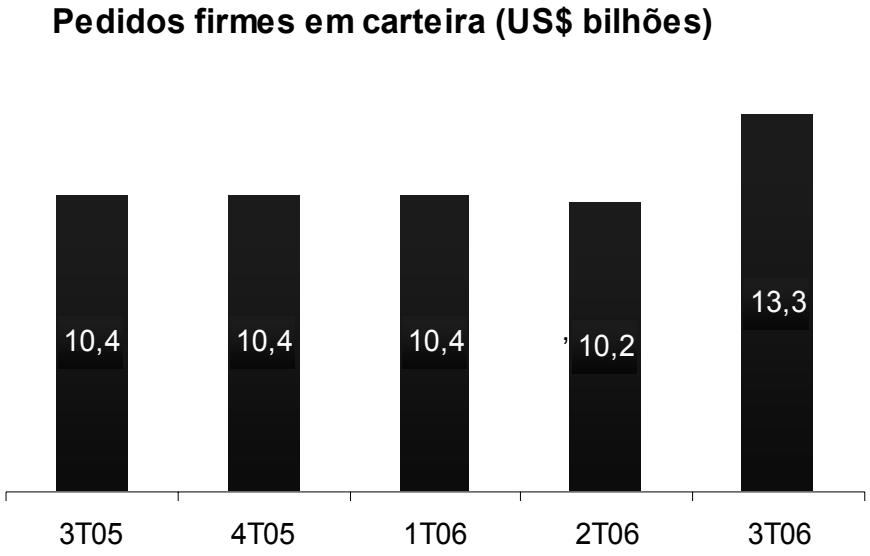
A Embraer entregou 30 aeronaves no terceiro trimestre de 2006, 11 aeronaves a menos que o terceiro trimestre de 2005. Como decorrência de dificuldades verificadas no aumento da cadência de produção das aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195, especialmente em relação à montagem da asa e a atrasos na cadeia de suprimentos, a Embraer revisou sua previsão de entregas para 135 aeronaves em 2006, em comparação com as 145 estimadas anteriormente. Medidas adequadas já foram tomadas para superar essas dificuldades e, em 2007, um mínimo de 160 aeronaves serão entregues, compensando os atrasos do presente ano, em relação às 150 anunciadas anteriormente.

Em 30 de setembro de 2006, a Embraer apresentava o seguinte quadro de pedidos em carteira:

Aeronave	Pedidos Firmes	Opções	Entregas	Pedidos em Carteira
ERJ 135	108	1	108	-
ERJ 140	74	-	74	-
ERJ 145	732	132	677	55
EMBRAER 170	152	133	120	32
EMBRAER 175	52	-	22	30
EMBRAER 190	298	248	41	257
EMBRAER 195	41	40	1	40
TOTAL	**1.457**	**554**	**1.043**	**414**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A carteira total de pedidos firmes da Embraer encerrou o terceiro trimestre de 2006 totalizando o valor recorde de US$ 13,3 bilhões. A seguir apresentamos a evolução dos pedidos em carteira ao final de cada trimestre:



RELAÇÕES COM INVESTIDORES

No mercado doméstico as ações ordinárias da Embraer negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) encerraram o 3T06 cotadas a R$ 21,30, uma valorização de 7,9% em relação ao fechamento de R$ 19,75 do dia 30 de junho de 2006. Por sua vez o índice Bovespa caiu 0,5% no mesmo período de apuração, registrando fechamento a 36.449 pontos no dia 29 de setembro de 2006, contra o fechamento de 36.631 pontos do dia 30 de junho de 2006.

Já as ADS (*American Depositary Shares*) da Empresa, representadas por quatro ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), atingiram a cotação de US$ 39,27 no último pregão do 3T06, representando uma valorização de 7,7% quando comparada ao fechamento de US$ 36,47 do dia 30 de junho de 2006.

O volume médio diário das ações ordinárias (ON) da Embraer no terceiro trimestre de 2006 foi de 827.541 títulos negociados, representando um volume financeiro médio diário de R$ 17,0 milhões, maiores que o volume médio diário de 364.252 títulos, e o volume médio financeiro diário de R$ 7,0 milhões registrados no 2T06. O volume médio diário das ADS's foi de 479.652 títulos negociados, equivalentes a uma média financeira diária de US$ 18,0 milhões durante o terceiro trimestre de 2006, com queda frente ao volume médio diário negociado de 798.516 títulos, e o volume médio financeiro diário de US$ 28,3 milhões negociados durante o 2T06.

No terceiro trimestre de 2006, o Conselho de Administração da Embraer aprovou em reunião realizada no dia 15 de setembro de 2006, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no valor de R$ 92,3 milhões, sendo R$ 0,1250 por ação, montante equivale a 56,5% do lucro líquido apurado no terceiro trimestre. Durante o terceiro trimestre de 2006 também foram distribuídos R$ 35,6 milhões, sendo R$ 0,04814 por ação, sob a forma de dividendos referentes ao primeiro semestre do ano. O total de proventos distribuídos aos acionistas da Embraer nos primeiros nove meses do ano, considerando-se Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos,

totalizou R$ 242,3 milhões, sendo R$ 0,32808 por ação, o que corresponde a 59,6% do lucro líquido apurado no mesmo período.

ACONTECIMENTOS RECENTES

EMBRAER VENDE 36 JATOS EMBRAER 175 PARA A NORTHWEST AIRLINES

A Embraer anunciou em 5 de outubro o pedido firme de 36 jatos EMBRAER 175 pela Northwest Airlines, com opção de compra para mais 36 aeronaves do mesmo modelo e direitos de compra de outras 100 aeronaves. Os novos E-Jets serão operados pela Compass Airlines, subsidiária da Northwest, e irão voar nas cores da Northwest Link. O início das entregas está previsto para o segundo trimestre de 2007.

EMBRAER ANUNCIA CAPTAÇÃO ATRAVÉS DE OFERTA DE BÔNUS GARANTIDOS

A Embraer concluiu no mês de outubro uma operação para captação de recursos através de oferta de bônus garantidos (guaranteed notes) com vencimento em 2017, pela sua subsidiária Embraer Overseas Limited, por meio de uma oferta no exterior que não será registrada sob o U.S. Securities Act de 1933 e alterações posteriores (“Securities Act”). Os bônus serão garantidos pela Embraer. O montante principal dos bônus inicialmente lançado foi US$ 300 milhões, mas para atender à demanda, que superou dez vezes o valor inicial ofertado, a colocação dos títulos totalizou US$ 400 milhões, com cupom de 6,375%.

EMBRAER IMPLANTARÁ QUATRO CENTROS DE SERVIÇOS PARA A AVIAÇÃO EXECUTIVA NA AMÉRICA DO NORTE E EUROPA

Durante a NBAA – National Business Aviation Association – realizada no mês de outubro em Orlando, Flórida, a Embraer anunciou que implantará três novos centros de serviços nos Estados Unidos, dedicados ao atendimento completo aos jatos executivos Phenom 100, Phenom 300 e Legacy 600. Um quarto centro de serviço será construído em 2007, no aeroporto de Le Bourget, em Paris, França.

EMBRAER ANUNCIA PEDIDOS FIRMES DE JATOS EXECUTIVOS PHENOM 100 E PHENOM 300 DURANTE A NBAA

A Embraer anunciou, na NBAA, que a Avantair, empresa líder em serviços de aeronaves compartilhadas, realizou um pedido para a compra 20 jatos executivos Phenom 100. A Wondair, baseada em Valencia, na Espanha, encomendou também 24 jatos Phenom 100 e também adquiriu opções para outras 12 aeronaves, que poderão ser convertidas em Phenom 100 ou Phenom 300. A Eagle Creek Aviation Services, fornecedora de serviços completos de venda, gestão e manutenção de aeronaves, encomendou 12 jatos Phenom 100 e quatro Phenom 300, com outras cinco opções conversíveis em jatos dos dois modelos.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	EMBRAER AIRCRAFT HOLDING INC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	5,76
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.000		1.000	
02	EMBRAER AVIATION EUROPE SAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,53
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		28.113		28.113	
03	INDUSTRIA AERONAUTICA NEIVA LTDA	45.512.365/0001-33	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,26
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		18.158.321		18.158.321	
04	TRUMPETER INC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,02
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		200		200	
05	ELEB EMBRAER LIEBHERR EQUIP.DO BRASIL SA	03.536.147/0001-99	FECHADA CONTROLADA	60,00	0,79
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		16.361.305		16.361.305	
07	EMBRAER CREDIT LTD	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,40
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	
08	EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	76,72
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.698.124		2.698.124	
09	HARBIN EMBRAER AIRCRAFT IND.COM.LTD	. . / -	FECHADA CONTROLADA	51,00	0,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	
10	CANAL INVESTIMENTS LLC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,08
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	

671

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
11	EMBRAER REPRESENTATION LLC	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,25
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1	1		
12	ECC DO BRASIL CIA.DE SEGUROS	07.133.208/0001-28	FECHADA CONTROLADA	99,99	0,08
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		3.599.999	3.599.999		

672

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

11.01 - PEDIDOS/CONTRATOS FIRMADOS

Companhia	(Reais Mil)
1 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final do Trimestre Atual	8.295.878
2 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final de Igual Trimestre do Exercício Anterior	1.225.100

Consolidado	(Reais Mil)
3 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final do Trimestre Atual	8.295.878
4 - Saldo dos Pedidos/Contratos Firmados ao Final de Igual Trimestre do Exercício Anterior	1.225.100

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Apresentamos abaixo informações complementares em atendimento ao item 6.4, sub-itens (ii), (iii), (iv) e (vi), do Regulamento do Novo Mercado.

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE- ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A
Posição em 30/09/2006 em unidades

Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	121.274.001	16,42	121.274.001	16,42
Cia Bozano	72.889.089	9,87	72.889.089	9,87
Fundação Sistel de Seguridade Social	54.257.860	7,35	54.257.860	7,35
BNDES Participações S/A – BNDESPAR (*)	46.712.579	6,32	46.712.579	6,32
Ações em tesouraria	-0-		-0-	
Outros	443.565.678	60,05	443.565.678	60,05
Total	**738.699.207**	**100,00**	**738.699.207**	**100,00**

(*) Companhia aberta.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Denominação: Cia Bozano					**Posição em 30/09/2006 (Em unidades Ações)**	
Acionista / Cotista	**Ações Ords. / Cotas**		**Ações Prefs. / Cotas**		**Total**	
	Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Júlio Rafael de Aragão Bozano	350.302.012	98,31	226.711.280	97,12	577.013.292	97,84
Outros	6.035.458	1,69	6.729.277	2,88	12.764.735	2,16
Total	**356.337.470**	**100,00**	**233.440.557**	**100,00**	**589.778.027**	**100,0**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Posição em 30/09/06

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Administradores				
Conselho de Administração	11.662	-	11.662	-
Diretoria	2.666.734	0,36	2.666.734	0,36
Conselho Fiscal	1	-	1	-
Ações em Tesouraria	-			
Outros Acionistas	736.020.810	99,64	736.020.810	99,64
Total	738.699.207	**100,00**	738.699.207	**100,00**
Ações em Circulação	736.020.811	99,64	736.020.811	99,64

A companhia está vinculada ao Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas da
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
São José dos Campos - SP

(1) Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITR da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (anteriormente Rio Han Empreendimentos e Participações S.A.) e controladas (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2006, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.

(2) Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Companhia e de suas controladas.

(3) Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliárias - CVM especificamente aplicáveis à divulgação das Informações Trimestrais.

(4) Os balanços patrimoniais da Sociedade (controladora e consolidado) levantados em 30 de junho de 2006, apresentados para fins comparativos, foram por nós revisados conforme relatório de revisão especial, sem ressalva, datado de 7 de agosto de 2006. As demonstrações de resultado (controladora e consolidado) da sociedade antecessora, incorporada em 1 de abril de 2006 e que possuía a mesma denominação social da Sociedade, referente ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, como descrito na nota 2, foram por nós revisados, conforme relatório de revisão especial, sem ressalva, datado de 10 de novembro de 2005.
São Paulo, 10 de novembro de 2006.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC nº 1 SP 185087/O-0

19.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alterações introduzidas nas seguintes notas do Grupo 4 – Notas Explicativas:

Nota 11 – Imobilizado
Quadro b – Consolidado.

Nota 13 – Financiamentos
Item d) – Encargos e garantias
Alteração da taxa média ponderada dos juros sobre empréstimos em moeda nacional de 8,50% para 9,20%.

Nota 25 – Fluxo de Caixa Consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02008-7	EMBRAER - EMP BRASILEIRA AERONAUTICA SA.	07.689.002/0001-89

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	46
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	47
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	48
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	50
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	52
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	61
11	01	PEDIDOS/CONTRATOS FIRMADOS	63
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	64
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	67
		EMBRAER AIRCRAFT HOLDING INC	
		EMBRAER AVIATION EUROPE SAS	
		INDUSTRIA AERONAUTICA NEIVA LTDA	
		TRUMPETER INC	
		ELEB EMBRAER LIEBHERR EQUIP.DO BRASIL SA	
		EMBRAER CREDIT LTD	
		EMBRAER SPAIN HOLDING CO.SL	
		HARBIN EMBRAER AIRCRAFT IND.COM.LTD	
		CANAL INVESTIMENTS LLC	
		EMBRAER REPRESENTATION LLC	
		ECC DO BRASIL CIA.DE SEGUROS	
19	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	68